

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**UMA DEVOÇÃO DE GRANDES E
PEQUENOS: NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA NOS
SÉCULOS XVII E XVIII**

FRANCISCO JOSÉ PEGACHA PARDAL

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História – Especialização em História Moderna e Contemporânea.

2018

«Uma coisa é escrever como poeta, e outra como historiador; o poeta pode contar ou cantar as coisas não como foram, mas como deveriam ser, e o historiador há-de escrevê-las não como deviam ser, mas como foram, sem acrescentar nem tirar à verdade a mínima coisa».

Miguel de Cervantes, *D. Quixote de La Mancha*, Estarreja, Moderna Editorial Lavores, 2009.

Resumo:

Nas cortes de 1646, D. João IV declarou Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal. Na mesma ocasião, foi criada uma esmola para a igreja matriz de Vila Viçosa, considerado o primeiro templo dedicado àquela invocação, na Península Ibérica. Consolidava-se assim, uma devoção que já era muito estimada pela casa ducal de Bragança, que, ao chegar ao trono, se empenhou em promovê-la. À semelhança da família real, também a Corte se devotou à padroeira de Portugal, tanto nos seus oratórios e capelas particulares, como em Vila Viçosa.

A igreja matriz de Vila Viçosa, nos séculos XVII e XVIII, manteve a devoção à padroeira com considerável requinte, através das duas confrarias concecionistas sediadas no templo. Este facto espelhou-se no património da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, que passou por um vasto número de jóias e peças ornamentais, além de casas e de propriedades agrícolas, que, através de contratos de exploração, se traduziram numa das suas fontes de receita. A Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição auferia grandes rendimentos através de empréstimos de dinheiro a juros, sendo comum a ambas as irmandades o empenho nas grandiosas festas que dedicavam à padroeira de Portugal.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, considerada milagrosa ao longo da época moderna, colheu a simpatia de grandes e de pequenos. Muitas gentes de várias partes de Portugal, com particular incidência no Alentejo, procuraram a sua proteção. Assim sucedeu com a família real, com a Corte portuguesa e com as elites de Vila Viçosa. Também os grupos sociais mais baixos, como os camponeses alentejanos, se devotaram à Imaculada Conceição. Remetendo para curas de doenças, legados em testamento ou contribuições para a festa da padroeira, muitas das esmolos eram oferecidas de acordo com as posses dos devotos, passando por jóias, vestuário, ramos de flores ou géneros (azeite, cereais, gado, fruta e legumes).

Palavras-chave: Imaculada Conceição, Família Real, Confraria, Devoção, Vila Viçosa.

Abstract:

During the courts of 1646, John IV of Portugal declared Our Lady of Conception as the patroness of Portugal. At the same time, a alms was created for the main church of Vila Viçosa. This was considered the first temple dedicated to that invocation, in the Iberian Peninsula. It was however already a consolidated devotion that of the ducal house of Bragança, who, upon reaching the throne, strove to promote it. Like the royal family, the Court was also devoted itself to the patroness of Portugal, both in their oratories and in private chapels, as in Vila Viçosa.

The main church of Vila Viçosa, in the seventeenth and eighteenth centuries, maintained the cult of the patroness with considerable refinement, through the two brotherhoods based in the temple. This fact is related to the patrimony of the Brotherhood of Our Lady of Conception, that had a great number of jewels and ornamental pieces. Also had houses and farms, leased through exploration contracts, have translated into one of their sources of income. The Brotherhood of the Slaves of Our Lady of Conception had large incomes through interest-rate cash loans and it was common to both brotherhoods to commit themselves to the great religious parties they dedicated to the patroness of Portugal.

The image of Our Lady of Conception of Vila Viçosa, considered miraculous throughout the modern era, was venerated by great and small. This is what the royal family did, with the portuguese Court and with the elites of Vila Viçosa. Also the lower social groups, such as the Alentejo peasants, devoted themselves to the Immaculate Conception. They did it for the healing of diseases, left assets in testament or aid to the religious parties. Many of the alms were offered according to the devotees' possessions, through jewelry, clothing, flowers, or food (olive oil, cereals, animals, fruit and vegetables).

Key Words: Immaculate Conception, Real Family, Brotherhood, Devotion, Vila Viçosa.

Índice Geral

Siglas e Abreviaturas.....	17
Introdução.....	18
Capítulo 1 – A génese da devoção imaculista em Portugal.....	27
1.1 – As origens em Portugal e o debate teológico.....	27
1.2 – Do impulso do Condestável a Santa Beatriz da Silva.....	33
1.3 – Sob as diretrizes de Trento: uma devoção privilegiada.....	39
1.4 – Uma devoção nobre: o caso dos duques de Bragança.....	44
Capítulo 2 – Legitimação e devoção régia em torno da padroeira.....	51
2.1 – D. João IV e a devoção imaculista em tempos de afirmação dinástica.....	51
2.2 – Devoções na batalha e na capela no reinado de D. Afonso VI.....	69
2.3 – A devoção à padroeira no tempo de D. Pedro II.....	77
2.4 – D. João V e o primor da devoção a Nossa Senhora da Conceição.....	89
2.5 – À imagem e semelhança dos monarcas: a nobreza devota.....	113
Capítulo 3 – Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa. Devoção, património e rendimentos.....	125
3.1 – Vila Viçosa e as confrarias na época moderna.....	125
3.2 – Espaços de devoção e meios de circulação do imaculismo.....	141
3.3 – O património da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, através dos inventários de 1679 e de 1719.....	152
3.4 – Um percurso pelos livros de receita, despesa e ofertas da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição.....	178

3.5 – Um templo, duas confrarias concecionistas: a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição.....	198
---	-----

Capítulo 4 – Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e os santuários da época moderna. Uma perspectiva comparada.....214

4.1 – Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Nossa Senhora da Nazaré da Pederneira: dois santuários regionais?.....	215
--	-----

4.2 – Vila Viçosa e Guadalupe: semelhanças e diferenças.....	222
--	-----

4.3 – Santiago, em Compostela. Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa.....	229
--	-----

Conclusão.....	234
-----------------------	------------

Anexos.....	237
--------------------	------------

Apêndice Documental.....	302
---------------------------------	------------

Fontes e Bibliografia.....	364
-----------------------------------	------------

Índice de Quadros, Gráficos e Mapas

Quadros no texto

I - Ofertas da Condessa de Alva a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720-1743).....	122
II - Tipos de indulgências, em datas fixas, concedidas à Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1590)	138
III – Indulgências concedidas à Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, distribuída pelos vários meses do ano (1590).....	140
IV - Características materiais dos bens móveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1679-1686).....	154
V - Peças de tecido pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1679-1686)	156
VI - Características materiais dos bens móveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719-1740).....	161
VII - Peças de tecido pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719-1740).....	168
VIII – Comparação entre as peças registadas nos inventários de 1679 e de 1719.....	177
IX - Esmolas entregues à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750).....	192

Gráficos no texto

I – Evolução da receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750).....	181
II – Evolução da receita e despesa do trigo, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750).....	191
III – Evolução da receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750)	193

IV – Evolução da receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1707-1751)	202
---	-----

V – Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750) e da Real Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1707-1751)	212
---	-----

Mapas no texto

I – Localidades alentejanas devotas da Imaculada Conceição (séculos XVII e XVIII).....	145
--	-----

II – Terras da Casa de Bragança devotas da Imaculada Conceição (séculos XVII e XVIII).....	148
--	-----

III – Localidades de onde eram provenientes as esmolas entregues à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750).....	195
--	-----

IV – Origem dos irmãos da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1743-1750).....	207
--	-----

Quadros em anexo

X – Origem das esmolas entregues à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750).....	238
--	-----

XI – Origem dos confrades da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1743-1751).....	240
--	-----

XII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715).....	242
---	-----

XIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1716).....	242
--	-----

XIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1717).....	243
---	-----

Quadro XV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1718).....	243
---	-----

XVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719).....	244
---	-----

XVII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720).....	244
XVIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1721).....	245
XIX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1722).....	245
XX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1723).....	246
XXI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1724).....	246
XXII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1725).....	247
XXIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1726).....	247
XXIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1727).....	248
XXV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1728).....	248
XXVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1729).....	249
XXVII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1730).....	249
XXVIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1731).....	250
XXIX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1732).....	250
XXX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1733).....	251
XXXI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1734).....	251
XXXII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1735).....	252
XXXIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1736).....	252

XXXIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1737).....	253
XXXV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1738).....	253
XXXVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1739).....	254
XXXVII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1740).....	254
XXXVIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1741).....	255
XXXIX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1742).....	255
XL - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1743).....	256
XLI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1744).....	256
XLII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1745).....	257
XLIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1746).....	257
XLIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1748).....	258
XLV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1749).....	258
XLVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1750).....	259
XLVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715).....	259
XLVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1716).....	260
XLIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1717).....	260
L - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1718).....	260

LI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719).....	261
LII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720).....	261
LIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1721).....	261
LIV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1722).....	262
LV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1723).....	262
LVI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1724).....	262
LVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1725).....	263
LVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1726).....	263
LIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1727).....	263
LX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1728).....	264
LXI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1729).....	264
LXII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1730).....	264
LXIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1731).....	265
LXIV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1732).....	265
LXV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1733).....	265
LXVI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1734).....	266
LXVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1735).....	266

LXVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1736).....	266
LXIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1737).....	267
LXX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1738).....	267
LXXI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1739).....	267
LXXII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1741).....	268
LXXIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1742).....	268
LXXIV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1743).....	268
LXXV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1745).....	269
LXXVI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1746).....	269
LXXVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1748).....	269
LXXVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1749).....	270
LXXIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1750).....	270
LXXX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715).....	270
LXXXI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1716).....	271
LXXXII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1717).....	271
LXXXIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1718).....	271
LXXXIV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719).....	272

LXXXV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720).....	272
LXXXVI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1721).....	272
LXXXVII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1722).....	273
LXXXVIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1723).....	273
LXXXIX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1724).....	273
XC - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1725).....	274
XCI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1726).....	274
XCII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1727).....	274
XCIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1728).....	275
XCIV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1729).....	275
XCV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1730).....	275
XCVI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1731).....	276
XCVII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1732).....	276
XCVIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1733).....	276
XCVIX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1734).....	277
C - Receita e despesa do azeite da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1735).....	277
CI - Receita e despesa do azeite da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1736).....	277

CII - Receita e despesa do azeite da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1737).....	278
CIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1738).....	278
CIV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1739).....	278
CV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1742).....	279
CVI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1744).....	279
CVII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1745).....	279
CVIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1746).....	280
CIX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1748).....	280
CX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1750).....	280
CXI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1707-1708).....	281
CXII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1708-1709).....	281
CXIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1709-1710).....	282
CXIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1710-1711).....	282
CXV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1711-1712).....	283
CXVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1712-1713).....	283
CXVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1713-1714).....	284
CXVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1715-1716).....	284

CXIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1716-1717).....	285
CXX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1719-1720).....	285
CXXI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1720-1721).....	286
CXXII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1721-1722).....	286
CXXIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1722-1723).....	287
CXXIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1723-1724).....	287
CXXV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1724-1725).....	288
CXXVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1725-1726).....	288
CXXVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1726-1727).....	289
CXXVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1727-1728).....	289
CXXIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1728-1729).....	290
CXXX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1729-1730).....	290
CXXXI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1730-1731).....	291
CXXXII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1731-1732).....	291
CXXXIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1732-1733).....	292
CXXXIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1733-1734).....	292
CXXXV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1734-1735).....	293

CXXXVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1735-1736).....	293
CXXXVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1736-1737).....	294
CXXXVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1737-1738).....	294
CXXXIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1738-1739).....	295
CXL - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1739-1740).....	295
CXLI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1740-1741).....	296
CXLII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1741-1742).....	296
CXLIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1742-1743).....	297
CXLIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1743-1744).....	297
CXLV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1744-1745).....	298
CXLVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1745-1746).....	298
CXLVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1746-1747).....	299
CXLVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1747-1748).....	299
CXLIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1748-1749).....	300
CL - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1749-1750).....	300
CLI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1750-1751).....	301

Siglas e Abreviaturas

Arquivos e Bibliotecas:

A.H.C.B. – Arquivo Histórico da Casa de Bragança

A.H.M.V.V. – Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa

A.P.I.M.V.V. – Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa

B.A. – Biblioteca da Ajuda

B.A.C.L. – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

B.N.P. – Biblioteca Nacional de Portugal

Outros:

cf. – Confira

Cód./ Cód. – Códice/ Códices

coord. – coordenação

dir. – direção

ed. – edição

fl./fls. – fólio/ fólhos

ms. – manuscrito

n.º – número

p./ pp. – página/ páginas

pref. – prefácio

pub. – publicado

s.l. – sine loco

s.n. – sine nomine

rev. – revisão

t. - tomo

vol./ vols. – volume/ volumes

Introdução

“Os franciscanos triunfaram quando viram que o rei D. João IV de Portugal era de tal maneira devoto à Virgem que, quando reuniu Cortes, em 1646, tomou-a, publicamente, como padroeira do reino, fazendo-se seu tributário com a quantia de 50 cruzados anuais, e no dia 25 de Março do mesmo ano, jurou e declarou autêntica a Imaculada Conceição da Virgem Maria, obrigando os seus súbditos a seguirem o exemplo”¹.

1. O excerto acima transcrito data da segunda metade de setecentos e é da autoria de Arthur William Costigan, pseudónimo com o qual o escocês James Ferrier assinou a sua obra *Sketches of Society and Manners in Portugal*. Editada pela primeira vez em Londres, em 1787, tratava-se de uma compilação de missivas redigidas pelo autor e enviadas ao seu irmão, durante a sua passagem por Portugal, no âmbito das reformas realizadas no exército. A carta em que se refere o juramento de Nossa Senhora da Conceição data de 1779. Reinava então D. Maria I e o século XVIII havia já entrado no seu último quartel. Que importância teve o culto desta invocação mariana no Portugal moderno? Porque mereceu a atenção do primeiro monarca da casa de Bragança?

A devoção à Imaculada Conceição surgiu em Portugal durante a idade média. O referido período ficou marcado pelo debate teológico, pois o imaculismo não estava ainda consolidado no cristianismo. No caso português, o seu acolhimento ficou a dever-se a algumas figuras da família real e da nobreza, assim como de alguns prelados, que autorizaram a sua festa a nível diocesano. A casa de Bragança, fundada no século XV, teve em grande conta o imaculismo, pois o orago de Vila Viçosa, localidade que acolhia a principal residência dos duques, era Nossa Senhora da Conceição.

A casa ducal manifestou grande estima pela referida invocação, especialmente nos séculos XVI e XVII. O oitavo duque de Bragança, D. João II, converteu-se no vigésimo primeiro rei de Portugal em 1640, como D. João IV. A nova família real, apesar de se ter transferido para Lisboa, continuou a devotar-se a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, especialmente após esta ter sido declarada padroeira de Portugal pelo referido

¹ Arthur William Costigan [James Ferrier], *Retratos de Portugal. Sociedade e Costumes*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 146.

monarca. À época, acreditou-se que a proteção da Virgem Maria foi fundamental para a consolidação da nova dinastia. Os monarcas brigantinos que se lhe seguiram mantiveram-se devotos à padroeira, D. Afonso VI, D. Pedro II, filhos do *Restaurador*, e D. João V, neto do primeiro monarca brigantino, que, à sua semelhança, cobriram a igreja calipolense com benesses.

Nessa época, tal como a família real, também a nobreza se devotou à padroeira, espelhando-se esse facto nas diversas esmolas enviadas à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição. O mesmo sucedeu com as gentes rurais, que dedicaram considerável atenção à devoção imaculista.

As fontes documentais que contêm grande parte desses registos encontram-se no Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa, sito na igreja matriz da localidade. No que respeita à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, chegaram à atualidade 169 códices, interessando para este estudo aqueles que dizem respeito aos séculos XVII e XVIII, como é o caso dos livros de receita e despesa de 1715 a 1750 e dos inventários de 1679 e de 1719.

No caso da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, o número de códices é menor, ficando-se por 82. Tivemos em conta aqueles que dizem respeito à receita e despesa da irmandade, entre 1707 e 1751, e ao registo de confrades, entre 1743 e 1751 – embora o manuscrito incluía registos até 1796. Tivemos também em conta a Capela do Padre Paulo Correia Velho, que esteve sob administração da Régia Confraria: Composta por 19 códices, interessou-nos especialmente o que remetia para o tombo do referido clérigo.

De forma a podermos compreender a importância desta devoção, considerámo-la fundamental dividirmos o presente estudo em quatro capítulos. No primeiro, procuramos abordar a génese do imaculismo, passando pelos primeiros locais onde se celebrou a sua festa, tanto na Europa como em Portugal.

A época medieval foi marcada por debates teológicos, no que respeita à concepção da Virgem Maria, pelo que não podemos deixar de mencionar os teólogos que defenderam ou criticaram a devoção à referida invocação. Por outro lado, cabe igualmente referir o pioneirismo levado a cabo por alguns nobres e prelados, tanto na edificação de templos como nos festejos a nível diocesano.

Ainda no primeiro capítulo, importa mencionar questões referentes ao concílio de Trento e qual a influência das suas reformas na consolidação do imaculismo. Na transição da idade média para a moderna, cabe igualmente referir as devoções das casas de Avis, Habsburgo e Bragança.

No segundo capítulo, abordaremos a importância concedida por D. João IV a Nossa Senhora da Conceição, abarcando questões como a legitimação da dinastia brigantina através da religião, da proclamação da padroeira de Portugal e das esmolas concedidas à igreja de Vila Viçosa. Abordaremos igualmente questões referentes à guerra da Restauração, à qual a devoção imaculista foi associada, especialmente no reinado de D. Afonso VI. Dedicamos um subcapítulo ao reinado de D. Pedro II, abordando a sua devoção pessoal e a da restante família real.

Ainda no que respeita ao segundo capítulo, não descuramos as questões referentes ao reinado de D. João V, passando estas pela devoção do monarca. Durante o reinado do *Magnânimo*, o número de membros da família real foi significativamente maior que nos reinados dos seus antecessores, pelo que abordaremos o imaculismo mantido pelo rei e pela sua esposa, filhos, netos e irmãos. Tivemos igualmente em conta os filhos ilegítimos de D. Pedro II e de D. João V. Não podemos deixar de referir a devoção à Imaculada Conceição por parte de algumas famílias nobres, tanto nos seus oratórios particulares, como na igreja calipolense.

No terceiro capítulo, abordaremos a forma como o imaculismo foi mantido em Vila Viçosa e qual o papel da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição e da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição. Esta análise abarca vários aspetos, nomeadamente o património e rendimentos das duas irmandades. Os livros de inventário, receita, despesa, registo de esmolas e de confrades foram fundamentais para compreendermos o impacto que a casa da padroeira de Portugal tinha a nível regional e nacional.

O lugar da igreja matriz calipolense no contexto ibérico será abordado no último capítulo. De que tipo de santuário se tratava? Para melhor o compreendermos, enveredamos por uma perspetiva comparada com três santuários: o Nossa Senhora da Nazaré, na Pederneira; Nossa Senhora de Guadalupe, na Extremadura; e Santiago de Compostela, na Galiza. Os fatores que mais pesaram nesta análise remetem para a

importância votada aos santuários pelos grandes e pelos pequenos, assim como as questões referentes às festividades e peregrinações.

2. Desde a época moderna que os historiadores têm incluído o tema da Imaculada Conceição nas suas investigações. Em primeiro lugar, cabe referir frei Agostinho de Santa Maria, autor de *Santuário Mariano*. Nesta obra, composta por dez tomos, mencionaram-se as invocações marianas que eram veneradas nas igrejas de Portugal e no Ultramar². No tomo VI, o clérigo dedicou um capítulo a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, debruçando-se sobre aspetos relativos à história do templo, da imagem e do imaculismo³. D. António Caetano de Sousa, no tomo VII da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, referiu o juramento de 1646, a outorga de uma esmola régia para a igreja calipolense e a criação de padrões a assinalar a ocorrência⁴. D. Tomás Caetano do Bem, em meados de setecentos, interessou-se pela história religiosa, esboçando uma *História da Igreja Lusitana*, que não chegou a ser redigida⁵.

No século XIX, a historiografia parece não se ter interessado devidamente pelo estudo da devoção imaculista. Na *História de Portugal*, editada em 1879 e redigida por Oliveira Martins, não há nenhuma referência à devoção à padroeira de Portugal, embora o autor aborde o tema da Restauração⁶. Em relação à *História da Igreja Católica em Portugal*, da autoria de José de Sousa Amado⁷, esta é, atualmente, encarada com reservas, uma vez que o autor procurou defender a ortodoxia religiosa⁸. Com uma apreciação diferente encontra-se a *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*. Da autoria de Alberto Pimentel, aborda o marianismo durante os períodos medieval, moderno e contemporâneo, dando grande destaque à Imaculada Conceição⁹.

² Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*, t. I-X, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1707-1723.

³ *Ibidem*, t. VI, pp. 197-203.

⁴ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. VII, Lisboa, Régia Oficina Silvana, 1740, pp. 204-210.

⁵ Lisboa, B.N.P., Reservados, Cód. 8, 9, 10 e 11.

⁶ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 120-148.

⁷ José de Sousa Amado, *História da Igreja Católica em Portugal*, 10 vols., Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1871.

⁸ Sobre estas questões, cf. Paulo Mendes Pinto, “José de Sousa Amado e as Lutas Contra a Heterodoxia Social e Religiosa: Um Percorso Biográfico”, *Lusitania Sacra*, Série II, n.º 16, Lisboa, 2004, pp. 385-398; Maria Helena da Cruz Coelho, “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos Medievais”, *Medievalismo*, n.º 16, Múrcia, 2006, pp. 205-223.

⁹ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Guimarães, Libânio e Companhia, 1899.

Na centúria seguinte, verificamos que os estudos sobre a temática proliferaram. Em primeiro lugar, por questões cronológicas, cabe referir a *História da Igreja em Portugal*, da autoria de Fortunato de Almeida, cuja primeira edição ocorreu entre 1910 e 1915 e onde o autor fez referência ao juramento da padroeira de Portugal por D. João IV¹⁰. Muitos dos estudos de história religiosa portuguesa estiveram associados a figuras da igreja. Assim sucedeu com Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves que, em 1940, deram à estampa *Padroeira de Portugal. Notas e Documentos*, onde esboçaram o percurso do imaculismo. A obra foi enriquecida pela inclusão de vários documentos em apêndice¹¹.

Miguel de Oliveira editou, também em 1940, uma *História Eclesiástica de Portugal*, na qual fez menção à devoção portuguesa a Nossa Senhora da Conceição, ao juramento nas cortes de 1646 e à criação da esmola para a igreja matriz de Vila Viçosa, por D. João IV. Referiu igualmente a devoção pessoal de D. João V e a proteção que este monarca deu à Academia Real da História – consagrada à padroeira – e das determinações joaninas para que a sua festa se celebrasse em todo o reino¹². No mesmo ano foi editada a *História de Portugal*, da autoria de João Ameal, onde se fez menção ao primeiro de dezembro de 1640, à sua legitimação política e à Guerra da Restauração, mas nunca à devoção a Nossa Senhora da Conceição¹³.

Em 1963, Possidónio Mateus Laranjo Coelho dedicou-se ao estudo do marianismo no Alentejo, não podendo, assim, ignorar a importância dada à Imaculada Conceição na consolidação da dinastia de Bragança¹⁴. No ano seguinte, António de São Paio e Melo, conhecido como marquês de São Paio, dedicou um artigo às confrarias concepcionistas de Vila Viçosa¹⁵. Em 1967, quando do cinquentenário das Aparições de Fátima, Jacinto dos Reis deu à estampa uma obra sobre as invocações marianas em Portugal e no Ultramar, referindo a devoção à Imaculada Conceição. O autor mencionou a origem do imaculismo,

¹⁰ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Porto, Portucalense, 1968, pp. 558-559.

¹¹ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal. Notas e Documentos*, Lisboa, Letras e Artes, 1940.

¹² Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p. 222.

¹³ João Ameal, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1974, pp. 389-424.

¹⁴ Possidónio Mateus Laranjo Coelho, *A Cristianização do Alto Alentejo e o Culto Mariano*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, 1963, pp. 26-45.

¹⁵ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa”, *Armas e Troféus*, II Série, n.º 5, Braga, 1964, pp. 5-12.

o pioneirismo calipolense, as devoção do Condestável e de D. João IV, a provisão de 1646 e o juramento para a obtenção de grau académico¹⁶.

No último quartel da referida centúria proliferaram várias obras historiográficas que abordaram a devoção a Nossa Senhora da Conceição. Em 1977, foi dada à estampa uma *História de Portugal*, da autoria de Joaquim Veríssimo Serrão, na qual o autor considerou o juramento da padroeira como a decisão mais importante de D. João IV, no que respeita à religião¹⁷. António Alberto Banha de Andrade dirigiu a edição do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, que, no entanto, por morte do autor, se ficou apenas por dois volumes e uns fascículos, não se chegando a estudar as questões referentes ao imaculismo¹⁸. Em 1984, Francisco Leite de Faria redigiu um artigo a Imaculada Conceição em Portugal, estudando o referido tema desde a fundação da nacionalidade até à contemporaneidade¹⁹.

Nas duas décadas seguintes foram publicados dez dos doze volumes da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques. No volume VII, num capítulo dedicado à igreja durante o Antigo Regime, Paulo Drumond Braga referiu que as devoções mais importantes, à época, eram as da Virgem Maria. Foram destacadas as invocações das Necessidades e da Conceição, esta última por ter sido declarada padroeira e por constar entre as devoções pessoais de D. João V²⁰. Contemporânea desta edição foi a da *História de Portugal* dirigida por de João Medina, cujos capítulos dedicados à casa de Bragança e à igreja após 1640, da autoria de Manuel Inácio Pestana e de Eugénio dos Santos, nada referem sobre o imaculismo²¹.

¹⁶ Jacinto dos Reis, *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e de Além-Mar e seu Padroado*, Lisboa, Cinquentenário das Aparições de Fátima, 1967, pp. 166-167.

¹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão dedicou-lhe mais algumas palavras na sua obra, referido a instituição do feudo destinado à igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a obrigatoriedade de jurar aquela invocação para obtenção de grau académico e a ordem régia para que todas as câmaras do reino jurassem a padroeira de Portugal. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1996, pp. 159-60.

¹⁸ António Alberto Banha de Andrade (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Resistência, 1980.

¹⁹ Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição em Portugal”, *Revista Española de Teologia*, vol. 44, fase 1, Madrid, 1984, pp. 137-160.

²⁰ Paulo Drumond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Avelino de Freitas de Menezes (coord.), *Nova História de Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 121.

²¹ Manuel Inácio Pestana, “A Casa de Bragança. Das origens à actualidade”, in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Porto, Clube Internacional do Porto, 1998, pp. 107-132; Eugénio dos Santos, “A Igreja em Portugal sob a monarquia absoluta”, in Idem, *Ibidem*, pp. 183-214.

Com o intuito de recuperar o trabalho incompleto de Banha de Andrade, surgiu, nos últimos anos da centúria, a ideia de redigir um *Dicionário de História Religiosa de Portugal*²². Sob direção de Carlos Moreira Azevedo, conta com diversas entradas, interessando-nos especialmente as que abordam questões referentes a confrarias e a santuários, estreitamente relacionadas com o marianismo²³. Também sob direção do mesmo autor foi publicada uma *História Religiosa de Portugal*²⁴. No que respeita ao período moderno, foi dada particular importância à oração e devoção, sendo referidas as inúmeras invocações marianas, entre elas a da Conceição²⁵.

No que respeita ao estudo da casa de Bragança, um dos nomes de maior relevo é o de Mafalda Soares da Cunha. Ao estudar a casa ducal, nos séculos XVI e XVII, a autora fez referência à importância que os duques deram à devoção a Nossa Senhora da Conceição, na primeira metade de seiscentos²⁶. Já no novo milénio, não podemos descurar nomes como Maria Marta Lobo de Araújo ou José Félix Duque. No primeiro caso, afigura-se-nos fundamental o artigo referente à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, através do qual foi possível compreender de que forma se mantinha o imaculismo na referida localidade, durante a época moderna²⁷. No segundo, estudou-se a vida de Santa Beatriz da Silva e a fundação da Ordem das Concepcionistas, e teve-se em grande conta o imaculismo na idade média²⁸.

Por último, não podemos deixar de referir *Nossa Senhora e a História de Portugal*, editado em 2017, da autoria de Francisco José Senra Coelho, à data bispo-auxiliar de Braga. O atual arcebispo de Évora, numa interpretação histórica e teológica, analisou as várias alianças entre Portugal e a Virgem Maria, considerando que a de D. João IV com a Imaculada Conceição foi a quarta²⁹. Antes dela surgiram a de D. Afonso

²² Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

²³ Pedro Penteado, “Confrarias”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa... cit.*, A-C, p. 459-470; Idem, “Santuários”, in Idem, *Ibidem*, P-V, pp. 164-178.

²⁴ Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

²⁵ João Francisco Marques, “Oração e Devoções”, in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa... cit.*, vol. 3, pp. 603-665.

²⁶ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640: Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 194.

²⁷ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696, *Callipole*, n.º 9, Vila Viçosa, 2001, pp. 127-139.

²⁸ José Félix Duque, *O Fuso e a Trama*, Maia, Cosmorama Edições, 2013.

²⁹ Francisco José Senra Coelho, *Nossa Senhora e a História de Portugal*, Lisboa, Paulus Editora, 2017, pp. 45-51.

Henriques com Santa Maria de Alcobaça, no século XII, quando da fundação da nacionalidade³⁰; a de D. João I, com Nossa Senhora da Oliveira e com Santa Maria da Vitória, no século XIV, ao assegurar a independência portuguesa face a Castela³¹; e a de D. Manuel I com Santa Maria de Belém, firmada na altura das descobertas marítimas³².

3. Este projeto de investigação, apesar de individual, não deixa de estar marcado por aqueles que estiveram ao nosso lado. Desta forma, deixamos as primeiras palavras de agradecimento à professora Doutora Isabel Drumond Braga, nossa orientadora científica. Incansável na forma rigorosa e dedicada com que acompanhou este projeto, não podemos deixar de manifestar a nossa gratidão pelas numerosas indicações bibliográficas e documentais, pelos salutareis conselhos académicos e pessoais.

A nossa gratidão para com a nossa orientadora expressa-se igualmente nos convites que nos endereçou para proferir comunicações. A primeira, no XI Seminário Internacional “La Corte en Europa: Casas y Sitios Reales en las monarquias de España y Portugal”, que teve lugar na Universidade Autónoma de Madrid, em outubro de 2017. A segunda, nas VIII Jornadas do Grupo de Estudos de Corte e Diplomacia: “A Corte como Espaço de Circulação de Ideias, de Devoções e de Objetos”, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em dezembro de 2017. Ambas as comunicações estiveram subordinadas ao tema deste estudo.

Aos docentes que nos lecionaram vários seminários, professores Doutores Manuela Santos Silva, Maria de Fátima Reis, Maria Paula Marçal Lourenço e Sérgio Campos Matos, agradecemos todas sugestões bibliográficas e documentais, assim como o interesse manifestado pela nossa dissertação. Ao professor Doutor Bernardo Sá Nogueira, um bem-haja por nos ter deixado assistir às suas aulas de paleografia, fundamentais para as nossas leituras da documentação. Ao professor Doutor Paulo Drumond Braga e ao Doutor Ricardo Pessa de Oliveira deixamos uma palavra de apreço por todas as conversas estimulantes e pelas várias sugestões bibliográficas.

Ao Dr. Carlos Filipe, presidente do Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia, agradecemos o apoio que prontamente nos prestou na consulta

³⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 20-21.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 26.

³² Idem, *Ibidem*, pp. 35-39.

dos arquivos calipolenses. Estamos-lhe igualmente gratos por todas as indicações bibliográficas e pela sincera amizade. Ao sr. Padre Nabais Fernandes, pároco de São Bento do Cortiço, um bem-haja pelo interesse manifestado na nossa dissertação, assim como pelas várias sugestões teológicas e bibliográficas que nos fez chegar.

À Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, especialmente a Ana Rasteiro, Clemente Dimas, Fernando Duarte e Helena Lopes, manifestamos a nossa gratidão por terem facilitado, em qualquer momento, a consulta do Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa. Aos arquivistas e bibliotecários do Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, agradecemos a simpatia e a prontidão com que sempre atenderam aos nossos pedidos.

Aos amigos de todas as horas, Beatriz van Zeller, Carlos Pereira, Fábio Banza Guerreiro, Manuel Quitéria, Nair Cardoso, Pedro Amorim, Priscila Santana, Raquel Raposo e Rita Rocha, nunca conseguiremos agradecer devidamente, pois a amizade e o apoio incondicional que nos votaram traduzem-se numa impagável dívida de gratidão. Aos amigos conterrâneos, Ana Madruga, Joana Dimas, Joana Montijo, João Fernandes, Maria Teresa Passão, Rita Caldeira, Teresa Serafim e Tomás Parreira, agradecemos o encorajamento constante.

A todos os nossos familiares sem exceção, por todo o apoio. Aos pais e avós, a quem devemos tudo o que somos. Ao tio Manuel Paulo, por tudo o que não cabe num simples agradecimento. Por fim, lembramos aqueles que perdemos durante o nosso percurso académico: avó Jacinta, tia-avó Maria Luísa e primo Marcelo, que, certamente, regozijar-se-iam por termos levado a nossa investigação a bom porto.

Capítulo 1 – A génese da devoção imaculista em Portugal

1.1 – As origens em Portugal e o debate teológico

Apesar de o período áureo da devoção a Nossa Senhora da Conceição em Portugal remeter para a época moderna, sabemos que esta deu os seus primeiros passos em território nacional ainda no período medieval. Desta forma, iniciaremos este capítulo com referências à fundação do reino o que, consequentemente, nos reporta para o reinado de D. Afonso Henriques.

Mesmo sem a existência de dados concretos que o confirmem, é provável que em 1149, logo após a reconquista de Lisboa aos mouros, se tenha celebrado a festa da Imaculada Conceição, pois disso era adepto o prelado da cidade. Segundo Francisco Leite de Faria, o bispo D. Gilberto de Hastings, de origem anglo-saxónica, teria adotado o rito litúrgico de Salisbury, que consagrava o dia 8 de dezembro a Nossa Senhora da Conceição³³. Por essa altura, o primeiro monarca português teria oferecido ao mosteiro de São Vicente de Fora uma imagem da Virgem Maria, chamada de “Conceição da Enfermaria”³⁴.

Além de marcados pela incerteza, a oferta de D. Afonso Henriques e os festejos dedicados à conceção imaculada da Virgem Maria na Lisboa pós-reconquista parecem-nos caracterizados por uma condição de exceção no contexto religioso de então. O cristianismo medieval encontrava-se, no ocidente europeu, numa situação de debate em relação a esta questão. Se nos remetermos ao primeiro quartel do século XII, verificamos que o número de defensores da conceção da Virgem Maria sem pecado original não era vasto.

Segundo Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, eram apologistas do imaculismo “Anselmo, abade de Santo Edmundo, Osberto de Clara, prior de Westminster, Gilberto, bispo de Londres, Hugo, abade de Reading, Warino, deão de Worcester [e] Eadmer, monge de Cantuária”³⁵. Além dos referidos autores, não podemos

³³ Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição ...” *cit.*, *Revista Española de Teologia*, vol. 44, fase 1, Madrid, 1984, p. 140.

³⁴ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal...* *cit.*, p. 15.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 13.

descurar o papel que Osberto de Clara teve na difusão da crença da Imaculada Conceição, tendo o referido clérigo redigido vários documentos, que contribuíram para a difusão da referida crença³⁶.

A devoção à Imaculada Conceição teve as suas raízes no século VIII e podemos situar geograficamente esse pioneirismo na região oriental da Europa³⁷. No século seguinte, era a Virgem Maria cultuada sob a referida invocação no sul da Península Itálica, nomeadamente em Nápoles, região estreitamente vinculada ao calendário bizantino³⁸. Também se festejava na Irlanda, local onde surgiu pela primeira vez no ocidente europeu, ainda que tenha sido festejado nos primeiros dias de maio³⁹. Já no século XI, esta devoção apareceu em várias igrejas de Inglaterra, sendo de destacar, no entanto, o facto de se ter celebrado a sua festa litúrgica em 8 de dezembro, contrariamente ao que sucedeu no caso irlandês⁴⁰.

Foi nos séculos XI e XII que a devoção à Imaculada Conceição se começou a difundir e a festejar nas igrejas francesas, surgindo, desta forma, o debate entre os que o defendiam e os que se lhe opunham. Um dos primeiros opositores à crença da concepção sem mácula de Maria e, conseqüentemente, fomentador do debate teológico, foi São Bernardo de Claraval, que criticou as festas à referida invocação mariana, na cidade de Lyon⁴¹. No século seguinte, influenciados pela posição defendida por São Bernardo, poucos eram os religiosos que defendiam a referida crença⁴².

Assim, durante o século XIII, o leque de teólogos defensores da Imaculada Conceição não era vasto⁴³. Entre os defensores do imaculismo, cabe-nos destacar Guilherme de Ware e Ricardo Bromwich, monges franciscano e beneditino, respetivamente⁴⁴, e Raimundo Lúlio, franciscano da ordem terceira, natural da Catalunha. Lúlio teve alguma dificuldade em fundamentar a sua posição através da consulta de fontes

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 13.

³⁷ Nessa região, era festejada, a 9 de dezembro, a “Conceição de Santa Ana”, mãe da Virgem Maria. Idem, *Ibidem*, p. 11.

³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 11.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 11.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 11-12.

⁴¹ Gregorio P. de Gereño, “O Beato Duns Escoto e a Imaculada Conceição”, *Cadernos de Espiritualidade Franciscana*, n.º 31, Braga, 2007, p. 7.

⁴² Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 137.

⁴³ Idem, *Ibidem*, pp. 137-138.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 137.

bíblicas⁴⁵, tendo-se baseado mais num raciocínio lógico, defendendo que a Imaculada Conceição era fundamental para a recriação da segunda pessoa da Santíssima Trindade, pois a encarnação de Jesus Cristo na Virgem Maria só podia dar-se mediante uma figura isenta da mancha do pecado original⁴⁶.

Além dos clérigos acima referidos, cabe dar destaque à ação de João Duns Escoto. Nascido na Escócia, aproximadamente em 1265, Escoto foi ordenado sacerdote em Northampton, em 1291⁴⁷, tendo estudado, na transição do século XIII para o XIV, nas universidades de Cambridge, Oxford e Paris. Nesta última, lecionou teologia nos derradeiros anos de vida⁴⁸. O teólogo preocupou-se em defender e justificar a concepção imaculada de Maria. Para isso, dedicou-se à investigação, recorrendo às sagradas escrituras e às obras dos doutores da igreja, nomeadamente Santo Agostinho e Santo Anselmo⁴⁹. Sendo a universidade, nessa época, hostil à devoção, Escoto procurou demonstrar que as obras anteriormente referidas não negavam a Imaculada Conceição, o que abriu caminhos a uma interpretação favorável a esta crença⁵⁰.

Acreditamos que o papel de Duns Escoto colheu os seus frutos, uma vez que causou algum impacto entre os seus contemporâneos. Foi exemplo disso a atitude levada a cabo pelo papa João XXII, que, em 1316, ordenou que se celebrasse a festa da Imaculada Conceição na sua cúria, além de lhe conceder indulgência plenária⁵¹. No entanto, a importância da devoção à Imaculada Conceição não passou apenas por debates de teólogos ou pelas determinações da Santa Sé. A defesa e a oposição da referida devoção esteve estreitamente associada às ordens mendicantes, fundadas no início do século XIII. A Ordem dos Pregadores negou o imaculismo durante toda a época medieval, ao passo que a Ordem dos Frades Menores procurou a sua proteção e aceitação⁵².

Fundada por São Domingos de Gusmão, em França, a Ordem dos Pregadores tinha por objetivo de contribuir para o combate às heresias, através da catequese e da

⁴⁵ Àlvar Maduell, “Ramon Llull, teòleg de la Immaculada”, *Studia Lulliana*, n.º 32, Palma de Maiorca, 1992, pp. 166.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 166-167.

⁴⁷ José Francisco Meirinhos, “No sétimo centenário do Teólogo e Filósofo João Duns Escoto”, in José Francisco Meirinhos (coord.), *João Duns Escoto (1265-1308). Subsídios bibliográficos*, Porto, Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 10.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁴⁹ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. I, p. 76.

⁵⁰ Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 138.

⁵¹ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. I, p. 82.

⁵² Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 138.

pregação, fazendo os seus membros votos de pobreza⁵³. Fundada em 1215, foi aprovada nesse ano pelo papa Inocêncio III e confirmada no ano seguinte por Honório III, através da bula *Religiosam Vitam*⁵⁴. Os dominicanos estabeleceram-se em Portugal por volta de 1218, tendo o seu primeiro convento sido edificado na serra de Montejunto, seguindo-lhe o exemplo vilas e cidades de várias regiões portuguesas, entre elas Coimbra, Elvas, Évora, Guimarães e Lisboa⁵⁵.

A missão dos dominicanos passou essencialmente por estudos teológicos, produção de textos e pelo ensino, procurando uma melhor formação do clero⁵⁶. No contexto cultural das ordens religiosas, foi a Ordem dos Pregadores a que mais se esforçou para a formação intelectual dos seus membros, embora a realidade conventual não fosse homogênea⁵⁷. Cabe referir que os dominicanos granjearam um papel destacado no Portugal medieval, pois mantiveram uma forte intervenção política, conquistando o respeito da sociedade eclesiástica⁵⁸. Foi exemplo disso a sua presença na deposição de D. Sancho II, em 1245, quando o papa Inocêncio IV encarregou membros da ordem de divulgar a bula que afastava o monarca da governação⁵⁹.

A Ordem dos Frades Menores foi fundada no início do século XIII por São Francisco de Assis, devendo os seus membros despojarem-se de todos os bens materiais, procurando viver de forma simples, humilde e devota a Deus⁶⁰. Aprovada pelo papa Inocêncio III em 1209, rapidamente foi difundida na ocidente europeu⁶¹. Em 1217, no Capítulo Geral da Ordem, estabeleceu-se a necessidade da sua expansão fora da Península Itálica, levando a que fossem enviados grupos para diversos reinos⁶². Foi nesse mesmo

⁵³ Fernanda Maria Guedes de Campos, “Escritos de Dominicanos em Bibliotecas Portuguesa”, in António Camões Gouveia, José Nunes e Paulo F. de Oliveira (coord.), *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2018, p. 85.

⁵⁴ Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, “Os primórdios da presença dominicana em Portugal: 1220-1418”, in António Camões Gouveia, José Nunes e Paulo F. de Oliveira (coord.), *Os Dominicanos em Portugal... cit.*, p. 12.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 13-16.

⁵⁶ Fernanda Maria Guedes de Campos, “Escritos de Dominicanos...” *cit.*, p. 85.

⁵⁷ Saul António Gomes, “Os Dominicanos e a Cultura em Portugal em tempos medievais: o caso português”, in Ana Cristina da Costa Gomes e José Eduardo Franco (coord.), *Dominicanos em Portugal. História, Cultura e Arte. Homenagem a José Augusto Mourão*, Lisboa, Alétheia Editores, 2010, p. 221.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 222.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 222.

⁶⁰ Henrique Pinto Rema, “800 anos da Ordem dos Frades Menores (1209-2009). A observância franciscana em Portugal”, in Miguel Corrêa Monteiro (coord.), *Os Franciscanos em Portugal e no Mundo Português. Os 800 Anos da Ordem Franciscana. Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011, p. 17.

⁶¹ Vítor Gomes Teixeira, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517)*, Porto, Editorial Franciscana, 2010, p. 37.

⁶² Idem, *Ibidem*, p. 38.

ano que chegaram os primeiros franciscanos a Portugal, estabelecendo-se em localidades como Alenquer, Coimbra, Guimarães e Lisboa⁶³. Os principais obreiros da instalação da dita ordem no reino foram os frades Gualter e Zacarias, este último chamado pela infanta D. Sancha, irmã de D. Afonso II⁶⁴.

Na primeira metade do século XIII, os franciscanos não foram muito bem acolhidos junto do poder episcopal, pois a sua organização não se inseria nas estruturas socio-económicas dos bispos, comunidades monásticas, canónicas e cónegos de colegiadas⁶⁵. O clero secular também não viu com bons olhos a chegada desta ordem mendicante, procurando afastar as populações locais da sua influência⁶⁶. Apesar das dificuldades, os franciscanos espalharam-se por várias regiões do país, nomeadamente pelo Alentejo, Beira e Entre Douro e Minho, conquistando a simpatia das gentes das localidades em que se instalaram⁶⁷.

Verifica-se que a consolidação da Ordem dos Frades Menores se ficou a dever mais à afinidade popular do que ao poder episcopal⁶⁸, podendo aí residir a origem da difusão da devoção imaculista em Portugal. Não estranhemos esta situação, pois os franciscanos foram favoráveis à sua promoção nas igrejas da ordem, mediante o que se ordenou no capítulo geral da ordem, reunido em Pisa, em 1263, presidido por São Boaventura⁶⁹. Em Portugal, sabemos que o imaculismo estava presente na igreja franciscana de Portalegre, através de uma lápide votiva, datada de 1274⁷⁰. O seu papel na defesa da referida devoção parece ter fomentado o interesse de várias figuras de vulto, nomeadamente os reis D. Sancho II⁷¹ e D. Afonso III⁷². No entanto, os passos mais significativos foram dados no século XIV.

⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 38.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 38.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 40.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 40-41.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 41.

⁶⁸ Citemos Vítor Gomes Teixeira, a propósito da instalação dos franciscanos na cidade do Porto: “Dada a simpatia popular pelos Franciscanos ter sido desde as suas origens uma das alavancas de arranque da Ordem e de apoio à sua implantação nos meios urbanos, acabou também por ser a população local quem esteve na base da fixação definitiva de uma comunidade de religiosos franciscanos no Porto.” Cf. Idem, *Ibidem*, p. 44.

⁶⁹ Francisco Leite de Faria, “Crença e culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 140.

⁷⁰ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 35.

⁷¹ Segundo frei Agostinho de Santa Maria, o convento de São Francisco, em Santarém, foi fundado por D. Sancho II, em 1242, e, desde os primeiros tempos, nele existia uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Terá esta sido oferecida pelo *Capelo* ao convento santareno? Cf. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e das Imagens... cit.*, t. II, p. 296.

⁷² Alberto Pimentel, *História do Culto... cit.*, p. 243.

O primeiro deles, referente ao reinado de D. Dinis, está associado a D. Isabel de Aragão, consorte do referido monarca, que mandou edificar em Lisboa, no convento da Trindade, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, a rainha encomendou para o altar da capela uma imagem que era vestida e ornada pela própria, quando esta se encontrava na cidade⁷³. A devoção da rainha parece enquadrar-se nos moldes que o imaculismo conheceu no contexto hispânico⁷⁴, uma vez que a família real aragonesa, à qual a consorte de D. Dinis pertencia, era particularmente afeta a esta devoção mariana. Cabe referir a criação, em 1333, de uma confraria régia em Saragoça, por iniciativa de Afonso IV de Aragão⁷⁵. Também os monarcas Pedro IV e João I se mostraram empenhados em promover e defender a Imaculada Conceição em território aragonês⁷⁶.

Contemporâneo da devoção da rainha D. Isabel de Aragão a Nossa Senhora da Conceição foi a celebração da festa da Imaculada Conceição em Coimbra, operada pelo bispo D. Raimundo Évrard em 1320⁷⁷. Em 1325, o porteiro-mor da rainha, João Escola, procurou que a festa da Imaculada Conceição fosse celebrada nas sés de Lisboa e de Braga⁷⁸. Quatro anos depois, em 1329, foi a vez de o bispo de Lamego, D. Rodrigo Pires de Oliveira, tomar iniciativa idêntica à de D. Raimundo⁷⁹, promovendo a festa de 8 de dezembro na catedral da sua diocese⁸⁰. A diocese de Évora parece ter tido em conta o

⁷³ Idem, *Ibidem*, t. I, p. 86

⁷⁴ Tomemos como exemplo a instituição da festa da Imaculada Conceição, em 1281, na catedral de Barcelona. Cf. José Félix Duque, *O Fuso e a Trama... cit.*, p. 26.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁷⁶ Em 1369, o rei Pedro IV de Aragão privilegiou o ensino do culto da Imaculada Conceição. Já o seu filho e sucessor, João I, interveio a favor do referido culto, quando este se encontrava ameaçado, proibindo que o mesmo fosse atacado durante a pregação. Cf. José Félix Duque, *O Fuso e a Trama... cit.*, pp. 25-26.

⁷⁷ “A 17 de Outubro de 1320 o Bispo de Coimbra Dom Raimundo Évrard, em carta dirigida a todos os seus fiéis, determinou que na sua catedral se fizesse festa em cada ano a 8 de dezembro, dia em que a Virgem gloriosa Santa Maria foi concebida [...] Escreveu-se que o Bispo de Coimbra instituiu essa festa por indicação da Rainha Santa Isabel, mas também podia tê-lo feito por iniciativa e devoção pessoal.” Cf. Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 139.

⁷⁸ José Félix Duque, *O Fuso e a Trama... cit.*, p. 27.

⁷⁹ O bispo D. Rodrigo já se encontrava associado ao culto da Imaculada Conceição, uma vez que a festa de 8 de dezembro era praticada no mosteiro do Pombeiro, localidade do termo de Felgueiras e espaço fortemente vinculado ao referido bispo, pelo menos desde 1311. No mesmo ano, realizou-se o Concílio de Compostela, onde se determinou que a festa da Conceição de Maria deveria ser celebrada nas dioceses de Évora, Guarda, Lamego e Lisboa. No entanto, não sabemos se todas as dioceses celebraram a festa que lhes havia sido indicada. Cf. Francisco Leite de Faria, “Crença e culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 140.

⁸⁰ Francisco Leite de Faria, “Crença e culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 140

imaculismo, pois no primeiro quartel do século XIV já realizava a referida festa, com procissão⁸¹.

Em relação ao debate teológico, que se manteve aceso ao longo do século XIV, verificamos que o número de teólogos defensores da Imaculada Conceição aumentou, nomeadamente entre os clérigos franciscanos, agostinhos e carmelitas. Em relação aos franciscanos, destacamos figuras como Pedro Auréolo, Francisco de Mayronnes, Tomás de Estrasburgo e João Baconthorp, cuja ação podemos situar na primeira metade de trezentos⁸². Contudo, mesmo contando com um crescimento de adeptos e defensores, o imaculismo continuou a deparar-se com acérrimos opositores, entre eles Herveus Natalis, João de Pouilly, Alexandre de Alexandria, Beltrão de La Tour, Guilherme de Rubione e Álvaro Pais, este último natural da Galiza e bispo de Silves entre 1333 e 1349⁸³.

No entanto, os opositores mais notórios da Imaculada Conceição continuaram a ser os clérigos da Ordem dos Pregadores, que, a partir de meados do século XIV, sustentaram os seus fundamentos na figura de São Tomás de Aquino. Este dominicano, que inicialmente chegou a defender que a Virgem Maria havia sido concebida sem pecado original, baseou-se em diversos textos religiosos, nomeadamente o Evangelho de São João e as obras de Santo Agostinho⁸⁴, para defender que a mãe de Jesus Cristo, embora tenha sido santificada no seio de Santa Ana, não foi concebida sem pecado⁸⁵. Desta forma, parece-nos sensato considerar que a devoção a Nossa Senhora da Conceição se prendeu essencialmente com questões descentralizadas no cristianismo medieval, tendência que se irá inverter nos séculos seguintes, mediante uma maior intervenção da Santa Sé nestas questões teológicas.

1.2 – Do impulso do Condestável a Santa Beatriz da Silva

Se entre os séculos XII e XIV verificamos que, progressivamente, a devoção à Imaculada Conceição foi conquistando fiéis e defensores com formação teológica, o

⁸¹ Joaquim Chorão Lavajo, “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, in Manuela Mendonça (coord.), *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, p. 117.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 138.

⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 138.

⁸⁴ São Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, t. XII, Madrid, Editorial Catolica, 1955, pp. 20-21.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 21-22.

século XV foi, a nosso ver, revelador de um aumento significativo da defesa e crença na invocação mariana que temos vindo a abordar. Além dos passos progressivos que este tipo de devoção deu no seio da própria Igreja, nomeadamente nas decisões ponderadas pelo papado, verificamos que, em Portugal, a Imaculada Conceição foi objeto de devoção por parte de membros da nobreza e da família real.

No primeiro quartel de quatrocentos, encontrava-se D. Nuno Álvares Pereira, condestável de Portugal e um dos nobres de maior vulto, empenhado na construção de uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição⁸⁶, em Vila Viçosa⁸⁷. Segundo a *Crónica do Condestabre*, este foi responsável pela edificação de várias igrejas nos seus domínios, todas elas sob a invocação de Santa Maria⁸⁸. Apesar de o templo calipolense vir referido, na referida crónica, sob a forma genérica de Igreja de Santa Maria, tudo nos leva a crer que era prática corrente as igrejas sob esse tipo de invocação serem referidas desta forma.

Além de D. Nuno Álvares Pereira, também alguns membros da família real portuguesa, seus contemporâneos, se devotaram e defenderam a Imaculada Conceição. D. Duarte, segundo monarca português da Casa de Avis, dedicou-lhe um capítulo da sua

⁸⁶ A construção da igreja coincidiu com o falecimento da filha do Condestável, D. Beatriz Pereira de Alvim, primeira mulher de D. Afonso, filho natural de D. João I e futuro Duque de Bragança. Cf. Francisco Leite de Faria, “Crença e culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 141.

⁸⁷ O padre Joaquim José da Rocha Espanca, na segunda metade do século XIX, acreditava que a igreja ou já existia no reinado de D. Fernando, ou foi nessa época que as obras de edificação se iniciaram: “Em todo o caso registaremos que no princípio do século XV já a igreja Matriz existia com certeza dentro do castello; e é provável que isso venha ao menos do tempo de D. Fernando I quando se melhorou a praça de guerra, embora fossem lentas as suas obras e que D. Nuno as acabasse”. Cf. José Joaquim da Rocha Espanca, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa Concelho da Província do Alentejo e Reino de Portugal*, Redondo, Tipografia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892, p. 137.

⁸⁸ “Fez [D. Nuno Álvares Pereira] certas ygrejas aa sua própria despesa. [...] E fez [...] a ygreja de Sancta Maria de Villa Viçossa. E a ygreja de Sancta Maria de Mõssaraz. E a ygreja de ygreja de Sancta Maria de Portell. Ea ygreja de Sancta Maria de Soussel. E acabou a ygreja de Sancta dos Martes de Estremoz, aquella que elrey Dõ Fernãdo começou a fazer”. Cf. *Cronica do Cõdestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra, principiador da casa q agora he do Duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste procedem agora o Emperador em todos Reynos xpos de Europa ou as raynhas deles ou ambos*. Edição fac-símile, Lisboa, Tipografia Silvas Lda., 1969, fls. LXIV-LXV.

obra *Leal Conselheiro*⁸⁹, onde defende a veracidade da referida crença⁹⁰. Segundo José Félix Duque, devido às ligações familiares, estabelecidas através dos casamentos régios realizados entre os vários reinos da Península Ibérica, a devoção à conceição de Maria difundiu-se com relativa facilidade entre a realza hispânica⁹¹.

Em Castela, no segundo quartel do século XV, a rainha Maria de Aragão, primeira consorte de João II, promoveu várias vezes o imaculismo em território castelhano. Destaque-se, a criação de uma capelania para celebrar a festa de 8 de dezembro na catedral de Sigüenza, em 1442, e a edificação de um hospital sob a invocação da Puríssima Conceição em Madrigal de las Altas Torres, em 1443⁹². Uma vez que rainha de Castela era cunhada de D. Duarte, pois este desposou a irmã da rainha, D. Leonor, um fator de ligação do monarca português à devoção imaculista pode residir na influência aragonesa de sua mulher.

O infante D. Fernando, filho de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, duque de Beja e de Viseu, parece ter partilhado da mesma devoção que seu pai. Desta forma, não nos parece estranho que D. Fernando e sua mulher, D. Beatriz, tenham fundando um convento em Beja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição⁹³. As obras do referido convento, que seguia a regra dos Padres da Real Observância, iniciaram-se em 1459, quando o papa Pio II autorizou a sua fundação⁹⁴. Os trabalhos arrastaram-se durante várias décadas, uma vez que o infante D. Fernando se encontrava empenhado nos negócios relativos aos arquipélagos atlânticos, que herdara do seu tio, o infante D. Henrique⁹⁵. O convento da Conceição de Beja, destinado a pessoas com altos

⁸⁹ D. Duarte, para defender a crença na Imaculada Conceição, apresentou quatro argumentos. O primeiro, diz-nos que são antigas as declarações para que a sua festa se realize e a esta invocação se reze. O segundo, prende-se com o caráter imaculado de Maria, que está associado à criação da alma e não do corpo. O terceiro, aborda as questões de crença e afirmação nos princípios morais da igreja, que atribuem santidade a São Joaquim e Santa Ana, progenitores de Maria, e a ausência de pecado original a esta última, crença esta que devemos aceitar e difundir. Em quarto lugar, o monarca português enveredou por uma comparação entre São João Baptista e a Virgem Maria, considerando que o primeiro foi santificado no ventre da mãe, Santa Isabel, após ser gerado, e que a mãe de Jesus Cristo, ao ser concebida, já havia sido santificada e ausente de mácula. Cf. D. Duarte, *Leal Conselheiro, o qual fez D. Duarte, Pela Graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, A Requerimento da muito excelente Rainha Dona Leonor sua mulher, seguido do Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sella, que fez o mesmo Rei, o qual sendo Infante*, Paris, Casa de J. P. Aillaud, 1842, pp. 200-201.

⁹⁰ José Félix Duque, *O Fuso e a Trama... cit.*, p. 28.

⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 28.

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 28.

⁹³ Luís Gonzaga de Lencastre e Távora, “O culto mariano na sigilografia medieval portuguesa”, *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, s.n., 1981, p. 445.

⁹⁴ Florival Baião Monteiro, *Azulejaria do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição de Beja*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 18-20.

⁹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 18-20.

rendimentos, foi detentor de considerável património e rendimentos, uma vez que, com os surtos epidémicos ocorridos no final do século XV e início do XVI, muita gente legou os seus bens ao referido convento⁹⁶.

À semelhança dos seus familiares, também o rei D. Afonso V manifestou a sua devoção a Nossa Senhora da Conceição, quando, em 1458, lhe dedicou a igreja da recém-conquistada Alcácer Ceguer⁹⁷. Já no final da vida, em 1481, o monarca encomendou uma imagem da mesma invocação ao escultor coimbrão Diogo Pires, destinada ao convento da Conceição, em Leça da Palmeira, Matosinhos⁹⁸. Este convento, que inicialmente estava sob a invocação de São Clemente, foi transferido para um local mais afastado do rio Leça, devido às intempéries, por volta de 1475, passando então a ser dedicado a Nossa Senhora da Conceição⁹⁹.

Foi ao referido convento que o rei D. João II e o seu filho, o príncipe D. Afonso, peregrinaram em 1489¹⁰⁰, partindo da cidade do Porto. Cerca de uma década depois, o rei D. Manuel I, filho do infante D. Fernando, além de primo e cunhado de D. João II, foi responsável pela edificação da igreja da Conceição, em Lisboa. Os freires da Ordem de Cristo transferiram-se para o templo, após o monarca ter adquirido a capela do Restelo, em 1502, para dar início à construção do mosteiro de Santa Maria de Belém¹⁰¹.

Contemporânea da peregrinação do *Príncipe Perfeito* a Matosinhos foi a criação, em Toledo, da Ordem das Concepcionistas¹⁰². A sua fundadora, D. Beatriz da Silva, nasceu em Campo Maior, provavelmente em 1436, sendo filha de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor da referida vila raiana e de Ouguela, que lhe fica próxima, e de sua mulher, D. Isabel de Menezes, filha ilegítima do conde de Vila Real¹⁰³. Em 1447, acompanhou a infanta D. Isabel até Castela, onde esta desposou o soberano daquele reino, João II¹⁰⁴.

⁹⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 18-20.

⁹⁷ Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 142.

⁹⁸ Horácio Marçal, “O Convento da Conceição, de Matosinhos”, *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 5, Matosinhos, 1958, p. 4.

⁹⁹ Jorge Bento, *História da Imagem da Senhora da Conceição de Leça da Palmeira*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos e Junta de Freguesia de Leça da Palmeira, 1983, p. 10.

¹⁰⁰ Francisco Leite de Faria, “Crença e culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 143.

¹⁰¹ Jorge Segurado, *Da Igreja Manuelina da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Editorial Império, 1977, p. 20.

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 142.

¹⁰³ José Félix Duque, *O Fuso e a Trama...* *cit.*, pp. 39-40.

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 43.

Após ter passado alguns anos na Corte, D. Beatriz retirou-se para o mosteiro de São Domingos, o Real, onde permaneceu por mais de trinta anos, sem nunca professar¹⁰⁵. Foi em 1484, no reinado de Isabel I de Castela, que a referida soberana cedeu uma parte do Paço de Galiana e a igreja de Santa Fé de Toledo, para que a campomaiorense aí fundasse o Mosteiro da Conceição, como era seu desejo¹⁰⁶. Assim, em 1489, mediante as súplicas que a rainha Isabel a Católica e D. Beatriz da Silva lhe enviaram para esse propósito, o papa Inocêncio VIII, através da bula *Inter universa*, autorizou a fundação de um mosteiro feminino, regido pela Ordem de Cister e sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição¹⁰⁷.

Antes de D. Beatriz da Silva, também o seu irmão D. João manifestou apreço pelo imaculismo. Este nasceu por volta de 1430, em Campo Maior, tendo passado algum tempo da sua juventude com os frades jerónimos do Mosteiro de Guadalupe, na Extremadura castelhana, adotando o nome de Amadeu¹⁰⁸. Em 1452 entrou para a ordem franciscana, tendo-se intalado em Milão após fazer o noviciado¹⁰⁹. Nas décadas de 1450 e de 1460, fundou diversos conventos na Península Itálica, nomeadamente em Morliano, em 1457, e em Oreno, em 1460¹¹⁰. A congregação veio a receber o nome do fundador e os conventos receberam o estatuto de custódia por parte do papa Sisto IV, de quem Amadeu se tornou confessor¹¹¹.

Os conventos amadeístas estavam localizados no norte da atual Itália e, apesar de o seu fundador ter sido um português, nunca se instalaram em Portugal¹¹². Maior impacto parece ter tido a obra *Nova Apocalipse*, atribuída ao irmão de Santa Beatriz da Silva. Nela o autor defendeu, entre outros aspetos, o imaculismo, considerando a Virgem Maria pura desde o primeiro momento da sua concepção¹¹³. Desta forma, é possível estabelecer um

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 45.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 47.

¹⁰⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 60-61.

¹⁰⁸ Henrique Pinto Rema, “Os 800 anos da Ordem dos Frades Menores...” *cit.*, p. 27.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 27.

¹¹⁰ Domingos Lucas Dias (intr., trad., e notas), Domingos Lucas Dias, Arnaldo do Espírito Santo e Sebastião Tavares de Pinho (ed. crítica e fixação do texto), *Beato Amadeu Nova Apocalipse*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 7.

¹¹¹ Henrique Pinto Rema, “Os 800 anos da Ordem dos Frades Menores...” *cit.*, p. 27.

¹¹² Idem, *Ibidem*, p. 27.

¹¹³ “Foi, pois, totalmente bela de corpo e sem mácula. O seu corpo, contudo, não foi formado e animado num abrir e fechar de olhos como o corpo do seu Filho, que se unia à divindade no momento em que se formava. Nem esperou também tanto tempo como esperam os corpos dos outros, mas em pouco tempo, com a nossa assistência, foi o puríssimo sêmen de Joaquim lançado no útero de Ana. E preparado e totalmente limpo aquele santuário, e por intervenção nossa, a mais perfeita e a mais pura, segregado, purificado e depositado nesse santuário o sangue de Ana e unido ao sêmen de Joaquim, acrescentámos àquele sangue,

alinhamento devocional entre os dois irmãos, Amadeu e Beatriz, no que respeita ao imaculismo.

No que respeita às determinações do papado, cabe referir que Inocêncio VIII não foi o primeiro pontífice quatrocentista a manifestar apreço pela devoção à Imaculada Conceição. Se excluirmos as resoluções saídas do Concílio de Basileia, datadas de 1439 e que declararam a doutrina da Imaculada Conceição conforme a fé católica, uma vez que este concílio foi sismático¹¹⁴, verificamos que foi o papa Sisto IV quem reforçou a consolidação da devoção à Imaculada Conceição, já largamente difundida. Este pontífice, antecessor de Inocêncio VIII, aprovou a festa de 8 de dezembro, além de ter autorizado uma missa especial para a solenidade e de lhe ter concedido indulgências idênticas à da festa do Santíssimo Sacramento, através da bula *Cum praeexcelsa*¹¹⁵, datada de 24 de fevereiro de 1477¹¹⁶. Seis anos depois, o mesmo papa, através da bula *Grave nimis*, datada de 4 de setembro de 1483, proibiu que os defensores do imaculismo fossem considerados hereges¹¹⁷.

Voltando à organização fundada por D. Beatriz da Silva, verificamos que o papa Júlio II, em 1511, estabeleceu que Ordem de Nossa Senhora da Conceição seria filiada na Ordem Franciscana. No entanto, por determinação de Leão X, pontífice que sucedeu a Júlio II, a ordem das Concepcionistas fundiu-se com a das Anunciadas em 1514, sob a designação geral de Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria. A Ordem da Anunciação foi fundada em 1500 por Joana de Valois, filha de Luís XI de França e de Carlota da Sabóia e primeira mulher de Luís XII¹¹⁸. Este período de fusão, que não deteriorou as particularidades das duas ordens, foi contemporâneo de grandes transformações no seio da igreja, que geraram conflitos e cisões, mas também reflexões e debates teológicos, conforme veremos em seguida.

além da influência do céu, muitas outras coisas, fazendo com que essa carne, as veias e os nervos com os ossos se formassem de modo incomparavelmente mais rápido, a ponto de se concretizar, querendo Deus e colaborando nós, em seis horas ou quase, tudo quanto nos outros se realiza em muitos dias.” Cf. Domingos Lucas Dias (intr., trad., e notas), Domingos Lucas Dias, Arnaldo do Espírito Santo e Sebastião Tavares de Pinho (ed. crítica e fixação do texto), *Beato Amadeu... cit.*, p. 185.

¹¹⁴ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 7.

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹¹⁶ Em 1503, o papa Júlio II confirmou as prerrogativas declaradas por Sisto IV em 1477. Cf. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. I, pp.82-83.

¹¹⁷ Miguel Ángel Nuñez Beltrán, *La Oratoria Sagrada de la Época del Barroco Doctrina, cultura y actitud ante la vida desde los sermones sevillanos del siglo XVII*, Sevilha, Universidade de Sevilla e Fundación Focus-Abengoa, 2000, p. 211.

¹¹⁸ José Félix Duque, *O Fuso e a Trama... cit.*, pp. 146-147.

1.3 – Sob as diretrizes de Trento: uma devoção privilegiada

Foi no século XVI que se operaram grandes mudanças na Europa. No que respeita à religião, encontramos-as não só na cisão entre católicos e protestantes, fomentada pela ação de Martinho Lutero e pela publicação das *Noventa e Cinco Teses* em 1517, como também pelos melhoramentos levados a cabo no seio da própria Igreja Católica, na qual se fez uma profunda reforma litúrgica, sendo o Concílio de Trento o cenário de debate e de decisão desta reforma¹¹⁹.

Não podemos descurar que foi com a divisão entre católicos e protestantes, fruto das divergências entre ambos, que a Igreja promoveu alterações nas suas práticas sociais e culturais, com a definição de novas devoções. No que toca a Nossa Senhora da Conceição, veremos que também conheceu um novo rumo neste século marcado por profundas alterações religiosas. No entanto, importa frisar que o papado o promoveu ainda antes das reformas instituídas pelo Concílio de Trento. De facto, o Quinto Concílio de Latrão, iniciado pelo Papa Júlio II e encerrado por Leão X, em 1517, confirmou a festa da Imaculada Conceição¹²⁰.

A cisão do mundo católico gerou-se através do descontentamento de muitos dos fiéis pelo luxo, ostentação e abuso de poder por parte da Igreja. Foi a questão da venda das indulgências, promovida pelo Papa Leão X com o objetivo de angariar fundos para as obras que se realizavam na basílica de São Pedro, que originou a indignação do monge agostinho Martinho Lutero. Este, em 1517, redigiu e divulgou as *Noventa e Cinco Teses*, um documento em que condenava os excessos da Igreja¹²¹, seguindo-se uma onda de protestos e de indignação um pouco por toda a Europa.

A Igreja não teve uma perceção momentânea de que se viviam tempos de mudança no quadro religioso da Europa e só houve uma verdadeira preocupação com o avanço das ideias protestantes durante o pontificado de Paulo III¹²². Este definiu a realização do Concílio de Trento, pautado por uma divisão em três fases, com uma duração aproximadamente duas décadas e que tinha como objetivo reformar a própria Igreja

¹¹⁹ Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 28-29.

¹²⁰ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. I, p. 82.

¹²¹ Federico Palomo, *A Contra-Reforma... cit.*, pp. 28-29.

¹²² Idem, *Ibidem*, p. 34.

Católica¹²³. Verificamos que em Trento agiu-se sobre quatro níveis. Houve um contraste com a catequética precedente¹²⁴, sendo esta oposta, no entanto, à de Martinho Lutero. Estabeleceu-se uma linha normativa e um símbolo de fé, que passou sobretudo pela importância dos sacramentos¹²⁵.

O debate historiográfico atual aborda esta matéria a partir das conceptualizações de confessionalização e de disciplinamento, conceitos criados durante as décadas de 1960 e 1980 pela historiografia alemã, e que procurou ultrapassar os conceitos de «reforma» e «contrarreforma»¹²⁶. As suas tipologias foram fundamentais para uma reorganização do quotidiano religioso europeu¹²⁷, levando a uma receção de novos modelos religiosos e morais¹²⁸. Estes pautaram-se por uma formulação das confissões de fé: são disso exemplo a Confissão de Augsburgo e o Livro da Concórdia, ambos redigidos em 1530 e respeitantes ao Luteranismo; as Confissões Helvéticas do Calvinismo (1536 e 1566) e o Livro de Oração Comum e os Trinta e Nove Artigos, no Anglicanismo¹²⁹. Para o Catolicismo, estas assentaram essencialmente nas resoluções tridentinas e no Catecismo Romano, como adiante veremos.

Voltemos a Trento. Durante o primeiro período do concílio, decorrido entre 1545 e 1548, o cardeal Francisco Pacheco de Toledo, em 28 de maio de 1546, procurou tratar o tema da Imaculada Conceição. Apesar de contar com o apoio de vários padres e teólogos, nomeadamente Diego Laynez e Afonso Salmerón, membros da recém-criada Companhia

¹²³ Idem, *Ibidem*, p. 34.

¹²⁴ A reforma definida em Trento assentou nos seguintes pilares: “reorganização da doutrina católica e da Igreja a partir do centro romano; a interação profunda entre política e religião – uma das dimensões da noção de confessionalização; o disciplinamento e a vigilância da experiência religiosa e do comportamento dos fiéis; o encontro entre o catolicismo europeu e o resto do mundo. Pese embora, em Trento não se ter tido em consideração realidades extra-europeias, as decisões ali tomadas vieram a ter enorme impacto também em África, na Ásia e na América.” Cf. José Pedro Paiva, “A recepção e a aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspetivas”, in António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Novos olhares*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 16.

¹²⁵ Pedro Rodriguez e Raul Lanzetti, *El manuscrito original del Catecismo Romano*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1985, pp. 26-27.

¹²⁶ Federico Palomo, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1571-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 28.

¹²⁷ Federico Palomo, “Confessionalización”, in José Luís Beltrán, Bernat Hernández e Doris Moreno (eds.), *Identidades y fronteras culturales en el mundo ibérico en la Edad Moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2016, p. 70.

¹²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 75.

¹²⁹ Arnaldo Érico Huff Júnior, “Confessionalização e ortodoxia luterana: Embates teológicos e políticos nos séculos XVI e XVII”, *Ciências da Religião – História e Sociedade*, vol. 7, n.º1, São Paulo, 2009, p. 8.

de Jesus, o cardeal Pacheco, defendeu a importância à devoção em questão. No entanto, a força dominicana anti-imaculista fez-se sentir, resultando daí o recuo do cardeal, que foi praticamente forçado a aceitar, devido ao isolamento a que estava confinado, que a Imaculada Conceição era uma “pia opinião”. Desta forma, o sínodo apenas declarou não incluir as questões da Imaculada Conceição naquelas referentes ao pecado original¹³⁰, remetendo esta devoção às determinações do papa Sisto IV¹³¹.

Com o término do Concílio de Trento em 1563, durante o pontificado de Pio IV, surgiram novas formas de culto, de celebrações litúrgicas e de vias catequéticas no seio do catolicismo. Exemplo disso foi a edição do Catecismo Romano, impresso em 1566, já sob o pontificado de Pio V, e que pretendeu orientar os fiéis através dos ajustes que se operaram na doutrina¹³². Segundo Pedro Rodriguez e Raul Lanzetti, a importância deste catecismo advém da doutrinação unitária da Igreja, tendo em conta o contexto vivido com os recém-criados protestantismos¹³³. Ao consultarmos o catecismo, que teve inúmeras reedições desde o século XVI, verificamos que este não se prendeu com explicações sobre a Imaculada Conceição, apesar de nele se referir o facto de a Virgem Maria permanecer virgem após o nascimento de Jesus Cristo¹³⁴.

Com a reorganização devocional, o calendário litúrgico conheceu uma nova feição, que passou, sobretudo, pela intensificação do apreço pelas relíquias¹³⁵ e pela criação de novos santos, como são os casos de São Francisco Xavier, São Vicente de Paula e São Filipe Nery. A devoção à Virgem Maria também cresceu exponencialmente, remetendo-nos de forma particular para as invocações de Nossa Senhora da Assunção e da Conceição¹³⁶. Desta forma, podemos considerar que, num contexto de reformas religiosas e de cisões profundas no mapa político da Europa de quinhentos, o Concílio de Trento

¹³⁰ “O sagrado Concílio declara que não é sua intenção compreender neste decreto, que trata do pecado original, a bem-aventurada e imaculada Virgem Maria, Mãe de Deus, mas que devem observar-se as Constituições do papa Sisto IV, de feliz memória, sob as penas que nelas se cominam e que aliás êste Concílio renova.” Cf. Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 8.

¹³¹ José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, Vol. II, Lisboa, Tipografia da União Gráfica, 1944, p. 178.

¹³² Idem, *Ibidem*, p. 19.

¹³³ Pedro Rodriguez e Raul Lanzetti, *El manuscrito original del Catecismo Romano... cit.*, pp. 26-27.

¹³⁴ “Maria, que verdadeiramente préamos ser mãy de Deos, & a honramos, porque pario a pessoa, que juntamente era Deos, & homem, era da geração delRey David. Mas assi como a mesma Conceição de todo vence a ordem da natureza: assi no nacimiento não he licito considerar cousa, que não seja divina. Alem disto nasce da mãy sem diminuição algũa da virgindade da mãy”. Cf. *Catecismo Romano, Ordenado por Decreto do Santo Concílio de Trento*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1783, p. 59.

¹³⁵ Federico Palomo, *A Contra-Reforma... cit.*, pp. 93-96.

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 96.

teve um papel reformista de particular relevância no seio da Igreja Católica, refletindo-se essas reformas na importância que o imaculismo alcançou, pois, ainda que não tenha conseguido progressos significativos a nível teológico, conseguiu um lugar de destaque entre os novos cultos que a Igreja recomendava aos seus fiéis.

Em Portugal, a fé católica não foi, de forma alguma, abalada pelos ventos que sopravam a mudança religiosa noutros espaços do continente europeu. Assim, e acompanhando de perto as resoluções tridentinas, os derradeiros monarcas avisenses não descuraram a Imaculada Conceição, que saiu reforçado após a reforma católica. No entanto, encontramos ainda alguma oposição à devoção que temos vindo a abordar, especialmente por parte dos dominicanos, seus acérrimos opositores. No entanto, houve casos excecionais, como o de frei Diogo do Rosário, que defendeu o imaculismo na sua obra *Flos Sanctorum* (1567)¹³⁷.

D. frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, negou a Imaculada Conceição no seu catecismo, publicado em 1564. Apesar deste ter tido larga difusão em Portugal, parece-nos que não colheu os seus frutos relativamente à posição que o seu autor defendeu no que tocou à conceção mariana, uma vez que a maioria dos teólogos e dos populares, seus contemporâneos, tiveram como idónea a crença na referida invocação da Virgem Maria¹³⁸.

Em relação ao reinado de D. João III, que compreendeu as duas primeiras fases do Concílio de Trento, verificamos que o referido monarca era afeto ao imaculismo, sendo prova disso a instituição de uma confraria dedicada à Imaculada Conceição na própria Corte, à semelhança das que foram criadas em todo o reino¹³⁹. Todas estas irmandades

¹³⁷ Em relação à festa de 8 de dezembro, frei Diogo do Rosário escreveu o seguinte: “Esta he a festa da Conceição, que celebramos quando o Senhor teve por bem fazer este maravilhoso edifício da Virgem sagrada templo de Deos, sacrário do Espírito Santo, e morada da santíssima Trindade. Celebramos a festa da Conceição da Virgem Maria, festa de muita alegria, porque he principio de todas as outras, em que se começarão a cumprir as promessas da divina misericórdia, quando, não sem grande mysterio, o sagrado corpo da Virgem (do qual a limpíssima carne de Christo por obra do Espírito Santo havia de ser formada) foy santificado no ventre de Santa Ana.” Cf. frei Diogo do Rosário, *Flos Sanctorum, ou Historia das vias de Christo, Nosso Senhor, de Sua Santíssima Mãe e dos Santos, e suas Festas, Repartidas pelos mezes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, com as praticas, e festas, que nelles se celebrão*, t. II, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1744, p. 905.

¹³⁸ Francisco Leite de Faria, “Crença e culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, pp. 144-145.

¹³⁹ “Nesse século [XVI] a crença e o culto da Imaculada Conceição propagaram-se por todo o Portugal. Em muitas freguesias instituíram-se com essa invocação confrarias, sendo a principal a estabelecida na Corte por D. João III. Só em Lisboa Cristóvão Rodrigues de Oliveira, aproximadamente em 1554, indicou cinco confrarias da Conceição, respectivamente nas freguesias de Santa Justa, São Nicolau, Santo Estêvão, Santa Cruz de Alfama e na igreja da Conceição”. Cf. Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 143.

festejavam o dia 8 de dezembro com sermão, sendo que a maioria deles não foi publicada¹⁴⁰. Um dos membros da família real que se destacou no apreço pela referida devoção foi a infanta D. Maria, filha de D. Manuel e de D. Leonor de Habsburgo. Esta, ao tomar conhecimento de que a Confraria de Nossa Senhora da Conceição, sediada no convento de Santa Cruz de Coimbra, havia sido restaurada, ofereceu à mesma uma imagem daquela invocação¹⁴¹.

Em 1571, reinando D. Sebastião, este recebeu uma embaixada do papa Pio V, encabeçada pelo seu legado, o cardeal Alexandrino. No dia 8 de dezembro desse ano, o monarca festejou a Imaculada Conceição, ouvindo missa na capela real, na qual estiveram presentes, além do legado papal, o cardeal infante D. Henrique e D. Duarte, duque de Guimarães e neto de D. Manuel I¹⁴². Também a irmã mais velha deste último, D. Maria, duquesa consorte de Parma, teve em conta o imaculismo, pois a festa de 8 de dezembro constava no manual litúrgico da infanta portuguesa, através das matinas cantadas, inspirando-se este no cerimonial da capela real de D. Manuel e de D. João III¹⁴³.

Com o último monarca de Avis, D. Henrique, verificamos que a devoção à Conceição da Virgem Maria não foi negligenciado. Assim, durante o seu curto reinado, o referido soberano levou a cabo uma reforma administrativa na cidade de Lisboa, resultando daí a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição¹⁴⁴, que contou com a desanexação de ruas e vários imóveis pertencentes às freguesias de Santa Madalena e de São Julião e teve a sua sede de paróquia da igreja da Conceição dos Freires (que veio a ficar conhecida, no século XVII, como igreja da Conceição Velha)¹⁴⁵. Este monarca acompanhou de perto a reforma católica e rapidamente colocou em prática as medidas que saíram do Concílio de Trento.

Assim, não nos parece estranho que, tendo em conta as devoções aprovadas pelo concílio, o cardeal D. Henrique tenha tido particular devoção por Nossa Senhora da Assunção, à qual se dedicou nas suas obras *Meditações sobre o Paer Noster* e *Meditações*

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 144.

¹⁴¹ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. IV, p. 609.

¹⁴² Arnaldo Pinto Cardoso, *Embaixada do Papa Pio V ao rei D. Sebastião*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2012, p. 60.

¹⁴³ José Maria Pedrosa Cardoso, *Cerimonial da Capela Real. Um manual litúrgico de D. Maria de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 55.

¹⁴⁴ Mário de Sampaio Ribeiro, *Igreja da Conceição Velha*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1938, p. 8.

¹⁴⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

e *Homilias*¹⁴⁶. E em relação à Imaculada Conceição? Parece-nos que, apesar de ter tido uma grande ligação com os dominicanos no início da sua vida¹⁴⁷, o referido cardeal-rei não foi desfavorável a Nossa Senhora da Conceição, talvez por ter estabelecido alguma proximidade com membros da Companhia de Jesus¹⁴⁸. São exemplos disso as celebrações de 8 de dezembro na capela real, nas quais esteve presente, e a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que já aqui referimos.

O imaculismo em Portugal parece-nos ter estado em grande sintonia com as diretrizes traçadas no Concílio de Trento, através de vários teólogos ligados à Universidade de Coimbra¹⁴⁹. Ainda no campo literário, vários autores fizeram referência a Nossa Senhora da Conceição nas suas obras, como Gil Vicente, Francisco Sá de Miranda e Luís Vaz de Camões, facto revelador de que a crença na doutrina imaculista não se concentrava apenas no universo teológico¹⁵⁰. Muito pelo contrário, pois verificamos que a imaculismo estava presente na casa real de Avis e, de uma forma ainda mais acentuada, na casa ducal de Bragança, sobre a qual nos debruçaremos.

1.4. Uma devoção nobre: o caso dos duques de Bragança

Ao analisarmos as questões referentes a Nossa Senhora da Conceição em Portugal, cabe-nos advertir para o facto de este tipo de devoção ter sido privilegiado por uma das casas nobres do reino desde finais da Idade Média. Trata-se da casa de Bragança, cujo título nos remete para 1442, ano em que D. Afonso, conde de Barcelos e filho natural de D. João I, foi agraciado com o título de duque de Bragança pelo seu sobrinho D. Afonso V. No entanto, a génese desta casa ducal residuiu no consórcio entre o já referido D. Afonso e D. Beatriz Pereira de Alvim, filha única de D. Nuno Álvares Pereira, realizado em 1401, e ao qual se seguiu, por vontade do monarca e do condestável, a doação dos domínios

¹⁴⁶ Amélia Polónia, *O Cardeal Infante D. Henrique: arcebispo de Évora: um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, Edição da Autora, 2005, pp. 67-68.

¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 59.

¹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 59.

¹⁴⁹ Os exemplos mais salientes foram os de frei Francisco de Cristo, professor da Universidade de Coimbra e autor de um tratado sobre o Verbo Encarnado, no qual defendeu a inexistência de mácula na criação da Virgem Maria (1564), o de Diogo de Paiva de Andrade, autor de uma obra em que contrapôs o protestantismo alemão defendido por Martinho Kemnitz e manifestou apreço pela doutrina imaculista. Cf. Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p.144.

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 144.

deste último nas regiões de Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho ao filho natural do rei¹⁵¹.

Em 1422, D. Nuno Álvares Pereira decidiu, antes de professar no convento do Carmo, repartir o resto dos seus domínios pelos seus três netos, filhos de D. Afonso e de D. Beatriz. Ao mais velho, homónimo do pai, doou as suas terras estremenhas e várias vilas e lugares nos arredores de Lisboa e de Santarém, atribuindo-lhe o título de conde de Ourém¹⁵². Ao segundo neto, D. Fernando, o Condestável entregou todas as terras que possuía no Alentejo e o título de conde de Arraiolos¹⁵³. À única neta, D. Isabel, doou algumas vilas e lugares na região norte – terras de Paiva –, bem como na região de Lisboa – Almada – e no Algarve – rendas de Silves e Loulé¹⁵⁴.

Com a morte do conde de Ourém, D. Afonso, em 1460 e sem descendência legítima, o herdeiro da quase totalidade dos bens de D. Nuno Álvares Pereira foi o conde de Arraiolos, D. Fernando, que se tornaria duque de Bragança com a morte do pai, em dezembro de 1461¹⁵⁵. Nessa altura, os bens da casa de Bragança já não correspondiam apenas à herança do Condestável, uma vez que esta foi sendo enriquecida com diversas mercês, outorgadas por D. João I, D. Duarte e D. Afonso V¹⁵⁶. No governo do terceiro duque, D. Fernando II, a região que registou maior crescimento foi a do Alentejo¹⁵⁷, o que, de resto, pode estar associado ao facto de os duques de Bragança privilegiarem a região alentejana para seu local de residência, nomeadamente o Paço da Alcáçova de Vila Viçosa¹⁵⁸.

¹⁵¹ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, p.60.

¹⁵² Idem, *Ibidem*, p. 61.

¹⁵³ “O segundo neto, D. Fernando, recebia a quase totalidade dos bens que possuía no Alentejo: o condado de Arraiolos; a alcaidaria de Montemor-o-Novo com seus direitos e rendas; as vilas de Évora-Monte, Estremoz, Sousel, Alter do Chão, Vila Formosa e Chancelaria, Assumar, Longomel, Vila Viçosa, Borba, Vidigueira, Vila de Frades, Vilalva, Vila Ruiva e Beja e o montado de Campo de Ourique com suas rendas, direitos, padroados – que também incluía o da igreja de S. Salvador de Elvas – e jurisdição civil e crime, mero e misto império, tudo de juro e herdade.” Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder... cit.*, p. 61.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 61.

¹⁵⁵ Por altura da morte do conde de Ourém, já D. Fernando residia no Paço da Alcáçova de Vila Viçosa. Cf. José Joaquim da Rocha Espanca, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa... cit.*, p. 142.

¹⁵⁶ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder... cit.*, p. 64.

¹⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 99.

¹⁵⁸ A exceção prendeu-se com o primeiro duque de Bragança, bastante afeiçoado à região norte do país, nomeadamente a Chaves. De resto, a sua ligação ao norte do país pautou-se também pelo facto de os territórios de D. Nuno Álvares Pereira no centro e sul do país terem sido herdados pelos filhos de D. Afonso. Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder... cit.*, pp. 60-61.

Assim, verificamos que a casa de Bragança manteve desde muito cedo uma estreita ligação com Vila Viçosa. No reinado de D. Manuel I foi restaurada na pessoa de D. Jaime, filho do terceiro duque e sobrinho do próprio monarca, após o confisco dos bens da casa ducal pelo rei D. João II a D. Fernando II. O quarto detentor do título fixou definitivamente a sua residência em Vila Viçosa, primeiro na Alcáçova, onde residia a duquesa-viúva D. Isabel, sua mãe¹⁵⁹, e depois no Paço do Reguengo que, por sua iniciativa, se edificou¹⁶⁰.

Em 1502, D. Jaime casou-se com D. Leonor de Gusmão, filha dos duques de Medina Sidónia, cujo poderio em Castela pode ser comparado ao que o ducado de Bragança detinha em Portugal¹⁶¹. Durante os dez anos em que durou o casamento, a duquesa revelou-se particularmente devota da imagem de Nossa Senhora da Luz, venerada na igreja do convento paulista de Montes Claros. A duquesa visitava-a frequentemente, tendo particular gosto em trocar ela própria os vestidos da referida imagem¹⁶². Não sabemos se sucedeu o mesmo com Nossa Senhora da Conceição, embora houvesse uma confraria dedicada a esta invocação em Vila Viçosa. Sabe-se que na segunda metade do século XV já existia e a casa de Bragança esteve, em momentos posteriores, ligada à irmandade¹⁶³.

Em 1537, durante o governo de D. Teodósio I, a irmã do duque, D. Isabel, casou-se com o infante D. Duarte, filho de D. Manuel I. As festas do matrimónio realizaram-se em Vila Viçosa com grande pompa, às quais assistiram o rei D. João III e os infantes D. Luís, D. Afonso e D. Henrique¹⁶⁴. Durante a sua passagem por Vila Viçosa, o monarca português aproveitou para, em 26 de abril de 1537, ouvir missa na igreja de Nossa Senhora da Conceição¹⁶⁵, o que nos leva a crer que deverá ter sido acompanhado pelos restantes membros da família real. Este acontecimento pode ser entendido como um alinhamento de devoção imaculista por parte das casas de Bragança e de Avis.

¹⁵⁹ Sousa da Costa, *Dona Catarina Duquesa de Bragança. Rainha de Portugal à face do Direito*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1958, p. 38.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 41.

¹⁶¹ Idem, *Ibidem*, p.38.

¹⁶² Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 264.

¹⁶³ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 1.

¹⁶⁴ Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, t. XI, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1886, p. 1125.

¹⁶⁵ Sousa da Costa, *D. Catarina de Bragança... cit.*, p. 63.

Outro sinal visível dessa direção devocional está associado às obras que os duques de Bragança realizaram na igreja matriz da vila. A primeira fase dessas obras ocorreu durante o governo do duque D. João I, em 1570¹⁶⁶. Para as obras de restauro efetuadas na igreja contribuiu o rei D. Sebastião, com 100.000 réis, em 1569, sendo esse apoio reforçado dez anos mais tarde pelo seu sucessor, o Cardeal D. Henrique¹⁶⁷. Assim, verificamos que a Imaculada Conceição contava com fiéis de alta estirpe em Portugal, entre os quais elementos da Casa de Avis e a Casa de Bragança, que eram estreitamente aparentadas¹⁶⁸, são os mais significativos exemplos.

Com a morte do Cardeal D. Henrique sem descendência em 1580, o trono português foi disputado pelos seus sobrinhos, entre eles o rei Filipe II de Castela, D. Catarina, mulher do duque D. João I de Bragança, e D. António, Prior do Crato e filho natural do infante D. Luís. No entanto, quem sucedeu a D. Henrique foi o monarca castelhano, que passou a reinar também em Portugal como D. Filipe I¹⁶⁹. Assim, os nobres portugueses que não se juntaram ao novo monarca na Corte de Madrid fixaram residência nos seus domínios. Desta forma, os duques de Bragança continuaram a residir no seu paço de Vila Viçosa, local onde manifestavam o seu empenho religioso. Foi neste contexto de monarquia dual que encontramos diversas referências ao imaculismo por parte dos membros da Casa de Bragança, assim como de figuras que lhe estavam associadas.

¹⁶⁶ Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno... cit.*, p. 1124.

¹⁶⁷ “Um dos primeiros desses documentos [do Livro de Registos da Câmara Municipal] é um alvará do Cardeal Rei, passado em setembro de 1579, concedendo como administrador do Mestrado de Aviz cem mil réis anuais das sobras do Celeiro dos dízimos de Vila Viçosa (que era na rua de Cambraia), e do Ervedal, durante quatro anos, para as obras da Igreja Matriz, além de outros cem já concedidos em tempo de El-Rei D. Sebastião, em razão de durarem já as ditas obras há muitos anos sem se puderem acabar.” Cf. Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 6, Vila Viçosa, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, p. 70.

¹⁶⁸ “Porque os Reis de Avis e os Duques de Bragança mutuamente se estimavam e completavam, é que nós assistimos a enlaces matrimoniais, em sucessivas gerações entre as duas Casas, como se ambas reconhecessem a vantagem de contínua actualização de parentesco. Assim, sabe-se que o 1.º Duque era filho do Rei fundador de Avis. Na geração do 2.º Duque, sua irmã D. Isabel casa com o Infante D. João, filho de D. João I. Na geração do 3.º Duque, casa-se ele mesmo com D. Isabel, filha do Infante D. Fernando e neta do Rei D. Duarte. A geração do 4.º Duque sofreu em desgraça todas as consequências do ódio de D. João II, mas logo na geração do 5.º Duque, sua irmã D. Isabel consorcia-se com o infante D. Duarte, irmão de D. João III. O 6.º Duque matrimonia-se com D. Catarina, neta do Rei D. Manuel e finalmente os Duques 7.º e 8.º tomam estados de casados quando a Dinastia estava já extinta.” Cf. José Timóteo Montalvão Machado, “D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXIII, Guimarães, 1963, p. 41.

¹⁶⁹ Joaquim Romero Magalhães, “Filipe II (I de Portugal)”, in José Mattoso (dir.), Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 481.

A devoção à Imaculada Conceição não foi a única a preencher o calendário religioso dos duques, uma vez que estes dedicaram a capela do seu paço a São Jerónimo¹⁷⁰. No entanto, esta devoção teve uma importância assinalável na família ducal. D. Serafina, filha dos duques D. João I e D. Catarina, redigiu o seu testamento em 1603. A marquesa consorte de Vilhena determinou que seria sepultada com dois hábitos: o de São Francisco e o de Nossa Senhora da Conceição¹⁷¹. Também D. Duarte, marquês de Frechilha e filho segundo dos referidos duques, se devotou ao imaculismo. No seu testamento, redigido em 1627, invocou a proteção da referida invocação mariana¹⁷².

Em 1583, D. Teodósio II tornou-se duque de Bragança, continuando a dar provas da grande afeição ao imaculismo¹⁷³, através sua participação nas festas de 8 de dezembro¹⁷⁴, da continuidade que deu às obras na igreja matriz, iniciadas pelo pai¹⁷⁵ e da oferta de uma lâmpada de prata à Confraria de Nossa Senhora da Conceição, em 29 de janeiro de 1628¹⁷⁶. O exemplo do duque terá sido seguido pelos seus filhos, nomeadamente o mais jovem. D. Alexandre, que ofereceu a Nossa Senhora, em 28 de dezembro de 1632, um “vestido de tella azul viado sem manto forrado de tafetta amarello¹⁷⁷”.

À semelhança do que sucedeu no século XVI, quando a casa de Avis manifestou grande apreço pela Imaculada Conceição, verificamos que esta devoção também foi tida em grande conta quando as rédeas do governo de Portugal estiveram nas mãos dos monarcas da casa de Habsburgo. No entanto, não encontramos entre a nova casa reinante em Portugal e a casa de Bragança a mesma relação amistosa que a casa ducal tinha com

¹⁷⁰ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640... cit.*, p. 194.

¹⁷¹ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. IV, p. 431.

¹⁷² Idem, *Ibidem*, t. V, p. 428.

¹⁷³ O duque era bastante afeiçoado à religião, pois todos os dias “rezava o officio divino das sete horas cononicas; [...] quando sahia por a Quaresma a correr os sanctos passos, hia descalço, & vestido todo de luto cõ opa de rabo, a qual levavão três, & quatro moços da Camara; na semana sancta desde q se cantava a Alleluia, não sahia do coro de sua Capella, nem se deitava em cama, antes alli estava em oração, acompanhâdo o Sanctissimo Sacramento, o qual ate o dia de Paschoa estava encerrado com grande perfeição.” Cf. Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno, E Triumpho da Liberdade. Parte Primeira*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1668, p. 99.

¹⁷⁴ D. Teodósio II, como devoto de Nossa Senhora da Conceição, participava na sua festa, realizada em Vila Viçosa, a 8 de dezembro. O duque aparecia em público montado no seu cavalo, participando nas celebrações com a maior solenidade. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 99.

¹⁷⁵ Além das obras na igreja de Nossa Senhora da Conceição, cabe-nos referir que foi por iniciativa de D. Teodósio II que se edificou o colégio jesuíta de Vila Viçosa, cuja igreja, de uma imponência notável, não chegou a ser concluída. Apesar de D. Teodósio ter designado no seu testamento que o seu filho D. João erigisse as cúpulas do templo, o que não se verificou, devido aos acontecimentos que elevaram o duque à dignidade régia. Cf. Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa... cit.*, n.º 7, p. 49.

¹⁷⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 33.

¹⁷⁷ *Ibidem*, Cód. 123, fl. 3.

os monarcas de Avis. Mesmo marcados por laços de parentesco muito estreitos, os Braganças mantiveram sempre uma postura irredutível perante os Habsburgo¹⁷⁸.

Em 1616, o rei D. Filipe II correspondeu-se com o papa Paulo V, para que este declarasse como dogma o mistério da Conceição da Virgem Maria¹⁷⁹. O pontífice, que não declarou o que fora requerido pelo monarca, assinou um decreto em que declarava que tanto os defensores como os opositores do imaculismo não deveriam ser tidos como hereges, não sendo bem visto o facto de estes últimos manifestar a sua posição de forma pública¹⁸⁰. O imaculismo, de uma forma geral, estava difundido e era aceite em grande parte do reino. A Universidade de Coimbra também o teve em conta, pois, em 1617, confirmou-o na missiva que enviou à Santa Sé¹⁸¹, seguindo os passos de D. Filipe II, monarca esse que o aprovou, no ano anterior. Procedeu-se, por essa altura, à colocação de lápides votivas a Nossa Senhora da Conceição nas principais portas da cidade de Lisboa¹⁸².

A casa de Habsburgo teve em grande conta a devoção imaculista. Provam-no a concessão, por parte de D. Filipe II, de duas arrobas de cera anuais à ermida de Nossa Senhora da Conceição, venerada na Quinta da Messejana, no termo de Torres Vedras. Pagas pelo Almoxtarifado de Santarém, ficaram a dever-se ao facto de a invocação ter obtido uma assinalável quantidade de milagres¹⁸³. O seu filho, sucessor e homónimo também foi afeto à referida devoção, a quem os oratorianos de Valença enviaram, numa cesta de prata, uma cebola de açucena, que tinha o formato da representação da Imaculada Conceição¹⁸⁴.

¹⁷⁸ É exemplo disso a firmeza da posição de D. Teodósio II, que se encontrou com o rei D. Filipe II em 1619, quando este visitou Portugal: “He de saber, que o motivo, que o Duque teve de se vestir de seda preta, e seu filho de gala, foy para mostrar, que não tomava luto pelo Emperador Mathias, a quem ElRey havia em Badajoz celebrado as suas exequias, e quando morrera a Senhora D. Catharina, com quem tinha o mesmo parentesco, não fizera na sua morte tão continuada demonstração, como devia ser, a ser ela prima com irmãa delRey seu pai, filha do Infante D. Duarte, de quem era irmãa a Emperatriz, avó delRey”. Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. VI, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1739, p. 467.

¹⁷⁹ Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 146.

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 146.

¹⁸¹ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 19.

¹⁸² Francisco Leite de Faria, “Crença e Culto da Imaculada Conceição...” *cit.*, p. 147.

¹⁸³ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. II, p. 99.

¹⁸⁴ Manuel Bernardes, “Prática da Immaculada Conceição da Virgem Maria Senhora nossa”, in Manuel Bernardes, *Sermões e Práticas do P. Manoel Bernardes, da Congregação do Oratorio*, t. I, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762, pp. 270-271.

Foi no reinado de D. Filipe III que se realizaram vários concílios diocesanos em Portugal, nos quais se jurou a defesa da Imaculada Conceição: Guarda (1634)¹⁸⁵, Braga (1637)¹⁸⁶ e Coimbra (1639)¹⁸⁷. Este período ficou marcado pelo papel político do conde-duque de Olivares, valido do monarca, que personificou o desrespeito de Madrid pelas leis e costumes especificamente portugueses¹⁸⁸. Este procedimento fomentou o descontentamento pela monarquia dual e constituiu um dos motivos que levaram à revolta do primeiro de dezembro de 1640, em que o duque de Bragança D. João II foi aclamado rei, sendo deposto D. Filipe III. Chegou assim ao trono português o chefe de uma casa ducal marcada pela devoção a Nossa Senhora da Conceição.

¹⁸⁵ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 19.

¹⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 19.

¹⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p.20.

¹⁸⁸ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Temas & Debates, 2008, p. 89.

Capítulo 2 – Legitimação e devoção régia em torno da padroeira

2.1 – D. João IV e a devoção imaculista em tempos de afirmação dinástica

Em finais da década de 1630, uma facção da nobreza portuguesa encontrava-se descontente com o governo da casa de Habsburgo¹⁸⁹ e, de uma forma geral, com o facto de Portugal ter por soberano um estrangeiro¹⁹⁰. Em 1580, a morte do cardeal D. Henrique – que havia sucedido ao seu sobrinho-neto, D. Sebastião, após o perecimento deste na batalha de Alcácer Quibir – sem descendência legítima, deu origem a uma crise dinástica. Vários sobrinhos do monarca reclamaram para si o trono português, nomeadamente D. Catarina, duquesa consorte de Bragança, D. António, prior do Crato, e D. Filipe, rei de Castela. Acabou por ser o último dos candidatos a alcançar o trono português, sendo jurado rei de Portugal nas cortes de Tomar¹⁹¹, em 1581, como D. Filipe I, nas quais se comprometeu a preservar a autonomia e os costumes portugueses¹⁹².

O domínio filipino – que compreendeu os reinados de D. Filipe I, do seu filho, D. Filipe II e de D. Filipe III, filho do anterior –, ainda que tenha desagradado a um determinado número de portugueses, não pode ser encarado como um período obscurantista, pois, durante os sessenta anos em que Portugal esteve sob o domínio filipino, verificaram-se progressos a nível demográfico, económico, social e cultural¹⁹³. No entanto, houve situações que pesaram na apreciação desfavorável para com aquela dinastia, pautadas pelo eclodir da Guerra dos Trinta Anos, em 1618¹⁹⁴, pela conquista inglesa de Ormuz, em 1622 e pelo estabelecimento holandês no Brasil. Estes factos foram reveladores de que os domínios ultramarinos da coroa portuguesa não estavam a ser devidamente salvaguardados¹⁹⁵.

¹⁸⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 89-90.

¹⁹⁰ Sobre a governação filipina em Portugal cf., sem prejuízo de outros, Fernando Bouza, *D. Filipe I*, Lisboa, Temas & Debates, 2008. Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Lisboa, Temas & Debates, 2008. António de Oliveira, *D. Filipe III*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

¹⁹¹ Joaquim Romero Magalhães, “Filipe II (I de Portugal)”, in José Mattoso (dir.), Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 481.

¹⁹² Idem, *Ibidem*, p. 479.

¹⁹³ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 33.

¹⁹⁴ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, pp. 89-90.

¹⁹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 89-90.

O descontentamento dos portugueses em relação ao domínio filipino tornou-se particularmente saliente na década de 1630, apesar de terem existido manifestações contra Castela por parte dos portugueses no reinado de D. Filipe II¹⁹⁶. Nos antípodas destes acontecimentos, que não gozaram grande relevância para a apreciação do governo dos Habsburgo, encontramos as revoltas populares que resultaram das crises cerealíferas e que tiveram na cidade de Évora o seu epicentro¹⁹⁷. Marcados também pelo descontentamento face ao aumento dos tributos da coroa e à centralização do poder, os motins populares estenderam-se ao Algarve, às Beiras, ao Porto e a algumas localidades de Trás-os-Montes, tendo sido reprimidas pelo governo do conde-duque de Olivares e por alguns nobres, nomeadamente o duque de Bragança¹⁹⁸.

O governo de D. Filipe III, apercebendo-se de uma iminente situação de rutura em Portugal, respondeu aos protestos com a extinção do Conselho de Portugal, que estava instalado em Madrid, sendo substituído por duas juntas¹⁹⁹. No entanto, a situação continuou desfavorável para Portugal, pois o rei, com o surgimento de uma revolta catalã contra a coroa²⁰⁰, convocou a nobreza portuguesa para a guerra²⁰¹. D. Filipe informou que, caso os nobres se recusassem a tomar parte na guerra, seriam destituídos dos seus títulos e os seus domínios ser-lhe-iam confiscados²⁰². Esta situação desagradou aos nobres que haviam sido convocados pelo monarca, levando alguns deles a ponderar a rutura da monarquia dual.

Esse grupo de descontentes – dos quais destacamos D. Miguel de Almeida, D. António Mascarenhas, D. Pero de Mendonça e D. Antão de Almada –, planearam um golpe, através do qual depunham D. Filipe III e entregavam o trono português a D. João

¹⁹⁶ Em 1616, Francisco Cajaval esteve preso em Madrid, ouvindo-se-lhe diversas piadas, nas quais insultava os castelhanos. Três anos depois, António Manso foi preso por ter dito a igreja de Consuegra que Cristo haveria de salvar os portugueses em vez dos castelhanos, pois estes não eram merecedores de tal privilégio. Cf. Stuart B. Schwartz, “As Classes Populares Portuguesas Durante a União Ibérica e a Restauração”, in Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de Integração e Conflito*, Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades, etc., 2013, pp. 498-499.

¹⁹⁷ António de Oliveira, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difusão Editorial, 1990, p. 167.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 207.

¹⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 404.

²⁰⁰ Um dos aspetos da revolta catalã prende-se com a política da casa de Áustria, que procurou unificar os seus territórios sob os costumes e as leis de Castela. Outro aspeto diz respeito aos pesados tributos que a coroa impunha aos seus súbditos. Sobre estas questões cf., sem prejuízo de outros, António Simón Tarrés, “La Revuelta Catalana de 1640. Interpretación”, in John Huxtable Elliott et. al., *1640: La Monarquía Hispánica en Crisis*, Barcelona, Editorial Crítica, 1992, pp. 26-30.

²⁰¹ António de Oliveira, *Poder e Oposição Política... cit.*, p. 404.

²⁰² Idem, *Ibidem*, p. 404.

II, duque de Bragança. A conjura foi preparada com muita antecedência pelos fidalgos²⁰³ e, na manhã do primeiro de dezembro de 1640, pelas nove horas, os conjurados reuniram-se no terreiro do paço, para aí neutralizarem a ação da infantaria fiel ao rei e os arqueiros alemães e conseguirem entrar no paço da Ribeira²⁰⁴. A vice-rainha de Portugal, D. Margarida de Saboia – prima direita do monarca castelhano e duquesa viúva de Mântua – ao aperceber-se do golpe, procurou dirigir-se a uma das janelas do paço para pedir auxílio. Não tendo alcançado o seu propósito, acabou por assinar a rendição do castelo de Lisboa e ser encaminhada para o paço de Xabregas e, posteriormente, para o mosteiro de Santos, onde ficou sob a vigilância dos partidários brigantinos²⁰⁵.

Menos sorte conheceu Miguel de Vasconcelos, secretário da duquesa de Mântua, pois os conjurados combinaram assassinar o odiado português nas reuniões em que prepararam a queda do domínio filipino²⁰⁶. O mesmo procurou contrariar o destino que lhe haviam traçado, tendo-se escondido num armário de papéis. Mas ao ser descoberto, acabou por ser morto e atirado de uma janela para o terreiro, onde o povo, enfurecido, descarregou a sua ira no cadáver de Vasconcelos²⁰⁷. Assim, ao impedirem uma reação por parte dos representantes do governo filipino, foi possível pôr termo ao domínio filipino em Portugal.

O duque de Bragança tornou-se então o monarca português, com o nome de D. João IV. Ao receber a notícia de que fora aclamado, em 3 de dezembro de 1640, através de Pedro de Mendonça e de Jorge de Melo, o novo soberano apressou-se a deixar Vila Viçosa, local onde nascera e residira até àquela data. O *Restaurador* partiu para a cidade que primeiramente o aclamou no dia seguinte ao acolhimento da boa nova, à qual chegou passados dois dias²⁰⁸. Por ter chegado de forma tão rápida, apanhou toda a cidade de surpresa, o que, no entanto, não impediu de se festejar intensamente a sua chegada:

²⁰³ *Relação de tudo o que se passou na felice Aclamação do mui Alto & mui Poderoso Rei D. João o Quarto, nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos anos*, Lisboa, Lourenço Anveres, 1641, p. 338.

²⁰⁴ D. Luís de Menezes [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado*, t. I, Lisboa, Oficina de João Galvão, 1679, p. 99.

²⁰⁵ Joana Isabel Pacheco da Costa Bastos Bouza Serrano, *Margarida de Sabóia, Duquesa de Mântua (1589-1655) percurso biográfico e político na monarquia hispânica*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, pp. 89-96.

²⁰⁶ *Relação de tudo o que se passou... cit.*, p. 351.

²⁰⁷ D. Luís de Menezes, [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado... cit.*, t. I, p. 101.

²⁰⁸ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 102.

durante três dias fizeram-se luminárias, onde se deram vivas ao novo soberano e se improvisaram cantigas²⁰⁹.

Logo no início do reinado de D. João IV, acreditou-se e difundiu-se que o domínio filipino havia findado devido à intervenção divina a favor dos portugueses, de forma a livrá-los das tiranias cometidas pelos filipes enquanto soberanos de Portugal²¹⁰. Relaciona-se essa crença na intervenção miraculosa de Deus à lenda que nos diz que, quando uma procissão de ação de graças pela aclamação de D. João IV passou junto da igreja de Santo António, a imagem de Jesus Cristo, que o arcebispo D. Rodrigo da Cunha levava diante de si, desprende a mão do crucifixo para abençoar o reino de Portugal restaurado²¹¹.

De facto, a crença na intervenção divina deu origem a numerosas preces e agradecimentos ao Altíssimo, por ter intercedido pelos portugueses com tão desejado milagre. Também à Restauração foi associada a figura de São Nicolau, não só por estar o referido santo relacionado com o mês de dezembro, como também por ser o protetor dos desamparados, considerando-se assim que o reino se encontrava desprotegido, ao ser regido pela casa de Habsburgo²¹². A Restauração chegou a ser considerada um milagre, tendo D. João IV sido eleito por Deus para o concretizar e livrar Portugal da opressão castelhana²¹³.

Foi neste espírito de festa e de agradecimento ao divino que frei João de São Bernardino pregou um sermão de ação de graças a Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro de 1640, data litúrgica associada a esta invocação mariana. No sermão, foram frisados diversos aspetos pelo referido frade franciscano, nomeadamente o facto de o golpe que colocou D. João IV no trono ter sido operado num sábado, dia de grande

²⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 103.

²¹⁰ Francisco Brandão, *Discurso gratulatório sobre o dia da felice restituição, & aclamação da Magestade del Rey D. Joam IV*, Lisboa, Lourenço de Anveres, 1642, p. 21.

²¹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 21-22.

²¹² Frei João de São Bernardino, *Ao Illustmo. E Revmo. Senhor D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, &c., Frei Joam de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, jubilado em S. Theologia, Padre, & Diffinidor perpetuo da Provincia de Portugal, dedica este Sermão, que fez em a Sua Igreja Metropolitana, em o segundo Domingo do Advento, nono dia de Dezembro, & da aclamação del Rey Dom Ioão o quarto, que foi feita Sabbado primeiro dia de Dezembro, avendo Sua Magestade entrado em Lisboa a seis do mesmo mês do Anno de 1640*, Lisboa, António Álvares, 1641, p. 38.

²¹³ Frei Bernardo de Castelbranco, *Sermão Em Acçam de Graças Pella Felice Acclamaçam D' El-Rey D. João IV Pregado No Collegio de S. Bernardo no Prestito, que faz o Corpo da Universidade de Coimbra, todos os annos no dia Anniversario da ditta Acclamação*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1714, p. 23.

simbolismo para a Igreja Católica. Foi neste dia que Deus descansou, após criar o mundo²¹⁴, sendo o sábado também dedicado à Virgem Maria, o que, segundo frei João de S. Bernardino, se revelou fundamental para a aclamação de D. João IV como rei de Portugal²¹⁵. Tendo este sermão sido pregado na solenidade da Imaculada Conceição, o seu autor teceu a esta invocação rasgados elogios. Explicitou que à mesma cabiam os louros pela entronização do duque de Bragança, pois tanto o próprio como os seus antepassados foram bastante dedicados ao imaculismo²¹⁶.

A aclamação de D. João IV provocou estranheza na Corte de Madrid, nomeadamente no rei e no conde-duque de Olivares²¹⁷, pois não era previsível que o duque de Bragança tomasse tal atitude, justificando esta ideia o facto de D. Filipe III ter generosamente agraciado o primo com diversas regalias²¹⁸. No entanto, e apesar de o monarca se encontrar preocupado com a guerra na Catalunha, logo se prontificou a reaver o reino que considerava ser seu por direito: procurou enviar um exército para Mérida no início de 1641, o que não se concretizou porque urgia colocar termo aos levantamentos catalães²¹⁹.

Os primeiros anos da Guerra da Restauração foram marcados por pequenas ofensivas por ambas as fações em território inimigo e pela tomada de algumas praças²²⁰.

²¹⁴ Frei João de São Bernardino, *Ao Muito Alto, E Muito Poderoso Rey, E Senhor Nosso Dom Joam O Quarto do Nome: Entre Os Reis de Portugal, Frei João de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, Iubilado em Santa Theologia, Padre & definidor perpétuo da Província de Portugal; Dedicado este sermão da Immaculada Conceição da Mãe de Deos, que fez em a Capella Real, assistindo em ela a primeira vez S.M. oito dias depois de sua acclamação, que foi feita em Sabbado, primeiro dia de Dezembro do Anno de 1640*, Lisboa, António Álvares, 1641, p. 34.

²¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 34.

²¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 35.

²¹⁷ António de Oliveira, *D. Filipe III... cit.*, p. 373.

²¹⁸ Entre os vários direitos de que o duque D. João gozava, destacamos a isenção de direitos das especiarias importadas da Índia, a confirmação dos privilégios de se lhe não tirarem os feitos das suas terras, além de, por parte do monarca, lhe ser confirmado que os seus ouvidores podiam conhecer os feitos por apelação e agravo. D. Filipe III havia ainda agraciado o primo com o título de duque de Guimarães, podendo este ser utilizado pelo próprio ou pelo filho, e prorrogou-lhe o alvitre da canela por mais vinte anos, o que se traduziu numa considerável fonte de receita. Cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 100.

²¹⁹ António de Oliveira, *D. Filipe III... cit.*, p. 373

²²⁰ Para a defesa do reino, D. João IV procedeu a diversas nomeações de governadores de armas, distribuídos por várias províncias. Para defender a região de Entre Douro e Minho, o *Restaurador* nomeou, em 1641, D. Gastão Coutinho para seu governador de armas, sendo o mesmo substituído no cargo pelo conde Castelo Melhor. A Beira ficou a cargo de D. Álvaro de Abranches da Câmara e de Fernão Teles de Menezes. Já a defesa do Alentejo coube ao conde de Óbidos e a Matias de Albuquerque, tendo as campanhas militares dessa região contado com a presença do próprio rei, para onde se deslocou no verão de 1643. Sobre estas questões Cf. João Salgado de Araújo, *Successos Militares Das Armas Portuguesas em sua fronteiras depois da Real aclamação contra Castella*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1644, pp. 8-181; Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 174.

A batalha do Montijo, travada em 26 de maio de 1644, foi o acontecimento de grande vulto nos primeiros tempos de guerra e no qual as tropas comandadas por Matias de Albuquerque defrontaram as do marquês de Torrecusa. Apesar de terem dominado uma boa parte da batalha, acabaram por ser vencidas, sofrendo muitas baixas²²¹. Com esses factos coexistiram dificuldades no esforço de guerra, levando a que o clero e a nobreza reclamassem pelos pesados tributos que lhes eram impostos²²². Isto levou a que vários descontentes planeassem uma conjura em inícios de 1641, que, por denúncia, não cumpriu os objetivos delineados e levou os envolvidos ao cárcere ou ao cadafalso²²³.

Estavam vencidas algumas dificuldades que punham em causa a consolidação de D. João IV no trono português. Estas passaram pelas tentativas de deposição do monarca, pelas ofensivas portuguesas em território castelhano e pela primeira vitória contra os exércitos filipinos. Então, o monarca parece ter-se associado à corrente ideológica da época, encarando que o sucesso da sua consolidação no trono resultou da intercessão divina. Assim, às já mencionadas interpretações providencialistas de 1640 juntou-se a vitória do Montijo, acreditando-se que esta se ficou a dever a Nossa Senhora da Conceição²²⁴. D. Nuno da Cunha, reitor do colégio jesuíta de Coimbra, apologista dessa

²²¹ A vitória na batalha do Montijo foi reclamada por ambas as fações. Em Castela, sabemos que o povo acorreu às igrejas, onde agradeceu a Nossa Senhora da Atocha pela vitória das hostes filipinas. Como também os portugueses se assumiram vencedores da batalha, D. João IV recompensou Matias de Albuquerque, outorgando-lhe o título de conde de Alegrete. Cf. António de Oliveira, *D. Filipe III... cit.*, p. 220; Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, pp. 212-213.

²²² Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração... cit.*, pp. 33-34.

²²³ A conjura, que pretendia assassinar D. João IV, foi encabeçada pelo arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos de Noronha, à qual se associaram D. Luís de Noronha e Menezes e D. Miguel Luís de Menezes, marquês de Vila Real e duque de Caminha, respetivamente, D. Rui de Matos de Noronha, conde de Armamar, D. Francisco de Castro, inquisidor-geral e D. Francisco de Faria, bispo de Martfria, que, no fim, pagaram caro pelo crime de lesa-majestade. Excetua-se o inquisidor, que acabou por ser libertado em 1643. Sobre estas questões cf. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, p. 90; Mafalda de Noronha Wagner, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 155; Isabel Drumond Braga, “A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações”, in José Martínez Millán, Félix Labrador Arroyo, Filipa M. Valido-Viegas de Paula-Soares (Dir.), *¿Decadencia o Reconfiguración? Las Monarquías de España y Portugal en el cambio del siglo (1640-1724)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2017, p. 213.

²²⁴ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 246.

ideia, recomendou ao monarca que colocasse o reino sob a proteção mariana²²⁵, tendo alguns franciscanos tomado iniciativa idêntica²²⁶.

Em 8 de dezembro de 1644, antes de ser aconselhado por D. Nuno da Cunha, D. João IV teria declarado Nossa Senhora da Conceição como padroeira e protetora de Portugal²²⁷. Em nossa opinião, este ato não foi público ou, pelo menos, não assumiu um caráter oficial, pois o juramento da referida invocação só foi feito cerca de um ano e meio depois. Para concretizar essa intenção, o monarca recorreu às cortes²²⁸, que reuniram entre 28 de dezembro de 1645 e 16 de março de 1646²²⁹. Com o consentimento dos três estados, foi possível realizar-se a desejada proclamação, tendo a solenidade ocorrido na capela real do paço da Ribeira em 25 de março de 1646. Era, simultaneamente, dia da Encarnação da Virgem e Domingo de Ramos²³⁰. Mediante uma provisão régia, o monarca confirmou o seu juramento a Nossa Senhora da Conceição, salientando o seu papel na sua consolidação no trono português:

“Dom João, por Graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalem mar, em África Senhor da Guine, e da Conquista, Navegação, e Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Provisão virem, que, sendo ora restituído, por mercê muito particular de Deus Nosso Senhor, á Coroa destes meus Reynos, e Senhorios de Portugal, considerando, que o Senhor Rey Dom Affonso Henriques, meu Progenitor, e primeiro Rey deste Reyno, sendo aclamado, e levantado por Rey, em reconhecimento de tão grande mercê, de consentimento de seus Vassallos, tomou por especial Advogada sua a Virgem Mãe de Deos, Senhora nossa, e debaixo de sua sagrada protecção, e amparo, lhe offereceo a todos seus successores, Reynos, e Vassallos, com particular tributo, em sinal de feudo, e vassalagem. Desejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos Senhores Reys meus predecessores, reconhecendo ainda em mim aventajadas, e continuas mercês, e benefícios da liberal, e poderosa mão de Deos Nosso Senhor, por intercessão da Virgem Nossa Senhora da Conceição”²³¹.

²²⁵ Na carta que enviou ao monarca, datada de 26 de dezembro de 1644, D. Nuno da Cunha considerou que D. João IV deveria colocar o reino sob a proteção da Conceição da Virgem Maria. Frisando a importância que D. Afonso Henriques deu a Nossa Senhora de Claraval, o jesuíta considerou que o reino deveria canalizar um feudo a uma devoção mariana, sugerindo que o pagamento do mesmo se fizesse a Nossa Senhora do Loreto ou de Cárcquere. Esta última tratava-se de milagrosa imagem que curou o primeiro rei português de uma enfermidade nos membros inferiores. Cf. Lisboa, B.A., 51-IX-7, fl. 61.

²²⁶ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 232.

²²⁷ D. Luís de Menezes, [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado... cit.*, t. I, p. 481. Sobre esta questão cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 246.

²²⁸ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 246.

²²⁹ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 244.

²³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 246.

²³¹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VII, pp. 204-205.

Desta forma, D. João IV recorreu a um argumento de cariz histórico para legitimar a sua decisão de declarar a Imaculada Conceição como padroeira, uma vez que, segundo o próprio monarca, a Virgem Maria protegia e amparava os monarcas portugueses e os seus vassallos desde o século XII, quando D. Afonso Henriques a invocou. Ou seja, parece-nos correto estabelecer um paralelo entre a antiguidade da devoção mariana em Portugal e o seu papel na proteção do reino. Assim, de modo a reforçar tão antiga devoção, o monarca recorreu às cortes, que manifestaram a sua concordância com a decisão régia:

“Estando ora junto em Cortes com os Tres Estados do Reyno, lhes fiz propor a obrigação, que tínhamos, de renovar e continuar esta promessa, e venerar com muito particular affecto e solemnidade a festa de Sua Immaculada Conceição. E nellas, com parecer de todos, assentamos de tomar por Padroeira de nossos Reynos, e Senhorios a Santissima Virgem Nossa Senhora da Conceição, na forma dos Breves do Santo Padre Urbano Oitavo, obrigandome a haver confirmação da Santa Sé Apostólica”²³².

O *Restaurador* procurou que o seu juramento adquirisse consistência através do reconhecimento da Santa Sé. Sabemos que essa confirmação não aconteceu de imediato, uma vez que o papado reconhecia que o trono português pertencia, por direito, a Filipe IV²³³. O soberano procurou uma afirmação perpétua da devoção imaculista, através do juramento de defesa que realizou em seu nome e de todos os seus descendentes e soberanos portugueses. Essa perpetuação cultural passava também pelo pagamento de um tributo anual de cinquenta cruzados:

“E lhe offereço de novo em meu nome, e do Príncipe Dom Theodosio, meu sobre todos amado, e prezado filho, e de todos meus descendentes successores, Reynos, e Vassallos, á Sua Santa Casa da Conceição sita em Villa-Viçosa, por ser a primeira, que houve em Hespanha desta invocação, cincoenta cruzados de ouro em cada hum anno, em sinal de tributo e vassalagem. E da mesma maneira promettemos e juramos, com o Príncipe e Estados de confessar e defender sempre, (até dar a vida sendo necessário), que a Virgem Maria Mãe de Deos foy concebida sem peccado original, tendo respeito a que a Santa Madre Igreja de Roma, a quem somos obrigados seguir, e obedecer, celebra, com particular Officio, e Festa sua Santíssima, e Immaculada Conceição; salvando porém este juramento no caso, em que a mesma Santa Igreja resolva o contrario”²³⁴.

²³² Idem, *Ibidem*, pp. 205-206.

²³³ O facto de a Santa Sé não reconhecer a Restauração suscitou uma série de problemas de cariz religioso, nomeadamente a nomeação dos bispos. O papa só voltou a nomear bispos para após o retomar das relações com Portugal, o que sucedeu durante a regência de D. Pedro, muito depois do falecimento de D. João IV. Cf. António Camões Gouveia, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in José Mattoso (dir.), António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal... cit.*, p. 260; José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 58-69.

²³⁴ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VII, p. 206.

Ao finalizar a provisão, o monarca voltou a reforçar a defesa do imaculismo, determinando que se deveria expulsar do reino quem tomasse alguma posição contra a devoção a Nossa Senhora da Conceição. D. João IV formulou o desejo – caso esse sacrilégio fosse levado a cabo por algum soberano português – de que esse mesmo monarca fosse castigado por Deus e despojado da sua condição régia. *O Restaurador* rogou à padroeira de Portugal, para que protegesse incessantemente o seu reino de todas as maldades dos inimigos políticos e das heresias:

“Esperando com grande confiança na infinita misericórdia de Deos Nosso Senhor, que por meyo desta Senhora Padroeira, e Protectora de nossos Reynos, e Senhorios, de quem por honra nossa nos confessamos, e reconhecemos Vassallos, e tributários, nos ampare, e defenda de nossos inimigos, com grandes accrescentamentos destes Reynos, para gloria de Christo nosso Deos, e exaltação de nossa Santa Fé Catholica Romana, conversão das gentes, e reducção dos Herejes. E se alguma pessoa intentar cousa alguma contra esta nossa promessa, juramento e vassallagem, por este mesmo feito, sendo Vassallo, o havemos por não natural, e queremos, que seja logo lançado fora do Reyno; e se for Rey, o que Deos não permitta, haja a sua, e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes, esperando, que pelo mesmo Deos, que nos deu o Reyno, e subio á Dignidade Real, seja della abatido, e despojado. E para que em todo o tempo haja certeza d'esta nossa eleição, promessa, e juramento, firmada, e estabelecida em Cortes, mandámos fazer della trez Autos publicos, hum, que será logo levado á Corte de Roma, para se expedir a confirmação da Santa Sé Apostólica; e outros dous, que juntos á dita confirmação, e esta minha Provisão, se guarde no Cartorio da Casa de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa, e na nossa Torre do Tombo. Dada nesta nossa Cidade de Lisboa, aos 25 dias do mez da Março. Batthesar Rodrigues Coelho a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta e seis. Pedro Vieira da Sylva a fez escrever. – REY”²³⁵.

De facto, a igreja matriz de Vila Viçosa esteve intrinsecamente associada à devoção imaculista do *Restaurador*. Em criança, ainda na qualidade de duque de Barcelos, esteve gravemente doente, tendo a sua cura sido encarada como uma intercessão de Nossa Senhora da Conceição em seu favor²³⁶. Com sete anos de idade, em 1611, o futuro D. João IV jogou às canas na festa de 8 de dezembro²³⁷ e também, não raras vezes,

²³⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 206-207.

²³⁶ João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa da Restauração, 1640-1668: A Revolta e a Mentalidade*, t. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983, p. 166.

²³⁷ Frei Francisco Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana, que contém a história dos últimos vinte & tres annos delRey D. Dinis*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1672, p. 398.

integrou a procissão da referida festa, segurando uma das varas do pátio, acompanhado pelos irmãos mais novos, D. Duarte e D. Alexandre²³⁸.

A referida igreja esteve também associada, desde o primeiro instante, à Restauração da Independência: após saber do sucesso do golpe de Estado, o novo monarca correu ao templo, para aí agradecer o curso favorável que o levava à entronização²³⁹. Em 7 de dezembro de 1640, o senado da câmara de Vila Viçosa aclamou D. João IV como legítimo rei de Portugal e, após as gentes calipolenses se associarem à aclamação junto à igreja de Santo Agostinho, os oficiais da câmara percorreram os principais espaços da vila empunhando o estandarte real e, ao chegarem à igreja matriz, os vereadores e a multidão entraram e rezaram, mandando celebrar missa com sermão pela restituição do trono português ao monarca de direito²⁴⁰.

Em relação ao juramento de 25 de março de 1646, verificamos que este granjeou particular regozijo em Lisboa, facto justificado pelos 100.440 réis que o senado da câmara despendeu com as luminárias que se realizaram por toda a cidade²⁴¹. No entanto, as manifestações lisboetas – na Corte e na rua – não foram atos isolados na promoção da padroeira por parte do *Restaurador*. Ainda em 1645, o monarca determinou que fosse obrigatório para os alunos da Universidade de Coimbra prestar juramento a Nossa Senhora da Conceição, para obtenção de grau académico²⁴².

A Universidade não concordou com este juramento, tendo o reitor da mesma, Manuel de Saldanha, argumentado contra o parecer de D. João IV²⁴³. No entanto, coube ao provincial franciscano, frei Fernando da Soledade, contra-argumentar as razões do reitor²⁴⁴. Após diversos debates e argumentações acérrimas entre o reitor, os lentes e os

²³⁸ António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p. 24.

²³⁹ Frei Francisco de Escolar, *Oração Gratulatoria Pella Saude Milagroza Que Deos Foy Servido Conceder A El Rey N. Senhor D. João o IV*, Coimbra, Oficina da Viúva de Manuel de Carvalho, 1672, p. 13.

²⁴⁰ Vila Viçosa, A.H.M.V.V., Vereações/ VE. 3, fls. 54-55.

²⁴¹ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 246.

²⁴² Idem, *Ibidem* p. 234.

²⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 235.

²⁴⁴ Na primeira razão, o reitor defendeu que não se devia jurar a Imaculada Conceição, pois a crença nesta invocação era opcional, ao passo que frei Fernando da Soledade defendeu que, uma vez que esta devoção era tão antigo e estava tão generalizado na cristandade, era da maior pertinência realizar-se o juramento académico. Na segunda, o reitor defendia que os breves apostólicos eram suficientes, ao que o provincial retorquiu que o imaculismo estava difundido entre os académicos e que o juramento estaria, assim, de acordo com a devoção destes. Nos terceiro e sexto tópicos, frei Fernando defendeu que o juramento tinha uma base sólida por ser de iniciativa régia, que governava os seus súbditos com equidade, uma vez que o reitor defendia que Nossa Senhora da Conceição não deveria ser jurada pelos académicos por não estar

frades franciscanos, a Universidade de Coimbra acabou por aprovar o juramento²⁴⁵. D. João IV enviou, em 17 de janeiro de 1646, uma missiva a Manuel Saldanha com as instruções para se seguir o juramento à Imaculada Conceição, feito em Salamanca, nas universidades de Coimbra e de Évora²⁴⁶.

Pouco tempo depois, D. Andrade de Almada foi escolhido para, em nome da Universidade de Coimbra, escrever ao santo padre, de modo a colocar a Santa Sé a par da promoção do imaculismo obrada pelo monarca português, além de suplicar-lhe que promulgasse o dogma da Imaculada Conceição²⁴⁷. No que diz respeito às resoluções régias, sabemos que, após o juramento na capela real, foram enviadas cartas para os juízes, vereadores e procuradores de todas as câmaras do reino, para que se elegessem a padroeira de Portugal²⁴⁸. Davam-se os primeiros passos para a propagação das medidas joaninas, que passaram ainda pela colocação de uma lápide em todas as vilas e cidades

definida dogmaticamente pela Igreja. No quarto ponto, o reitor era apologista de que o soberano português não tinha poder suficiente para decidir um juramento, uma vez que os graus em Teologia e Cânones cabiam à autoridade apostólica; a contra-argumentação franciscana considerou que o monarca deveria ter poder de decisão na determinação do juramento, já que a universidade estava sediada nos seus reinos. Em sétimo lugar, o reitor defendeu que os dominicanos se recusariam a jurar a Imaculada Conceição, o que não seria justo, pois não ficariam academicamente graduados; segundo o parecer de frei Fernando da Soledade, ao enveredar-se por esse caminho caía-se no agravo para com uma ordem tão santa, que chegou a admitir que não deveria dizer-se que a Virgem Maria havia sido concebida em pecado. Nos oitavo e nono argumentos, o reitor da Universidade de Coimbra defendia que não era decente para a instituição tomar uma posição que não fosse do agrado de todos e que não cabia à mesma tomar por certo algo em que a Santa Sé não tinha definido, o que poderia suscitar agitações sociais no universo académico. Sobre isto, Soledade considerou que o juramento não acarretaria tais problemas, pois a desordem provinha daqueles que não estimavam nem preservavam a Virgem Maria, não receando quaisquer desacatos na aprovação do referido juramento. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 235-238.

²⁴⁵ Sobre a cerimónia do juramento de Nossa Senhora da Conceição na Universidade de Coimbra, escreveu António Caetano de Sousa o seguinte: “Leo-se a Carta [de D. João IV] em Claustro a 20 de Junho do dito anno [de 1646], em que se assentou se fizesse o juramento com a mayor solmnidade possível; e assim a 28 do dito mez (precedendo na vespera à noite luminárias, e repiques na Universidade, e em todos os Collegios, e outras demonstraões de aplauso) se ajuntarão os lentes de todas as faculdades na Capella da Universidade, onde disse Missa de Pontifical D. Leonardo de Santo Agostinho, Geral dos Conegos Regrantes, e Cancellario da Universidade; prégo Fr. Leão de Santo Thomás, Monge de S. Bento, Lente de Véspera de Theologia igualado a Prima. Acabado o Pontifical, o Geral Cancellario se poz a hum lado do Altar com Mitra, e Bago, e fez o juramento lendo-o em voz alta, estando todos de joelhos, e elle em pé; e descendo os degraos do Altar, se assentou no plano em huma cadeira com hum Missal diante, e logo o Reytor acompanhado do Secretario, e Bedeis com maças, posto de joelhos, fez o juramento, e o mesmo fizeram os Lentes de todas as faculdades por sua ordem. Em memoria deste juramento se levantou huma pedra com uma Inscripção, que está na Capella junto ao Altar de Nossa Senhora, e desde então se observa inviolavelmente este obsequioso reconhecimento da devoção delRey.” Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VII, pp. 209-210.

²⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 243.

²⁴⁷ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 24.

²⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 23.

do reino alusiva à proclamação e ao juramento prestado a Nossa Senhora da Conceição, escrito por António de Sousa de Macedo²⁴⁹.

Em 1648, o rei determinou que se cunhasse moeda com a efígie da padroeira: a de ouro valia 12.000 réis²⁵⁰ e a de prata 600²⁵¹. Para realizar a cunhagem mandou-se vir de França António Ruitier, a quem se pagou 3.000 réis para a abertura do ferro²⁵². Foi com o lucro destas moedas, de carácter extremamente raro, que se pagou o primeiro feudo do reino à igreja de Vila Viçosa, em 1651²⁵³. Assim, verificamos que D. João IV cumpriu a sua promessa, na qual promoveu a devoção imaculista na igreja que se acredita ter sido a primeira dedicada a esta invocação na Península Ibérica.

O monarca manteve-se associado à matriz calipolense. A prová-lo, sabe-se, através do inventário de bens da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, elaborado em 1679, que o *Restaurador* ofereceu dois mantos à padroeira de Portugal, um de “tela azul com flores de ouro granesido de rengalho de ouro e prata forrado de tafeta azul²⁵⁴” e o outro de “tella branca com flores de ouro guarnecido com remgalho de ouro forrado de tafeta branco²⁵⁵”. Estas ofertas foram uma recompensa que o monarca enviou à confraria, após ter solicitado à mesma que devolvesse a D. Luísa de Gusmão um manto branco com guarnição de renda de prata e de ouro²⁵⁶.

Sobre D. Luísa de Gusmão, sabemos que o imaculismo não granjeou particular destaque entre as devoções pessoais da rainha, talvez pela sua educação andaluza. Nascida em Sanlúcar de Barrameda, próxima de Cádiz²⁵⁷, pertencia à casa ducal de Medina Sidónia e associou-se às devoções que a sua família privilegiava, nomeadamente

²⁴⁹ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 246.

²⁵⁰ “A de ouro valia doze mil réis: tinha de huma parte a effigie da Senhora da Conceição com tres symbolos deste Mysterio por cada lado, e em circulo as letras: *Tutelarís Regni*: da outra parte estavam as armas Reaes ao meyo de huma Cruz da Ordem de Christo, e na cercadura: *Joannes IIII. D. G. Portugaliae, & Algarbie Rex*.” Cf. João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, t. I, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, p. 181.

²⁵¹ “A de prata tinha o mesmo cunho, mas era de mayor diâmetro, que os cruzados novos, e corria com o valor de seiscentos réis.” Cf. Idem, *Ibidem*, p. 181.

²⁵² Idem, *Ibidem*, p. 181.

²⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 181.

²⁵⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 10.

²⁵⁵ *Ibidem*, fl. 10.

²⁵⁶ *Ibidem*, fl. 10.

²⁵⁷ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão... cit.*, p. 31.

a de Nossa Senhora do Ó, da Madre de Deus e de São Domingos²⁵⁸. Sobre o primeiro templo, foi diversas vezes ampliado e melhorado por iniciativa dos duques de Medina Sidónia²⁵⁹, cujas tribunas foram doadas pela família ducal, tendo-se a futura rainha ajoelhado nelas para ouvir missas e outros ofícios religiosos²⁶⁰.

Casada em janeiro de 1633 com D. João II, oitavo duque de Bragança, D. Luísa de Gusmão parece ter-se afeiçoado às práticas devocionais que estavam enraizadas na família do marido²⁶¹. Nos oito anos em que foi duquesa de Bragança, devotou-se particularmente a Nossa Senhora da Luz, cuja imagem venerada no convento paulista de Montes Claros foi tida em grande conta pela Medina-Sidónia²⁶². Teria sucedido o mesmo com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, embora não tenhamos conhecimento de fontes que o atestem? A rainha, considerada uma esposa extremosa e uma regente de mérito²⁶³, foi tida também como piedosa, o que nos remete para os seus constantes jejuns, penitências e orações²⁶⁴. Em 1662, D. Luísa recolheu-se no convento do Grilo, em Lisboa, onde manteve o afincamento religioso²⁶⁵. Falecida em 24 de fevereiro de 1666, D. Luísa encomendou-se no seu testamento a diversos santos e invocações da Virgem Maria, apesar de nessa listagem não figurar nenhuma referência à Imaculada Conceição²⁶⁶.

Da vasta prole nascida da união entre D. João IV e D. Luísa de Gusmão, houve dois rebentos que, tendo atingido a idade adulta, o seu perecimento antecedeu o dos progenitores: D. Teodósio e D. Joana. Em relação ao primeiro, agraciado em 1645 com os títulos de príncipe do Brasil e de duque de Bragança por seu pai²⁶⁷, foi dotado de uma inteligência superior. Recebeu uma boa instrução, com particular destaque para o

²⁵⁸ Hipólito Raposo, *Dona Luísa de Gusmão, Duquesa e Rainha, 1613-1666*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947, p. 18.

²⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 17.

²⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 20.

²⁶¹ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão... cit.*, p. 72.

²⁶² Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, p. 195.

²⁶³ António de Sá, *Oração Fúnebre Nas Exequias da Sereníssima Rainha D. Luíza Francisca de Gusmão*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1735, pp. 8-10.

²⁶⁴ Frei Luiz de São Francisco, *Sermão nas Exequias Da Sereníssima Rainha de Portugal D. Luíza Francisca de Gusmão celebradas na Sé de Leiria no anno de 1666*, Lisboa, Oficina de Joane da Costa, 1667, p. 28.

²⁶⁵ [Frei Manuel da Conceição], *Últimas Acções da Sereníssima Rainha D. Luíza Francisca de Gusmão Nossa Senhora*, Lisboa, Oficina de Diogo Soares de Bulhoens, 1666, pp. 22-24.

²⁶⁶ “Em primeiro lugar encomendo a minha alma a Deos nosso Senhor que a criou, e lhe pesso pelos merecimentos da morte, e paixão de meu Senhor Jesu Christo, pelos de sua Santíssima Mãe a Virgem Santa Maria, e do Bemaventurado Santo Agostinho, e Santa Thereza a quem tomo por especiaes advogados nesta hora me queira perdoarmeus pecados sendo elle servido levarme para si.” Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. IV, p. 785.

²⁶⁷ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão... cit.*, p. 144.

português, francês, latim, grego, hebraico, filosofia, teologia, medicina, química, direito canônico e civil, astronomia, astrologia e manejo das armas²⁶⁸. D. Teodósio conciliava as suas horas de estudo com os momentos de oração²⁶⁹, uma vez que assistia assiduamente à missa e, com a mesma frequência, rezava o ofício divino²⁷⁰.

As questões religiosas²⁷¹ foram vividas intensamente pelo príncipe desde tenra idade, pois conta-se que em Vila Viçosa, com cinco anos de idade, foi encontrado com os braços abertos diante de um crucifixo, lavado em lágrimas²⁷². Devotíssimo da Virgem Maria, D. Teodósio rezava-lhe diariamente o rosário e referia-se sempre a ela como “Mãe Admirável²⁷³”. A invocação mariana a que mais se devotou foi a de Nossa Senhora da Conceição, tendo determinado pedir um dia ao santo padre que fizesse a sua confirmação dogmática. Diversas vezes repetia o seu nome, quando lhe rezava diariamente a sua ladainha. O príncipe chegou a mandar pintar a imagem desta invocação mariana num espelho, acompanhada da seguinte legenda: *Speculum sine macula*, isto é, espelho sem mancha²⁷⁴.

Em finais de novembro de 1651, o primogénito dos monarcas portugueses abandonou Lisboa clandestinamente, apoiado pelos condes de Soure e de Vimioso, pois desejava tomar parte nas campanhas militares do Alentejo²⁷⁵. Nos primeiros dias de dezembro, avizinando-se a festa da Imaculada Conceição, o príncipe passou de Elvas a Vila Viçosa, onde assistiu aos festejos calipolenses e rezou à padroeira de Portugal²⁷⁶. Então, talvez tenha recordado os tempos em que, durante a sua infância, foi juiz da Régia

²⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 146.

²⁶⁹ Frei Tomás Barreto, *Sermão Funebre Nas Exequias Que Fes o Nobilissimo Senado da Villa de Vianna na Igreja Collegiada de Sãta Maria ã 7 de Junho de 1653 ao Serenissimo, & maximo Príncipe D. Theodósio, filho de El Rei Dom João o VIII nosso Senhor*, Coimbra, Oficina de Thomé Carvalho, 1653, p. 11.

²⁷⁰ João Baptista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio, oferecida a Santa Joana, Princeza de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1747, p. 90.

²⁷¹ D. Teodósio demorava-se bastante tempo no oratório quando dos seus momentos de oração. O príncipe chegou a criar uma oração, que foi encontrada entre os seus papéis, a qual escreveu pelo seu próprio punho e onde figuravam vários agradecimentos a Deus. Cf. Manuel de Noronha, *Exequias do Serenissimo Principe Dom Theodosio Primeiro de Portugal Na Villa de Torres Vedras, & Igreja de Sancta Maria do Castello, Aos 10 de Junho de 1653*, Lisboa António Alvarez, 1653, p. 2.

²⁷² Jerónimo de São Paulo, *Exequias Feitas À Memória do Serenissimo Príncipe e Senhor Dom Theodosio Primeiro deste nome. Celebradas na Capella Real do Hospital da Cidade de Coimbra*, Coimbra, Oficina de Manuel Dias, 1654, p. 7.

²⁷³ João Baptista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio... cit.*, p. 91.

²⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 91.

²⁷⁵ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão... cit.*, p. 150.

²⁷⁶ João Baptista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio... cit.*, p. 147.

Confraria de Nossa Senhora da Conceição²⁷⁷. Tendo regressado a Lisboa em 1652, não foi possível a D. Teodósio tornar a Elvas, pois por essa altura manifestaram-se os primeiros sinais de tuberculose²⁷⁸.

Procurando ares salutare para aliviar a enfermidade de que padecia, o príncipe transferiu-se para a quinta de Alcântara, nos arredores de Lisboa. Aí, as preces à padroeira foram constantes, o que causou grande admiração nas gentes lisboetas²⁷⁹. Falecido em 13 de maio de 1653, com dezanove anos, e sepultado no mosteiro dos Jerónimos²⁸⁰, o virtuoso herdeiro não logrou cingir a coroa, para a qual tão bem fora preparado. Os seus contemporâneos justificaram este facto com a dotação de ciência e bondade, que consideraram demasiado perfeita para ser rei, sendo antes dignas de quem habita o céu²⁸¹.

D. Teodósio, considerado “hum sol que amanheceu neste mundo²⁸²”, foi elogiado na parenética fúnebre, estabelecendo-se um paralelo entre a sua pessoa e do imperador Teodósio²⁸³. Foi também tido como sábio, meritório²⁸⁴, perfeito²⁸⁵, brando, afável, liberal²⁸⁶ e santo²⁸⁷, chegando-se a ponto de considerar que não tinha pecado mortal, tais eram as qualidades daquele príncipe que tão cedo deixara o mundo dos vivos²⁸⁸. Estas qualidades atribuídas ao príncipe, na vasta parenética fúnebre que lhe foi dedicada, devem ser analisadas com as devidas reservas – o mesmo sucedendo com os restantes membros da família real: o defunto surgia como detentor das maiores virtudes, o que poderia não

²⁷⁷ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640... cit.*, p. 381.

²⁷⁸ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 306.

²⁷⁹ João Baptista Domingues, *Vida do Principe D. Theodosio... cit.*, p. 91.

²⁸⁰ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, pp. 306-307.

²⁸¹ Padre António Vieira, *Sermões Varios e Tratados, Ainda não impressos, Do Grande Padre Antonio Vieyra Da Companhia de Jesus. Offerecidos À Magestade DelRey D. João V*, t. XV, Lisboa, Oficina de Manuel da Silva, 1748, p. 277.

²⁸² João da Silveira, *Sermão nas primeiras exequias Do Serenissimo Principe O Senhor D. Theodosio, Filho de ElRey N. S. D. Ioam o IV que Deos guarde. As Quaes A Vinte e Sete de Mayo deste presente anno, celebrou a Religião de N. S. do Carmo no Real Convento de São Hieronymo de Belem, com licença de Sua Magestade*, Lisboa, Oficina de Antonio Alvarez, 1653, p. 5.

²⁸³ Luís Machado Pereira Pinto, *Sermão oferecido à Magestade do Senhor D. João IV Que Nas Exéquias do Senhor Príncipe Dom Theodosio Pregou Na Santa See de Miranda o Doutor Luis Machado Pereira Pinto*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1656, pp. 4-5.

²⁸⁴ António Vellozo, *Sermão Funeral Nas Exéquias Que o Real Collegio da Companhia de Iesus de Coimbra celebrou ao Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio em 17 de Junho de 1653*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1653, p. 5.

²⁸⁵ Manuel de Noronha, *Exequias do Serenissimo Principe Dom Theodosio... cit.*, p. 2.

²⁸⁶ Frei Tomás Barreto, *Sermão Funebre Nas Exequias Que Fes o Nobilissimo Senado da Villa de Vianna... cit.*, Coimbra, Oficina de Thomé Carvalho, 1653, p. 12.

²⁸⁷ João da Silveira, *Sermão nas primeiras exequias Do Serenissimo Principe O Senhor D. Theodosio... cit.*, p.5.

²⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 11.

corresponder exatamente aos comportamentos que a figura em questão manifestou em vida²⁸⁹.

Apenas alguns meses após o falecimento do príncipe do Brasil, a 17 de novembro de 1653, sucumbiu à mesma doença a infanta D. Joana, tendo-se-lhe manifestado a tuberculose quatro anos antes²⁹⁰. Considerada discreta e melancólica, D. Joana foi muito querida pelo pai, que procurou casá-la com Carlos II de Inglaterra²⁹¹. Falecida aos dezassete anos de idade, uma vez que não houve remédios terrenos nem espirituais que a pudessem salvar²⁹², a infanta foi sepultada no mosteiro de Santa Maria de Belém. Bastante chorada pelos portugueses, reservou-se-lhe um funeral monumental, semelhante ao do irmão²⁹³. A morte da infanta sensibilizou bastante os seus progenitores que, no mesmo ano passaram pelo desgosto de levar dois dos seus filhos a sepultar²⁹⁴.

Sobre a religiosidade de D. Joana, sabemos que esta foi bastante afeiçoada à devoção mariana, sem conseguirmos apurar, no entanto, a sua ligação à Imaculada Conceição. Nas orações fúnebres que, em Lisboa, lhe fizeram os religiosos do convento do Carmo, frei Manuel das Chagas referiu que a infanta passava grande parte do seu dia com um rosário na mão. O autor referiu também que D. Joana o carregava ao peito ou aos ombros, sendo frequentes as suas preces à Virgem Maria, para que a livrasse de todas as tentações mundanas²⁹⁵. Considerou-se que as devoções da infanta estavam estreitamente associadas aos seus antepassados, de quem as teria herdado: D. João I, responsável pela edificação do mosteiro de Santa Maria da Vitória, e D. Nuno Álvares Pereira, a quem coube a iniciativa de fundar em Lisboa o convento de Nossa Senhora do Carmo²⁹⁶.

²⁸⁹ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, “As Virtudes do Inquisidor Geral: os sermões de exéquias e a imagem dos dirigentes do Santo Ofício no século XVII”, in Angelo Adriano Faria de Assis, Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz e Yllan de Matos (org.), *Um historiador por seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas*, São Paulo, Alameda, 2017, pp. 29-30.

²⁹⁰ Lucas D’ Andrade, *Breve Relação Do Que Socedeeo Depois da Morte da Sereníssima Senhora Dona Joana Infante de Portugal*, Lisboa António Alvarez, 1654, p. 2.

²⁹¹ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão... cit.*, p. 152.

²⁹² Lucas D’ Andrade, *Breve Relação Do Que Socedeeo... cit.*, p. 3.

²⁹³ Monique Vallance, *A rainha restauradora... cit.*, pp. 103-104.

²⁹⁴ “O cortejo de D. Joana saiu do átrio da capela real. O rei e a rainha vieram por dentro acompanhados de todos os seus oficiais com capuzes. Após o funeral, recolheu-se a família real durante uma semana e o rei trouxe nos três dias seguintes o capuz. No domingo já ouviu missa em público e voltou ao luto que trazia por D. Teodósio: capa de capelo de baeta ao avesso.” Cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 308.

²⁹⁵ Frei Manuel das Chagas, *Oração Lutuosa em as honras que fez o Real Convento de N. Senhora do Carmo de Lisboa À Sereníssima Infante de Portugal D. Ioanna Sesta Feira 28 de Novembro de 1653*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1654, p. 8.

²⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 8.

Em relação ao infante D. Duarte, irmão de D. João IV, as questões religiosas reportam-nos para um cenário diferente. Quando se deu o golpe que catapultou o irmão para o trono português, o infante encontrava-se na Europa central a combater nos exércitos de Fernando III, sacro imperador romano-germânico. Em 4 de fevereiro de 1641, D. Duarte foi preso em Ratisbona²⁹⁷ pelas forças imperiais, a pedido do rei de Castela, que procurava, através da prisão do irmão do seu primo rebelde, fomentar represálias no Portugal restaurado²⁹⁸.

O infante faleceu encarcerado no castelo de Milão, em 3 de setembro de 1649, tendo-se considerando a sua prisão uma desgraça, merecedora de todas as demonstrações de sentimento²⁹⁹, e a sua morte uma grande perda para o rei e para Portugal³⁰⁰. No cárcere, devotou-se a Nossa Senhora de Guadalupe, a quem muitos presos recorriam para que lhes restituísse a liberdade³⁰¹. De facto, o infante manifestou a sua devoção a esta invocação quando vivia em Portugal, pois peregrinou com seu irmão D. Alexandre ao santuário de Castela, oferecendo, nessa ocasião, uma lâmpada de ouro³⁰². Em relação à devoção imaculista, apenas sabemos que participou com os irmãos nas festas de 8 de dezembro, integrando a procissão, enquanto residia em Vila Viçosa³⁰³.

Sobre D. João IV, verificamos que a referida devoção esteve muito presente nos últimos momentos da sua vida. Em dezembro de 1654, manifestaram-se os primeiros sinais da doença do rei³⁰⁴, que sofria de um impedimento das vias urinárias. Esta situação manifestou-se diversas vezes nos dois anos seguintes, cada vez com maior intensidade³⁰⁵. Considerou-se que a recuperação do monarca se deveu à intercessão de Nossa Senhora

²⁹⁷ O infante esteve inicialmente aprisionado em Ratisbona, sendo depois transferido para Passau, Graz e, definitivamente, para Milão. Cf. Frei João de São Bernardino, *Sermam Que Pregou o P. M. Fr. Joam de S. Bernardino Nas Exéquias Do Sereníssimo Infante D. Duarte, Na Sancta Sé Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, António Alvarez, 1650, p. 35.

²⁹⁸ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 129.

²⁹⁹ Diogo de Areda, *Sermão Funebre Que Pregou Na Sancta Sé de Evora nas honras, que o Cabido della celebrou á piadosa memoria do Serenissimo Infante Dom Duarte*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1650, p. 8.

³⁰⁰ Frei João de São Bernardino, *Sermam Que Pregou o P. M. Fr. Joam de S. Bernardino... cit.*, pp. 36-37.

³⁰¹ Padre António Vieira, *Sermões Varios e Tratados... cit.*, t. XV, p. 200. Sobre estas questões cf. Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnologia, 1994, pp. 124-133.

³⁰² José Ramos Coelho, *História do Infante D. Duarte Irmão De El-Rei D. João IV*, t. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1889, p. 151.

³⁰³ António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa... cit.*, p. 24.

³⁰⁴ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 310.

³⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 313.

da Conceição, que o havia colocado no trono e que o curava de tão intensos padecimentos³⁰⁶. Na verdade, o monarca não ficou curado, tendo adoecido gravemente em outubro de 1656³⁰⁷. Nessa ocasião, a rainha agarrou-se às preces pelas suas melhoras, tendo os médicos feito o que estava ao seu alcance para solucionar o problema renal de que o rei padecia, receitando-lhe banhos, sangrias e comprimidos de aço³⁰⁸.

Mas a última recaída revelou-se fatal, pois o primeiro rei brigantino faleceu na manhã de 6 de novembro de 1656, após quase dezasseis anos de reinado³⁰⁹. Nos últimos dias de vida de D. João IV, realizaram-se diversas preces e procissões pela vida do monarca, tendo os lisboetas levado em ombros a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, por ser a mais acessível ao momento³¹⁰. Este, já agonizante, terá solicitado três vezes à padroeira do reino, cuja imagem sempre tinha junto à cama, que lhe valesse no momento da morte, e à qual o *Restaurador* já se havia encomendado, quando da elaboração do seu testamento³¹¹. Para a causa de morte do rei têm-se apontado várias hipóteses, nomeadamente nefrite aguda, no decurso de um processo de nefrite crónica ou gotosa³¹².

Sepultado no mosteiro de São Vicente de Fora, D. João IV foi largamente chorado nas exéquias fúnebres que Portugal lhe dedicou³¹³. Foi visto como uma figura paternal do reino³¹⁴, o qual livrou do domínio estrangeiro. Foi alvo de rasgados elogios, dos quais

³⁰⁶ Frei Francisco Escolar, *Oração Gratulatoria Pella Saude... cit.*, p. 13.

³⁰⁷ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 310.

³⁰⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 313-314.

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 318.

³¹⁰ Vicente Gusmão Soares, *Últimas Acções Del Rey D. João IV Nosso Senhor Escritas e Offerecidas À Rainha Nossa Senhora*, Lisboa, Edição de Edgar Prestage, 1918, p. 18.

³¹¹ “Declaro que sou verdadeiro, e fiel Christão, e que como tal creio firmemente tudo o que crê, e ensina a Santa Igreja de Roma, e estou prestes, como sempre estive, para dar a vida por ella, e me confesso seu obedientíssimo filho, que espero confiadamente em Jesu Christo, e no Sangue, e Vida, que deu por mim, e em sua bondade, e misericórdia, perdão de meus pecados, e salvação da minha alma; e peço à Virgem Nossa Senhora da Conceição, particular Padroeira da minha pessoa, e de meus Reynos, me ajude na hora da minha morte, e no Juízo, e conta final, que ei de dar aos procedimentos de minha vida culpável; o mesmo peço a S. João Baptista, e Evangelista, dos quaes tenho o nome, a S. Pedro e a S. Paulo, e aos Anjos da minha guarda, e à Raynha Santa Isabel, e aos mais Santos, e Santas da Corte do Ceo”. Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. IV, pp. 764-765.

³¹² Paulo Drumond Braga, *À Cabeceira do Rei: Doenças e causas de morte dos soberanos portugueses entre os séculos XII e XX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 107.

³¹³ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV... cit.*, p. 323.

³¹⁴ A imagem do rei como pai dos vassallos não foi novidade em 1656, pois este analogismo já havia sido utilizado com D. João II e com D. João III. Cf. Euclides dos Santos Griné, *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, p. 125.

destacamos os de político exemplar, monarca prudente³¹⁵, rei buscado e achado por Deus e propagador da fé³¹⁶. Sucedido no trono português pelo seu segundo varão adulto, D. Afonso VI, a historiografia não tem apresentado este monarca com tão elogiosas características³¹⁷.

2.2 – Devoções na batalha e na capela no reinado de D. Afonso VI

Nove dias após a morte de D. João IV, em 15 de novembro de 1656, o príncipe D. Afonso foi jurado e levantado rei de Portugal³¹⁸. O falecido soberano determinou no seu testamento que a regência seria entregue à rainha D. Luísa, uma vez que o novo monarca contava apenas treze anos de idade³¹⁹. A regência materna deveria findar em agosto de 1657, uma vez que o rei atingia a maioridade³²⁰. Tal não se verificou e a rainha conservou o seu posto de regente até 1662³²¹, uma vez que ao monarca estavam associadas diversas limitações. Aos quatro anos de idade, D. Afonso foi atacado por uma febre maligna, resultando daí as diversas sequelas corporais – como a paralisção da parte direita do corpo e, conseqüentemente, as dificuldades de locomoção – que marcaram profundamente a imagem afonsina no seu próprio tempo e na historiografia³²².

A regência de D. Luísa de Gusmão foi marcada por atribulações políticas e bélicas com as Províncias Unidas³²³. Como se não bastasse, Filipe IV de Castela voltou a investir na recuperação do trono português, iniciativa indissociável dos acordos de paz que, em 1657, saíram de Vestefália. Tiveram fim os conflitos do *Rei-Planeta* com outros

³¹⁵ Frei António dos Arcanjos, *Semão Nas Honras que fes a Cidade de Tavira em o Reyno do Algarve na morte do serenissimo Senhor Dom Ioam IV Rey de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck, 1657, pp. 7-8.

³¹⁶ Padre António Vieira, *Sermões Varios e Tratados... cit.*, t. XV, pp. 281-289.

³¹⁷ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisboa, Temas & Debates, 2008, pp. 13-30.

³¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 83.

³¹⁹ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. IV, p. 765.

³²⁰ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 89.

³²¹ Idem, *Ibidem*, p. 149.

³²² Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão... cit.*, pp. 161-162.

³²³ A Holanda, vendo resolvidas as questões bélicas com a Inglaterra e com a Suécia, estava, em 1657, decidida a recuperar os territórios que outrora possuía no nordeste brasileiro. Assim, as forças neerlandesas atacaram frequentemente os domínios ultramarinos portugueses e a costa do próprio reino. O assunto foi tratado por via diplomática – com o envio de neerlandeses a Lisboa, em setembro de 1657, mas a guerra foi declarada, tendo a paz sido selada em 1661. Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 89.

soberanos europeus, nomeadamente o rei de França e o príncipe de Orange³²⁴. O monarca castelhano voltou-se então para Portugal e, por essa altura, os exércitos de D. Luís de Haro cercaram Elvas³²⁵. A cidade, com falta de recursos para se defender e com a peste a dizimar os soldados e as gentes locais, esteve à beira de cair nas mãos do inimigo³²⁶.

Em 14 de janeiro de 1659, o exército comandado pelo conde de Cantanhede, D. António Luís de Menezes, composto por 8.000 infantes e 2.500 cavaleiros, derrotou as hostes de D. Luís de Haro, que contavam com 14.000 infantes e 5.000 cavaleiros. No final do dia, muitos foram os corpos dos soldados castelhanos tombados no campo de batalha³²⁷. Se em Madrid a notícia foi recebida com desolação, na Corte portuguesa as manifestações de regozijo fizeram-se sentir de imediato³²⁸. D. Afonso VI tomou conhecimento da vitória das linhas de Elvas enquanto participava na festa do Santíssimo Sacramento, resultante do agravo cometido na igreja de Santa Engrácia, em 1630. O monarca foi informado a meio do sermão, pregado por D. Próspero dos Mártires, tendo este terminado em graças ao sucesso e a cerimónia em grandes aplausos ao monarca por parte dos lisboetas³²⁹.

No entanto, a vitória portuguesa no campo de batalha que fomentou manifestações religiosas de grande calibre ocorreu quatro anos depois do sucesso das linhas de Elvas. A rainha-mãe encontrava-se afastada das rédeas de governo através do golpe palaciano de 20 de junho de 1662, de que resultou o governo autónomo de D. Afonso VI, sob o valimento do conde de Castelo Melhor³³⁰. Em 8 de junho de 1663, as hostes portuguesas, comandadas pelo conde de Vila Flor, D. Sancho Manuel e compostas por 4.000 soldados e 6.000 cavaleiros, venceram o inimigo. A fação castelhana, que estava sob o comando de João José de Áustria – filho bastardo de Filipe IV –, foi derrotada na batalha do Ameixial, próximo de Estremoz, sofrendo baixas de 4.000 mortos, 2.500 feridos e 3.500 prisioneiros³³¹.

³²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 99.

³²⁵ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 102.

³²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 103.

³²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 103.

³²⁸ O próprio monarca considerou que a derrota dos seus exércitos ficou a dever-se à vontade de Deus. Cf. António de Oliveira, *D. Filipe III... cit.*, p. 377.

³²⁹ D. Luís de Menezes, [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado... cit.*, t. II, p. 225.

³³⁰ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 149.

³³¹ Idem, *Ibidem*, p. 189.

Considerou-se que o triunfo português foi obrado pela maternal proteção da Imaculada Conceição, pois urgia salvar o reino de uma perigosíssima ofensiva castelhana. O comandante das tropas portuguesas, D. Sancho Manuel, pediu a intercessão da padroeira de Portugal em tão difícil combate, prometendo realizar-lhe uma grande festa. A prece foi imediatamente atendida e o inimigo começou a perder progressivamente o controle bélico³³². Ainda antes da batalha, os generais portugueses reuniram-se na igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais³³³, junto ao campo onde se deu o combate, residindo também neste facto um elo entre o triunfo militar e a intercessão da padroeira³³⁴.

A vitória da batalha do Canal – como também foi designada – deu origem a diversas manifestações de regozijo entre os portugueses, daí resultando poesia evocativa a Nossa Senhora da Conceição, que, por ter sido jurada padroeira do reino, trouxe a vitória aos seus devotos³³⁵. Mal a notícia chegou a Lisboa, foram enviadas missivas a todos os governadores de armas e ministros para que se repicassem sinos por todo o reino, manifestando júbilo pelo assinalável triunfo³³⁶. Também D. Afonso VI se alegrou com tal sucesso: assistiu à missa de ação de graças na capela real do paço da Ribeira e deslocou-se à sé, onde deu continuidade ao seu agradecimento³³⁷. Lisboa associou-se às celebrações com três dias de luminárias e o povo aclamou e aplaudiu o monarca, quando da sua deslocação à catedral³³⁸.

Alguns dias depois, em 17 de junho de 1663, realizou-se a procissão de *Corpus Christi*, na qual se deram graças pelos sucessos militares. Integraram a procissão diversas imagens, nomeadamente as de Cristo Crucificado e a de Nossa Senhora da Conceição, levando aos seus pés o estandarte de João José de Áustria³³⁹. No entanto, encontramos também associado a este sucesso militar o milagre de Nossa Senhora da Piedade: os habitantes de Santarém acorreram a uma imagem da referida invocação, venerada numa

³³² António de Sousa de Macedo, *D. Afonso VI*, Porto Livraria Civilização, 1940, p. 138.

³³³ A ermida dos Olivais albergava uma imagem de roca da Imaculada Conceição, que conservava um lugar de destaque da devoção dos estremocenses. Cf. José Filipe Mendeiros, *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz, 2001, pp. 93-94.

³³⁴ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens...* cit, t. IV, p. 180.

³³⁵ *Oitavas a Nossa Senhora da Conceição. Em Aplauso da Victoria do Canal. Em 8 de Junho de 1663. Sendo Governador Das Armas da Provincia do Alemtejo, Dom Sancho Manoel, Conde de Villa-Flor. Feitas por hum Anonimo da Academia dos Generozos de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, p. 4.

³³⁶ António de Sousa de Macedo, *D. Afonso VI...cit.*, p. 138.

³³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 138.

³³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 138.

³³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 138.

ermida da vila, para que os portugueses derrotassem os castelhanos³⁴⁰. Ao dar-se um milagre³⁴¹, mandou-se edificar um novo templo à imagem milagrosa. O lançamento da primeira pedra da nova ermida deu-se em 24 de janeiro de 1664 e contou com a presença de D. Afonso VI e do infante D. Pedro, seu irmão³⁴².

Ainda restavam, no entanto, algumas esperanças ao *Rei-Planeta* para reconquistar a coroa portuguesa. Se a derrota no Ameixial não demoveu o monarca castelhano, o triunfo das hostes comandadas por Pedro Jacques de Magalhães em Castelo Rodrigo, em 7 de julho de 1664, parece ter surtido o mesmo efeito³⁴³. Assim, desencadeou-se uma nova ofensiva comandada por João José de Áustria, tendo este feito uma nova investida no Alentejo, nomeadamente a Vila Viçosa³⁴⁴. As tropas portuguesas, comandadas por D. António Luís de Meneses, apressaram-se a socorrer aquela localidade, que se encontrava sitiada pelos castelhanos. Em 17 de junho de 1665, no lugar de Montes Claros, perto de Borba, os portugueses impuseram uma esmagadora derrota ao adversário, dando origem a 6.000 prisioneiros e a 4.000 mortos no campo de batalha³⁴⁵.

Filipe IV, desolado com a derrota, reconheceu que, por vontade divina, aquele reino não tornaria mais às suas mãos³⁴⁶. Acabou por falecer pouco depois, em 17 de setembro do referido ano³⁴⁷. No entanto, a vitória portuguesa foi prontamente festejada em Lisboa, nos moldes de 1663³⁴⁸. D. Afonso VI – que, na poesia que cantou este triunfo,

³⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 133.

³⁴¹ A Virgem teria baixado a cabeça e Cristo, que jazia nos braços maternos, teria erguido a sua. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 141.

³⁴² Idem, *Ibidem*, pp. 96-97.

³⁴³ Em 1664, um exército comandado pelo duque de Ossuna e composto por 5.000 soldados procurou alcançar Lisboa através da fronteira da Beira. No lugar da Salgadela, foram derrotados pelas hostes portuguesas, comandadas por Pedro Jacques de Magalhães – primeiro visconde da Fonte Arcada – e que dispunha de 3.000 homens. A notícia chegou a Lisboa através de Henrique Jacques de Magalhães, filho do visconde, sendo efusivamente celebrada por D. Afonso VI, pelo conde de Castelo Melhor e pelas gentes da cidade, com *Te Deum*, fogo-de-artifício e corridas de touros no terreiro do paço. Cf. Manuel Braga da Cruz, *A Batalha de Castelo Rodrigo*, Braga, Cruz Editores, 2014, pp. 11-12.

³⁴⁴ Em março de 1661, D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, escreveu ao rei informando-o de que, caso se tivesse de escolher a defesa de Estremoz ou de Vila Viçosa, seria prudente defender-se esta última, por ser mais útil e de grande reputação, quando comparada com a primeira. Na poesia evocativa ao sucesso de armas de 1665, Duarte de Melo de Noronha referiu-se a Vila Viçosa como “ilustre terra [...] do Regio Duque de Bargarça Corte”. Cf. Possidónio Mateus Laranjo Coelho (pub.), *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, p. 114; Duarte de Mello de Noronha, *Batalha de Montes Claros Escrita ao Excellentissimo Senhor Conde de Castel-Melhor*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1665, p. 7.

³⁴⁵ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 192.

³⁴⁶ António de Oliveira, *D. Filipe III... cit.*, p. 382.

³⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 391.

³⁴⁸ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 192.

personificou a vitória³⁴⁹ – ordenou que se celebrassem exéquias por aqueles que pereceram no referido combate, ficando estas a cargo da Misericórdia de Lisboa³⁵⁰. O sermão fúnebre foi pregado por frei Cristóvão de Almeida, que enalteceu os gloriosos feitos dos soldados lusos, uma vez que estes garantiram a liberdade e a defesa portuguesas, o que os fez merecedores de eterna lembrança entre os vindouros³⁵¹.

Ao triunfo em Montes Claros encontramos, mais uma vez, associada a intercessão divina. Se Santo António foi tido como um dos seus obreiros, por se considerar que pegou em armas e pelejou junto às hostes, comandadas pelo marquês de Marialva³⁵², foi a padroeira de Portugal quem assumiu a centralidade da intercessão a favor da causa lusa. Findo o combate, D. António Luís de Menezes³⁵³ agradeceu o sucesso bélico a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa³⁵⁴, após entrar triunfante na referida localidade³⁵⁵. Acreditou-se que a padroeira obrou um milagre quando a vila esteve sitiada pelas tropas do marquês de Caracena, pois a igreja matriz foi danificada pelos castelhanos. Embora tenha sido atingida no telhado e na abóboda da nave central da igreja, nada aconteceu à venerada imagem, dando ânimo aos soldados portugueses³⁵⁶.

No que respeita à devoção de D. Afonso VI à Imaculada Conceição, as informações não são tão abundantes quanto as que nos remetem para outras figuras da família real. Sabe-se que manteve o pagamento dos feudos joaninos à igreja matriz de

³⁴⁹ “Fortes vencerão a Batalha todos,/ Com valor de tal casta/ Que para Iberia toda nos basta./ Não mais, ó Sylva minha,/ Aos pés de Affonso Rey logo caminha/ A dizer, que com gloria estranha/ Delle Marrochos teme, & treme Espanha.” Cf. João Aires de Moraes, *Festivos Aplausos na felix victoria das Armas Lusitanas e memorias fúnebres no fatal destrago da profecia Espanhola: Na Batalha de Montes Claros*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1665, p. 12.

³⁵⁰ Frei Cristóvão de Almeida, *Oração Funebre nas Exequias que mandou fazer na Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Lisboa o muito Alto, & muito Poderoso Rey D. Affonso VI Nosso Senhor, Aos Soldados Portuguezes, que morrerão gloriosamênte em defensão da Patria, no sitio de Villa-Viçosa E na batalha de Montes Claros, este anno de 1665*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1665, p. 4.

³⁵¹ Idem, *Ibidem*, pp. 5-6.

³⁵² Sebastião da Fonseca e Paiva, *Redondilhas a Santo António alistarse por soldado na occasiam da campanha do Além-Tejo no anno de 1665*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1665, p. 4.

³⁵³ Ao marquês foi dedicado um panegírico, no qual é considerado como “invicto Marte” e que foi graças aos seus “impulsos soberanos” que os portugueses derrotaram os castelhanos. Cf. Frei António Lopes Cabral, *Panegirico ao Excellentissimo Senhor Dom Luis de Menezes Dignissimo Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, do Conselho de Estado, & Guerra, Presidente no da Fazenda, & Capitão Geral das Armas Portuguezas Em a memorável victoria de Montes Claros*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1665, pp. 1-8.

³⁵⁴ Teodósio de Santa Marta, *Elogio Historico da Illustrissima e Excellentissima Casa de Cantanhede Marialva, Chefe dos esclarecidos Menezes, e Telles, Dedicado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Diogo de Noronha, III Marquez de Marialva, V Conde de Cantanhede*, Lisboa, Oficina de Manuel Soares Vivas, 1752, p. 504.

³⁵⁵ D. Luís de Menezes, [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado... cit.*, t. II, 1698, p. 714.

³⁵⁶ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 263.

Vila Viçosa, de que a cunhagem de moeda com a efígie da padroeira de Portugal³⁵⁷ e o pagamento do tributo régio nos anos de 1662 a 1665³⁵⁸ são exemplos. Devemos, no entanto, ter em linha de conta que as fontes que retratam o *Vitorioso* são muitas vezes parciais e indissociáveis do enredo político em que D. Afonso VI, o futuro D. Pedro II e os partidários de ambas as facções se viram envolvidos³⁵⁹.

Frei Alexandre da Paixão, em *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, fez referência ao facto de as matinas a Nossa Senhora da Conceição terem sido cantadas na capela real em 7 de dezembro de 1667, véspera da sua festa litúrgica³⁶⁰. Nessa data, o monarca já não detinha as rédeas do governo e encontrava-se confinado aos seus aposentos³⁶¹, o que nos leva a supor que não terá assistido às referidas celebrações. No entanto, o *Vitorioso* terá marcado presença na referida festa em anos anteriores. Em 1664, sabemos que o fez, pois nessa ocasião frei António dos Arcanjos pregou, perante o rei, um sermão evocativo da padroeira³⁶².

D. Afonso VI faleceu de ataque vascular cerebral – ou de tuberculose³⁶³ – em 12 de setembro de 1683, aprisionado no paço da vila de Sintra³⁶⁴. O monarca foi, desde o início daquele ano, constantemente molestado, mas o achaque referido foi fatal³⁶⁵. O rei surpreendeu os criados ao pedir para ouvir missa, uma vez que tal não lhe era habitual³⁶⁶. Às portas da morte, o monarca invocou Cristo e a Virgem, para que o livrassem daqueles

³⁵⁷ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno...cit.*, t. I, p. 182.

³⁵⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 11.

³⁵⁹ Os textos seiscentistas que se referem a D. Afonso VI que mais pesam na construção da sua imagem são, essencialmente, a *Catástrophe de Portugal* (de Leandro Dorea Cáceres e Faria), *Anti-Catástrophe* (de autor desconhecido), *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* (atribuído a frei Alexandre da Paixão) e a *História do Portugal Restaurado* (de D. Luís de Menezes, conde da Ericeira). Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, pp. 20-21.

³⁶⁰ [Frei Alexandre da Paixão] *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. 1, Porto, Companhia Editora do Minho, 1938, p. 51.

³⁶¹ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, pp. 20-21.

³⁶² Frei António dos Arcanjos, *Sermam da Immaculada Conceição de Nossa Senhora na Cappella Real Assistindo Sua Magestade, e Alteza, em Oito de Dezembro de 664*, Évora, Oficina da Universidade, 1665.

³⁶³ Paulo Drumond Braga, *A Cabeceira do Rei... cit.*, p. 116.

³⁶⁴ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II (1648-1706) Uma Biografia*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 90.

³⁶⁵ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, pp. 351-352.

³⁶⁶ As práticas cristãs de D. Afonso VI podem originar diversas contradições, pois se para Sintra se escreveu que o rei não era dado a ouvir missa, verificamos que em Angra, entre 1669 e 1674, este participava diariamente nas celebrações eucarísticas. Cf. *A Anti-Catástrophe. História d'Elrei D. Affonso 6.º de Portugal*, Porto, Tipografia da Rua Formosa, 1845, p. 689; Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 90.

padecimentos³⁶⁷. Poucas foram as suas orações fúnebres³⁶⁸: subsistiram uma de Roma, na qual o cardeal de Estrée considerou o rei defunto como defensor da fé e da Sé Apostólica³⁶⁹; e outra de Portalegre, onde frei Miguel de São Tomás considerou que o soberano carregou uma cruz toda a vida, advindo daí os insucessos que conheceu, ao contrário de Cristo³⁷⁰.

Alguns anos antes, em 1666, D. Afonso VI desposou D. Maria Francisca Isabel de Saboia, prima de Luís XIV de França. O casamento por procuração deu-se em La Rochelle, em 27 de junho daquele ano³⁷¹ e a nova rainha chegou a Portugal a 2 de agosto³⁷². Em Lisboa, houve sumptuosas decorações de arte efémera e diversas festividades³⁷³. O casamento originou vários aplausos poéticos, nos quais a rainha foi descrita como “Excelente Princeza no sangue, na virtude, & na beleza³⁷⁴” e a boda tida como uma “União do Ceo predestinada³⁷⁵”. No entanto, o matrimónio teve bem pouco de celestial, uma vez que D. Maria Francisca não logrou descendência nem alcançou o papel político que desejava na Corte, não podendo servir os interesses franceses³⁷⁶.

Em 21 de novembro de 1667, a rainha recolheu-se no convento da Esperança, pondo fim ao seu casamento com o *Vitorioso*³⁷⁷. Dois dias depois, o monarca cedeu o poder ao irmão³⁷⁸, que também o substituiu no leito conjugal. O casamento régio foi alvo

³⁶⁷ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 352.

³⁶⁸ Esta situação não é indissociável do afastamento político do monarca. O mesmo já havia sucedido com D. Luísa de Gusmão, cujas exéquias fúnebres não tiveram impacto na imprensa por a mesma ter sido afastada da regência do reino e porque, à data da sua morte, o conde de Castelo Melhor ainda exercia as funções de escrivão da puridade. Cf. Euclides dos Santos Griné, *A Construção da Imagem Pública do Rei... cit.*, pp. 152-155.

³⁶⁹ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, p. 17.

³⁷⁰ Frei Miguel de São Tomás, *Sermam que pregou o Padre Fr. Miguel de S. Thomas nas Exequias do Serenissimo Rey de Portugal D. Affonso VI Celebradas na Sé de Portalegre em 9 de Outubro de 1683*, Lisboa, Officia de Miguel Rodrigues, 1735, p. 26.

³⁷¹ Isabel Drumond Braga, “Uma rainha para dois reis: os casamentos de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia”, in Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e Cerimonial*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 13.

³⁷² Idem, *Ibidem*, p. 15.

³⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 17.

³⁷⁴ *Certamen Epithalamico Publicado na Academia dos Generosos de Lisboa: Ao Felicissimo Cazamento Do Sempre Augusto, & Invicto Monarcha D. Affonso VI no Nome, Rey de Portugal com a Soberana Princeza D. Maria Franc. Izabel, Rainha, & Senhora Nossa*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1666, p. 11.

³⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 14.

³⁷⁶ Isabel Drumond Braga, “Uma rainha para dois reis...” *cit.*, pp. 20-22.

³⁷⁷ António Álvaro Dória, *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*, Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 225.

³⁷⁸ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 75.

de anulação por não ter sido consumado³⁷⁹, dando lugar à união da rainha com o regente no Paço da Ribeira, em 28 de março de 1668³⁸⁰. Os motivos de tão bizarra união residem no facto de a rainha ter pedido às cortes para regressar a França e para lhe ser devolvido o dote, o que não lhe foi permitido, pois o reino não só não dispunha desse dinheiro como não queria iniciar a uma crise diplomática com Luís XIV³⁸¹.

Foi na qualidade de consorte do príncipe regente que D. Maria Francisca Isabel revelou a sua religiosidade, através da leitura de livros religiosos, da participação nos sacramentos e das horas que reservava à oração mental³⁸². Encontramo-la igualmente associada à devoção mariana através das visitas que efetuou a diversas igrejas, nomeadamente à de Santa Maria da Graça, em Lisboa (1672), ao santuário de Nossa Senhora da Nazaré, na Pederneira (1673), e à igreja de Santa Maria da Arrábida, (1680). No ano seguinte, a rainha assistiu, em Lisboa, à festa da Imaculada Conceição³⁸³, invocação mariana a que continuou a dar provas de devoção. Destacam-se mercês que concedeu ao recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, em Olhalvo, no termo de Alenquer, a quem foram entregues 6.000 réis de esmola em 1681 e em 1683³⁸⁴.

Ao sentir a morte a aproximar-se, a rainha encomendou-se à referida invocação no seu testamento, datado de 21 de novembro de 1683³⁸⁵. No mesmo documento, D. Maria Francisca expressou o desejo de ser enterrada no convento do Santo Crucifixo, fundado pela mesma, em 1667³⁸⁶. No entanto, como as obras não estavam concluídas, estabeleceu que, provisoriamente, o seu corpo seria depositado na capela de Nossa

³⁷⁹ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, pp. 61-63.

³⁸⁰ António Álvaro Dória, *A Rainha D. Maria Francisca... cit.*, p. 271.

³⁸¹ Isabel Drumond Braga, “Uma rainha para dois reis...” *cit.*, p. 13.

³⁸² Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, p. 151.

³⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 153.

³⁸⁴ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, vol. 1, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 525.

³⁸⁵ “Primeiramente encomendo minha alma a Deos todos poderoso, que a creou, e remio com seu preciosíssimo Sangue, em cujos infinitos merecimentos espero, e confio, me perdoe minhas culpas, e pecados, para poder gozar da Bemaventurança; e para este efeito tomo por minha advogada, e intercessora a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e o Mysterio de Sua Purissima, e Immaculada Conceição, para que como Padroeira deste Reyno, o seja também da minha alma, diante de sua Divina Magestade, juntamente com o Anjo da minha guarda, e com todos os Santos da minha devoção.” Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, p. 133.

³⁸⁶ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, p. 151.

Senhora da Conceição, integrada na igreja do Noviciado da Companhia de Jesus³⁸⁷ e à qual a rainha fez mercê de 150.000 réis de esmola, em 14 de dezembro desse ano³⁸⁸.

Em setembro de 1683, quando D. Afonso VI se encontrava às portas da morte, teria vaticinado que a rainha seguiu-lo-ia no túmulo³⁸⁹. De facto, à data da morte do primeiro marido, D. Maria Francisca já se encontrava bastante doente: vitimada por uma hidropisia, retirou-se para o palácio da Palhavã em busca de ares salubres, aí acabando por falecer em 27 de dezembro de 1683³⁹⁰. Chorada pelo marido e pelo reino, a rainha foi referida na parenética fúnebre como clemente, misericordiosa³⁹¹, gentil³⁹² e virtuosa³⁹³. Aquele ano revelou-se crucial não só no panorama político português, como também no seio da família real, uma vez que estava aberto o caminho para um novo casamento de D. Pedro II. Monarca marcado pela timidez, pela seriedade e pelas práticas religiosas³⁹⁴, manteve constante devoção a Nossa Senhora da Conceição – à qual procuraremos dar ênfase.

2.3 – A devoção à padroeira no tempo de D. Pedro II

No paço da Ribeira, em 26 de abril de 1648, nasceu o derradeiro filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. Como o dia era dedicado, na arquidiocese de Braga, a São Pedro de Rates, o pequeno infante recebeu o nome do lendário bispo³⁹⁵. Motivo de alegria

³⁸⁷ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, p. 133.

³⁸⁸ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património... cit.*, vol. 4, p. 517. No entanto, a rainha acabou por ser sepultada no coro do convento das Francesinhas, de modo a evitar gastos desnecessários. Cf. Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, p. 170.

³⁸⁹ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 352.

³⁹⁰ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 109.

³⁹¹ Rafael Bluteau, *Oração Fúnebre Nas Exequias Reaes da Serenissima Rainha de Portugal D. Maria, Francisca, Isabel de Saboya, Celebradas Na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aos 27 de Janeiro de 1684*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1684, pp. 16-17.

³⁹² Frei Constantino de Nantes, *Oração Fúnebre Que Pregou O R. P. Fr. Constantino de Nantes, Capuchinho Francez, Lente Habitual de Theologia, e Qualificador do Santo Officio: Em As Exequias, Que Se Fizeram Em A Morte da Serenissima Senhora, D. Maria, Francisca, Isabel de Saboya, Rainha De Portugal Por Ordem do Excellentissimo Senhor de S. Romão, Embayxador Extraordinario de ElRey Christianissimo, em 3 de Ianeyro de 1684 oytro dias depois da sua morte: Em o Real Convento Do Santo Crucifixo Das Religiosas Capuchinhas, em que está depositada. Estando Presentes Com Sua Excellencia O Illustrissimo Senhor Arcebispos Inquisidor Geral, & outros Prelados, & Grandes da Corte, & os Confessores de ambas as Magestades*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1684, p. 15.

³⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 21.

³⁹⁴ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, pp. 23-26.

³⁹⁵ Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II*, Lisboa, Temas & Debates, 2010, p. 18.

para a família real, o surgimento de mais um varão não dava margens para se recear uma crise sucessória, como sucedeu em 1580 e que ainda pairava na memória coletiva³⁹⁶.

Além disso, este nascimento foi associado à devoção, pois no dia em que o infante D. Pedro veio ao mundo, o sino da igreja de Sacóias – no termo de Bragança e padroado da casa ducal do mesmo nome – tocou por si mesmo, o que foi encarado como um sinal divino de proteção ao rebento régio³⁹⁷. Tendo a igreja por orago Nossa Senhora da Assunção, D. Luísa de Gusmão ofereceu à milagrosa imagem, pelo prodígio que obrou, um vistoso e riquíssimo vestido de tela branca³⁹⁸.

Ao nascer, o infante não estava destinado à dignidade régia, mas a morte de D. Teodósio, em 1653, e de D. João IV, três anos depois, alterou a situação³⁹⁹. Cedo se percebeu que D. Afonso VI não reunia as capacidades físicas e mentais necessárias para reinar⁴⁰⁰ e, desta forma, D. Pedro foi sempre visto como uma alternativa ao irmão⁴⁰¹. Na década de 1660, com o governo pessoal do *Vitorioso* e do conde de Castelo Melhor, a tese de que deveria ser o infante a governar ganhou consistência. Entre os seus adeptos figuraram o marquês de Marialva, o seu irmão D. Rodrigo de Menezes, Fernando Correia de Lacerda, mestre do infante, João de Roxas de Azevedo, o conde de Vilar Maior e os condes da Ericeira, D. Fernando e D. Luís. Foi esta facção descontente que, através da chamada cabala de novembro de 1667, afastou D. Afonso VI do governo, catapultando D. Pedro para esse papel⁴⁰².

Nas cortes de janeiro de 1668, o filho mais novo de D. João IV foi jurado pelos três estados regente e príncipe herdeiro de Portugal, uma vez que já se encontrava em curso a anulação do casamento entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca⁴⁰³. Foi a partir da sua chegada ao poder que mais se evidenciaram os seus aspetos devocionais, ou pelo menos, que deles existe registo. Logo em 7 de dezembro de 1667, na capela real, assistiu com a Corte às matinas cantadas a Nossa Senhora da Conceição, por ser véspera da sua festa⁴⁰⁴. De uma forma geral, D. Pedro foi bastante religioso, pois ouvia missa

³⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 18.

³⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 18.

³⁹⁸ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 44.

³⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 49.

⁴⁰⁰ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...cit.*, p. 88.

⁴⁰¹ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 15.

⁴⁰² Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...cit.*, pp. 122-131.

⁴⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁴⁰⁴ *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna...cit.*, vol. 1, p. 51.

diariamente, dedicava várias horas à oração mental, jejuava todas as sextas feiras e sábados. Entre as suas devoções figuraram o Santíssimo Sacramento, o Anjo Custódio de Portugal, um vasto rol de santos⁴⁰⁵ e várias invocações da Virgem Maria⁴⁰⁶.

Sempre que ouvia falar no Santíssimo Sacramento, o *Pacífico* levantava-se, inclinava-se e dizia três ou quatro vezes: “Louvado seja o Santissimo Sacramento e a Imaculada Conceição”.⁴⁰⁷ De facto, esta invocação mariana, por sinal a padroeira do reino, esteve presente nas suas devoções. A prová-lo, verificamos que foram mantidas as políticas de promoção do imaculismo: sabemos que D. Pedro, já como rei de Portugal, manteve a cunhagem com a efígie de Nossa Senhora da Conceição, datando a última de 1685. Tal ocorrência não impediu o rei de pagar os 24.000 réis, associados à cunhagem e que revertiam para a festa de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa⁴⁰⁸. Acreditamos que os restantes tributos vocacionados para a igreja calipolense tenham sido pagos, não existindo, no entanto, fontes que o possam comprovar.

Em 1683, ano em que D. Pedro II se tornou rei⁴⁰⁹, foi criada na igreja matriz de Vila Viçosa uma nova confraria concepcionista, a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição⁴¹⁰. Os seus fundadores foram, com grande probabilidade, figuras das elites locais⁴¹¹, e o próprio monarca não descurou esta criação, pois aprovou a tentativa de obtenção de breves apostólicos de indultos e privilégios da Santa Sé, além de ter confirmado, em 1694, a criação da irmandade⁴¹².

No entanto, a relação entre o rei e a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição parece ter tido maior afinco, pois aprovou a criação de novos estatutos para a

⁴⁰⁵ “São José, São Joaquim, Santa Ana, São Pedro, São Francisco de Assis, São Francisco Xavier, São Francisco de Paula, São Francisco de Borja, São Francisco de Sales, Santo António, São Boaventura, São Bento, Santo Amaro, São Brás, São João Baptista, São João Evangelista, Rainha Santa Isabel, Santa Teresa, Santa Luzia, Santa Apolónia e Santa Bárbara.” Cf. Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 27.

⁴⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁴⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁴⁰⁸ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal... cit.*, t. I, p. 181.

⁴⁰⁹ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 96.

⁴¹⁰ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Conceptionistas de Vila Viçosa”... *cit.*, pp. 7-8.

⁴¹¹ O Marquês de São Paio aventou nomes como D. Luís de Almeida, Cristóvão Manuel de Sousa, Fernão Rodrigues de Brito Pereira, D. João de Almeida, Jorge Vieira da Silva, Pedro de Melo e Castro, Júlio de Melo e Castro, Nuno Mascarenhas de Brito, Pedro Mendes de Matos, Jerónimo Valério de Moniz, Manuel Pegas, padre Mateus Pereira Lobo e frei João Ferreira de Figueiroa. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 8.

⁴¹² Idem, *Ibidem*, pp. 7-8.

primeira – através de carta de 21 de julho de 1693⁴¹³ – tendo estes sido elaborados três anos depois⁴¹⁴. Além disso, consta num dos inventários da confraria, elaborado em 1719, que o rei ofereceu a Nossa Senhora da Conceição um “manto de tela azul com flores de ouro granecido de rengalho de ouro e prata forrado de tafetta⁴¹⁵”, em 1686, e um gradeamento, destinado ao exterior da igreja e cuja oferta datou também do referido ano⁴¹⁶.

Pouco tempo depois de D. Pedro assumir a regência do reino, a tão ansiada paz entre Portugal e Castela ficou assente no tratado de Lisboa, assinado em 13 de fevereiro de 1668⁴¹⁷. Esboçado durante o governo de D. Afonso VI, o poisar das armas permitiu retomar as relações diplomáticas com os estados que não reconheciam a monarquia brigantina⁴¹⁸. Especial enfoque mereceu a Santa Sé, uma vez que a confirmação pelo sumo pontífice dos bispos que foram nomeados por D. João IV e D. Afonso VI não aconteceu, e tal só foi possível após a paz com o reino vizinho, sendo então os prelados reconhecidos pelo papa Clemente X⁴¹⁹. Foi o referido pontífice quem confirmou a proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal, através do breve *Eximia dilectissimi*, datado de 8 de maio de 1671⁴²⁰.

Em 1705, teve lugar a criação da Real Província da Conceição em Portugal. Associada aos franciscanos, procurou facilitar a gestão dos conventos da dita ordem, dividida em congregações⁴²¹. A iniciativa da fundação de uma nova província surgiu em 1694, dando origem à décima terceira congregação franciscana em Portugal. Ficou sob a sua égide o Minho, parte de Trás-os-Montes, a Beira, Lisboa e as missões ao Maranhão e

⁴¹³ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, s/ fl.

⁴¹⁴ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” *cit.*, p. 131.

⁴¹⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 20. Esta oferta régia foi enviada para Vila Viçosa através de João Fernandes Nobre, a quem D. Pedro II nomeou, em nome da princesa D. Isabel, como seu representante e recoveiro. Cf. Vila Viçosa, A.H.C.B., Antiga Chancelaria, N.G. 16, ms. 16, fl. 159v.

⁴¹⁶ Tem mais a dicta Confraria humas grades [...] que são as que estam ao redor da Igreja e que mandou a Senhora o sereníssimo Rey o senhor D. Pedro que a santa gloria haja no anno de 1686 e as ueio mesmo asentar o marsineiro do Paço Antonio Duarte por mando do dicto Senhor.” Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód.123, fl. 41.

⁴¹⁷ Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...cit.*, p. 158.

⁴¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 254.

⁴¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 255.

⁴²⁰ Miguel de Oliveira e Francisco Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal... cit.*, p. 27.

⁴²¹ Ana Paula Valente Figueiredo, *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição: análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, p. 20.

ao Pará, no Brasil⁴²². As regras da cisão foram estipuladas em 1703, datando a criação canónica de 24 de abril de 1705, através do breve *Nuper pro parte di lectorum*, promulgado pelo papa Clemente XI⁴²³. Os estatutos foram regidos em 1706, sendo alvo de reforma em 1729 e aceites pelo capítulo de 1732⁴²⁴. Controlando dez conventos e três oratórios, a Província da Conceição contou com a aprovação e o apoio de D. Pedro II – que estava a par dos problemas que a congregação de Santo António conhecia –, o que explica a sua relação onomástica com a padroeira de Portugal⁴²⁵.

A criação da referida congregação efetivou-se em plena Guerra da Sucessão Espanhola, conflito bélico que marcou o início de setecentos. Com a morte do rei Carlos II sem descendência extinguiu-se a varonia dos Habsburgo, o que deu origem a conflitos entre os descendentes colaterais do monarca que reclamavam a sucessão. D. Pedro II inicialmente apoiou Filipe de Anjou – neto de Luís XIV e de Maria Teresa de Áustria, irmã de Carlos II –, mas acabou por alterar a sua posição e aliou-se ao opositor do candidato francês, Carlos de Habsburgo – filho do sacro-imperador Leopoldo I e primo do falecido rei⁴²⁶. Envolvido numa guerra ao lado do Império e contra a França, o monarca português tomou parte ativa no campo de batalha, tendo acompanhado as campanhas militares na Beira em 1704, onde estas defrontaram os exércitos do duque de Anjou⁴²⁷.

Foi nestas circunstâncias que, em 19 de setembro de 1704, na Guarda, D. Pedro II mandou redigir o seu testamento, talvez com receio de perecer durante a campanha

⁴²² Idem, *Ibidem*, p. 20.

⁴²³ Idem, *Ibidem*, p. 21.

⁴²⁴ *Estatutos da Província da Conceição no Reyno de Portugal Ordenados, e Reformados no anno de 1733. Sendo Ministro Provincial Fr. Manoel da Natividade Ex Lecto de Theologia e Qualificador do Santo Officio, E sahidos a luz no anno de 1735. Sendo Ministro Provincial Fr. João de Sancta Roza Ex Lector de Theologia, e Consultor do Santo Officio*, Coimbra, Oficina de Luís Seco Ferreira, 1735, fl. 4.

⁴²⁵ Foi D. Pedro II quem idealizou o selo da província, que era composto pela imagem da Imaculada Conceição sobre as armas reais. Cf. Ana Paula Valente Figueiredo, *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição...cit.*, p. 23; Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, Da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, t. I, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1760, p. 154.

⁴²⁶ Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...cit.*, p. 256-258.

⁴²⁷ Os exércitos de Filipe V atacaram diversas praças no Alentejo e na Beira. Uma figura da aristocracia que se destacou no campo militar foi D. António Luís de Sousa, Marquês das Minas, que liderou o ataque à vila castelhana de Fonte Grinaldo. A mesma foi saqueada pelos portugueses, não lhe sendo permitido, no entanto, saquear as igrejas. Segundo a fonte consultada, tal se devia à religião e piedade não descurada pelos soldados lusos, ao contrário do que sucedia com os franceses. Cf. *Primeira Notícia dos Gloriosos Successos Que Tiverão as armas de S. Magestade na Província da Beira; E Particularmente do que houve junto à Villa de Monsanto em onze de Junho no combate, que teve com o inimigo, o exército de S. Magestade mandado pelo marques das Minas Governador das armas daquela província, & do Conselho de Estado de Sua Magestade*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1704, pp. 3-4.

militar⁴²⁸. No documento, o monarca encomendou-se a diversas invocações da Virgem, sobressaindo a de Nossa Senhora da Conceição⁴²⁹. Por essa altura o rei já se encontrava doente – a enfermidade que o levou à morte havia-se manifestado em julho do ano anterior. Não permitiu, no entanto, que os médicos lhe fizessem tratamentos prolongados para poder participar na guerra⁴³⁰. Os achaques não deixaram de se manifestar nos dois anos seguintes, o que levou o rei a transferir-se para a quinta de Alcântara, em busca de melhores ares⁴³¹.

Mudou-se ainda para o palácio Fiúza, por estarem em curso as obras em Alcântara, e aí faleceu em 9 de dezembro de 1706, o primeiro dia do oitavário de Nossa Senhora da Conceição⁴³². Entre as sugestões apontadas para a causa da sua morte figuraram uma sífiloma pleuro-pulmonar, laringo-faringite tuberculosa e consequências da sífilis⁴³³.” Nos últimos dias de vida do monarca, quando este se encontrava de cama, foram feitas diversas preces pelas suas melhoras, às quais estiveram associadas várias imagens marianas, nomeadamente as de Nossa Senhora das Necessidades, da Quietação e do Livramento, que foi levada para junto do *Pacífico*⁴³⁴. Sepultado em São Vicente de Fora, foram-lhe dedicadas várias orações fúnebres, nas quais foi considerado “mais luzidio que o sol⁴³⁵”, “piedoso como David⁴³⁶”, “constante na Fé Catholica⁴³⁷” e com uma “cordeal devoção [...] à Virgem Santíssima”⁴³⁸.

⁴²⁸ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 153.

⁴²⁹ “Peço à Santíssima Trindade pelo Sangue, e merecimento de meu Senhor, e Redemptor Jesu Christo, e por sua infinita piedade, e misericórdia, me perdoe minhas culpas, e para este fim invoco o auxilio, e favor da Purissima Virgem Maria, Mãe de Deos, minha especialíssima Protectora, debaixo dos títulos de sua Immaculada Conceição, com o qual he Padroeira deste Reyno, e da Senhora da Graça, da Piedade, das Necessidades, da Assumpção, Madre de Deos, e Senhora da Barroquinha.” Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, pp. 83-84.

⁴³⁰ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 153.

⁴³¹ Idem, *Ibidem*, p. 159.

⁴³² José Soares da Silva, *Gazeta em Forma de Carta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 84.

⁴³³ Paulo Drumond Braga, *À Cabeceira do Rei...cit.*, p. 153.

⁴³⁴ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 161.

⁴³⁵ Frei Egídio de Gamboa, *Oração Funeral Em as Exequias do Muyto Alto, E Poderoso Rey de Portugal O Senhor D. Pedro II Que Celebrou o Real Convento de Thomar da Ordem de Christo*, Lisboa, Oficina de Manuel e José Lopes Ferreira, 1707, p. 12.

⁴³⁶ Francisco de Santo Tomás, *Oração Funebre Na Luctuosa Morte Del-Rey Dom Pedro II Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina de Manuel e José Lopes Ferreira, 1707, p. 6.

⁴³⁷ Frei José de Oliveira, *Serman Pregado Nas Exequias do Serenissimo Senhor D. Pedro II Rey de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1707, p. 10.

⁴³⁸ Miguel Dias, *Serman nas Exequias D’El Rey Nosso Senhor Dom Pedro II Que Pregou O R. P Miguel Dias da Companhia de Jesus Assistente Pelas Províncias de Portugal em Roma, Na Igreja de Santo António da Nação Portuguesa no Anno de 1707*, Roma, Oficina de António da Rosa, pp. 14-15.

D. Pedro II casou duas vezes: a primeira, em 1668, com D. Maria Francisca Isabel de Saboia, que antes havia sido sua cunhada; a segunda em 1687, com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo. A aliança inerente a este segundo matrimônio ficou marcada por uma aproximação entre Portugal e o Sacro Império Romano Germânico, de onde a nova rainha era oriunda, o que levou a um afastamento da órbita francesa, à qual Portugal se associou através da primeira consorte do *Pacífico*⁴³⁹.

D. Maria Sofia partiu para Portugal em 5 de julho de 1687, tendo chegado a Lisboa cerca de um mês depois – 11 de agosto⁴⁴⁰. Era filha de Filipe Guilherme, duque de Neuburgo e de sua segunda mulher, Isabel Amália de Hesse-Darmstadt, conhecida na Europa pela sua fertilidade, uma vez que deu à luz 24 filhos⁴⁴¹. Entre os irmãos da rainha constavam João Guilherme e Carlos Filipe, eleitores do Palatinado, Leonor Madalena, mulher do imperador Leopoldo I, Maria Ana, consorte de Carlos II de Castela, Doroteia Sofia, duquesa de Parma e Edviges Isabel, nora do rei da Polónia⁴⁴².

A rainha viveu doze anos em Portugal, resultando sete filhos do seu enlace com D. Pedro. Parece ter sido uma mãe extremosa e preocupada com a educação dos seus rebentos, especialmente no que diz respeito às questões religiosas⁴⁴³. Marcada pela religiosidade dos Neuburgo, a consorte régia ouvia missa todos os dias, comungava e confessava-se com frequência⁴⁴⁴. Devota de São Francisco Xavier e da Virgem Maria, visitou o santuário de Nossa Senhora da Nazaré em 1696⁴⁴⁵. Esta visita esteve subordinada a uma outra, que teve como propósito orar junto da imagem de Nossa Senhora da Conceição, venerada em Atouguia da Baleia⁴⁴⁶. A devoção que a rainha manteve à padroeira justificou também as mercês de 4.000 réis aos arrábidos do convento de Nossa Senhora da Conceição, em Sacavém, concedida em 1692 e reforçada, com

⁴³⁹ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 111.

⁴⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 112.

⁴⁴¹ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, p. 268.

⁴⁴² Idem, *Ibidem*, p. 271.

⁴⁴³ Frei João da Natividade, *Oração Funebre & Panegyrica nas honras, que à Serenissima Senhora D. Maria Sophia Izabel Raynha de Portugal mandou fazer o Illustrissimo Senhor D. Simam da Gama Bispo do Reyno do Algarve, do Conselho de S. Magestade & seu Sumilher da Cortina*, Lisboa, Oficina de Filipe de Sousa Vilela, 1700, p. 14.

⁴⁴⁴ Frei António da Piedade, *Semam Que Em As Exequias Da Serenissima Rainha Nossa Senhora D. Maria Sofia Isabel de Neoburg, Feitas Pela Nobre Villa de S. Amaro das Grotas do Rio de Sergipe a 19 de Abril de 1700*, Lisboa, Real Oficina dos Herdeiros de Miguel Deslandes, 1703, p. 14.

⁴⁴⁵ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, pp. 259-260.

⁴⁴⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 259-260.

20.000, em 1699⁴⁴⁷. Em relação à referida igreja da Atouguia, a rainha aceitou, em 1698, ser padroeira da igreja, a pedido do provedor e dos irmãos da misericórdia da vila⁴⁴⁸.

Falecida em 4 de agosto de 1699, são várias as hipóteses que nos reportam para a causa de morte da rainha, nomeadamente sífilis, erisipela ou infeção resultante de um furo na orelha, destinado ao uso de um par de brincos oferecidos à rainha por D. Catarina, sua cunhada⁴⁴⁹. As questões religiosas estiveram associadas à consorte régia durante a sua agonia e após o seu perecimento: D. Pedro II foi nove vezes à Sé e uma à igreja da Graça, descalço, onde orou pelas melhoras da esposa⁴⁵⁰; o mesmo fizeram os filhos do casal, igualmente descalços, quando se deslocaram a São Roque para rezar a São Francisco Xavier⁴⁵¹. A parenética fúnebre realçou a religiosidade da rainha, frisando as suas visitas às igrejas de Lisboa⁴⁵² e as suas práticas devocionais⁴⁵³, com destaque para as relacionadas com a Virgem Maria⁴⁵⁴. Além disso, estabeleceu-se um paralelo entre sua curta vida e a eterna fama de piedade que lhe haveria de ficar inerente, tida como recompensa divina⁴⁵⁵.

D. Pedro II teve onze filhos – legítimos e bastardos –, sendo que três faleceram em vida do monarca⁴⁵⁶. Em 6 de janeiro de 1669 nasceu D. Isabel Luísa Josefa, o único rebento do primeiro matrimónio. Este nascimento foi muito celebrado, pois trouxe alguma solidez à frágil sucessão dinástica⁴⁵⁷. No entanto, a princesa foi a única herdeira do pai durante grande parte da sua vida⁴⁵⁸, o que levou a que fosse jurada herdeira presuntiva do trono nas cortes de 1674⁴⁵⁹. A princesa esteve no centro das negociações

⁴⁴⁷ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património... cit.*, vol. 4, p. 523.

⁴⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 528.

⁴⁴⁹ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, pp. 114-115.

⁴⁵⁰ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, p. 352.

⁴⁵¹ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, p. 115.

⁴⁵² Frei João da Natividade, *Oração Fúnebre & Panegyrica... cit.*, p. 14.

⁴⁵³ Frei António da Piedade, *Sermon Que Em As Exequias...cit.*, p. 14.

⁴⁵⁴ Domingos Ramos, *Sermon Nas Exequias da Rainha N. S. D. Maria Sophia Isabel, Celebradas na Cathedral Metropolitana da Cidade da Bahia aos 31 de Março de 1700*, Lisboa, Bernardo da Costa Carvalho, 1702, p. 27.

⁴⁵⁵ António de Faria, *Sermão nas Honras Fúnebres, Que a Congregação do Oratorio de Lisboa dedicou à saudosa memoria da Serenissima Rainha D. Maria Sophia Isabel, Em 21 de Agosto de 1699 na Igreja da mesma Cõgregação*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, p. 20.

⁴⁵⁶ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II...cit.*, pp. 116-122.

⁴⁵⁷ Isabel Drumond Braga, “Muitas hipóteses, um noivo e nenhum marido: D. Isabel Luísa Josefa (1669-1690)”, in Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa... cit.*, vol. 3, p. 183.

⁴⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 183.

⁴⁵⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 188-189.

matrimoniais da casa de Bragança, chegando, em 1682, a estar noiva do seu primo Vítor Amadeu II, duque de Saboia, mas o casamento acabou por não se concretizar⁴⁶⁰. Com a morte da rainha, em 1683, o casamento da princesa secundarizou-se. Urgia casar o rei viúvo em primeiro lugar, o que levou a que D. Isabel falecesse solteira, em 1690⁴⁶¹.

D. Isabel Luísa Josefa foi culta e instruída, tendo apreciado as letras e a história profana e sagrada⁴⁶². A sua mãe procurou esmerar-se na sua formação cristã, tendo-lhe recomendado que ouvisse missa, comungasse, se confessasse e, de forma assídua, fizesse oração e exame de consciência⁴⁶³. De facto, a princesa parece ter cumprido as determinações maternas, sendo testemunho disso a sua devoção a Nossa Senhora da Penha, cuja igreja lisboeta visitava todos os sábados⁴⁶⁴. A padroeira de Portugal também figurou entre as suas devoções, pois a ela se encomendou no seu testamento, datado de 13 de outubro de 1690⁴⁶⁵. Realizaram-se diversas preces e procissões pela sua recuperação, à qual se associou a imagem da Penha de França. Chegou a ser levada à presença da infanta, sem que, no entanto, impedisse que esta partisse com a tenra idade de 21 anos⁴⁶⁶.

Além da sua filha primogénita, D. Pedro II sepultou mais dois filhos. O primeiro a sucumbir à morte foi o príncipe do Brasil, D. João, nascido em 30 de agosto de 1688 e falecido dezoito dias depois. O seu nascimento foi considerado uma intercessão de São Francisco Xavier, sendo o regozijo marcado pela efemeridade devido à curta vida do

⁴⁶⁰ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios... cit.*, pp. 91-105.

⁴⁶¹ Isabel Drumond Braga, “As Pratas da Princesa D. Isabel Luísa Josefa (1669-1690)”, *Revista de Artes Decorativas*, n.º 5, Porto, 2012, p. 151.

⁴⁶² Pedro Norberto D’ Aucourt e Padilha, *Memorias da Serenissima Senhora D. Isabel Luiza Jozefa, Que foy jurada Princeza destes Reynos de Portugal*, Lisboa, Oficina de Francisco da Silva, 1748, p. 8.

⁴⁶³ Idem, *Ibidem*, pp. 219-220.

⁴⁶⁴ António da Silva, *Oração Funebre Que Disse o Licenciado Antonio da Sylva, vigario do Arrecife: Nas Exequias da Serenissima Princesa D. Isabel Luisa Josepha, celebradas na Misericordia da Cidade de Olinda, aos 5 de fevereiro de 1691 Por Mando do Marquez de Montebello Governador da Capitania de Pernambuco, & suas anexas*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1691, p. 24.

⁴⁶⁵ “Primeiramente, encomendo minha alma a Deos todo poderoso, que a creou, e remio, com seu preciosissimo Sangue, em cujos infinitos merecimentos espero, e confio me perdoe meus pecados, para poder gozar da Bemaventurança, e para este efeito tomo por minha advogada, e intercessora a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e o mysterio de Sua Purissima, e Immaculada Conceição, para que como Padroeira deste Reyno, o seja também da minha alma, diante de sua Divina Magestade, juntamente com o Anjo da minha guarda, e com todos os Santos da minha devoção”. Cf. António Cateno de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, p. 344.

⁴⁶⁶ Pedro Norberto D’ Aucourt e Padilha, *Memorias da Serenissima Senhora D. Isabel Luiza Jozefa... cit.*, p. 308.

príncipe⁴⁶⁷. Em relação a D. Teresa, cabe-nos referir que faleceu a escassos dias de completar os oito anos, em 16 de fevereiro de 1704⁴⁶⁸.

A infanta chegou a estar noiva do arquiduque Carlos de Habsburgo, mas devido à sua morte precoce o matrimónio não passou de um projeto⁴⁶⁹. Existiu alguma relação entre a infanta e a Imaculada Conceição? Apenas sabemos que já havia iniciado a sua educação cristã, pois já comungava quando recebeu o sacramento da extrema-unção, pouco antes da sua morte⁴⁷⁰. Vitimada pelo sarampo e por bexigas malignas, a infanta faleceu cristãmente⁴⁷¹, não tendo surtido efeito as preces que pelas suas melhoras se fizeram⁴⁷².

Sobre as irmãs do *Pacífico*, não podíamos deixar de referir as que, de formas distintas, deixaram assinaláveis marcas no seu reinado: D. Maria e D. Catarina. A primeira, filha bastarda de D. João IV, veio ao mundo em 30 de abril de 1644 e foi criada em casa de António Cavide⁴⁷³. Em 1650, ingressou no convento de Santa Teresa de Jesus, em Carnide, onde recebeu diversos privilégios do pai e dos irmãos⁴⁷⁴. Encarada como uma reserva familiar no que às políticas matrimoniais diz respeito, foi várias vezes tida em conta para desposar o duque de Cadaval⁴⁷⁵. O papel da bastarda régia na criação de D. Luísa, sua sobrinha, também ela uma filha ilegítima, revela que a sua figura não foi descurada pela família real portuguesa⁴⁷⁶.

D. Maria viveu no convento de Carnide até à data da sua morte, ocorrida em 6 de fevereiro de 1693⁴⁷⁷. O seu irmão D. Afonso VI confirmou-lhe o padroado do convento em que residia, em 18 de julho de 1664, e que lhe havia sido outorgado em 26 de janeiro do referido ano⁴⁷⁸. Procurou engradecer a igreja de Santa Teresa através da construção de

⁴⁶⁷ Padre António Vieira, *Palavra de Deos Empenhada, E Desempenhada: Empenhada No Sermam das Exequias Da Rainha N. S. Dona Maria Francisca Isabel de Saboya; Desempenhada No Serman de Acçam de Graças pelo nascimento do Principe D. João Primogenito de SS. Magestades, que Deos guarde*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1690, p. 104.

⁴⁶⁸ Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas de Portugal... cit.*, p. 117.

⁴⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 99.

⁴⁷⁰ Lisboa, B.N.P., Reservados, Cód. 4489, fl. 64.

⁴⁷¹ *Ibidem*, fls. 63-64.

⁴⁷² Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas de Portugal... cit.*, p. 117.

⁴⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 42.

⁴⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 42.

⁴⁷⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 70-74.

⁴⁷⁶ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, p. 459-460.

⁴⁷⁷ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VII, p. 260.

⁴⁷⁸ Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas de Portugal... cit.*, p. 197.

duas capelas, figurando numa a escultura da cabeça de Jesus Cristo, proveniente da Índia, e na outra relíquias de São Vital, São Félix, Santa Teresa, São Fortunato, São Audacto, Santo Anastácio, São Magno, São Teodoro e Santa Justa⁴⁷⁹. No entanto, se nada sabemos em relação à padroeira de Portugal, não nos parece errado considerar que, caso o referido membro da família real fosse afeto a tal devoção, se tratasse de um comportamento bastante natural, tendo em conta a tradição brigantina.

D. Catarina, filha de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, nasceu em Vila Viçosa em 25 de novembro de 1638⁴⁸⁰. Desde cedo que a infanta esteve presente nas negociações portuguesas, nomeadamente para desposar um noivo francês, inglês ou mesmo castelhano, de modo a reformar as relações entre ambos os reinos⁴⁸¹. Foi já no reinado de D. Afonso VI, sob regência da rainha D. Luísa, que se acordou o matrimónio entre a infanta e o rei de Inglaterra, Carlos II⁴⁸². A rainha deixou Portugal em 23 de abril de 1662, após os magníficos festejos que o reino dedicou à celebração do seu casamento⁴⁸³. A vida em Inglaterra revelou-se um tanto agri-doce, pois vários fatores como professar o catolicismo e não ter dado um herdeiro ao trono levaram a que não fosse figura benquista na Corte⁴⁸⁴, chegando mesmo a difundir-se a ideia de que D. Catarina se havia aliado ao papa para assassinar o marido, o que não só não correspondia à verdade como a rainha foi tenazmente defendida pelo próprio cônjuge⁴⁸⁵.

Tendo enviuvado em 1685, D. Catarina cedo expressou a sua vontade de regressar a Portugal o que, no entanto, só se efetivou em 1693, já após a deposição do seu cunhado, Jaime II, e durante o governo dos reis Guilherme III e Maria II, sobrinhos do seu marido⁴⁸⁶. A viagem foi feita por via marítima entre a Grã-Bretanha e a França, tendo-se efetuado o restante percurso por terra, atravessando a Península Ibérica. Transpôs a fronteira luso-castelhana junto a Almeida e a sua entrada em Lisboa deu-se em 20 de janeiro de 1693⁴⁸⁷. Marcada por uma religiosidade consistente, tal facto expressou-se no

⁴⁷⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 197-198.

⁴⁸⁰ Joana Almeida Troni, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 37.

⁴⁸¹ Idem, *Ibidem*, pp. 57-63.

⁴⁸² Idem, *Ibidem*, pp. 75-77.

⁴⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 121.

⁴⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 174.

⁴⁸⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 178-179.

⁴⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 192.

⁴⁸⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 195-198.

seu regresso ao reino, uma vez que preferiu primeiro deslocar-se ao templo, e aí orar à Rainha Santa Isabel, do que à Corte⁴⁸⁸.

Entre as devoções pessoais de D. Catarina, a da padroeira de Portugal logrou um destacado lugar. Em 1699, deslocou-se a Vila Viçosa, para aí pagar uma promessa à Imaculada Conceição, aproveitando a ocasião para lhe oferecer seis castiçais de prata, como consta no inventário da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1719)⁴⁸⁹. Anos antes, logo após o seu regresso ao reino, a rainha deu início à construção do paço da Bemposta, cuja capela teve por orago Nossa Senhora da Conceição⁴⁹⁰. No inventário *post-mortem* dos bens da rainha⁴⁹¹, figuraram uma imagem que estava em cima da tribuna da capela-mor⁴⁹², dois painéis com a imagem da padroeira e uma lâmina com molduras lisas e douradas⁴⁹³.

⁴⁸⁸ Rafael Bluteau, *Oraçoens Gratulatorias Na Feliz Vinda Da Muito Alta, E Muito Poderosa Rainha da Gram Bretanha, Compostas, E Recitadas Na Igreja da Divina Providência À Nobreza de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1693, p. 35.

⁴⁸⁹ “Maiz estou entregue de seis castiças grandes de prata [...] que deu a Nossa Senhora a sereníssima Rainha da Grã-Bretanha senhora D. Catherina quando veio ver a mesma Senhora e fazerlhe hũa novena estando aqui tres meses de asistencia”. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 34.

⁴⁹⁰ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 264. Em 1702, o sermão da festa de Nossa Senhora da Conceição que se realizou na referida capela foi pregado por frei José de Oliveira. Nele, o autor comparou a Virgem Imaculada a um livro: uma obra perfeita e sem erratas, cujo autor foi Deus e a tipografia Santa Ana. Em relação à capela da Bemposta, o mesmo referiu que se tratava de uma obra de uma majestade da Terra para a majestade do Céu. Cf. frei José de Oliveira, “Sermam da Immaculada Conceição da Virgem Senhora Nossa Prégado na Capella Real da Serenissima Rainha da Gram Bretanha, estando o Senhor exposto. Anno de 1702”, in frei José de Oliveira, *Sermoens Varios Que Pregou o Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Joseph de Oliveyra, Bispo que foy de Angola, Religioso dos Eremitas de Santo Agostinho, do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, Oficina Deslandesiana, 1715, pp. 228-249.

⁴⁹¹ D. Catarina faleceu em 31 de dezembro de 1705, de uma cólica agravada por uma inflamação interna. Não foram publicados sermões de exéquias fúnebres nesta ocasião, apenas um poema em que se lamenta a ocorrência. Cf. Lisboa, B.N.P., Reservados, Cód. 409, fl. 1v; *Gemidos saudosos entre a ilustre, e luctuosa corte de Lisboa e o poderoso, e sentido reyno de Inglaterra: aquella lamentando defunta sua venerada Infante, & este suspirando morta a sua melhor Rainha, a sereníssima senhora D. Catharina dedicados aos nobilísimos, sentidísimos Senhores, principaes Cabeças do governo Economico da sua Real Casa, Thomas Sanis, Gentil-Homem de sua Camara, e o Reverendissimo Padre Manoel Dias, seu Esmoler, & Sumilher da Cortina, & por Pedro de Azevedo Tojal, formado na faculdade dos Sagrados Canones, e dados a estampa por Luis de Araujo e Barbuda seu mayor amigo*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1706.

⁴⁹² Virgínia Rau, *Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1947, p. 69.

⁴⁹³ Idem, *Ibidem*, pp. 82-83.

2.4 – D. João V e o primor na devoção a Nossa Senhora da Conceição

O segundo rebento nascido da união entre D. Pedro II e D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo veio ao mundo em 22 de outubro de 1689, no paço da Ribeira, em Lisboa⁴⁹⁴. O seu nascimento foi motivo de grande alegria para o reino, acreditando-se que o príncipe – considerado o sol de Portugal⁴⁹⁵ – nasceu por desígnio de Deus e que haveria de governar o reino e perpetuar a linhagem régia⁴⁹⁶. As suas qualidades foram salientadas pelos seus contemporâneos. Um dos aspetos mais referidos remete-nos para a política pacifista de D. João V⁴⁹⁷: ao herdar o trono, viu-se emaranhado nas teias da Guerra da Sucessão de Espanha até à paz de Utreque, assinada em 1715⁴⁹⁸. Findo o conflito⁴⁹⁹, o monarca português não mais se envolveu em questões bélicas⁵⁰⁰.

Além de considerado um “príncipe da paz⁵⁰¹”, D. João V foi ainda lembrado pelas suas demonstrações religiosas e piedosas, sendo-lhe atribuídas a frequência dos sacramentos, a assistência aos oitavários e a outorga de notáveis esmolas, não só aos pobres, como também a diversas igrejas⁵⁰². Deve-se-lhe a edificação de um alargado

⁴⁹⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Lisboa, Temas & Debates, 2009, p. 19.

⁴⁹⁵ Manuel de Cerqueira Torres, *Oração Funebre, Que Nas Reaes Exequias Do Muito Alto, Muito Poderoso, E Fidelissimo Rey D. João V Nosso Senhor De Saudosa Memoria*, Coimbra, Oficina de Francisco de Oliveira, 1753, pp. 7-9.

⁴⁹⁶ Frei José de Oliveira, *Serman Em o Prestito Que A Insigne Universidade de Coimbra fez à Igreja da Rainha Santa Isabel em acção de graças pelo nascimento do Principe nosso Senhor*, Coimbra, Oficina de José Ferreira, 1690, p. 12.

⁴⁹⁷ Caracterizado como “aquelle [...] que tanto soube vencer, sem pelejar”. Cf. Aleixo António, *Oração Funebre nas Exequias do Augustissimo, e Fidelissimo Senhor Rey D. João V*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1754, p. 6.

⁴⁹⁸ Com a morte do imperador José I, em 1711, o pretendente austríaco ao trono castelhano converteu-se no sucessor do irmão, o que levou ao fim das objeções ao pretendente francês, Filipe V. Cf. Ignacio Maria Vicent López, “Felipe V y la Monarquía Católica: una cuestión de «estilo»”, *Espacio, Tempo y Forma*, série IV, n.º 7, Madrid, 1994, p. 419.

⁴⁹⁹ *Tratado de Pax Entre o Muito Alto, e Muito Poderoso Principe D. João, o V. Pella Graça de Deus Rey de Portugal, E o Muito Alto, e Muito Poderoso Principe D. Felipe V. Pella graça de Deus Rey Catholico de Hespanha*, Lisboa, s.n., [1715], pp. 4-5.

⁵⁰⁰ Frei Pedro Soriano Bravo, *Sermão Nas Exequias Do Muito Alto, Poderoso, Magnanimo e Fidelissimo Monarca D. João V Rey de Portugal*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1750, p. 4.

⁵⁰¹ Frei Tomás de Aquino, *Oração Funebre, E Panegyrica nas Exequias do Augusto, Magnifico e Fidelissimo Rey, e Senhor D. João V Celebradas pela Irmandade de nossa Senhora de Monserrate da Nação Hespanhola no dia 23 de Outubro de 1750 na Igreja do Mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa*, Lisboa, Nova Oficina Monraviana, 1751, p. 11.

⁵⁰² Miguel Luís Teixeira, *Oração Funebre nas Exequias que à Magestade Fidelissima do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V, celebrou na Cathedral de Faro em 29 de Agosto de 1750 o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Ignacio de Santa Theresa*, Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno, 1751, pp. 16-24.

leque de igrejas⁵⁰³, além das que usufruíram do seu mecenato e viram enriquecidos os ornamentos dos seus altares e das suas capelas⁵⁰⁴. Entre as práticas piedosas do monarca figurou também a proteção aos religiosos sem exceção, em grande parte através da fundação e do financiamento de mosteiros⁵⁰⁵.

A devoção joanina que ocupou um papel central foi a da Virgem Maria. O monarca costumava visitar, no seu aniversário, a imagem da Madre de Deus, em Lisboa, a quem oferecia presentes de ouro bastante generosos⁵⁰⁶. No entanto, a invocação mariana de maior vulto foi a da Conceição. Em 1694, ainda príncipe do Brasil, foi feito juiz perpétuo e honorário da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa⁵⁰⁷. Em 1717, o monarca enviou missivas a todos os prelados do reino, ordenando-lhes que, no seguimento do que havia feito D. João IV, a festa da padroeira de Portugal se celebrasse em todas as catedrais e igrejas do reino. O monarca teve semelhante atitude porque nem todas as igrejas festejavam esta solenidade em inícios de setecentos, tendo procurado inverter essa situação⁵⁰⁸.

Por essa altura já se esboçava a criação da Academia Real da História, instituição à qual o imaculismo ficou associado. Manuel Caetano de Sousa propôs a D. João V escrever a *História Eclesiástica de Portugal*, tendo obtido um parecer favorável⁵⁰⁹. Em 1710, o clérigo teatino deslocou-se a Roma para participar no capítulo geral dos teatinos, acabando por percorrer outras cidades italianas, onde consultou diversos manuscritos e visitou algumas academias⁵¹⁰. Como se viu a braços com um trabalho tão importante, pediu ao monarca que criasse sócios, para o ajudarem com a sua investigação, surgindo

⁵⁰³ Filipe de Oliveira, *Oração Funebre Panegyrica, e Historica do Sempre Augusto, Magnífico, e Fidelíssimo Senhor Rey D. João V Celebradas Pela Irmandade De S. Bartholomeo da Naçam Alemã Na Real Freguezia de S. Juliam no dia 27 de Agosto de 1750*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1750, p. 11-15.

⁵⁰⁴ António Isidoro da Nóbrega, *Elogio Funebre na Sentida morte do Fidelíssimo, E Augustíssimo Rey o Senhor D. João V*, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves, 1750, p. 5.

⁵⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁵⁰⁶ Agostinho Pereira, *Serman Na Festa de Aççam de Graças, Que Pela Restauraçam Da Saude Em esta ultima moléstia Do Rey Nosso Senhor D. João V Fizerão na Igreja das Religiosas Do Real Convento de Nossa Senhora da Madre de Deos Os Padres da Igreja de S. Nicolao de Lisboa em 20 de Julho de 1748*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1748, p. 12.

⁵⁰⁷ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa”... *cit.*, pp. 10.

⁵⁰⁸ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica... cit.*, t. V, p. 311.

⁵⁰⁹ Isabel Maria Henriques Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. A história e os historiadores na primeira metade do século XVIII*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 11.

⁵¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 11.

então a ideia de criar uma academia⁵¹¹. A sessão inaugural ocorreu no paço dos duques de Bragança, em Lisboa, em 8 de dezembro de 1720⁵¹².

O elo existente entre o imaculismo e a Real Academia da História foi bastante sólido. Por determinação do monarca, todos os anos se jurava a padroeira no oitavo dia da sua festa, isto é, em 15 de dezembro. O juramento era feito na capela do paço dos duques de Bragança e o primeiro deles foi realizado em 1733, no qual estiveram presentes D. João V e o príncipe D. José⁵¹³. Ambos o fizeram para dar o exemplo aos académicos e a atuação régia foi considerada uma ação piedosa e que “ostenta o maior culto de Maria⁵¹⁴.” O mecenato régio foi o maior investimento feito na academia, sendo prova disso os 30.000 réis que o rei atribuiu anualmente, pagos pelo tesoureiro-mor do reino⁵¹⁵; segundo o livro de despesa da academia, a referida quantia foi paga entre 1737 e 1748⁵¹⁶.

Em 1707, D. João V deu instruções a D. André de Melo e Castro para solicitar ao papa Clemente XI um breve para os dias santos em que não fosse permitido aos pobres trabalhar, uma vez que era através do trabalho que se sustentavam e, caso trabalhassem nos dias santos, eram multados pelos meirinhos episcopais⁵¹⁷. Para evitar esta situação, o rei propôs um leque reduzido de festas da igreja e, segundo este, apenas nesses dias o trabalho não deveria ser permitido. A festa da Imaculada Conceição figurou nessa listagem, o que prova a consideração que o monarca lhe devotava⁵¹⁸. Grande parte do reinado joanino foi marcado por amistosas relações com o papado, tendo o soberano português enviado várias embaixadas e numerosos presentes à Santa Sé. Um dos presentes mais valorizados pela Corte pontifícia foi uma imagem de prata dourada de Nossa Senhora da Conceição, a qual foi benzida por Bento XIV⁵¹⁹.

⁵¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 14.

⁵¹² Entendeu-se que a relação estabelecida por D. João V entre o estudo da história e a padroeira de Portugal foi um seguimento das políticas protecionistas ao culto mariano, que foram iniciadas por D. Afonso Henriques e largamente defendidas por D. João IV. Cf. D. Manuel Teles da Silva [Marquês de Alegrete], *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1727, p. 28.

⁵¹³ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 289.

⁵¹⁴ João de Villeneuve, *Jurando ElRey D. João o V a purissima Conceição da Virgem Maria nossa Senhora no mesmo acto, em que a Academia Real fes este juramento*, Lisboa, João de Villeneuve, 1736.

⁵¹⁵ Isabel Maria Henriques Ferreira da Mota, *A Academia Real da História... cit.*, p. 254.

⁵¹⁶ Lisboa, B.N.P., Reservaod, Cód. 716, fls. 23-115.

⁵¹⁷ Eduardo Brazão, *D. João V e a Santa Sé. As Relações Diplomáticas de Portugal com o Governo Pontifício de 1706 a 1750*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, p. 19.

⁵¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 19.

⁵¹⁹ Agostinho Pereira, *Serman Panegyrico, E Historico Da Conceiçam Da Senhora, Pregado Em 8 de Dezembro de 1749 na Prioral Igreja de Sam Nicolao de Lisboa; E oferecido Ao mesmo Santo por hum seu devoto*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1750, p. 29.

Um projeto que conheceu afincado empenho por parte de D. João V foi a elevação da capela real⁵²⁰ a patriarcal⁵²¹. Segundo Eduardo Brazão, “o Patriarcado surgiu como remate grandioso de uma série de tentativas que D. João V realizou na intenção de enobrecer a sua capela”⁵²². De facto, assim sucedeu em 1710, quando o papa Clemente XI confirmou uma série de privilégios e erigiu nela uma colegiada⁵²³, com o nome de São Tomé⁵²⁴. No entanto, foi em 1716 que o papa elevou a colegiada à dignidade de basílica patriarcal, após ter tido em conta os serviços dos portugueses à fé católica⁵²⁵. Este acontecimento coincidiu com a ida do monarca a Vila Viçosa, para aí pagar uma promessa à Padroeira do reino⁵²⁶.

Com a divisão do arcebispado de Lisboa, em 1716, coube ao patriarcado a parte ocidental da cidade⁵²⁷. As rendas deste espaço de oração e de devoção⁵²⁸ eram difíceis de cobrar, pois estavam dispersas por várias dioceses de Portugal – o cabido queixou-se deste facto logo em 1740⁵²⁹. As referidas rendas eram provenientes de várias igrejas do Padroado Real⁵³⁰, dos conventos de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra⁵³¹, da Alfândega de Lisboa⁵³² e da Casa dos Cinco⁵³³, dos Almojarifados de Abrantes⁵³⁴ e de

⁵²⁰ Segundo Ivo Carneiro de Sousa, a capela real era uma “instituição de aparato que, cumprindo uma colecção importante de cerimónias e actividades religiosas, foi institucionalizando um longo processo de alargamento dos investimentos do poder régio na convocação do cerimonial litúrgico enquanto factor de prestígio religioso, social e representação político-simbólica. Cf. Ivo Carneiro de Sousa, “Capela Real”, in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História...* cit., A-C, p. 286.

⁵²¹ A capela real havia sido estruturada ainda na idade média, durante os reinados de D. Afonso V e de D. João II. No entanto, foi D. Manuel I quem lhe deu um espaço fixo, no Paço da Ribeira. Nas itinerâncias, o corpo da capela real acompanhava o rei com o mesmo ritual e serviço religioso. Cf. João Francisco Marques, “Oração e Devoções” ... cit., p. 608.

⁵²² Eduardo Brazão, *Subsídios Para a História do Patriarcado de Lisboa*, Porto, Livraria Civilização, 1943, p. 25.

⁵²³ O papa Clemente XI, ao elevar a Capela Real a Colegiada, com dignidades, cónegos e privilégios, nomeou alguns filhos segundos da nobreza para dignidades e cónegos delas. Procurou também aumentar as rendas e privilégios da capela. Cf. Lisboa, B.N.P., Coleção Pombalina, Cód. 728, fl. 1.

⁵²⁴ António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica...* cit., t. V, pp. 161-169.

⁵²⁵ Eduardo Brazão, *D. João V e a Santa Sé...* cit., p. 19

⁵²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 185.

⁵²⁷ Lisboa, B.N.P., Coleção Pombalina, Cód. 157, fl. 41.

⁵²⁸ Embora se tratasse de um espaço devocional, não estava isento de conflitos ou de ostentação. Cf. Diogo Ramada Curto, “A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI-XVIII)”, *Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVI-XVIII, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, 1993, p. 144.

⁵²⁹ *Ibidem*, fl. 266.

⁵³⁰ A Patriarcal recebia 3.060.000 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³¹ As rendas de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra eram de 600.000 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³² Existiam vários tipos de rendas: uma por adição, de 4.340.560 réis; outra, de 1.600.000 réis; e outra, sobre o tabaco, de 6.000.000. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³³ Da Casa dos Cinco provinha uma renda de 4.000.000 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³⁴ O juro era de 400.000 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

Santarém⁵³⁵. Contou também com os rendimentos de várias igrejas: Odemira⁵³⁶, Vila Flor⁵³⁷ e Alfândega da Fé⁵³⁸. Composta por um vasto leque de ministros⁵³⁹ e com grandes despesas⁵⁴⁰, a Patriarcal festejou sempre com grande pompa a festa de Nossa Senhora da Conceição⁵⁴¹.

Vários sermões foram pregados nessa ocasião: frei José do Espírito Santo proferiu o de 1657, no qual frisou que os monarcas bíblicos, como David, deviam vir ao mundo incentivar os atuais monarcas a devotarem-se à padroeira de Portugal, para que esta defenda os seus reinos⁵⁴². Em 1690, coube a Simão da Gama a pregação, na qual diferenciou Maria dos restantes mortais, uma vez que o seu primeiro momento de vida não foi o da culpa, pois já estava livre de mácula⁵⁴³. Em 1709, foi a vez de D. José Barbosa, no qual considerou que Portugal era o verdadeiro reino de Cristo e, por deter essa qualidade, a Imaculada Conceição tornou-se a sua protetora e defensora⁵⁴⁴. Em data

⁵³⁵ Cobrava-se um juro de 40 moios de trigo. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³⁶ Dos frutos de duas igrejas odemirenses, 2.000.000 réis cabiam à Patriarcal. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³⁷ Cabiam à Patriarcal 800.000 réis dos frutos de uma igreja. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³⁸ De uma igreja, eram canalizados 950.000 réis para a Patriarcal. Cf. *Ibidem*, fl. 272.

⁵³⁹ A Igreja Patriarcal contava com 24 cônegos, 12 beneficiados, 72 capelães da casa magna, 6 mestres de cerimónia, 12 acólitos de cônegos, 6 capelães e 24 músicos. Cf. *Ibidem*, fl. 273. Verificamos que a capela real também assumiu um espaço central na corte de outros reinos. Para o caso castelhano, sabemos que, em 1623, a capela real de Filipe IV, que também reinou em Portugal como D. Filipe III, continha 40 capelães e nela se festejava a festa da Imaculada Conceição. Cf. Jesús Bravo Lozano, “La capilla real de Felipe IV: ceremonial de exaltación en un espacio integrador”, *Librosdelacorte.es*, n.º 11, año 5, Madrid, 2015, p. 29.

⁵⁴⁰ A despesa da Patriarcal passava por vinho (200.000 réis), hóstias (40.000 réis), azeite (300.000 réis), cordas (10.000 réis), arranjos no telhado (30.000 réis), chaves (2.000), água (20.000 réis), carvão (30.000 réis), vidraças (20.000 réis), vidros (10.000 réis), alfinetes (12.000 réis), lavagem da roupa (120.000 réis), engomadura (120.000 réis), crespos (600.000 réis), pregos (600.000 réis), cera (4.000.000 réis), armações 4.000.000 réis), armadores (600.000 réis), afinador dos órgãos (40.000 réis), concerto e renovação da prata (100.000 réis), ornamentos, (400.000 réis), concerto dos ornamentos (100.000 réis) e fábrica miúda (2.000.000 réis). O valor referente a carros não se encontra legível. Cf. *Ibidem*, fls. 274-274v.

⁵⁴¹ O Cardeal Patriarca de Lisboa presidia às celebrações litúrgicas mais importantes. Assim eram considerados os dias 7 e 8 de dezembro: no primeiro, celebravam-se as matinas, com formálio rico e mitra de pérolas. Nas matinas, o cardeal envergava capítula, capa negra de veludo e o capelo da dita capa. No dia seguinte, rezava-se missa de pontifical, seguindo-se o rito do dia de São Vicente, no qual se usava formálio rico e mitra preciosa na cabeça, levando-se seis mitras seguidas umas das outras. Salientamos que já no século XVI se celebravam as matinas na capela real, tendo estas um custo de seis tostões. Sobre estas questões cf. Eduardo Brazão, *Subsídios para a História... cit.*, pp. 162-168; José Maria Pedrosa Cardoso, *Cerimonial da Capela Real... cit.*, p. 55.

⁵⁴² Frei José do Espírito Santo, “Sermão Segundo da Immaculada Conceição de N. S., Pregado na Capella Real. Anno de 1657”, in frei José do Espírito Santo, *Sermões Varios Das Festas de Chrito, Da Virgem N. S. e Outros Sanctos*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1659, p. 38.

⁵⁴³ Simão da Gama, “Sermão da Conceição da Virgem N. Senhora. Pregado na Capella Real, anno de 1690”, in Simão da Gama, *Sermoens em Varias Celebridades, Que Pregou o Padre Simam da Gama da Companhia de Jesu*, t. VI, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1713, p. 1.

⁵⁴⁴ José Barbosa, *Sermão Historico Panegyrico da Conceição de N. Senhora, Padroeira do Reyno de Portugal. Pregado na Cappella Real a 8 de Dezembro de 1709*, Lisboa, Oficina Real de Valentim da Costa Deslandes, 1710, p. 14.

incerta, frei Manuel de Gouveia considerou que Maria foi a melhor flor de Nazaré e a melhor rosa de Jericó, que não sentiu os espinhos do pecado⁵⁴⁵.

Sobre a romagem de D. João V à igreja matriz calipolense, cabe-nos referir que o monarca se fez acompanhar pelo infante D. António, seu irmão, pelos duques de Cadaval – D. Nuno e D. Jaime –, marqueses de Gouveia e Marialva, pelo conde de Unhão, por Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de Estado, Rodrigo de Melo, Aires Saldanha⁵⁴⁶ e Francisco Pedroso, confessor régio⁵⁴⁷. A partida iniciou-se em Lisboa, em 31 de outubro, tendo a comitiva chegado a Vila Viçosa em 3 de novembro⁵⁴⁸. No dia seguinte, o monarca pagou a promessa e ouviu missa, acompanhado de D. António⁵⁴⁹. No dia 8, foi a vez de o infante D. Francisco se juntar aos irmãos para caçar na tapada real⁵⁵⁰. Nessa ocasião, a Irmandade dos Escravos despendeu 5.700 réis numa cadeia de prata para oferecer ao rei⁵⁵¹.

A ligação do *Magnânimo* à referida igreja foi muito forte, ficando esse elo a dever-se, em grande parte, às esmolas que o monarca enviou à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Entre 1715 e 1739, estas comportaram um total de 40.500 réis anuais, discriminadas em três momentos diferentes: o feudo instituído por D. João IV, pago pelo almoxarifado de Estremoz, no valor de 20.000 réis; a esmola do próprio rei, pelo tesoureiro-mor, de 24.000 réis; a esmola da casa de Bragança, pelo almoxarifado de Vila Viçosa, de 5.500 réis⁵⁵². Além disso, foram também entregues anualmente, através do almoxarifado calipolense, dois círios de cera fina⁵⁵³. O monarca também ofereceu à referida irmandade, em 7 de dezembro de 1724, uma lâmpada de prata com as armas reais, uma bacia e um evangelho de prata lavrada, entregues pelo tesoureiro da capela real de Vila Viçosa⁵⁵⁴.

⁵⁴⁵ Frei Manuel de Gouveia, “Sermão da Immaculada Conceição da Mãe de Deos, Prégado na Capella Real”, in frei Manuel de Gouveia, *Sermões Varios, E Discursos Predicaveis Politicos, Panegyricos, & Moraes*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1701, p. 2.

⁵⁴⁶ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1990, p. 280.

⁵⁴⁷ Ventura Ledesma Abrantes, *O Património da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença*, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto, 1954, p. 32.

⁵⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 33.

⁵⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 33.

⁵⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 33.

⁵⁵¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 6, fl. 32v.

⁵⁵² Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 44.

⁵⁵³ *Ibidem*, fl. 44.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, fl. 34.

Na década de 1740, o valor relativo ao feudo aumentou, de forma genérica, para 37.500 réis⁵⁵⁵, pois, apesar de os pagamentos terem sido irregulares, foi esta a quantia que predominou na fase final do reinado de D. João V. Este facto pode estar relacionado com a doença do monarca: a sua saúde sempre foi débil, tendo-se agravado particularmente com a ocorrência de vários acidentes vasculares cerebrais, dos quais o de 1742 foi o mais danoso⁵⁵⁶. Ao enfermar, o rei reforçou a sua piedade com o envio de avultadas esmolas – muitas delas chegaram aos 200.000 réis – a diversas igrejas⁵⁵⁷. A construção da capela de São João Batista, na igreja de São Roque, em Lisboa, ilustra a intensificação da piedade joanina⁵⁵⁸.

Ao subir ao trono, D. João V teve de zelar pelos irmãos mais novos que, prematuramente, ficaram órfãos. O infante D. Francisco, duque de Beja e senhor do Infantado, nasceu em Lisboa, em 25 de maio de 1691⁵⁵⁹. Acreditou-se, à época, que o infante nasceu sob a proteção de São Francisco Xavier⁵⁶⁰ e de Nossa Senhora, de quem eram devotos os progenitores⁵⁶¹. O infante ouvia diariamente três missas ajoelhado, rezando em seguida os ofícios divino e da Virgem Maria⁵⁶².

Sobre a devoção à padroeira, sabe-se que protegeu os capítulos provinciais da Imaculada Conceição, pertencentes à ordem franciscana e da qual o seu irmão, o rei D. João V, era protetor⁵⁶³. D. Francisco manteve, com grande probabilidade, a devoção à referida invocação mariana no paço da Bemposta⁵⁶⁴, à qual era dedicada a capela⁵⁶⁵. Além

⁵⁵⁵ *Ibidem*, Cód. 23, fl. 59v.

⁵⁵⁶ Paulo Drumond Braga, *A Cabeceira do Rei...* cit., p. 128.

⁵⁵⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...* cit., pp. 159-160.

⁵⁵⁸ *Idem*, *Ibidem*, pp. 157-159.

⁵⁵⁹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...* cit., t. VIII, p. 409.

⁵⁶⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 409.

⁵⁶¹ Frei Francisco Vieira, *Serman na Manham do Primeiro Dia Consagrado ao Divino Culto, com que o Senado da Camara de Villa Real deu principio a hum luzido festejo continuado em outros mais dias, em acção de graças, pelo feliz nascimento de Seu Senhor o Serenissimo Infante de Portugal D. Francisco Joseph António Urbano Exposto o Santissimo na Igreja Matriz de São Dionisio*, Coimbra, Oficina de José Ferreira, 1691, pp. 20-21.

⁵⁶² José dos Reis, *Oração Funebre nas reaes exequias, e solemnisimas Honras, que na sé Primacial de Braga mandou celebrar ao Serenissimo Infante, e Senhor D. Francisco, o seu irmão o Serenissimo Senhor D. Joseph, Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1742, p. 32.

⁵⁶³ Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição...* cit., t. I, p. 188.

⁵⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 195.

⁵⁶⁵ No entanto, a devoção a Nossa Senhora da Atalaia parece ter colhido grande consistência por parte do senhor do Infantado, a quem se consagrava todos os sábados. Cf. José dos Reis, *Oração Funebre nas reaes exequias, e solemnisimas Honras...* cit., p. 34.

disso, sabe-se que visitou a igreja matriz de Vila Viçosa em 1713, pois a Irmandade dos Escravos aproveitou a ocasião para oferecer algumas medidas ao duque de Beja⁵⁶⁶.

Em 15 de março de 1695, nasceu, em Lisboa, o infante D. António⁵⁶⁷, que parece ter sido o irmão predileto de D. João V⁵⁶⁸, a quem acompanhou com frequência nos momentos reservados ao descanso ou à oração. Apesar de ter tido uma vida retirada⁵⁶⁹, esteve envolvido numa quezília com o infante D. Pedro, seu sobrinho, pois ambos disputaram a casa do Infantado, que vagou em 1742, após a morte de D. Francisco. A questão arrastou-se por vários anos e acabou resolvida à luz do direito, determinando-se que D. António fosse preterido pelo sobrinho⁵⁷⁰.

Embora se considerasse que a religiosidade de D. António fosse exemplar, as informações não são abundantes⁵⁷¹. O infante esteve doente em várias ocasiões, associando-se a sua cura à intercessão de Jesus Cristo⁵⁷² e da Virgem Maria, tendo o irmão do rei agradecido publicamente o restabelecimento da sua saúde a Nossa Senhora das Necessidades⁵⁷³. Em 1724, o infante foi requisitado para patrocinar os religiosos de São Paulo⁵⁷⁴. Terá este pedido sido feito ao filho de D. Pedro II por este ser devoto do discípulo de Jesus? Não dispomos de informação suficiente para o considerar, sucedendo

⁵⁶⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 4, fl. 32v.

⁵⁶⁷ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II... cit.*, p. 117.

⁵⁶⁸ António de São Jerónimo Justiniano, *Alivio nas Lagrymas Com as Felices Melhoras do Serenissimo Senhor D. Antonio Infante de Portugal*, Lisboa, Nova Oficina Almeidiana, 1739, p. 1.

⁵⁶⁹ Castelo Branco Chaves (trad., pref. e notas), *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 51.

⁵⁷⁰ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro III. O Rei Esquecido*, Lisboa, Temas & Debates, 2013, p. 93.

⁵⁷¹ Frei Francisco Xavier de Santa Teresa, *Elogio Funebre, Recitado nas Exequias Solemnes do Serenissimo Senhor D. Antonio, Infante de Portugal Celebradas no dia 28 de Novembro do anno 1757 na Igreja do Hospicio de S. Francisco de Campolide*, Lisboa, Oficina de Manuel Coelho Amado, 1758, pp. 10-11.

⁵⁷² Manuel da Silveira, *Oração Gratulatória consagrada a Christo Jesus Crucificado, Applaudido na sua milagrosa imagem, sita na Igreja Parochial de Sam-Tiago da villa de Torres Novas Pela melhora do infante de Portugal D. António*, Lisboa, Oficina da Música, 1739.

⁵⁷³ A propósito das ações de graças dadas à Virgem Maria pelas melhoras de D. António, não podemos deixar de referir o seguinte: em 1739, quando o infante adoeceu gravemente, um dos seus criados pediu fervorosamente a Nossa Senhora dos Enfermos para que o seu senhor se salvasse. Uma vez restabelecido, o irmão de D. João V remeteu os seus agradecimentos para Nossa Senhora das Necessidades o que, segundo Manuel de Santo Eusébio Salgado, era completamente errado, pois era à invocação dos Enfermos que o infante devia a vida. Cf. Manuel de Santo Eusébio Salgado, *Sermão em Acção de Graças na Festa, que a Maria Santissima Venerada com o soberano titulo de Senhora dos Enfermos na sua Ermida da Freguesia do Almarge pelas melhoras do Augustissimo Senhor Infante D. António*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1739, p. 9.

⁵⁷⁴ Nicolau Francisco Xavier da Silva, *Puro Affectuoso Sacrificio que ao Serenissimo Senhor D. António, Infante de Portugal, (Com plausível elogio da sua imortal piedade) em nome dos novos Filhos do primeyro esclarecido Eremitão S. Paulo*, Lisboa, Oficina da Música, 1724, p. 2.

o mesmo com a devoção a Nossa Senhora da Conceição, uma vez que apenas sabemos que D. António acompanhou o irmão quando este se deslocou a Vila Viçosa em 1716⁵⁷⁵.

Um dos irmãos que causou grandes preocupações a D. João V foi o infante D. Manuel, nascido em 3 de agosto de 1697⁵⁷⁶. É possível que lhe estivesse destinada a carreira eclesiástica, residindo aí o principal motivo para a sua fuga, em 1715⁵⁷⁷. Com a ajuda do filho do conde de Tarouca, abandonou o reino com o intuito de participar nas guerras da Hungria, ao lado dos exércitos do seu primo, o imperador Carlos VI⁵⁷⁸. D. Manuel viveu cerca de duas décadas à revelia do irmão, conseguindo vários sucessos militares e percorrendo várias Cortes da Europa central, nomeadamente as de São Petersburgo e de Viena, onde se divertia e negociava o seu matrimónio⁵⁷⁹. Apesar de viver obcecado com o casamento⁵⁸⁰, o irmão não o apoiou nesses projetos, nem na sua candidatura ao trono polaco⁵⁸¹.

D. Manuel regressou ao reino em 1735, acabando, entretanto, por fugir mais uma vez, passando algum tempo junto da tia, D. Maria Ana de Neuburgo⁵⁸². Em 1738, o infante retornou, acabando por falecer solteiro, em Belas, em 3 de agosto de 1766⁵⁸³. As qualidades do infante foram evocadas após a sua morte, figurando entre elas a fé e o seguimento dos ensinamentos divinos⁵⁸⁴. Não sabemos se Nossa Senhora da Conceição constou entre as suas devoções, embora D. Manuel fosse ligado à mãe de Jesus Cristo. Em 1712, sofreu uma queda de cavalo quando atravessava a ponte de Pedrouços. Ao pedir

⁵⁷⁵ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte... cit.*, p. 280

⁵⁷⁶ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, p. 433.

⁵⁷⁷ Patrycja Milczanowska, “Esperanças nunca cumpridas: os projetos matrimoniais do infante D. Manuel de Bragança”, in Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa... cit.*, vol. 2, p. 124.

⁵⁷⁸ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, p. 437.

⁵⁷⁹ Patrycja Milczanowska, “Esperanças nunca cumpridas...” *cit.*, p. 124.

⁵⁸⁰ Ernesto Soares, *O Infante D. Manuel (1697-1766). Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1937, p. 30.

⁵⁸¹ Patrycja Milczanowska, “Esperanças nunca cumpridas...” *cit.*, p. 129.

⁵⁸² Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 75.

⁵⁸³ Patrycja Milczanowska, “Esperanças nunca cumpridas...” *cit.*, p. 132.

⁵⁸⁴ “De dois Joens, do quarto Augusto Neto,/ Do Quinto em tudo irmão, da Fé no trato;/ Com animo contrito, amor discreto,/ Cria de forte em quanto a Igreja ensina,/ Que era obrar, e era o crer nelle inconcreto/ Com a Feé observava a ley Divina/ Tam puramente, que de Deos na Igreja/ Para exemplar virtuoso alma o destina.” Cf. João Peres de Macedo de Sousa Tavares, *Epicedio Na Morte Do Serenissimo Senhor Infante D. Manoel*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1766.

à Virgem para lhe restabelecer a saúde, o infante dedicou-lhe uma festa de ação de graças, na qual estiveram presentes o rei e os infantes, seus irmãos⁵⁸⁵.

O último rebento nascido da união entre D. Pedro II e D. Maria Sofia foi a infanta D. Francisca, nascida em Lisboa, em 30 de janeiro de 1699⁵⁸⁶. Considerada como detentora de grandes virtudes⁵⁸⁷, a infanta, apesar de ter figurado nos projetos matrimoniais do irmão⁵⁸⁸, faleceu solteira, em 15 de julho de 1736⁵⁸⁹. D. Francisca parece não ter sido propriamente feliz e o seu papel político e cortesão foi bastante diminuto⁵⁹⁰. Preferia a oração aos divertimentos no paço⁵⁹¹ e acompanhou com grande regularidade a rainha nas suas visitas a igrejas⁵⁹². Estaria a padroeira presente nas suas devoções? Apenas sabemos que se devotou a Nossa Senhora da Piedade⁵⁹³. Por ter falecido no dia dedicado ao Anjo de Portugal, considerou-se que foi este quem a libertou da agonia final⁵⁹⁴. A propósito do seu nascimento, foi pregado um sermão gratulatório, onde D. Francisca surgiu como protegida pela afeição a Nossa Senhora da Conceição, que intercedeu pelo seu nascimento e se tornou a sua protetora⁵⁹⁵.

Não podemos, no entanto, esquecer os bastardos de D. Pedro II. Em 9 de janeiro de 1679, nasceu D. Luísa⁵⁹⁶, que teve por mãe D. Maria da Cruz Mascarenhas. Prontamente legitimada pelo progenitor, foi entregue aos cuidados do seu secretário,

⁵⁸⁵ Luís Gonzaga, *Serman de Açam de Graças Na Festa, Que Fes, O Serenissimo Infante D. Manoel, Livrando Da Queda, Que Deu de hum cavallo na ponte de Pedrouços, Estando o Senhor exposto, Assistindo Sua Majestade, E Suas Altesas, que Deos guarde*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1713, p. 14.

⁵⁸⁶ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...* cit., t. VIII, p. 453.

⁵⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 455.

⁵⁸⁸ Entre os potenciais noivos da infanta figuraram o rei de Espanha, o príncipe do Piemonte, o duque de Chartres e o príncipe eleitor de Saxe. Cf. Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas de Portugal...* cit., pp. 99-100.

⁵⁸⁹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...* cit., t. VIII, p. 456.

⁵⁹⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...* cit., p. 77.

⁵⁹¹ Luís de Santa Ana, *Oração Funebre nas Exequias Dedicadas à Serenissima Infante de Portugal, a Senhora D. Francisca de gloriosa memoria, Pelos Illustrissimos Capitulares, Sede Vacante da Sé de Braga*, s.l., à custa dos Illustrissimos Capitulares da mesma Cathedral, [1736?], p. 8.

⁵⁹² Idem, *Ibidem*, p. 77.

⁵⁹³ José Caldeira, *Oração Funebre que nas Solemnnes Exequias, que se fizeram na Igreja Matriz da Villa de Bellas À Serenissima Senhora Infante D. Francisca*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1736, pp. 7-8.

⁵⁹⁴ Frei Bernardo da Costa, *Oração Funebre que nas Exequias da Serenissima Infanta, A Senhora D. Francisca, que se celebrarão em o Real Convento da Ordem de Christo, na Villa de Thomar a 8 de Agosto de 1736, recitou o P. Fr. Bernardo da Costa*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1736.

⁵⁹⁵ Frei Manuel de São Carlos, *Sermam da Conceyçam da Virgem S. N. Pregado No Collegio De N. P. S. Augustinho de Lisboa, Com As Circunstâncias da Assistencia Do Divinissimo Sacramento, da acção de graças pelo feliz nascimento da Serenissima Infante a Senhora D. Francisca: & da vinda de dous Anjos de prata, que o Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. Fr. Antonio Botado mandou vir de Augusta, para o Convento de N. Senhora da Graça, & assistirão primeyro ao solenne tríduo, que se consagrou à Senhora da Conceyção nos primeyros de Maio de 1699*, Lisboa, Oficina de Manuel Lopes Ferreira, 1699, pp. 1-2.

⁵⁹⁶ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...* cit., t. VIII, p. 459.

Francisco Correia de Lacerda⁵⁹⁷. Com oito anos foi levada para o convento de Carnide, para aí ser criada pela sua tia D. Maria⁵⁹⁸. O seu primeiro casamento realizou-se em 11 de abril de 1695 com D. Luís Ambrósio⁵⁹⁹, filho mais velho do duque de Cadaval, e detentor do referido título em vida do progenitor⁶⁰⁰. Após a morte do duque, em 1700, D. Luísa desposou o seu cunhado D. Jaime, em cerimónia realizada em 16 de setembro de 1702⁶⁰¹.

D. Luísa faleceu em 23 de dezembro de 1732, em Évora, após ter passado vários anos enferma, com melancolias⁶⁰². Recebeu, na doença, a visita do rei e dos infantes, seus irmãos⁶⁰³. A duquesa de Cadaval foi enterrada em Évora, no panteão da família do marido⁶⁰⁴. Na igreja de Santa Justa, em Lisboa, D. José Barbosa dedicou-lhe uma oração fúnebre, na qual fez referência à grande devoção que tinha à Virgem Maria, não sendo raro encontrá-la com o rosário na mão a desfiar ave-marias, para que não lhe faltasse nem o amparo, nem o norte⁶⁰⁵. D. Luísa não teria descurado a devoção à padroeira de Portugal, embora não tenhamos encontrado nenhuma fonte que sustente esta posição.

Poucos meses após a morte da rainha D. Maria Sofia, em 15 de outubro de 1699, nasceu D. Miguel, o segundo bastardo reconhecido por D. Pedro II⁶⁰⁶. O pai legitimou-o antes de morrer, tendo a criança resultado do envolvimento do monarca com uma moça da câmara, francesa, chamada Maria Armanda⁶⁰⁷. O bastardo, assim como o seu irmão D. José, receberam o tratamento de alteza e D. João V assegurou-lhes todas as comodidades de que eram dignos⁶⁰⁸. O *Magnânimo* casou D. Miguel com a herdeira da casa de Arronches, D. Luísa Casimira de Sousa, em 30 de janeiro de 1715⁶⁰⁹. Desta união

⁵⁹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 459-460.

⁵⁹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 459-460.

⁵⁹⁹ O segundo duque de Cadaval foi considerado uma grande figura e, por contar com uma ascendência nobre tanto pelo ramo paterno como pelo materno, era perfeitamente digno para desposar uma filha do rei de Portugal. Cf. Teodósio de Contreiras da Silva, *Epithalamio ao Augusto, Felicissimo, & Real Desposorio do Excellentissimo Senhor Duque D. Luís Ambrósio de Mello, Com a Serenissima Senhora Infante a Senhora Dona Luíza, Filha do muito Alto, & Poderoso Rey de Portugal D. Pedro II Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1695, p. 15.

⁶⁰⁰ Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas de Portugal... cit.*, p. 94.

⁶⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 98.

⁶⁰² Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 59.

⁶⁰³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, p. 472.

⁶⁰⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 59.

⁶⁰⁵ José Barbosa, *Oração Fúnebre Nas Exequias da Serenissima Senhora Dona Luíza, Filha do Muito Alto, e Muito Poderoso Rey D. Pedro II*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1733, p. 21.

⁶⁰⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 60.

⁶⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 60.

⁶⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 60.

⁶⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 61.

nasceram D. Joana Francisca, condessa de Monsanto por casamento⁶¹⁰, D. Pedro Henrique, primeiro duque de Lafões⁶¹¹, e D. João Carlos, segundo titular do ducado⁶¹².

D. Miguel faleceu tragicamente, em 13 de janeiro de 1724, quando atravessava o Tejo: a embarcação naufragou e, ao contrário de D. José, que foi resgatado com vida, só foi possível encontrar o cadáver do bastardo régio um mês após a tragédia⁶¹³. Este nasceu em 16 de maio de 1703, filho de Francisca da Silva, moça humilde, mas limpa de sangue⁶¹⁴. D. José seguiu a carreira eclesiástica, tendo realizado os estudos na universidade de Évora, para onde o meio-irmão o enviou em 1715⁶¹⁵. O bastardo régio foi apresentado como arcebispo de Braga em 1739, datando a tomada de posse de 7 de março de 1741⁶¹⁶. Esteve à frente dos destinos da arquidiocese até 3 de junho de 1756, data da sua morte⁶¹⁷.

D. Miguel foi, pela sua bondade, considerado um anjo⁶¹⁸. “Devoto, pio e generoso⁶¹⁹”, visitou a patriarcal, juntamente com D. João V, no dia de Nossa Senhora da Purificação⁶²⁰. Em relação a D. José, conhecem-se melhor os seus aspetos devocionais. Foi, desde tenra idade, afeto à devoção mariana, pois o *Magnânimo* recomendou ao reitor da universidade de Évora que o irmão rezasse o terço à Virgem⁶²¹. Em 1739, considerou-se que a sua nomeação para primaz das Espanhas se ficou a dever à intercessão de Nossa Senhora dos Poderes⁶²². A padroeira também foi tida em grande conta, através das preces

⁶¹⁰ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, pp. 502-507.

⁶¹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 507-510.

⁶¹² O segundo duque de Lafões foi uma figura marcante na cultura portuguesa setecentista. Incompatibilizado com o marquês de Pombal, viveu vários anos fora do reino. Com a subida de D. Maria I ao trono, regressou a Portugal, tendo sido, em 1779, um dos fundadores da Real Academia das Ciências. Sobre esta figura, cf. Rómulo de Carvalho, *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões: fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

⁶¹³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, pp. 493-494.

⁶¹⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 60.

⁶¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 61.

⁶¹⁶ José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III – sec. XX)*, t. III, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932, p. 278.

⁶¹⁷ A nomeação de D. José de Bragança para primaz das Espanhas foi uma forma de prestigiar a monarquia, encontrando-se uma solução digna para o bastardo régio. Cf. José Pedro Paiva, *Bispos de Portugal e do Império... cit.*, pp. 523-524.

⁶¹⁸ Luís Simões de Azevedo, *Oração Funebre no Infeliz Successo da morte do Senhor Dom Miguel, Filho do Augustissimo Senhor Rey D. Pedro II de Portugal*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1724, p. 24.

⁶¹⁹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, p. 495.

⁶²⁰ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte... cit.*, p. 316.

⁶²¹ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 61.

⁶²² Frei Ambrósio da Conceição, *Sermão em Ação de Graças a Nossa Senhora dos Poderes Pela Exaltação do Senhor Dom Joseph Ao Throno da Sé de Braga, Prégado pelo Padre Frey Ambrosio da Conceição Em o Convento das Religiosas de Via-longa*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739, pp. 6-9.

que os bracarenses lhe fizeram durante o terramoto de 1755⁶²³ e do projeto que o prelado concebeu para a construção de um asilo para meninas órfãs, que receberia, mediante doação, a igreja e os bens da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Monte das Penas⁶²⁴.

Em 1708, D. João V desposou a sua prima direita, D. Maria Ana de Áustria – filha do imperador Leopoldo I e de Leonor Madalena de Neuburgo, sua terceira consorte⁶²⁵ –, cuja negociação foi feita ainda em vida de D. Pedro II. O pedido da mão da arquiduquesa deu-se em 24 de junho de 1708⁶²⁶. A filha do imperador embarcou para Portugal pouco tempo depois, tendo alcançado Lisboa em 27 de outubro desse ano⁶²⁷. As festas por ocasião do enlace foram da maior sumptuosidade e contaram com repiques de sinos, salvas de artilharia, corridas de touros, carros alegóricos e fogo-de-artifício⁶²⁸. As manifestações de caráter religioso não foram esquecidas, pois quando o casal se deslocou à Sé de Lisboa, André Freire de Carvalho proferiu uma oração, na qual salientou as qualidades da rainha. O vereador considerou que a destinaram ao trono português por ser, de todas as princesas da Europa, a detentora das maiores virtudes⁶²⁹.

De facto, as qualidades da rainha foram destacadas inúmeras vezes, nomeadamente a caridade e a devoção⁶³⁰: ia todos os dias à patriarcal de manhã e de tarde, para ouvir missa⁶³¹, e tinha em grande conta Santa Ana, São João Nepomuceno, Santo António e São Francisco Xavier⁶³². A consorte régia ocupava grande parte dos seus dias

⁶²³ Segundo José Augusto Ferreira, as orações eram dirigidas a Nossa Senhora da Torre, que era um título local de Nossa Senhora da Conceição. Cf. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais... cit.*, t. III, p. 288.

⁶²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 314.

⁶²⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 28.

⁶²⁶ Susana Munch Miranda e Tiago C. P. dos Reis Miranda, *A rainha arquiduquesa. Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, p. 112.

⁶²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 120.

⁶²⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 133-134.

⁶²⁹ André Freire de Carvalho, *Oração que disse o Doutor André Freyre de Carvalho, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Comendador de Santa Maria Magdalena de Parada da Ordem de Christo, Juiz Conservador da casa da Moeda, & Vereador o mais antigo do Senado da Camera, Na presença de Suas Magestades El Rey D. Joam o V. & a Rainha D. Marianna de Austria NN.SS. Quando forão em acção de graças à Sé de Lisboa em 22 de Dezembro de 1708*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1709, p. 2.

⁶³⁰ Em dezembro de 1747, saiu a público um papel anónimo que associava defeitos e qualidades a membros da família real e da corte. A D. Maria Ana de Áustria coube a caridade, o que vai ao encontro do que referimos. Cf. Lisboa, B.N.P., Reservados, Cód. 480, fls. 83v-84.

⁶³¹ José Ritter, *Vida, y Virtudes de la Serenissima Señora Dona Maria Ana, Reyna de Portugal, y los Algarves, Princesa Real de Hungria, y Bohemia, y Archiduquesa de Austria, &c.*, Madrid, Oficina de Antonio Marin, 1757, p. 177.

⁶³² Idem, *Ibidem*, p. 102.

a visitar conventos e a rezar o rosário⁶³³. Foi estabelecido um paralelo entre a sua devoção à Virgem e a data do seu nascimento – 7 de setembro de 1683 –, véspera do dia consagrado pela igreja ao nascimento de Nossa Senhora⁶³⁴. Frei José do Rosário chegou a comparar a soberana à figura bíblica do Apocalipse, entronizada, com doze estrelas na cabeça e a lua debaixo dos pés⁶³⁵.

D. Maria Ana manifestou apreço pelas invocações marianas do Rosário⁶³⁶ e das Dores⁶³⁷, tendo, no entanto, reservado um lugar de destaque para a padroeira de Portugal. Esta devoção foi acolhida pela mulher do *Magnânimo* ainda na condição de arquiduquesa, pois o imaculismo era estimado pelos Habsburgo: introduzido no seio familiar pelo imperador Fernando II, foi com o seu filho e sucessor, Fernando III, que a Imaculada Conceição alcançou uma posição central entre as devoções da família imperial⁶³⁸. Durante a Guerra dos Trinta Anos, as vitórias do sacro-império foram atribuídas àquela invocação, tal como sucedeu, anos mais tarde, com as vitórias portuguesas na Guerra da Restauração⁶³⁹.

Durante os quarenta e seis anos que viveu em Portugal, a consorte régia festejou a Imaculada Conceição no seu dia litúrgico, comungando da mão do padre Ritter⁶⁴⁰. Bastante piedosa, D. Maria Ana atribuiu, através dos rendimentos da Casa das Rainhas, esmolas a diversos conventos e recolhimentos de religiosas. Em 1716, enviou 20.000 réis à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, sita na igreja do Espírito Santo, a cuja procuradora – a condessa de Valadares –, havia feito mercê de 40.000 réis três anos antes⁶⁴¹. Em 1731, a rainha ofertou um moio de trigo às recolhidas de Nossa Senhora da Conceição de Olhalvo, no termo de Alenquer, sendo esta renovada em 1739, desta vez

⁶³³ Frei Joaquim de Santa Ana, *Oração Funebre que nas Exequias da Augustissima Senhora e Fidelissima Rainha de Portugal D. Maria Ana de Áustria, celebradas pela Nação Alemã na sua Capella de S. Bartholomeu, sita na Paroquial Igreja de S. Julião desta corte, e cidade de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1754, pp. 24-25.

⁶³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁶³⁵ Frei José do Rosário, “Oração Funebre nas Exequias da Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria Anna de Austria”, in Rodrigo José de Faria, *Relação das Exequias, que na Morte da Senhora D. Maria Anna de Áustria Mandou Fazer o Sereníssimo Senhor Dom Joseph, Arcebispo Primaz, e Senhor de Braga*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1755, p. 23.

⁶³⁶ José Ritter, *Vida, y Virtudes de la Serenissima Señora... cit.*, p. 151.

⁶³⁷ Frei João de Melo, *Sermão nas Exequias que Fez o Senado da Camera da Cidade de Tavira Á Fidelissima Rainha de Portugal D. Maria-Ana de Austria, Esposa do Augusto Rey Fidelissimo D. João V*, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1754, p. 18.

⁶³⁸ Susana Münch Miranda e Tiago C. P. dos Reis Miranda, *A rainha arquiduquesa... cit.*, p. 67.

⁶³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 360.

⁶⁴⁰ José Ritter, *Vida, y Virtudes de la Serenissima Señora... cit.*, p. 101.

⁶⁴¹ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património... cit.*, vol. 4, p. 513.

por três moios⁶⁴². Já na condição de viúva, entregou anualmente, entre 1752 e 1754, uma esmola de 4.800 réis à irmandade imaculista da igreja do Espírito Santo⁶⁴³.

A viuvez de D. Maria Ana de Áustria durou quatro anos. A rainha-mãe exalou o último suspiro em 14 de agosto de 1754, aos setenta anos. A própria teria dito, já agonizante, que esperava perecer na vigília da assunção, já que havia vindo ao mundo na véspera da natividade mariana⁶⁴⁴. Ainda em relação à Imaculada Conceição, sabemos que visitou o santuário calipolense em 14 de janeiro de 1729, juntamente com a família real e a Corte. Entraram em Vila Viçosa pela Porta do Nó, dirigindo-se de imediato à igreja matriz, onde veneraram a imagem de padroeira⁶⁴⁵. O santuário foi decorado às custas da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, que empregou no evento 162.190 réis⁶⁴⁶. Esta passagem de pela vila alentejana ficou a dever-se à chamada troca de princesas, bodas duplas entre os infantes portugueses e espanhóis⁶⁴⁷.

D. João V e D. Maria Ana tiveram seis filhos, dos quais D. Maria Bárbara foi a primogénita, nascida em 4 de dezembro de 1711⁶⁴⁸. Em janeiro de 1729, desposou o futuro Fernando VI de Espanha. As negociações matrimoniais iniciaram-se em 1725 e conheceram o seu objetivo final quatro anos depois⁶⁴⁹. A relação entre os cônjuges foi amistosa e marcada por um respeito mútuo⁶⁵⁰. Após a morte da rainha, ocorrida em 27 de agosto de 1758, mencionou-se o seu fervor religioso, nomeadamente as visitas a igrejas e conventos, seguindo os passos dos progenitores⁶⁵¹, tanto na condição de infanta de Portugal, como na de princesa das Astúrias ou de rainha de Espanha⁶⁵². Apesar se te ter

⁶⁴² Idem, *Ibidem*, p. 528.

⁶⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 513.

⁶⁴⁴ José Ritter, *Vida, y Virtudes de la Serenissima Señora...* cit., p. 265.

⁶⁴⁵ José Manuel Alves Tedim, *Festa Régia no Tempo de D. João V: poder, espectáculo, arte efémera*, vol. 1, Porto, Universidade Portucalense, 1999, p. 297.

⁶⁴⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16, fl. 44.

⁶⁴⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...* cit., pp. 44-48.

⁶⁴⁸ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...* cit., t. VIII, p. 32.

⁶⁴⁹ Sobre as negociações matrimoniais e sobre a troca das princesas cf. Sónia Alexandra Fialho Borges, *Duas cortes, um modelo: o cerimonial diplomático nas relações luso-espanholas (1715-1750)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, pp. 124-147.

⁶⁵⁰ Rosa Basante Pol, *La demência de un Rey: Fernando VI (1746-1759)*, Madrid, Instituto de España e Real Academia Nacional de Farmacia, 2010, p. 12.

⁶⁵¹ *Proclamação Funebre e Saudosa na morte da Augustissima Rainha Catholica a Serenissima Senhora D. Maria Barbara de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1758, pp. 8-9.

⁶⁵² Frei Juan Antonio de Tagle y Bracho, *Oración fúnebre en las reales exéquias de la Serenissima Señora Doña Maria Barbara de Portugal, Cathólica Reyna de las Españas, y de las Índias*, Lima, Imprenta de la Calle de Palacio, 1760, p. 21.

considerado que o seu nascimento se deveu à intercessão da Virgem⁶⁵³, não podemos garantir a existência de um alinhamento devocional à padroeira.

Os dois filhos dos monarcas portugueses que se seguiram a D. Maria Bárbara tiveram em comum o facto de serem príncipes do Brasil. O primeiro, D. Pedro, nasceu em 19 de outubro de 1712 e o seu nascimento foi largamente festejado, não só dentro como fora do reino: ilustram-no o envio das faixas bentas ao príncipe pelo papa Clemente XI⁶⁵⁴ e os festejos que o conde de Tarouca lhe dedicou em Utreque, em 1713, quando da sua participação nas negociações da paz⁶⁵⁵. O seu nascimento foi considerado uma bênção divina⁶⁵⁶ e vaticinou-se que haveria de cingir a coroa portuguesa, o que não aconteceu devido à sua morte prematura, em 29 de outubro de 1714⁶⁵⁷. Poucos meses antes, em 6 de junho, a rainha deu à luz o infante D. José, que por morte do irmão mais velho se converteu em príncipe do Brasil e, mais tarde, em rei de Portugal.

Se a breve vida de D. Pedro não lhe permitiu evidenciar manifestações religiosas, tal não sucedeu com D. José. Durante o seu reinado, vários relatos apontaram para que o *Reformador* não fosse afeiçoado às questões religiosas, referindo-se que chegou a afirmar que não rezava nem a Deus nem aos Anjos por estes não o ouvirem⁶⁵⁸. No entanto, nas exéquias fúnebres que foram dedicadas ao monarca, este foi referido como piedoso e protetor da igreja⁶⁵⁹. Tendo em conta a informação tendenciosa presente nos relatos acima mencionados, difundidos pelos inimigos políticos do monarca, pode considerar-se que D.

⁶⁵³ Frei José de Oliveira, “Serman Pregado na manhã de 4 de Dezembro do anno de 1711. Na solemne acção de graças pelo felicissimo Nascimento da sereníssima Infante D. Maria de que Deos nos fez merce na mesma manhã; Assistindo com toda a Corte na Capella Real Sua Magestade, & Altezas”, in frei José de Oliveira, *Sermoens Varios... cit.*, p. 16.

⁶⁵⁴ Eduardo Brazão, *D. João V e a Santa Sé... cit.*, p. 98.

⁶⁵⁵ Os festejos passaram essencialmente por banquetes, bailes e representações teatrais. Cf. Eduardo Brazão, *Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V*, Porto, Livraria Civilização, 1938, pp. 272-273.

⁶⁵⁶ Frei Caetano de São José, *Sermam Genethliaco, Eucharistico, & Gratulatorio, na manhã de 19 de Outubro de 1712, assistindo toda a Corte na Capella Real, Sua Magestade, e Altezas, Na Solemne Acção de Graças pelo nascimento felicissimo do Serenissimo Principe D. Pedro, de que Deos nos fez merce na madrugada do mesmo dia*, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1713, p. 36.

⁶⁵⁷ Frei Manuel de São Carlos, *Serman em Acção de Graças Pelo Feliz Nascimento do Serenissimo Senhor, & Augusto Principe de Portugal Dom Pedro que Deos Guarde*, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1713, p. 21.

⁶⁵⁸ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, p. 227.

⁶⁵⁹ Frei José da Conceição Lisboa, *Elogios Funebres, que nas Exequias do Santissimo Padre Clemente XIV, e do Muito Alto, Poderoso e Fidelissimo Senhor Dom José I, Rei de Portugal, e dos Algarves, &c. &c. &c. Celebradas no Convento de S. Francisco da Cidade*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1777, pp. 29-30.

José foi bastante afeiçoado à religião, apesar das tentativas que procuraram revelar o inverso⁶⁶⁰.

Entre as devoções do *Reformador*, a da padroeira parece ter tido um peso considerável. Entre 1728 e 1734, as esmolas de 5.500 réis que a casa de Bragança enviava à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa não foram entregues em nome de D. João V, mas sim de D. José que, na qualidade de herdeiro do trono, era simultaneamente príncipe do Brasil e duque de Bragança⁶⁶¹. O mesmo sucedeu, anos mais tarde, com o apoio régio à festa de 8 de dezembro celebrada pela Real Academia da História, que registou os pagamentos referentes a 1753 e 1754⁶⁶². Verificamos também que o soberano continuou a enviar à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa as mesmas esmolas que, na primeira metade de setecentos, foram enviadas pelo *Magnânimo*⁶⁶³.

A devoção à Virgem Maria esteve associada ao vigésimo quinto monarca português, a quem este parece ter elegido para protetora do seu reinado⁶⁶⁴. Em 3 de setembro de 1758, o monarca sofreu um atentado, através de vários disparos à sua carruagem⁶⁶⁵. D. José ficou ferido com gravidade, mas acabou por conseguir recuperar após alguns meses de repouso⁶⁶⁶. Considerou-se que o soberano, ao ser alvo de um atentado – ato classificado como “barbara cruel tirania, monstruosa horrendíssima

⁶⁶⁰ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José... cit.*, p. 200.

⁶⁶¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 17, fls. 31-82; Cód. 18, fl. 47-76.

⁶⁶² Lisboa, B.N.P., Reservados, Cód. 716, fls. 147v-152v.

⁶⁶³ Sobre as esmolas josefinas a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa cf. Francisco Belard da Fonseca, *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955, p. 27; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29 a 34.

⁶⁶⁴ Frei António de Sampaio, *Oração Funebre, Que nas Exequias do Muito Alto, Muito Poderoso e Fidelissimo Senhor D. José I Rei de Portugal, e dos Algarves &c. &c. &c. Celebradas no Convento de S. Francisco da Cidade da Bahia*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1781, p. 12.

⁶⁶⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José... cit.*, p. 105.

⁶⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 105.

insolência⁶⁶⁷” – foi salvo por uma ação milagrosa de Nossa Senhora da Conceição⁶⁶⁸, pois os monarcas lusos sempre procuraram promover a devoção mariana⁶⁶⁹.

Os padres da Companhia de Jesus, por se considerar que estiveram implicados na tentativa de regicídio, foram expulsos do reino em 1759. Uma vez que esta ordem religiosa dominava praticamente o ensino em Portugal, o marquês de Pombal criou, como alternativa e sob o aval do rei, o Colégio dos Nobres. Os primeiros estudantes juraram a Imaculada Conceição em 19 de março de 1761, durante a inauguração, na presença do rei, do marquês e do cardeal patriarca, D. Francisco Saldanha⁶⁷⁰. Por carta de 7 de março de 1761, colocou o Colégio dos Nobres, por determinação de Pombal sob o amparo da Padroeira⁶⁷¹, que, por essa altura, era requisitada por diversos ofícios para sua protetora. Assim sucedia com os correeiros, seleiros e freeiros, que viram esse patrocínio confirmado na nova regulamentação corporativa, datada de 3 de dezembro de 1771⁶⁷².

Após o nascimento de D. José, a rainha deu à luz mais três varões: D. Carlos, em 2 de maio de 1716⁶⁷³; D. Pedro, em 5 de julho de 1717⁶⁷⁴ e D. Alexandre, em 24 de setembro de 1723⁶⁷⁵. Sobre D. Carlos e D. Alexandre, as informações não são abundantes. O primeiro viveu grande parte da vida adoentado, recolhido em Belas ou em Cascais, em busca de ares salubres⁶⁷⁶. Faleceu em 1736, com vinte anos incompletos, encarando-se a sua morte como uma libertação divina⁶⁷⁷. O segundo nasceu sob intercessão da Virgem, referida por Inácio Ribeiro como “Princeza dos Anjos⁶⁷⁸”, embora a sua passagem pelo

⁶⁶⁷ Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento, *Sermão Gratulatório na Solemníssima Acção de Graças, que consagrou á Divina Magestade a Veneravel Ordem Terceira do Convento de nossa Senhora de Jesus de Lisboa no dia 15 de Janeiro do anno de 1759 Pela milagrosa preservação da preciosíssima vida delRey D. Jozé I Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1759, p. 4.

⁶⁶⁸ Frei António de Santa Maria dos Anjos Melgaço, *Oração Gratulatória Offerecida ao Poderosíssimo Rei Senhor D. José I Debaixo da protecção de Maria Santissima na sua Conceição Immaculada*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1759.

⁶⁶⁹ Tomás Caetano do Bem, *Sermão em Acção de Graças ao Altissimo, e à singular protecção da Virgem Senhora nossa pela milagrosa conservação da preciosíssima vida de S. Magestade, sendo assaltado por três assassinos na noite de 3 de Setembro*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1759, p. 22.

⁶⁷⁰ Francisco Belard da Fonseca, *A Ordem Militar...* cit., p. 30

⁶⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 30.

⁶⁷² Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁶⁷³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...* cit., t. VIII, p. 365.

⁶⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 369.

⁶⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 373.

⁶⁷⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...* cit., pp. 53-54.

⁶⁷⁷ Frei José de Mesquita, *Sermão nas Exequias do Serenissimo Senhor Infante D. Carlos, que no Real Convento de Thomar da Ordem de Christo em 20 de Abril deste anno de 1736 Pregou o M.R.P. Fr. Jozé de Mesquita*, Lisboa, Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736, p. 18.

⁶⁷⁸ Inácio Ribeiro, *Sermam de Acçam de Graças Pelo felicissimo Nascimento do Sexto Filho, que a Magestade Divina deu às de Portugal em 24 de Setembro de 1723*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1724, p. 13.

mundo tenha sido marcada pela brevidade, uma vez que faleceu em 2 de agosto de 1728, pouco tempo antes de completar cinco anos⁶⁷⁹.

Para D. Pedro as informações são mais vastas, quando comparadas com as dos irmãos falecidos prematuramente. Em 1748, tornou-se senhor do Infantado, casa que disputou na justiça com o seu tio D. António⁶⁸⁰. Em 1760, desposou a princesa D. Maria Francisca Isabel⁶⁸¹, sua sobrinha, primogénita do seu irmão D. José, tornando-se rei consorte quando esta subiu ao trono, em 1777⁶⁸². D. Pedro III preocupou-se com as questões religiosas, quer antes, quer depois de a mulher cingir a coroa. Visitou diversas igrejas, nomeadamente as que remetiam para a devoção mariana: Carmo, Livramento, Mártires, Remédios, Escada, Belém, Necessidades, Piedade e Madre de Deus⁶⁸³.

O marido de D. Maria I deu grande crédito ao Sagrado Coração de Jesus⁶⁸⁴, considerando-se que foi essa devoção que projetou a alma de D. Pedro para o céu⁶⁸⁵. No entanto, não podemos deixar de ter em conta a importância que conferiu à devoção à padroeira de Portugal, tendo visitado, ainda infante, o convento da Conceição de Cardais⁶⁸⁶. Ao edificar o palácio de Queluz, D. Pedro III consagrou a sua capela a Nossa Senhora da Conceição⁶⁸⁷. A do paço da Bemposta foi também engrandecida, através das obras de restauro que recebeu após o terramoto de 1755⁶⁸⁸. Sobre este último templo, mencionamos também o aumento do número de capelães cantadores e dos organistas, bem como os respetivos ordenados em 1758 e 1785, o que se traduz num reforço ao imaculismo⁶⁸⁹.

⁶⁷⁹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VIII, p. 375.

⁶⁸⁰ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro III. O Rei Esquecido... cit.*, pp. 91-94.

⁶⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 177.

⁶⁸² Idem, *Ibidem*, p. 225.

⁶⁸³ Idem, *Ibidem*, pp. 48-50.

⁶⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 51.

⁶⁸⁵ Frei Manuel de São Caetano Damásio, *Elogio Funebre do Muito Alto, e Muito Poderoso Fidelissimo Rei e Senhor Nosso D. Pedro III, Dedicado ao Serenissimo Senhor D. José Príncipe do Brasil Nosso Senhor, Recitado na Igreja do Convento das Religiosas de Nossa Senhora do Carmo da Villa da Cuba, do Bispado de Beja, da Serenissima Casa do Infantado*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1787, p. 8.

⁶⁸⁶ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro III... cit.*, p. 48.

⁶⁸⁷ Mónica Ribas Marques Ribeiro de Queiroz, *O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma prática original na arquitectura portuguesa setecentista*, Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2013, p. 123.

⁶⁸⁸ Frei Joaquim Forjaz, *Elogio Funebre do Muito Alto, e Muito Poderoso Fidelissimo Rei Senhor Nosso D. Pedro III Dedicado ao Serenissimo Senhor Infante D. João e Pronunciado na Real Capella da Bemposta*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786, p. 10.

⁶⁸⁹ Paulo Drumond Braga, *D. Pedro III... cit.*, p. 50.

Voltemos a D. José. Este casou em 1729 com D. Mariana Vitória de Bourbon, outrora noiva de Luís XV de França, na mesma ocasião que uniu D. Maria Bárbara e Fernando VI. Na ação de graças que, no ano anterior, se realizou na catedral do Porto pelos duplos matrimónios, os príncipes do Brasil foram associados, pela sua grandeza, às figuras de São José e da Virgem Maria⁶⁹⁰. Apesar de afeiçoada à religião, D. Mariana era bem mais moderada do que a sogra, chegando a classificar como maçadoras as visitas às igrejas que com ela fazia⁶⁹¹. Foi talvez devido a essa brandura na piedade que alguns estrangeiros referiram que a consorte Josefina ia à missa a São Francisco de Paula e às Necessidades com as filhas mais por curiosidade que por devoção⁶⁹². Esta perspectiva parece-nos ter alguma conotação depreciativa e não corresponder às verdadeiras práticas religiosas da rainha.

Em 1781, por ocasião da sua morte, foi referida como “huma virtuosa Rainha verdadeiramente piedosa⁶⁹³”. Embora D. Mariana Vitória não o tenha sido de forma de tão vincada, devotou-se a diversas invocações marianas: à de Monserrate, cujo relicário com a sua imagem trouxe para Portugal em 1729⁶⁹⁴; à da Piedade das Chagas, das Necessidades e do Monte Gens, a quem rezou quando esteve grávida das infantas D. Maria Ana Josefa, de D. Maria Francisca Doroteia e de D. Maria Francisca Benedita, em 1736, 1739 e 1746, respetivamente⁶⁹⁵.

Em relação a Nossa Senhora do Livramento, sabe-se que foi levada uma imagem para junto de D. Mariana Vitória, quando esta se encontrava agonizante⁶⁹⁶. Se a devoção à Madre de Deus pesou na religiosidade da rainha, o mesmo sucedeu com a da padroeira de Portugal, provando-o uns papéis relativos à Imaculada Conceição que, na qualidade de princesa do Brasil, enviou à sua mãe, Isabel Farnésio, em fevereiro de 1744 e que

⁶⁹⁰ Manuel dos Reis Bernardes, *Panegyrico Evangelico, Epithalamico, e Gratulatorio na Solemnidade, Que na Santa Igreja Cathedral do Porto fez em 5 de Fevreyro de 1728 o Nobilissimo Senado da mesma Cidade em Acção de Graças pelos Augustissimos Despozorios dos Serenissimos Senhor D. Joseph Principe do Brasil, e Senhora D. Marianna Victoria, Infante de Castella; E dos Serenissimos Senhor D. Fernando Principe de Asturias, e Senhora Dona Maria Barbara, Infanta Primogenita de Portugal*, Lisboa, Patriarcal Oficina da Musica, 1728, p. 33.

⁶⁹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 72-78.

⁶⁹² Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José... cit.*, p. 226.

⁶⁹³ José Joaquim Melitão, *Elogio Funebre Consagrado à Immortal Memoria, e eterna saudade da Augustissima Rainha de Portugal a Senhora D. Marianna Victoria*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1781, p. 15.

⁶⁹⁴ Paulo Drumond Braga, *A rainha discreta. Mariana Vitória de Bourbon*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, p. 272.

⁶⁹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 88-97.

⁶⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 239.

tinham fama de milagrosos⁶⁹⁷. Volvidos poucos anos, em maio de 1751, a rainha inscreveu-se na Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa⁶⁹⁸.

Durante a sua vida, D. João V conheceu quatro netas. A mais velha, D. Maria Francisca Isabel, nasceu em 17 de dezembro de 1734 e foi agraciada com o título de princesa da Beira⁶⁹⁹. Como primeira rainha reinante de Portugal⁷⁰⁰, considerou-se que tratou a política de forma brilhante, apoiando as artes, ciências, comércio e religião⁷⁰¹. A “incomparável soberana⁷⁰²” foi, segundo os seus contemporâneos, guiada pela prudência, pela bondade⁷⁰³, piedade e pela religião⁷⁰⁴, sendo exemplo disso a constante permanência no oratório, a visita a diversas igrejas ou a leitura de livros religiosos⁷⁰⁵.

Associou-se a sua religiosidade à construção da basílica da Estrela, entre 1778 e 1790⁷⁰⁶, pois, de forma a obter descendência, prometeu erguer uma igreja ao Sagrado Coração de Jesus⁷⁰⁷. Muito ligada à devoção mariana, foi oferecida à Virgem pelo pai e

⁶⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 272.

⁶⁹⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56, s/fl.

⁶⁹⁹ Luís de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, Lisboa, Temas & Debates, 2010, p. 35.

⁷⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 81.

⁷⁰¹ Luís António Carlos Furtado de Mendonça, *Oração Funebre Recitada na Capella Real da Corte do Rio de Janeiro nas Solemnes Exequias da Senhora D. Maria I Rainha Fidelissima do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1816, pp. 19-23.

⁷⁰² Monsenhor Mourão, *Oração Funebre que nas Solemnes Exequias que fez celebrar na Igreja Parochial de S. Julião pela Muito Alta e Muito Poderosa Rainha D. Maria I o Muito Honrado Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro*, Lisboa, Impressão Régia, 1817, p. 9.

⁷⁰³ Frei João da Expectação, *Oração Funebre da Muito Poderosa, Augusta e Fidelissima Rainha de Portugal a Senhora D. Maria I, Pregado nas Solemnissimas Exequias, Que em sua Gloriosa Memoria Mandarão Celebrar as Religiosas Carmelitas Descalças do Real Convento Novo do Santissimo Coração de Jesus de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1817, p. 34.

⁷⁰⁴ Frei José de Almeida Drake, *Oração Funebre Recitada nas Solemnes Exequias da Fidelissima Rainha de Portugal a Senhora Dona Maria Primeira Que Mandarão Celebrar em os dias 29, e 30 de Outubro do Anno de 1816 na Basilica Patriarchal de Santa Maria, os Illustrissimos Monsenhor Presidente, Senhores Conegos e Beneficiados da mesma Basilica*, Lisboa, Impressão Régia, 1816, p. 5.

⁷⁰⁵ Frei João de Boaventura, *Oração Funebre da Muito Alta, Poderosa, e Augusta Senhora D. Maria I Rainha de Portugal Recitada na Freguezia dos Anjos*, Lisboa, Impressão Régia, 1817, p. 16. Muitos dos aspetos elogios de D. Maria I foram evidenciados na parenética fúnebre da rainha. Tal como os anteriormente referidos para o príncipe D. Teodósio, este tipo de apreciação deve ser analisado com a devida cautela, pois pode enfatizar as qualidades do defunto, incorrendo numa distorção da realidade. Cf. Isabel Drumond Braga, “Chorar uma Rainha em Portugal e no Brasil: os Sermões por Ocasião da Morte de D. Maria I, *Anais do I Congresso Lusófono de Ciências das Religiões*, vol. 3, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2015, pp. 43-51.

⁷⁰⁶ Manuel Pereira Cidade, *Memórias da Basílica da Estrela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 15.

⁷⁰⁷ A 20 de agosto de 1761, nasceu o príncipe D. José, cujo nascimento foi imediatamente considerado uma intercessão do Sagrado Coração de Jesus, a quem se agradeceu tal graça. Cf. Frei Joaquim de Santa Ana, *Oração na Acção de Graças, que a Serenissima Senhora Princeza do Brasil, e o Serenissimo Senhor Infante Dom Pedro Celebrarão na sai Real Capella da Bemposta no dia 25 de Setembro de 1761 ao Santissimo*

pelo avô após o nascimento⁷⁰⁸, ocorrido na véspera de Nossa Senhora do Ó⁷⁰⁹. Muitos anos depois, ao enlouquecer, fizeram-se inúmeras preces pelas suas melhoras, especialmente às invocações marianas⁷¹⁰. Entre elas, constou a de Nossa Senhora da Conceição, tanto em Monforte⁷¹¹ como em Vila Viçosa – nesta última, a imagem foi levada em procissão da igreja matriz à capela do paço⁷¹². A própria rainha foi devota da padroeira, pois diversas vezes a visitou em Vila Viçosa⁷¹³, além de ter pago os feudos e esmolas à matriz calipolense⁷¹⁴. Em Lisboa, mandou colocar um medalhão com a imagem da referida invocação na esfera do zimbório da basílica da Estrela⁷¹⁵.

Em 7 de outubro de 1736, veio ao mundo a infanta D. Maria Ana Francisca, tendo falecido setenta e seis anos depois, no Rio de Janeiro⁷¹⁶. O seu nome foi mencionado em alguns projetos matrimoniais, tendo-se procurado a sua união com Fernando VI e com Carlos III, reis de Espanha e seus tios maternos⁷¹⁷. Figura talentosa, conhecem-se vários quadros da sua autoria: um deles, representando Nossa Senhora do Amparo dos Pescadores⁷¹⁸. Este facto parece indicar algum apreço pelo marianismo, a infanta, que foi considerada devota e virtuosa como os seus pais e irmãs⁷¹⁹. Os seus passatempos

Coração de Jesus em cumprimento do seu voto pelo felicissimo Nascimento do Serenissimo Principe da Beira o Senhor Dom Joseph, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1761, p. 7.

⁷⁰⁸ Caetano Beirão, *D. Maria 1777-1792. Subsídios para a revisão da História do seu Reinado*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1944, p. 29.

⁷⁰⁹ Manuel dos Reis Bernardes, *Panegyrico Gratulatorio Evangelico, e Philologico Exposto na Solemnidade, que em Acção de Graças pelo Felicissimo Nascimento da Serenissima Princeza da Beyra, a Senhora D. Maria Francisca Izabel Josepha Antonia Gertrudes Ritta Joanna, Primogenita do Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor, Celebrou na Sancta Igreja Cathedral do Porto em 30 de Janeyro de 1735 o Nobilissimo, e Preclarissimo Senado da Camera da mesma Cidade*, Coimbra, Real Collegio da Companhia de Jesus, 1735, pp. 29-30.

⁷¹⁰ Paulo Drumond Braga, “Preces públicas no reino pela saúde de D. Maria I (1792)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 11, Porto, 1994, pp. 221-224.

⁷¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 223.

⁷¹² Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” *cit.*, p. 129.

⁷¹³ Saliente-se a de 1759 com o marido, os pais e a restante família, assistindo a um ofício dedicado ao imaculismo. Cf. Frei Joaquim de Santa Ana, *Oração Sagrada, Histórica e Panegyrica do Mystério da Conceição Purissima da Senhora, que recitou em o dia 8 de Dezembro de 1759 na Real Capela de Villa Viçosa, estando presentes Suas Magestades, e Altezas*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1760, p. 28.

⁷¹⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 33 a 35.

⁷¹⁵ Manuel Pereira Cidade, *Memórias da Basílica...* *cit.*, p. 170.

⁷¹⁶ Paulo Drumond Braga, *A rainha discreta...* *cit.*, p. 88.

⁷¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 185-195.

⁷¹⁸ Henrique de Campos Ferreira Lima, *Princesas Artistas (As Filhas de El-Rei D. José)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 5-6.

⁷¹⁹ Frei Francisco da Mãe dos Homens, *Oração Funebre que nas Exequias da Serenissima Senhora Dona Maria Anna Francisca Jozefa Antonia Gertrudes Rita Joanna, Infanta de Portugal, Mandadas Fazer por Sua Alteza Real, o Principe Regente N. S.*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1813, p. 12.

consistiam em rezar e frequentar os sacramentos e os ofícios divinos⁷²⁰. Embora a sua grande devoção nos remeta para o Santíssimo Sacramento⁷²¹, não descuro a da padroeira, pois tornou-se irmã da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em maio de 1751⁷²².

Três anos depois, em 21 de setembro, nasceu D. Maria Francisca Doroteia. A infanta gozou de saúde débil, havendo notícia dessa ocorrência desde 1740, quando tinha apenas um ano de idade⁷²³ e que conheceu um agravamento após a sua queda de uma carruagem⁷²⁴. Apesar de se ter temido pela sua vida em diversas ocasiões⁷²⁵, não deixou de estar presente no xadrez matrimonial da época, tendo sido apontado o seu nome para consorte de José II do Sacro Império, ou dos reis espanhóis Fernando VI e Carlos III⁷²⁶. Cedo esteve ligada à devoção mariana, tendo a sua mãe rezado às invocações de Belém, das Necessidades e da Piedade⁷²⁷. Em relação à padroeira, a infanta inscreveu-se na Irmandade dos Escravos de Vila Viçosa, em novembro de 1769⁷²⁸.

Em 25 de julho de 1746 nasceu D. Maria Francisca Benedita⁷²⁹, que, embora tenha privado com D. João V apenas nos primeiros quatro anos de vida, parece ter seguido alguns passos devocionais do avô⁷³⁰. Casada em 1777 com o príncipe D. José, seu sobrinho, foi tida como uma figura ilustrada, talentosa e devota, sendo disso exemplo as generosas ofertas que fez a um vasto leque de igrejas⁷³¹. Com aptidão para a arte, pintou quadros do Coração de Jesus em Chamas e dos Anjos Custódio e Rafael⁷³², o do Imaculado Coração de Maria – cuja autoria compartilhou com a sua irmã D. Maria Ana⁷³³

⁷²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 20-21.

⁷²¹ Romualdo Ant6nio de Seixas, *Oraç6o Funebre, Recitada Pelo Conego Romualdo Antonio de Seixas Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Natural do Par6 nas Exequias da Serenissima Infanta a Senhora Dona Maria Anna, Que Fez Celebrar o Ex.mo e R.mo Senhor D. Manoel de Almeida, Bispo da Mesma Diocese. Offerecida ao Mesmo Ex.mo e R.mo Senhor*, Rio de Janeiro, Impress6o R6gia, 1814, p. 9.

⁷²² Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceiç6o, C6d. 56, s/ fl.

⁷²³ Paulo Drumond Braga, *A rainha discreta... cit.*, p. 103.

⁷²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 92.

⁷²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 104.

⁷²⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 184-189.

⁷²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 92.

⁷²⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceiç6o, C6d. 56, s/ fl.

⁷²⁹ Paulo Drumond Braga, *A princesa na sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*, Lisboa, Ediç6es Colibri e C6mara Municipal de Torres Vedras, 2008, p. 71.

⁷³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 71.

⁷³¹ [Francisco Manuel Trigoso de Arag6o Morato], *Elogio Historico da Princeza D. Maria Francisca Benedicta escripto em Fevereiro de 1834*, Paris [ali6s, Lisboa], Paul Renouard [ali6s, Tipografia Lisbonense de A. C. Dias], [1836?], p. 12.

⁷³² Paulo Drumond Braga, *A princesa na sombra... cit.*, p. 26.

⁷³³ Idem, *Ibidem*, p. 27.

– e da Virgem Maria, sob a invocação da Soledade⁷³⁴. Em relação à padroeira de Portugal, a princesa também lhe dedicou uma pintura⁷³⁵, além de se ter feito irmã da Real Confraria dos Escravos de Vila Viçosa, em novembro de 1769⁷³⁶.

D. João V é muitas vezes recordado pelas relações extraconjugais que manteve⁷³⁷, daí resultando um vasto leque de filhos ilegítimos, muitos deles não reconhecidos pela figura paterna, como foi o caso de D. Maria Rita⁷³⁸. Os bastardos joaninos legitimados foram D. António, D. Gaspar e D. José⁷³⁹, que ficaram conhecidos por *Meninos da Palhavã*, por terem sido criados no palácio do mesmo nome⁷⁴⁰. Os *meninos*, à exceção de D. Gaspar, foram desterrados para o Buçaco em 1760, por desentendimentos com o futuro marquês de Pombal⁷⁴¹. Só puderam deixar o desterro com a morte do *Reformador*, tendo sido reabilitados por D. Maria I⁷⁴².

Se as figuras de D. António e D. José remetem para a atribuição de esmolas às gentes pobres de Lisboa, para D. Gaspar é possível conhecer os seus interesses devocionais⁷⁴³. Em 1758 foi sagrado arcebispo de Braga⁷⁴⁴, após ter recebido as ordens sacras⁷⁴⁵. Ao chegar à cidade minhota foi saudado pelos locais, instalando-se provisoriamente numas casas junto à igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte

⁷³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁷³⁵ Henrique de Campos Ferreira Lima, *Princesas Artistas... cit.*, p. 9.

⁷³⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56, s/ fl.

⁷³⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V... cit.*, p. 12.

⁷³⁸ Nasceu em 1731 e resultou da relação entre o rei e D. Luísa Clara de Portugal, a chamada Flor da Murta. Freira no convento de Santos, faleceu em 1808. Cf. Maria Paula Marçal Lourenço, Ana Cristina Duarte Pereira e Joana Almeida Troni, *Amantes dos Reis de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, p. 192.

⁷³⁹ D. António, nascido em 1 de outubro de 1714 e falecido em 14 de agosto de 1800, era filho de Luísa Inês Antónia Machado Monteiro; D. Gaspar, filho de D. Madalena Máxima de Miranda, nasceu em 8 de outubro de 1716 e faleceu em 18 de janeiro de 1789; D. José resultou da famosa relação entre Paula Teresa Silva – conhecida por Madre Paula de Odivelas –, tendo nascido em 1720 e sobreviveu a D. António apenas um ano. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 188-189.

⁷⁴⁰ Santos Farinha, *O Palácio de Palhavã*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1923, p. 46.

⁷⁴¹ Sobre esta questão cf. António Ferrão, *O Marquês de Pombal e os “Meninos de Palhavã” (Antecedentes do Conflito entre o Conde de Oeiras e os filhos bastardos de D. João V: D. António e D. José – os “Meninos de Palhavã”, em 1760)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

⁷⁴² Paulo Drumond Braga, “Os pobres dos ‘Meninos de Palhavã’. Esmolas para as gentes de Lisboa”, *Lusíada. História*, II série, n.º 9-10, Lisboa, Universidade Lusíada, 2013, p. 151.

⁷⁴³ Paulo Drumond Braga considera que as esmolas não foram entregues de forma desinteressada, estando-lhe associada uma conotação de prestígio social. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 152-156.

⁷⁴⁴ Após a morte do arcebispo D. José – filho ilegítimo de D. Pedro II – em 1756, o rei D. José apresentou o nome do seu meio irmão para suceder ao tio no arcebispado, tendo o papa Bento XIV confirmado a nomeação. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 151.

⁷⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 151. Verificamos que com D. Gaspar houve uma continuidade política de dignificação dos filhos bastardos da casa de Bragança. Sobre esta questão cf. José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império... cit.*, pp. 542-543.

das Penas⁷⁴⁶. Sobre as suas devoções, cabe dizer que todas as noites rezava o terço à Virgem e que todos os sábados lhe mandava cantar ladainha⁷⁴⁷. Em relação à padroeira, foi sob o seu governo que a festa da Conceição se festejou pela primeira vez, em 7 e 8 de dezembro de 1759, na capela episcopal⁷⁴⁸. O mesmo visitou o convento de Nossa Senhora da Conceição de Braga, em 1762⁷⁴⁹ – decidindo melhorá-lo – e substituiu o retábulo das Relíquias pelo da Imaculada Conceição, a propósito das obras que efetuou na catedral em 1780⁷⁵⁰.

2.5 – À imagem e semelhança dos monarcas: a nobreza devota

Nos subcapítulos precedentes temos vindo a dar ênfase à devoção da família real portuguesa a Nossa Senhora da Conceição. No entanto, consideramos que incorreríamos numa grave lacuna se não abordássemos igualmente as figuras cortesãs que se devotaram à referida invocação. Sobre a Corte, o que podemos referir? Em inícios de setecentos foi publicado o primeiro vocabulário de língua portuguesa, da autoria do padre Rafael Bluteau e intitulado *Vocabulário Portuguez e Latino*. No que diz respeito à palavra Corte, o clérigo teatino referiu tratar-se do espaço de residência do monarca, dos seus oficiais e ministros da sua casa⁷⁵¹. Sendo esta a sua matriz, a ela estão associadas múltiplas redes clientelares e de interesses.

Ao chegar ao poder, D. João IV confirmou a maioria dos títulos existentes durante o domínio filipino. No entanto, a casa de Bragança teve um papel protagonista no que respeita à acessibilidade à titulação⁷⁵², provando-o os títulos nobiliárquicos concedidos

⁷⁴⁶ *Noticia da Magnífica entrada, que o Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz das Hespanhas, Deo na Cidade de Braga no dia vinte e oito de Outubro do prezente ano*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1759, pp. 4-5.

⁷⁴⁷ Júlio de Saldanha Ferreira Pereira, *Oração Funebre do Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas*, Porto, Oficina de António Álvares Ribeiro, 1789, p. 25.

⁷⁴⁸ José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais...* cit., t. III, p. 341.

⁷⁴⁹ Maria Benta do Céu, *Jardim do Ceo, plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Braga*, Lisboa, Oficina de Manuel Coelho Amado, 1766, p. 28.

⁷⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 366.

⁷⁵¹ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialectico, dendrológico, ecclesiastico, etymologico, económico, florifero, forense, fructifero...* autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos, vol. 2, Coimbra, Colégio de Artes da Companhia de Jesu, 1712, pp. 576-577.

⁷⁵² Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património...* cit., vol. 1, pp. 95-96.

entre 1640 e 1670 – muitos deles atribuídos aos chefes militares, como recompensa pelos sucessos na Guerra da Restauração⁷⁵³. O elo entre a realeza brigantina e a nobreza conheceu, após o primeiro de dezembro, uma realidade distinta, uma vez que anteriormente o rei se encontrava num reino estrangeiro e numa corte distante⁷⁵⁴. Só no reinado de D. João V se verificou um maior aparato, pois o ambiente cortesão dos reinados anteriores esteve vinculado à tradição rural dos duques de Bragança, que remetia para a monotonia, a austeridade e para o “puritanismo católico”⁷⁵⁵.

No entanto, a componente religiosa da Corte portuguesa não foi abandonada na primeira metade do século XVIII, ilustrando bem esta questão as preocupações que o *Magnânimo* votou à patriarcal⁷⁵⁶. Assim, as devoções da nobreza estavam, em nossa opinião, vinculadas às da família real. Isto, no entanto, não impediu que houvesse famílias nobres a promover os devoções pelas quais tinham maior consideração. Assim sucedeu com a padroeira de Portugal, tida em grande conta por muitas famílias cortesãs. A visita de D. João V ao santuário de Vila Viçosa, em 1716, é exemplo disso, pois foi acompanhado por diversos nobres, nomeadamente o marquês de Gouveia, D. Martinho de Mascarenhas⁷⁵⁷.

Uma das casas nobres de maior vulto nos séculos XVII e XVIII foi a de Cadaval. D. João IV criou este título por carta de 18 de julho de 1648, atribuindo-o ao quarto marquês de Ferreira e quinto conde de Tentúgal, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, como reconhecimento ao apoio que o seu falecido pai dera ao *Restaurador*, quando do golpe de 1640⁷⁵⁸. O primeiro duque foi devoto da Virgem Maria, a quem rezava todos os dias o ofício, repartido em sete horas⁷⁵⁹. Foi mais longe na sua devoção, uma vez que teve em

⁷⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 97.

⁷⁵⁴ Pedro Cardim, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”, in José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 166.

⁷⁵⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 166-167.

⁷⁵⁶ Eduardo Brazão, *Subsídios Para a História... cit.*, p. 25.

⁷⁵⁷ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte... cit.*, p. 280. Este título foi criado em 1625 por D. Filipe III a favor do sexto conde de Portalegre, D. Manuel Henrique da Silva. Cf. Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*, vol. II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, p. 641.

⁷⁵⁸ António Caetano de Sousa, *Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas Familias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores e Costado, as alianças das Casas, e os Escudos de Armas, que lhes competem, até o anno de 1754*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1755, p. 29.

⁷⁵⁹ Manuel Caetano de Sousa, “Sermão Funebre nas Exequias que na sua Igreja de Nossa Senhora da Divina Providencia celebrarão os Clerigos Regulars no primeiro de Março de 1727 a Seu Grande Bemfeitor o

conta os títulos da Piedade⁷⁶⁰ e da Conceição⁷⁶¹. Uma cabeça que pertenceu a uma imagem mariana sobreviveu a um naufrágio e foi enviada por populares ao duque, que logo a mandou reconstruir⁷⁶². D. Nuno designou-a como Nossa Senhora da Conceição e colocou-a na capela da sua quinta de Pedrouços, dedicando-lhe uma sumptuosa festa, à qual assistiram D. João V e D. Maria Ana de Áustria⁷⁶³.

Dois filhos de D. Nuno Álvares Pereira de Melo foram agraciados com o título de ducal em vida do progenitor. O mais velho, D. Luís Ambrósio, casou em 1695 com a filha ilegítima de D. Pedro II, D. Luísa, e faleceu jovem – com vinte e um anos –, em 13 de novembro de 1700⁷⁶⁴. O seu irmão mais novo, D. Jaime, sucedeu-lhe no título nobiliárquico e no leito, ao casar com a cunhada em 1702⁷⁶⁵. O terceiro duque foi quem efetivamente sucedeu ao pai, após a sua morte em 1727, administrando o vasto património da sua casa durante vinte e dois anos⁷⁶⁶. Se sobre o primeiro apenas sabemos que foi um cristão exemplar, em relação ao segundo verificamos que foi devoto da Virgem Maria⁷⁶⁷, nomeadamente da invocação do Carmo⁷⁶⁸. Ter-se-iam devotado à padroeira de Portugal os segundo e terceiro duques de Cadaval, seguindo o exemplo paterno?

Excellentíssimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Primeiro Duque do Cadaval, &c.”, in D. Jaime Álvares Pereira de Melo [Duque de Cadaval], *Ultimas Acções do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello desde 11 de Setembro de 1725 até 29 de Janeiro de 1727, em que faleceu. Relação do seu Enterro e das Exequias, que se lhe fizeram em Lisboa, e nas terras de que era Donatario*, Lisboa, Oficina da Música, 1730, p. 201.

⁷⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 202.

⁷⁶¹ Foi exemplo disso o facto de uma das capelas de inícios de setecentos da igreja do convento de São João Evangelista, em Évora, ter sido consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Cf. Túlio Espanca, *História da Casa de Cadaval*, Évora, Livraria Nazaré, 1960, p. 79

⁷⁶² José Barbosa, *Panegírico Funeral nas exéquias do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello*, Lisboa, Oficina de Antonio Manescal, 1727, p. 25.

⁷⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 25.

⁷⁶⁴ Frei Francisco da Natividade, *Oração Funeral em as Exequias, Que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Parrochial Igreja de Santa Justa celebrou como a seu Juiz Perpetuo, ao Duque Dom Luis Ambrosio Filho Primogenito do Excellentíssimo Duque do Cadaval Dom Nuno Alvares Pereira de Mello*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1701, pp. 11-12.

⁷⁶⁵ Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas... cit.*, pp. 96-97.

⁷⁶⁶ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 461.

⁷⁶⁷ Manuel de São Bernardino, *Panegyrico Funebre nas Exequias que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Parrochial Igreja de Santa Justa, e Rufina fez celebrar com assistência da Corte no dia 10 de Julho de 1749 ao seu Juiz perpetuo o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Jayme de Mello*, Lisboa, Oficina de Bernardo António, 1749, p. 19.

⁷⁶⁸ Frei Francisco Xavier de Santa Teresa, *Oração Funebre, que nas Exequias do Illustr. E Excellent. Senhor D. Jayme de Mello, Terceiro Duque do Cadaval, Quinto Marquez de Ferreira, Sexto Conde de Tentugal, &c. Celebradas Pella Veneravel Ordem Terceira Da Penitencia, na Igreja do Real Convento de S. Francisco em 27 de Junho de 1749*, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galram, 1749, p. 11.

Durante a época moderna, também os duques de Aveiro conheceram um papel hegemónico na nobreza de Portugal. Este título teve a sua génese em D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II, uma vez que foi concedido ao seu filho D. João, em 1547⁷⁶⁹. Quando se deu o golpe de 1640, apenas a casa de Bragança vencida a de Aveiro em poder e opulência. Apesar de ter sido estimada por D. João IV, o duque D. Raimundo acabou por abandonar Portugal e juntar-se ao inimigo em 1659, alegadamente por não ter alcançado a mão da infanta D. Catarina⁷⁷⁰. Todos os bens foram confiscados e só voltou a haver um duque de Aveiro alguns anos depois, após a morte de D. Raimundo. Houve vários membros da família de Lencastre a reputar o título, mas foi um tio do duque desertor, D. Pedro, quem assumiu a chefia da casa⁷⁷¹.

D. Pedro de Lencastre, nascido em 1608 e falecido em 1673, filho dos duques D. Juliana e D. Álvaro, foi bispo da Guarda, arcebispo de Évora e de Braga, além de inquisidor geral⁷⁷². Como clérigo, o quinto duque de Aveiro foi considerado um cristão exemplar e um dos maiores defensores da fé católica em Portugal⁷⁷³. A devoção à padroeira de Portugal parece ter merecido a atenção do duque, pois foram-lhe dedicados três sermões da Conceição, da autoria de António da Costa Cordovil, dados à estampa no ano da morte do inquisidor⁷⁷⁴. Os títulos que D. Pedro adquiriu foram reivindicados por D. Maria de Guadalupe, sua sobrinha, que se considerava legítima sucessora de D. Raimundo, seu irmão⁷⁷⁵. Tornou-se duquesa de Aveiro em 1679 e, apesar de ter sempre

⁷⁶⁹ Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, vol. I, Lisboa, Edições Gama, 1945, p. 25.

⁷⁷⁰ Joana Almeida Troni, *Catarina de Bragança... cit.*, p. 60.

⁷⁷¹ Considerou-se que D. Pedro de Lencastre preenchia todos os requisitos para herdar a casa e o ducado de Aveiro, pois era do sexo masculino, o único bisneto de D. Jorge de Lencastre vivo e o varão mais velho da família Lencastre. Cf. [Belchior Fernandes Soares], *Allegação de Direito por o Senhor Dom Pedro Sobre a Successam do Estado, Caza, e Titulo, de Duque de Aveiro*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1666, pp. 79-81.

⁷⁷² Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa... cit.*, vol. I, p. 26.

⁷⁷³ Frei Jorge de Castro, *Serman nas Exequias do Excellmo, e Reverendmo Senhor D. Pedro de Alencastro Duque de Aveiro, & Inquisidor Geral, &c. dado à luz por ordem da Ecellma Senhora D. Maria de Alencastro, Marquesa de Gouvea, & Condeça de Portalegre, sua amantíssima irmã*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1673, 17-18.

⁷⁷⁴ António da Costa Cordovil, *Sermões da Conceição da Virgem Nossa Senhora, Prégados em os três dias que nelles mesmo se apontão. Por Antonio da Costa Cordovil, Freire da Ordem de Sant-Iago, formado em a Sagrada Theologia pella Universidade de Coimbra, & Prior na Igreja de N. Senhora da Ajuda da Villa de Setuval, Dedicados ao Excellentissimo Senhor D. Pedro de Alencastro Arcebispo Inquisidor Geral, do Conselho de Estado, Duque de Aveiro, & de Torres Novas, Marquez de Montemor, Conde de Penella, Alcaide mor de Coimbra, & de Setuval, &c.*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues de Abreu, 1673.

⁷⁷⁵ Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa... cit.*, vol. I, p. 27.

residido em Castela, por ser casada com o conde dos Arcos, conservou o título até à sua morte, em 1715⁷⁷⁶.

Tanto D. Maria como o seu filho D. Gabriel parecem ter dado privilégio a outras invocações marianas, que não a da Imaculada Conceição⁷⁷⁷. Essa devoção esteve associada ao último duque, D. José de Mascarenhas e Lencastre⁷⁷⁸, que faleceu no cadafalso em janeiro de 1759, após ter sido considerado culpado pela tentativa de regicídio de 3 de setembro de 1758 contra D. José⁷⁷⁹. No entanto, também os títulos de marquês de Távora e de conde da Atouguia foram extintos pelo *Reformador* na sequência do atentado que sofreu, e os seus titulares conheceram o mesmo fim que o duque de Aveiro⁷⁸⁰. Ao proceder-se ao confisco dos bens dos Távora, encontrou-se uma imagem da Imaculada Conceição num oratório⁷⁸¹. Essa invocação já havia sido enobrecida, em 1698, pelo segundo marquês, D. António Luís. A pedido dos religiosos terceiros de São Francisco do Mogadouro, mandou fazer uma imagem coccionista⁷⁸², que também era venerada na ermida da quinta que a família tinha em Sacavém⁷⁸³. Já D. Jerónimo de

⁷⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 27.

⁷⁷⁷ A primeira, parece ter tido em grande conta o culto da Virgem Maria sob as invocações da Piedade, de quem pintou um quadro quando ainda residia em Portugal, e de Guadalupe, em cujo mosteiro extremenho foi sepultada. Em relação ao segundo, que recebeu o ducado em 1729, foi bastante devoto da Princesa Santa Joana, tendo ordenado, em 1733, que se colocassem cinco lâmpadas a alumiar o seu túmulo, sito no convento de Jesus, em Aveiro. Sobre estas questões cf. Luís de Moura Sobral, “María Guadalupe de Lencastre (1630-1715). Cuadros, Libros y Aficiones Artísticas de una Duquesa Ibérica”, *Quintana – Revista do Departamento de História da Arte*, n.º 8, Santiago de Compostela, 2009, p. 65; *Breve Noticia de la Enfermedad, Muerte, y Entierro de La Excelentissima Señora Duquesa de Aveyro, e Maqueda, Mi Señora Doña Maria de Guadalupe, Lencaster y Cardenas Viuda del Excellentissimo Señor Don Manuel Ponce de Leon Duque de Arcos; y madre de los Excelentissimos Señores Don Joachin Ponce de Leon, Duque de Arcos, de Aveyro, y de Maqueda; Don Gabriel Ponce de Leon, Duque de Baños; y de mi señora Doña Isabel Ponce de Leon, Duquesa Viuda de Alva*, Madrid, s.n., 1715, p. 33; António Gomes da Rocha Madahil (rev.), *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rey Dom Afonso V*, Aveiro, Edição do Professor Francisco Ferreira Neves, 1939, p. 259.

⁷⁷⁸ D. José de Mascarenhas, sexto marquês de Gouveia, pertencia a um ramo secundário dos Lencastre. Com a morte de D. Gabriel em 1745, sem descendência, várias figuras reputaram para si o ducado. A causa de D. José acabou por triunfar, tendo este sido empossado do título e da casa de Aveiro em 1749. Cf. Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 346.

⁷⁷⁹ A mãe do último duque, D. Inácia Rosa de Távora, havia-se recolhido ao convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz após enviuvar, em 1723, a cujo espaço o duque pagava uma pensão pela estadia da mãe e pelo mantimento ao imaculismo. Cf. Luís de Bivar Guerra, *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1952, pp. 358-359.

⁷⁸⁰ O título de marquês de Távora foi criado em 6 de agosto de 1669, por carta do príncipe D. Pedro, a favor do terceiro conde de São João da Pesqueira, D. Luís Álvares. A última detentora do título, D. Leonor Tomásia, casou com conde de Alvor, D. Francisco de Assis, seu primo direito. Em relação ao condado de Atouguia, foi criado por D. Afonso V, a favor de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, através de carta de 17 de dezembro de 1448. Cf. Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, pp. 331-425.

⁷⁸¹ Luís Bivar Guerra, *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 24.

⁷⁸² Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. V, p. 601.

⁷⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 42.

Ataíde, conde da Atouguia, à data da sua execução, detinha uma comenda em Vila Velha de Ródão sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição⁷⁸⁴.

Em 11 de abril de 1661, D. António Luís de Menezes foi agraciado por D. Luísa de Gusmão com o título de marquês de Marialva⁷⁸⁵, ainda antes da vitória que alcançou em Montes Claros e que ofereceu à padroeira de Portugal⁷⁸⁶. O seu filho e sucessor, D. Pedro António de Menezes, casou com D. Catarina Coutinho, simultaneamente sua sobrinha e prima direita⁷⁸⁷. A marquesa, por não ter descendência, rezou à imagem de Nossa Senhora da Conceição, venerada no colégio de Santo Antão dos eremitas de Santo Agostinho, em Lisboa⁷⁸⁸. Pouco tempo depois, em 22 de julho de 1691, nasceu a terceira marquesa, D. Joaquina Maria Madalena da Conceição⁷⁸⁹ e a sua mãe, cumprindo os seus votos, realizou todos os anos uma sumptuosa festa àquela imagem da Padroeira⁷⁹⁰.

Uma das casas nobres de maior vulto em meados de seiscentos foi a de Castelo Melhor, através de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, escrivão da puridade de D. Afonso VI⁷⁹¹. O título foi criado por D. Filipe II, em 21 de março de 1611⁷⁹², e o ministro do *Vitorioso* foi o seu terceiro titular⁷⁹³. O referido conde foi particularmente devoto da Virgem Maria, tendo assistindo com frequência às festas de Nossa Senhora do Cardal⁷⁹⁴, em Pombal, cuja igreja mandou edificar⁷⁹⁵.

⁷⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 242.

⁷⁸⁵ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 721.

⁷⁸⁶ D. Luís de Menezes, [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado... cit.*, t. II, 1698, p. 714.

⁷⁸⁷ Era filha de D. Rodrigo de Menezes, irmão do primeiro marquês, e de D. Guiomar de Menezes, irmã do segundo marquês. Cf. Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, pp. 722-723.

⁷⁸⁸ Teodósio de Santa Marta, *Elogio Historico da Illustrissima... cit.*, p. 542.

⁷⁸⁹ D. Joaquina foi também afilhada de Nossa Senhora da Conceição e padroeira do seu convento de Cantanhede. Cf. Frei Paulo de Vera Cruz, *Sermão das Exequias Funebres, Que se celebrarão pella Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Joaquina Maria Magdalena da Conceição de Menezes Marqueza de Marialva*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1741, pp. 3-12.

⁷⁹⁰ Teodósio de Santa Marta, *Elogio Historico da Illustrissima... cit.*, pp. 542-543.

⁷⁹¹ Sobre esta questão cf. Maria Luísa de Bivar Black, *Um Escrivão da Puridade no Poder: O Conde de Castelo Melhor, 1662-1667*, Lisboa, SPB Editores e Livreiros, 1995.

⁷⁹² Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 502.

⁷⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 504.

⁷⁹⁴ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. IV, p. 465. Sobre o empenho do conde de Castelo Melhor na edificação do convento do Cardal cf. Ricardo Pessa de Oliveira, *Sob os auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a prevaricação e o disciplinamento (1564-1822)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014, p. 21.

⁷⁹⁵ José Barbosa, *Oração Funebre nas Exequias do Excellentissimo Senhor Luis de Vasconcellos, e Sousa, conde de Castelmilhor, Escrivão da Puridade d' el Rey D. Affonso o VI: & Concelheyro de Estado d' el Rey D. João o V Nosso Senhor. Celebradas na Collegiada de N. Senhora da Conceição a 27 de Setembro de 1720*, Lisboa, Oficina de Matias Pereira da Silva e João Antunes Pedroso, 1720, p. 27.

D. Luís manifestou o seu apreço pelo imaculismo, tendo sido juiz da irmandade da referida invocação, sediada na igreja da Conceição Velha, em Lisboa⁷⁹⁶. A esta família esteve inerente o título de conde da Calheta, outorgado a D. Simão Gonçalves da Câmara por D. Sebastião, em 2 de agosto de 1576⁷⁹⁷. O seu quinto titular foi D. Afonso de Vasconcelos e Sousa, falecido em 1734⁷⁹⁸. Parece ter tido em grande conta a devoção à padroeira, pois foi juiz da mesma irmandade que o seu pai, o terceiro conde de Castelo Melhor⁷⁹⁹.

Outra família ligada ao imaculismo foi a dos condes da Ericeira e marqueses do Louriçal. O primeiro título foi criado por D. Filipe III, por carta de 1 de março de 1622, a favor de D. Diogo de Menezes⁸⁰⁰, tendo o segundo sido outorgado a D. Luís Carlos Inácio Xavier de Menezes por D. João V, mediante carta de 22 de abril de 1740⁸⁰¹. Em 28 de abril de 1640, D. Fernando de Menezes, segundo conde da Ericeira, assistiu ao lançamento da primeira pedra da igreja do convento novo do Louriçal, que teve uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição⁸⁰². D. Fernando e D. Luís, seu irmão e genro, também ele detentor do título, foram muito devotos da referida imagem, tendo-lhe enviado esmolas com frequência e solicitado às recolhidas que por si lhes rezassem ladainhas⁸⁰³.

A devoção à padroeira foi igualmente apreciada pelos seus descendentes, nomeadamente pela condessa D. Joana Josefa de Menezes, mulher do conde D. Luís, e pelo filho de ambos, D. Francisco, que continuaram ligados à capela do Louriçal⁸⁰⁴. O neto deste último, D. Francisco Xavier Rafael, foi o segundo marquês do Louriçal. Falecido antes do pai, D. Luís Carlos Inácio Xavier, foi muito afeiçoado à Virgem Maria, rezando-lhe o ofício todos os dias e visitando as suas imagens mais milagrosas, veneradas

⁷⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 30.

⁷⁹⁷ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 466.

⁷⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 467.

⁷⁹⁹ Hipólito Moreira, *Oração Funebre nas Exequias do Excellentissimo Senhor Conde da Calheta, Affonso de Vasconcellos e Sousa, Celebradas na Real Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Freires da Ordem de Christo, Pela Irmandade da Mesma Senhora, da qual o Excellentissimo Conde fora Juiz Perpetuo*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1734, p. 25.

⁸⁰⁰ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 559.

⁸⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 700-701.

⁸⁰² Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. IV, p. 662.

⁸⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 663.

⁸⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 663.

em vários templos, e comungava sempre nas suas principais festas⁸⁰⁵. Também se teria devotado à padroeira de Portugal, tendo em conta a tradição da sua família?

Em 1614, por carta de D. Filipe II, foi criado o título de conde do Vimieiro a favor de D. Francisco de Faro⁸⁰⁶. O primeiro titular, que combateu na guerra da Flandres, acabou por falecer pouco depois de ser feito conde. No entanto, os seus descendentes foram apenas senhores do Vimieiro e o título só foi renovado no seu bisneto, D. Sancho de Faro, durante o reinado de D. João V, mediante carta de 30 de janeiro de 1709⁸⁰⁷. Esta casa foi bastante afeta ao imaculismo através do primeiro conde⁸⁰⁸, que enviou uma imagem da referida invocação a duas irmãs que viviam no convento de São João Batista da Penitência, em Estremoz⁸⁰⁹. No século XVIII, a devoção à padroeira de Portugal parece ter sido acarinhada pela referida família, pois ao realizarem-se as exéquias de D. Teresa de Mendonça, mulher do conde D. Diogo, em 1740, frisou-se o facto de a mesma ter escolhido o convento da Conceição da Luz para professar após ter enviuvado⁸¹⁰.

O condado da Atalaia conheceu duas criações, que abarcaram duas famílias diferentes. O título foi criado pela primeira vez em 21 de dezembro de 1466, por carta de D. Afonso V, a favor de D. Pedro Vaz de Melo que, por ter morrido sem descendentes, levou à extinção do título⁸¹¹. Nos finais de quinhentos, em 17 de julho de 1587, foi criado pela segunda vez a favor de D. Manuel de Ataíde, filho dos senhores de Salvaterra e de Tancos, por D. Filipe I⁸¹². O membro desta família que mais se devotou a Nossa Senhora da Conceição foi D. Francisca de Mendonça, segunda mulher de D. Luís Manuel de Távora. Nas exéquias que os oratorianos lisboetas lhe dedicaram, em 1735, foi dado

⁸⁰⁵ Manuel de Almeida Correia, *Elogio Funebre na Morte do Senhor D. Fernando de Menezes, Filho do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Luiz Carlos de Menezes, Marquez do Lourical, e segunda vez Viso-Rey da India*, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galram, 1742, p. 12.

⁸⁰⁶ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. III, p. 535.

⁸⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 535.

⁸⁰⁸ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, p. 662.

⁸⁰⁹ Este convento foi fundado em 1501 por D. Manuel I, tendo sido reformulado anos mais tarde pelo infante D. Luís, seu filho. Em 1539, o papa Paulo III confirmou a regra das freiras da ordem de Malta para o referido espaço que, por esse mesmo motivo, ficou conhecido como convento das maltezas. Cf. José Filipe Mendeiros, *Património Religioso... cit.*, pp. 51-52.

⁸¹⁰ Salvador Martiniano, *Oração Funebre, que nas Exéquias da Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Theresa de Mendonça, Condessa do Vimieiro, e depois Religiosa no Convento de N. Senhora da Conceição da Luz, Celebradas pelos Padres da Congregação do Oratorio de S. Filipe Neri da Praça de Estremoz*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1740, p. 31.

⁸¹¹ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 329.

⁸¹² Idem, *Ibidem*, 329.

destaque à relação da condessa com o imaculismo e à grande consolação que a mesma conheceu, quando da ida de uma das suas filhas para o convento da Conceição, na Luz⁸¹³.

Em 1704, faleceu o quarto conde de Vila Nova de Portimão, D. Luís de Lencastre⁸¹⁴. Ao realizar-se um inventário *post mortem* dos seus bens, contabilizaram-se duas imagens de Nossa Senhora da Conceição, pertencentes ao seu oratório: a primeira estofada, dourada e com coroa de prata e a segunda que, apesar de ser igualmente estofada, era mais pequena⁸¹⁵. Estas imagens revelam a devoção à padroeira por parte da referida casa, cujo título foi outorgado a D. Martinho de Castelo Branco por D. Manuel I, por carta de 28 de maio de 1504⁸¹⁶. Em relação ao título de conde de Pombeiro, foi criado em 2 de abril de 1662 por D. Luísa de Gusmão a favor de D. Pedro de Castelo Branco da Cunha⁸¹⁷. O seu terceiro titular, homónimo do primeiro, devotou-se ao imaculismo e, na celebração das suas exéquias, considerou-se que esse facto se tratou de uma garantia para a salvação da sua alma⁸¹⁸.

D. Pedro José de Noronha Camões, marquês de Angeja, foi gentil homem da câmara de D. Maria I e um dos principais conselheiros do rei consorte D. Pedro III⁸¹⁹. Esta casa nobre também se revelou devota de Nossa Senhora da Conceição no tempo do terceiro detentor do título, pois foi pintado um fresco na capela da casa solarenga que os marqueses possuíam em Évora, em 1762⁸²⁰. Recorde-se que o primeiro marquês de Angeja foi D. Pedro António de Noronha Albuquerque, filho dos condes de Vila Verde. D. João V concedeu-lhe o título por carta de 21 de janeiro de 1714⁸²¹.

Além das devoções da nobreza à padroeira de Portugal, que nos remetem para os oratórios e capelas particulares, há que referir as ligações à igreja de Vila Viçosa. O caso

⁸¹³ António dos Reis, *Elogio Funebre que nas Exéquias da Excellentissima Senhora D. Francisca de Mendonça, Condessa de Atalaya, Celebradas pelos Padres da Congregação do Oratorio de Lisboa Occidental em 19 de Janeiro de 1735, Lisboa, Oficina da Congregação do Oratorio, 1735*, pp. 41-42.

⁸¹⁴ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. III, p. 515.

⁸¹⁵ Maria Teresa de Andrade e Sousa, *Inventário dos Bens do Conde de Vila Nova D. Luís de Lencastre, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956*, p. 46.

⁸¹⁶ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. III, p. 514.

⁸¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 152-153.

⁸¹⁸ Frei João de Santiago, *Oração Funebre nas Exéquias que a Venerável Ordem Terceira de N. Senhora do Monte do Carmo fez no Real Convento de Lisboa Occidental aos 17 de Abril de 1733 ao Excellentissimo D. Pedro de Castello-Branco, Conde de Pombeyro, Senhor da Casa de Bellas, Alcayde mór de Villa Franca de Xira, do Conselho de S. Magestade, e Capitão de huma das suas companhias de guarda, sendo actualmente seu dignissimo Prior*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1733, p. 10.

⁸¹⁹ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 281.

⁸²⁰ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VII, p. 277.

⁸²¹ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 282.

mais assinalável foi o dos condes de Alva, título criado em 1729, por carta de D. João V, a favor de D. João de Sousa e Ataíde, governador de armas das províncias do Minho e do Alentejo⁸²². Se o referido nobre foi devoto da Virgem Maria⁸²³, a sua mulher, D. Constança Luísa Monteiro Paim, terceira senhora do morgado de Alva, revelou-o de forma exponencial⁸²⁴. Entre 1720 e 1743, foram várias as esmolas que a condessa enviou a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, conforme indicamos no quadro abaixo:

Quadro I – Ofertas da Condessa de Alva a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720-1743)

Oferta	Número
Roupa	9
Adereços	19
Flores	14
Jóias	10
Dinheiro	8
Total	60

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, Códcs. 17, 18, 24 e 123.

Podemos, assim, assinalar sessenta ofertas de D. Constança durante um período de aproximadamente vinte anos. As doações mais assinaláveis da condessa não se prenderam com os ramos de flores, mas sim presentes de ouro, prata ou gemas. Desta forma, consideramos que as oferendas de maior riqueza e esplendor foram as seguintes: uma pluma de diamantes e rubis (1721)⁸²⁵, um vestido inteiro e com manto (1723)⁸²⁶,

⁸²² Idem, *Ibidem*, p. 162.

⁸²³ José Barbosa, *Oração Funebre nas Exequias do Illmo. E Excelmo. Senhor Conde de Alva, D. João Diogo de Ataíde do Conselho de Sua Magestade, e de Guerra, Capitão General da Armada Real celebradas no Recolhimento do menino Deos em 18 de Mayo de 1740*, Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1740, p. 42.

⁸²⁴ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 262.

⁸²⁵ “Maiz estou entregue de huma pluma de diamantez e rubiz de admiravel feitio que deu de prenda a Nossa Senhora D. Constança, [...] catal pluma se ornou logo com ella a toalha da mesma Senhora ahonde se acha presente”. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 14.

⁸²⁶ *Ibidem*, Cód. 123, fol. 15.

uma pulseira de ouro com diamantes (1724)⁸²⁷, uma mariposa de ouro com três esmeraldas (1731)⁸²⁸, e um vestido de cetim branco franjado a ouro (1732)⁸²⁹. Também uma irmã da condessa, D. Maria Teresa Monteiro Paim, ofereceu um anel de ouro com pedras finas a Nossa Senhora da Conceição (1731)⁸³⁰.

O único conde do Rio Grande foi D. Lopo Furtado de Mendonça, que recebeu o título de D. Pedro II, em 6 de março de 1689⁸³¹. O conde foi comendador de S. Clemente de Loulé e serviu em Mazagão durante a Guerra de Sucessão de Espanha⁸³². Destacou-se também na batalha de Matapão, em 1717, ao liderar a armada enviada por D. João V⁸³³. Em janeiro de 1729, ofereceu uma esmola de 240 réis a Nossa Senhora da Conceição⁸³⁴. O título de conde de Vale de Reis possuía maior antiguidade, pois fora criado por D. Filipe III, em 16 de agosto de 1628, a favor de D. Nuno de Mendonça⁸³⁵. O quinto titular foi D. Lourenço Filipe de Mendonça e Moura, capitão de cavalaria no Alentejo e vedor da princesa do Brasil⁸³⁶. Em 15 de setembro de 1739, o referido conde ofereceu uma esmola de 2.160 réis à padroeira de Portugal, por esta o ter curado de umas sezões⁸³⁷.

Em 7 de junho de 1630, por carta de D. Filipe III, foi criado o título de conde de Unhão a favor de D. Fernão Teles de Menezes⁸³⁸. Ao falecer o terceiro titular, homónimo do primeiro, em 1687, foi agraciada com o título de marquesa de Unhão a sua mulher, D. Maria de Lencastre⁸³⁹. Durante a sua longa vida, foi aia dos filhos de D. Pedro II e camareira-mor de D. Maria Ana de Áustria, cargo relevante entre os ofícios palatinos, uma vez que nos remete para a primeira pessoa feminina da Corte, logo após a rainha, os

⁸²⁷ “Em 28 de Outubro de 724 deu de prenda a Nossa Senhora a mesma Senhora D. Constança huma pulseyra de ouro com doze lajicas de diamantes ao redor e no meio a estampa do Santíssimo Sacramento”. Cf. *Ibidem*, Cód. 123, fl. 17.

⁸²⁸ “Em 13 de Março de 1731 de prenda a Nossa Senhora D. Constança Condeça de Alva huma marepouza de ouro com três esmeraldas [...] e com mais diamantes...”, Cf. *Ibidem*, Cód. 123, fl. 23.

⁸²⁹ “Em 6 de Dezembro de 732 deu de prenda a Nossa Senhora a Senhora Condeça de Alva hum vestido de setim branco guarnecido com hum rengalho e franjas de ouro que aproveitou de outro vestido que tinha dado a mesma Senhora de primavera branca.” Cf. *Ibidem*, Cód. 123, fl. 24.

⁸³⁰ “Em 5 de Dezembro de 730 deu de prenda a Nossa Senhora a Senhora D. Maria Thereza Irmã da Condessa de Alva hum anel de ouro com suas pedras finas.” Cf. *Ibidem*, Cód. 123, fl. 30.

⁸³¹ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. III, p. 226.

⁸³² Idem, *Ibidem*, p. 226.

⁸³³ Idem, *Ibidem*, p. 226.

⁸³⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fl. 58v.

⁸³⁵ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. III, p. 464.

⁸³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 465.

⁸³⁷ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fl. 70.

⁸³⁸ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. III, p. 454.

⁸³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 455.

infantes e os seus filhos legítimos⁸⁴⁰. Sabemos que se devotou a Nossa Senhora da Conceição, tendo enviado ofertas ao santuário de Vila Viçosa. Marcadas pela pontualidade, traduziram-se em sete laços de fita – três deles em prata – em 1731⁸⁴¹, e numa camisa de cambraia, semelhante a uma que a Régia Confraria enviara à camareira para curar uma patologia de que padecia o conde de Unhão, seu neto⁸⁴².

O título de conde de Coculim foi criado em 3 de maio de 1676 pelo príncipe D. Pedro, a favor de D. Francisco de Mascarenhas, filho dos marqueses de Fronteira⁸⁴³. Ao imaculismo estiveram ligados o segundo conde, D. Filipe, e a sua mulher, D. Catarina Úrsula de Lencastre: se o primeiro visitou todos os sábados a imagem da Imaculada Conceição, venerada no convento da Madre de Deus⁸⁴⁴, à segunda é possível associar a igreja matriz calipolense. A condessa, nos últimos anos de vida⁸⁴⁵, enviou algumas ofertas à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente dois ramos de flores e uma mariposa guarnecida de pedras preciosas (1732)⁸⁴⁶.

Em 10 de novembro de 1691, por carta de D. Pedro II, foi criado o título de conde das Galveias. O seu primeiro titular, D. Dinis de Melo e Castro, nasceu em Borba, em 1624, desde tenra idade serviu os duques de Bragança⁸⁴⁷ e destacou-se na Guerra da Restauração⁸⁴⁸. A família esteve ligada a Vila Viçosa, graças às propriedades que possuíam na região e aos foros de trigo que pagavam à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição⁸⁴⁹. D. Isabel de Bourbon, filha dos condes de Avintes e mulher de D. Pedro de Melo e Castro, ofereceu à referida irmandade um vestido de damasco e primavera

⁸⁴⁰ Ângelo Pereira, *As Camareiras-mores das Rainhas Portuguesas*, Lisboa, Tipografia Augusto Duarte, 1941, p. 5.

⁸⁴¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fls. 23-24.

⁸⁴² *Ibidem*, fl. 26.

⁸⁴³ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 530-531.

⁸⁴⁴ Frei António da Piedade, *Oração Funebre que nas Exequias do Excellentissimo Senhor D. Filipe Mascarenhas Segundo Conde de Coculim Celebradas pela Veneravel Ordem Terceira da Penitencia no Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Oficina da Música, 1735, p. 18.

⁸⁴⁵ D. Catarina Úrsula de Lencastre faleceu em 18 de agosto de 1745. Cf. António Caetano de Sousa, *Memorias Historicas, e Genealogicas... cit.*, p. 364.

⁸⁴⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 24.

⁸⁴⁷ Júlio de Melo e Castro, *História Panegyrica da Vida de Dinis de Mello de Castro, Primeyro Conde das Galveas do Conselho de Estado, & Guerra dos Serenissimos Reys Dom Pedro II e Dom João V*, Lisboa, Oficina de José Manescal, 1731, pp. 3-4.

⁸⁴⁸ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 631.

⁸⁴⁹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23, fl. 31.

bordado a ouro (1733), para o ornato da padroeira⁸⁵⁰. A imagem foi presenteada com um laço diademado de brilhantes e rubis, em 1738, pelo quarto conde, D. André⁸⁵¹. Este estava inscrito na Irmandade dos Escravos de Vila Viçosa, em 1743⁸⁵².

Em 2 de janeiro de 1608, foi criado o título de marquês das Minas por D. Filipe II, a favor de D. Francisco de Sousa⁸⁵³. No entanto, como este não usufruiu da mercê, o primeiro titular foi o seu neto e homónimo⁸⁵⁴. Esta casa alcançou particular renome com o seu segundo titular, D. António Luís de Sousa, que se destacou na Guerra da Sucessão de Espanha⁸⁵⁵. Se o referido marquês foi devoto de Nossa Senhor de Belém⁸⁵⁶, o seu neto, D. António Caetano Luís de Sousa, quarto marquês, teve em conta a devoção à padroeira, pois inscreveu-se na Real Confraria dos Escravos em 23 de dezembro de 1743⁸⁵⁷. No ano seguinte, entregou uma esmola de 240 réis à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição⁸⁵⁸.

Capítulo 3 – Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa. Devoção, património e rendimentos

3.1 – Vila Viçosa e as confrarias na época moderna

Durante a época moderna, Vila Viçosa conheceu dois momentos distintos: o primeiro, que vai até meados do século XVII, remete-nos para o florescimento comercial e cultural da localidade. O segundo, intrinsecamente ligado à entronização de D. João IV,

⁸⁵⁰ *Ibidem*, fl. 25.

⁸⁵¹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. IX, p. 538.

⁸⁵² Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56, fl. 6v.

⁸⁵³ Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil... cit.*, vol. II, p. 743.

⁸⁵⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 742.

⁸⁵⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 743.

⁸⁵⁶ José Barboza, *Panegyrico Funebre nas Exequias do Excellentissimo Senhor D. Antonio Luiz de Sousa, II Marquez das Minas, IV Conde do Prado, do Conselho de Estado, e Guerra, Governador das Armas da Provincia do Alemtejo, Etribeyro Mór da Rainha NS. Celebradas Pela Meza do Santissimo Sacramento da Freguesia de Santos a 29 de Janeyro de 1722*, Lisboa, Oficina da Música, 1722, pp. 23-26.

⁸⁵⁷ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56, fl. 15.

⁸⁵⁸ *Idem*, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 25, fl. 43.

conheceu alguma decadência com o afastamento da Corte ducal, levando a que se ofuscassem grande parte da sua dinâmica⁸⁵⁹. No entanto, apesar de a Restauração da Independência ter ditado a estagnação do desenvolvimento da vila⁸⁶⁰, sobram alguns redutos do seu período áureo, entre eles a magnificência da igreja matriz, que sempre foi estimada pelos monarcas da casa de Bragança.

Na primeira metade do século XVII, Francisco de Moraes Sardinha testemunhou a excelente localização da vila, próxima de Badajoz, Estremoz, Elvas, Évora, Olivença e Portalegre⁸⁶¹. Em meados da centúria, foi considerada um lugar aberto, com um castelo antigo, com uma cidadela moderna e uma muralha antiga e pouco defensável⁸⁶². Já no século XVIII, André Freire de Carvalho descreveu a localidade como detentora de formosos edifícios, nobres ruas, rodeada por uma deliciosa campina⁸⁶³. Com águas saudáveis e rica em hortas – onde havia todo o tipo de fruta –, a povoação dividia-se em cinco bairros, na primeira metade de seiscentos: Castelo, São Sebastião, Santa Luzia, Santo António e Santo Agostinho⁸⁶⁴.

Até ao século XVIII, o castelo e a praça velha tiveram um lugar central em Vila Viçosa, pois aí se localizavam os paços do concelho, a cadeia, o pelourinho, os açougues e as casas do trigo e da farinha⁸⁶⁵. No entanto, este espaço foi perdendo notoriedade a partir do século XVI, quando os duques de Bragança abandonaram a alcáçova e se transferiram para o paço do Reguengo, começando a vila a estruturar-se à sua volta⁸⁶⁶. O rossio assumiu-se também como um ponto de referência, por ser espaçoso e cheio de grandiosidade⁸⁶⁷. De facto, a vila cresceu bastante sob o patrocínio dos duques de

⁸⁵⁹ Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 29.

⁸⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁸⁶¹ Francisco de Moraes Sardinha, *O Parnaso de Vila Viçosa*, Rio de Janeiro, H. P. Comunicações Editora, 2003, pp. 128-129.

⁸⁶² Lisboa, B.A., 51-VIII-45, fl. 319.

⁸⁶³ António de Oliveira Freire, *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que Contém uma Exacta Relaçam de Suas Províncias, Comarcas, Cidades, Villas, Freguezias, montes, rios, portos com a sua situação, extensão, e limites, a qualidade de cada paíz, as fortalezas, o numero costumes, e commercio de seus habitantes, as principaes dignidades Ecclesiasticas, os títulos honoríficos de sua Nobreza, a serie, e acçoens mais famosas de seus Reys, e tudo o mais memorável desta antiga, e ilustre Monarchia*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739, p. 139.

⁸⁶⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 127-129.

⁸⁶⁵ Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, p. 30.

⁸⁶⁶ Francisco de Moraes Sardinha, *O Parnaso de Vila Viçosa... cit.*, p. 127; Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, pp. 30-32.

⁸⁶⁷ Francisco de Moraes Sardinha, *O Parnaso de Vila Viçosa... cit.*, p. 127.

Bragança, nomeadamente ao nível das instituições religiosas e assistenciais, estando este último aspeto esteve estreitamente associado à fundação da misericórdia⁸⁶⁸.

No século XVII, Vila Viçosa era abastecida frequentemente tanto de carne como de peixe. Estes eram destinados, em primeiro lugar, para a casa de Bragança, seguindo-se os mosteiros, a nobreza e, por último, o povo⁸⁶⁹. As crises cerealíferas fizeram-se sentir em diversas ocasiões durante a modernidade, o que levou o duque D. João II, em 1636, a criar um celeiro destinado à reserva de cereais⁸⁷⁰ – que, por vezes, era necessário importar de Castela⁸⁷¹. A vila estava bem servida pelos mais variados ofícios, como alfaiates, barbeiros, carpinteiros, espingardeiros, ferreiros, ourives e sapateiros⁸⁷². Também não faltavam as feiras: a de maio (de origem medieval), a de Santa Maria de Agosto e a de janeiro (criadas pelo duque D. Jaime, tendo a segunda surgido pela subtração de dias à primeira, excessivamente longa⁸⁷³). Em 1697, foi criado um mercado semanal, que se realizava à quarta-feira⁸⁷⁴.

Voltemos ao bairro do castelo, que, durante a época moderna, foi perdendo importância e centralidade em Vila Viçosa. No final do século XVIII, era habitado por gente pobre, mas manteve um último reduto da sua antiga importância⁸⁷⁵. Esse precioso trunfo foi a igreja de Nossa Senhora da Conceição, cuja grandiosidade, segundo António de Oliveira de Cadornega, se ficou a dever ao mecenato régio, especialmente ao do rei D. Sebastião⁸⁷⁶. A reforma da ermida gótica quatrocentista iniciou-se durante o governo de

⁸⁶⁸ Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, p. 31.

⁸⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 41.

⁸⁷⁰ Manuel Inácio Pestana, *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança*, Portalegre, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, 1982, p. 77.

⁸⁷¹ Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, p. 41.

⁸⁷² Segundo Manuel Inácio Pestana, em 1750 existiam os seguintes ofícios gerais: aguadeiros (1), albardeiros (1), alfaiates (18), almocreves (18), alvanéus (10), azeméis (14), barbeiros (14), borracheiros (2), boticários (3), cabeleireiros (2), cabeleiros (2), caçadores (1), cadeiros (2), calceteiros (2), caleiros (1), caminheiros (1), canteiros (2), cardadores (1), carpinteiros (16), carreteiros (1), cesteiros (1), cirurgiões (2), confeiteiros (1), cordoeiros (4), cortadores (3), cozinheiros (12), curtidores (12), entalhadores (3), ermitões (1), escultores (1), espadeiros (2), estalajadeiros (1), estampeiros (1), feitores (1), ferradores (3), ferreiros (4), forneiros (10), hortelões (7), lagareiros (3), livreiros (1), mercadores (7), mestre de meninos (1), odreiros (2), oleiros (1), ourives (4), padeiros (2), pastores (1), pintores (3), porteiros (1), prateiros (1), recoveiros (1), saboeiros (1), sangradores (2), sapateiros (33), seareiros (1), seleiros (2), serralheiros (4), sombreiros (3), surradores (7), tecelões (10), telheiros (3), tendeiros (2), tintureiros (1), torneiros (1), trabalhadores (32), trapeiros (1), vendedores (2), vestimenteiros (1), violeiros (1). Cf. Manuel Inácio Pestana, “Vila Viçosa no ano da morte de D. João V”, *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Série II, n.º 11, Évora, 1994-1995, pp. 423-425.

⁸⁷³ Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, p. 42.

⁸⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 42.

⁸⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 30.

⁸⁷⁶ António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa... cit.*, p. 24.

D. João I, duque de Bragança, pois as obras iniciaram-se em 1569. Essas intervenções arrastaram-se por vários anos, levando a que não estivessem concluídas quando D. João IV foi aclamado rei⁸⁷⁷.

A partir de 1641, as obras da igreja conheceram uma dinâmica mais acelerada: em 13 de fevereiro, o *Restaurador*, como mestre da ordem de Avis, determinou que o almoxarifado de Benavente, ou de Estremoz, enviasse 400.000 réis para as obras da igreja matriz de Vila Viçosa. A referida quantia deveria ser entregue ao empreiteiro da obra pelo São João, ou seja, no mês de junho⁸⁷⁸. Para compensar a falta de investimento, o monarca determinou que se canalizassem 277.540 réis dos sobejos do almoxarifado de Soure para o dito projeto⁸⁷⁹. No ano seguinte, os pagamentos conheceram nova feição, determinando-se que de Benavente saíam 1.000 cruzados respeitantes a anos anteriores, cabendo ao mesmo almoxarifado o pagamento de 200.000 réis anuais⁸⁸⁰.

Na verdade, as obras da igreja de Nossa Senhora da Conceição conheceram um grande atraso por falta do mecenato régio que D. Sebastião e D. Henrique haviam firmado e que foi, provavelmente, interrompido com a entronização dos Habsburgo em Portugal⁸⁸¹. Por as obras não terem andamento e por o Santíssimo Sacramento estar num estado pouco digno, os oficiais da câmara de Vila Viçosa, o prior e os beneficiados da referida igreja queixaram-se a D. João IV⁸⁸². Este teve em conta as queixas dos calipolenses e deu continuidade às obras, das quais ficou encarregado António de Cavide⁸⁸³, que colocou a direção da obra em praça pública⁸⁸⁴. O *Restaurador* procurou engrossar os rendimentos destinados ao restauro, através dos rendimentos da capela de Estevainha Gomes⁸⁸⁵, do convento de São Francisco, em Estremoz. No entanto, como

⁸⁷⁷ Apesar de as obras não estarem concluídas, a igreja reabriu ao culto em 1606, datando dessa altura alguns enterramentos cristãos. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. IX, p. 527.

⁸⁷⁸ Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 145.

⁸⁷⁹ *Ibidem*, fl. 135.

⁸⁸⁰ *Ibidem*, fl. 137.

⁸⁸¹ *Ibidem*, fl. 139.

⁸⁸² *Ibidem*, fl. 137.

⁸⁸³ *Ibidem*, fl. 147.

⁸⁸⁴ *Ibidem*, fl. 197.

⁸⁸⁵ Estevainha Gomes, natural de Veiros, instituiu a capela em 1483, ano do seu falecimento. Confirmada por D. Sebastião em 1576, viu os seus rendimentos canalizados para o hospital de Santo António dos Portugueses, em Madrid, durante o domínio filipino. Com as tensas relações entre portugueses e castelhanos, e não sendo possível enviar as quantias para Madrid, D. João IV procurou transferi-las para Viçosa. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. VIII, p. 124; Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 161.

estes estavam destinados ao referido espaço conventual, o monarca acabou por não dar seguimento à iniciativa⁸⁸⁶.

Apesar de contarem com o empenho de D. João IV, as obras continuaram marcadas por alguma lentidão. Em 4 de novembro de 1648, o conde de Cantanhede deu ordem ao almoxarife de Benavente para entregar a referida quantia a António de Cavide⁸⁸⁷, que relatou o atraso do pagamento⁸⁸⁸. Em 28 de janeiro de 1659, os pagamentos ainda não estavam regularizados, pois D. Afonso VI devia 24.300 réis a quem operou com tintas e ouro⁸⁸⁹. Houve necessidade de restaurar a igreja, especialmente a nave, pois esta foi atingida durante o cerco de 1665⁸⁹⁰. O mesmo sucedeu após o terramoto de 1 de novembro de 1755, quando a abóboda desabou, atingindo mortalmente vinte e nove mulheres⁸⁹¹. A imagem de Nossa Senhora da Conceição saiu ilesa, tendo ficado provisoriamente na capela do paço e o Santíssimo Sacramento na igreja de Santo António⁸⁹².

A igreja estava virada para ocidente, posição privilegiada para o aproveitamento da luz solar⁸⁹³. A fachada, de alvenaria e caiada de branco, era marcada pelo frontão triangular, em mármore⁸⁹⁴. No ângulo setentrional figurava uma sólida torre, quadrada e sobrelevada por uma longa agulha piramidal⁸⁹⁵, contendo quatro sinos, um do século XVII e os restantes da centúria seguinte⁸⁹⁶. O interior era constituído por três naves e cinco tramos de arcadas redondas apoiadas em colunas dóricas⁸⁹⁷. As suas paredes eram forradas de azulejos seiscentistas que, segundo Túlio Espanca, ali foram colocados por volta de 1642⁸⁹⁸. O primeiro ramo do templo era completamente preenchido pelo coro e

⁸⁸⁶ *Ibidem*, fls. 160-161.

⁸⁸⁷ *Ibidem*, fl. 162.

⁸⁸⁸ *Ibidem*, fl. 163.

⁸⁸⁹ *Idem*, 51-X-17, fl. 164.

⁸⁹⁰ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 263.

⁸⁹¹ Apesar de este facto ter ocorrido em período posterior ao do nosso estudo, consideramos pertinente referi-lo, de forma a provar que a igreja de Nossa Senhora da Conceição sofreu intervenções posteriores àquelas que a marcaram durante a segunda metade de seiscentos e a primeira de setecentos.

⁸⁹² Vila Viçosa, A.H.C.B., Direitos Extintos, N.N.G. 1189, ms. 1381, fl. 375.

⁸⁹³ Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. IX, p. 528.

⁸⁹⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 528.

⁸⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 528.

⁸⁹⁶ *Idem*, *Ibidem*, p. 529.

⁸⁹⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 529.

⁸⁹⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 530.

no terceiro figuravam as mesas-tribunas da Régia Confraria e da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição⁸⁹⁹.

A sacristia foi construída em 1643, após o alienamento da rua do Postigo⁹⁰⁰. Em relação à capela mor, cabe referir que era antecedida por um grande arco triunfal e a abóboda, enobrecida por elementos radiais, foi construída por volta de 1570⁹⁰¹. O retábulo, de talha dourada e policromada, foi construído na década de 1720, à custa das duas confrarias concepcionistas. O medalhão central era da veneração de Nossa Senhora, figurando nos restantes painéis figuras do presépio e a apresentação de Maria no templo⁹⁰². A capela tinha ainda os nichos do trono, para exposição do Santíssimo Sacramento, e o de Nossa Senhora da Conceição, imagem de roca, construída em pedra de Ançã e pintada sob a escultura, com o Menino Jesus ao colo⁹⁰³, que se encontrava fechada por uma grade de prata⁹⁰⁴.

Na segunda metade do século XVII, a igreja matriz de Vila Viçosa encontrava-se ornamentada com trinta bandeiras castelhanas, apreendidas pelos exércitos portugueses durante a Guerra da Restauração. Segundo frei Agostinho de Santa Maria, ainda se conservavam algumas hastes no primeiro quartel de setecentos⁹⁰⁵. O templo era também muito procurado pelos devotos para o pagamento de promessas, dada a fama milagrosa de Nossa Senhora da Conceição, resultando daí as diversas imagens de cera e as mortalhas que se encontravam expostas nas suas paredes⁹⁰⁶.

Um dos muitos casos milagrosos da imagem remete-nos para o reinado de D. João IV, quando Manuel Lopes, que estava cego há dez meses, pediu à padroeira que lhe devolvesse a visão. Conseguindo-o, logo se considerou tratar-se de um milagre⁹⁰⁷. O padre Tomé Álvares Velho foi encarregado pelo Cabido da Sé de Évora de apurar aquela ocorrência⁹⁰⁸, durante a Quaresma de 1654. Com o objetivo de qualificar o milagre, ouviu

⁸⁹⁹ As tribunas só poderiam estar nos referidos locais no final do século XVII, pois a confraria dos Escravos foi criada no último quartel de seiscentos. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 531.

⁹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 536.

⁹⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 534.

⁹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 534.

⁹⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 535.

⁹⁰⁴ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, p. 201.

⁹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 201.

⁹⁰⁶ António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa... cit.*, p. 24.

⁹⁰⁷ Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 156.

⁹⁰⁸ Em 1632, o padre Tomé Álvares Velho desempenhava as funções de capelão da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. É provável que exercesse essas funções à data do referido milagre.

diversas opiniões, nomeadamente os médicos de Vila Viçosa, assim os lentes de teologia eborenses – jesuítas, dominicanos e franciscanos –, acabando por validar a ocorrência⁹⁰⁹. O clérigo sugeriu ao *Restaurador* que se festejasse o milagre na festa de 8 de dezembro e que o sermão fosse pregado pelo deão da capela do paço⁹¹⁰.

Ainda sobre o espaço devocional, importa referir as características das seis capelas, que se encontravam nos planos laterais. A de maior vulto era a que guardava o Santíssimo Sacramento, estando bastante enobrecida⁹¹¹. Terminada em 1643, foi adquirida por António Cavide, que tencionou aí fazer o seu jazigo familiar, o que não se concretizou, por o secretário ter sido sepultado na igreja da Penha de França, em Lisboa⁹¹². Na centúria seguinte, o mesmo espaço foi adquirido pela casa das Galveias e o seu segundo conde, D. Pedro de Melo e Castro, aí foi sepultado em 1738⁹¹³. As restantes, pelos oragos que tinham, estavam certamente associadas às irmandades sediadas na igreja, como era o caso das capelas do Santíssimo Nome de Jesus, de Santo António, de São Pedro, de São José e da Santíssima Trindade⁹¹⁴.

A igreja matriz de Vila Viçosa albergava várias confrarias na época moderna. Além das que estavam associadas às capelas mencionadas, existiam ainda as da Costa Andrina, a de Santa Maria, de Nossa Senhora do Carmo e as de Nossa Senhora da Conceição e dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição⁹¹⁵. As confrarias marcaram profundamente as épocas medieval e moderna, pois a elas estiveram estreitamente relacionados diversos aspetos culturais e assistenciais. Segundo Maria Ângela Beirante, estas tiveram como antecedentes os *collegia* romanos e as *gildas* germânica⁹¹⁶. Os primeiros caracterizavam-se pela realização periódica de banquetes e estavam ligados a um patrono benfeitor, e as segundas, embora não tivessem chegado ao território peninsular, possuíam algumas semelhanças com os compromissos das confrarias⁹¹⁷.

Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 9, fl. 1.

⁹⁰⁹ Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 156.

⁹¹⁰ *Ibidem*, fl. 157.

⁹¹¹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. IX, p. 531.

⁹¹² *Idem*, *Ibidem*, p. 531.

⁹¹³ *Idem*, *Ibidem*, p. 531.

⁹¹⁴ *Idem*, *Ibidem*, pp. 532-533.

⁹¹⁵ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 127.

⁹¹⁶ Maria Ângela Beirante, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Edição da Autora, 1990, p. 4.

⁹¹⁷ A título de exemplo, referimos as antigas *gildas* que existiam, durante o século XIII, nos reinos escandinavos. A referida região foi cristianizada tardiamente, refletindo essas irmandades de mútuo socorro

Inicialmente, a igreja olhou para estas associações com alguma desconfiança, pois as suas características não assentavam no catolicismo. No entanto, acabou por as cristianizar e fomentou a sua criação, nos séculos IX-X, junto dos mosteiros, sendo constituídas por membros laicos e, com a reforma gregoriana, estabeleceram-se irmandades mistas⁹¹⁸. A partir do século XIII, as confrarias foram difundidas através das ordens mendicantes, muitas delas dedicadas à Virgem Maria – as mais antigas surgiram na Catalunha, ainda durante o século XII⁹¹⁹. Os objetivos religiosos das confrarias medievais passavam por atividades de cariz funerário e cultural⁹²⁰. De facto, a historiografia recente tem definido as confrarias como “associações de fiéis constituídas organicamente com o fim de exercerem obras de piedade ou caridade e de promoverem o culto público⁹²¹.”

As confrarias estiveram associadas, muitas vezes, aos mais desfavorecidos, assistindo os seus irmãos em situações de fome, doença, pobreza ou cativeiro⁹²². Estas associações não descuravam questões relacionadas com a devoção ou a morte, destacando-se o seu papel no apoio dos peregrinos ou nos enterros⁹²³. Em relação à morte, o aspeto assistencial mais importante, as irmandades acompanhavam de perto a doença e o perecimento dos seus confrades, através da realização de orações e vigília⁹²⁴. Cabia-lhes igualmente tratar das missas por alma do defunto e do próprio funeral, no qual a confraria participava com o seu pendão e com duas tochas a ladeá-lo. Os funerais dos irmãos ou dos seus familiares próximos eram gratuitos, estando os restantes sujeitos a

aspetos como a assistência na necessidade, a pacificação dos litígios e a proteção dos associados contra terceiros. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁹¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 6.

⁹¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 6.

⁹²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 38-39.

⁹²¹ Pedro Pentead, “Confrarias”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História... cit.*, A-C, p. 459.

⁹²² Idem, *Ibidem*, p. 460.

⁹²³ Idem, *Ibidem*, p. 460.

⁹²⁴ Isabel Drumond Braga, “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”, *Revista Tempo*, vol. 20, Niterói, 2014, p. 3.

pagamentos⁹²⁵. A maioria destas associações ficaram associadas às festas do seu patrono, como adiante teremos oportunidade de ver⁹²⁶.

Em relação à Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, esta assumiu um papel predominante na devoção imaculista durante a época moderna, embora não possamos determinar com rigor quando esta foi fundada⁹²⁷. Já existia no século XV, pois vários documentos que lhe dizem respeito remetem para o reinado de D. João II, nomeadamente para contratos de aforamento, redigidos a partir de 1485⁹²⁸. Foi sob a proteção da casa de Bragança que se deu a sua consolidação como uma das mais importantes irmandades calipolenses: os duques contribuía e participavam na festa de 8 de dezembro⁹²⁹ e eram juízes da mesma antes de 1640⁹³⁰. Não havia um número limite

⁹²⁵ Sobre estas questões cf. Georgina Silva dos Santos, *Ofício e Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005, p. 189. Juan Ignacio Pulido Serrano, “Hermmandades portuguesas fuera de Portugal (siglos XVI-XVIII)”, in Maria da Graça A. Mateus Ventura, *O Associativismo. Das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Americana, 2006, pp. 46-49. Maria Ângela Beirante, *As Antigas Confrarias da Vila de Cabeção: Espelho da Sua Vida Social*, s.l., Edição da Autora, 2011, p. 73. Maria de Fátima Reis, *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 503. Maria João Pereira Coutinho e Sílvia Ferreira, “As Irmandades da Igreja de São Roque: tempo, propósito e legado”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano III, n.º 5-6, Lisboa, pp. 209-210. Maria Marta, Lobo de Araújo, “A confraria de São Pedro da Gafanhoeira, entre a aurora e o entardecer”, *Cadernos do Noroeste: Série História*, vol. 15, n.º 2, Braga, 2001, pp. 365-366. Ricardo Pessa de Oliveira, “Para o Estudo da Irmandade de São Pedro Mártir no final do século XVIII”, in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães “Do Absolutismo ao Liberalismo”*, vol. I, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 513-514.

⁹²⁶ Pedro Penteado, “Confrarias” ... *cit.*, p. 463.

⁹²⁷ O marquês de São Paio referiu que a confraria havia sido criada, segundo a tradição, por D. Nuno Álvares Pereira. Para isso teria sido instituída, supostamente, uma Comissão perpétua de três membros (Juiz, Escrivão e Tesoureiro), a quem cabia administrar os bens referentes ao culto de Nossa Senhora da Conceição. Cf. António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ... *cit.*, pp. 7-8.

⁹²⁸ A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 1, fls. 1-6.

⁹²⁹ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança* ... *cit.*, pp. 381-382.

⁹³⁰ Este desempenho de funções não foi caso único na história portuguesa. Também os duques de Aveiro foram provedores da Misericórdia da vila de onde lhes advinha o título. Em 1655, D. Raimundo de Lencastre desempenhava as referidas funções. Cf. Inês Amorim, “Misericórdia de Aveiro e Misericórdias da Índia no século XVII. Procuradores de defuntos”, In *Atas do I Congresso Internacional do Barroco* ... *cit.*, p. 118.

para a admissão de irmãos⁹³¹ e a vida da irmandade assentava em três pilares: o juiz, o escrivão e o tesoureiro⁹³².

A Mesa da Régia Confraria era constituída pelos referidos elementos, eleitos para o exercício das suas funções⁹³³. Os cargos eram vitalícios, e assim continuaram após a confirmação de D. João IV⁹³⁴. Caso falecesse algum irmão, era sucedido pelo que se lhe seguia na lista de eleição, devendo o monarca ser informado dentro de um mês⁹³⁵. Os irmãos eram apologistas deste sistema, pois consideravam que esta era a melhor forma para gerir a confraria, procurando evitar cisões e outros aspetos nocivos à mesma⁹³⁶. Após 1640, os monarcas tinham um peso muito grande na escolha dos mesários, pois os irmãos enviavam-lhe uma carta com os nomes que consideravam aptos para desempenhar funções. Estes tinham que ser ricos, dignos e zeladores da fé católica⁹³⁷.

⁹³¹ Em algumas confrarias, as limitações à entrada de membros eram várias. Em Pico de Regalados, no arcebispado de Braga, podiam-se inscrever tanto os locais como os de fora, não sendo, no entanto, permitido aos pobres inscreverem-se. A jóia variava com a idade do interessado na inscrição, ficando este habilitado, caso entrasse, a usufruir das graças e indulgências da confraria. Em Braga, as confrarias de Nossa Senhora da Boa Memória, de São Tomás, do Santíssimo Sacramento e de São Pedro dos Clérigos, sediadas na Sé, tinham por irmãos a população mais distinta da cidade. Advertimos igualmente para o facto de em algumas confrarias haver predominância masculina, embora não nos seja possível apurar se tal sucedia com a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição. Em Setúbal, a Confraria do Santíssimo Sacramento era composta por homens, ao passo que a de Nossa Senhora do Carmo recebia muitas mulheres. Em alguns casos era necessário provar-se que se era limpo de sangue para se ingressar na irmandade. Ou seja, tinha que se demonstrar que nem o interessado nem os seus antepassados eram cristãos-novos. Assim sucedeu com a irmandade de São Jorge, em Lisboa, e da Ave-maria, em Santarém. No caso das irmandades que admitiam apenas membros do Tribunal do Santo Ofício, não havia necessidade de provar essa limpeza de sangue. Sobre estas questões Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *A Confraria do Santíssimo Sacramento do Pico dos Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, 2001, pp. 33-34. Paula Alexandra de Carvalho Sobral Gomes, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarense no Século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 164-166. Laurinda Abreu, “Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, Vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 5-12. Georgina Silva dos Santos, *Ofício e Sangue... cit.*, p. 189. Maria de Fátima Reis, “A Confraria da Avé-Maria do Convento de São Bento de Santarém: afirmação e prestígio dos estatutos de limpeza de sangue”, in Luís Filipe Barreto et. al. (coord.), *Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa-São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 225-230. Ricardo Pessa de Oliveira, “Para o Estudo da Irmandade”... *cit.*, p. 519.

⁹³² Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 130.

⁹³³ Idem, *Ibidem*, p. 130.

⁹³⁴ Em algumas confrarias, a renovação dos mesários era constante. No caso de Pico de Regalados, as eleições eram anuais e realizavam-se na festa do patrono, que se fazia no terceiro domingo de julho. Os confrades não podiam exercer funções em anos consecutivos – se o fizessem, teriam de pedir autorização ao arcebispo de Braga. A eleição era feita antes da missa da festa, votando primeiro os da Mesa, seguindo-se os confrades mais velhos, os mais novos e os que cessavam funções. Elegiam-se cinco pessoas: juiz, escrivão, secretário, tesoureiro e mordomo. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *A Confraria do Santíssimo Sacramento... cit.*, pp. 33-34.

⁹³⁵ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 130.

⁹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 130.

⁹³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 131.

Após eleger os mesários, era-lhes dado o juramento, através do capelão, assim como o compromisso para administrarem dignamente a confraria⁹³⁸. O cargo mais importante cabia ao juiz, que devia zelar pelo bom funcionamento da irmandade, vigiando tudo o que lhe dizia respeito e dando o exemplo aos restantes mesários e confrades⁹³⁹. O escrivão, responsável por toda a documentação, recebia um inventário dos bens da instituição, cabendo-lhe mantê-lo permanentemente atualizado, sucedendo o mesmo com os foros, rendas e esmolas⁹⁴⁰. Ao tesoureiro, clérigo do hábito de São Pedro, cabia cuidar dos objetos vocacionados para o ornato da imagem de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente os vestidos e os toucados⁹⁴¹. Estava igualmente responsável pela cobrança dos foros, rendas e outras fontes de rendimento da confraria⁹⁴².

A confraria contava ainda com dois elementos muito importantes: o capelão e o andador. O primeiro deveria ter boa reputação, vida exemplar e pertencer à ordem de São Pedro⁹⁴³. Era assalariado bianualmente e o papel que desempenhava na irmandade era o de cantar as missas dos sábados pelos monarcas e rezar as dos dias de Nossa Senhora⁹⁴⁴. Em relação ao segundo, tinha de deter excelentes características morais, como a fidelidade e os bons costumes⁹⁴⁵. O seu papel passava essencialmente por auxiliar o tesoureiro, guardando consigo objetos culturais da confraria, não tendo, de acordo com os estatutos de 1696, um salário estipulado⁹⁴⁶.

Os irmãos da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa contavam com uma série de indulgências e privilégios que lhe foram concedidos no final do século XVI pela Santa Sé e pelo arcebispado de Évora⁹⁴⁷. A listagem de benesses foi redigida pelos cardeais que presidiam a Arquiconfraria da Caridade de Roma, seguindo as diretrizes traçadas pelo papa Leão X e confirmadas por Sisto V⁹⁴⁸. Não se tratou de um

⁹³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁴² Idem, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁹⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁹⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁹⁴⁷ *Summario das Indulgencias, Previlegios, Graças, Favores, Immunidades, Liberdades, indultos, & outras diversas concessões assi Spirituaes como temporaes concedidas & outorgadas per autoridade Apostolica aos Officiaes, Irmãos, Confrades, e bemfeitores da cõfraria de nossa Senhora da Conceiçam instituyda na igreja Matrix de Villa Viçosa, per uniam da comunicação da sancta & venerável Archiconfraria da Charidade da cidade de Roma, & extensam d' seus previlegios dos quaes goza como membro seu que hé*, Évora, Martim de Burgos, 1590, p. 1.

⁹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 1-2.

caso isolado na cristandade, pois seguiu o modelo de várias irmandades e hospitais, grande parte deles romanos: Imagem do Salvador, Espírito Santo, Nossa Senhora do Pópulo, Santiago, São João Batista, São Cosme e São Damião⁹⁴⁹.

Aos oficiais, irmãos e benfeitores da referida confraria foi permitido exhibir as letras apostólicas sempre que necessário⁹⁵⁰. Além disso, não havia qualquer tipo de impedimento a quem quisesse deixar os seus bens, total ou parcialmente, em vida ou em testamento, à irmandade calipolense⁹⁵¹. Era-lhes permitido deixar à confraria foros e rendas, sendo que esta os teria de manter, pelo menos, durante vinte anos⁹⁵². Ficou estipulado que os clérigos poderiam deixar-lhe os seus bens, não havendo objeções ao facto de pertencerem a ordens sacras ou de serem abades, bispos ou patriarcas, assim como também não havia impedimento da receção de bens que pertencessem a outros eclesiásticos⁹⁵³. Caso os tabeliães procedessem contrariamente às disposições testamentárias de se deixarem bens à irmandade, deveriam ser excomungados e exonerados do seu cargo⁹⁵⁴.

O leque de privilégios concedidos aos irmãos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi bastante vasto. Qualquer pessoa, secular ou religiosa, poderia ser admitida na confraria, ficando à sua consignação a esmola que deveria dar na entrada e anualmente⁹⁵⁵. Os confrades podiam escolher livremente o seu confessor, podendo este absolvê-los uma vez na vida todos os seus pecados e comutar-lhes diversas penitências, desde que estas se convertessem em obras pias a favor da confraria⁹⁵⁶. No *Summario das Indulgencias*, surgiu como exemplo dessa comutação os votos que muitos fiéis faziam a Santiago de Compostela ou a Nossa Senhora de Guadalupe⁹⁵⁷: como não

⁹⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 2.

⁹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 2.

⁹⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 2.

⁹⁵² Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁹⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁹⁵⁵ Não sabemos se estas medidas, instituídas no final do século XVI, estariam ainda em vigor durante a primeira centúria em que a casa de Bragança governou Portugal. Se é verdade que não encontramos nada que atribuisse um carácter obsoleto a estes privilégios, há que ter em conta que Maria Marta Lobo de Araújo considerou a Régia Confraria como “de elite”. Seria assim tão banal o acesso à irmandade no final do século XVII? Não podemos apresentar dados concretos, uma vez que o Compromisso de 1696 se encontra em parte incerta. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 130.

⁹⁵⁶ *Summario das Indulgencias, Previlegios...* *cit.*, pp. 3-4.

⁹⁵⁷ Os santuários de Santiago de Compostela e de Nossa Senhora de Guadalupe, como teremos oportunidade de verificar no quarto capítulo deste estudo, situavam-se na Galiza e na Extremadura castelhana, respetivamente. Ambos tiveram grande impacto na religiosidade peninsular: o primeiro, especialmente na época medieval; o segundo destacou-se no períodos tardo-medieval e moderno. No que respeita a

tinham recursos para cumprir as promessas feitas, o seu confessor autorizava-os a fazer esse pagamento junto da Imaculada Conceição⁹⁵⁸.

Como vimos, as questões da morte estiveram relacionadas com as confrarias durante a época moderna, cabendo a estas cuidar do tratamento dos defuntos, providenciando o enterro e as missas por alma⁹⁵⁹. As confrarias modernas tiveram um papel importante nas questões respeitantes ao culto dos mortos⁹⁶⁰ e a irmandade calipolense teve a seu cargo alguns enterramentos na época moderna⁹⁶¹. No entanto, como teremos oportunidade de ver mais adiante, a confraria em estudo não primou pelo sepultamento dos seus irmãos. Estaria este aspeto adstrito a outras irmandades, nomeadamente a Misericórdia de Vila Viçosa, instituição indissociável da assistência aos enfermos⁹⁶²?

Outro privilégio de que os irmãos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição gozavam dizia respeito à alimentação. A igreja ordenava que se não consumisse uma série de alimentos durante os períodos de jejum (a quaresma, por exemplo), o que, no entanto, poderia não constituir um entrave para os confrades da referida instituição. Os confrades poderiam comer ovos, manteiga, queijo e leite e, se o médico ou o confessor o aconselhasse, e poderiam consumir carne em condições muito excecionais, que nos remetem para enfermidades⁹⁶³. Por vezes o consumo de carne era interdito nos dias de jejum, sendo esta substituída pelo peixe, variando a regulamentação do seu consumo a nível diocesano⁹⁶⁴.

Os irmãos contavam ainda com uma série de indulgências e remissões, muitas delas marcadas pelas visitas à igreja matriz. O papa Sisto V concedeu aos confrades e benfeitores da irmandade o privilégio de salvarem uma alma do fogo do purgatório se mandassem dizer missa no altar do templo, livrando também a sua. Além disso, tiravam

comparações entre os dois santuários cf., sem prejuízo de outros, Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, pp. 62-63.

⁹⁵⁸ *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, p. 4.

⁹⁵⁹ Maria Teresa de Moura Benedito Gomes, *A Confraria de Nossa Senhora da Ameixoeira nos séculos XVI e XVII e os poderes locais*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 94-95.

⁹⁶⁰ Pedro Penteado, "Confrarias", in Carlos Azevedo Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 460.

⁹⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁹⁶² Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, pp. 227-290.

⁹⁶³ *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, p. 4.

⁹⁶⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, "Quaresma", in Carlos Azevedo Moreira, *Dicionário de História Religiosa... cit.*, P-V, pp. 86-87. Isabel Drumond Braga, *Do Primeiro Almoço À Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004, pp. 43-44.

tantas almas quantas missas fossem rezadas – para os irmãos seculares bastava rezá-las⁹⁶⁵. O mesmo sucedia com os confrades que visitassem o templo todas as quartas feiras e domingos, tendo-lhes o santo padre recomendado que, quando visitassem a capela, encomendassem as almas dos seus pais à Virgem Maria⁹⁶⁶.

Os visitantes da igreja alcançavam indulgência plenária nas segundas-feiras do ano, salvando almas do purgatório se visitassem a Imaculada Conceição na primeira semana e no terceiro domingo da Quaresma, de Ramos e da Septuagésima, sucedendo o mesmo na quinta feira de Pentecostes⁹⁶⁷. Contavam também com diversos privilégios, caso visitassem outras igrejas de renome da cristandade, nomeadamente em Roma e Jerusalém, durante o Advento, Quaresma, Páscoa, Pascoela e Pentecostes⁹⁶⁸. No entanto, a maioria das benesses estavam discriminadas em várias datas do calendário litúrgico.

Quadro II - Tipos de indulgências, em datas fixas, concedidas à Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1590)

Indulgência	Número
Indulgência plenária	69
Anos de perdão, quarentenas e remissão total ou parcial dos pecados	28
Almas tiradas do fogo do Purgatório	18
Jubileu pleníssimo/ grandes indulgências	14
Total	129

Fonte: *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, pp. 8-11.

Ao analisarmos o quadro acima, verificamos que a tipologia de indulgência predominante remete para a plenária, figurando 69 vezes no calendário litúrgico. Seguiam-se os anos de perdão, quarentenas e a remissão dos pecados, abarcando estas benesses uma grande diversidade de situações: os anos perdoados variavam entre os 300

⁹⁶⁵ *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, p. 4.

⁹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁹⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 4-5.

⁹⁶⁸ Em Roma, constavam as igrejas de São Marcos, São Cosme e São Damião, São Nicolau, São Crisóstomo, São Marcelo, Santa Apolónia, São João de Latrão, São Paulo e de Santa Anastácia de Sírmio. Em relação a Jerusalém, apenas encontrámos referência à igreja de Santa Cruz. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 5- 8.

e os 28.000, assemelhando-se-lhes as quarentenas⁹⁶⁹. Em menor número figuravam as almas salvas do Purgatório, assim como o jubileu pleníssimo e as grandes indulgências⁹⁷⁰.

Em relação à primeira indulgência, verificamos que coexistia com outras, nomeadamente em 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora da Purificação, alcançando-se jubileu pleníssimo e salvando-se uma alma⁹⁷¹. Em 8 de maio, dia da aparição de São Miguel, alcançava-se jubileu pleníssimo e quem visitasse a igreja matriz salvava uma alma⁹⁷², sucedendo o mesmo na festa de Nossa Senhora da Estrela, em oito de setembro⁹⁷³. Além disso, as datas estavam devidamente discriminadas, repartindo-se pelos vários meses do ano. A respeito desta questão, veja-se o quadro seguinte:

⁹⁶⁹ *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, pp. 8-11.

⁹⁷⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 8-11.

⁹⁷¹ *Idem, Ibidem*, p. 8.

⁹⁷² *Idem, Ibidem*, p. 9.

⁹⁷³ *Idem, Ibidem*, p. 10.

Quadro III – Indulgências concedidas à Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, distribuídas pelos vários meses do ano (1590)

Mês	Número
Janeiro	15
Fevereiro	9
Março	7
Abril	6
Maio	8
Junho	10
Julho	14
Agosto	18
Setembro	14
Outubro	4
Novembro	12
Dezembro	12
Datas Móveis	78
Total	207

Fonte: *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, pp. 6-11.

Ao analisarmos o quadro acima, verificamos que as indulgências outorgadas em datas fixas se sobrepunham às móveis, embora inúmeras benesses estivessem associadas à Quaresma e à Páscoa⁹⁷⁴. Em relação às datas fixas, verificamos que os números mensais oscilaram entre os quatro e os dezoito privilégios, cabendo estes aos meses de outubro e de agosto, respetivamente⁹⁷⁵. Embora não seja possível confirmar se todas as indulgências concedidas à referida irmandade no final do século XVI se repercutiram nas centúrias seguintes, sabe-se que a igreja matriz de Vila Viçosa foi frequentada pelos devotos de Nossa Senhora da Conceição.

⁹⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 6-8.

⁹⁷⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 8-11.

3.2 – Espaços de devoção e meios de circulação do imaculismo

Na época moderna, em Portugal, a devoção mariana adquiriu uma importância assinalável, sob diversas invocações. Uma das mais requisitadas foi a da Conceição, destacando-se essa devoção um pouco por todo o Alentejo. Embora fosse a imagem de Vila Viçosa a ser declarada padroeira de Portugal, a verdade é que o imaculismo também esteve presente noutras vilas e cidades alentejanas. Em Sousel, Nossa Senhora da Conceição era venerada na igreja matriz⁹⁷⁶, através de um retábulo seiscentista de um altar lateral⁹⁷⁷. Na Sé de Elvas, dedicada à Assunção da Virgem Maria, havia um altar de mármore com várias cores, que possuía um retábulo pintado em tela e representando a padroeira⁹⁷⁸.

Na cidade de Portalegre, o imaculismo fazia-se sentir na igreja do convento de São Bernardo, cujo orago era a referida invocação⁹⁷⁹, e no templo de Santiago, cujo altar lateral, do lado do evangelho, era dedicado à padroeira⁹⁸⁰. Este possuía uma pintura setecentista, classificada por Luís Keil como medíocre⁹⁸¹. Em Monforte também lhe foi dedicada uma ermida, construída no século XVII e sita fora da muralha da vila, encontrando-se o seu interior revestido de azulejos da mesma época⁹⁸². Em Olivença e em Alter do Chão, o imaculismo fez-se sentir, através das imagens de roca na igreja da Madalena e da ermida de Nossa Senhora da Conceição, respetivamente⁹⁸³.

Em Arraiolos, a Virgem Imaculada era venerada na vila e no seu termo. No primeiro caso, destaque-se a imagem seiscentista de madeira dourada e policromada, venerada no convento dos Loios⁹⁸⁴, assim como num dos altares da igreja matriz, datado de 1755⁹⁸⁵. O segundo caso remete para a igreja da Gafanhoeira, onde se venerava uma

⁹⁷⁶ Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. I, p. 154.

⁹⁷⁷ O culto à padroeira também estava presente na capela do Espírito Santo, sita na mesma vila, através de uma lápide de mármore, cuja inscrição dizia que a Virgem Maria havia sido concebida sem pecado original. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 155.

⁹⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 67.

⁹⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 139.

⁹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁹⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 139.

⁹⁸² Idem, *Ibidem*, p. 102.

⁹⁸³ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, pp. 505-524.

⁹⁸⁴ No adro do mesmo convento havia uma fonte de mergulho quinhentista de Nossa Senhora da Conceição. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VIII, pp. 18-19.

⁹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 6.

imagem com características seiscentistas⁹⁸⁶. À semelhança de Arraiolos, a padroeira também foi venerada na vila e no termo de Estremoz. Na localidade era venerada, além da ermida dos Olivais e dos conventos de São João da Penitência e da Congregação do Oratório, já referidos neste estudo, no convento de São Francisco, através de uma imagem do século XVII⁹⁸⁷.

Na ermida de Nossa Senhora do Socorro, situada no rossio de São Brás, em Estremoz, existia uma imagem de madeira estofada de inícios de setecentos⁹⁸⁸, datando da mesma altura a que se venerava na igreja de Santo André⁹⁸⁹. No convento de Santo António dos Capuchos, a Imaculada Conceição era venerada através de uma imagem do século XVIII, sendo sua contemporânea uma outra, colocada num nicho de mármore, sito na rua dos Currais⁹⁹⁰. A igreja matriz de Santo António dos Arcos possuía duas imagens da padroeira: uma barroca, setecentista, e outra de roca, nobremente vestida e sem data⁹⁹¹.

Em Évora Monte, venerava-se na igreja matriz uma imagem setecentista da padroeira, de madeira e com estofamento romano. Esta veio substituir uma mais antiga, fabricada em lenho dourado, no século XVI⁹⁹². No termo da vila, era também cultuada em Nossa Senhora do Freixo, através de representações de madeira estofadas na igreja matriz e na ermida de São Gonçalo, na herdade do Picarrel⁹⁹³. Em São Bento do Mato, a padroeira estava representada num painel de azulejos da igreja de Nossa Senhora da Boa Fé, e em imagens na ermida de Nossa Senhora da Conceição, na igreja de São Bento e na capela do monte da Barroseira⁹⁹⁴. As matrizes de Évora Monte e do Alandroal alteraram o seu orago para o da Imaculada Conceição após 1646, sendo que a primeira era dedicada a Santa Maria⁹⁹⁵ e a segunda a Nossa Senhora da Graça⁹⁹⁶.

Em Juromenha, na ermida de São Lourenço e em Terena, na ermida de Santa Margarida, veneravam-se imagens setecentistas da padroeira⁹⁹⁷. Em Montemor-o-Novo,

⁹⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 34.

⁹⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 34.

⁹⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 186.

⁹⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 120.

⁹⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 93.

⁹⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 214.

⁹⁹² Idem, *Ibidem*, p. 229.

⁹⁹³ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. IX, p. 325.

⁹⁹⁴ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VII, pp. 354-361.

⁹⁹⁵ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VIII, pp. 229.

⁹⁹⁶ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. IX, pp. 9-10,

⁹⁹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 43-61.

a igreja de Santa Sofia possuía uma representação de madeira estofada⁹⁹⁸, ao passo que os conventos de Nossa Senhora da Conceição e de Santo Agostinho também a veneravam, através de imagens⁹⁹⁹. A vila possuía ainda uma fonte de azulejos setecentistas, evocativos da padroeira. Era a fonte mais antiga de Montemor e nela se encontrava a placa votiva de 1646¹⁰⁰⁰. A igreja matriz de Cabrela era dedicada à Imaculada Conceição e nela existia uma pintura popular seiscentista¹⁰⁰¹.

Em Monsaraz e no seu termo, o imaculismo fez-se sentir nas ermidas de Santo Amador e de Nossa Senhora da Piedade (Reguengos), bem como na igreja de São Pedro (Corval), através de imagens estofadas dos séculos XVII e XVIII¹⁰⁰². Em Viana do Alentejo, a padroeira era venerada através de uma imagem sita na igreja matriz¹⁰⁰³, ao passo que em Alcáçovas era-lhe dedicada a capela do paço dos Henriques¹⁰⁰⁴. Em Oriola, existia uma imagem do século XVIII na igreja matriz¹⁰⁰⁵, e Portel possuía uma capela dedicada à padroeira, no convento de Nossa Senhora do Socorro¹⁰⁰⁶.

Na igreja matriz do Redondo existia uma pintura da Imaculada Conceição, ao passo que em Mourão esta devoção se fez sentir na matriz e na capela de São Francisco, com imagens estofadas do século XVIII, e na igreja de São Brás da Granja, através de uma pintura alegórica¹⁰⁰⁷. Em Borba, a padroeira era venerada no convento das Servas, que possuía uma imagem de roca, e no oratório da casa nobre dos Morgados Cardosos, que tinha quatro imagens (duas de marfim e duas de madeira estofada, dos séculos XVII e XVIII)¹⁰⁰⁸. Em Vila Viçosa, além da igreja matriz, havia imagens e pinturas da Virgem Imaculada e nos conventos das Chagas e de Santa Cruz¹⁰⁰⁹, bem como na capela existente na casa professa de São João Evangelista¹⁰¹⁰.

⁹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 351.

⁹⁹⁹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VIII, p. 369. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, pp. 119-124.

¹⁰⁰⁰ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VIII, p. 371.

¹⁰⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 387-389.

¹⁰⁰² Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. IX, pp. 351-405

¹⁰⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 472.

¹⁰⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 491.

¹⁰⁰⁵ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. IX, p. 247.

¹⁰⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 213.

¹⁰⁰⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 174-191.

¹⁰⁰⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 106-137.

¹⁰⁰⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 560-691.

¹⁰¹⁰ Túlio Espanca, "Mosteiros de Vila Viçosa", *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Série I, n.º 53-54, Évora, 1970, p. 57.

A devoção à padroeira de Portugal esteve presente em múltiplas igrejas e conventos eborenses, tanto na própria cidade como nas aldeias do seu termo. Assim, existiam imagens e pinturas dos séculos XVI a XVIII na Catedral e nas igrejas de Nossa Senhora da Cabeça, Nossa Senhora da Misericórdia, Santo Antão, São Brás e São Francisco¹⁰¹¹. A Imaculada da Conceição figurou entre as devoções de vários espaços conventuais de Évora, nomeadamente os do Calvário, Espinheiro, Loios, Salvador, Santa Clara, Santo António da Piedade e São Paulo¹⁰¹². No termo da cidade, era venerada em Torre de Coelheiros, na capela de Montes Claros; em Nossa Senhora da Graça do Divor, na igreja matriz; na capela da quinta de Nossa Senhora da Conceição, sita na zona rural da freguesia da Sé; na ermida dedicada à padroeira, em São Sebastião da Giesteira e em Nossa Senhora de Machede, na igreja matriz¹⁰¹³.

Sob a invocação da Imaculada Conceição estava o convento de Beja, já referido neste estudo¹⁰¹⁴. Em Beringel, a padroeira era orago de um templo, provavelmente fundado em consequência do juramento de D. João IV¹⁰¹⁵. Em Ferreira do Alentejo, na igreja de São Pedro, existia uma imagem de roca, tida como milagrosa desde o segundo quartel de seiscentos¹⁰¹⁶. Em Alfundão, no termo da referida vila, a igreja dedicada ao imaculismo já existia no século XVI e possuía imagem de roca¹⁰¹⁷. Em Moura, no convento de São Francisco, venerava-se uma imagem, que se encontrava na tribuna do templo¹⁰¹⁸. No termo da vila, em Montalvo, também se venerava uma imagem da padroeira, de madeira estofada¹⁰¹⁹.

No que diz respeito à devoção das localidades alentejanas a Nossa Senhora da Conceição, veja-se o mapa I, através do qual ilustrámos a realidade vivida na época moderna:

¹⁰¹¹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VII, pp. 31-175.

¹⁰¹² Idem, *Ibidem*, pp. 59-313.

¹⁰¹³ Idem, *Ibidem*, pp. 334-390.

¹⁰¹⁴ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. XII, p. 179.

¹⁰¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 255.

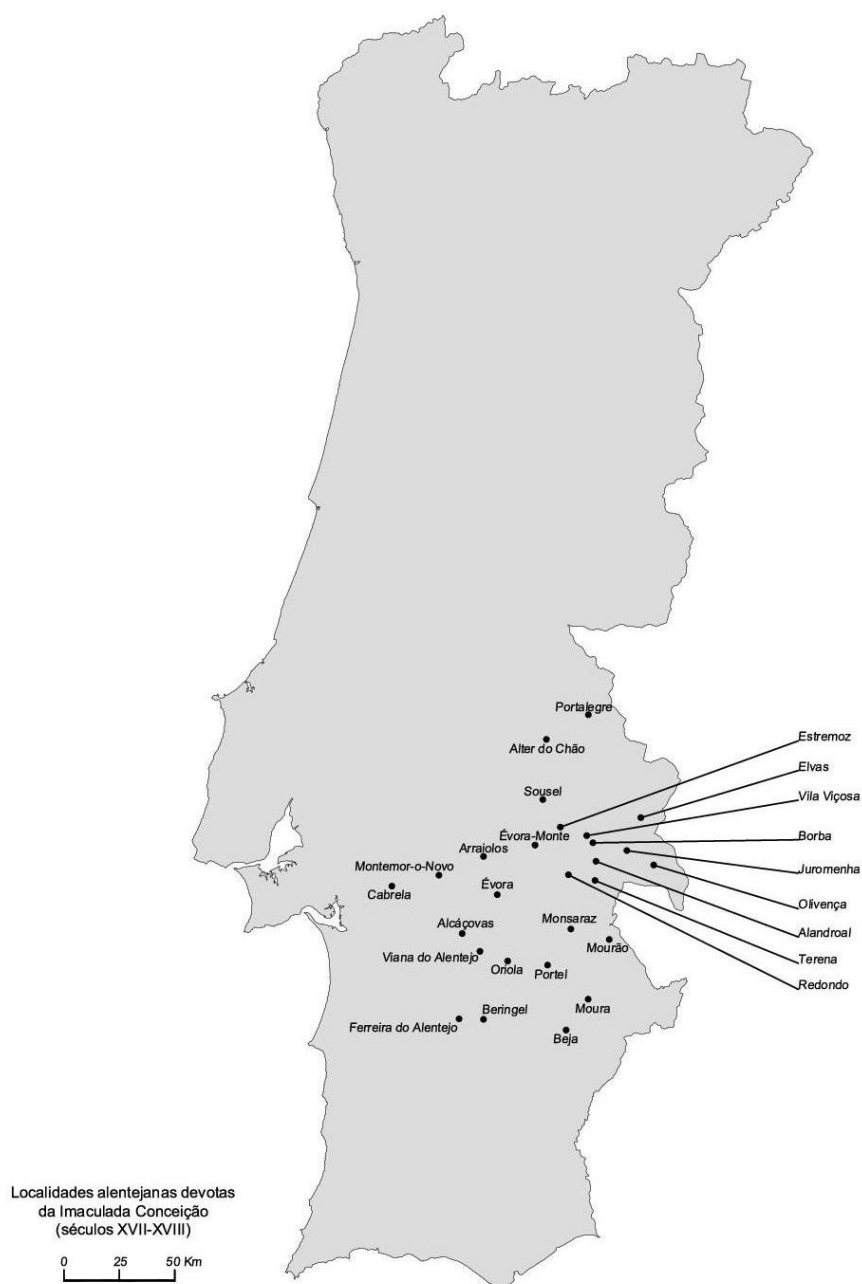
¹⁰¹⁶ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, pp. 292-294.

¹⁰¹⁷ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. XII, p. 340.

¹⁰¹⁸ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, pp. 256-257.

¹⁰¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 258.

Mapa I – Localidades alentejanas devotas da Imaculada Conceição (séculos XVII e XVIII)



Fonte: Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. VII-IX; Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI.

Além das localidades alentejanas, afigura-se fundamental referir as terras da casa de Bragança que manifestaram apreço pela padroeira de Portugal¹⁰²⁰. Além das já

¹⁰²⁰ Segundo Fátima Farrica, as terras da casa de Bragança no século XVII eram as seguintes: Alentejo – Alter do Chão, Borba, Chancelaria, Évora Monte, Longomel, Monforte, Monsaraz, Portel, Sousel, Vila Boim e Vila Viçosa; Estremadura – Porto de Mós e Ourém; Beira: Balsa, Pavia e Tendais; Entre Douro e Minho – Barcelos, Castro Laboreiro, Correlhã, Esposende, Famalicão, Gondufe, Larim, Lousada, Nogueira, Melgaço, Portela de Penela, Vila Chã, Vila do Conde; Trás-os-Montes: Bragança, Chaves,

mencionadas vilas alentejanas, cabe mencionar a estremenha de Ourém, onde existia uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, revestida de azulejaria seiscentista¹⁰²¹. No seu termo existiam mais três ermidas dedicadas à mesma invocação mariana, respetivamente em Ceissa, Gondomar e Olival¹⁰²². Em Famalicão, na província de Entre Douro e Minho, eram veneradas imagens da padroeira dos séculos XVII e XVIII, esculturas em marfim ou madeira estofada, cujos templos não se conseguiu apurar¹⁰²³. Em Esposende, o título da Conceição era reverenciado na freguesia de São Miguel de Gemeses, onde foi edificada uma capela no final do setecentos¹⁰²⁴.

Várias freguesias minhotas, atualmente pertencentes ao concelho de Vila Verde, estavam incluídas nas terras da casa de Bragança. Segundo as *Memórias Paroquiais de 1758*, eram dedicadas à Imaculada Conceição diversas ermidas e capelas, nomeadamente as de Duas Igrejas, Goães, Godinhaços e Marrancos¹⁰²⁵. No que diz respeito a Barcelos, sabe-se que a padroeira era venerada no convento de São Francisco, em meados do século XVIII, através de uma imagem da invocação mariana em estudo¹⁰²⁶. Segundo as referidas *Memórias*, existia na igreja matriz de Vila do Conde um altar lateral, sem irmandade, dedicado a Nossa Senhora da Conceição¹⁰²⁷. Em Terras do Barroso, na província de Trás-os-Montes, havia uma capela do mesmo título mariano na freguesia de Ruivães¹⁰²⁸.

Chaves foi uma das mais importantes terras da casa de Bragança, especialmente no tempo do duque D. Afonso. A afeição ao imaculismo expressou-se através de um altar lateral da igreja matriz, dedicado à referida invocação, e do convento de Nossa Senhora da Conceição, edificado em 1685¹⁰²⁹. No termo da vila, a padroeira era cultuada em

Ervedoso, Gostei, Montalegre, Nuzelos, Piconha, Portelo, Terras do Barroso e Vila Franca de Lampaças. Cf. Fátima Farrica, *Poder sobre as periferias: a Casa de Bragança e o governo das terras do Alentejo (1640-1668)*, Lisboa-Évora, Edições Colibri e CIDEHUS/UC – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2011, p. 202.

¹⁰²¹ Gustavo de Matos Serqueira, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. III, p. 152

¹⁰²² Idem, *Ibidem*, pp. 147-150.

¹⁰²³ Vasco César de Carvalho, *Aspectos de Vila Nova*, vol. VI, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1956, pp. 11-55.

¹⁰²⁴ Manuel Aires Falcão Machado, *Esposende: Monografia do Concelho*, Esposende, Edição do Autor, 1951, p. 62.

¹⁰²⁵ José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2003, pp. 530-547.

¹⁰²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 85.

¹⁰²⁷ Bernardino Areal da Silva, *Vila do Conde e as freguesias do seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vila Nova de Famalicão, Papelmunde, 2008, p. 162.

¹⁰²⁸ José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga... cit.*, p. 454.

¹⁰²⁹ José Viriato Capela, Rogério Borralheiro e Henrique Matos, *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2006, pp. 210-211.

Curalha e Eiras, que lhe dedicaram um altar lateral na igreja matriz e uma pequena ermida, respetivamente¹⁰³⁰. Em Lama de Arcos a devoção à padroeira expressou-se através do orago da freguesia e da matriz da localidade¹⁰³¹, que lhe era dedicada, sendo em Oura reverenciada numa pequena capela¹⁰³². Nos lugares de Irei (freguesia de Samaiões), Pereira (freguesia de São Pedro de Agostém) e de Valdazirma (freguesia de Vilar de Nantes) existiam, em 1758, ermidas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição¹⁰³³.

A cidade de Bragança, que deu nome ao ducado, também manifestou o seu apreço pelo imaculismo. Provam-no a igreja matriz de São Cláudio, em Gostei, que possuía um altar lateral dedicado à Conceição da Virgem¹⁰³⁴ e a igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, no Outeiro, que dedicou o altar do lado da epístola ao referido título mariano¹⁰³⁵. Em nossa opinião, a devoção à padroeira de Portugal expressa nas referidas localidades da casa de Bragança só vem provar que esta mantinha uma forte afeição ao imaculismo, pois a maioria das terras do ducado brigantino a ela se devotavam nas suas igrejas e capelas¹⁰³⁶.

No que respeita à devoção das terras da Casa de Bragança a Nossa Senhora da Conceição, veja-se o mapa III, no qual cartografámos as localidades que expressaram o seu apreço pelo imaculismo:

¹⁰³⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 220-222.

¹⁰³¹ Idem, *Ibidem*, p. 227.

¹⁰³² Idem, *Ibidem*, p. 236.

¹⁰³³ Idem, *Ibidem*, pp. 244-264.

¹⁰³⁴ Viriato Capela, Rogério Borralheiro, Henrique Matos e Carlos Prada de Oliveira, *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memória, História e Património*, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2007, p. 280.

¹⁰³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 294.

¹⁰³⁶ Excetuam-se as localidades de Chancelaria e Longomel (Alentejo); Porto de Mós (Estremadura);, Balsar, Pavia e Tendais (Beira); Castro Laboreiro, Correlhã, Gondufe, Larim, Lousada, Melgaço, Nogueira, Portela de Penela e Vila Chã (Entre Douro e Minho); Ervedoso, Nozelos, Piconha e Portelo (Trás-os-Montes). Não encontramos qualquer referência à devoção a Nossa Senhora da Conceição nestas terras da Casa de Bragança.

Mapa II – Terras da Casa de Bragança devotas da Imaculada Conceição (séculos XVII e XVIII)



Gustavo Matos Cerqueira e Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. III-IX; Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI; Vasco César de Carvalho, *Aspectos de Vila Nova... cit.*, vol. VI; Manuel Aires Falcão Machado, *Esposende... cit.*; José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga... cit.*; Bernardino Areal da Silva, *Vila do Conde e as freguesias do seu concelho... cit.*; José Viriato Capela, Rogério Borralheiro e Henrique Matos, *As Freguesias do Distrito de Vila Real... cit.*; Viriato Capela, Rogério Borralheiro, Henrique Matos e Carlos Prada de Oliveira, *As Freguesias do Distrito de Bragança... cit.*

Um importante meio de difusão do imaculismo remete para a parenética. Sabe-se que esta invocação mariana foi largamente elogiada nos sermões que, nos séculos XVII e XVIII, lhe foram dedicados. Em 1617, reinava D. Filipe II, foram dados à estampa vários trabalhos parenéticos de frei Pedro Correia. No discurso dedicado à Imaculada Conceição, o autor considerou que a Virgem Maria era a ovelha mais preciosa do rebanho

de Cristo, graças à ausência de mácula, e a verdadeira arca de Noé, pois nela carregou o filho de Deus¹⁰³⁷. Em 1641, Francisco do Amaral, no seu primeiro tomo de sermões, considerou que a maior prova de que a Virgem Maria foi concebida sem pecado relaciona-se com o facto de ter sido escolhida para mãe de Jesus Cristo¹⁰³⁸.

Em 1672, Jerónimo Ribeiro de Carvalho pregou um sermão dedicado a Nossa Senhora da Conceição, no qual argumentou que a Virgem não possuía nunca mácula porque o Diabo não poderia adiantar-se a Deus¹⁰³⁹. O padre António Vieira, desde cedo lhe dedicou palavras elogiosas, nomeadamente que o trono da Santíssima Trindade estava preso, como numa custódia, no ventre de Santa Ana¹⁰⁴⁰. Quando publicou a sua vasta obra parenética, Vieira não descurou os sermões da referida invocação: em 1635, considerou Deus como um grande obreiro, por primeiro ter contruído o teto de uma casa e só depois as paredes, sendo que o teto seria Maria e as paredes Jesus¹⁰⁴¹; anos depois, considerou tanto a mãe como o filho primogénitos, a primeira na conceição e o segundo no nascimento¹⁰⁴².

Num sermão pregado em 1676, frei João de Santa Maria considerou que, ao contrário dos humanos, que nascem imperfeitos e em pecado, a Virgem Maria foi, desde o primeiro momento da sua existência, plena de graça¹⁰⁴³. Pouco depois, em 1682, António Ardizzone Spínola referiu que a Imaculada Conceição continha sete selos¹⁰⁴⁴. Em

¹⁰³⁷ Frei Pedro Correia, “Discurso VIII da Conceição Immaculada da Virgem Maria Nossa Senhora”, in frei Pedro Correia, *Triumphos Ecclesiasticos. Primeira Parte. Contem as Festas Principaes que em Outubro, Novembro, & Dezembro celebra a Igreja Militante em consonância da Triumphante*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1617, p. 169.

¹⁰³⁸ Francisco do Amaral, “Sermão da Conceição da Virgem Santissima”, in Francisco do Amaral, *Primeiro tomo dos Sermões do P. Francisco do Amaral*, Braga, Gonçalo de Basto, 1641, p. 275.

¹⁰³⁹ Jerónimo Ribeiro de Carvalho, *Sermam da Purissima, E Immaculada Conceição da Sempre Virgem Maria, Mãe de Deos, Rainha dos Anjos, Senhora do Ceo, E Terra; Em Santa Anna*, Coimbra, Oficina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673.

¹⁰⁴⁰ Lisboa, B.A.C.L., Série Vermelha, Cód. 454, fl. 3.

¹⁰⁴¹ Padre António Vieira, “Sermão da Conceição da Virgem Senhora Nossa Prégado pelo Author, antes de ser Sacerdote, na Bahia, & na Igreja da mesma Invocação, que por estar na Praya, se julga extra muros, anno de 1635”, in padre António Vieira, *Sermoens do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu*, t. XII, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1699, p. 2.

¹⁰⁴² Idem, “Sermam da Conceição Immaculada da Virgem Maria S. N.”, in padre António Vieira, *Sermoens do P. Antonio Vieira... cit*, t. V, p. 166.

¹⁰⁴³ Lisboa, B.A.C.L., Série Vermelha, Cód. 206, fl. 182.

¹⁰⁴⁴ Os selos referidos por Spínola eram os seguintes: 1) a Virgem Maria corredentora do mundo; 2) como restauradora dos anjos; 3) imagem imensa e infinita de bondade divina; 4) antes de ser concebida foi santificada; 5) é filha da divindade por graça especial; 6) não é superior à onnipotência divina; 7) em tudo é semelhante a Cristo. Cf. António Ardizzone Spínola, “Livro Escrito Por Dentro, & Por Fora da Immaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, Sellado com sete sellos que so seu Divino Filho Christo Senhor Nosso pode abrir, & soltar para se ler”, in António Ardizzone Spínola, *Divindade Participada da Virgem Mãe de Deos, Exposta com dous sermoens de sua Immaculada Conceição*, Lisboa, António Craesbeeck de Melo, 1682, p. 40.

1689, foi a vez de frei Urbano de Santo António referir os três triunfos da Virgem Maria: o primeiro, a vitória sobre a culpa original; o segundo, a pena que, pela culpa, ofendia o género humano; e o terceiro, a quebra do dano que a culpa de Adão causou no mundo¹⁰⁴⁵. No mesmo ano, Gabriel da Purificação considerou que, no Sacramento, Cristo tinha representações de morto, mas estava vivo; e o mesmo sucedera com sua mãe, que por ser filha, indiciava estar morta pelo pecado, mas, na verdade não estava¹⁰⁴⁶.

Já no século XVIII, frei Manuel da Madre de Deus classificou a Imaculada Conceição como o livro da vida e da geração de Cristo, onde se escreveu a maior de todas as graças¹⁰⁴⁷, além de a considerar o mistério do Céu e da Terra, produzida pela graça e gerada pela natureza¹⁰⁴⁸. Em 1736, frei António de Santo Eliseu considerou que a Virgem Maria foi destinada, deste o primeiro momento, a reparar os erros de Eva¹⁰⁴⁹. Na segunda metade de setecentos a tendência elogiosa prosseguiu, referindo-se que a Imaculada Conceição foi “o maior empenho da mão de Deos¹⁰⁵⁰”, “Fonte crystallina e Templo de Deos”¹⁰⁵¹ e “amparo dos cristãos, [...] sempre atenta em conservar os dons preciosos da graça”¹⁰⁵². Em 1751, Jacinto José Soares de Torres tentou explicar a concepção da Virgem Maria através da medicina¹⁰⁵³.

¹⁰⁴⁵ Frei Urbano de Santo António, *Triunfos da Conceição Pregados na Freguesia de S. Nicolao de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1689, pp. 7-14.

¹⁰⁴⁶ Gabriel da Purificação, “Sermam da Conceição de N. Senhora, Prégado em o Convento de Palmella, patente o Santissimo Sacramento, in Gabriel da Purificação, *Terno Sonoro, Cantado em as Tres Principaes festas da Gloriosissima Virgem maria Nossa Senhora*, Lisboa, Oficina de João Galram, 1689, pp. 5-6.

¹⁰⁴⁷ Frei Manuel da Madre de Deus Bulhões, “Sermão I. Na Festividade de Nossa Senhora da Conceição na sua Paroquial da Praya, com o Santissimo Sacramento exposto em 8 de Dezembro de 1727”, in frei Manuel da Madre de Deus Bulhões, *Sermões em Várias Solemnidades de Marria SS. Mãe de Deos e Senhora Nossa*, Lisboa, Oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1737 p. 3.

¹⁰⁴⁸ Idem, “Sermão II na Festividade de Nossa Senhora da Conceição na sua Paroquial da Praya, com o Santissimo Sacramento exposto, em 8 de Dezembro de 1728”, in Idem, *Ibidem*, p. 29.

¹⁰⁴⁹ Frei António de Santo Eliseu, “Sermam da Conceição, com o Senhor Exposto, pregado no Convento das Religiosas da Luz”, in frei António de Santo Eliseu, *Sermoens Varios Dedicados a S. João da Cruz*, t. I, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão, 1736, pp. 24-25.

¹⁰⁵⁰ Frei António do Sacramento, *Collecta, que no Oitavo Dia da Immaculada Conceição da Virgem Maria, Mãe de Deos, e Senhora Nossa, depois de se ter celebrado huma solemne Novena*, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão, 1755, p. 18.

¹⁰⁵¹ Frei Manuel da Silveira, “Sermão XI da Sempre Immaculada Conceição de Maria Santíssima. Com o Evangelho do Sacramento em Lausperene”, in frei Manuel da Silveira, *Sermões Posthumos do P. M. Fr. Manoel da Silveira*, t. VII, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1762, p. 228.

¹⁰⁵² Lisboa, B.A.C.L., Série Vermelha, Cód. 631, fl. 207.

¹⁰⁵³ “A Medicina também prova a vossa Conceição pura; porque se hé aforismo de Hipocrates, que o que não cura o ferro, cura o fogo [...], quem duvida, que sendo Deos fogo [...], assim como pelo seu amor consumio em nós a culpa original, assim vos preservou dela.” Cf. Jacinto José Soares de Torres, *Sermão de Nossa Senhora da Conceição, Pregado na tarde do seu dia, na Matriz de S. Maria da Cidade de Lagos, com o Sacramento exposto, no anno de 1751*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1752, p. 21.

Não nos parece estranho que a Imaculada Conceição tenha conhecido palavras tão elogiosas por parte dos pregadores portugueses nos séculos XVII e XVIII, uma vez que devoção mariana se acentuou após o Concílio de Trento e muitas das capelas públicas e privadas em Portugal e nos domínios ultramarinos eram dedicadas a invocações marianas¹⁰⁵⁴. A Virgem Maria sempre teve um lugar de destaque, pois foi considerada a melhor intercessora entre Deus e os homens, após Jesus Cristo¹⁰⁵⁵. Em Portugal, tantas vezes referido como Terra de Santa Maria¹⁰⁵⁶, essa devoção também assentou nos oragos das freguesias: em meados do século XVIII, segundo *Portugal Sacro-Profano*, da autoria de Paulo Dias de Niza¹⁰⁵⁷, entre as 3.736 paróquias do continente português, 1.032 eram dedicadas a invocações marianas, entre elas a da padroeira de Portugal¹⁰⁵⁸.

Além da parenética, a devoção a Nossa Senhora da Conceição também esteve presente noutros aspetos da sociedade moderna¹⁰⁵⁹. A referida época foi marcada por uma espiritualidade individualizada, segundo João Francisco Marques, na qual a oração mental, a recitação das horas, o ofício à Virgem e o rosário tiveram um papel relevante¹⁰⁶⁰. No século XVII, foi impresso um ofício da Imaculada Conceição, no qual se pedia para esta livrar os cristãos dos seus inimigos e para rogar por eles junto de Deus¹⁰⁶¹. Esta invocação mariana, tida diversas vezes como milagrosa¹⁰⁶², foi também fonte de inspiração para poetas, como André Nunes da Silva. Na sua obra *Sonetos à Conceição*

¹⁰⁵⁴ João Francisco Marques, “Oração e Devoções”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 605.

¹⁰⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 625.

¹⁰⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 627.

¹⁰⁵⁷ Esta obra, dividida em três partes, foi impressa na oficina de Miguel Manescal da Costa, entre 1767 e 1768. Cf. Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano ou, Catalogo alfabetico de todas as freguezias dos reinos de Portugal, e Algarve: das igrejas com seus oragos : do titulo dos parocos, e annual rendimento de cada huma : dos padroeiros, que apresentam : juntamente com as leguas de distancia da metropoli do reino e da cidade principal, e cabeça do bispado, com o numero dos fogos*, t. I-III, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

¹⁰⁵⁸ João Francisco Marques, “Oração e Devoções” ... *cit.*, p. 627.

¹⁰⁵⁹ A divulgação deste tipo de obras ficou a dever-se à importância que o comércio de livros adquiriu na época moderna. Muitas das obras editadas no século XVIII eram anunciadas em gazetas, sendo a religião uma das principais temáticas presente nas obras comercializadas. Cf. André Belo, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 66-84.

¹⁰⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 605.

¹⁰⁶¹ *Officio da Immaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, concebida sem pecado original*, [Lisboa?], [Oficina de Domingos Carneiro?], [1664?], pp. 1-16.

¹⁰⁶² Salientamos o caso de D. João de Sousa, arcebispo de Braga, que, em 3 de outubro de 1700, recomendou à abadessa do convento de Nossa Senhora da Conceição, que rezasse àquela invocação para sarar os males de que padecia. Cf. Lisboa, B.A., 51-IX-40, fl. 47.

da Virgem, o autor dedicou-lhe palavras elogiosas, considerando-a luz e mãe do eterno dia, guia da humanidade e triunfante sobre a lei da natureza¹⁰⁶³.

3.3 – O património da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, através dos inventários de 1679 e de 1719

Nos séculos XVII e XVIII, a devoção à padroeira de Portugal em Vila Viçosa passou, de forma incontornável, pelo papel desempenhado pela Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição. Desta forma, para que tal se efetuasse com esplendor, a referida irmandade possuía um considerável património móvel e imóvel, nomeadamente alfaiais religiosas, moradias e terras de cultivo, registadas em diversa documentação, nomeadamente nos inventários de 1679 e de 1719¹⁰⁶⁴. Apesar de a historiografia portuguesa não os ter estudado com a devida atenção¹⁰⁶⁵, estes registos, pela sua riqueza e diversidade, afiguram-se-nos fundamentais para conhecermos como foi mantido o imaculismo na vila alentejana.

Em dezembro de 1679, o príncipe-regente D. Pedro ordenou que se substituíssem os membros da Mesa da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição¹⁰⁶⁶. Estevão Mascarenhas foi nomeado para o cargo de juiz, frei Francisco de Arruda para o de tesoureiro e Manuel Peixoto da Rocha foi o nome apontado pelo príncipe para desempenhar as funções de escrivão¹⁰⁶⁷. Sempre que os membros da Mesa eram renovados, era entregue ao escrivão um inventário dos bens móveis da confraria, ficando este responsável pela atualização e conservação do referido registo, enquanto ao tesoureiro cabia guardar e assegurar o primor desses bens¹⁰⁶⁸.

¹⁰⁶³ André Nunes da Silva, *Sonetos à Conceição da Virgem S. N.*, Lisboa, Oficina de Manuel Lopes Ferreira, 1695, pp. 8-30.

¹⁰⁶⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códcs. 122 e 123.

¹⁰⁶⁵ Embora continuem a merecer outro tipo de atenção, não podemos omitir que já se realizaram diversos estudos no que diz respeito a inventários da realeza, da aristocracia, do clero e dos bens confiscados pelo Tribunal do Santo Ofício. Cf. Isabel Drumond Braga, *Bens de hereges. Inquisição e cultura material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 20-24.

¹⁰⁶⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 2.

¹⁰⁶⁷ Idem, *Ibidem*, fl. 2.

¹⁰⁶⁸ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores...” *cit.*, p. 131.

Entre os livros que a confraria era obrigada a ter no seu cartório, constava o inventário dos objetos pertencentes ao culto religioso¹⁰⁶⁹. O inventário de bens iniciado por Manuel Peixoto da Rocha, cujos primeiros registos datam do final de 1679, é constituído por 46 fólios assinados e rubricados por Estevão de Mascarenhas¹⁰⁷⁰. Apesar de não terem sido preenchidos na totalidade, verificamos que se encontram enunciados no inventário todos os pertences da confraria, fabricados com diversos materiais e fundamentais para se venerar a imagem de Nossa Senhora da Conceição¹⁰⁷¹.

¹⁰⁶⁹ Até aos dias de hoje sobreviveram dois livros de inventário: o de 1679 e o de 1719. Além destes livros, a confraria era obrigada a possuir um tombo de assento de foros e outro de receita e despesa. Cf. *Ibidem*, pp. 135-136.

¹⁰⁷⁰ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 1. Sobre o inventário de 1679, veja-se o que sumariamente analisámos no presente ano. Cf. Francisco José Pegacha Pardo, “Um reino restaurado sob o manto da sua padroeira: O culto a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa no século XVII”, *Callipole*, n.º 25, Vila Viçosa, 2018, pp. 49-71.

¹⁰⁷¹ Muitas das peças inventariadas em 1679 remetem-nos para o requinte. Isto deve-se principalmente ao facto de o catolicismo moderno ter continuado a assentar na ritualização e na exteriorização, segundo Paulo Drumond Braga. Esta situação agravou-se no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, sobretudo devido à aparência, inerente ao Barroco. Cf. Paulo Drumond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto” ... *cit.*, p. 115.

Quadro IV - Características materiais dos bens móveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1679-1686)

Tipo de Material	Número
Tecidos	61
Prata	23
Ouro	9
Cristal	6
Gemas	2
Esmalte	1
Outros	9
Total	114

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122.

Ao consultarmos os dados referentes às características dos objetos pertencentes à confraria em estudo, verificámos que os fabricados em esmalte e com gemas eram bastante reduzidos, destacando-se uma grinalda de esmeraldas com uma pedra vermelha ao centro, já bastante degradada¹⁰⁷².

O ouro destacou-se entre os bens móveis registados no inventário¹⁰⁷³, merecendo particular atenção um cordão com a imagem do Menino Jesus e mais sete diamantes,

¹⁰⁷² *Ibidem*, fl. 4. Em relação às esmeraldas, cabe referir que se tratavam de pedras finas e de um verde muito agradável, destacando-se as orientais pela sua qualidade. Estas passavam necessariamente pela ausência de névoa. Em relação à pedra vermelha, por não sabermos de que espécie se tratava, não nos é possível apresentar pormenores. Sobre estas questões cf. Frei João Pacheco, *Divertimento Erudito para os curiosos de Notícias Historicas, Escolasticas, Politicas, e Naturaes, Sagradas, e Profanas*, t. I, Lisboa, Oficina Augustiniana, 1734, p. 233. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A Joalheria Portuguesa em Portugal 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 1999, pp. 53-56.

¹⁰⁷³ Em relação ao ouro, cabe mencionar que foi bastante utilizado na joalheria portuguesa, durante o período moderno. Se Lisboa foi o seu grande centro de produção, especialmente no século XVIII, não podemos descurar outros espaços, nomeadamente o Porto, Évora – este último importa mais pela proximidade do que pelo número de ourives, que era bastante reduzido – e, claro, Vila Viçosa. Já o diamante era uma pedra dura e brilhante, bastante apreciada naquele período. Existiam vários tipos de diamante, destacando-se o chape, o rosa, o fundo, os miúdos e os de refugo, que diferiam na pigmentação e na forma como eram lavrados. Sobre estas questões cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres... cit.*, p. 41. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A Ourivesaria da Prata em Portugal e os Mestres Portugueses 1750-1810*, Porto, Edição do Autor, 2004, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A Joalheria Portuguesa... cit.*, pp- 53-64; pp. 27-32; 53-54.

proveniente da Índia e oferecido pelo “Menino Diabo”¹⁰⁷⁴; um relicário com a imagem de Nossa Senhora da Conceição¹⁰⁷⁵; uma “jóia do peito” – que parece tratar-se de uma pregadeira –, com uma pedra preciosa ao centro¹⁰⁷⁶ e umas contas com extremos e cruz de ouro¹⁰⁷⁷. Em relação aos relicários¹⁰⁷⁸, a confraria possuía outros: um com a imagem da padroeira e outro, pequeno e sem imagem; em cristal, um com uma imagem do Menino Jesus, oferecido pela mulher de um ouvidor, cujo nome não conseguimos apurar¹⁰⁷⁹.

No que à prata diz respeito, encontra-se bem saliente no inventário a importância que Manuel Peixoto da Rocha lhe conferiu, pois dedicou-lhe um título, no qual contabilizamos 23 itens de objetos fabricados com este metal nobre¹⁰⁸⁰. Destacamos as 11 coroas destinadas ao ornato das imagens da padroeira e do Menino Jesus¹⁰⁸¹ – duas delas oferecidas por António de Abreu, filho de Manuel de Abreu, de Vila Viçosa¹⁰⁸². Também as duas luas de prata nos parecem importantes para o ornato da Imaculada Conceição, figurando estas aos seus pés¹⁰⁸³. Importa mencionar as diversas alfaías indispensáveis ao culto religioso, nomeadamente a bacia dos peditórios, os cálices,

¹⁰⁷⁴ Consideramos tratar-se de um apodo, apesar de não vir referido o nome do devoto de Nossa Senhora da Conceição. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 4.

¹⁰⁷⁵ *Ibidem*, fl. 4.

¹⁰⁷⁶ *Ibidem*, fl. 4.

¹⁰⁷⁷ *Ibidem*, fls. 4-6.

¹⁰⁷⁸ Os relicários tinham como objetivo conservar e expor os restos mortais de mártires e santos, assim como relíquias da Virgem ou de Cristo. Com origem no século IV, foram utilizados pelos cristãos do norte de África. Durante as idades média e moderna o seu culto intensificou-se, levando o Concílio de Trento a procurar evitar falsos milagres e que a Igreja fiscalizasse estas questões com maior apuro. O seu culto em Portugal ficou a dever-se em grande parte aos jesuítas, que se instalaram também em Vila Viçosa. Sobre estas questões cf. Leonor de Orey e Nuno Vassallo e Silva, *Relíquias e Relicários*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, pp. 9-15. Federico Palomo, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes... cit.*, p. 79.

¹⁰⁷⁹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122,, fls. 4-4v.

¹⁰⁸⁰ Tal como sucedia com o ouro, também em Lisboa se situava a grande produção de ourivesaria da prata, estando os seus ourives sediados na Rua Bela da Rainha, sob o orago de Santo Elói e de Nossa Senhora da Assunção, na primeira metade do século XVIII. Como a metrópole era o ponto central nos trabalhos da prata, aí se deslocavam muitos dos aurífices de outros pontos do país. No entanto, só na segunda metade do século XVIII surgiu um grande número de ourives da prata em Lisboa, o que, no entanto, não impediu que esta tivesse grande aderência no período a que nos reportamos. Cf. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A Ourivesaria da Prata... cit.*, pp. 5-57.

¹⁰⁸¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 4.

¹⁰⁸² A coroa de Nossa Senhora tinha quatro pedras verdes e quatro vermelhas, enquanto a do Menino Jesus tinha três verdes e três vermelhas. Cf. *Ibidem*, fls. 4-6.

¹⁰⁸³ *Ibidem*, fl. 4v.

castiçais¹⁰⁸⁴ e turíbulos¹⁰⁸⁵. Igualmente importantes eram as lâmpadas para cultuar permanentemente a imagem da padroeira, fabricadas em prata¹⁰⁸⁶.

Vários fólios deste documento em análise foram dedicados a objetos de tecido, que é possível associar ao ornato do orago calipolense e ao culto religioso. No entanto, para melhor compreender as questões associadas a estes bens, pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, atente-se no quadro seguinte.

Quadro V - Peças de tecido pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1679-1686)

Tipo	Número
Vestidos	10
Mantos/ capas	11
Vasquinhas/ vaqueiros	4
Panos/ toalhas	8
Alvas/ casulas	4
Cortinas	7
Outros	8
Total	61

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122.

¹⁰⁸⁴ Em 1679, Manuel Peixoto da Rocha registou seis castiçais grandes de prata lavrada. Em 1681 foram registados mais quatro pequenos, que serviam diante da grade de Nossa Senhora da Conceição; custaram 34.000 réis e foram feitos por António de Matos, ourives calipolense. Em maio de 1683 elegeu-se um novo tesoureiro para a confraria, por morte de frei Francisco de Arruda. O eleito foi o padre Paulo Correia Velho, que recebeu do irmão do seu antecessor, António de Andrade de Arruda, seis castiçais de prata. Dois serviam no caixão e caixinha da irmandade, avaliados em 23.400 réis. Os restantes serviam no altar da padroeira, estando avaliados em 42.300 réis, tendo todos eles sido fabricados no referido ano de 1683. Cf. *Ibidem*, fls. 6v-7v.

¹⁰⁸⁵ No início do século XVIII, Rafael Bluteau descreveu turíbulo como “vaso, em q se deyta incenso, para incensar nas Igrejas o que manda a Rubrica.” Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino...* t. 8, p. 159.

¹⁰⁸⁶ Algumas delas, pela sua riqueza e proveniência, são dignas de referência: uma “alampada de prata com seis balaustres”, oferecida por D. Teodósio II, duque de Bragança; “huma alampada de prata com quatro balaustres”, uma oferta de João Caminha; e ainda “huma alampada de prata que deu Manuel Francisco sobrinho do grande Simão Antunes estando em Flandres tem cinco balaustres.” Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 6.

O quadro V mostra que o maior número de peças de tecido reporta para os paramentos religiosos, utilizados por quem presidia aos ritos – alvas e casulas (11) – e pelos mantos e capas (11) ¹⁰⁸⁷. Seguiam-se-lhe os vestidos, utilizados no adorno da Imaculada Conceição (10), os panos e toalhas (oito), as cortinas ornamentais (sete) e as vasquinhas e vaqueiros (quatro) pertencentes à venerada imagem. Outras peças, muitas delas vocacionadas para o culto eucarístico, ocupavam um lugar destacado (oito) ¹⁰⁸⁸.

No que respeita aos paramentos, dez deles eram alvas de pano de linho, sendo que algumas delas já haviam sido usadas ¹⁰⁸⁹. Os ornamentos ¹⁰⁹⁰ e dalmáticas também figuravam no inventário, sendo uns feitos de “damasco branco granesido de veludo cramizim, brocado de ouro forado, de tafeta cramizim” ¹⁰⁹¹ ou de “sitim branco com granisção bordada na Índia, com frontal e dalmáticas com quapa d’asperges” ¹⁰⁹². Registaram-se peças muito variadas, nomeadamente panos de púlpito, mangas de cruz e capas de asperges, compostos de “tella branca e cramizim repasada de ouro frontal [...] tudo forado de tafeta cramizim [...] granesido de franja de ouro”. Estas peças foram oferecidas à padroeira por António de Cavide ¹⁰⁹³, tendo D. João IV contribuído com 100.000 réis para sua confecção ¹⁰⁹⁴.

Sobre os mantos ornamentais, muitos deles foram fabricados com o mesmo tipo de tecidos utilizados na confecção dos vestidos ¹⁰⁹⁵, dos quais destacamos o cetim, o chamalote e o tafetá. Entre os vários itens referidos no inventário, cabe sublinhar, pela

¹⁰⁸⁷ *Ibidem*, fl. 12.

¹⁰⁸⁸ *Ibidem*, fl. 12.

¹⁰⁸⁹ *Ibidem*, fl. 12.

¹⁰⁹⁰ Os ornamentos referidos no inventário em estudo reportam-nos para as vestes sacerdotais, termo que surgiu com o mesmo significado no primeiro dicionário monolíngue de língua portuguesa. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino... cit.*, t. 6, p. 122.

¹⁰⁹¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 11.

¹⁰⁹² *Ibidem*, fl. 11.

¹⁰⁹³ *Ibidem*, fl. 11.

¹⁰⁹⁴ Embora não possamos datar nem precisar a origem dos paramentos pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, verificamos que se tratavam de peças de grande valor artístico. Se os compararmos com os que pertenciam à capela do Paço Ducal da mesma localidade, constatamos que também estes possuíam grande requinte. Dos que foram fabricados em finais do século XVI e durante o século XVII, muitos deles tiveram origem nas penínsulas Ibérica e Itálica ou na Índia, nomeadamente uma dalmática de “damasco verde com decoração floral de desenho miúdo”, uma casula e uma estola de “brocado de seda rosa e amarela com decoração de grandes troncos floridos ondulantes” ou uma casula de “lhama de prata sobre fundo de seda branca com decoração espolinada a fio laminado prateado.” Cf. Maria Natália Correia Guedes e Maria José Taxinha, *Mantos Régios e Paramentos do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, pp. 21-27.

¹⁰⁹⁵ Alguns destes mantos emparelhavam com vestidos, como era o caso de “Hum Mantto de chamalote de ouro azul com pasamane de ouro forado de tafeta amarelo irmão dum vestido da Senhora”. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 8v.

sua beleza e requinte, o manto “de chamalote encarnado com renda grande de prata no meio forado de tafeta amarello”¹⁰⁹⁶, oferecido à padroeira por um devoto. Foram também dignos de menção o de “sitim amarello picado forado de tafeta azul com hũa bara de ouro falso”¹⁰⁹⁷ e o de “cama cor de roza sepia forado de tafeta azul granesido com renda de prata”¹⁰⁹⁸. Em relação às capas, apenas existia uma de “tella azul forada de tafeta amarello”¹⁰⁹⁹, usada pelo Menino Jesus.

Dos 10 vestidos destinados à Virgem, considerámos pertinente citar algumas descrições, de forma a provar o requinte e a fineza dessas peças: “hum vestido de tella alaranjada granesido de prata sobre seguilha de sitim prado e a vasquinha com duas brodaduras de ouro e prata sobre veludo negro”¹¹⁰⁰; “hum vestido de chamalote de ouro e branco emprensado com renda de ouro sobre sitim prado”¹¹⁰¹ e “hum vestido de tella cramisim e ouro forado de tafeta azul na vasquinha na vasquinha nove gualois de ouro”¹¹⁰². Não podemos deixar de salientar o facto de algumas peças, por já não serem colocadas na imagem, haverem sido oferecidas a igrejas mais modestas. Exemplo disso foi a oferta de um vestido de cetim branco forrado de tafetá carmesim, em 1686, à imagem de Nossa Senhora do Rosário, venerada na igreja de Santa Catarina de Pardais¹¹⁰³.

No inventário figuram duas tolhas de altar, em linho, utilizadas pela confraria nos ritos religiosos¹¹⁰⁴, juntando-se-lhes os frontais¹¹⁰⁵, utilizados para cobrir verticalmente o altar¹¹⁰⁶: “Hum frontal e pana de plupito (*sic*) de damasco branco com sanefas de tella

¹⁰⁹⁶ *Ibidem*, fl. 9.

¹⁰⁹⁷ *Ibidem*, fl. 9.

¹⁰⁹⁸ *Ibidem*, fl. 9.

¹⁰⁹⁹ *Ibidem*, fl. 9.

¹¹⁰⁰ *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁰¹ *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁰² *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁰³ *Ibidem*, fl. 8.

¹¹⁰⁴ *Ibidem*, fl. 12v.

¹¹⁰⁵ Segundo Rafael Bluteau, um frontal de altar era “um paramento de seda, ou outra matéria, com que se orna a parte dianteira do altar. A cor delle há de ser vermelha, branca, roxa, verde, ou negra, segundo o prescrevem as rubricas da Igreja, Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 4, p. 218.

¹¹⁰⁶ Em relação aos frontais, consideramos pertinente citar aqui alguns dos que foram fabricados nos séculos XVI e XVII, e pertenceram à capela do paço de Vila Viçosa: “Brocado de seda amarela com largas faixas circulares que se entrecruzam tendo como motivos centrais, alternadamente, uma chama e uma flor de seis pétalas. Três sebastos de veludo cortado de seda vermelha com decoração de enrolamentos de videira, bordada a fio de ouro. Frizo entrançado e franja dourada”; “Brocatel de fundo amarelo com decoração de albarradas com sete flores contornadas por ramos e folhas de cardo floridas nas quatro junções. Sebastos e guarnição de brocatel de fundo creme com decoração idêntica em amarelo. Franjas de seda amarela e azul.” Cf. Maria Natália Correia Guedes e Maria José Taxinha, *Mantos Régios e Paramentos do Paço Ducal de Vila Viçosa... cit.*, pp. 20-25.

amarella e franja de ouro e retrós”¹¹⁰⁷; “Hum frontal de damasco branco de flores franjado de retros vermelho e branco”¹¹⁰⁸; “Hum frontalinho de veludo cramezim da pianha de S. Joaquim alcachofrado de tella amarella brodado de ouro”¹¹⁰⁹. Não descuremos os panos, que serviram para estantes ou para o caixão dos mordomos: “Hum pano de estante de damasco branco com sanefas de borcado”¹¹¹⁰; “Hum pano de estante de tafeta partado de tafeta azul e amarelo com franjas das mesmas cores”¹¹¹¹; “Hum pano azul com granisção de veludo preto com que se cobre o cacham dos mordomos”¹¹¹².

Os vaqueiros, segundo Rafael Bluteau, eram vestidos de mulher, com semelhanças a uma casaca e com mangas compridas¹¹¹³. Em 1679, figuravam alguns entre os bens móveis pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, alguns deles já bastante antigos, como era um “vaqueiro de sitim branco avelhetado com pasames de ouro que he do Menino Jesus”¹¹¹⁴. Os restantes, pela sua pequena dimensão, foram também destinados à referida imagem, destacando-se o de “sitim cramizim aberto com rede de prata já uzada granesido”¹¹¹⁵, o “de telilha encarnada forado de tafeta azul”¹¹¹⁶ e o “de primavera branca vermelha forado de tafeta verde”¹¹¹⁷.

“Nome antigo de sayas com muitas pregas”¹¹¹⁸. Assim surgiu o significado da palavra vasquinha no dicionário de Rafael Bluteau. Esta peça de vestuário também foi utilizada para ornamentar a imagem da padroeira. Talvez por se tratar de uma indumentária antiga, a irmandade calipolense apenas conservava uma em 1679, descrita por Manuel Peixoto da Rocha da seguinte forma: “Huma vasquinha de tella emcarnada uzada com tres bandas brodadas sobre veludo cramizim”¹¹¹⁹. Todos os trajes pertencentes

¹¹⁰⁷ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 11v.

¹¹⁰⁸ *Ibidem*, fl. 11v.

¹¹⁰⁹ *Ibidem*, fl. 11v. Pianha, ou peanha, era o nome dado ao pedestal de uma estátua ou imagem. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 6, p. 491.

¹¹¹⁰ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 11v.

¹¹¹¹ *Ibidem*, fl. 11v.

¹¹¹² *Ibidem*, fl. 12.

¹¹¹³ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 8, p. 361.

¹¹¹⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 8v.

¹¹¹⁵ *Ibidem*, fl. 9.

¹¹¹⁶ *Ibidem*, fl. 9.

¹¹¹⁷ *Ibidem*, fl. 9.

¹¹¹⁸ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 8, p. 372.

¹¹¹⁹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fl. 8v.

a Nossa Senhora da Conceição e ao Menino Jesus encontravam-se guardados numa arca forrada de bocaxim vermelho, classificada como “empenada”¹¹²⁰.

Assumindo um papel decorativo na igreja matriz de Vila Viçosa, as cortinas pertencentes à referida irmandade também figuravam no inventário de 1679. Algumas eram colocadas no retábulo do altar mor, especialmente as de “damasco cramizim com fraja de ouro”¹¹²¹. Quatro pares de cortinas, de tafetá de várias cores, serviam nas imagens do caixão e da caixa de esmolas de Nossa Senhora da Conceição¹¹²². Além destas, existiam ainda as que já não estariam em uso, visto estarem classificadas como “velhas”¹¹²³. Havia também outros panos respeitantes ao culto de assinalável importância, como eram as várias mangas de cruz e os véus de cálice¹¹²⁴.

Em 1719, faleceu o padre Paulo Correia Velho, tendo este servido a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, enquanto tesoureiro, por mais de três décadas¹¹²⁵. O pároco foi sucedido no cargo por Amador Monteiro de Sá, que nesse mesmo ano foi referido no livro de receita e despesa da irmandade como tesoureiro, tendo ele mesmo recebido a quantia de 1.000 réis, pertencentes à irmandade e que o padre Paulo tinha em sua posse¹¹²⁶. Amador Monteiro de Sá, ao iniciar as suas funções, procedeu à elaboração de um inventário, onde figuravam todos os bens pertencentes à confraria. Assim, propomos uma leitura do seguinte quadro, no qual se encontram discriminados os bens móveis que a irmandade possuía enquanto o referido pároco se manteve no cargo de tesoureiro.

¹¹²⁰ *Ibidem*, fl. 9.

¹¹²¹ *Ibidem*, fl. 12.

¹¹²² *Ibidem*, fl. 12.

¹¹²³ “Humas cortinas pecenas de tafeta amarelo já velhas”; “Humas cortinas de tafeta verde já velhas.” Cf. *Ibidem*, fl. 12.

¹¹²⁴ *Ibidem*, fl. 12.

¹¹²⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12, fl. 4.

¹¹²⁶ *Ibidem*, fl. 4.

Quadro VI - Características materiais dos bens móveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719-1740)

Tipo	Número
Tecidos	109
Prata	68
Ouro	38
Gemas	16
Cristal/Vidro	7
Madeira	17
Flores	23
Outros	12
Total	287

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123.

Ao consultarmos os dados respeitantes ao inventário elaborado por Amador Monteiro de Sá, verificamos que os bens móveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa aumentaram exponencialmente entre 1719 e 1740, quando comparados com os registados por Manuel Peixoto da Rocha e por Paulo Correia Velho, entre 1679 e 1686. Entre os vários tipos de objetos destacam-se, pelo seu número, os de tecido (109), prata (68) e ouro (38). Seguem-se, também por ordem decrescente, fitas

(24), flores (23)¹¹²⁷, madeira (17), gemas (16), cristal e vidro (sete), além de outros materiais variados (12)¹¹²⁸.

Em relação às pratas, verificamos que o inventário de 1719 apresenta um número de objetos claramente superior ao de 1679, uma vez que num foram mencionadas 23 peças e no outro 68. A este metal nobre estava estreitamente associado o ornato da imagem de Nossa Senhora da Conceição, pois com ele se fabricaram várias coroas, nomeadamente as oferecidas por António de Abreu, natural de Vila Viçosa¹¹²⁹, e por D. Frei Luís da Silva¹¹³⁰, arcebispo que Évora, que as enviou à padroeira quando da visita da rainha D. Catarina de Bragança, em 1699¹¹³¹. No entanto, verificamos que a referida confraria

¹¹²⁷ Foram oferecidos, entre 1719 e 1740, diversos ramos a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Muitos foram enviados ou oferecidos em mão por D. Constança Luísa Monteiro Paim, condessa de Alva, D. Catarina Úrsula de Lencastre, condessa de Coculim, ou André de Mira, médico residente em Évora. Muitas destas flores, nomeadamente rosas e ranúnculos, serviram para ornar a imagem no dia da sua festa. Embora se tratassem de ofertas com grande simbolismo, o seu carácter efémero não lhes garantiu um lugar destacado no inventário em estudo. A prová-lo, citemos uma das apreciações que Amador Monteiro de Sá fez destas ofertas: “Em 2 de Junho de 724 deu de prenda a Nossa Senhora a mesma Senhora D. Costança hum ramo de flores de cambraia com huma fita emcarnada e prata com que se atava e guarnesia o dito ramo. E assim mais lhe deu com o mesmo huma fiada de jasmins de cambraia com que também se ornou a dita Senhora, mas são de pouca duração e paçado algum tempo não é pestindo estas não serei obrigado a dar conta dellas porque só o faço por não faltar em assentar tudo aquillo que os devottos oferecem à Senhora.” Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 123, fl. 16v.

¹¹²⁸ Nesta categoria inserimos objetos fabricados em diversos materiais: uma bola de âmbar “emcastada em filagrana de prata sobredoyrada”, oferecida a Nossa Senhora da Conceição por Agostinho de Mello Lobo em 15 de janeiro de 1725; umas contas de coral, oferecidas à venerada imagem por D. Constança Luísa Monteiro Paim, em 5 de dezembro de 1726; um menino de cera, oferecido por Xavier Pereira de Sousa da Câmara Coutinho, em 15 de novembro de 1733; dois arráteis de cera, oferecidos à padroeira por D. Tomásia, mulher de Roque de Seixas, em 19 de outubro de 1737; uma estante e uma caixa de charão, utilizada comumente pela confraria; três missais, um deles com estampas de prata, outro adquirido em 1724 e o último já com bastante uso, que servia nas missas dos sábados; por último, referimos uma escrivanhinha, toda em bronze, que servia ordinariamente no caixão da confraria. Cf. *Ibidem*, fls. 19-41.

¹¹²⁹ “Maiz estou entregue de duas coroas de prata lavrada do bom feitio com suas pedras de bom tamanho verdes e vermelhas huma grande da Senhora e outra pequena do Menino, que mandou de prenda a Nossa Senhora da Conceição António de Abreu, filho de Manoel de Abreu, naturaes desta Villa.” Cf. *Ibidem*, fl. 37.

¹¹³⁰ D. Frei Luís da Silva (1626-1703) nasceu em Lisboa e era filho ilegítimo de Francisco da Silva e de Margarida de Noronha. Pertencia à família Silva Teles, aparentada com os marqueses de Alegrete e com os condes de Vilar Maior. Entrou para a Ordem da Santíssima Trindade em 1641 e foi bispo titular de Ticiopoli (1671), bispo de Lamego (1677), da Guarda (1684) e arcebispo de Évora (1691), por mercê régia de D. Pedro II, confirmada pelo papa Inocêncio XII. Enquanto administrador da última diocese, revelou grande preocupação para com os estudantes e as famílias numerosas. Devoto do Santo Lenho, foi por sua ordem que se engastaram gemas na sua cruz. Cf. José Pedro Paiva, “D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra. O caso da diocese de Lamego (1677-85)”, in Amélia Polónia, Jorge Martins Ribeiro e Luís A. Oliveira Ramo (coord.), *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 247-249; Jerónimo Alcântara Guerreiro, *Galeria dos Prelados de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1971, pp. 85-87.

¹¹³¹ “Maiz estou entregue de duas Coroas de prata sobredoyrada com suas pedras verdes e vermelhas que o Senhor Arcebispo de Évora D. Fr. Luiz da Sylva mandou de prenda a Nossa Senhora da Conceição na ocasião em que aqui esteve a Senhora Rainha da Gram Bertanha.” Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 38.

também era detentora de algumas jóias de prata, destinadas ao adorno da imagem da padroeira. Destacamos a oferta de uns olhos de prata por um devoto, em 1724¹¹³², de um coração de prata, oferecido por Manuel Francisco em 1732¹¹³³ e de uma língua de prata, oferecida por D. Inácia em 1734, prováveis *ex-votos* oferecidos após curas entendidas como miraculosas¹¹³⁴.

Tal como pudemos verificar no inventário de 1679, também Amador Monteiro de Sá registou objetos em prata vocacionados para o culto religioso. Na primeira metade de setecentos, a confraria possuía uma sacra¹¹³⁵ de prata¹¹³⁶, vinte e seis castiças do mesmo metal, sendo que seis foram oferecidos em 1699 por D. Catarina de Bragança¹¹³⁷, quatro foram fabricados por ordem da Mesa, em 1683¹¹³⁸, e mais quatro em data que se desconhece¹¹³⁹, além dos quatro piveteiros¹¹⁴⁰ de prata lavrada¹¹⁴¹. Não podemos deixar de mencionar a existência de ciriais¹¹⁴², campainha¹¹⁴³, bacia¹¹⁴⁴, prato¹¹⁴⁵, gomil¹¹⁴⁶,

¹¹³² *Ibidem*, fl. 17.

¹¹³³ Manuel Francisco residia em Nossa Senhora de Machede, próximo de Évora, e o coração de prata que ofereceu a Nossa Senhora da Conceição foi considerado “de pouca vallia.” Cf. *Ibidem*, fl. 24v.

¹¹³⁴ “Maiz levou a mesma Senhora [...] a senhora D. Ignacia huma lingoa de pratta pequena em 4 de Outubro de 1734 por algum purdigio que a dita Senhora poderia ter obrado com ella.” Cf. *Ibidem*, fl. 26.

¹¹³⁵ Uma sacra, segundo Rafael Bluteau, era uma “taboinha, ou cousa semelhante, que se põem no meyo do Altar, com as palavras da consagração, a Glória, o Credo, &c. para ajudar a memoria do Sacerdote no Sacrificio da Missa.” Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 7, p. 421.

¹¹³⁶ Esta peça foi mandada fazer por ordem da Mesa da confraria em 1686 e, pesando 10 marcos, 4 onças e 3 oitavas, custou à mesma 69.800 réis. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 34.

¹¹³⁷ *Ibidem*, fl. 34v.

¹¹³⁸ *Ibidem*, fl. 35.

¹¹³⁹ Estes castiçais, pequenos e rasos, eram colocados entre as grades de prata, diante da imagem de Nossa Senhora da Conceição. Foram fabricados em Vila Viçosa, pelo ourives António de Matos, tendo custando à confraria 34.000 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 35.

¹¹⁴⁰ Piveteiros, ou piviteiros, segundo Rafael Bluteau, eram castiçais, ou algo semelhante, que tinha por objetivo segurar o pivete, isto é, um perfume no feitio de um pau redondo que liberta um cheiro odorífero. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 6, p. 539.

¹¹⁴¹ Peças fabricadas por ordem da Mesa da confraria, tendo-se pago ao ourives calipolense António Machado 196.250 réis. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 35v.

¹¹⁴² Os ciriais foram feitos por ordem da Mesa ao ourives Álvaro Machado, de Vila Viçosa, tendo os mesmos custado 35.700 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 36.

¹¹⁴³ *Ibidem*, fl. 36.

¹¹⁴⁴ *Ibidem*, fl. 36v.

¹¹⁴⁵ *Ibidem*, fl. 36v.

¹¹⁴⁶ Gumil, ou gomil, era um jarro com boca estreita e asa, em forma de galheta grande. O que a confraria possuía era utilizado para armanezar a água destinada à lavagem das mãos. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 4, p. 92; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 36v.

palangana¹¹⁴⁷, naveta¹¹⁴⁸, turíbulo¹¹⁴⁹, galhetas¹¹⁵⁰, cálice e patena¹¹⁵¹, utilizados nas missas e ofícios levados a cabo pela irmandade¹¹⁵².

Lugar de destaque, no inventário redigido por Amador Monteiro de Sá, granjearam as lâmpadas de prata. Algumas delas existiam no terceiro quartel do século XVII, pois fez-se referência às que foram oferecidas por D. Teodósio II e por Simão Antunes tanto no inventário de 1679 como no de 1719¹¹⁵³. As várias lâmpadas que a confraria possuía na primeira metade de setecentos eram as que figuravam no primeiro registo¹¹⁵⁴, mais a que D. João V enviou em 1724 pelo padre Manuel de Sousa, tesoureiro da capela do paço de Vila Viçosa, com “huma marge doyrada e com as armas Reaes”¹¹⁵⁵. O *Magnânimo* enviou também um lavabo e um evangelho de prata, peças que, por motivo por nós desconhecido, figuraram neste mesmo item¹¹⁵⁶.

Outro metal nobre que ocupou um destacado lugar em 1719 foi o ouro. Muitas das suas peças diziam respeito a ofertas de devotos da padroeira de Portugal, algumas delas pautadas pela simplicidade ou pelas semelhanças às que figuravam no inventário de 1679. Os exemplos mais significativos desses objetos são um menino de outro

¹¹⁴⁷ Uma palangana, ou pelangana, era um vaso circular utilizado para lavar as mãos. O que a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa possuía servia para colocar as moedas. Sobre estas questões cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 6, p. 192; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 37.

¹¹⁴⁸ Isto é, um vaso comprido e em forma de barquinha, utilizado para deitar o incenso. A que a confraria calipolense possuía era de prata lavrada. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 5, p. 690. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 37.

¹¹⁴⁹ *Ibidem*, fl. 37.

¹¹⁵⁰ Segundo Rafael Bluteau, era este o significado de galheta: “Pequeno vaso de vidro, ou metal, com que se dá o vinho, & a agoa para o sacrifício da missa, ou em que se poem o azeite, & vinagre nas mesas. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 4, p. 16. Sobre a referência que Amador Monteiro de Sá lhe fez cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 37.

¹¹⁵¹ Isto é, uma espécie de pratinho com que o sacerdote cobre o cálice na missa. Era utilizada ainda para recolher fragmentos da hóstia. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 6, p. 316.

¹¹⁵² Cabe igualmente referir outras peças de prata, entre elas uma estante de prata, feita pelo ourives António Machado por ordem da Mesa, custando 121.700 réis; uma cruz, oferecida por D. Catarina de Bragança; outra cruz, com uma imagem da Imaculada Conceição no meio; duas luas, colocadas aos pés da imagem da padroeira; duas jarras de prata lavrada e as grades utilizadas para fechar o sacrário e a tribuna de Nossa Senhora. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 35-37.

¹¹⁵³ Embora o segundo inventário nos ofereça mais informações que o primeiro. No caso da lâmpada oferecida pelo duque de Bragança, no inventário de 1719 consta que foi oferecida em 29 de janeiro de 1628 e foi entregue à confraria por João Rodrigues, seu reposteiro mor. Cf. *Ibidem*, fl. 33.

¹¹⁵⁴ “Mais de outra alampada de prata com 4 balaustres a qual se mandou fazer por ordem da Meza servindo de Thesoureiro Estevão Mendes da Silveira e tem de pezo 30 marcos.”; “Maiz de outra alampada de 4 balaustres que deu a Nossa Senhora João Tovar Caminha no anno de 1589.” Cf. *Ibidem*, fl. 33v.

¹¹⁵⁵ *Ibidem*, fl. 34.

¹¹⁵⁶ *Ibidem*, fl. 34.

pequeno¹¹⁵⁷, um cordão pequeno¹¹⁵⁸, um colar (ou cordão) com 77 peças esmaltadas¹¹⁵⁹, uma campinha de ouro que servia de ornato ao Menino Jesus¹¹⁶⁰ e um crucifixo¹¹⁶¹. Algumas peças eram fabricadas em filigrana e nelas se engastaram pequenas gemas ou pérolas como foi o caso do relicário¹¹⁶² com um aljôfar¹¹⁶³, uma tremola (ou alfinete) com um diamante e outros mais pequenos¹¹⁶⁴, um Menino Jesus de ouro com três aljôfares¹¹⁶⁵, uma memória de filigrana com uma esmeralda verde¹¹⁶⁶ e um coração com um laço e uma pedra no meio¹¹⁶⁷.

No entanto, não podemos descurar outras peças de ouro: anéis, cordões, mariposas, pingentes e trémulas. Além das que foram oferecidas pelas condessas de Alva e de Coculim, que anteriormente referimos, não podemos deixar de assinalar a oferta de uma trémola com um pequeno diamante por José de Carvalhais¹¹⁶⁸ ou a de um coração de filigrana com uma esmeralda, por Maria de Oliveira, de Setúbal¹¹⁶⁹. Advertimos para o facto de muitas destas peças estarem em sintonia com a joalharia feminina dos séculos XVII e XVIII, em que as mulheres enfeitavam a cabeça com muitas das jóias acima referidas¹¹⁷⁰. Muitos ornamentos dos toucados eram reaproveitados, engastando-se-lhes gemas de menor valor e dando origem a anéis, alfinetes e fechos de colar¹¹⁷¹.

¹¹⁵⁷ Sabe-se que este foi vendido, provavelmente logo em 1719, quando da venda de ouro que já não servia para o ornato de Nossa Senhora da Conceição. Sobre estas questões cf. Idem, Cód. 123, fl. 11; Idem, Cód. 11, fl. 29v.

¹¹⁵⁸ Idem, Cód. 123, fl. 11v.

¹¹⁵⁹ *Ibidem*, fl. 11v.

¹¹⁶⁰ *Ibidem*, fl. 12v.

¹¹⁶¹ Oferecido à padroeira por Inácio Freire “Sigano” em 4 de Agosto de 1728. O mesmo, ao proceder à oferta, afirmou que a peça lhe havia custado 9 cruzados novos. Cf. *Ibidem*, fl. 22.

¹¹⁶² Salientamos o facto de este ser um dos poucos relicários que figura no inventário de 1719, ao contrário do de 1679. Tê-los-iam vendido, como sucedeu com algumas peças de ouro?

¹¹⁶³ “Maiz de hum relicário de ouro pequeno com seu aljôfar”. Cf. *Ibidem*, fl. 13. Aljôfar era uma pérola pequena, extraída de algumas conchas. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 1, p. 260.

¹¹⁶⁴ Esta peça de ouro custou moeda e meia e foi adquirida pela Mesa na feira de janeiro de 1720. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 13.

¹¹⁶⁵ *Ibidem*, fl. 14.

¹¹⁶⁶ “Maiz estou entregue de huma memoria de ouro de filagrana com sua esmeralda verde no meio pequena que deu de prenda a Nossa Senhora Domingos Fernandes Barradas, de Moura, em 30 de Maio de 723.” Cf. *Ibidem*, fl. 15.

¹¹⁶⁷ Entregue à confraria em 29 de agosto de 1737, foi oferecido à padroeira, em testamento, por Josefa Maria, que residia na aldeia dos Arcos, termo de Estremoz. Cf. *Ibidem*, fl. 28v.

¹¹⁶⁸ Este assistente na casa do futuro conde de Alva, D. João Diogo de Ataíde, ofereceu a referida peça à Imaculada Conceição em 26 de fevereiro de 1724 e, à data da oferta, ornamentava a imagem. Cf. *Ibidem*, fl. 16.

¹¹⁶⁹ Esta peça foi oferecida em 29 de julho de 1724. Cf. *Ibidem*, fl. 17.

¹¹⁷⁰ Gonçalo de Vasconcellos e Sousa, *A Joalharia... cit.*, p. 65.

¹¹⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 66.

Se na categoria dedicada ao ouro encontramos referências a algumas gemas, verificamos que estas também figuravam noutra tipologia que identificámos e que Amador Monteiro de Sá frisou¹¹⁷². A joalharia do final de seiscentos¹¹⁷³ e inícios de setecentos passava essencialmente pelo recurso ao esmalte, aos aljôfares e à pedraria, nomeadamente aos diamantes e às esmeraldas¹¹⁷⁴. Nesse período foram largamente divulgados os laços com pingente. No século XVIII, a joalharia portuguesa foi marcada pela descoberta de ouro e de diamantes no Brasil, levando a que a tendência da utilização de uma só gema viesse substituir o engaste de múltipla pedraria e esmaltes¹¹⁷⁵.

Várias jóias pertencentes à referida confraria inseriam-se nas tipologias acima mencionadas. Além das que esta já possuía em 1719, como foi o caso de um triângulo com seis pedras e a Imaculada Conceição¹¹⁷⁶ ou das trémolas com diamantes e rubis¹¹⁷⁷, destacamos as que, nas décadas de 1720 e 1730 foram oferecidas por vários devotos para ornamentar a padroeira: um anel de diamantes pequenos, em 1727 por uma criada da condessa de Alva¹¹⁷⁸; um broche¹¹⁷⁹ com 52 diamantes grandes e pequenos, deixado em testamento à venerada imagem por Margarida Bernarda de Noronha, do Redondo¹¹⁸⁰; uns brincos com 70 diamantes, oferecidos por Manuel da Costa Zuzarte de Brito, coronel residente em Portalegre, em 1733¹¹⁸¹; uma trémola com três rubis, oferecida em 6 de dezembro de 1739 por D. Vitória, mulher de António Luís de Melo Lobo¹¹⁸²; um alfinete com diamantinhos, enviado à padroeira por D. Serafina, em 1739¹¹⁸³.

¹¹⁷² Ao criarmos o Quadro VI, consideramos pertinente diferenciar as jóias de ouro com gemas daquelas que apenas referem o recurso às gemas.

¹¹⁷³ Segundo Rui Guedes e Nuno Vassalo e Silva, a joalharia portuguesa seiscentista pautou-se por dois momentos. O primeiro, de 1600 à década de 1640, manteve as tendências renascentistas, dominando a policromia nas gemas e nos esmaltes. No segundo, compreendendo a segunda metade da centúria, assentava nos padrões barrocos e destacavam-se as jóias com diamantes lapidados em rosa e encastoados em ouro ou prata, além do recurso às esmeraldas. Cf. Rui Guedes e Nuno Vassallo e Silva, *Joalharia Portuguesa*, Lisboa, Bertrand Editora, 1999, p. 22.

¹¹⁷⁴ Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A Joalharia... cit.*, p. 56.

¹¹⁷⁵ Rui Guedes e Nuno Vassallo e Silva, *Joalharia Portuguesa... cit.*, p. 24.

¹¹⁷⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, 11v.

¹¹⁷⁷ *Ibidem*, fls. 13-13v.

¹¹⁷⁸ *Ibidem*, fl. 21.

¹¹⁷⁹ “Brinco do peito, composto de tres peças de qualquer pedraria, estreitas & encadeadas ao comprido Tambem se traz nas mangas, &c.” Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 2, p. 197.

¹¹⁸⁰ Esta oferta foi entregue à confraria por Vicente Zagalo Preto, viúvo da referida redondense, em 17 de junho de 1732. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 24v.

¹¹⁸¹ *Ibidem*, fl. 26.

¹¹⁸² *Ibidem*, fl. 32v.

¹¹⁸³ D. Serafina Maria de Sousa Carvalho e Melo era mulher de Pedro Lobo da Gama e sobrinha do bispo de Miranda, D. João de Sousa Carvalho. Cf. *Ibidem*, fl. 30v.

No inventário de 1719, Amador Monteiro de Sá mencionou em diversos momentos objetos de madeira, pertencentes à referida confraria. Alguns dizem respeito a trabalhos entalhados, isto é, esculpidos¹¹⁸⁴, nomeadamente as jarras dos ramalheteiros¹¹⁸⁵, as imagens da capela mor¹¹⁸⁶ e as peanhas correspondentes¹¹⁸⁷. Cabe ainda referir uma baqueta do altar com as armas reais¹¹⁸⁸, três tocheiras¹¹⁸⁹, um órgão¹¹⁹⁰ e outros objetos de uso comum, como umas grades de pau preto – oferecidas por D. Pedro II, em 1686¹¹⁹¹ –, um espaldar¹¹⁹² e três cadeirinhas rasas¹¹⁹³.

A Régia Confraria de Nossa da Conceição de Vila Viçosa era igualmente possuidora de objetos vidro e de cristal. Sobre este último, cabe referir as jóias, como era o caso da que possuía 17 pedras azuis e filigrana ao redor¹¹⁹⁴ e umas contas brancas, oferecidas pela condessa de Alva, em 1723¹¹⁹⁵. Em 1726, foi colocado na capela mor um candeeiro de cristal com oito castiçais, oferecido por Marcos Gonçalves, galego residente em Lisboa¹¹⁹⁶. Oito anos após a dita oferta, ou seja, em 1734, a irmandade recebeu dois castiçais de vidro branco e umas galhetas e salva de vidro cristalino, que foram oferecidos por António de Castelo Branco, padre da Congregação do Oratório de Estremoz¹¹⁹⁷.

Embora se trate da categoria com maior número de peças mencionadas no inventário de 1719, optámos, por uma questão metodológica, por abordar os tecidos num outro prisma. Assim, construímos o quadro seguinte, no qual dispusemos em várias modalidades as tipologias que aos vestidos diziam respeito:

¹¹⁸⁴ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 3, p. 138.

¹¹⁸⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 41.

¹¹⁸⁶ “E assim tem maiz a dita Confraria todoz os Santos que estão na Cappella Mor e a Senhora da Conceição pequenina e só não he da dita Confraria o senhor São Bento.” Cf. *Ibidem*, fl. 41v.

¹¹⁸⁷ *Ibidem*, fl. 42.

¹¹⁸⁸ *Ibidem*, fl. 41v.

¹¹⁸⁹ *Ibidem*, fl. 41v.

¹¹⁹⁰ Segundo o tesoureiro da confraria o órgão estava danificado, sendo responsáveis pelo incidente alguns padres pregadores, que lhe furaram os tubos numa quarta-feira santa. Cf. *Ibidem*, fl. 41v.

¹¹⁹¹ *Ibidem*, fl. 41v.

¹¹⁹² *Ibidem*, fl. 42v.

¹¹⁹³ *Ibidem*, fl. 42v.

¹¹⁹⁴ *Ibidem*, fl. 12v.

¹¹⁹⁵ *Ibidem*, fl. 14v.

¹¹⁹⁶ *Ibidem*, fl. 19v.

¹¹⁹⁷ *Ibidem*, fl. 27. Sobre os oratorianos em Estremoz, sabe-se que se instalaram na vila em 1695 e que dois anos depois foi lançada a primeira pedra do seu convento, edificado no local onde existiu o palácio de D. Constantino de Bragança (1528-1575). O referido lançamento ocorreu em 8 de dezembro de 1697, dia de Nossa Senhora da Conceição, que era também o orago da igreja do convento. Cf. José Filipe Mendeiros, *Património Religioso... cit.*, pp. 73-74.

Quadro VII - Peças de tecido pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719-1740)

Tecido	Número
Alvas/casulas	14
Corporais/ sanguinhos/ véus	17
Côvados de tecido	4
Fitas	24
Mantos/ capas	8
Panos/ toalhas	5
Punhos	4
Vestidos/ camisas	23
Tapetes/ cortinas	14
Total	109

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123.

Ao analisar o quadro acima, é possível constatar que os maiores números diziam respeito a fitas (24). Estas podiam ser estreitas ou compridas e eram feitas em tecido. Apesar de se desconhecer qual a sua verdadeira função, sabe-se que serviam para ornamentar a imagem de Nossa Senhora da Conceição¹¹⁹⁸. Muitas dessas fitas estavam em uso quando do registo feito por Amador Monteiro de Sá e eram compostas por tela de ouro¹¹⁹⁹ e de prata¹²⁰⁰. Havia também fitas azuis¹²⁰¹, carmesins ou encarnadas¹²⁰², que podiam, ou não, ter franjas na ponta¹²⁰³. Algumas vinham amarradas a ramos de flores ou possuíam o feitio de um laço.¹²⁰⁴, sendo que grande parte delas chegou às mãos da Mesa da confraria por ofertas das condessas de Alva, Coculim e Galveias, ou da marquesa de

¹¹⁹⁸ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 3, p. 138.

¹¹⁹⁹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 17v.

¹²⁰⁰ *Ibidem*, fl. 17v.

¹²⁰¹ *Ibidem*, fl. 21.

¹²⁰² *Ibidem*, fl. 23v.

¹²⁰³ *Ibidem*, fl. 20.

¹²⁰⁴ Citemos, a título de exemplo, uma oferta de D. Constança Luísa Monteiro Paim: “Em 19 de Fevereiro de 735 deu de prenda a Nossa Senhora a senhora Condessa de Alva hum ramo de flores com hum fita atellada de azul e ouro atada no pe”. Cf. *Ibidem*, fl. 27v.

Unhão¹²⁰⁵. No entanto também D. Filipa Lobo da Gama, de Évora, figurou entre os devotos que ofertaram fitas¹²⁰⁶.

Tal como pudemos verificar no inventário de 1679, também constaram diversos vestidos entre os itens que saíram do punho de Amador Monteiro de Sá. Assim, pertenciam à imagem da padroeira, na primeira metade de setecentos, vestidos de tela verde e azul¹²⁰⁷; de primavera atelada, branca, vermelha ou verde¹²⁰⁸; de brocado azul¹²⁰⁹, de seda amarela¹²¹⁰ ou de chamalote de prata vermelho ou branco¹²¹¹, além dos vestidos próprios do Menino Jesus¹²¹². Alguns destes trajes possuíam grande antiguidade, pois já figuravam no inventário anterior e pelo menos um tinha mais de 80 anos. Era comum a referência não só ao próprio vestido, como também a mantos, mangas e camisas, o que, no entanto, não impedia que houvessem mantos independentes e em itens isolados¹²¹³.

Durante as décadas de 1720 e de 1730, vários devotos ofereceram vestidos para embelezar a imagem da padroeira. Alguns, já referidos neste estudo, foram ofertados por elementos das casas de Alva, de Coculim ou das Galveias. Um outro item dizia respeito à oferta de um vestido de damasco, com guarnições de rendas de ouro por Pedro Gomes da Silva, que era assistente na cidade da Baía e, em 3 de dezembro de 1738, enviou o referido vestido à confraria através do seu irmão¹²¹⁴. As várias indumentárias que a confraria possuía eram marcadas por riqueza e esplendor, sucedendo o mesmo com as que o paço ducal detinha e que também serviam para o ornato da padroeira¹²¹⁵.

¹²⁰⁵ *Ibidem*, fls. 14-32v.

¹²⁰⁶ *Ibidem*, fl. 29v.

¹²⁰⁷ “Maiz de outro vestido de tella verde com manto do mesmo guarnecido ao redor com hum rengalho de ouro.”; “Maiz de outro vestido de tella azul viado sem manto forrado de tafetta amarelo”. Cf. *Ibidem*, fl. 3.

¹²⁰⁸ “Estou entregue de hum vestido branco de primavera atelada com seus ramos de ouro com manto da mesma guarnecido tudo com rengalhos de ouro.”; “Maiz de outro vestido de primavera com suas flores emcarnadas e verdes sem guarnição e com manto do mesmo.”; “Maiz de outro vestido de primavera verde sem guarnição nem manto”. Cf. *Ibidem*, fl. 3-4.

¹²⁰⁹ “Maiz de outro vestido de borcado azul com seu manto do mesmo guarnecido tudo de rengalho de ouro e prata”. Cf. *Ibidem*, fl. 3.

¹²¹⁰ “Maiz de outro vestido amarello de seda muito antiga e bem uzado menos a saia que a não tem nem manto”. Cf. *Ibidem*, fl. 3v.

¹²¹¹ “Maiz de outro vestido de chamalote de prata emcarnado com seu manto guarnecido tudo de galões de prata que a Confraria comprou a Senhora no anno de 1720”; “Maiz estou entregue de hum vestido de chamalote de prata branco guarnecido de rendas de ouro que a Confraria comprou a Senhora neste anno de 720 e tem tambem manto do mesmo guarnecido da mesma renda de ouro pella dianteira”. Cf. *Ibidem*, fls. 4-5v.

¹²¹² *Ibidem*, fl. 3-4.

¹²¹³ Era o caso de um manto de cetim azul e encarnado, bordado a ouro e a prata. Cf. *Ibidem*, fl. 4.

¹²¹⁴ *Ibidem*, fl. 30.

¹²¹⁵ Na primeira metade do século XVIII, os mantos e os vestidos que existiam no paço ducal de Vila Viçosa eram os seguintes: um manto de “seda «agro de Tours» com decoração floral lavrada a sedas policromas,

Embora a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição tenha possuído diversos vestidos na primeira metade do século XVIII, estes não estiveram na posse da mesma simultaneamente. Tal como sucedeu em 1686, também Amador Monteiro de Sá registou peças que foram doadas a outras igrejas, para servirem em imagens mais modestas. Em data incerta foi entregue a Soror Juliana de Santo António, do convento de Santa Cruz de Vila Viçosa, um vestido amarelo de seda antiga, para uma imagem não identificada¹²¹⁶. Também um vestido de primavera branca com labirintos encarnados e verdes foi, em 1733, enviado ao convento de São Paulo, para servir na imagem de Nossa Senhora das Neves¹²¹⁷.

Não descuramos as camisas que figuravam no inventário de 1719, nomeadamente as que compunham a imagem do Menino Jesus e que já estavam na posse da confraria quando Amador Monteiro procedeu ao seu registo¹²¹⁸. Salientamos também a camisa de cambraia que D. Maria de Lencastre, marquesa de Unhão, ofereceu em 1733, no cumprimento de uma promessa¹²¹⁹. No entanto, também alguns punhos foram registados pelo tesoureiro da irmandade. Esta peça era confeccionada de brocado de pano, cosido na extremidade da camisa¹²²⁰ e a confraria possuía várias, de rendas ricas e finas, oferecidas pela condessa de Alva¹²²¹, por D. Filipa Lobo da Gama, mulher de Nicolau de Brito¹²²² – residentes em Évora –, ou pela já referida D. Serafina, sobrinha do bispo de Miranda¹²²³.

lâmina fio laminado e crespo dourado”; um vestido, manto e túnica de “lhama dourada com decoração espolinada a fio laminado crespo e a sedas policromadas em tons de azul, formando grinaldas sinuosas contínuas e paralelas dispostas verticalmente, alternando com ramos de flores dispersas”; um vestido e manto de “lhama dourada de fundo de seda rosa ou guarnição de motivos vegetalistas bordada a ouro, lâmina, fio laminado, canutilho e lantejoulas douradas”; um vestido, manto e túnica de “seda lavrada creme com decoração espolinada a seda policroma, fio laminado dourado e prateado, formando dois grandes motivos que se repetem no sentido vertical”; um manto de “seda «gros de Tours» azul, [com guarnição] de motivos florais bordados a ouro com fio laminado dourado, lâmina e canutilho”; um manto, vestido e túnica de “seda creme adamascada com decoração bordada a lâmina, fio laminado dourado e sedas policromos, numa composição de volutas barrocas e pequenos cestos de flores”. Cf. Maria Natália Correia Guedes e Maria José Taxinha, *Mantos Régios e Paramentos do Paço Ducal de Vila Viçosa...* cit., pp. 97-103.

¹²¹⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 3v.

¹²¹⁷ Este vestido foi oferecido a Nossa Senhora da Conceição pela condessa de Alva, em 6 de dezembro de 1723. Mais tarde, a mesma mandou retirar o rengalho que o vestido possuía, colocando-o noutra de cetim branco, que também ofereceu à padroeira. Assim, a Mesa da confraria achou por bem oferecer a peça de primavera à imagem de Nossa Senhora das Neves. Cf. *Ibidem*, fl. 15v.

¹²¹⁸ *Ibidem*, fl. 5.

¹²¹⁹ *Ibidem*, fl. 26v.

¹²²⁰ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino...* cit., t. 6, p. 828.

¹²²¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 26.

¹²²² *Ibidem*, fl. 29v.

¹²²³ *Ibidem*, fl. 30v.

No inventário em estudo, os corporais¹²²⁴, sanguinhos¹²²⁵ e véus também granjearam um destacado lugar. Detendo-se com questões culturais, os dois primeiros não conheceram uma descrição adicional¹²²⁶ e o mesmo sucedeu com os véus de cálices¹²²⁷. Existia também outra categoria de véus – os de ombro – que dizia respeito aos paramentos sacerdotais, sendo estes de damasco ou de tela branca¹²²⁸. Sobre a indumentária religiosa que estava na posse da confraria, cabe referir as alvas, casulas, dalmáticas e amitos. As primeiras eram ricas, entremeadas com boas rendas¹²²⁹, e as segundas haviam sido elaboradas com chamalote de prata¹²³⁰. Sobre as dalmáticas, eram de brocado ou de veludo¹²³¹, sendo algumas usadas em dias solenes. Já os amitos¹²³², ricos e arrendados, fizeram-se em 1724¹²³³, por ordem da Mesa¹²³⁴.

Ainda no que respeita às peças de tecido, cabe referir aquelas que tinham um caráter ornamental do próprio templo, em especial as cortinas e os tapetes. Sobre as primeiras, verificámos que eram utilizadas em vários espaços, nomeadamente no

¹²²⁴ Corporais eram os panos em que se colocava a hóstia. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 2, p. 560.

¹²²⁵ Sanguinho era o pano com que se limpava e purificava o cálice. Cf. Idem, *Ibidem*, t. 7, p. 473.

¹²²⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 39v.

¹²²⁷ Excetuam-se os itens respeitantes a estas peças que possuíam galão de ouro em redor.” Cf. *Ibidem*, fl. 39v.

¹²²⁸ *Ibidem*, fl. 4v.

¹²²⁹ Tratavam-se de três alvas, oferecidas à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição por Nicolau da Silva de Carvalho, morador em Vila Viçosa. Cf. *Ibidem*, fl. 40v.

¹²³⁰ *Ibidem*, fl. 39v.

¹²³¹ Estas surgem nos mesmos itens dos frontais de altar e dos panos de cruz e de púlpito, além das capas e asperges. Alguns serviam no dia de Nossa Senhora, nomeadamente os de “borcado emcarornado e branco guarnecido de suas franjas de ouro aparelhado de tufo”, entregues à confraria por António Cavide em 1665 e que já figuravam no inventário de 1679. Os ornamentos de “veludo emcarornado bordado de ouro e prata” eram utilizados nas missas dos sábados. Cf. *Ibidem*, fl. 39.

¹²³² Rafael Bluteau referiu-os, de forma muito genérica, como uma “Vestidura Sacerdotal.” Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 1, p. 340.

¹²³³ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 40v.

¹²³⁴ Não podemos deixar de mencionar as vestes sacerdotais que pertenciam à capela do paço ducal de Vila Viçosa e que eram igualmente ricas, muitas delas oriundas de Portugal, Espanha, França ou da Península Itálica. Destacamos um conjunto de paramentos, compostos por cinco casulas, sete dalmáticas, seis estolas e seis manípulos, “de lhama de prata de fundo creme, bordada a fio e lâmina dourada com decoração floral e motivos geométricos em alto relevo”; um conjunto de paramentos e acessórios, compostos por casula, duas dalmáticas, pluvial, duas estolas, três manípulos, véu de sacrário, bolsa de corporal, feitos em “brocado de seda vermelha com decoração de fio laminado dourado de duas grandes faixas ondulantes, dispostas verticalmente e preenchidas por folhagens. No intervalo das faixas e sobrepondo-se-lhes parcialmente três grandes flores dispersas. Galão e franja dourada e prateada”; casulas de lhama de prata com fundo creme, bordadas a fio laminado ou com seda creme lavrada, canelada vermelha. Não podemos descurar as alvas “de linho branco com fralda plissada e a goma formando desenho geométrico em relevo”; os véus de sacrário e de ombros de lhama de prata, cetim creme ou seda canelada e lavrada. Cf. Maria Natália Correia Guedes e Maria José Taxinha, *Mantos Régios e Paramentos do Paço Ducal de Vila Viçosa... cit.*, pp. 23-53.

retábulo¹²³⁵ e no trono da padroeira¹²³⁶, tendo sido fabricadas em brocado, chamalote, primavera, damasco ou pano de linho e a sua cor variava entre o azul, o verde, o vermelho e o branco¹²³⁷. Algumas delas foram oferecidas por devotos, nomeadamente D. Guiomar Maria Romualda, de Elvas¹²³⁸, e Pedro Gomes da Silva, residente na Baía¹²³⁹. Destacamos também a existência de alcatifas, umas já na posse da confraria em 1719¹²⁴⁰, outras oferecidas enquanto Amador Monteiro serviu a mesma¹²⁴¹.

Assumindo-se fundamentais para venerar a padroeira, as toalhas de altar marcaram igualmente presença no referido inventário. Assim que o tesoureiro iniciou os registos, reservou um item para duas toalhas, uma feita pela confraria e outra oferecida por uma devota¹²⁴². Existiam também outras toalhas, que figuravam no título dos ornamentos, sendo duas de altar, com rendas de uma parte, e duas toalhas de água¹²⁴³. Não entanto, não podemos deixar de mencionar a oferta da condessa de Alva, em 1728¹²⁴⁴. Sobre os tecidos avulsos, registaram-se 32 côvados¹²⁴⁵ de damasco azul com

¹²³⁵ “Maiz outraz quartinas grandes de pano de linho com sua sanefa do mesmo retabollo da Senhora”. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 9.

¹²³⁶ “Maiz de outras quartinaz de damasco azul com seus ramos gemados e com sua sanefa com as armas reaes no meio”. Cf. *Ibidem*, fl. 9.

¹²³⁷ *Ibidem*, fls. 8-9.

¹²³⁸ “Mais de outras quartinaz com sua sanefa de chamalote de prata emcarnado com sua franja de prata as quaes deu de esmola a Nossa Senhora D. Guiomar Maria Ramualda da Cidade de Elvas.” Cf. *Ibidem*, fl. 8.

¹²³⁹ “Umas quartinas de lhama todas guarnecidas de gallam e franja de ouro”. Cf. *Ibidem*, fl. 30.

¹²⁴⁰ “Maiz estou entregue de hum tapete grande e outro mais pequeno já com bastante uso”. Cf. *Ibidem*, fl. 41.

¹²⁴¹ Em 1732, D. Margarida Bernarda de Noronha, natural do Redondo, deixou em testamento uma alcatifa de seda da Índia com cinco varas de comprimento e duas e uma terça de largura. Um tapete grande azul, branco e preto foi oferecido por D. Joana Maria Luísa de Mascarenhas, mulher de João de Mesquita, em remuneração de um manto que a mesma tinha recebido e conservava junto de si, tratando-se a oferta de uma liquidação da dívida que tinha para com a confraria. A oferta ocorreu em 3 de julho de 1733 e o tapete media seis varas de comprimento e três de largura. Cf. *Ibidem*, fls. 24v-25.

¹²⁴² *Ibidem*, fl. 5.

¹²⁴³ *Ibidem*, fl. 40.

¹²⁴⁴ “Em 12 de Agosto de 1728 deu de prenda a Nossa Senhora a mesma Senhora D. Costança huma toalha de volante lavrado com que se ornou nessa mesma ocasião a dita Senhora”. Cf. *Ibidem*, fl. 22.

¹²⁴⁵ Na época moderna, unidades de medida como a peça, a vara e o côvado eram muito variáveis. Em relação ao último, correspondia aproximadamente a 3,5 palmos, ou seja, 0,70m. Cf. Isabel Drumond Braga, “A Circulação e a Distribuição de Produtos”, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), João José Alves Dias (coord.), *Nova História de Portugal...cit.*, vol. V, p. 221.

ramos gemados em 1719¹²⁴⁶. Salientamos que também se verificaram ofertas por devotos da Imaculada Conceição, nomeadamente 20 côvados de tabi branco¹²⁴⁷.

Amador Monteiro de Sá faleceu em 1740, sucedendo-lhe no cargo Manuel de Carvalho¹²⁴⁸. Este, ao juntar-se a Lopo Vaz de Almeida e a António Luís de Melo Lobo na Mesa da confraria, não recebeu de imediato as peças da irmandade que o falecido tesoureiro tinha em sua posse. Assim, figuravam nos livros de receita e despesa de 1741 a 1748 registos que diziam respeito a peças novas, isto é, que o seu fabrico ou oferta decorreu entre os anos mencionados¹²⁴⁹. Verificou-se que a Mesa da confraria mandou fazer umas cortinas de lhama carmesim¹²⁵⁰, uma toalha de altar de cambraia¹²⁵¹ e duas toalhas arrendadas, destinando-se estas últimas às missas dos sábados¹²⁵².

Nos registos acima referidos foram também anotadas algumas ofertas de devotos de Nossa Senhora da Conceição. Destaquem-se um anel de pedras grosseiras, oferecido por frei António de Macedo¹²⁵³; uma memória¹²⁵⁴, por Maria Curica¹²⁵⁵; um crucifixo, por Maria de Moura¹²⁵⁶; um alfinete com aljofares e um rubi¹²⁵⁷, por uma religiosa do convento de Nossa Senhora da Assunção, em Moura; uns punhos de renda larga, cujo

¹²⁴⁶ A permanência dos referidos tecidos na forma mencionada foi bastante efémera, pois 20 côvados foram utilizados no fabrico de um frontal, de um véu de cálice e na forragem de um livro. Os restantes 12 venderam-se, a 960 réis cada côvado. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 4v.

¹²⁴⁷ “Em 4 de Maio de 733 mandou da Índia de prenda a Nossa Senhora o Muito Reverendíssimo Padre Frei Ignacio de São Jozé estando lá por Vezitador Geral da Religião de São João de Deoz huma peça de vinte côvados de tabi de ouro branca sendo entregue pelo Reverendíssimo Padre Frei Amaro d’ Assumpção no dito dia e servindo emtão de Provincial da dita Religião de São João de Deoz de que a Meza lhe paçou certidão da sua entrega.” Cf. *Ibidem*, fl. 26.

¹²⁴⁸ Idem, Cód. 24, fl. 59.

¹²⁴⁹ Consideramos pertinente fazer referência aos itens mencionados no livro de receita e despesa de 1748, pois os referentes a anos anteriores possuem um número menos alargado de itens. Outras referências prende-se com os registos de 1743, por serem mais completos nas descrições das peças.

¹²⁵⁰ “Estou mais entregue de humas quartinas de Lamas de carmezim e de huma sanefa das mesmas a qual he de veludo Lavrado com franja de ouro galam do mesmo e as quartinas tem tabem galam mais estreito, estas mandei Eu fazer.” Cf. Idem, Cód. 28, fl. 60.

¹²⁵¹ “Estou entregue de huma toalha para o altar de cambraya que mandei fazer de hum lançol que truserão a Nossa Senhora da Conceição e tem renda ao redor que lhe mandei por.” Cf. *Ibidem*, fl. 60v.

¹²⁵² *Ibidem*, fl. 60.

¹²⁵³ *Ibidem*, fl. 60v.

¹²⁵⁴ Segundo Rafael Bluteau, uma memória era um anel sem pedra ou, caso a tivesse, esta não saía ou não era saliente. Poderia também ser um anel com pequenos diamantes ou uma cadeia de anéis. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 5, p. 417.

¹²⁵⁵ A memória pesava aproximadamente 700 réis e a devota que o ofereceu era lavradora na herdade da Ladoeira, termo de Veiros. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 24, fl. 57.

¹²⁵⁶ Maria de Moura era natural de Santiago, termo de Terena e a referida peça foi entregue à confraria pelo seu filho, Manuel Rodrigues Velho, morador no termo de Monsaraz. Cf. *Ibidem*, fl. 57v.

¹²⁵⁷ *Ibidem*, fl. 57v.

ofertante se desconhece¹²⁵⁸; um ramo de rosas de seda com um alfinete dourado com um diamante, pela condessa viúva de Alva¹²⁵⁹. Em 1743, além de serem mencionadas as peças do ano anterior, constavam também uma tolha de altar¹²⁶⁰ e outra para o sacerdote limpar as mãos, tratando-se a última de uma oferta de Miguel Gonçalves, vigário de Terena, como mortalha de um menino¹²⁶¹.

Destacamos igualmente umas cortinas de persiana¹²⁶²; uma peça de tabi de ouro, oferecida por Antónia Teresa¹²⁶³, da qual se fizeram um véu com guarnição de ouro e forro de tafetá carmesim¹²⁶⁴; umas cortinas pequenas para a grade de Nossa Senhora da Conceição¹²⁶⁵ e dois véus de cálice, com forro de tafetá carmesim e renda de ouro¹²⁶⁶. Menciou-se igualmente a oferta de uma roseira de seda, um laço de fita com duas franjas de prata e um alfinete de ouro com duas gemas pela condessa de Alva¹²⁶⁷; um frontal de altar de tabi de ouro¹²⁶⁸; um véu de ombros, forrado de tafetá carmesim e guarnecido com galão de ouro¹²⁶⁹, e duas tolhas de altar¹²⁷⁰, feitas de dois lençóis de Bretanha¹²⁷¹.

¹²⁵⁸ António Luís de Melo Lobo apenas apontou que os punhos lhe foram enviados por frei António Vaz de Macedo, beneficiado na igreja matriz. Cf. *Ibidem*, fl. 57v.

¹²⁵⁹ “Estou entregue de hum ramo de roseira de cem folhas todo de seda, as rozas encarnadas, as folhas verdes, com hum alfenete dourado com hum jasmim, o qual tem no meio hum diamante pequeno e nnas folhas humas lasquinhas, que mandou a Nossa Senhora a Senhora Condesa D’ Alva.” Cf. Idem, Cód. 28, fl. 61.

¹²⁶⁰ Esta toalha foi feita a partir de uma mortalha da Bretanha, oferecida por uma religiosa do convento de Nossa Senhora da Esperança, à qual se acrescentou a renda. Cf. Idem, Cód. 25 fls. 62-63.

¹²⁶¹ Idem, Cód. 28, fl. 61.

¹²⁶² As cortinas foram feitas a partir de um guarda-pé que já não servia, oferecido por Antónia Maria da Silva, filha de Manuel Lopes da Silva. Cf. Idem, Cód. 25, fl. 65. Sobre o guarda-pé, cabe referir que se tratava de uma saia interior, “a primeira saya, que a molher veste.” Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 4, p. 146.

¹²⁶³ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 27, fl. 65v.

¹²⁶⁴ *Ibidem*, fl. 65v.

¹²⁶⁵ *Ibidem*, fl. 65v.

¹²⁶⁶ *Ibidem*, fl. 65v.

¹²⁶⁷ Idem, Cód. 28, fl. 61.

¹²⁶⁸ *Ibidem*, fl. 61v.

¹²⁶⁹ *Ibidem*, fl. 61v.

¹²⁷⁰ *Ibidem*, fl. 61v.

¹²⁷¹ Durante a época moderna, o vestuário e os têxteis estavam associados a questões muito particulares. Vestir e calçar eram atos básicos, sendo uma das obras de misericórdia vestir aqueles que andavam nus. Muitas pessoas andavam descalças, mas todas tinham de andar vestidas de acordo com o grupo social a que pertenciam. A moral ditava o que cada um deveria vestir, havendo, por exemplo, padrões de vestuário próprios das prostitutas, e um homem endinheirado que não tivesse nascido no seio da nobreza não estava autorizado a trajar igual a um aristocrata. No que respeita aos têxteis, as peças de roupa, da cama e da mesa eram produzidas em casa, recorrendo-se a mão de obra especializada no fabrico de parte delas. Esse tipo de peças integrava o enxoval das mulheres, sendo reveladoras do seu estatuto, tendo em conta o requinte das mesmas. Recorria-se a diversos tipos de tecido para a confecção do vestuário, nomeadamente milanesa, cetim, chamalote, damasco, bretanha, camêlão, crepe, gala, meia sargeta, pinhoela, serafina e veludo. No que respeita ao traje feminino, como era muito diversificado, contava com peças como capas, mantos, lenços, mantéus, mantilhas, toucas, camisas, anáguas, almilhas, vestidos, saios, fraldilhas, guarda-pés,

Além das diversas peças anteriormente mencionadas, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição também possuía património imóvel. Desta forma, regressamos ao inventário de 1719, no qual figuram os registos das rendas e os foros da referida irmandade, pagos em dinheiro ou em alqueires de trigo, cevada ou azeite¹²⁷². Em relação aos primeiros, muitos deles diziam respeito a foros fateusim, isto é, contratos a título individual, nos quais se cediam os direitos de propriedade aos rendeiros¹²⁷³. Sobre os foros da confraria, muitos deles eram pagos em datas concretas, nomeadamente nos dias de São João Batista¹²⁷⁴, de São Martinho¹²⁷⁵, ou de Natal¹²⁷⁶. Outro dia bastante frequente era o de Santa Maria de Agosto, especialmente no que reportava aos pagamentos em trigo¹²⁷⁷.

Assim, sabemos que a confraria possuía várias habitações na primeira metade do século XVIII¹²⁷⁸: cinco casas no bairro do Castelo, sendo que duas delas localizavam-se

túnicas, vasquinhas e aventais, muitas vezes adornadas com rendas e bordados. À semelhança do que sucedia com muitos hereges com património nos séculos XVII e XVIII, que viam os seus bens confiscados pelo Tribunal do Santo Ofício, muitas das peças de vestuário pertencentes à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição eram riquíssimas, muitas delas confeccionadas com algodão da Índia e cambraia. Sobre estas questões cf. Isabel Drumond Braga, *Bens de hereges... cit.*, pp. 188-204.

¹²⁷² Também vários fólios do inventário de 1679 foram dedicados aos foros que a irmandade possuía. Estes passaram por foros pagos em dinheiro e em trigo. No primeiro caso, contam-se os de Catarina de Matos, que pagava 850 réis por possuir a capela de João Mendes Cepa; Madre Soror Mariana dos Martírios, freira no convento de Santa Cruz, que pagava 500 réis pela Horta da Fradaga; Leonardo Mendes de Almeida, que pagava 230 réis por trazer aforada a Horta de Vale de Moreno; Manuel João, que pagava 200 réis por trazer aforado um olival que pertenceu ao filho de Sebastião Vaz Almirante; os herdeiros de Francisco Rodrigues, que pagavam 45 réis pelas casas da Rua dos Fidalgos; a mulher de Jerónimo Pires, que pagava 10 réis pelo aforamento da Horta do Carvalho. Em relação os foros em trigo, estes passaram pelos pagamentos de João Maurício (30 alqueires); Dinis de Melo e Castro, futuro conde das Galveias, por duas courelas (56 alqueires) e por parte da Herdade do Fatalhão (6,5 alqueires); João Mendes de Barbadilha, pela Herdade da Marinela (14 alqueires); os herdeiros de António de Oliveira, pela Herdade do Gavião (7 alqueires); Estêvão de Mascarenhas, por uma courela que pertenceu ao capitão João de Oliveira Delgado (5 alqueires); pelo doze do que render anualmente a Herdade das Cardeiras, no termo de Juromenha, pertencente aos agostinhos de Vila Viçosa. O motivo pelo qual não analisámos as questões referentes aos foros mencionados prende-se com o facto de não conhecermos o seu impacto nos rendimentos da confraria, pois não chegaram à atualidade livros de receita e despesa do último quartel do século XVII. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fls. 25-29.

¹²⁷³ José Vicente Serrão, “A agricultura e a terra”, in José Mattoso (dir.), António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal... cit.*, vol. 4, p. 79.

¹²⁷⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 47.

¹²⁷⁵ *Ibidem*, fl. 47.

¹²⁷⁶ *Ibidem*, fl. 47v.

¹²⁷⁷ *Ibidem*, fls. 54-56.

¹²⁷⁸ Entre os séculos XIV e XVI, sabe-se as casas eram normalmente retangulares, mais compridas do que largas e não possuíam mais do que 50 metros quadrados. A tendência foi para que crescessem em altura, especialmente nos centros urbanos, como Lisboa, Porto e Coimbra. As casas térreas eram construções no rés-do-chão, podendo, ou não, existir pisos superiores. Já as casas de sobrado tinham mais de um piso, ou casas com lojas. Para aumentar as moradias, muitas vezes recorria-se à construção de sacadas, balcões, alpendres e passadiços. Grande parte das casas não tinha mais do que quatro divisões, e a diferenciação entre espaços, como a cozinha ou o local de trabalho, foi-se lentamente instalando ao longo da época moderna. As habitações eram muitas vezes mal arejadas e iluminadas, o seu piso era de terra batida ou,

na rua dos Albardeiros e na rua do Bugio¹²⁷⁹. Não descuremos as das ruas de Três¹²⁸⁰, dos Caldeireiros¹²⁸¹, de Évora¹²⁸², da Torre¹²⁸³ e dos Fidalgos¹²⁸⁴. No entanto, a confraria possuía várias propriedades, revelando um alinhamento com a distribuição da terra no Portugal setecentista, pois os terrenos de instituições eclesiásticas ou paraeclesiásticas apenas eram superados pelos da coroa e da nobreza¹²⁸⁵. Também figuravam courelas, courelas de vinha, hortas, herdades e olivais. Em relação às primeiras, contabilizaram-se as de Bencatel¹²⁸⁶ e as do “Pomar de Phelippa¹²⁸⁷”.

As courelas e as courelas de vinha eram propriedades diferentes¹²⁸⁸, sendo a primeira uma parcela de terreno longa e estreita, enquanto a segunda dizia respeito a uma vinha descontínua¹²⁸⁹, sendo que a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição possuía as segundas nos sítios das Cortes (duas)¹²⁹⁰, das Dobres (uma)¹²⁹¹, das Fontainhas (duas)¹²⁹² e do Paul (uma)¹²⁹³. As hortas resumiam-se às do Vale de Moreno¹²⁹⁴ e de Pardais¹²⁹⁵, enquanto as herdades passavam pelas do Fatalhão¹²⁹⁶, Fonte da Pedra¹²⁹⁷,

mais raramente, de madeira. As paredes eram caiadas, a telha assentava sobre as traves do telhado e o revestimento interior era feito em madeira. A habitação podia possuir anexos, como adega, alpendre, celeiro, curral, estrebaria, horta, palheiro, quintal, etc. Cf. Isabel Drumond Braga, *Bens de hereges... cit.*, pp. 93-94.

¹²⁷⁹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fls. 47v-51.

¹²⁸⁰ *Ibidem*, fl. 48.

¹²⁸¹ *Ibidem*, fl. 48v.

¹²⁸² *Ibidem*, fl. 49.

¹²⁸³ *Ibidem*, fl. 50v.

¹²⁸⁴ *Ibidem*, fl. 51v.

¹²⁸⁵ José Vicente Serrão, “A agricultura e a terra” ...*cit.*, p. 79.

¹²⁸⁶ Estas propriedades encontravam-se aforadas aos condes das Galveias. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 54.

¹²⁸⁷ *Ibidem*, fl. 48.

¹²⁸⁸ Em Portugal, durante a época moderna, possuir terras era sinónimo de riqueza. A grande maioria delas estavam na posse da família real, do clero e da nobreza. Não era raro encontrar terras pertencentes a confrarias e misericórdias, que normalmente era arrendadas, através de contratos. Estes podiam ser por anos (contratos breves, que se traduziam num fraco empenhamento por parte dos rendeiros, levando ao esgotamento da terra), por emprazamentos em vidas ou em aforamentos perpétuos (estes dois últimos casos permitiam aos rendeiros um melhor usufruto das terras e salvaguardavam o futuro dos seus descendentes). Cf. Isabel Drumond Braga, *Bens de Hereges... cit.*, pp. 109-111.

¹²⁸⁹ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 2, p. 595.

¹²⁹⁰ Por não surgir mais nenhuma indicação, acreditamos que estas localizar-se-iam nos arredores de Vila Viçosa. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 47.

¹²⁹¹ Cujo foro era pago por Ana de Oliveira, viúva do alferes Bento Pires e, mais tarde, por João Rodrigues, que as adquiriu. Cf. *Ibidem*, fl. 47v.

¹²⁹² *Ibidem*, fl. 57.

¹²⁹³ *Ibidem*, fl. 51v.

¹²⁹⁴ *Ibidem*, fl. 50.

¹²⁹⁵ *Ibidem*, fl. 52.

¹²⁹⁶ Esta herdade localizava-se no termo de Juromenha, enquanto as restantes se situavam no termo de Vila Viçosa. Cf. *Ibidem*, fl. 54v.

¹²⁹⁷ *Ibidem*, fl. 54v.

Furadouros¹²⁹⁸ e Gavião¹²⁹⁹, além da que foi anexada à tapada dos duques de Bragança¹³⁰⁰. Os olivais situavam-se na Serra do Lavra de Noite (dois)¹³⁰¹, na Portela de Évora (dois)¹³⁰², no Vale das Pegas¹³⁰³ (um) e nas Fontainhas (um)¹³⁰⁴.

Na década de 1740, com as alterações que a Mesa da confraria sofreu, o escrivão da mesma manifestou necessidade de anotar as suas rendas nas primeiras páginas de todos os livros de receita e despesa¹³⁰⁵. No entanto, encontramos referência a outras propriedades: um olival no Vale de Crispino e uma morada de casas na rua de D. Pascoela¹³⁰⁶. Desta forma, verificamos que, num período que quase compreendeu o reinado de D. João V, a confraria em estudo possuiu inúmeros bens imóveis, conservando-os durante largos anos¹³⁰⁷.

Que paralelo é possível estabelecer entre os dois inventários? Para melhor conhecer essa realidade, propomos uma leitura do seguinte quadro:

Quadro VIII – Comparação entre as peças registadas nos inventários de 1679 e de 1719

Material	Número (Inventário 1679)	Número (Inventário 1719)
Tecidos	61	109
Prata	23	68
Ouro	9	38
Cristal/vidro	6	7
Gemas	2	16

¹²⁹⁸ *Ibidem*, fl. 55.

¹²⁹⁹ *Ibidem*, fl. 55v.

¹³⁰⁰ *Ibidem*, fl. 54.

¹³⁰¹ *Ibidem*, fl. 49-50.

¹³⁰² *Ibidem*, fls. 49v-57.

¹³⁰³ *Ibidem*, fl. 57.

¹³⁰⁴ *Ibidem*, fl. 57. Não podemos deixar de mencionar as propriedades da confraria cuja localização desconhecemos: um quintal, aforado por Maria Ana da Silva; um foro de trinta alqueires de trigo, pago pelos herdeiros de Maria Alcoforada por um terreno não identificado; um foro de cinco alqueires de trigo, pagos por D. Maria Velha; Cf. *Ibidem*, Fls. 50v-55v.

¹³⁰⁵ *Idem*, Cód. 23, fls. 31-36v; Cód. 24, fls. 13-24v; Cód. 25, fls. 20-32; Cód. 26, fls. 13-25; Cód. 27, fls. 14-24; Cód. 28, fls. 11-26.

¹³⁰⁶ *Idem*, Cód. 24, fl. 14.

¹³⁰⁷ As pequenas alterações verificadas prendiam-se apenas com a alteração dos rendeiros, principalmente por morte, ficando a sua viúva ou herdeiros como detentores da propriedade.

Esmalte	1	
Madeira		17
Flores		23
Outros	9	12
Total	114	287

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, 123.

Ao comparar os dados referentes aos inventários de 1679 e de 1719, verificamos que o total de objetos do primeiro (114) é muito inferior ao do segundo (287). À exceção do esmalte, madeira e flores, cujos objetos apenas figuram num dos inventários, todas as peças registadas em 1719 superam as registadas em 1679: tecidos, com uma diferença de 48 peças; ouro, 45; prata, 29; cristal e vidro, 1; gemas, 14¹³⁰⁸. Em nossa opinião, esta grande disparidade entre o número de peças pode estar relacionada com os anos de registo que os inventários abarcaram, uma vez que o primeiro corresponde a sete anos (1679-1686) e o segundo diz respeito a vinte e um (1719-1740)¹³⁰⁹. Assim, por falta de registos, desconhecemos quais as peças adquiridas entre 1686 e 1719. Outro motivo que fez com que o inventário do século XVIII fosse mais extenso remete para o património imóvel da confraria, que, como verificaremos em seguida, era uma das suas fontes de receita.

3.4 – Um percurso pelos livros de receita, despesa e ofertas da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição

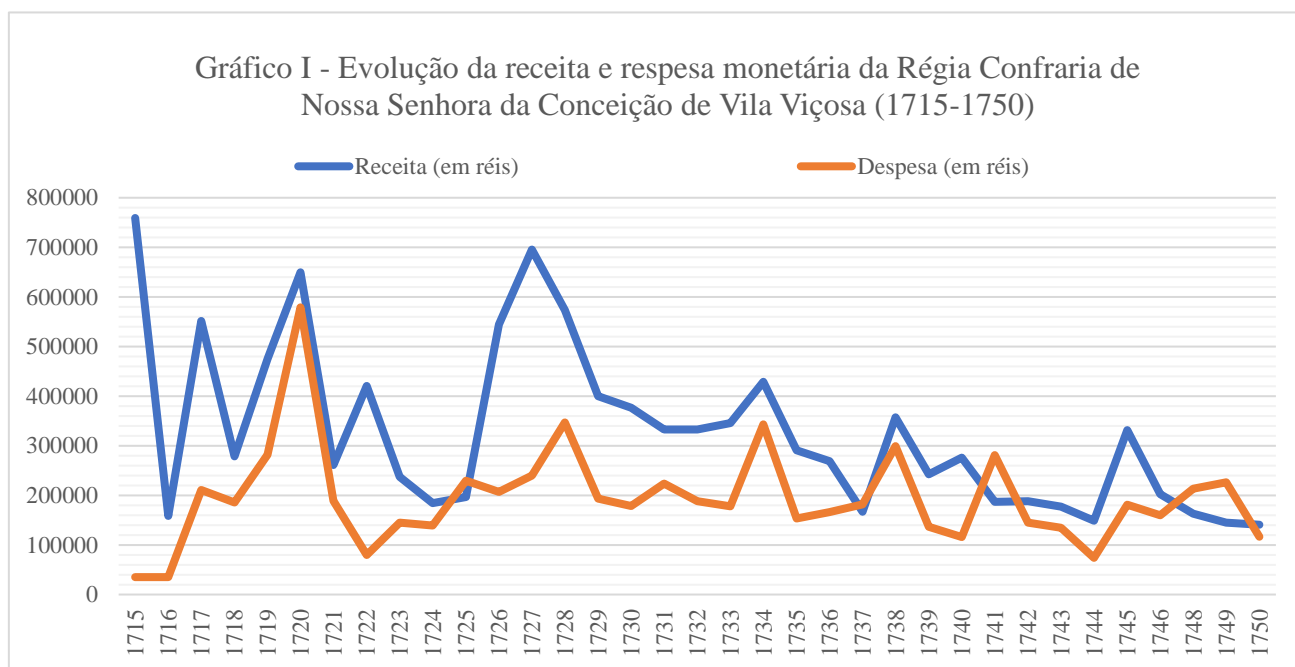
Na primeira metade do século XVIII, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa era detentora de um vasto património, desde alfaías religiosas a propriedades na vila e nos campos que a circundavam. Se é verdade que a referida irmandade auferia rendimentos desses bens imóveis, a verdade é que os seus recursos não se limitavam aos foros e rendas que, em vários momentos do ano, lhe eram pagos. Outras fontes remetem-nos para os livros de receita e despesa, consequentemente associados às

¹³⁰⁸ Idem, Cód. 122, fls. 1-14. Cód. 123, fls. 3-57.

¹³⁰⁹ Devido ao pormenor de alguns registos, sabemos que alguns objetos figuram em ambos os inventários. Assim sucedeu, por exemplo, com a lâmpada de prata oferecida por D. Teodósio II, ou com o vestido oferecido por D. Alexandre de Bragança.

quantias que a confraria auferia e gastava. Tenha-se também em conta o livro de registo das esmolos dos devotos da padroeira.

O Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa dispõe de registos de receita e despesa da irmandade em estudo entre 1715 e 1750¹³¹⁰. Para analisarmos estes rendimentos de forma coerente, optámos por o fazer em dois momentos distintos. A primeira diz respeito aos aspetos monetários e a segunda aos géneros, como é o caso do trigo, da cevada e do azeite. Em relação à receita e despesa do dinheiro, como tantas vezes foi referida nos seus livros de registo, propomos a leitura do seguinte gráfico.



Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códcs. 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Após uma leitura do gráfico I, podemos salientar que é bastante acidentado. Ou seja, a evolução da receita e da despesa não foi linear entre os anos de 1715-1750. Verificamos que houve períodos favoráveis, nomeadamente uma grande parte da década de 1730. No entanto, outros pautaram-se por situações delicadas, onde a despesa foi superior à receita (casos de 1725, 1737, 1741 ou 1748). Em relação a esta última, a sua origem residia em diversos aspetos: foros e rendas, juros, ofertas régias, fitas para medidas, trigo vendido, legado do padre Paulo Correia Velho, entre outros de menor expressão. No entanto, na maior parte dos anos, registou-se um saldo positivo.

Em relação aos foros e rendas pagos à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, já os referimos no subcapítulo anterior. Se a maioria deles era

¹³¹⁰ Excetua-se o livro de receita e despesa referente a 1747, que se encontra em parte incerta.

de caráter anual, a verdade é que nem sempre foram pagos dentro dos parâmetros estabelecidos: assim sucedeu com Ana Maria da Silva, viúva do alcaide João Lourenço, que, em 1721, pagou à confraria 250 réis referentes a três anos de foro¹³¹¹. Em 1724, Jerónima Nunes pagou 2.400, de forma a satisfazer foros de 1708 a 1716¹³¹². Também Maria Sanches satisfaz, em 1726, os anos de 1722, 1723 e 1724¹³¹³. Consideramos que as irregularidades nos pagamentos de alguns foros marcaram a oscilação da receita, embora estes correspondessem a uma fatia mediana dos rendimentos.

Na época moderna, era comum as confrarias emprestarem dinheiro a juros, engrossando assim os seus rendimentos¹³¹⁴. Por norma, o requerente auferia das verbas pedidas através de uma escritura, verificando-se desfechos muito variados, pois quem não conseguia pagar os juros à confraria ficava sem os seus bens¹³¹⁵. Como não existiam bancos, os empréstimos de dinheiro eram feitos através de particulares, podendo estes ser instituições leigas ou eclesiásticas¹³¹⁶. Estas concessões de dinheiro podiam ser formalizadas através de escrituras, embora isso nem sempre acontecesse¹³¹⁷, pois também se realizavam empréstimos informais, nos quais apenas se recorria à palavra¹³¹⁸.

Em alguns casos, os empréstimos eram feitos sob penhores. Tendo em conta os processos do Tribunal do Santo Ofício, não era raro os contraentes empenharem jóias, pratas, roupa da cama, ou até mesmo casas e propriedades¹³¹⁹. Outra questão remete-nos para as fianças, isto é, quando os bens de determinada pessoa estavam na posse de terceiros, quando da realização de algum negócio, igualmente presentes em processos de hereges, nos séculos XVII e XVIII¹³²⁰. Em relação à Régia Confraria, sabe-se que emprestou dinheiro a juros a, pelo menos, oito pessoas¹³²¹. Houve alguns casos que, por

¹³¹¹ Vila Viçosa, A.P.I.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12, fl. 47.

¹³¹² *Ibidem*, fl. 111.

¹³¹³ *Idem*, Cód. 16, fl. 29.

¹³¹⁴ Segundo Isabel dos Guimarães Sá, houve confrarias que extravasaram o quadro paroquial, inserindo-se no âmbito ocupacional. Aí figuraram os hospitais destinados ao tratamento dos confrades, apoio às viúvas, dotes para casamentos e empréstimos de dinheiro a juros. Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “As Confrarias e as Misericórdias”, in César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 57.

¹³¹⁵ Abílio Pereira de Carvalho, *História de Uma Confraria (1677-1855)*, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde, 1989, p. 75.

¹³¹⁶ Isabel Drumond Braga, *Bens de Hereges... cit.*, p. 223.

¹³¹⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 225.

¹³¹⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 227.

¹³¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 228.

¹³²⁰ *Idem*, *Ibidem*, pp. 231-233.

¹³²¹ Juro de 100.000 réis, pago por Francisco de Brito Carneiro a partir de 1726. Após o seu falecimento, a cobrança recaiu sobre o seu sogro, Leonardo Mendes de Almeida. Mais um juro, iniciado em 1720, de

falta de pagamento, foram catapultados para a justiça. Assim sucedeu com os herdeiros de Manuel Cordeiro Vinagre, que não conseguiram suportar a despesa após a morte deste¹³²². Sobre o juro de Simão da Silva, cabe referir que, a dada altura, ficou sem efeito, uma vez que a casa de Bragança lhe confiscou os bens¹³²³.

As ofertas régias, que oportunamente referimos no segundo capítulo deste estudo, pautavam-se pelo envio de várias esmolas: 20.000 réis, que respeitavam ao feudo do reino; 24.000 réis, correspondentes à ajuda do monarca para a armação da festa de Nossa Senhora; 5.500 réis, relacionados com a esmola dos duques de Bragança¹³²⁴. Estes rendimentos correspondiam a uma grossa fatia da receita da confraria o que, no entanto, não impedia oscilações e atrasos na sua entrega à Mesa. Salientamos, a título de exemplo, o pagamento de 48.000 réis pelo tesoureiro-mor do reino, correspondentes à esmola régia, em 1727¹³²⁵, e sucedendo o mesmo em 1743¹³²⁶.

Outro aspeto que não podemos descurar remete para as medidas de Nossa Senhora da Conceição. Tratando-se estas de fitas do tamanho da imagem dos santos¹³²⁷, ocuparam um lugar de primazia no que aos rendimentos da confraria concecionista em estudo diz respeito. Eram disso exemplo os valores que lhes correspondiam, dos quais destacamos 90.480 réis, em 1729¹³²⁸, ou 69.760, em 1735¹³²⁹. Os lucros provenientes das referidas medidas deviam-se ao facto de serem vendidas pela confraria aos devotos da padroeira, tal como sucedia com os unguentos¹³³⁰, isto é, óleos utilizados para sarar chagas e tumores¹³³¹. No ano de 1716, registou-se que as medidas vendidas no caixão renderam 100.000 réis¹³³².

20.000 réis, pago por Francisco Soares de Carvalho. Outro juro, pelo mesmo requerente, de 13.200 réis. Um juro de 50.000, pago por Manuel Cordeiro Vinagre. Mais um juro de 40.000 réis, pago por Pedro Fernandes Torneiro. Mais um juro de 20.000 réis, pago por Simão da Silva. E um juro de 60.000, contraído pelo padre Bento Lopes, mas que, por seu falecimento, era pago por António Luís de Melo no segundo quartel do século XVIII. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fls. 45-46v.

¹³²² *Ibidem*, fl. 45v.

¹³²³ *Ibidem*, fl. 46.

¹³²⁴ *Idem*, Cód. 23, fl. 30.

¹³²⁵ *Idem*, Cód. 17, fl. 4.

¹³²⁶ *Idem*, Cód. 24, fl. 35.

¹³²⁷ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 5, p. 391.

¹³²⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 17, fl. 63.

¹³²⁹ *Idem*, Cód. 18, fl. 97.

¹³³⁰ *Idem*, Cód. 11, fl. 13.

¹³³¹ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 8, p. 548.

¹³³² Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11, fl. 9.

Há que ter igualmente em conta o trigo e a cevada vendida, que, nos anos em que se verificava esta medida, aumentava consideravelmente a riqueza monetária da irmandade calipolense. Como oportunamente verificámos, vários dos foros fateusim pagos à confraria eram em alqueires de trigo ou de cevada¹³³³. Os cereais eram armazenados e, grande parte deles, vendidos: salientamos as grandes quantidades disponibilizadas em 1738 – 387 alqueires¹³³⁴ – e em 1739 – 322 alqueires¹³³⁵ – lucrando a confraria com as astronómicas quantias de 139.320 e 64.400 réis, respetivamente¹³³⁶.

Em 1719, com a morte do padre Paulo Correia Velho, este legou os seus bens à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição¹³³⁷. Por testamento, instituiu uma capela, à qual agregou todo o seu património imóvel e as receitas que dele advinham, sendo esta administrada pela irmandade¹³³⁸. Os rendimentos da capela eram compostos por vários foros fateusim e rendas em dinheiro e géneros¹³³⁹, ficando as despesas a dever-se, essencialmente, às missas por alma do sacerdote¹³⁴⁰. O clérigo destinou, no seu testamento, 15.000 réis dos rendimentos da capela para a confraria, sendo esta quantia paga com relativa regularidade¹³⁴¹, embora houvesse anos em que esta se ficou pelos 10.000 réis (1744)¹³⁴², ou se concretizassem em duas fases de 7.300 e de 6.260 réis

¹³³³ Idem, Cód. 23, fls. 30-32.

¹³³⁴ Idem, Cód. 22, fl. 5.

¹³³⁵ Idem, Cód. 21, fl. 50.

¹³³⁶ Idem, Cód. 22, fl. 5; Cód. 21, fl. 50.

¹³³⁷ As doações *post mortem* de padres às igrejas a que estavam ligados eram bastante comuns. As confrarias também eram herdeiras dos clérigos, se não houvesse familiares ou se estes não cumprissem devidamente as cláusulas testamentárias. Cf. Susana Goulart Costa, *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007, pp. 381-383.

¹³³⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Capela do Padre Paulo Correia Velho – Régia Confraria, Cód. 1, fl. 2v.

¹³³⁹ Foro de 10.000 réis, pagos por Francisco Rodrigues Coxixo, de três courelas – duas de vinha – no Sítio dos Vieiros, termo de Vila Viçosa. Foro de 3.500 réis, pagos por Manuel Entalhador, por umas casas na rua do Espírito Santo. Foro de 8.000 réis, pagos por Francisco Ferreira de Campos, de umas casas da rua de Santa Luzia. Foro de 8.000 réis, pagos por Manuel da Rosa, por outras casas na rua de Santa Luzia. Foro de 7.300 réis, de umas casas na rua de Santa Luzia, por Manuel Gil Barregão. Foro de 2.600 réis, pagos pelo lavrador da Herdade Mourinha. Renda de 2.400 réis, pago por Agostinho da Cunha de Soto Maior, de umas casas na rua de Santo António. Foro de 7.000 réis da Herdade da Choupana, no termo de Estremoz, pagos por D. Mariana Clara. Foro de 2.000 réis, pagos por Domingos da Silva, por um olival nos coutos de Vila Viçosa. Renda da Herdade do Soares, no termo de Elvas, de 3 alqueires e 3/4 de cevada e de 16 alqueires de trigo, pagos pelos seus lavradores. Foro de 300 réis, por um olival no Sítio das Cardigas, termo de Borba, pagos por Timóteo Rodrigues. Foro fateusim de 1.200 réis, de uma tapadinha com olivais em Elvas, por Gregório de Lemos. Cf. Idem, Cód. 23, fls. 3-4.

¹³⁴⁰ Em 1741, esta despesa custou à capela instituída 16.500, perfazendo-se um total de 150 missas por alma do padre Paulo Correia Velho. Cf. *Ibidem*, fl. 9.

¹³⁴¹ Salientamos os anos 1730-1739, cujos livros de receita e despesa contêm o registo da entrada de 15.000 réis correspondentes às rendas da capela, Cf. Idem, Cód. 17, fl. 83; Cód. 18, fls. 6, 27, 51, 77, 98 e 114; Cód. 22, fls. 3-49.

¹³⁴² Idem, Cód. 25, fl. 41.

(1741)¹³⁴³. Em 1727 a quantia paga chegou ao valor de 75.000 réis, devido a vários anos de atraso¹³⁴⁴.

Sobre os rendimentos da confraria concecionista em estudo, não podemos deixar de mencionar um leque muito vasto de aspetos que figuraram nos seus livros de receita e despesa¹³⁴⁵. Em 1719, a venda de ouro rendeu à confraria 37.300 réis¹³⁴⁶, ao passo que, em 1732, a compra de duas vacas por Manuel Garcia rendeu 16.800 réis¹³⁴⁷. Se a venda de azeite, embora tenha tido uma expressão praticamente residual durante o período em análise, rendeu à confraria 12.400 réis, em 1740¹³⁴⁸. Em 1742, a venda de um alqueire de favas rendeu a módica quantia de 100 réis¹³⁴⁹.

Se os números respeitantes à receita monetária da confraria foram elevados, a despesa que esta suportava era igualmente colossal. À semelhança da abordagem feita aos lucros, também houve por bem dividir tematicamente os gastos da irmandade. Em primeiro lugar, destacamos os pagamentos aos irmãos que trabalhavam para a confraria. O caso mais assinalável era o do andador, que, como atrás se referiu, era um auxiliar do tesoureiro, cabendo-lhe realizar as tarefas que este determinasse¹³⁵⁰. Embora o ordenado deste confrade fosse irregular, verificamos que lhe eram feitos vários pagamentos ao longo do ano, que, em 1726, ocorreram em vinte momentos diferentes e num total de 10.730 réis¹³⁵¹.

Durante o período em análise, dois andadores trabalharam para a Régia Confraria: Manuel Antunes, entre 1715¹³⁵² e 1728¹³⁵³, e Manuel Gonçalves, entre 1728¹³⁵⁴ e 1750¹³⁵⁵. Além dos seus ordenados, ainda se lhes cobriam despesas relacionadas com o

¹³⁴³ Idem, Cód. 23, fl. 62.

¹³⁴⁴ Idem, Cód. 17, fl. 5.

¹³⁴⁵ Embora se trate de uma fatia de grande destaque, resolvemos não explorar as questões que respeitam ao alcance dos livros, pois esse dinheiro correspondia aos lucros dos anos anteriores que, consequentemente, se ficavam a dever aos aspetos acima mencionados. A título de exemplo, expomos o caso de 1718, em que o alcance dos livros foi de 328.522 réis. Cf. Idem, Cód. 11, fl. 22v.

¹³⁴⁶ *Ibidem*, fl. 29v.

¹³⁴⁷ Idem, Cód. 18, fl. 26.

¹³⁴⁸ Idem, Cód. 21, fl. 65.

¹³⁴⁹ Idem, Cód. 24, fl. 33.

¹³⁵⁰ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a Dois Senhores...” *cit.*, p. 132.

¹³⁵¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14, fls. 34-44.

¹³⁵² Idem, Cód. 11, fl. 4v.

¹³⁵³ Idem, Cód. 16, fl. 14.

¹³⁵⁴ Idem, Cód. 17, fl. 39.

¹³⁵⁵ Idem, Cód. 29, fl. 57.

conserto das suas casas e da fechadura da sua porta (1729)¹³⁵⁶, uma opa para o seu serviço (1729)¹³⁵⁷. Com a doença do andador gastaram-se 240 réis, em 1730¹³⁵⁸, e 800 réis, em 1736¹³⁵⁹. Em 1735, ao falecer uma filha a Manuel Gonçalves, entregaram-se-lhe 800 réis para custear o enterro. Era comum o filho do andador auxiliar o pai no desempenho das suas funções, sendo comuns os pagamentos por este atear a lâmpada de D. João V (1727)¹³⁶⁰ e o dinheiro canalizado para adquirir sapatos e meias (1736)¹³⁶¹.

Outro confrade que desempenhou um papel relevante nas tarefas da irmandade foi o armador¹³⁶². Os seus serviços resumiam-se à responsabilidade que sobre ele recaía quando da festa de Nossa Senhora da Conceição, havendo registos de pagamentos de 12.000 réis a João Correia, em 1727¹³⁶³, e a Clemente Antunes, em 1730¹³⁶⁴. Além dos pagamentos aos confrades, cabe-nos mencionar as despesas com a compra de azeite para as lâmpadas, uma vez que a quantidade recebida pela confraria recebia não era suficiente: assim, este gasto era variável, tendo atingido a quantia de 45.000 réis, por 50 alqueires, em 1738¹³⁶⁵. Salientamos igualmente a despesa feita nas medidas¹³⁶⁶, muitas delas compradas aos mercadores da feira de agosto¹³⁶⁷, e guarnecidas com maravalhas de ouro e de prata¹³⁶⁸.

Embora a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição tenha desempenhado, de forma exímia, um importante papel na devoção à padroeira, a verdade é que nem sempre esteve livre de situações perturbadoras. Em várias ocasiões, a mesma moveu ou foi alvo de processos judiciais, que marcaram os seus gastos anuais. A relação com a Real Confraria dos Escravos nem sempre foi amistosa, reportando para a justiça diversas

¹³⁵⁶ Idem, Cód. 17, fl. 67.

¹³⁵⁷ *Ibidem*, fl. 65.

¹³⁵⁸ *Ibidem*, fl. 86.

¹³⁵⁹ Idem, Cód. 18, fl. 119.

¹³⁶⁰ Idem, *Ibidem*, fl. 10.

¹³⁶¹ *Ibidem*, fl. 118.

¹³⁶² “O Official, que com volantes, almofadas, & outros tecidos orna as igrejas.” Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 1, p. 498.

¹³⁶³ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 17, fl. 5.

¹³⁶⁴ *Ibidem*, fl. 86.

¹³⁶⁵ Idem, Cód. 22, fl. 13.

¹³⁶⁶ Em 1719 gastaram-se 6.400 réis em oito varas de fita. Cf. Idem, Cód. 11, fl. 31v.

¹³⁶⁷ Idem, Cód. 17, fl. 81.

¹³⁶⁸ Idem, Cód. 21, fl. 9.

questões, nomeadamente o facto de esta última ter impedido que a Régia Confraria, em dada altura, vendesse cereais e pedisse com tabuleta¹³⁶⁹.

Sobre os processos judiciais em que a confraria esteve envolvida, cabe referir que muita tinta correu devido a irregularidades no pagamento dos foros. Salientamos os casos do padre Manuel Vieira, que, em 1731, foi expulso de uma morada de casas¹³⁷⁰ e de João Rodrigues Preguiça que, em 1745, viu o seu património confiscado, por não ter pago o foro fateusim durante quatro anos¹³⁷¹. Esta demanda não foi pacífica, levando a que se gastassem 200 réis numa diligência com o escrivão da confraria e com o alcaide de Vila Viçosa, uma vez que o caseiro do Preguiça não permitia que se fizesse a penhora das casas e da azeitona¹³⁷². Embora este caso tenha ocorrido nas imediações da vila, noutros houve necessidade de enviar caminheiros ao Alandroal¹³⁷³, Elvas¹³⁷⁴, Estremoz¹³⁷⁵, Évora¹³⁷⁶, Monsaraz¹³⁷⁷, Sousel¹³⁷⁸ e até mesmo a Lisboa¹³⁷⁹, para onde chegaram a ser enviadas cartas precatórias à Corte de D. João V¹³⁸⁰.

Um dos aspetos mais importantes da confraria em estudo prendia-se com o culto religioso, nomeadamente com as missas dos sábados: estas eram dedicadas à padroeira e custaram 4.200 réis em 1718¹³⁸¹, e 14.400 réis, em 1743¹³⁸². Pelo oitavário dos santos, era obrigada a mandar rezar três ofícios pelos reis de Portugal¹³⁸³, pelos irmãos falecidos¹³⁸⁴ e por um clérigo que jazia em Ourém – onde, por norma, se despendiam

¹³⁶⁹ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 138.

¹³⁷⁰ A confraria despendeu 1.356 réis numa apelação para este caso. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18, fl. 9.

¹³⁷¹ Idem, Cód. 26, fl. 54.

¹³⁷² *Ibidem*, fl. 54.

¹³⁷³ Despesa de 100 réis. Cf. Idem, Cód. 12, fl. 23v.

¹³⁷⁴ Despesa de 380 réis. Cf. Idem, Cód. 18, fl. 31.

¹³⁷⁵ Despesa de 520 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 59.

¹³⁷⁶ Despesa de 600 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 59.

¹³⁷⁷ Despesa de 480 réis. Cf. Idem, Cód. 22, fl. 8.

¹³⁷⁸ Despesa de 2.200 réis. Cf. Idem, Cód. 18, fl. 36.

¹³⁷⁹ Despesa de 2.400 Réis. Cf. *Ibidem*, fl. 33.

¹³⁸⁰ Houve casos em que a Régia Confraria não saiu vencedora. Salientamos o de 1741, em que foi obrigada a pagar 8.300 réis a D. Matilde de Borba, por esta ter vencido um processo referente a um juro de 100.000 réis contraído por Francisco de Brito Carneiro. Com a sua morte, este passou para o seu sogro, Leonardo Mendes de Almeida, e a família procurou não pagar a quantia que Brito Carneiro não conseguira liquidar.. Cf. Idem, Cód. 23, fl. 83. Cód. 123, fl. 45.

¹³⁸¹ Idem, Cód. 11, fl. 22.

¹³⁸² Idem, Cód. 24, fl. 48.

¹³⁸³ Tratava-se de uma prática corrente nos grandes santuários, provavelmente por a realeza lhes conceder determinado tipo de benesses. Cf. Pedro Pentead, “Confrarias” ... *cit.*, p. 329.

¹³⁸⁴ Na época moderna, era comum as confrarias encarregarem-se das missas e sufrágios em prol da alma dos seus irmãos, assim como na doença e no enterro dos mesmos. Se um irmão adoecia, este era visitado pelo irmão enfermeiro, como demonstração e caridade e, se este fosse pobre eram-lhe asseguradas as

3.000 réis¹³⁸⁵. Além disso, também se mandavam rezar missas por alma de confrades de forma específica: assim sucedeu em 1719, por morte de Paulo Correia Velho¹³⁸⁶, e em 1740, por morte de Amador Monteiro de Sá¹³⁸⁷. Outras despesas se juntaram a estas, nomeadamente a dos dobros dos sinos, pagos ao tesoureiro da igreja¹³⁸⁸, e a de incenso para o culto¹³⁸⁹.

A cargo da confraria estavam também os pagamentos aos músicos e aos padres, pela sua participação nos ofícios religiosos. Assim, os primeiros recebiam carneiros pela Páscoa¹³⁹⁰ e porcos pelo Natal¹³⁹¹. No entanto, o pagamento aos padres e capelães fazia-se monetariamente e de acordo com várias funções. Estes recebiam pelas missas dos sábados¹³⁹², por exporem o Senhor¹³⁹³ e cantarem o sermão da manhã e na tarde de 8 de dezembro, na festa de Nossa Senhora da Conceição¹³⁹⁴. Era também costume os meninos do Régio Seminário cantarem nas missas, havendo registo de, em 1736, se terem comprado duas fogaças de pepinos na feira de julho para os recompensar pela atividade exercida¹³⁹⁵.

Em relação à festa de 8 de dezembro, esta parece ter tido particular relevância para a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição. No século XVII, a procissão contava com o pálido – segurado pelo duque de Bragança e pelos irmãos, sob o qual era levado o Santíssimo Sacramento¹³⁹⁶. Seguia-se a nobreza e a Real Confraria dos Escravos, que empunhava as tochas e, atrás destes, o juiz da vara eclesiástica, com clérigos e irmãos de outras confrarias, gentes dos conventos da vila e três carros com música¹³⁹⁷. Finda a procissão, realizava-se uma missa cantada na igreja, seguindo-se os festejos profanos:

despesas com a doença e com o enterro. Assim sucedia coma Irmandade de São Jorge, em Lisboa. Cf. Georgina Silva dos Santos, *Ofício e Sangue... cit.*, p. 189.

¹³⁸⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14, fl. 9.

¹³⁸⁶ Despenderam-se 1.000 réis neste ofício. Cf. Idem, Cód. 12, fl. 4.

¹³⁸⁷ Este ofício custou à confraria 10.000 réis. Cf. Idem, Cód. 21, fl. 78.

¹³⁸⁸ Idem, Cód. 18, fl. 100.

¹³⁸⁹ Em 1750, adquiriram-se vinte arráteis de incenso por 2.400 réis. Cf. Idem, Cód. 29, fl. 57.

¹³⁹⁰ Normalmente eram entregues 12 carneiros, que custavam à confraria 14.400 réis. Este tipo de carne era consumido com regularidade no Alentejo, especialmente durante a festa da Páscoa. Cf. Idem, Cód. 24, fl. 40.

¹³⁹¹ Em 1726, a compra de 12 marrãs custou à confraria 24.000 réis. Cf. Idem, Cód. 14, fl. 44.

¹³⁹² Esta despesa, paga ao padre António Fialho, foi de 14.400 réis em 1748, Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 28, fl. 46.

¹³⁹³ Em 1728, esta despesa foi de 9.600 réis. Cf. Idem, Cód. 17, fl. 40.

¹³⁹⁴ Em 1746, os sermões custaram à confraria 9.600 réis. Cf. Idem, Cód. 27, fl. 56.

¹³⁹⁵ Idem, Cód. 19, fl. 118.

¹³⁹⁶ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 136.

¹³⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 136.

salvas de artilharia no Castelo e fogo-de-artifício e espetáculos de tauromaquia no Terreiro do Paço, os últimos durante uma semana, com touros de morte¹³⁹⁸.

A referida festividade contava com missa cantada, sermão e procissão¹³⁹⁹ pelas ruas da vila, sendo a igreja ornada para o efeito. Assim, a confraria enfeitava Nossa Senhora e a sua grade¹⁴⁰⁰ com flores¹⁴⁰¹ - algumas delas feitas em cambraia pelas freiras dos conventos de Nossa Senhora da Esperança (Vila Viçosa) e de Santa Catarina (Évora)¹⁴⁰² e, provavelmente, atapetava as ruas com junco¹⁴⁰³. Durante a festa eram oferecidos bolinhos aos devotos¹⁴⁰⁴, confeccionados com farinha de trigo, manteiga e açúcar¹⁴⁰⁵. A festa, que, em 1725, contou com a compra de foguetes¹⁴⁰⁶, tinha grande participação do armador e dos serventes que o auxiliavam: como pagamento pelos seus serviços, a confraria oferecia-lhes um salário¹⁴⁰⁷, recompensando-os também com aguardente e licor¹⁴⁰⁸.

¹³⁹⁸ *Ibidem*, pp. 136-137.

¹³⁹⁹ Segundo António Camões Gouveia, a procissão era um cortejo público ao redor de uma relíquia, livro sagrado, imagem, prece, agradecimento ou ao redor do Santíssimo Sacramento. Nela participavam três grupos de fiéis: os clérigos, os fiéis que acompanhavam o cortejo e, por último, os que assistiam à sua passagem das ruas, janelas e varandas, que eram devidamente decoradas. À exceção da procissão do enterro do Senhor, todas eram feitas durante o dia, iniciando-se na igreja paroquial ou na capela a quem a procissão era dedicada. As ruas da localidade eram sempre limpas e ornamentadas, sendo a procissão presidida por um pároco, que seguia debaixo do pálio, cujas seis varas eram normalmente seguradas por figuras da nobreza. A ordem de precedência era a seguinte: primeira vara à direita, primeira à esquerda, segunda à direita, segunda à esquerda, e assim sucessivamente. Cf. António Camões Gouveia, “Procissões”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coord.), *História Religiosa de Portugal... cit.*, vol. 2, pp. 334-337.

¹⁴⁰⁰ Foi na despesa respeitante ao ano de 1725 que estes espaços se enfeitaram com flores. Cf. Idem, Cód. 14, fl. 11.

¹⁴⁰¹ Em 1720, a despesa em flores foi de 10.400 réis. Por não se fazer menção às suas características, acreditamos que estas fossem naturais. Cf. Idem, Cód. 12, fl. 31v.

¹⁴⁰² Idem, Cód. 17, fl. 12.

¹⁴⁰³ Não sabemos, de forma explícita, se a confraria o fazia. Apenas conhecemos registos que nos remetem para a compra de várias cargas de junco. Referimos, a título de exemplo, as adquiridas em 1737 (5), 1745 (8) e 1749 (12), que custaram, respetivamente, 750, 1.200 e 980 réis. Cf. Idem, Cód. 21, fl. 7; Cód. 26, fl. 55; Cód. 29, fl. 45.

¹⁴⁰⁴ Em muitas confrarias, a alimentação teve um papel muito importante, especialmente na idade média. Muitos confrades reuniam-se em jantares, muitos deles realizados nas oitavas do Natal, nas calendas de janeiro ou na festa do orago da confraria. Algumas refeições contavam com a presença de gente pobre e os principais alimentos consumidos eram o pão, o vinho e a carne. Cf. Maria Ângela Beirante, “Ritos Alimentares Em Algumas Confrarias Portuguesas Medievais”, in Maria Ângela Beirante, *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 188-189.

¹⁴⁰⁵ Salientamos o ano de 1749, no qual a confraria adquiriu 13 arráteis de manteiga e 19 de açúcar, que custaram, respetivamente, 1.300 e 1.500 réis. Cf. *Ibidem*, fl. 44.

¹⁴⁰⁶ Idem, Cód. 14, fl. 11.

¹⁴⁰⁷ Em 1727, os serventes receberam 1.680 réis. Cf. Idem, Cód. 17, fl. 12.

¹⁴⁰⁸ Idem, Cód. 23, fl. 84.

Além das despesas abordadas, cabia também à confraria a manutenção da igreja, pelo menos em parte. Na primeira metade de setecentos, coube à Régia Confraria e à Real Confraria dos Escravos restaurar o retábulo do altar-mor¹⁴⁰⁹. No entanto, outros trabalhos foram pagos pela irmandade em estudo, nomeadamente o conserto do telhado da igreja, em 1725¹⁴¹⁰, e da caixa das esmolos, em 1738¹⁴¹¹, ou a pintura da abóboda da sacristia, em 1748¹⁴¹². Somaram-se mais três cadeirinhas para os padres se sentarem nas missas¹⁴¹³ e uns bancos para a bancada dos capelães¹⁴¹⁴, além das despesas do quotidiano: limpeza da capela¹⁴¹⁵ e da sacristia¹⁴¹⁶, lavagem das alvas¹⁴¹⁷ e gastos com o sabão¹⁴¹⁸ e com a lavadeira¹⁴¹⁹.

No que diz respeito aos gastos da confraria concecionista, seria imperdoável não fazer menção a outros itens que figuram nos livros de receita e despesa. Em primeiro lugar destacamos a despesa que a mesma teve com o arrendamento das casas de Micaela de Jesus. Esta havia sido escrava do padre Manuel Vieira, que a deixou aos cuidados da irmandade¹⁴²⁰. A escravatura foi uma prática comum durante a época moderna e as instituições religiosas possuíam alguns escravos¹⁴²¹, embora a confraria apenas mantivesse as que os padres deixaram aos seus cuidados¹⁴²². Cabe ainda referir a despesa

¹⁴⁰⁹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. IX, p. 534. Em 1741, a confraria adquiriu arrátel e meio de tabaco, por 1.200 réis. Este serviu para pagar a frei António Capucho pelas pinturas na tribuna. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23, fls. 82-83.

¹⁴¹⁰ Esta obra ficou a dever-se à oferta de uma lâmpada pelo rei D. João V, pelo que foi necessário proceder a ajustes no telhado. Cf. Idem, Cód. 14, fl. 13.

¹⁴¹¹ Esta reparação custou à confraria 4.800 réis. Cf. Idem, Cód. 22, fl. 7.

¹⁴¹² Despenderam-se 6.400 réis nesta pintura. Idem, Cód. 27, fl. 43.

¹⁴¹³ Adquiridas em 1736, custaram 8.500 réis. Cf. Idem, Cód. 18, fl. 118.

¹⁴¹⁴ Estes bancos eram destinados aos capelães da capela real, durante a festa de Nossa Senhora da Conceição. Foram adquiridos em 1739 e custaram 1.680 réis. Cf. Idem, Cód. 22, fl. 53.

¹⁴¹⁵ Idem, Cód. 26, fl. 57.

¹⁴¹⁶ Idem, Cód. 14, fl. 40.

¹⁴¹⁷ Idem, Cód. 18, fl. 101.

¹⁴¹⁸ Idem, Cód. 21, fl. 71.

¹⁴¹⁹ *Ibidem*, fl. 71.

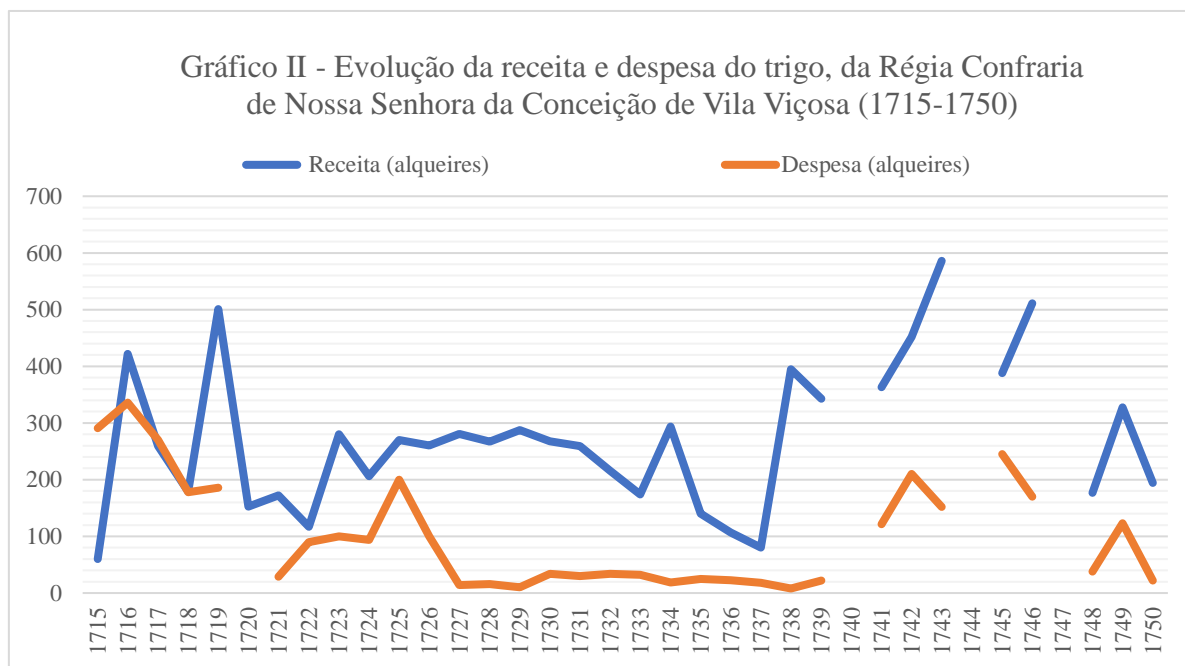
¹⁴²⁰ A confraria pagava anualmente 1.200 réis pelo aluguer das casas de Manuel Gonçalves, nas quais vivia Micaela de Jesus. Cf. Idem, Cód. 23, fl. 78.

¹⁴²¹ Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos em Portugal. Das Origens ao Século XIX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017, p. 187. Alguns dos escravos deixados a irmandades eram alforriados poucos anos volvidos, por determinação do próprio dono. Salientamos o caso de Margarida Martins, de Loulé, que fez sua testamenteira a Confraria dos Fiéis de Deus, determinando que a sua escrava ficasse livre ao fim de 3 anos sob a tutela da mesma. Cf. Jorge Fonseca, *Escravos no Sul de Portugal Séculos XVI-XVII*, Oeiras, Editora Vulgata, 2002, p. 176.

¹⁴²² Advertimos para o facto de a confraria ter ao seu cuidado uma outra escrava, Isabel Martins. Esta pertenceu ao padre Paulo Correia Velho, que ao morrer, em 1719, assegurou a sua sobrevivência através das rendas da sua capela. Ou seja, Isabel Martins não dependia diretamente dos rendimentos da confraria. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23, fl. 9.

que a irmandade teve com um estudante de medicina, natural de Vila Viçosa, a quem o juiz mandou entregar 480 réis¹⁴²³.

Embora a sua expressividade seja menor que a monetária, não podemos descurar a receita e a despesa do trigo pertencente à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa¹⁴²⁴. Para melhor compreendermos a sua evolução, na primeira metade do século XVIII, vejamos o seguinte gráfico:



Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Numa primeira análise, verificamos que a sua evolução, medida em alqueires, foi irregular e incompleta¹⁴²⁵. A despesa nunca superou a receita, tendo, em alguns anos, sido perfeitamente residual. Em relação aos rendimentos, estes tiveram várias proveniências: vários alqueires respeitavam ao pagamento de foros ou à receção de esmolas. Sobre as

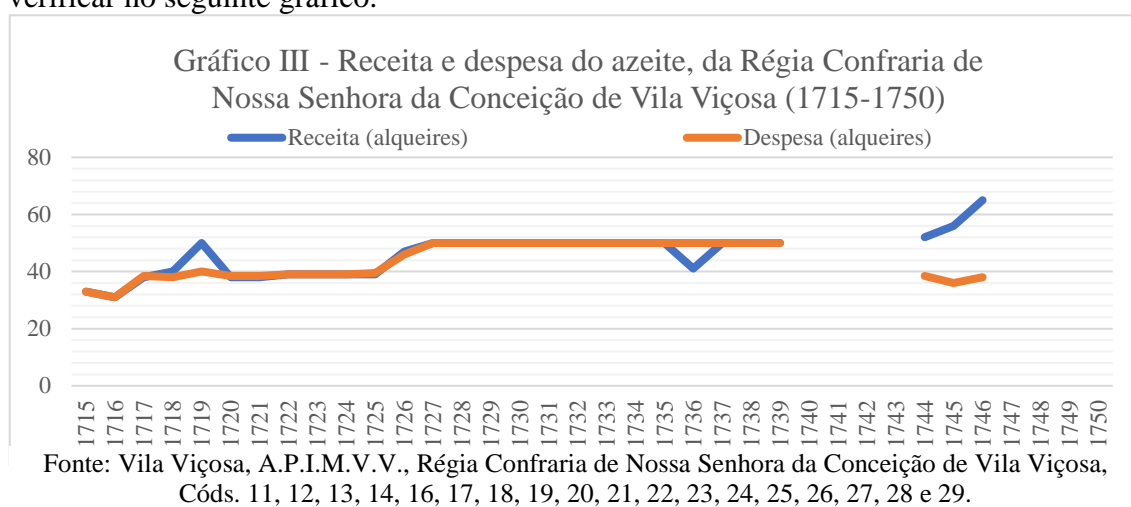
¹⁴²³ Idem, Cód. 27, fl. 50.

¹⁴²⁴ A cultura dos cereais em Portugal assumiu grande expressividade na época moderna. Estes cultivavam-se em grandes extensões de terra, desde o atual Ribatejo até ao Algarve, destacando-se a província do Alentejo. No século XVIII, com o aumento da população, houve uma maior procura de alimentos. Desencadeou-se, então, uma intensificação da produção cerealífera e dos produtos hortícolas, levando a que ocorressem importações no primeiro caso – a produção em território português chegou a atingir um ciclo vicioso, pois a procura era superior à oferta. Sobre estas questões cf. Avelino de Freitas de Menezes, “A Produção”, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), Avelino de Freitas de Menezes (coord.), *Nova História de Portugal... cit.*, vol. VII, pp. 238-239; José Vicente Serrão, *Demografia e Agricultura no Portugal do século 18*, Lisboa, Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, 1987, pp. 25-27.

¹⁴²⁵ Os livros não dispõem de registos em alguns anos das décadas de 1720 e de 1740.

rendas, cabe referir as que eram pagas pelas casas de Bragança¹⁴²⁶, das Galveias¹⁴²⁷, pelo convento dos Agostinhos¹⁴²⁸ e por outros arrendatários¹⁴²⁹ que, no entanto, nem sempre procederam os pagamentos com regularidade¹⁴³⁰. Os gastos com o trigo eram, sobretudo, com as hóstias¹⁴³¹, os bolinhos da festa¹⁴³², o ordenado do andador¹⁴³³ e algumas esmolas, a que nos referiremos mais adiante.

Em 1672, Francisco Cardoso de Almeida, tesoureiro da capela de Vila Viçosa, informou António Cavide de que a confraria não tinha azeite suficiente para as lâmpadas, pois recebia apenas nove alqueires¹⁴³⁴ de foro e consumia entre 23 a 24, anualmente¹⁴³⁵. No entanto, as dificuldades em adquirir azeite desapareceram¹⁴³⁶, como podemos verificar no seguinte gráfico.



¹⁴²⁶ A casa de Bragança pagava anualmente 90 alqueires de trigo à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição por se ter integrado na Tapada Real. Cf. Idem, Cód. 23, fl. 30.

¹⁴²⁷ Esta casa pagava todos os anos 62,5 alqueires de trigo e 7 de sevada. Cf. *Ibidem*, fl. 31; Idem, Cód. 14, fl. 21.

¹⁴²⁸ Por terem aforado a herdade das Cardeiras, no termo de Jerumenha, os padres agostinhos pagavam 6 alqueires anualmente. Cf. *Ibidem*, fl. 32.

¹⁴²⁹ Em 1725, realizaram-se vários pagamentos de foros de trigo: o lavrador Francisco Martins pagou 30 alqueires; o lavrador da herdade da Fonte da Pedra, 20 alqueires; o lavrador Manuel Garcias pagou 29 alqueires de trigo e 7 de sevada pela herdade das Cardeiras. Cf. Idem, Cód. 14, fls. 20-21.

¹⁴³⁰ A casa de Bragança pagou, em 1738, 270 alqueires, respeitantes a três anos de foro. Cf. Idem, Cód. 21, fl. 117.

¹⁴³¹ Idem, Cód. 18, fl. 67.

¹⁴³² Em 1736, a despesa foi de 10 alqueires de trigo. Cf. Idem, Cód. 18, fl. 126.

¹⁴³³ Em 1750, a despesa foi de 12 alqueires de trigo. Cf. Idem, Cód. 29, fl. 68.

¹⁴³⁴ Na época moderna, um alqueire de azeite correspondia a 8,475 litros. Cf. Isabel Drumond Braga, “A Circulação e a Distribuição de Produtos”...*cit.*, p. 209.

¹⁴³⁵ Lisboa, B.A., 51-X-17, fl. 274v.

¹⁴³⁶ A olivicultura assumiu um lugar de destaque no período moderno. Sobre essa questão, citemos Avelino de Freitas de Menezes: “A oliveira constitui uma garantia de subsistência e uma fonte de rendimentos, que move o amparo régio e a iniciativa individual desde tempos quase imemoriais. De facto, o azeite é um ingrediente indispensável da dieta portuguesa, que quadra na prática milenar do Mediterrâneo. Além disso, integra o conjunto das exportações tradicionais, porque a disparidade da natureza facilita a conquista dos mercados europeus do Norte, desde a Galiza até à Rússia, e a transposição dos hábitos alimentares do Reino, e a transposição dos hábitos alimentares do Reino para o Ultramar possibilita o acesso às praças coloniais, das ilhas, à Índia e ao Brasil.” Cf. Avelino de Freitas de Menezes, “A Produção”... *cit.*, p. 257.

Numa primeira análise, podemos destacar dois aspetos: a ausência de dados para alguns anos da década de 1740; a fraca oscilação da receita e da despesa, cujos números foram quase sempre semelhantes – excetuam-se as datas em que a receita superou a despesa (1718, 1719, 1744, 1745, 1746 e 1748) e o inverso (1720, 1721 e 1736). Apesar de se comprar grande parte do azeite¹⁴³⁷, vários alqueires chegavam às mãos da confraria através de foros ou de esmolos¹⁴³⁸. No que respeita à despesa, esta quase sempre se deveu às seis lâmpadas¹⁴³⁹ de Nossa Senhora da Conceição¹⁴⁴⁰, nas quais se empregavam, mensalmente, três alqueires¹⁴⁴¹. Houve anos em que se despenderam alguns alqueires nos já referidos unguentos¹⁴⁴², no agradecimento do andador por atizar as lâmpadas¹⁴⁴³ ou em perdas¹⁴⁴⁴ – isto é, quando o azeite se extraviava¹⁴⁴⁵.

Um aspeto relevante da devoção imaculista prende-se com as esmolos que, entre 1715 e 1750, foram entregues por um grande número de devotos à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Para uma melhor compreensão dessa realidade, propomos a leitura do seguinte quadro:

¹⁴³⁷ Houve anos em que a receita do azeite se fez exclusivamente pela compra. Salientamos os de 1738 e de 1739. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22, fl. 35.

¹⁴³⁸ Em 1741 os foros de azeite eram os seguintes: quatro alqueires, pagos pelos herdeiros de Paulo Lopes de Figueiredo; quatro alqueires e meio, por António Pereira da Silva; um alqueire, por Manuel Rosado; e uma canada, por Manuel Gonçalves. Cf. *Ibidem*, fl. 36.

¹⁴³⁹ No caso da confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados, era obrigatório manter uma lâmpada sempre acesa. No caso calipolense, o número era claramente maior. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *A Confraria do Santíssimo Sacramento... cit.*, p. 54.

¹⁴⁴⁰ Até 1724 as lâmpadas eram apenas cinco, pois datou desse ano a oferta de uma lâmpada de prata pelo rei D. João V. Em 1715, despendiam-se 33 alqueires de azeite nas referidas lâmpadas. Cf. *Idem*, Cód. 11, fl. 6.

¹⁴⁴¹ *Idem*, Cód. 28, fl. 28.

¹⁴⁴² *Idem*, Cód. 29, fl. 66.

¹⁴⁴³ *Idem*, Cód. 23, fl. 37.

¹⁴⁴⁴ *Idem*, Cód. 27, fl. 26.

¹⁴⁴⁵ O azeite era muito valorizado pelas irmandades da época moderna. No caso da Confraria de Nossa Senhora da Paz de Constantina, no termo de Ansião, este era proveniente das oliveiras que possuía (37 entre 1663 e 1716). O azeite era muitas vezes vendido, de forma a auferir rendimentos, e o seu preço era variável, consoante a produção. Algum azeite era armazenado para a iluminação da capela. Cf. Manuel Augusto Dias, *Confraria de Nossa Senhora da Paz da Constantina (Ansião)*, Ansião, Confraria de Nossa Senhora da Paz de Constantina, 1996, p. 128.

Quadro IX - Esmolas entregues à Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750)

Tipo de Oferta	Número
Azeite	11
Cereais	142
Dinheiro	654
Fogaças	121
Mortalhas	42
Outros	4
Total	974

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Ao analisarmos os dados do Quadro IX, verificamos que o maior número de ofertas é monetária (654). Estas abarcavam várias tipologias, nomeadamente a devoção e as promessas, os legados em testamento e as esmolas da caixa e da bacia. Em relação às primeiras, verificamos que o seu valor era muito variado, sendo os ofertantes comumente referidos por devotos¹⁴⁴⁶. Se todas as esmolas se entregaram por devoção, também algumas delas se fizeram por promessa: assim sucedeu com Francisco Lopes, de Évora, que, em 20 de setembro de 1727, deu 800 réis por ter prometido uma mortalha à padroeira¹⁴⁴⁷, ou Francisco Mexia, de Campo Maior, que pagou 1.200 réis por uma criança pesada a trigo, em 13 de julho de 1734¹⁴⁴⁸.

Na época moderna era comum legarem-se bens à igreja em testamento. Dessa prática beneficiou a confraria calipolense, para quem vários devotos canalizaram rendimentos após a sua morte¹⁴⁴⁹. Assim sucedeu, por exemplo, com Maria Rodrigues,

¹⁴⁴⁶ Citemos, a título de exemplo, três esmolas: “Em 25 do dito mês [setembro de 1729] derão de esmola algumas devotas 70.”; “Em 25 do mês de Julho de 732 deu de esmola hum devoto de Elvas sento e vinte reis.”; “Em 30 do dito mês [agosto de 1737] derão alguns devotos 80 reis de esmola a Nossa Senhora.” Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fl. 26, 37v, 64.

¹⁴⁴⁷ *Ibidem*, fl. 20.

¹⁴⁴⁸ *Ibidem*, fl. 44.

¹⁴⁴⁹ Era prática comum os devotos deixarem os seus bens ao cuidado de irmandades. Em Cabeção, por exemplo, várias figuras importantes da vila deixaram rendas e propriedades à confraria de Nossa Senhora

de Borba, que pelo seu testamenteiro, José Lemos Franco, fez chegar à padroeira, em 1742, um legado de 4.800 réis¹⁴⁵⁰. Em 1731, António Rodrigues, de Vaiamonte, deixou 2.000 réis a Nossa Senhora e o mesmo fez António Mendes, do Redondo, que deixou um legado de 900 réis, em 1742.¹⁴⁵¹ Vários itens dos livros de receita e despesa correspondiam ao dinheiro proveniente da caixa ou da bacia, às quais diziam respeito quantias variáveis¹⁴⁵².

Imediatamente após as esmolas monetárias figuram as dos cereais. A grande maioria não ultrapassava os cinco alqueires e as de trigo eram em maior número¹⁴⁵³, seguindo-se-lhes as de cevada¹⁴⁵⁴. Algumas delas correspondiam ao peso em cereal do devoto ou de alguém da sua família¹⁴⁵⁵, sendo estas normalmente entregues em casa do andador ou do tesoureiro da confraria¹⁴⁵⁶. Aos cereais seguiam-se, em número, as fogaças dos mais variados alimentos, em grande parte o que as gentes locais produziam nas suas hortas¹⁴⁵⁷. Estas eram bastante variadas, passando por frangos¹⁴⁵⁸, galinhas¹⁴⁵⁹,

do Rosário, nomeadamente alqueires de trigo ao ano, quinhões de centeio ou obrigações de rezar missas pela sua alma. Cf. Maria Ângela Beirante, *As Antigas Confrarias... cit.*, pp. 11-12.

¹⁴⁵⁰ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23, fl. 59.

¹⁴⁵¹ Idem, Cód. 24, 31.

¹⁴⁵² Em 1746, as esmolas da caixa foram recolhidas em dois momentos diferentes: 2.300 réis, em maio, e 2.820 réis, em dezembro. Sobre as esmolas da bacia, em dezembro de 1744 registou-se a módica quantia de 200 réis. Cf. Idem, Cód. 27, fl. 38-45; Cód. 25, fl. 43.

¹⁴⁵³ Em 1732 receberam-se 11 alqueires de trigo em esmolas, segundo o livro de receita e despesa referente aos anos de 1731 a 1736. Segundo o livro de receita das ofertas registadas entre 1725 e 1740, receberam-se 2 alqueires de trigo, da parte de Manuel Lourenço, de Juromenha, de uma criança pesada a trigo; 1 alqueire de trigo, oferecido por António Álvares, de Juromenha; outro alqueire de trigo, cujo devoto não foi identificado; 5 alqueires e meio, ofertados por José Rodrigues, residente no termo de Évora Monte; mais meio alqueire, por um devoto cujo nome não se registou; mais 2 alqueires, provenientes de mais uma figura que permaneceu no anonimato e recebeu-se mais meio alqueire, da parte de Jerónimo Rosado. Cf. Idem, Cód. 18, fl. 40; Idem, Cód. 15, fls. 36v-39.

¹⁴⁵⁴ Em 1736, um dos itens da receita diz respeito a 7 alqueires de sevada, embora não exista qualquer registo no livro de receita das ofertas. Cf. Idem, Cód. 18, fl. 125v.

¹⁴⁵⁵ Em 30 de agosto de 1738, Maria Fernandes ofereceu um alqueire de trigo, correspondendo este ao peso de uma filha. Cf. *Ibidem*, fl. 69.

¹⁴⁵⁶ Registou-se, em agosto de 1729, o recebimento de três esmolas de trigo em casa do tesoureiro. No mesmo mês, em 1733, receberam-se duas esmolas, uma em casa do tesoureiro e outra na do andador. Cf. *Ibidem*, fls. 24v-41.

¹⁴⁵⁷ Em Portugal, fogaça era o nome de um bolo, cozido no forno a lenha juntamente com o pão. No entanto, também eram chamadas de fogaças aos alimentos oferecidos a Nossa Senhora ou a outro santo no dia da sua festa. Existiam também as fogaças de confraria, que consistiam na oferta de determinado produto ao patrono da irmandade e um irmão faz dela leilão. O lanço em dinheiro que esta valia deveria ser entregue no ano seguinte, juntamente com uma fogaça do mesmo género, mas melhorada. Esta era uma forma de as confrarias auferirem mais rendimentos, pois pretendia-se aumentar o número de fogaças. Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino... cit.*, t. 4, p. 149.

¹⁴⁵⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fl. 5.

¹⁴⁵⁹ *Ibidem*, fl. 32.

pombos¹⁴⁶⁰, lebres¹⁴⁶¹, borregos¹⁴⁶², carneiros¹⁴⁶³, bezerros¹⁴⁶⁴, quartas de leite¹⁴⁶⁵, queijos¹⁴⁶⁶, confeitos¹⁴⁶⁷, roscas¹⁴⁶⁸, pepinos¹⁴⁶⁹, favas¹⁴⁷⁰, pêssegos¹⁴⁷¹, melancias¹⁴⁷², peras¹⁴⁷³, alperces¹⁴⁷⁴, limões¹⁴⁷⁵, melões¹⁴⁷⁶, figos de rei¹⁴⁷⁷, ameixas¹⁴⁷⁸, laranjas¹⁴⁷⁹, laranjas da China¹⁴⁸⁰ e trigo¹⁴⁸¹.

Entre 1715 e 1750, foram oferecidas 42 mortalhas à padroeira. As mortalhas eram os lençóis em que se envolviam os corpos dos defuntos¹⁴⁸², sendo muitas vezes oferecidas por promessa ou pela ocorrência de um milagre¹⁴⁸³. Provenientes de várias localidades do Alentejo, estas eram de pano grosseiro¹⁴⁸⁴, ordinário¹⁴⁸⁵ ou usado¹⁴⁸⁶. As esmolas em azeite entregues à confraria foram escassas¹⁴⁸⁷. Excetua-se o caso de Júlio da Silva, de Vila Viçosa, que ofereceu anualmente um ou dois alqueires de azeite, entre 1729¹⁴⁸⁸ e 1737¹⁴⁸⁹. Em 1733, também António Rodrigues ofereceu um alqueire de esmola¹⁴⁹⁰.

¹⁴⁶⁰ *Ibidem*, fl. 25v.

¹⁴⁶¹ *Ibidem*, fl. 14v.

¹⁴⁶² *Ibidem*, fl. 24.

¹⁴⁶³ *Idem*, Cód. 27, fl. 38.

¹⁴⁶⁴ *Idem*, Cód. 15, fl. 57v.

¹⁴⁶⁵ *Ibidem*, fl. 12v.

¹⁴⁶⁶ *Ibidem*, fl. 38.

¹⁴⁶⁷ *Idem*, Cód. 25, fl. 43.

¹⁴⁶⁸ *Idem*, Cód. 15, fl. 14v.

¹⁴⁶⁹ *Ibidem*, fl. 18v.

¹⁴⁷⁰ *Idem*, Cód. 24, fl. 33.

¹⁴⁷¹ *Idem*, Cód. 15, fl. 20.

¹⁴⁷² *Ibidem*, fl. 24v.

¹⁴⁷³ *Ibidem*, fl. 29.

¹⁴⁷⁴ *Ibidem*, fl. 33.

¹⁴⁷⁵ *Ibidem*, fl. 37v.

¹⁴⁷⁶ *Ibidem*, fl. 50v.

¹⁴⁷⁷ *Ibidem*, fl. 11v.

¹⁴⁷⁸ *Ibidem*, fl. 11v.

¹⁴⁷⁹ *Idem*, Cód. 27, fl. 35.

¹⁴⁸⁰ *Idem*, Cód. 15, fl. 23v.

¹⁴⁸¹ *Ibidem*, fl. 42.

¹⁴⁸² Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino... cit.*, t. 5, p. 588.

¹⁴⁸³ Pela importância da sua descrição, consideramos pertinente citar a oferta de uma mortalha, em 17 de setembro de 1735: “No mesmo dia deu também de esmola a Nossa Senhora Manuel Lopes do termo de Elvas – 1200 por uma mortalha que prometeu a mesma Senhora por sua mulher estando gravemente doente enferma de que dando-lhe a mesma Senhora em são de graças lhe mandou dizer uma missa cantada com sermão.” Cf. *Idem*, Cód. 15, fl. 49.

¹⁴⁸⁴ *Ibidem*, fl. 46.

¹⁴⁸⁵ *Ibidem*, fl. 4v.

¹⁴⁸⁶ *Ibidem*, fl. 17.

¹⁴⁸⁷ A análise das esmolas em azeite oferece, por vezes, dificuldades, pois algumas foram registadas de forma genérica. Assim sucedeu em 1715, quando se registaram 9 alqueires de azeite, referentes a esmolas. Em 1724, as esmolas foram de 7 alqueires. Cf. *Idem*, Cód. 11, fl. 6; Cód. 12, fl. 102.

¹⁴⁸⁸ *Idem*, Cód. 16, fl. 76.

¹⁴⁸⁹ *Idem*, Cód. 21, fl. 31.

¹⁴⁹⁰ *Idem*, Cód. 18, fl. 609.

Contabilizamos também outro tipo de ofertas que passam por moletas¹⁴⁹¹, bordões ou capas de romeiro, aparentemente na qualidade de *ex-votos*¹⁴⁹². Se os vários tipos de esmolos mereceram destaque, o mesmo sucede com a origem dos devotos que as ofereceram. Assim, sugerimos uma leitura atenta do seguinte mapa.

Mapa III – Localidades de onde eram provenientes as esmolos entregues à Régia
Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715-1750)



Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

¹⁴⁹¹ Idem, Cód. 15, fl. 54.

¹⁴⁹² Sobre estas ofertas, salientamos um único caso: em 3 de maio de 1739, António Rodrigues, da vila de Borba, ofereceu um bordão e uma capinha de romeiro a Nossa Senhora da Conceição. Cf. *Ibidem*, fl. 70.

Ao consultarmos o mapa I, verificamos que se desconhece praticamente metade da proveniência das esmolos. No entanto, um grande número de esmolos remete-nos para Vila Viçosa, cujo orago era a Imaculada Conceição. Seguiam-se outras vilas e cidades da região, nomeadamente Estremoz, Elvas, Borba, Évora, Olivença, Alandroal, Portalegre, Juromenha e Évora Monte. Se a cidade de Lisboa também ocupava um lugar de destaque¹⁴⁹³, muitas outras localidades do Alentejo¹⁴⁹⁴, Estremadura¹⁴⁹⁵, ou mesmo de outras províncias¹⁴⁹⁶ e do vizinho reino de Espanha¹⁴⁹⁷ figuraram no livro das ofertas, ainda que de forma reduzida. A condição social dos ofertantes, que nem sempre nos foi possível apurar, passava pelas camadas populares¹⁴⁹⁸, por gerais e soldados do exército¹⁴⁹⁹, membros da nobreza¹⁵⁰⁰ ou das elites locais¹⁵⁰¹.

Em relação às elites locais, não podemos deixar de referir D. Bernardo de Lucena, morgado da Quinta dos Peixinhos, que, em 1732, deu 480 réis de esmola a Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁰². Também Francisco da Silva de Moraes de Moura, administrador das alfandegas, deu à padroeira uma esmola de 800 réis, em 1735. D. Tomásia Francisca Xavier, mulher de Roque de Seixas, ofereceu de 450 réis por uma criança pesada a trigo,

¹⁴⁹³ Pelo seu caráter simbólico, destacamos o caso de Leonor Maria Leocádia, filha de João Nunes de Miranda, que, em dezembro de 1743, ofereceu a Nossa Senhora da Conceição 600 réis, por dois arráteis de cera de uma missa cantada. Cf. Idem, Cód. 24, fl. 44.

¹⁴⁹⁴ Os vários livros de receita e despesa remetem-nos para as seguintes localidades: Águias, Alter-do-Chão, Arronches, Assumar, Avis, Barbacena, Cabeço de Vide, Campo Maior, Canal, Cano, Chancelaria, Crato, Fronteira, Monforte, Monsaraz, Montemor-o-Novo, Moura, Mourão, Redondo, Sousel, Terena, Vila Boim, Veiros e Vimieiro. Cf. Idem, Cód. 15, fls. 4-81; Cód. 23, fls. 37-89; Cód. 24, fls. 21-57; Cód. 25, fls. 21-54; Cód. 26, fls. 21-57; Cód. 27, fls. 25-59; Cód. 28, fls. 18-53; Cód. 29, fls. 31-68.

¹⁴⁹⁵ Várias esmolos, em número reduzido, tiveram a sua origem nas vilas de Abrantes, Coruche, Erra, Punhete (atual Constância), Santarém e Torres Novas. Cf. Idem, Cód. 15, fls. 4-81.

¹⁴⁹⁶ Da província da Beira contabilizaram-se duas ofertas: uma de Coja e a outra não apresenta especificação. De Setúbal registou-se uma esmola e do Porto, duas. Do Algarve chegaram quatro esmolos, algumas delas especificando a sua origem: Santa Bárbara, no termo de Faro. Cf. *Ibidem*, fls. 4-81.

¹⁴⁹⁷ Estas três esmolos surgem com designações diferentes: uma, de forma genérica, refere que a sua ofertante foi uma devota espanhola; outra, refere que o devoto é natural do reino de Castela; a última faz menção a Gabriel da Silva, natural do reino da Catalunha, integrado no de Espanha. Cf. *Ibidem*, fls. 4-81.

¹⁴⁹⁸ Acreditamos que as esmolos dos camponeses com parcos rendimentos estariam incluídas nas “esmolos miúdas”. No entanto, as esmolos com maior substância, da parte dos populares, partiam de hortelões, caseiros ou lavradores de vários montes da região: destacamos os casos de Manuel Lopes, lavrador na Herdade da Ribeira de Borba, que, em 1726, ofereceu 2 alqueires de trigo a Nossa Senhora da Conceição; de Teresa de Jesus, moradora no Monte Ruivo, no termo de Sousel que, em 1732, enviou 480 réis de esmola à padroeira; de Manuel Rodrigues, assistente no Monte das Tenazes, no termo de Juromenha, que ofereceu 1 alqueire de trigo em 1736; e de José Lopes Gago, hortelão que, em 1739, ofereceu uma fogaça de pepinos; *Ibidem*, fl. 16-71.

¹⁴⁹⁹ Destacamos a esmola de 120 réis de D. Miguel de Melo, do regimento do conde de Coculim, em 1735; e a esmola de 480, ofertada por Germano da Gama em 1737, mestre de campo e assistente em Estremoz. Cf. *Ibidem*, fls. 52-67.

¹⁵⁰⁰ Cabe referir os casos de D. Constança Luísa Monteiro Paim, condessa de Alva, e de D. Catarina Úrsula de Lencastre, condessa de Coculim, que oportunamente abordámos no segundo capítulo deste estudo.

¹⁵⁰¹ Cf. *Ibidem*, fl. 39v-66.

¹⁵⁰² *Ibidem*, fl. 39v.

em 1737¹⁵⁰³. D. Lourenço de Lencastre, futuro bispo de Elvas, e de D. José de Lencastre, frade agostinho¹⁵⁰⁴, em dezembro de 1744, ofereceram esmolas de 240 e de 1.200 réis, respetivamente, a Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁰⁵.

Se, na primeira metade do século XVIII, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa recebeu perto de um milhar de esmolas, a verdade é que também ela própria as outorgou aos mais necessitados, consoante os seus rendimentos¹⁵⁰⁶. Em Vila Viçosa essas esmolas, maioritariamente em alqueires de trigo, foram canalizadas para mulheres pobres¹⁵⁰⁷, nomeadamente viúvas e órfãs¹⁵⁰⁸ - sendo estas distribuídas pelo Natal, quando havia fundos disponíveis¹⁵⁰⁹. No entanto, outras esmolas em trigo e em dinheiro foram atribuídas pela irmandade a vários espaços conventuais, entre eles o

¹⁵⁰³ *Ibidem*, p. 66.

¹⁵⁰⁴ D. Lourenço e D. José de Lencastre eram filhos de D. Rodrigo de Lencastre, por sua vez filho de D. João de Lencastre, capitão de cavalos, casado com D. Isabel de Castro. Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. VI, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 332.

¹⁵⁰⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 27, fl. 45.

¹⁵⁰⁶ Na época moderna, considerava-se que a caridade era o amor a Deus e que, por se amar a entidade divina, dever-se-ia ajudar aqueles que Ele ama. Em relação à esmola, esta era tida como o elo entre toda a comunidade.” Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, Vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 48-51.

¹⁵⁰⁷ Esta designação surge nos livros de receita e despesa, em que este tipo de gastos não figura de forma discriminada. Citamos o item referente ao ano de 1724: “Despendi com as esmolas que esta Confraria mandou dar este ano a viúvas e donzelas pobres e neseditadas – 80 alqueires [de trigo].” Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12, fl. 107v.

¹⁵⁰⁸ Em 1743, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição concedeu 49 esmolas a mulheres viúvas e órfãs da localidade, variando estas entre um e quatro alqueires de trigo. Embora sejam apresentados os nomes de todas as beneficiadas, havemos por bem não os citar. Cf. *Idem*, Cód. 24, fls. 28-30.

¹⁵⁰⁹ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 135.

recolhimento de Santa Marta¹⁵¹⁰, o convento de Santa Helena do Monte Calvário¹⁵¹¹, ambos em Évora, e o convento de Nossa Senhora do Carmo¹⁵¹², em Moura¹⁵¹³.

3.5 – Um templo, duas confrarias concecionistas: a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição

Como pudemos verificar, a devoção à Imaculada Conceição em Vila Viçosa encontrava-se aureolada pela riqueza e pelo esplendor, quer ao nível dos ornamentos da imagem, quer ao nível da riqueza das alfaias de culto ou dos paramentos sacerdotais. Esse primor passou também pelas avultadas esmolos dos devotos, na sequência de promessas ou de milagres operados pela padroeira de Portugal. Embora a Régia Confraria de Nossa

¹⁵¹⁰ O Recolhimento de Santa Marta foi fundado em 1490, em casas doadas pela família dos Estaços. No século XVI foi protegido por D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, que custeou as suas obras de ampliamiento. As beatas de Santa Marta receberam uma única esmola da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição: 120 réis, em 1740. Sobre estas questões Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. VII, p. 238; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 21, fl. 70.

¹⁵¹¹ O convento de Santa Helena do Monte Calvário foi fundado em 1565 pela infanta D. Maria, filha de D. Manuel I e de D. Leonor de Habsburgo. Desse ano datou a autorização de D. João de Melo e Castro, arcebispo de Évora, para a sua construção, mas a sua inauguração só ocorreu em 1574. O convento era da regra franciscana e tinha, ao início capacidade para 24 irmãs. No próprio espaço se fomentou a devoção a Nossa Senhora da Conceição, pois nele se encontrava um quadro da mesma invocação, datando este do final do reinado de D. João V. Sobre as esmolos que a confraria calipolense lhe concedeu, verificamos que foram entregues entre as décadas de 1720 e 1740, sob a forma monetária ou de alqueires de trigo. Referimos, aleatoriamente, os casos de 1735 e de 1738, em que se receberam esmolos de 3 alqueires de trigo e 480 réis, respetivamente. Sobre estas questões, cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. VII, pp. 241-245; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18, fl. 108; Cód. 22, fl. 14.

¹⁵¹² O convento de Nossa Senhora do Carmo foi fundado no século XIII por cavaleiros da Ordem de São João do Hospital. Foi bastante dotado pelos reis de Portugal, nomeadamente D. João I, D. João III e D. Sebastião e tido em grande conta por D. Nuno Álvares Pereira. A confraria calipolense concedeu-lhe esmolos em grande parte do segundo quartel de setecentos. Em 1739 receberam 2 alqueires de trigo e, no ano seguinte, o donativo fez-se através de 120 réis. Sobre estas questões cf. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens... cit.*, t. VI, pp. 246-253; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22, fl. 34; Cód. 21, fl. 71.

¹⁵¹³ O apoio aos pobres, em casos de saldo positivo, não foi caso único em Vila Viçosa. No final da época moderna, a irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama, em Lisboa, entregou esmolos a viúvas e a donzelas, sendo que muitas delas eram requeridas pelas próprias junto da irmandade. No que respeita às Confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo, em Ponte de Lima, muitas das esmolos eram entregues aos que estavam doentes e enfermos, estando incapacitados que conseguir sustentar-se através do seu trabalho. A altura do ano preferida para a outorga de esmolos, em Ponte de Lima, era a Páscoa. Segundo os estatutos da Irmandade de São Pedro da Gafanhoeira, os confrades que vivessem em pobreza ou no cativeiro deveriam ser auxiliados pela confraria. Em grande parte dos casos, as despesas com a outorga de esmolos ocorria quando as confrarias tinham lucros suficientes para sustentar esta despesa, que não constava entre as prioridades das irmandades. Sobre estas questões cf. Isabel Drumond Braga, “A Irmandade do Santíssimo Sacramento...” *cit.*, pp. 12-19. Maria Marta Lobo de Araújo, “A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX)”, Bracara Augusta, vol. 50, n.º 104-105, Braga, 2001-2002, pp. 443-450. Maria Marta Lobo de Araújo, “A Confraria de São Pedro da Gafanhoeira...” *cit.*, p. 367.

Senhora da Conceição tenha assumido um papel central nesse culto, esta não pode reputar a exclusividade desse papel, uma vez que dividia a matriz com outra confraria concecionista: a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição¹⁵¹⁴.

No final do século XVII, apenas a Régia Confraria assegurava a devoção à padroeira de Portugal na igreja matriz de Vila Viçosa. Com o objetivo de suprimir esta lacuna, um grupo de ilustres calipolenses achou por bem fundar-se outra irmandade, a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição¹⁵¹⁵. A sua fundação, ocorrida por volta de 1683¹⁵¹⁶, foi de caráter secular e contou com a provação do futuro D. Pedro II, ainda na qualidade de regente¹⁵¹⁷. Pretendendo aumentar o fervor do imaculismo na vila alentejana, a Irmandade dos Escravos propôs-se alcançar breves apostólicos, de forma a fornecer aos seus confrades uma série de indultos e privilégios¹⁵¹⁸.

O papa Inocêncio XI atendeu ao pedido dos confrades, concedendo-lhe diversas indulgências¹⁵¹⁹. Sabe-se que o papa determinou que a festa da irmandade se realizava em 15 de agosto e que a confraria tinha de realizar mais quatro festas marianas ao longo do ano. Os confrades, para alcançarem determinadas indulgências, deviam rezar quinze ave-marias diárias, podendo inscrever-se na confraria pessoas de ambos os sexos, calipolenses ou não¹⁵²⁰. Os irmãos pagavam um tostão de jóia e uma quota anual, na festa de agosto¹⁵²¹. Em relação à Mesa, contava com doze elementos, naturais e residentes na vila, e possuía um escrivão e um tesoureiro¹⁵²². O cargo de juiz era atribuído a alguma figura de renome¹⁵²³. No que respeita aos restantes mesários, estes pertenciam às famílias

¹⁵¹⁴ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 127.

¹⁵¹⁵ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, pp. 7-8.

¹⁵¹⁶ Os seus fundadores foram D. Luís de Almeida, Cristóvão Manuel de Sousa, Fernão Rodrigues de Brito Pereira, D. João de Almeida, Jorge Vieira da Silva, Pedro de Melo e Castro, Júlio de Melo e Castro, Nuno Mascarenhas de Brito, Pedro Mendes de Matos, Jerónimo Valeiro de Mariz, Manuel Pegas, Mateus Pereira Lobo e frei João Ferreira de Figueiroa, como referimos no segundo capítulo deste estudo. Segundo o marquês de São Paio, estes terão sido os fundadores da irmandade, pois os seus nomes figuraram como mesários num caderno de posses, poucos anos após a criação da confraria. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 7.

¹⁵¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹⁵¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹⁵¹⁹ Embora o marquês de São Paio não faça referência ao nome do pontífice, sabemos que o compromisso foi aprovado pelo arcebispo de Évora, D. Frei Domingos de Gusmão (primo direito de D. Pedro II), em 6 de setembro de 1689. À data, era pontífice Inocêncio XI. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹⁵²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 8.

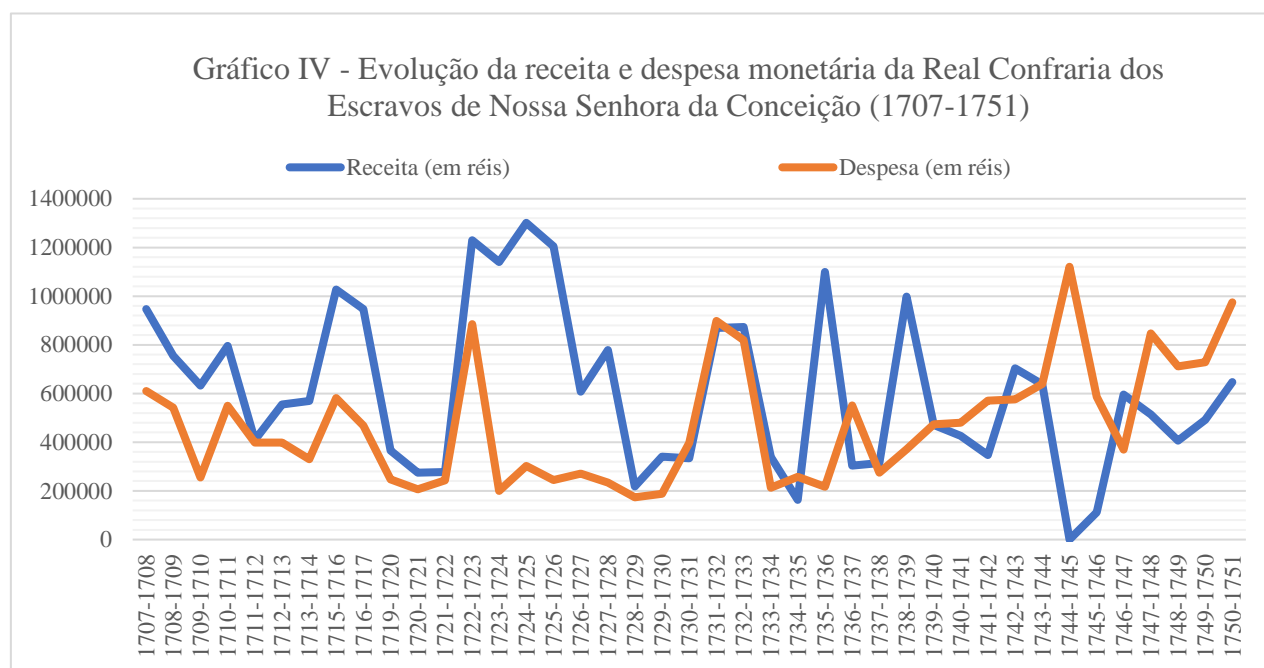
¹⁵²¹ Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹⁵²² Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

¹⁵²³ Idem, *Ibidem*, p. 9.

mais importantes de Vila Viçosa e podiam ser reeleitos uma ou mais vezes, havendo também casos de vitalícios¹⁵²⁴.

Um bom indicador da forma como a devoção à padroeira de Portugal foi assegurada pela Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição prende-se com a receita e a despesa da referida irmandade. Assim, para melhor compreensão dessa realidade, sugerimos a leitura do seguinte gráfico:



Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Códcs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Numa primeira análise, é notória a oscilação dos rendimentos, no decorrer da primeira metade de setecentos¹⁵²⁵. Encontramos períodos em que a receita ultrapassou largamente a despesa – o caso mais saliente o correu na década de 1720 – e o inverso – com particular destaque na década de 1740. A maior fatia da receita coube aos juros, que, como verificámos no caso da Régia Confraria, eram comumente praticados na época moderna¹⁵²⁶. A título de exemplo, citemos os que a confraria tinha no ano de 1710-1711¹⁵²⁷: os herdeiros de João Ferreira de Campos pagavam 5.000 réis, na sequência de um empréstimo de 100.000 réis; João Antunes e Martinho Filipe Miguéis, por a Mesa lhe

¹⁵²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 9.

¹⁵²⁵ Não encontramos registos para os anos de 1714-1715, 1717-1718 e 1718-1719.

¹⁵²⁶ Isabel dos Guimarães Sá, “As Confrarias...” *cit.*, p. 57.

¹⁵²⁷ Os livros de receita e despesa da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição não contabilizavam o ano completo, pois este iniciava em agosto e fechava um ano depois, existindo, assim, a necessidade de mencionar sempre dois anos.

ter dado 100.000 réis a cada um, pagavam anualmente 6.250 réis; Manuel Pereira Pestana, oliventino, pagava 9.000 réis por um empréstimo de 180.000¹⁵²⁸.

Os juros acima referidos eram pagos à irmandade entre setembro e novembro. Já no ano seguinte, entre fevereiro e agosto, pagavam Estevão Soares Fialho e Simão da Silva, por um empréstimo de 50.000 réis a cada um, 3.125; Manuel Pegas de Vasconcelos satisfazia 5.000 por a Mesa lhe ter dado 80.000; Maria Lopes, viúva de Manuel Rosado, paga 17.500 réis por um empréstimo de 350.000, feito pelo defunto marido. Simão da Silva, de Borba, pagava 15.450 por 47.700 réis e João Álvares 3.125, por 50.000 réis. Francisco Lopes e Francisco de Sousa da Câmara pagavam, respetivamente, 10.000 e 5.875, pelas concessões de 200.000 e de 97.000 réis. Manuel Pegas de Vasconcelos e D. João de Almeida satisfaziam, pela concessão de 120.000, 12.500 réis¹⁵²⁹.

Cabe referir ainda as concessões à Ordem Terceira de São Francisco¹⁵³⁰ e à Misericórdia de Vila Viçosa¹⁵³¹, de 200.000 e 150.000 réis, respetivamente¹⁵³². O pagamento dos juros nem sempre foi regular, sendo este um dos principais fatores da oscilação da receita: salientámos o caso da viúva de Manuel Rosado, que pagou 35.000 réis em 1729-1730¹⁵³³. O dinheiro das esmolas dos confrades e das medidas vendidas no caixão, registado mensalmente, foi outra fonte importante da receita, chegando a atingir valores de 281.580 e 289.230 réis, em 1712-1713 e 1715-1716, respetivamente¹⁵³⁴. Outra fonte de rendimentos reporta-nos para o peditório feito pela irmandade na vila e em alguns conventos da mesma. A partir de 1719-1720, o peditório ficou confinado a três conventos

¹⁵²⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 3, fl. 12.

¹⁵²⁹ *Ibidem*, fls. 12-13v.

¹⁵³⁰ A Ordem de São Francisco estava instalada no convento dos Capuchos, em Vila Viçosa. Era a sede da província da Piedade e teve assento na vila por volta de 1500, sob autorização do duque D. Jaime. Inicialmente instalou-se no local da ermida de Nossa Senhora da Piedade. Daí mudaram-se para junto do Outeiro da Força durante o governo de D. Teodósio I, em 1547. Deslocaram-se pela terceira e última vez em 1606, após autorização de D. Filipe II para demolirem a capela de São Lázaro para aí edificarem as suas instalações. A primeira pedra foi lançada por D. Teodósio II, em 1606, na companhia do seu filho D. João, duque de Barcelos, e dos seus irmãos D. Duarte e D. Filipe. O templo foi sagrado em 31 de maio de 1610, domingo de Pentecostes. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres...* cit., p. 61; Túlio Espanca, *Inventário Artístico...* cit., t. IX, p. 586.

¹⁵³¹ Maria Marta Lobo de Araújo, no seu estudo sobre a Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, referiu que esta instituição emprestou dinheiro a juro, embora muito raramente e em pequenas quantias. No entanto, não foi feita referência aos empréstimos contraídos. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres...* cit., p. 155.

¹⁵³² A Ordem Terceira pagava anualmente 5.000 réis e a Misericórdia 9.375 réis. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 3, fl. 12v-13v.

¹⁵³³ *Idem*, Cód. 9, fl. 69v.

¹⁵³⁴ *Idem*, Cód. 4, fls. 16-28; Cód. 6, fls. 16-28.

de Vila Viçosa: das Chagas de Cristo¹⁵³⁵, de Nossa Senhora da Esperança¹⁵³⁶ e de Santa Cruz¹⁵³⁷.

A confraria também recebeu algumas esmolas. Em 1715-1716, o escrivão registou um item correspondente às esmolas¹⁵³⁸ e, em 1723-1724, outro de 6.000 réis, proveniente de Estremoz¹⁵³⁹. Em 1725-1726, receberam-se 2.200 de duas pessoas pesadas a trigo¹⁵⁴⁰ e, em 1727-1728, 2.700, sem menção aos devotos¹⁵⁴¹. Em 1731-1732, receberam-se 1.630 réis¹⁵⁴², ao passo que os 19.200 e 2.800 réis se deveram à devoção de Nicolau Almeida Valejo¹⁵⁴³ e de Nicolau Vaz de Almeida¹⁵⁴⁴. Em 1746-1747, registou-se a entrada 7.200 de um confrade falecido em Angola¹⁵⁴⁵ e, no ano seguinte, o legado de D. Catarina Joana, no valor de 20.000 réis. As esmolas não tiveram grande expressividade na receita da irmandade e, quando comparadas com as que a régia confraria recebeu no mesmo período, podemos considerá-las quase insignificantes¹⁵⁴⁶.

¹⁵³⁵ O Real Convento das Chagas de Cristo foi fundado em 1514 pelo quarto duque de Bragança, D. Jaime. Foi o espaço conventual mais luxuoso de Vila Viçosa, ingressando nelas muitas mulheres de famílias nobres do Alentejo. As professoras possuíam moradias privadas, ricamente mobiladas a expensas dos seus parentes. O convento serviu de panteão a muitas mulheres da casa de Bragança: aí jazem D. Joana de Mendonça, consorte de D. Jaime; D. Maria e D. Vicência, filhas de D. Jaime e de D. Joana; D. Catarina de Avis e D. Ana de Velasco, consortes de D. João I e de D. Teodósio II, respetivamente; D. Joana, filha do marquês de Ferreira e neta do duque D. Jaime; D. Angélica, D. Querubina, D. Isabel e D. Maria, filhas de D. João I e de D. Catarina de Avis; D. Catarina, filha de D. Teodósio II e de D. Ana Velasco; e D. Ana, filha de D. João II (IV de Portugal) e de D. Luísa de Gusmão. Advertimos para o facto de o convento das Chagas possuir uma pequena imagem de roca de Nossa Senhora da Conceição. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. IX, p. 552-560.

¹⁵³⁶ O Real Convento da Esperança teve a sua origem na fusão de dois recolhimentos pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco, em 1547. Seis anos depois, D. Isabel de Lencastre, primeira mulher de D. Teodósio I, adquiriu o solar de Gonçalo Vaz Pinto para aí fundar a ermida de Nossa Senhora de Jesus e albergar o recolhimento de Nossa Senhora da Esperança. Este foi dotado pela duquesa D. Isabel com 6.000 cruzados e com a herdade da Aboboreira, em Vila Boim. No século XVII auferia rendimentos elevados através dos muitos foros que possuía. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 570.

¹⁵³⁷ Fundado por Mendo Rodrigues de Vasconcelos, capelão de D. Jaime, o convento de Santa Cruz de Vila Viçosa cresceu muito ao longo dos séculos XVI e XVII, cujas obras de ampliação contaram com o mecenato de D. Teodósio II. Pertencente à ordem de Santo Agostinho, possuía 95 monjas em 1754, sob o priorado de soror Mariana Micaela de Jesus. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 681.

¹⁵³⁸ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 6, fl. 21v.

¹⁵³⁹ Idem, Cód. 9, fl. 7.

¹⁵⁴⁰ *Ibidem*, fl. 45.

¹⁵⁴¹ *Ibidem*, fl. 58.

¹⁵⁴² *Ibidem*, fl. 79v.

¹⁵⁴³ Idem, Cód. 10, fl. 8v.

¹⁵⁴⁴ *Ibidem*, fl. 14.

¹⁵⁴⁵ *Ibidem*, fl. 81.

¹⁵⁴⁶ A respeito das esmolas da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, analisadas oportunamente em 3.3, veja-se o códice referente às esmolas, que abarca os anos 1725-1740. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fls. 4-81v.

No que diz respeito à despesa, verificamos que esta abarcou um leque de questões mais vasto. À semelhança da Régia Confraria, também a Irmandade dos Escravos possuía um andador e um armador. O primeiro recebia um salário de 6.000 réis¹⁵⁴⁷, além da propina correspondente ao trabalho na armação da festa de Nossa Senhora, de 150 réis¹⁵⁴⁸. Já o segundo era renumerado pelo seu trabalho no dia 15 de agosto, além dos serventes que o auxiliavam nas suas tarefas¹⁵⁴⁹. Importa ainda mencionar os pagamentos referentes à armação do cortinado da capela-mor, por ocasião das festas do Natal e da Páscoa, por um homem que nunca surge identificado, mas que recebia, por cada serviço, entre 120 a 140 réis¹⁵⁵⁰.

A maior fatia da despesa dizia respeito ao dinheiro que a Confraria dos Escravos emprestava a juros. Embora a irmandade lucrasse com este tipo de investimento, muitas vezes eram concedidos empréstimos bastante avultados o que, aliado a atrasos nos pagamentos, punha em causa a harmonia das contas. Salientamos os casos de 1736-1737 e de 1744-1745, cuja despesa foi de 350.000 e de 831.022 réis¹⁵⁵¹, respetivamente. A maioria dos processos jurídicos em que a confraria se viu envolvida resultou do não pagamento de alguns contraentes. Assim, a instituição recorreu à justiça, à semelhança da Régia Confraria, para reaver as quantias que lhe pertenciam. Estas questões custavam à irmandade algumas centenas ou milhares de réis¹⁵⁵², levando ao confisco dos bens de alguns dos contraentes¹⁵⁵³.

Segundo o marquês de São Paio, a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição adotou como insígnia de confrade uma cadeia no pulso¹⁵⁵⁴. Esta peça, que poderia ser de ferro ou de prata, simbolizava a servidão à Virgem Maria e nela a irmandade despendia grossas quantias: em 1708-1709 compraram-se 2.250 cadeias de

¹⁵⁴⁷ Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 1, fl. 33.

¹⁵⁴⁸ Idem, Cód. 9, fl. 76.

¹⁵⁴⁹ Idem, Cód. 1, fl. 34.

¹⁵⁵⁰ Idem, Cód. 6, fl. 33.

¹⁵⁵¹ No primeiro ano emprestou-se dinheiro a juros a Manuel Lopes da Silva (100.000 réis) e a Clemente Antunes Moreira (250.000). No segundo, contraíram empréstimo João Nunes (60.000), Paulo Coelho (20.000), João Lourenço Machado (300.000), Manuel José Sampaio (38.400), António Lobo (38.400), Miguel Pinheiro (57.000), Paulo Pereira Costa (50.000), Francisco de Sousa (57.600), Francisco da Silveira (60.000), António Alpedrinha (57.422) e João Carrilho (100.000). Cf. Idem, Cód. 10, fls. 21v-69.

¹⁵⁵² Idem, Cód. 9, fls. 14-15.

¹⁵⁵³ Em 1744-1745 foram vendidas duas jóias e um relicário de ouro, por 18.100 réis. Estes pertenciam a Clemente Antunes Moreira e foram confiscados para satisfazer o juro que este devia à Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição. Cf. Idem, Cód. 10, fl. 68.

¹⁵⁵⁴ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, pp. 9.

ferro por 22.240 réis¹⁵⁵⁵ e, em 1720-1721, 20 cadeiras de prata custaram 8.000¹⁵⁵⁶. Outra despesa de grande relevo remete-nos para as medidas. Muitas delas foram fitas de Castela¹⁵⁵⁷ ou de Hamburgo¹⁵⁵⁸, sendo nelas gravado o nome da padroeira de Portugal. Compradas frequentemente nas feiras de janeiro¹⁵⁵⁹, maio¹⁵⁶⁰ ou agosto¹⁵⁶¹, eram posteriormente vendidas no caixão da irmandade aos confrades e devotos¹⁵⁶².

O compromisso da Confraria dos Escravos determinava que todas as segundas-feiras se deveria rezar missa por alma dos irmãos falecidos¹⁵⁶³. No entanto, a prática passou a quotidiana volvidos poucos anos¹⁵⁶⁴. Assim o confirmam os livros de receita e despesa entre 1707 e 1751, nos quais se registaram os pagamentos ao capelão da irmandade, variando estes entre os 36.000¹⁵⁶⁵ e os 50.000 réis¹⁵⁶⁶. Cabia também à instituição realizar um ofício mensal com o mesmo propósito, além de um outro no oitavário dos santos – à semelhança da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁶⁷. Estes ofícios tinham um custo de 1.000 réis, havendo anos em que o número de ofícios aumentava: salientamos o caso de 1738, ano em que um deles se realizou por morte de D. António de Melo e Castro, conde das Galveias¹⁵⁶⁸.

Uma grossa fatia da despesa suportada pela referida irmandade prendia-se com a festa de Nossa Senhora, realizada em 15 de agosto¹⁵⁶⁹. A festa iniciava-se nas vésperas¹⁵⁷⁰, prosseguindo no dia seguinte com as missas da manhã e da tarde¹⁵⁷¹, além

¹⁵⁵⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 2, fl. 32v.

¹⁵⁵⁶ Idem, Cód. 7, fls. 30.

¹⁵⁵⁷ Estas fitas custaram, em 1730-1731, 11.530 réis. Cf. Idem, Cód. 9, fl. 75.

¹⁵⁵⁸ Em 1713-1714 despenderam-se 40.200 réis em 134 peças de fita e, em 1715-1716, a despesa em 40 peças de maravalha foi de 14.400. Cf. Idem, Cód. 5, fl. 32v; Cód. 6, fl. 31v.

¹⁵⁵⁹ Idem, Cód. 8, fl. 62.

¹⁵⁶⁰ Idem, Cód. 9, fl. 71.

¹⁵⁶¹ Idem, Cód. 10, fl. 60.

¹⁵⁶² Idem, Cód. 1, fl. 16.

¹⁵⁶³ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, p. 9.

¹⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 9.

¹⁵⁶⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 1, fl. 32.

¹⁵⁶⁶ Idem, Cód. 10, fl. 105.

¹⁵⁶⁷ Idem, Cód. 3, fl. 32.

¹⁵⁶⁸ Idem, Cód. 10, fl. 27v.

¹⁵⁶⁹ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, p. 8.

¹⁵⁷⁰ Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino* ... *cit.*, t. 8, p. 454.

¹⁵⁷¹ Em 1710-1711, o pregador do sermão da manhã era frei Estêvão do Rosário e o da tarde frei Gaspar do Espírito Santo, ambos religiosos do convento de São Paulo, em Vila Viçosa. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 2, fl. 35

da procissão pelas principais ruas de Vila Viçosa¹⁵⁷². As despesas da festa respeitaram à armação da igreja¹⁵⁷³, vinho e hóstias¹⁵⁷⁴, cera que nesses dias se consumia¹⁵⁷⁵, água de cheiro¹⁵⁷⁶, azeite para as luminárias¹⁵⁷⁷, e às várias cargas de espadana, que tinha, com grande probabilidade, uma finalidade ornamental¹⁵⁷⁸. Ainda sobre as manifestações religiosas, não se podem descurar os pagamentos aos padres e aos músicos da festa¹⁵⁷⁹. Aos primeiros, por pregarem os sermões da manhã e da tarde, por assistirem nas missas e por exporem o Santíssimo Sacramento¹⁵⁸⁰. Aos segundos, por cantarem e tocarem na missa e na procissão, nomeadamente as trompas e as rabecas¹⁵⁸¹.

A Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição tinha também gastos com a manutenção da igreja matriz e com a devoção à padroeira. Sob a sua responsabilidade estava uma lâmpada, na qual se gastava um alqueire e meio de azeite por mês¹⁵⁸². Cabia à irmandade reparar a mesma lâmpada quando estava danificada¹⁵⁸³, além de ter contribuído para algumas obras na igreja, como o retábulo da capela mor¹⁵⁸⁴, a pintura da sacristia¹⁵⁸⁵ e a fundição de um sino novo¹⁵⁸⁶. Entre os bens da própria confraria, destacamos o fabrico de paramentos novos¹⁵⁸⁷ e o restauro dos mais antigos¹⁵⁸⁸,

¹⁵⁷² Idem, Cód. 4, fl. 64.

¹⁵⁷³ Os valores referentes às despesas na armação eram variáveis, havendo registos de valores entre os 24.000 e os 38.400 réis. Cf. Idem, Cód. 1, fl. 34; Cód. 10, fl. 105.

¹⁵⁷⁴ Despendiam-se, geralmente, 2.400 réis. Cf. Idem, Cód. 6, fl. 33.

¹⁵⁷⁵ Os valores da cera também variaram: em 1721-1722, empregavam-se nesta despesa 18.700 réis, em 1738-1739, 12.400 e, em 1744-1745, 28.770. Cf. Idem, Cód. 8, fl. 64; Cód. 10, fls. 35-69v.

¹⁵⁷⁶ Idem, Cód. 10, fl. 60.

¹⁵⁷⁷ Normalmente despendia-se uma canada, isto, é 0.166 litros de azeite. Cf. Idem, Cód. 10, fl. 49v; Isabel Drumond Braga, “A Circulação e a Distribuição de Produtos” ... *cit.*, p. 208.

¹⁵⁷⁸ A despesa era variável, consoante as cargas de espadana adquiridas. Em 1721-1722, por 6 cargas, gastaram-se 720 réis. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 8, fl. 64v.

¹⁵⁷⁹ Uma outra despesa dizia respeito à propina do capelão da irmandade, que era remunerado pelas missas quotidianas e, durante a festa, recebia 4.800 réis de propina. Cf. Idem, Cód. 2, fl. 35.

¹⁵⁸⁰ Estas despesas tinham um custo muito variado. Em 1724-1725, por exemplo, não era inferior a 480, nem superior a 1.000 réis. Cf. Idem, Cód. 10, fl. 33.

¹⁵⁸¹ Em 1748-1749, a despesa com os músicos foi de 40.000 réis. Cf. *Ibidem*, fls. 89-89v.

¹⁵⁸² *Ibidem*, fl. 76.

¹⁵⁸³ Idem, Cód. 9, fl. 32.

¹⁵⁸⁴ Túlio Espanca, *Inventário Artístico*... *cit.*, t. IX, p. 534.

¹⁵⁸⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fl. 88v.

¹⁵⁸⁶ Esta despesa, que teve lugar em 1734-1735, foi de 14.400 réis. Cf. Idem, Cód. 10, fl. 9v.

¹⁵⁸⁷ Em 1740-1741, o fabrico de novos paramentos teve um custo de 192.000 réis. Em 1745-1746, despenderam-se 67.840 réis em quatro capas de damasco branco. Cf. *Ibidem*, fls. 49-77.

¹⁵⁸⁸ Idem, Cód. 8, fl. 62v.

além da compra de um prato e um gomil de prata, em 1710-1711¹⁵⁸⁹, e os vários consertos feitos no caixão das esmolas¹⁵⁹⁰.

Outra das despesas prendia-se com a outorga de esmolas. Tal como sucedeu com a outra confraria concecionista, também a irmandade dos Escravos enviou esmolas ao convento de Santa Helena do Monte Calvário, em Évora. Entre 1729 e 1750, a confraria enviou uma esmola anual de 1.200 réis às freiras do convento eborense¹⁵⁹¹, havendo anos em que a quantia foi superior: assim sucedeu em 1736-1737, quando foram enviadas duas, uma no valor de 1.200 e outra no de 480 réis¹⁵⁹². Em 1730-1731, foi enviada outra de 2.400 réis às freiras capuchas de Évora¹⁵⁹³, isto é, ao convento de Santa Clara¹⁵⁹⁴. Outra esmola extraordinária prendeu-se com a entrega de 4.800 ao licenciado Xavier Caetano, possivelmente para a sua formação académica¹⁵⁹⁵.

Verificamos que uma das fontes de receita dizia respeito às esmolas dos confrades¹⁵⁹⁶. Em 1743, a Mesa da irmandade adquiriu, por 1.920 réis, um livro para assentar os escravos¹⁵⁹⁷. Nele se registaram os irmãos até 1796, embora apenas nos interessassem as inscrições efetuadas até à morte de D. João V, em 1750. Entre ambas as datas, a confraria contava com 689 membros, dos quais 371 eram mulheres e 318 eram homens¹⁵⁹⁸. Os escravos pagavam uma quota à Mesa, que, embora haja registos desses pagamentos, desconhecemos o seu valor exato: António Lopes Rocha, de Moura, registou-se em setembro de 1744, pagando 480 réis até dezembro de 1745¹⁵⁹⁹; Ana Caeira,

¹⁵⁸⁹ Nestas peças gastaram-se 62.250 réis, aos quais acresceram 480 por se terem se lhe terem mandado gravar as armas da confraria. Cf. Idem, Cód. 2, fl. 33v.

¹⁵⁹⁰ Idem, Cód. 10, fl. 104v.

¹⁵⁹¹ Idem, Cód. 9, fl. 66; Cód. 10, fl. 104.

¹⁵⁹² *Ibidem*, fs. 21v-22.

¹⁵⁹³ Idem, Cód. 9, fl. 76.

¹⁵⁹⁴ O convento de Santa Clara de Évora foi fundado em 1452 pelo bispo de Évora, D. Vasco Perdigão. Para a fundação do convento adquiriram-se umas casas velhas, que pertenceram, em tempos, ao paço dos Falcões. As freiras tomaram posse do edifício em 1459, recebendo várias rendas por parte da Mitra. A igreja foi consagrada em 1464 pelo bispo D. Jorge da Costa, futuro cardeal de Alpedrinha. O edifício sofreu vários danos ao longo da época moderna, nomeadamente em 1663, quando as tropas de João José de Áustria cercaram a cidade de Évora, e em 1755, como consequência do terramoto de 1 de novembro. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, T. VII, p. 218.

¹⁵⁹⁵ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fl. 77.

¹⁵⁹⁶ Idem, Cód. 1, fls. 16-28.

¹⁵⁹⁷ Idem, Cód. 10, fl. 63.

¹⁵⁹⁸ Idem, Cód. 56, fls. 6-615.

¹⁵⁹⁹ *Ibidem*, fl. 17.

de Montoito, assentou-se escrava em 25 de novembro de 1747, pagando 100 réis nesse ato¹⁶⁰⁰.

Entre 1743 e 1750, estavam inscritos na Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição muitos homens e mulheres. Estes eram oriundos não só de Vila Viçosa, como também de várias localidades do Alentejo, e de outras regiões de Portugal e de Espanha. O mapa seguinte poderá dar-nos uma ideia mais sólida da realidade vivida pela irmandade no final do reinado de D. João V.

Mapa IV – Origem dos irmãos da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1743-1751)



Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56.

¹⁶⁰⁰ *Ibidem*, fl. 20.

A Confraria dos Escravos abarcava um elevado número de confrades calipolenses (283), seguindo-se importantes vilas e cidades da província, como Elvas (52), Estremoz (49), Évora (32), Olivença (27), Redondo, (21), Montoito (15), Alandroal (12), Borba (11), Monforte (11) e Castelo de Vide (9)¹⁶⁰¹. Excecionalmente, e em número razoável, surge-nos a vila da Sertã, na província da Beira, de onde eram originários 12 confrades. Além daqueles cuja origem desconhecemos (76), figuravam outras localidades no livro de assentos iniciado em 1743, localizadas nas províncias do Alentejo¹⁶⁰², de Trás-os-Montes¹⁶⁰³, Beira¹⁶⁰⁴, Estremadura¹⁶⁰⁵, Algarve¹⁶⁰⁶, Espanha¹⁶⁰⁷ e do Brasil¹⁶⁰⁸. Advertimos para o facto de muitos dos escravos não serem oriundos das vilas ou cidades acima referidas, mas sim de aldeias ou lugares do respetivos termos¹⁶⁰⁹.

Verificamos que muitos dos membros da referida irmandade, em meados do século XVIII, pertenciam ao clero. Alguns deles eram religiosos em diversos conventos, nomeadamente os de São Paulo¹⁶¹⁰, de Santo Agostinho¹⁶¹¹ e da Esperança¹⁶¹², em Vila

¹⁶⁰¹ *Ibidem*, fls. 6v-615.

¹⁶⁰² Mourão (6), Alcáçovas (5), Évora-Monte (5), Juromenha (5), Moura (5), Terena (4), Arraiolos (2), Arronches (2), Beja (2), Montemor-o-Novo (2), Fronteira (1), Monsaraz (1), Sousel (1), Veiros (1), Vila de Frades (1), Vila Fernando (1) e Vimieiro (1). Cf. *Ibidem*, fl. 6-615.

¹⁶⁰³ Um dos casos faz referência, de forma generalizada, a Bento Gonçalves, da Província Transmontana, que pagou a sua quota até agosto de 1745. Em maio de 1750 assentou-se escravo João de Sampaio, de São Mamede de Ribatua. Cf. *Ibidem*, fls. 111v-345.

¹⁶⁰⁴ Além da Sertã, havia escravos provenientes de vilas como Pedrógão Pequeno (1), de Álvares (1) e do termo da Covilhã (1). Existiam ainda confrades associados a Coimbra, 2 deles da própria cidade e um referido, de forma vaga, como oriundo daquele bispado. Cf. *Ibidem*, fls. 6-615v.

¹⁶⁰⁵ Da Estremadura destacamos a cidade de Lisboa (6) e as localidades ribatejanas de Muge (1) e Torres Novas (1). Cf. *Ibidem*, fls. 6-615.

¹⁶⁰⁶ Os casos algarvios (2), referem apenas a região, de forma genérica. Cf. *Ibidem*, fls. 6-615.

¹⁶⁰⁷ Para Espanha encontramos quatro casos: Joana Cavalheira, referida genericamente como espanhola, tornou-se escrava em fevereiro de 1744; João António, do reino de Valência, assentou-se escravo em outubro de 1748; Maria Ramalha, galega, que pagou as suas quotas entre 1743 e 1749; Nicolau da Silva, de Badajoz, tornou-se escravo da irmandade em março de 1750. Cf. *Ibidem*, fls. 332-475v.

¹⁶⁰⁸ Ao que tudo indica, tratou-se de um único caso: João da Fonte, natural de Santos, assentou-se na irmandade em março de 1750. Cf. *Ibidem*, fl. 346.

¹⁶⁰⁹ Refira-se, a título de exemplo, localidades como São Miguel do Adaval, no termo do Redondo, Bencatel, no termo de Vila Viçosa, ou Aldeia do Cortiço, no termo de Estremoz. Cf. *Ibidem*, fls. 338v-405.

¹⁶¹⁰ *Ibidem*, fls. 19-340

¹⁶¹¹ Em 18 de julho de 1748 estava inscrito na Irmandade dos Escravos frei Nicolau da Conceição. O convento de Nossa Senhora da Graça, da ordem de Santo Agostinho, foi fundado em 1267. Tratou-se do primeiro convento edificado em Vila Viçosa e beneficiou do mecenato dos duques de Bragança, nomeadamente D. Jaime, D. Teodósio I, D. João I, D. João II e D. Teodósio II. Situado em frente ao paço ducal, conheceu uma campanha de obras no século XVII, levadas a cabo pelo futuro D. João IV, no seguimento de uma promessa feita pelo seu pai, tornando-se a igreja no panteão dos duques de Bragança. As ossadas dos duques foram trasladadas para a igreja em 1677, por ordem do futuro D. Pedro II. Os monarcas da casa de Bragança mantiveram o interesse dos seus antepassados pelo convento dos Agostinhos, pois patrocinaram as obras que os frades realizaram na igreja e no próprio culto religioso, durante os reinados de D. João V, D. José e D. Maria I. Cf. *Ibidem*, fl. 475v; Carlos Joaquim Campino Filipe, *O Património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: Encomenda, Financiamento e Construção*, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015, pp. 19-23.

¹⁶¹² *Ibidem*, fl. 315.

Viçosa, o da Conceição, em Beja¹⁶¹³, o de Jesus¹⁶¹⁴, em Monforte¹⁶¹⁵ e o de Santa Mónica¹⁶¹⁶, em Évora¹⁶¹⁷. Outros religiosos pertenciam à Congregação do Oratório de Estremoz¹⁶¹⁸, à Igreja Matriz¹⁶¹⁹ ou à Capela Real, em Vila Viçosa¹⁶²⁰ ou a paróquias da região, como a de Santa Maria do Monte Virgem, no termo do Redondo¹⁶²¹, de Santa Catarina de Pardais, no termo de Vila Viçosa¹⁶²² ou de Moura, cuja paróquia não foi identificada¹⁶²³.

A Confraria dos Escravos contava com membros dos grupos sociais mais elevados, como eram o marquês das Minas e o conde das Galveias, inscritos em 1743 e 1744, respetivamente¹⁶²⁴. Outros eram oficiais em casas nobres¹⁶²⁵ ou integrantes de regimentos militares¹⁶²⁶, além de membros de famílias importantes de Vila Viçosa¹⁶²⁷. Entre os membros ilustres da confraria figuravam Miguel Brás Ângelo, lente da Universidade de Coimbra e frei José Xavier de Vasconcelos, promotor do Tribunal do Santo Ofício na mesma cidade¹⁶²⁸. Não podemos deixar de referir os confrades com rendimentos mais modestos, como Domingos Rebelo, ganhão no monte da Marinela de Cima¹⁶²⁹. Os escravos propriamente ditos também se fizeram confrades: salientamos os

¹⁶¹³ *Ibidem*, fl. 237.

¹⁶¹⁴ *Ibidem*, 19v.

¹⁶¹⁵ O convento do Bom Jesus de Monforte foi fundado em 1515 por Fernão Zebreiro Matouso, prior da igreja de Santa Maria Madalena. Foi habitado por freiras franciscanas e reconstruído em meados do século XVIII. Cf. Luís Keil, *Inventário Artístico... cit.*, t. I, p. 99.

¹⁶¹⁶ *Ibidem*, fl. 409v.

¹⁶¹⁷ O convento de Santa Mónica de Évora pertencia à ordem de Santo Agostinho e foi o primeiro a sediar-se em Portugal. Foi fundado em 1380 por duas eborenses, Constança Xira e Maria Fernandes. Recebeu os votos da ordem agostinha em 1421, tendo ficado sob a administração da Mitra em 1541. Esta introduziu a clausura no convento em 1564, seguindo as determinações do Concílio de Trento. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico... cit.*, t. VII, p. 270.

¹⁶¹⁸ *Ibidem*, fl. 420.

¹⁶¹⁹ Da Igreja de Nossa Senhora da Conceição estavam inscritos em 1744 o prior, frei Francisco António Lameira Miguéis, o superior de Avis, frei Teodorico Freire Lameira e o padre Francisco Ramalho. O tesoureiro, João Xavier de Carvalho, entrou para a irmandade em agosto de 1748. Cf. *Ibidem*, fl. 480.

¹⁶²⁰ Cabe referir os capelães Francisco Xavier da Rosa, que pagou as suas quotas entre 1746 e 1751, José Correia, que se assentou escravo em outubro de 1744 e Vital da Trindade, que se fez confrade em janeiro de 1749. O tesoureiro mor, Pedro da Mota e Silva, era escravo em outubro de 1745, e o deão, D. João Francisco da Silva, fez-se compadre em agosto de 1744. Cf. *Ibidem*, fls. 236v-609.

¹⁶²¹ *Ibidem*, fl. 16.

¹⁶²² *Ibidem*, fl. 480v.

¹⁶²³ *Ibidem*, fl. 236.

¹⁶²⁴ *Ibidem*, fls. 15-19.

¹⁶²⁵ Salientamos o caso de D. Inês Rosa, assistente em casa do conde do Lavradio, que se tornou escrava em julho de 1745. Cf. *Ibidem*, fl. 333v.

¹⁶²⁶ Muitos pertenciam às praças de Elvas e de Olivença, como sucedeu com Francisco José de Moura e com José da Rosa, inscritos em 1744. Cf. *Ibidem*, fls. 235-331v.

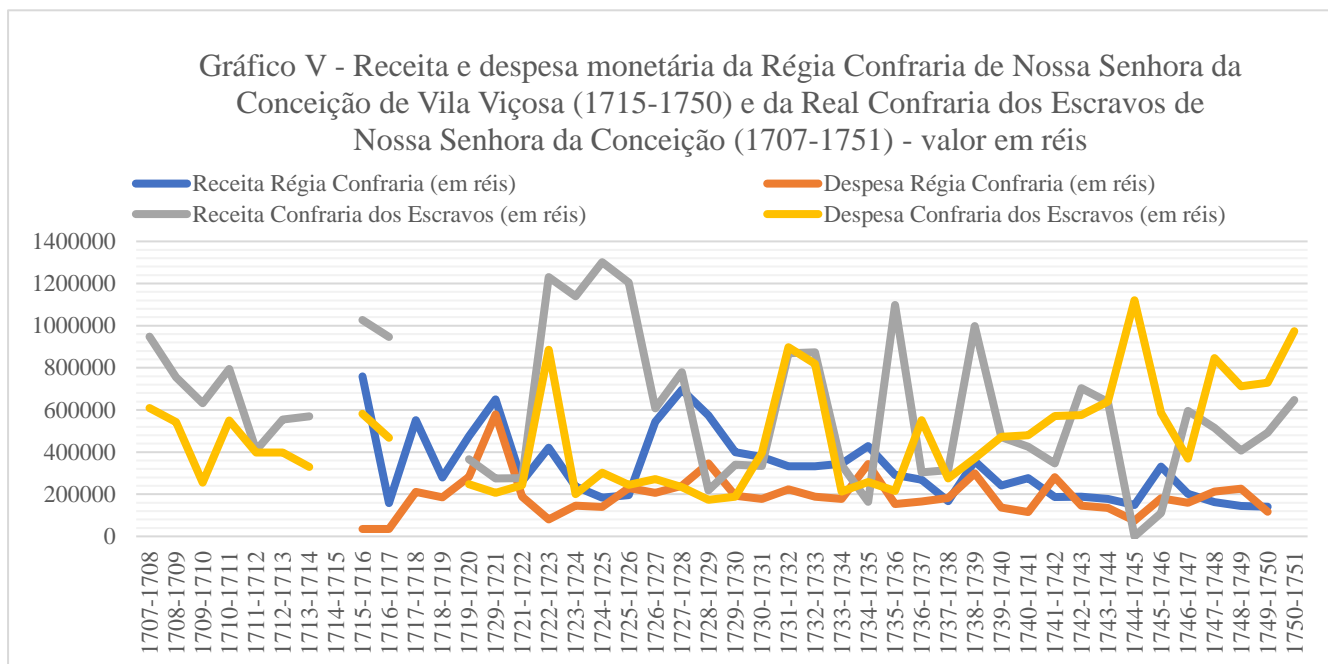
¹⁶²⁷ Assim sucedeu com D. Francisca de Aragão, que se assentou escrava em 9 de abril de 1750. Cf. *Ibidem*, fl. 244,

¹⁶²⁸ *Ibidem*, fls. 348-410.

¹⁶²⁹ *Ibidem*, fl. 159v.

exemplos de Antónia de São José, escrava de D. Maria Madalena de Lima da Rocha, de Olivença¹⁶³⁰, e Luísa Maria, escrava de frei Francisco Lameira, de Mourão¹⁶³¹.

A Irmandade dos Escravos estava associada a figuras importantes de Vila Viçosa, contando com grossos rendimentos¹⁶³². No entanto, esta tinha de dividir a devoção à padroeira de Portugal com a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, cuja relação nem sempre foi fácil¹⁶³³. Em primeiro lugar, vejamos quais as semelhanças e diferenças entre as ambas. Atentemos o seguinte gráfico:



Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Em primeiro lugar, é claramente visível que as receitas da Irmandade dos Escravos reportam para números largamente superiores aos da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição. Se excetuarmos alguns anos (1728-1731; 1734-1736; 1744-1746), o saldo da primeira superou sempre a segunda em largas centenas de milhares de réis¹⁶³⁴. Em relação à despesa, as circunstâncias foram semelhantes, pois a maior parte da despesa da

¹⁶³⁰ *Ibidem*, fl. 16.

¹⁶³¹ *Ibidem*, fl. 400.

¹⁶³² António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Conceptionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, p. 10.

¹⁶³³ *Ibidem*, p. 10.

¹⁶³⁴ No ano de 1724-1725, a diferença entre receitas rondou um conto de réis. Cf. Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód., Cód. 14, fls. 2-8v. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9, fls. 28-29.

Irmandade dos Escravos foi quase sempre superior à da Régia Confraria¹⁶³⁵. Qual o motivo que levou a que os valores do primeiro caso superassem os do segundo? Esse aspeto parece estar relacionado com os elevados empréstimos a juros que a Confraria dos Escravos concedia, fazendo com que alcançasse grandes lucros¹⁶³⁶.

No que respeita aos rendimentos de ambas as irmandades, houve semelhanças e diferenças. Os pontos em comum passaram pelas esmolas dos devotos e confrades¹⁶³⁷, pelos empréstimos a juros¹⁶³⁸ e pela venda de medidas¹⁶³⁹. Em relação às diferenças nas receitas, o leque é mais abrangente, pois diz respeito aos aforamentos¹⁶⁴⁰, aos feudos e esmolas por parte do monarca, existentes apenas no caso da Régia Confraria¹⁶⁴¹, e aos peditórios, exclusivos da Irmandade dos Escravos a partir dos anos 1720¹⁶⁴². No que concerne às despesas, as diferenças eram mínimas, pois ambas as confrarias suportavam

¹⁶³⁵ Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 8 e 10.

¹⁶³⁶ Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 3, fls. 12-13v.

¹⁶³⁷ No caso da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, o exemplo mais significativo remete para o livro de esmolas de 1725-1740. No que respeita à Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, cabe referir, a título de exemplo, o ano de 1715-1716, em que as esmolas do trigo e da caixa foram de 4.330 e de 2.450 réis, respetivamente. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fls. 4-81. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 6, fl. 21v.

¹⁶³⁸ Apesar de ambas as confrarias terem concedido juros, o caso da Irmandade dos Escravos reporta para valores superiores aos da Régia Confraria. Em 1741, a Régia Confraria emprestou um total de 273.000 réis a juros. No mesmo ano, os escravos concederam 348.800 réis. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23, fl. 44. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fls. 54-55.

¹⁶³⁹ Em 1734, a Régia Confraria recebeu 42.330 réis com a venda de medidas, ao passo que a Irmandade dos Escravos recebeu 35.100. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18, fl. 80. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fl. 8v.

¹⁶⁴⁰ Em 1741, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição recebia rendas de trinta e seis aforamentos, vinte e quatro em dinheiro e doze em géneros (trigo, azeite e cera). Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23, fls. 31-36-

¹⁶⁴¹ Em relação ao feudo e esmolas régias, referidos no segundo capítulo, passavam por 24.000 réis (esmola de D. João V), 20.000 (feudo do Reino, instituído por D. João IV), 5.500 (esmola dos duques de Bragança) e dois sírios de cera (oferta de D. João V). Cf. Idem, Cód. 123, fls. 44-44v.

¹⁶⁴² Inicialmente, os peditórios eram feitos junto da população de Vila Viçosa e nos conventos das Chagas, da Esperança e de Santa Cruz, sitos na referida localidade. No entanto, a partir de 1716-1717, o peditório fez exclusivamente junto dos conventos. Cf. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 2, fl. 30. Cód. 6, fl. 30.

gastos com missas¹⁶⁴³, ofícios¹⁶⁴⁴ e festas à padroeira¹⁶⁴⁵, esmolas aos conventos¹⁶⁴⁶ e pagamentos aos padres¹⁶⁴⁷, músicos¹⁶⁴⁸, andadores e armadores¹⁶⁴⁹, tanto da Régia Confraria como na Irmandade dos Escravos.

Como referiu Maria Marta Lobo de Araújo¹⁶⁵⁰, tratava-se de duas confrarias régias com diferentes modos de atuação, com o mesmo tipo de devoção e partilhando a mesma igreja e o mesmo altar nas suas celebrações¹⁶⁵¹. As quezílias entre ambas tiveram início no reinado de D. Pedro II, quando a Régia Confraria se queixou ao monarca de que a Irmandade dos Escravos e o visitador eclesiástico proibiram que a primeira vendesse

¹⁶⁴³ A Régia Confraria realizava uma missa todos os sábados do ano, ao passo que a Irmandade dos Escravos as realizava diariamente. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18, fls. 8-14. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9, fls. 83-84.

¹⁶⁴⁴ Ambas as confrarias realizavam ofícios pelos irmãos defuntos no oitavário dos santos, apesar de a Régia Confraria os dedicar também aos defuntos reis de Portugal e a um clérigo que jazia em Ourém. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14, fl. 9. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9, fl. 31.

¹⁶⁴⁵ As despesas com a festa de Nossa Senhora, tanto a de 15 de agosto como a de 8 de dezembro, remetiam para o mesmo tipo de despesas: lavagem da igreja, conserto de algumas peças, armação da igreja, exposição do Santíssimo Sacramento e ritos religiosos, como a missa, a pregação dos sermões ou a procissão. As divergências tinham que ver essencialmente com a compra de junco, por parte da Régia Confraria, e de espadana, por parte da Confraria dos Escravos. Os aspetos particulares da Régia Confraria passaram essencialmente pela compra de foguetes e de flores de tecido para enfeitar o outro. Por outro lado, a Irmandade dos Escravos era a única a adquirir cera, azeite para luminárias e água de cheiro para a sua festa. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29, fl. 63. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fls. 104-105.

¹⁶⁴⁶ As esmolas comuns às duas confrarias foram concedidas ao convento de Santa Helena do Monte Calvário, em Évora. A Régia Confraria enviava também esmolas ao convento de Nossa Senhora do Carmo, em Moura, e às mulheres pobres de Vila Viçosa. A Irmandade dos Escravos enviou uma esmola ao convento de Santa Clara, em Évora. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18, fl. 108. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fls. 76-83.

¹⁶⁴⁷ Os pagamentos aos padres eram feitos dentro dos mesmos moldes, em ambas as confrarias: missas ao longo do ano e festas de Nossa Senhora da Conceição. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18, fl. 57. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fls. 4-5v.

¹⁶⁴⁸ Este tipo de pagamentos ocorria de forma diferente nas duas confrarias. A Régia Confraria pagava aos músicos em géneros: estes recebiam um carneiro pela Páscoa e uma marrã pelo Natal. A Irmandade dos Escravos pagou sempre aos seus músicos com dinheiro, cuja quantia rondou os 10.000 réis. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 27, fls. 51-58. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fl. 59v.

¹⁶⁴⁹ Apesar de ambas as confrarias terem feito pagamentos aos andadores e armadores, estes não ocorreram nos mesmos moldes: a Régia Confraria fazia-o de forma faseada, enquanto a Confraria dos Escravos fazia apenas um pagamento anual, se excetuarmos a propina respeitante à festa de Nossa Senhora. Cf. Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29, fls. 58-64. Idem, Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10, fl. 105.

¹⁶⁵⁰ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 138.

¹⁶⁵¹ Segundo o Marquês de São Paio, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição não viu com bons olhos a fundação da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, que lhe roubou protagonismo. De facto, esta observação parece-nos ter tido algum fundamento, uma vez que a Irmandade dos Escravos foi exponencialmente mais rica, chegando a atingir receitas de um conto de réis na primeira metade do século XVIII. A Régia Confraria, por norma, não ultrapassava o meio milhão de réis. Cf. António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, p. 10.

cereais e pedisse com tabuleta¹⁶⁵². A Confraria dos Escravos também protestou junto do *Pacífico*, pois desejava uma tribuna na igreja igual à da Régia Confraria¹⁶⁵³.

Em relação à quezília dos peditórios, D. Pedro II decidiu autorizar as duas confrarias a venderem medidas e a efetuar peditórios, levando a que a Régia Confraria não saísse prejudicada¹⁶⁵⁴. Ambas as irmandades reputaram para si privilégios, levando a que muita tinta e papel corresse na justiça, a respeito destas questões¹⁶⁵⁵. Além de terem disputado os peditórios na vila, também rivalizaram no que respeitava ao recrutamento dos confrades¹⁶⁵⁶. Como as missas dos sábados – que estavam a cargo da Régia Confraria – acarretavam muita gente para a igreja, a Irmandade dos Escravos considerava que aquele era o melhor dia para os devotos se inscreverem¹⁶⁵⁷. Assim, esta ordenava que o escrivão e o tesoureiro estivessem na igreja durante as manhãs de sábado para angariarem mais inscrições, daí resultando mais uma desavença com a Régia Confraria¹⁶⁵⁸.

Apesar de todas as divergências, a verdade é que houve alguma cordialidade e colaboração entre as irmandades, no que respeitava à devoção à padroeira. Foi graças aos esforços das duas confrarias que se reformou o retábulo do altar-mor¹⁶⁵⁹. Além disso, os seus andadores serviam nas festas marianas, que não as suas. Assim sucedeu com o da Régia Confraria que, entre 1710 e 1713, serviu na festa de 15 de agosto, sendo remunerado com 480 réis¹⁶⁶⁰. Entre 1743 e 1750, foi a vez de o andador da Irmandade dos Escravos labutar na festa de 8 de dezembro, trabalho pelo qual recebeu 360 réis¹⁶⁶¹, à exceção de 1750, quando recebeu apenas 240 réis¹⁶⁶². Embora esta situação não nos revele que houvesse uma relação harmoniosa, parece-nos, ao menos, indicar que as irmandades se entendiam minimamente no que respeitava à devoção a Nossa Senhora da Conceição.

¹⁶⁵² Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 138.

¹⁶⁵³ António Pedro Maria da Luz de São Paio e Melo [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa” ...*cit.*, p. 10.

¹⁶⁵⁴ Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres...* *cit.*, p. 138.

¹⁶⁵⁵ Idem, “Servir a dois senhores...” *cit.*, p. 138.

¹⁶⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 139.

¹⁶⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 139.

¹⁶⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 139.

¹⁶⁵⁹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico...* *cit.*, t. IX, p. 534.

¹⁶⁶⁰ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 3, fl. 36; Cód. 4, fl. 35v.

¹⁶⁶¹ Idem, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 24, fl. 56; Cód. 26, fl. 57.

¹⁶⁶² Idem, Cód. 29, fl. 63.

Capítulo 4 – Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e os santuários da época moderna. Uma perspetiva comparada

A igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi, durante os séculos XVII e XVIII, um local de devoção privilegiado, no que toca ao imaculismo. Contou com devotos como a família real e a nobreza, que a cobriram de importantes oferendas. Também as gentes do sul de Portugal, com particular incidência no Alentejo, tiveram esta devoção em grande conta. Na primeira metade de setecentos, registaram-se diversos *ex-votos*, pagos à padroeira pelos milagres em que esta teria intercedido, e que passaram essencialmente por curas de doenças.

No entanto, o templo de Vila Viçosa não foi o único a suscitar interesse de devotos, durante a época moderna. Desta forma, enveredámos por uma perspetiva comparada com outros santuários, nomeadamente os de Nossa Senhora da Nazaré, de Nossa Senhora de Guadalupe e de Santiago de Compostela. Esta comparação permitiu apurar, de forma mais clara, qual a tipologia do santuário calipolense: seria este de âmbito paroquial, local, regional, ibérico ou internacional? Os principais fatores a ter em conta nessa classificação passaram, essencialmente, pela origem de peregrinos, esmolos e *ex-votos*, assim como pelo acolhimento que os referidos templos tiveram junto dos monarcas e nobres, portugueses ou castelhanos.

Em relação ao santuário de Nossa Senhora da Nazaré, situado na Pederneira, uma vila da Estremadura portuguesa, sabe-se que foi fundado no final da idade média e alcançou a proteção de vários monarcas portugueses, como D. João II, D. Manuel I ou D. Filipe II. Durante a época moderna, foi alvo de peregrinações por parte de diversas comunidades, oriundas da Estremadura e da Beira. O mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe localizava-se na Extremadura castelhana, perto de Cáceres. Assumiu grande importância no final da idade média e durante a época moderna, atraindo devotos de toda a Península Ibérica e do sul de França, entre os quais figuraram os monarcas portugueses e castelhanos, além dos duques de Aveiro.

Fundada no século VIII, a catedral de Santiago de Compostela, na Galiza, foi um importante santuário internacional durante a idade média. O templo era visitado por gentes de toda a cristandade, entre elas as do norte de Portugal, por nele estarem depositadas, segundo a crença da época, as ossadas do apóstolo Santiago. Durante a época

moderna a referida devoção perdeu algum terreno para santuários marianos, como Guadalupe, pois as crenças medievais, muito ligadas a questões bélicas, foram, em parte, substituídas pelas que remetem para figuras femininas, com o eram as diversas invocações da Virgem Maria.

4.1 – Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Nossa Senhora da Nazaré: dois santuários regionais?

Ao longo deste estudo temos vindo a observar que a devoção à Imaculada Conceição teve um papel relevante no Portugal moderno. Na época, muitos consideraram que a intercessão mariana foi fundamental para recuperar a independência face a Castela, em 1640¹⁶⁶³. Também se entendeu que a consolidação da casa de Bragança no poder se deveu à sua proteção¹⁶⁶⁴, o que, aliado à devoção pessoal de D. João IV, levou à sua declaração como padroeira de Portugal¹⁶⁶⁵. Os monarcas que se lhe seguiram no trono continuaram a devotar-se à referida invocação, especialmente à que se venerava na igreja matriz de Vila Viçosa¹⁶⁶⁶. Mantiveram o pagamento da esmola joanina e a atribuição de outras ofertas, que serviram de exemplo à Corte portuguesa, que cobriu a imagem de donativos¹⁶⁶⁷.

Se é verdade que a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa se assumiu como o ponto nevrálgico da devoção à padroeira de Portugal, quais as características que a tornaram única? Ou quais os aspetos comuns a outros santuários marianos portugueses? Um santuário era um templo ou lugar sagrado, no qual se veneravam santos, representados em imagens, pois o culto destas configura idolatria¹⁶⁶⁸. Estes podem-se dividir em várias tipologias, nomeadamente em santuários cristológicos ou de santos, entre eles a Virgem Maria¹⁶⁶⁹. Uma vez que podemos inserir o templo calipolense na última, houvemos por bem enveredar por uma perspetiva comparada entre

¹⁶⁶³ Frei João de São Bernardino, *Ao Muito Alto, E Muito Poderoso... cit.*, p. 34.

¹⁶⁶⁴ Lisboa, B.A., 51-IX-7, fl. 61.

¹⁶⁶⁵ Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora... cit.*, p. 244.

¹⁶⁶⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 44.

¹⁶⁶⁷ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte... cit.*, p. 280.

¹⁶⁶⁸ Pedro Pentead, “Santuários”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História... cit.*, P-V, p. 164.

¹⁶⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 164.

o mesmo e o santuário de Nossa Senhora da Nazaré, que assumiu grande importância na época moderna.

A origem do santuário nazareno esteve, durante muito tempo, envolta numa origem lendária¹⁶⁷⁰, divulgando que a imagem havia sido esculpida por São José e que, na sequência das perseguições feitas aos primeiros cristãos da Palestina, esta havia sido trazida para o ocidente europeu¹⁶⁷¹. Depositada no mosteiro de Cauliniana, aí permaneceu até ao século VIII, pois, ao dar-se a invasão árabe da Península Ibérica, o rei Rodrigo levou-a para o Monte de São Bartolomeu, junto à Pederneira.¹⁶⁷² A escultura foi colocada num nicho entre os rochedos, onde ficou esquecida após a fuga do monarca visigodo¹⁶⁷³.

Em 1182, a Virgem supostamente havia protegido D. Fuas Roupinho, alcaide-mor de Porto de Mós, que a invocou quando se encontrava à beira de um abismo. Em sinal de agradecimento, doou aquelas terras à Virgem e edificou-lhe uma capela¹⁶⁷⁴. Esta origem lendária do santuário nazareno foi relatada pela primeira vez no início do século XVII por frei Bernardo de Brito, autor da *Segunda Parte da Monarchia Lusitana*¹⁶⁷⁵. Sabemos hoje que o documento da doação de D. Fuas Roupinho não é verdadeiro, tendo a referida devoção mariana tido a sua origem no século XIV¹⁶⁷⁶. Foi no reinado de D. Fernando que se edificou um templo vocacionado para Nossa Senhora da Nazaré.

No final da idade média, o referido espaço começou a assumir características de santuário: a ele acorreram peregrinos de diferentes extratos sociais, desde, pelo menos, a

¹⁶⁷⁰ Esta origem lendária é comum a todos os santuários. O mesmo sucedeu com Nossa Senhora de Guadalupe, como veremos adiante, ou com Nossa Senhora de Montserrat, situado na Catalunha e que já existia nos séculos VIII-IX. Como sucedeu com os restantes santuários, não se conhece com clareza quando ou em que circunstâncias foi fundado. O templo catalão cresceu associado aos monges beneditinos até ao século XIII. A partir dessa data, sabe-se que o seu crescimento se ficou a dever ao florescimento da santidade feminina, como referiu Isabel Drumond Braga. Nossa Senhora de Montserrat foi o maior ponto de peregrinações da Catalunha, ao qual se deslocaram as gentes do sul de França, das ilhas mediterrânicas e da Península Itálica, e à sua imagem ficaram associados muitos milagres. Estas questões mereceram a atenção de Portugal, nomeadamente de monarcas como D. Afonso V, D. Manuel I, D. João III e D. Filipe II, que lhe outorgaram várias esmolas e privilégios, nomeadamente autorização para se pedir esmola para o santuário em território português. Sobre estas questões cf., sem prejuízo de outros, Isabel Drumond Braga, “Milagres de Nossa Senhora de Montserrat num Códice da Biblioteca Nacional de Lisboa”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 33, Lisboa-Paris, 1994, pp. 663-721.

¹⁶⁷¹ Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória. O Santuário de Nossa Senhora da Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 23.

¹⁶⁷² Idem, *Ibidem*, p. 23.

¹⁶⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 23.

¹⁶⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 23.

¹⁶⁷⁵ Frei Bernardo de Brito, *Segunda Parte, da Monarchia Lusytana. Em que se continuão as historias de Portugal desde o nascimento de nosso Salvador Jesu Christo, ate ser dado em dote ao Conde dom Henrique*, Lisboa, Pedro Crasbeek, 1609, pp. 272-283.

¹⁶⁷⁶ Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória... cit.*, p. 25.

segunda metade do século XV. A Virgem foi muitas vezes invocada pelas gentes do mar em caso de aflição, facto que tinha a sua razão de ser, uma vez que o santuário se encontrava junto à costa e era facilmente avistado na eminência de um naufrágio ou de uma tempestade¹⁶⁷⁷. Considerava-se que grande parte dos naufrágios se devia à ira divina, residindo a sua acalmia na figura da Virgem Maria¹⁶⁷⁸. Um dos milagres mais importantes ocorreu em 1612, quando uma embarcação da carreira do Brasil encalhou e, após se invocar a Senhora da Nazaré, os seus tripulantes alcançaram a salvação¹⁶⁷⁹.

Desta forma, encontramos um aspeto comum às invocações de Nossa Senhora da Nazaré e da Conceição: obrar milagres, aliviando ou salvando os que às mesmas recorriam. Sobre a imagem venerada em Vila Viçosa, verificamos que foram vários os milagres relatados nos séculos XVII e XVIII. Em 1654, Manuel Lopes, que se encontrava cego havia vários meses, recuperou a visão após invocar o auxílio da padroeira de Portugal¹⁶⁸⁰. Em 1737, D. Tomásia Francisca Xavier Velasco ofereceu 450 réis à mesma senhora, por esta lhe ter salvo uma filha que se encontrava doente, e após se ter invocado a Virgem, a criança deitou um bicho pelo nariz e recuperou a saúde¹⁶⁸¹. No segundo quartel de setecentos, Pedro Mendes Ferrador pagava uma canada de azeite por Nossa Senhora da Conceição ter salvo um homem, que saiu ileso da queda de uma oliveira¹⁶⁸².

Outro aspeto comum entre os templos da Pederneira e de Vila Viçosa passava pela devoção a ambas as invocações marianas estar a cargo de confrarias. No caso de Nossa Senhora da Nazaré, à confraria¹⁶⁸³ se devia a administração do património que permitia assegurar, de forma esplendorosa, a referida devoção mariana¹⁶⁸⁴. A instituição possuía, no século XVII, um enorme tesouro em peças de ouro e prata, que passavam por coroas, gargantilhas, cruces, coroas, cálices, turíbulos, galhetas e pratos, campainhas, castiçais,

¹⁶⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 117.

¹⁶⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 118.

¹⁶⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 120.

¹⁶⁸⁰ Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 156.

¹⁶⁸¹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fl. 66v.

¹⁶⁸² Este milagre ocorreu em Vila Viçosa, num olival situado no Vale das Pegas. Cf. Idem, Cód. 123, fl. 57v.

¹⁶⁸³ A Confraria ou Casa de Nossa Senhora da Nazaré foi fundada, com grande probabilidade, no século XV, uma vez que já existia em 1446. Cf. Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória... cit.*, p. 211.

¹⁶⁸⁴ Ao longo da modernidade, a confraria foi, preponderantemente, designada de casa. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 211.

lâmpadas, resplendores, custódias e paramentos¹⁶⁸⁵. À confraria pertenciam igualmente vários bens imóveis, como era o caso das terras de cultivo¹⁶⁸⁶.

Verificamos que os bens móveis e imóveis da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa se assemelhavam aos da Casa de Nossa Senhora da Nazaré¹⁶⁸⁷, especialmente os bens móveis¹⁶⁸⁸. No entanto, as semelhanças centravam-se igualmente noutro ripo de receitas: na Pederneira, em 1730, as receitas diziam respeito a ofertas, vinténs dos confrades, foros e rendas, medidas e juros¹⁶⁸⁹. Em 1782 e 1783, os rendimentos do mesmo santuário provinham dos cofres da igreja e da ermida, de mortalhas, de esmolas régias, legados em testamento e esmolas em Mesa¹⁶⁹⁰. Aqui encontramos verdadeiras semelhanças com o caso de Vila Viçosa¹⁶⁹¹.

A proteção régia foi um fator de assinalável importância, do qual beneficiaram ambas as igrejas. No caso da Pederneira, contava-se, em inícios do século XVII, que o primitivo templo havia sido erigido no reinado de D. Fernando, colhendo a proteção do monarca e dos seus sucessores¹⁶⁹². Manuel de Brito Alão referiu que já D. Afonso Henriques se havia interessado pela imagem de Nossa Senhora da Nazaré¹⁶⁹³. No entanto, foi D. João II, no final do século XV, que enobreceu a capela-mor¹⁶⁹⁴ e peregrinou ao santuário, assim como a sua esposa D. Leonor¹⁶⁹⁵. No século XV, outros monarcas

¹⁶⁸⁵ Estes objetos eram destinados ao ornato de Nossa Senhora da Nazaré e aos atos de culto, tornando-os mais esplendrosos. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 321-323.

¹⁶⁸⁶ A Casa de Nossa Senhora da Nazaré possuía propriedades de cultivo, localizadas essencialmente na Pederneira e nos Coutos do Mosteiro de Alcobaça (que atualmente compreendem os concelhos de Penela, Santarém, Leiria e Porto de Mós). Algumas destas propriedades foram legadas por devotos, como sucedeu com um homem de Penela, que deixou à confraria um olival, para que esta tivesse azeite para atear uma lâmpada de prata. Em relação às habitações, sabemos que possuía um número muito reduzido, que praticamente se limitava às casas junto ao santuário. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 327-331.

¹⁶⁸⁷ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fls. 1-12v; Cód. 123, fls. 3-42v.

¹⁶⁸⁸ Em relação aos imóveis, verificámos algumas disparidades, uma vez que a confraria calipolense possuía um vasto leque de habitações, a maioria delas arrendadas às gentes de Vila Viçosa. Cf. *Ibidem*, fls. 47-52v.

¹⁶⁸⁹ Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória... cit.*, p. 349.

¹⁶⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 344.

¹⁶⁹¹ No caso da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, destacaram-se os pagamentos dos foros, das rendas e os legados deixados em testamento. A Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição auferia rendimentos através de empréstimos a juros, das esmolas e da venda de medidas no caixão.

¹⁶⁹² Manuel de Brito Alão, *Antiguidade de Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Nazareth, Grandezas de Seu Sítio, Casa, & jurisdição Real, sita junto à Villa de Pederneira*, Lisboa, Oficina de João Galvão, 1684, p. 9.

¹⁶⁹³ Frei Bernardo de Brito foi o primeiro cronista a referir o interesse de D. Afonso Henriques pela imagem, associada ao milagre de 1182. Segundo Pedro Pentead, o primeiro monarca português não teve ligação ao santuário. Sobre estas questões cf. Frei Bernardo de Brito, *Segunda Parte, da Monarchia Lusytana... cit.*, pp. 272-283; Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória... cit.*, p. 46.

¹⁶⁹⁴ Manuel de Brito Alão, *Antiguidade de Sagrada Imagem... cit.*, p. 35.

¹⁶⁹⁵ Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória... cit.*, p. 130.

portugueses de devotaram à referida invocação mariana, nomeadamente D. Manuel I e D. Sebastião, que igualmente peregrinaram à Pederneira¹⁶⁹⁶.

No século XVII, D. Filipe II manifestou particular interesse pelo santuário, cuja igreja ameaçava ruína. Então, o monarca promoveu obras na capela-mor¹⁶⁹⁷, protegendo também a confraria¹⁶⁹⁸. Após a Restauração da Independência, vários foram os monarcas que se devotaram a Nossa Senhora da Nazaré: D. João IV e D. Luísa de Gusmão peregrinaram ao santuário¹⁶⁹⁹; em 1673, foi a vez do príncipe-regente D. Pedro com a sua mulher, D. Maria Francisca Isabel de Saboia e o ano de 1696 ficou marcado pela visita de D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo¹⁷⁰⁰. No século XVIII, destacamos as visitas de D. João V, em 1714; de D. Maria Ana de Áustria e do infante D. Manuel, em 1742; de D. Mariana Vitória de Bourbon, enquanto consorte régia; e de D. Maria I, em 1782, cuja visita suscitou o maior aprumo e ornamentação por parte da confraria¹⁷⁰¹.

Além da família real, também vários nobres visitaram o santuário de Nossa Senhora da Nazaré. No século XVII, a ele se deslocaram os condes de Abrantes e da Castanheira, ou os marqueses de Castelo Rodrigo. Na centúria seguinte destacaram-se os duques de Aveiro e os marqueses de Marialva¹⁷⁰². Verificamos, tanto no apreço da família real como da nobreza, uma semelhança com a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que contou com várias visitas e com um leque vastíssimo de ofertas de figuras da Corte portuguesa. Salientamos a visitas do príncipe D. Teodósio, em 1651¹⁷⁰³, da rainha D. Catarina, em 1699¹⁷⁰⁴, e de D. João V, em 1716¹⁷⁰⁵ e 1729¹⁷⁰⁶. Não podemos

¹⁶⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 130.

¹⁶⁹⁷ Foi, de facto, no século XVII que se realizaram as obras mais importantes. Por ordem de D. Filipe II, reformou-se a capela-mor e o corpo da igreja foi alargado. Esta primeira fase de obras foi concluída em 1635, tendo a segunda ocorrido já no reinado de D. Afonso VI, em 1664. No entanto, a fase mais intensa dessa fase ocorreu na década de 1680. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 148.

¹⁶⁹⁸ A Casa de Nossa Senhora da Nazaré passou a enviar documentos para Lisboa, a fim de requerer decisões do poder central e para que este resolvesse assuntos vários. Cabia à comarca de Leiria estabelecer a ligação entre a confraria e o Desembargo do Paço, através de requerimentos, que lhes enviava. O poder central emitia, posteriormente uma opinião, que era objeto de confirmação régia. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 216.

¹⁶⁹⁹ Em 1651, registou-se a oferta de uma lâmpada ao santuário por parte do monarca. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 173.

¹⁷⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 130.

¹⁷⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 130-131.

¹⁷⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 130-131.

¹⁷⁰³ João Baptista Domingues, *Vida do Principe D. Theodosio... cit.*, p. 147.

¹⁷⁰⁴ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 34.

¹⁷⁰⁵ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte... cit.*, p. 280.

¹⁷⁰⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16, fl. 44.

deixar de mencionar igualmente os casos dos condes de Alva¹⁷⁰⁷, de Coculim¹⁷⁰⁸ ou das Galveias¹⁷⁰⁹, que manifestaram particular apreço pela padroeira de Portugal.

Temos vindo a verificar que vários aspetos são comuns tanto ao santuário de Nossa Senhora da Nazaré como à igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. No entanto, a principal marca de diferenciação, no nosso entender, prende-se com a relação entre os devotos e o templo. No caso da Pederneira, verificamos que o santuário foi essencialmente procurado para os devotos pagarem promessas à Virgem, que tantas vezes os socorria¹⁷¹⁰. Assim, desde muito cedo que várias comunidades de peregrinos se deslocavam ao local sagrado, normalmente em comunidades – chamadas de “círios” –, pois efetuar a viagem sozinha era perigoso. Em 1628, peregrinavam vários grupos estremenhos, nomeadamente de Alcobaça, Alhandra, Coimbra, Colares, Leiria, Lisboa, Mafra, Óbidos, Penela, Porto de Mós e Sintra¹⁷¹¹.

No entanto, outras comunidades da região iam ao santuário, além das anteriores, sendo distribuídas por várias datas as suas peregrinações: Alcobaça, no primeiro domingo de agosto; no dia de Nossa Senhora das Neves (5 de agosto) realizava-se a principal festa do santuário, à qual aderiam localidades como Famalicão, Juncal, Tornada e as vilas dos Coutos de Alcobaça¹⁷¹². Em 15 de agosto, peregrinavam os círios de Penela e de Coimbra – este último de dois em dois anos¹⁷¹³. No último domingo de agosto, era a vez da confraria de Óbidos, seguindo-se, uma semana depois, Colares, Sintra e Mafra¹⁷¹⁴. Os últimos grupos eram os de Porto de Mós (segundo domingo de setembro) e Alhandra (terceiro de outubro)¹⁷¹⁵.

Na Pederneira, as visitas ao santuário eram um misto de devoção e de descontração, uma vez que os peregrinos contactavam com outras pessoas e participavam em jogos, danças, cantorias e outros divertimentos¹⁷¹⁶. Em Vila Viçosa era diferente, pois os principais festejos ocorriam no templo em 15 de agosto e em 8 de dezembro¹⁷¹⁷,

¹⁷⁰⁷ Idem, Cód. 123, fls. 4-30v.

¹⁷⁰⁸ *Ibidem*, fl. 24.

¹⁷⁰⁹ *Ibidem*, fl. 25; Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal... cit.*, t. IX, p. 538.

¹⁷¹⁰ Pedro Penteado, *Peregrinos da Memória... cit.*, pp. 98-99.

¹⁷¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 160.

¹⁷¹² Idem, *Ibidem*, p. 111.

¹⁷¹³ Idem, *Ibidem*, p. 111.

¹⁷¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 111.

¹⁷¹⁵ Desconhecem-se as datas das peregrinações dos círios de Leiria e de Dois Portos. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 111.

¹⁷¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 98.

¹⁷¹⁷ Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois senhores...” *cit.*, pp. 136-139.

quando as confrarias concepcionistas realizavam as suas festas¹⁷¹⁸. O que tornava a casa da padroeira de Portugal diferente do santuário pederneirense? Em nossa opinião, não se deslocavam a Vila Viçosa grupos de romeiros para venerar a padroeira e participar na sua festa. Se tal sucedeu, não foi nos mesmos moldes da Pederneira, pois as escassas referências a peregrinos, no caso calipolense, passaram por registos de ofertas – “derão de esmola alguns romeiros” – e pela receção de uma capa de romeiro por parte da Régia Confraria¹⁷¹⁹. As esmolas que os vários devotos de Castelo de Vide e de Évora deram em datas específicas também nos parece tratar-se de uma exceção¹⁷²⁰.

Não podemos assumir que a igreja de Vila Viçosa não recebia devotos de outras localidades, pois a maioria das peregrinações eram feitas a santuários locais¹⁷²¹. O facto de a Irmandade dos Escravos ter como confrades devotos de várias localidades do Alentejo e do resto de Portugal pode ser um indício que de a igreja era visitada por esses devotos¹⁷²². No que respeita às esmolas, salientamos o caso dos devotos de Castelo de Vide, que em 9 de outubro de 1726 deram 50 réis de esmola¹⁷²³. As referências a esmolas de vários fiéis eram frequentes, muitas vezes sem referir a sua origem¹⁷²⁴. Talvez não seja descabido associar algumas ofertas às datas em que eram concedidas indulgências a quem visitasse a igreja, conforme se estabeleceu em 1590, que possivelmente atraíam peregrinos da região a Vila Viçosa, mesmo sem assumir as dimensões pederneirenses¹⁷²⁵.

Cabe igualmente referir as promessas que os devotos pagaram à padroeira. Salientamos a visita de Manuel da Costa Zuzarte, em 30 de julho de 1733¹⁷²⁶. Como um filho seu, que padecia de bexigas, viu os seus males sarados por intercessão de Nossa Senhora, o coronel de cavalaria, residente em Portalegre deslocou-se a Vila Viçosa¹⁷²⁷. Aí, ofereceu à venerada imagem uns brincos de diamantes grandes¹⁷²⁸ e mandou dizer

¹⁷¹⁸ Ou seja, não se realizavam festas durante uma parte do ano para várias comunidades de peregrinos, como sucedia no santuário de Nossa Senhora da Nazaré.

¹⁷¹⁹ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fls. 70-80.

¹⁷²⁰ *Ibidem*, fl. 70.

¹⁷²¹ Pedro Penteado, “Santuários”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa...* cit., p. 165.

¹⁷²² Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56, fls. 6-615.

¹⁷²³ *Idem*, Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fl. 15.

¹⁷²⁴ *Ibidem*, fl. 45.

¹⁷²⁵ *Summario das Indulgencias, Previlegios...* cit., pp. 8-11.

¹⁷²⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 26.

¹⁷²⁷ *Ibidem*, fl. 26.

¹⁷²⁸ *Ibidem*, fl. 26.

missa de ação de graças, cantada e com sermão, pela qual pagou 2.400 réis¹⁷²⁹. Podemos supor que a maioria das esmolos tenha sido deixada na igreja pelos próprios peregrinos, embora a documentação existente não revele grandes pormenores sobre estes aspetos¹⁷³⁰.

Se muitas foram as semelhanças entre a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e o santuário de Nossa Senhora da Nazaré, como a proteção régia e o papel preponderante da confraria, a forma como os devotos expressavam a sua devoção afigura-se-nos dissemelhante. De facto, não encontramos entre a documentação da confraria calipolense nenhuma informação referente ao acolhimento de peregrinos, ao contrário do que sucedia na Pederneira. Nos séculos XVII e XVIII, a real casa colocava habitações à disposição dos peregrinos, para que estes pernoitassem¹⁷³¹, e cozinhas e fornos para que estes confeccionassem as suas refeições¹⁷³². Não temos notícias de tais factos em Vila Viçosa, não nos parecendo descabido considerar que a casa da padroeira de Portugal não era um santuário onde acorriam peregrinos de terras distantes.

4.2 – Vila Viçosa e Guadalupe: semelhanças e diferenças

Na época moderna, considerava-se que a igreja matriz de Vila Viçosa era a mais antiga, de toda a Península Ibérica, dedicada à Imaculada Conceição¹⁷³³. Embora recorressem à sua proteção devotos de diversas partes do Alentejo, verificámos que essa devoção não passava pela romagem em círios ou comunidades de peregrinos. Ao compararmos as igrejas de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, e de Nossa Senhora da Nazaré, na Pederneira, verificámos que a primeira não se inseria nos moldes da segunda, embora mantivessem vários traços comuns. Assim, qual a ligação que podemos estabelecer entre a casa da padroeira de Portugal, procurada por devotos de vários grupos sociais e protegida pela realeza, e os santuários marianos de carácter internacional?

¹⁷²⁹ *Ibidem*, Cód. 18, fl 47v.

¹⁷³⁰ Esta questão foi particularmente saliente nas esmolos em trigo, todas elas entregues em casa do andador ou do tesoureiro. No entanto, parece-nos que estas entregas estariam mais relacionadas com o armazenamento do cereal – que deveria ficar ao cuidado de algum mesário. Cf. *Idem*, Cód. 15, fls. 5-80.

¹⁷³¹ Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória... cit.*, p. 166.

¹⁷³² *Idem*, *Ibidem*, pp. 167-170.

¹⁷³³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VII, p. 206.

Tendo em conta que o nosso estudo reporta para o período moderno, não poderíamos ignorar um dos mais importantes santuários de então. Situado junto a Cáceres, na Extremadura de Castela, trata-se do Real Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, com o qual Portugal manteve uma grande ligação nos períodos medieval e moderno. Tal como sucedeu com outros santuários, a sua origem também esteve associada a uma lenda. Esta contava que São Lucas se tinha feito sepultar com uma imagem da Virgem Maria, na Ásia Menor¹⁷³⁴. Essa imagem foi reencontrada no século IV e levada para Constantinopla¹⁷³⁵. Em 581, o futuro papa Gregório I visitou a referida cidade, a quem o imperador Maurício ofereceu a imagem¹⁷³⁶. Esta foi levada para Roma e daí passou a Sevilha, pois São Gregório ofereceu-a a São Leandro, arcebispo daquela cidade andaluza¹⁷³⁷.

A imagem permaneceu na catedral sevilhana até ao século VIII, sendo então levada por visigodos que, na sequência da invasão muçulmana da península, partiram para Toledo¹⁷³⁸. A representação da Virgem Maria ficou escondida numa ermida de pedra e cortiça numa montanha, junto ao rio Guadalupe, e aí permaneceu até ao final do século XIII ou início do século XIV¹⁷³⁹. No reinado de Afonso X ou de Afonso XI, a imagem terá sido encontrada por Gil Cordeiro¹⁷⁴⁰ e, após a visita dos clérigos de Cáceres, foi-lhe edificada uma casa de pedras e palhas, tendo o pastor ficado como seu porteiro¹⁷⁴¹.

No que respeita às ligações existentes entre Nossa Senhora de Guadalupe e Portugal, estas iniciaram-se quando o santuário ainda se encontrava em fase ascendente. O primeiro contacto por parte da coroa portuguesa ocorreu durante o reinado de D. Fernando, que ofereceu ao templo uma lâmpada de ouro¹⁷⁴². No final do século XIV, o infante D. Dinis e a sua mulher, D. Joana Henriques, fizeram-se sepultar em

¹⁷³⁴ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal... cit.*, p. 15.

¹⁷³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹⁷³⁶ Em 590, ao ser eleito papa, Gregório I teria colocado a imagem no seu oratório particular. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹⁷³⁷ Maria Eugénia Diaz Tena, “La leyenda y milagros de la virgen de Guadalupe en el teatro hispanoamericano de principios del XVII”, *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, n.º 9, Porto, 2002, p. 145.

¹⁷³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 150.

¹⁷³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 155.

¹⁷⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 155.

¹⁷⁴¹ Este relato que nos remete para as origens da imagem e do santuário é providencialista. Segundo as análises arqueológicas que foram feitas à imagem, esta não é anterior aos séculos XI ou XII. Cf. Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal... cit.*, pp. 16-17.

¹⁷⁴² Idem, *Ibidem*, p. 28.

Guadalupe¹⁷⁴³. Alguns anos volvidos, em 1404, D. João I concedeu um privilégio para que os gados do mosteiro pudessem pastar em Portugal¹⁷⁴⁴. Já no reinado do seu sucessor, D. Duarte, este procurou facilitar a recolha de esmolas para o santuário¹⁷⁴⁵.

Em meados do século XV, o infante D. Pedro e o rei D. Afonso V procuraram acabar com os peditórios por parte de falsos mamposteiros¹⁷⁴⁶. Este monarca, a par do seu filho, D. João II, reforçaram os peditórios oficiais para o mosteiro de Guadalupe: o *Africano* chegou mesmo a declarar que os peditórios só poderiam ser realizados por procuradores com autorização régia¹⁷⁴⁷. D. Afonso V, canalizou para o santuário 4.000 reais em 1452, provenientes do almoxarifado de Silves, e outra esmola, em 1459, com origem no almoxarifado de Sintra¹⁷⁴⁸, tendo o mosteiro contado com a sua visita em março de 1464¹⁷⁴⁹. Já o *Príncipe Perfeito* ofereceu dois quintais de marfim ao santuário e confirmou os privilégios outorgados pelo pai¹⁷⁵⁰.

D. Manuel I, sucessor de D. João II, concedeu igualmente privilégios ao santuário. Em 1498, visitou Guadalupe, na companhia da sua primeira mulher, D. Isabel¹⁷⁵¹, aproveitando a ocasião para oferecer à venerada imagem um porta-paz de ouro, com aljófar e rubis¹⁷⁵². Em 1528, foi a vez de D. João III peregrinar ao santuário com um séquito muito pequeno, pressupondo-se que no cumprimento de um voto¹⁷⁵³. Quarenta e oito anos depois, foi a vez de D. Sebastião visitar o mosteiro, para aí se encontrar com Filipe II de Castela, seu tio materno e futuro rei de Portugal, a propósito dos preparativos da sua expedição a Alcácer Quibir¹⁷⁵⁴.

¹⁷⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 31.

¹⁷⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹⁷⁴⁵ O mesmo monarca, em 1436, enviou missivas aos bispos portugueses a alertá-los para o facto de o papa Martinho V ter autorizado os peditórios para Nossa Senhora de Guadalupe, concedendo as mesmas indulgências a Portugal e a Castela. D. Duarte teve necessidade de alertar os prelados, pois o prior do mosteiro queixava-se de que estes não autorizavam os peditórios. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹⁷⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹⁷⁴⁷ Bruno Soares Miranda, *Peregrinações portuguesas a Nuestra Señora de Guadalupe*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011, pp. 58-59.

¹⁷⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 61-62.

¹⁷⁴⁹ Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Temas & Debates, 2009, p. 323.

¹⁷⁵⁰ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal... cit.*, p. 40.

¹⁷⁵¹ O mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe figurou entre as devoções de D. Manuel I, uma vez que lhe enviou esmolas ainda na qualidade de duque de Beja. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, Lisboa, Temas & Debates, 2011, p. 131.

¹⁷⁵² Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal... cit.*, p. 73.

¹⁷⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 74.

¹⁷⁵⁴ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal... cit.*, p. 80. Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Lisboa, Temas & Debates, 2009, pp. 305-306.

Durante a União Ibérica, os Habsburgo estiveram estreitamente ligados a Nossa Senhora de Guadalupe. D. Filipe I, devoto da referida invocação mariana desde jovem, não só a cobriu de privilégios como a visitou, em março e abril de 1580, antes e entrar em Portugal¹⁷⁵⁵. O mesmo fez D. Filipe II, em 1618, antes de visitar o mesmo reino na companhia do seu filho, o futuro D. Filipe III que, em 1629, já na qualidade de monarca, regressou a Guadalupe¹⁷⁵⁶. Todos os monarcas da casa de Habsburgo foram recebidos com grandes festejos¹⁷⁵⁷. Nos séculos XVI e XVII, até à Restauração da Independência, os monarcas portugueses cobriram o santuário guadalupense de privilégios, entre eles ofertas de açúcar e de especiarias¹⁷⁵⁸, concessão de pastagens demarcadas na Serra da Estrela¹⁷⁵⁹ e a criação de mais uma tença de 5.000 reais¹⁷⁶⁰.

Com a deposição de D. Filipe III em 1640, as relações entre Portugal e o santuário de Nossa Senhora de Guadalupe foram interrompidas e assim se mantiveram durante os reinados de D. João IV e de D. Afonso VI¹⁷⁶¹. Em 1677, o príncipe-regente D. Pedro reatou as relações, confirmando os privilégios existentes antes da Restauração da Independência: as esmolas voltaram a ser recolhidas no reino; enviaram-se 150 arrobas de açúcar, pagas pelo almoxarifado da Madeira; os gados do mosteiro voltaram a pastar na Serra da Estrela; e os bens a ele destinados podiam circular livremente¹⁷⁶². Tanto D. João V como D. José confirmaram as referidas benesses – o primeiro em 1738 e 1743, o segundo em 1755 e 1764¹⁷⁶³. No início do século XVIII, as relações entre a coroa portuguesa e o mosteiro continuaram, pois assim determinou Filipe V, em 1702¹⁷⁶⁴.

Desde muito cedo que o mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe se assumiu como um local de peregrinações¹⁷⁶⁵, fomentadas pela concessão de indulgências¹⁷⁶⁶. Para o caso português, sabe-se que estas já tinham relevo no século XV, uma vez que o

¹⁷⁵⁵ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal... cit.*, p. 80.

¹⁷⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 80.

¹⁷⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 80.

¹⁷⁵⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 81-88.

¹⁷⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 81.

¹⁷⁶⁰ Esta tença foi criada por D. Manuel I, em 1515, e veio a ser confirmada em diversas ocasiões: em 1522, por D. João III; em 1558, por D. Catarina de Áustria; em 1582, por D. Filipe I; em 1601, por D. Filipe II; e em 1631, por D. Filipe III. A taxa foi paga inicialmente pelo almoxarifado de Braga, e, posteriormente, pelo de Elvas. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 90.

¹⁷⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 206.

¹⁷⁶² Idem, *Ibidem*, p. 206.

¹⁷⁶³ Idem, *Ibidem*, pp. 208-210.

¹⁷⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 208.

¹⁷⁶⁵ Estes ocorreram ao local por se ter difundido na região o carácter milagroso da imagem. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 17.

¹⁷⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 43.

santuário foi visitado por mais de 110 peregrinos: estes procuravam agradecer milagres relacionados com a saúde, a fuga do cativo, tempestades ou justiça¹⁷⁶⁷. Desses peregrinos, sabe-se que 85 eram homens, 10 eram mulheres e três eram crianças¹⁷⁶⁸. A maioria destes homens e mulheres era proveniente de localidades maioritariamente localizadas ao sul do Tejo¹⁷⁶⁹. Na centúria seguinte as peregrinações realizaram-se na década de 1530, e a partir daí conheceram uma queda, passando de 50 peregrinos, em 1530, para 7, em 1590¹⁷⁷⁰. No século XVII, a década mais expressiva foi a de 1630, com 49 peregrinos, se tivermos em conta os que deixaram registo do motivo pelo qual visitaram a casa¹⁷⁷¹.

Em relação aos caminhos para Guadalupe, conhecem-se dois: o primeiro, com início em Lisboa, passava por Aldeia Galega, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas, Badajoz, Talavera, Mérida e Guadalupe; o segundo, com origem em Seia, passava por Manteigas, Lardosa, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Piedras Albas, Cória, Placência, Trujillo e Guadalupe¹⁷⁷². As principais peregrinações realizavam-se entre abril e setembro, principalmente durante as festas marianas da Assunção (15 de agosto) e da Natividade (8 de setembro)¹⁷⁷³. Sobre a condição social dos devotos, esta era muito variada, indo, nos séculos XVI e XVII, desde marinheiros a clérigos, passando por lavradores, mestres de açúcar, licenciados em teologia, mercadores, moleiros, sapateiros, escrivães, soldados, cavaleiros, carcereiros, estudantes, alcaides, fidalgos, nobres e criados dos reis¹⁷⁷⁴.

Em relação às elites, verificamos que os devotos de Nossa Senhora de Guadalupe figuraram tanto na família real como em várias casas nobres. D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II, visitou o santuário em 1498 e 1510, tendo oferecido uma lâmpada de ouro e 1.000 maravedis para azeite¹⁷⁷⁵. A rainha D. Leonor de Habsburgo ofereceu uma cinta de ouro com pedras preciosas e o infante D. Luís, durante a sua visita, em 1539,

¹⁷⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 42.

¹⁷⁶⁸ Bruno Soares Miranda, *Peregrinações portuguesas... cit.*, p. 84.

¹⁷⁶⁹ Crato, Mora, Elvas, Olivença, Setúbal, Évora, Serpa, Tavira e Faro. No entanto, não se podem descurar outras localidades, como Lisboa, Ponte de Lima, Bragança, Braga, Amarante, Porto, Canavezes, Viseu, Açores, Madeira e praças do norte de África. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 85.

¹⁷⁷⁰ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, p. 113.

¹⁷⁷¹ Há que ter em linha de conta que as peregrinações foram suspensas em 1640. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 113.

¹⁷⁷² Idem, *Ibidem*, p. 109.

¹⁷⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 43.

¹⁷⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 151-153.

¹⁷⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 101.

ofereceu 200 ducados de ouro pelo sucesso na batalha de Túnis¹⁷⁷⁶. A infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, enviou uma saia de brocado, tendo tomado semelhante atitude a sua sobrinha, a infanta D. Maria Manuela, em 1542¹⁷⁷⁷. A rainha D. Catarina de Habsburgo enviou muitas esmolos – algumas delas durante o cerco de Diu, em 1563, solicitando a intercessão mariana –, nomeadamente uns brincos de ouro com um rubi e diamantes¹⁷⁷⁸. No século XVIII, D. João V ofereceu um porta-paz de ouro¹⁷⁷⁹.

Sobre a nobreza, o caso mais saliente foi o da família Lencastre, detentora dos títulos de duques de Aveiro e de Torres Novas. Estes últimos visitaram o santuário em 1632, ao qual o duque, D. Jorge de Lencastre, fez mercê de 12 arrobas de cera para a sacristia e altar¹⁷⁸⁰. D. Raimundo e D. Maria de Guadalupe, seus filhos e ambos duques de Aveiro, fizeram-se sepultar no mosteiro, sendo que a duquesa já era devota desta invocação antes de 1640. Além desta casa nobre, também as de Faro, Portalegre, Monsanto, Vila Nova de Portimão, Vimioso e Castelo Rodrigo se mostraram devotas da invocação mariana¹⁷⁸¹.

Em relação às ofertas feitas por peregrinos portugueses ao mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, verifica-se que a maioria teve a sua génese em milagres que a virgem operou, e aos quais, por promessa ou devoção, se procurou agradecer. Desta forma, encontram-se registadas esmolos em prata, ouro, trigo (normalmente o peso da pessoa que as ofereceu), azeite, círios, ave-marias, missas, hábitos de São Francisco, lençóis (provavelmente como mortalhas), cera, dinheiro, ou o próprio trabalho dos peregrinos¹⁷⁸². Estes, ao chegarem ao santuário, recebiam uns sapatos novos e podiam descansar e ser assistidos no hospital, durante três dias¹⁷⁸³.

É possível verificar que o mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe marcou afincadamente a devoção mariana nos períodos medieval e moderno. Assim sendo, de que forma se relaciona com a igreja matriz de Vila Viçosa? Quais os aspetos que unem e separam estes dois santuários? Sobre os pontos comuns, assinalam-se vários. O primeiro, prende-se com a devoção da realeza da Corte portuguesa às invocações de Guadalupe e

¹⁷⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 102.

¹⁷⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 102.

¹⁷⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 102.

¹⁷⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 210.

¹⁷⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 103.

¹⁷⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 102.

¹⁷⁸² Idem, *Ibidem*, pp. 61-155.

¹⁷⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 43.

da Conceição: no que respeita a esta última, não podemos deixar de mencionar a devoção de D. João IV, que canalizou para o templo calipolense altos rendimentos, de forma a assegurar a sua devoção¹⁷⁸⁴.

Era também comum aos dois santuários um vasto leque de ofertas. Estas passavam por peças de grande valor, como o ouro e a prata: para Guadalupe, cabe mencionar o porta-paz de ouro oferecido por D. João V¹⁷⁸⁵; para Vila Viçosa, uma lâmpada, um evangelho e um lavabo de prata, pelo referido monarca¹⁷⁸⁶. Além destas, também as esmolas em dinheiro, cera ou de pessoas pesadas a trigo figuraram nos registos de ambos os santuários¹⁷⁸⁷.

Muitas das referidas ofertas, os *ex-votos*, tanto em Guadalupe como em Vila Viçosa, ocorreram na sequência de milagres operados por ambas as invocações da Virgem Maria. No primeiro caso, as ofertas dos peregrinos constaram os grilhões do cativo, como agradecimento por Nossa Senhora de Guadalupe ter intercedido na sua libertação¹⁷⁸⁸. Em 1482, os habitantes de Elvas e de Lisboa ofereceram, respetivamente 7 e 40 arrobas de cera ao referido santuário, pelo milagre que o seu orago operou, livrando-os de um surto de peste¹⁷⁸⁹. Em relação a Vila Viçosa, além dos casos já referidos ao longo deste estudo, cabe mencionar a oferta por parte de um devoto do termo do Redondo de um pedaço de esteva encastado em prata, que o mesmo tirou da sua própria perna, considerando-o um milagre da padroeira de Portugal¹⁷⁹⁰.

Que mais é possível referir, no que respeita aos santuários referidos? Em nossa opinião, Guadalupe tratou-se de um santuário ibérico e internacional, ao qual rumavam gentes de toda a Península Ibérica e do sul de França. No caso dos portugueses, de modo particular, as gentes do sul. Em relação a Vila Viçosa, tratou-se de um santuário local e regional, pois envolvia devotos de localidades não muito distantes, apesar de a maioria ser oriunda das paróquias ao redor¹⁷⁹¹. Cabe mencionar que, no final do século XVI, era

¹⁷⁸⁴ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal... cit.*, t. I, p. 181.

¹⁷⁸⁵ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, p. 208.

¹⁷⁸⁶ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 34.

¹⁷⁸⁷ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, p. 43; Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 15, fls. 4-81.

¹⁷⁸⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 43.

¹⁷⁸⁹ Bruno Soares Miranda, *Peregrinações portuguesas... cit.*, pp- 85-86.

¹⁷⁹⁰ Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123, fl. 28v.

¹⁷⁹¹ Pedro Penteado, “Santuários” ... *cit.*, p. 165.

permitido aos irmãos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição trocarem uma peregrinação a Guadalupe por outra em Vila Viçosa¹⁷⁹². Se tal era permitido, talvez se possa considerar o templo calipolense como um santuário com importância suficiente para comutar peregrinações a Guadalupe, mesmo antes de 1646.

4.3 – Santiago, em Compostela. Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa

A igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, nos séculos XVII e XVIII, alcançou um grande destaque no reino, em virtude de D. João IV ter declarado a referida invocação como padroeira de Portugal, em 1646¹⁷⁹³. Enquanto centro de peregrinação, na época moderna, é possível considerar que se inseria num âmbito local e regional. A análise dos pontos comuns e contrários entre a igreja calipolense e outros espaços de devoção mariana levaram a ponderar essa classificação. No entanto, e tendo em conta o papel que Santiago de Compostela assumiu na religiosidade peninsular, o que existia de comum entre a referida catedral e a casa da padroeira de Portugal?

Como sucedeu com os santuários anteriormente referidos, também a origem da catedral de Compostela foi explicada através do providencialismo. O apóstolo Santiago teria falecido na Península Ibérica, onde havia passado os seus últimos anos de vida, com o objetivo de evangelizar as gentes locais¹⁷⁹⁴. O seu corpo permaneceu em parte incerta até ao reinado de Afonso II das Astúrias, no século VIII. À época, acreditou-se que umas ossadas encontradas no ano de 814 pertenciam ao apóstolo¹⁷⁹⁵. Inicialmente construiu-se uma pequena ermida para depositar os seus restos mortais, mas, com a propagação da devoção a Santiago, esta revelou-se insuficiente para acolher as gentes que a visitavam¹⁷⁹⁶. Desta forma, o rei Afonso III de Leão e o bispo Sisnando I edificaram outra, de maiores dimensões, inaugurada em maio de 899¹⁷⁹⁷.

¹⁷⁹² *Summario das Indulgencias, Previlegios... cit.*, p. 4.

¹⁷⁹³ Alberto Pimentel, *História do Culto... cit.*, p. 244.

¹⁷⁹⁴ Enrique Flórez, *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España. Origen, Divisiones, Y Limites de todas sus Provincias, Antigüedad, Traslaciones, y estado antiguo y presente de sus Sillas, com varias Disertaciones criticas*, t. XIX, Madrid, Antonio Marin, 1765, p. 64.

¹⁷⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 64.

¹⁷⁹⁶ Antonio Fraguas Fraguas, *Romerias y santuários de Galicia*, Vigo, Editorial Galaxia, 2004, pp. 15-16.

¹⁷⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 16.

A catedral voltou a sofrer alterações no último quartel do século XI, dada a grande afluência de peregrinos, através da iniciativa do bispo de Compostela, Diogo Pais, e do rei de Leão e Castela, Afonso VI¹⁷⁹⁸. No início da centúria seguinte, a vila era já um lugar destacado e com relativa autonomia, atraindo clérigos, burgueses e lavradores¹⁷⁹⁹ – a rainha Urraca de Leão e Castela, em 1114, reclamava que o bispo Diego Gelmírez não lhe era obediente¹⁸⁰⁰. Os monarcas destes reinos sempre tiveram em grande conta a devoção a Santiago, especialmente na guerra contra os muçulmanos: podemos referir os casos de Afonso VI, Afonso VII, Fernando II e Afonso IX de Leão, que eram devotos do apóstolo e o invocavam durante as batalhas¹⁸⁰¹.

Durante a idade média, a dimensão de Compostela foi internacional¹⁸⁰². Muitos peregrinos acorriam a visitar o túmulo do apóstolo no final de julho, quando se realizava a sua festa litúrgica¹⁸⁰³. Existiam redes de caminhos delineadas por toda a Europa e, no caso português, estas passavam essencialmente pelo Minho e por Trás-os-Montes, sendo esta última via a mais acessível¹⁸⁰⁴. Estimuladas, em grande parte, pela concessão de indulgências, as crenças populares até ao século XV ficaram marcadas pela devoção a Santiago¹⁸⁰⁵. Apesar de se ter mantido o maior centro votivo ibérico, durante a época moderna, Compostela conheceu uma quebra na afluência de devotos, que começaram a pender para as invocações marianas¹⁸⁰⁶. Segundo Isabel Drumond Braga, “começa a evidenciar-se a ternura e a graciosidade feminina, em contraste com o ideal bélico¹⁸⁰⁷.”

De facto, no final da idade média, verificou-se uma certa rivalidade entre Compostela e Guadalupe. Os peregrinos do sul de Portugal, pela proximidade geográfica, começaram a procurar o santuário mariano, preterindo o galego¹⁸⁰⁸. Embora a afluência a Compostela fosse menor, a verdade é que a devoção ao apóstolo prosseguiu com

¹⁷⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 16.

¹⁷⁹⁹ José Armas Castro, “El Afianzamiento de la Realidad Urbana Después Del Año Mil”, in Ermelindo Portela Silva, *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2003, p. 81.

¹⁸⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 83.

¹⁸⁰¹ Manuel Núñez Rodríguez, *Muerte Coronada: el mito de los reyes en la catedral compostelana*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1999, p. 11.

¹⁸⁰² Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, p. 62.

¹⁸⁰³ Humberto Baquero Moreno, “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série II, vol. 3, Lisboa, 1986, p. 80.

¹⁸⁰⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 79-80.

¹⁸⁰⁵ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, p. 62.

¹⁸⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 62.

¹⁸⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 62.

¹⁸⁰⁸ Em 1456, o rei Henrique IV de Castela, ao autorizar os peditórios para Guadalupe, declarou que aquele era o santuário mais notável dos seus reinos. Cf. Idem, *Ibidem.*, p. 62.

firmeza. Prova-o o facto de, em 1618, o papa Paulo V ter declarado Santa Teresa de Ávila como copatrona de Espanha e, por ter havido uma grande contestação, o papa Urbano VIII, em 1628, acabou por dar liberdade de aceitação do referido copatronato¹⁸⁰⁹.

Na época moderna, as gentes do norte de Portugal continuaram a peregrinar a Santiago de Compostela, em parte com o objetivo de pagar promessas ao apóstolo¹⁸¹⁰. Se até ao século XVI o apoio aos peregrinos partiu essencialmente de albergarias, com a criação das misericórdias, estas também tomaram parte nessa forma de assistência¹⁸¹¹. Salientamos os casos de Braga, Viana da Foz do Lima, Ponte da Barca e Caminha, que davam abrigo aos peregrinos – que chegavam por terra ou por mar –, além da concessão de esmolas, cartas de guia e cavalgadas¹⁸¹². Maria Marta Lobo de Araújo frisou que o peregrino era essencialmente a figura pobre, que se deslocava à Galiza por questões votivas¹⁸¹³. No entanto, sabemos que os grandes também se devotaram a Santiago.

Um caso que se afigura de grande interesse remete para a visita do príncipe Cosme de Médicis, futuro grão-duque da Toscana, à Península Ibérica, em 1669. Nascido em 1642, foi um homem culto, que viajou muito enquanto príncipe-herdeiro, nomeadamente pela Península Hispânica, Sacro Império Romano-Germânico e Países Baixos¹⁸¹⁴. O futuro Cosme III chegou a Santiago de Compostela em 3 de março de 1669 e ficou hospedado no convento de Santo Agostinho¹⁸¹⁵. O príncipe foi recebido por dois cónegos e entrou na catedral pelo lado norte¹⁸¹⁶. Aí, ocupou um lugar na capela mor, na parte imediata às cancelas e entre os púlpitos¹⁸¹⁷. Cosme de Médicis venerou o apóstolo de forma muito intensa, tendo repetido o gesto durante seis dias¹⁸¹⁸.

¹⁸⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 63.

¹⁸¹⁰ Aurélio de Araújo Oliveira, “Peregrinação em Portugal. Meados de Seiscentos (Olhares e Impressões das Terras e das Gentes)”, *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*, série II, vol. 14, Porto, 1997, p. 492.

¹⁸¹¹ Muitas delas foram construídas no reinado de D. Afonso V, para apoiar os peregrinos que se deslocavam a Compostela. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, “Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna”, in Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *A Intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas Portuguesas: Espaços e Tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 236.

¹⁸¹² Idem, *Ibidem*, pp. 240-242.

¹⁸¹³ Idem, *Ibidem*, p. 232.

¹⁸¹⁴ Christiane Coester, “Qual Nuovo Ulisse” Personalidade e Obra do Sexto e Penúltimo Gran Duque de Toscana, Cosme III de Médicis”, in José Manuel García Iglesias (dir.), *A Viaxe a Compostela de Cosme III de Médicis*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2004, pp. 39-46.

¹⁸¹⁵ José Manuel García Iglesias, “A visita de Cosme III de Médicis À Catedral de Santiago”, in José Manuel García Iglesias (dir.), *A Viaxe a Compostela... cit.*, p. 583.

¹⁸¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 584.

¹⁸¹⁷ Considerava-se que este era o lugar do templo mais adequado para receber os visitantes mais importantes. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 593.

¹⁸¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 593.

Alguns meses antes, em janeiro de 1669, Cosme III passou por Vila Viçosa, ficando alojado no colégio da Companhia de Jesus¹⁸¹⁹. A comitiva toscana tinha grande interesse em conhecer os segredos da defesa militar portuguesa, tendo o príncipe mantido contactos com o governador António Tavares de Pina e com D. Dinis de Melo e Castro, futuro conde das Galveias¹⁸²⁰. Durante os três dias que permaneceu na vila, Cosme de Médicis visitou o couto ducal, o arsenal da torre da câmara, uma fábrica de vidro, o castelo, a igreja de Santo Agostinho, o paço ducal e a igreja de Nossa Senhora da Conceição¹⁸²¹. O futuro grão-duque parece ter apreciado o templo, pois elogiou a qualidade dos azulejos e das cores, além da admiração que nutriu pelos estandartes alusivos à vitória portuguesa em Montes Claros¹⁸²².

Vila Viçosa e Santiago de Compostela. Que elo é possível estabelecer entre estes dois templos? Os pontos divergentes parecem ser aqueles que mais se demarcam. Em primeiro lugar, a igreja de Nossa Senhora da Conceição alcançou uma maior notoriedade após a elevação do duque de Bragança à dignidade régia. Isto é, a igreja matriz de Vila Viçosa colheu, nos primeiros tempos, a proteção de uma casa ducal¹⁸²³ que, posteriormente, assumiu o trono português, catapultando a atenção de devotos, que não os calipolenses – nomeadamente da Corte¹⁸²⁴. Para isso muito contribuiu a proclamação da Virgem Imaculada como padroeira de Portugal¹⁸²⁵, assemelhando-se a dimensão da sua figura à de Santiago de Compostela, patrono de Espanha¹⁸²⁶.

No caso compostelense, o santuário acolheu a proteção dos monarcas das Astúrias/ Leão desde os primeiros momentos¹⁸²⁷. Ainda que a origem dos dois templos tenha sido explicada com recurso ao providencialismo – para Compostela, a descoberta dos ossos do apóstolo Santiago¹⁸²⁸ e para Vila Viçosa, a descoberta de uma imagem no litoral português, que a remetia para a localidade alentejana¹⁸²⁹ –, foi ao galego que

¹⁸¹⁹ Vítor Serrão, “Portugal e as Artes da Guerra”, in José Manuel García Iglesias (dir.), *A Viaxe a Compostela... cit.*, p. 541.

¹⁸²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 541.

¹⁸²¹ Idem, *Ibidem*, p. 542.

¹⁸²² Idem, *Ibidem*, p. 542.

¹⁸²³ Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno... cit.*, p. 99.

¹⁸²⁴ Tristão da Cunha de Ataíde [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte... cit.*, p. 280.

¹⁸²⁵ António Caetano de Sousa, *História Genealógica... cit.*, t. VII, pp. 204-205.

¹⁸²⁶ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe... cit.*, p. 63.

¹⁸²⁷ Manuel Núñez Rodríguez, *Muerte Coronada... cit.*, p. 11.

¹⁸²⁸ Enrique Flórez, *España Sagrada... cit.*, p. 64.

¹⁸²⁹ Esta lenda referia que uma imagem havia sido encontrada em Peniche e que tinha uma anotação que a remetia para o castelo de Vila Viçosa. Cf. frei Joaquim de Santa Ana, *Oração Sagrada, Histórica e Panegyrica... cit.*, p. 19.

acorreram gentes de todas as partes da cristandade, que contavam com trilhos delineados¹⁸³⁰ e com assistência durante a peregrinação¹⁸³¹.

Ainda que o santuário de Compostela tenha sido de cunho internacional e o de Vila Viçosa local¹⁸³², há que advertir para o facto de a afirmação da igreja de Nossa Senhora da Conceição ter ocorrido num período em que a devoção a Santiago já não assumia a centralidade do período medieval¹⁸³³. Além disso, e tal como se verificou no caso de Guadalupe, o santuário calipolense era uma alternativa na comutação de pagamentos de promessas feitas a Compostela¹⁸³⁴. Embora este facto diga respeito a finais de quinhentos, é possível considerar a igreja matriz de Vila Viçosa uma alternativa viável ao santuário galego? De facto, Santiago perdeu terreno para Guadalupe¹⁸³⁵. Tendo ou não perdido para Vila Viçosa, a igreja calipolense revelou-se um importante santuário mariano, local e regional, dos séculos XVII e XVIII.

¹⁸³⁰ Humberto Baquero Moreno, “Vias portuguesas de peregrinação” ... *cit.*, p. 80.

¹⁸³¹ Maria Marta Lobo de Araújo, “Dar pousada aos peregrinos” ...*cit.*, pp. 236-242.

¹⁸³² Pedro Penteado, “Santuários” ... *cit.*, p. 165.

¹⁸³³ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe*... *cit.*, p. 63.

¹⁸³⁴ *Summario das Indulgencias, Previlegios*... *cit.*, p. 4.

¹⁸³⁵ Isabel Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe*... *cit.*, p. 63.

Conclusão

Em 1640, a casa de Habsburgo foi afastada do trono português, sendo este ocupado pelo duque de Bragança. A legitimação da nova dinastia processou-se de várias formas. Entre estas figuraram as questões militares, que permitiram garantir a defesa do reino face às tentativas castelhanas de reconquistar o território, e as religiosas, através das quais se procurou encarar a Restauração da Independência como uma graça divina a favor dos portugueses. À época, acreditou-se que tanto a queda de D. Filipe III como a salvaguarda de D. João IV no trono ficaram a dever-se à especial proteção de Nossa Senhora da Conceição.

Após consolidar a sua posição enquanto monarca português, o *Restaurador* jurou e declarou a Imaculada Conceição como padroeira de Portugal perante as cortes, em 25 de março de 1646. Na sequência desta declaração, D. João IV instituiu uma esmola, destinada à igreja matriz de Vila Viçosa, considerado o primeiro templo dedicado ao imaculismo. Entre as medidas régias figuraram igualmente a cunhagem de moeda com a efígie de Nossa Senhora da Conceição, o juramento da padroeira por todas as vilas e cidades do reino e por todos os estudantes da universidade de Coimbra, caso contrário não receberiam o grau académico.

As circunstâncias políticas à data foram fundamentais para esta tomada de decisão por parte do soberano, tendo a sua devoção pessoal pesado no juramento da padroeira. De facto, o imaculismo estava enraizado na casa de Bragança desde a idade média, quando D. Nuno Álvares Pereira reedificou a igreja de Vila Viçosa. Os duques residentes na localidade revelaram-se devotos da invocação mariana e a situação manteve-se após 1640. D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V mantiveram a sua devoção à padroeira. No caso do *Magnânimo*, a piedade mariana foi mais longe, uma vez que ordenou que todo o reino festejasse com pompa o dia 8 de dezembro, data litúrgica da festa de Nossa Senhora da Conceição.

A família real portuguesa, nos séculos XVII e XVIII, foi particularmente dedicada à devoção imaculista. Essa situação não se verificou apenas nos monarcas, pois as suas consortes, filhos e netos manifestaram igualmente a sua devoção para com a padroeira. As visitas e as esmolas a conventos e a igrejas foram constantes um pouco por todo o reino, nomeadamente à igreja de Vila Viçosa. Casos houve em que Nossa Senhora da

Conceição foi invocada durante a doença de vários membros da família real. Os exemplos mais significativos foram os do príncipe D. Teodósio, que fez várias preces à padroeira quando da sua doença, dos reis D. João IV e D. Pedro II, da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia e da princesa D. Isabel Luísa Josefa, que a ela se encomendaram nos respetivos testamentos.

À semelhança da família real, também a nobreza se devotou à padroeira de Portugal, tanto nos seus oratórios, como em igrejas e capelas em todo o reino. Não esqueçamos os casos relacionados com a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, à qual foram concedidas diversas esmolas em dinheiro, jóias ou vestuário para o ornato da imagem. O caso mais saliente remete para a casa de Alva, embora as de Coculim, Galveias, Minas, Rio Grande, Vale de Reis e Unhão também tenham manifestado a sua afeição ao imaculismo.

Em Vila Viçosa, a devoção à padroeira de Portugal foi assegurada por duas confrarias concecionistas. A mais antiga foi a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, fundada na idade média, que zelou pelo referida invocação com a máxima riqueza e esplendor, espelhando-se esse facto no património que detinha. Registado em dois inventários, um do século XVII, outro do XVIII, a irmandade detinha várias dezenas de peças em ouro, prata, gemas e tecido, fundamentais para o ornato da imagem da padroeira. Muitas dessas peças resultaram do pagamento de promessas por parte de devotos, oriundos de boa parte do Alentejo e de outras províncias portuguesas. No que respeita ao património imóvel, contabilizaram-se várias casas e propriedades agrícolas, que, por se encontrarem aforadas a rendeiros, se traduziram em mais uma fonte de rendimento.

No último quartel do século XVII, foi fundada a Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, também ela sediada na igreja matriz calipolense. Apesar de assegurar a devoção à padroeira de Portugal com o mesmo esplendor, as seus receitas eram auferidas de forma diferente. Não se lhe conheciam propriedades e grande parte dos seus rendimentos resultava de empréstimos a juros. As despesas das duas irmandades remetiam para a festa da Imaculada Conceição: a da primeira, em 8 de dezembro; a da segunda, em 15 de agosto, nas quais não eram dispensadas a missa com sermão e a procissão, que percorria as principais ruas da vila. Pelo livro de assento de confrades,

sabe-se que os da Irmandade dos Escravos eram originários de várias localidades do Alentejo, assim como de outros pontos de Portugal e até de Castela.

Nem sempre foi fácil para as confrarias partilhar o mesmo espaço de devoção, levando a que fossem tratadas na justiça várias quezílias, algumas referentes aos peditórios e à venda de cereais. No entanto, parece que o imaculismo não saiu prejudicado, uma vez que se verificou cooperação entre as duas irmandades, tanto no restauro do retábulo do altar-mor, na década de 1720, como na armação das festas de Nossa Senhora da Conceição, que contavam com os serviços dos andadores das confrarias.

A igreja matriz de Vila Viçosa, durante a época moderna, conheceu um contexto muito próprio. Ao ser comparada com importantes santuários regionais e internacionais, como o de Nossa Senhora da Nazaré, de Nossa Senhora de Guadalupe e de Santiago de Compostela, revelou manter com os mesmos afinidades e diferenças. Entre as semelhanças constaram a proteção da família real e o vasto e rico património que detinham. No entanto, os templos diferiam em alguns aspetos, sobressaindo a forma como os devotos se expressavam a sua crença.

No caso calipolense, não se verificou acolhimento a peregrinos por parte das confrarias, nem se conhecem percursos delineados para romeiros, ao contrário do que sucedia com os santuários extremenho e galego. Desta forma, a igreja matriz de Vila Viçosa foi, simultaneamente, um santuário regional e paroquial, embora a segunda tipologia tenha conhecido maior ênfase. Entre os devotos da padroeira de Portugal, figuraram tanto os camponeses do Alentejo como as elites locais, não esquecendo a família real e a Corte portuguesa. Assim, não é descabido considerar que Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, nos séculos XVII e XVIII, pelos motivos acima referidos, constituiu uma devoção tanto de grandes como de pequenos.

ANEXOS

Quadro X – Origem das esmolas entregues à Régia Confraria de Nossa Senhora da
Conceição de Vila Viçosa (1715-1750)

Localidade	Número
Abrantes	1
Águias	1
Alandroal	20
Alegrete	2
Alter do Chão	1
Assumar	1
Arraiolos	3
Arronches	2
Avis	2
Barbacena	1
Beira	1
Borba	27
Cabeço de Vide	1
Campo Maior	9
Canal	3
Cano	1
Castela/ Espanha	3
Castelo Branco	1
Castelo de Vide	4
Chancelaria	1
Coja	1
Coruche	1
Crato	1

Elvas	54
Erra	1
Estremoz	56
Évora	28
Évora Monte	13
Faro	4
Fronteira	5
Juromenha	15
Lisboa	16
Monforte	8
Monsaraz	2
Montemor-o-Novo	1
Montoito	2
Moura	3
Mourão	4
Olivença	25
Porto	2
Portalegre	17
Punhete	1
Redondo	8
Santarém	1
Setúbal	1
Sousel	4
Terena	3
Torres Novas	1
Veiros	1

Vimieiro	1
Vila Boim	3
Vila Viçosa	192
Desconhecido	391
Total	974

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Códcs. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Quadro XI – Origem dos confrades da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1743-1751)

Localidade	Número
Alandroal	12
Alcáçovas	5
Algarve	2
Álvares	1
Arraiolos	2
Arronches	2
Badajoz	1
Beja	2
Borba	11
Castelo de Vide	9
Coimbra	3
Covilhã	1
Elvas	52
Espanha	1
Estremoz	49
Évora	32
Évora Monte	5

Fronteira	1
Juromenha	5
Monforte	11
Monsaraz	1
Montemor-o-Novo	2
Montoito	15
Moura	5
Mourão	6
Olivença	27
Pedrógão Pequeno	1
Redondo	21
Santos	1
São Mamede de Riba Tua	1
Sertã	12
Sousel	1
Terena	4
Trás-os-Montes	1
Valência	1
Veiros	1
Vila de Frades	1
Vila Fernando	1
Vila Viçosa	283
Vimieiro	1
Desconhecido	79
Total	689

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 56.

Quadro XII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	27.530	Pagamentos andador/ armador	1.200
Esmolas Régias	25.500	Azeite comprado	25.500
Esmolas/ Rendas da Capela	62.400	Questões jurídicas	1.320
Procedido de medidas	200.000	Fitas para medidas	8.360
Trigo vendido	98.000	Pagamentos padres/ músicos	18.300
Alcance do ano anterior	345.753	Missas e ofícios	
Outras receitas		Manutenção da Igreja	
		Outras despesas	1.200
Total	759.183	Total	35.120

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1716)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	7.690	Pagamentos andador/ armador	16.300
Esmolas Régias	25.500	Azeite comprado	29.450
Esmolas/ Rendas da Capela	9.450	Questões jurídicas	6.370
Procedido de medidas/ Bacia	100.000	Fitas para medidas	8.750
Trigo vendido	15.870	Pagamentos padres/ músicos	70.650
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	8.100
Outras receitas		Manutenção da Igreja	6.060
		Outras despesas	300
Total	158.510	Total	35.120

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1717)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	16.960	Pagamentos andador/ armador	16.300
Esmolas Régias	54.740	Azeite comprado	3.560
Esmolas/ Rendas da Capela	960	Questões jurídicas	20.059
Procedido de medidas/ Bacia		Fitas para medidas	100.800
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	58.120
Alcance do ano anterior	479.150	Missas e ofícios	8.440
Outras receitas		Manutenção da Igreja	2.760
		Outras despesas	960
Total	551.810	Total	210.999

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1718)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	23.550	Pagamentos andador/ armador	19.700
Esmolas Régias	25.500	Azeite comprado	3.570
Esmolas/ Rendas da Capela	1.200	Questões jurídicas	15.714
Procedido de medidas/ Bacia		Fitas para medidas	50.400
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	63.200
Alcance do ano anterior	32.8522	Missas e ofícios	22.100
Outras receitas		Manutenção da Igreja	6.580
		Outras despesas	4.176
Total	27.8772	Total	185.440

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros		Pagamentos andador/ armador	3.960
Esmolas Régias	72.000	Azeite comprado	8.820
Esmolas/ Rendas da Capela	2.400	Questões jurídicas	
Procedido de medidas/ Bacia	15.800	Fitas para medidas	12.400
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	37.300
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	53.280
Outras receitas	384.616	Manutenção da Igreja	65.910
		Outras despesas	100.340
Total	474.816	Total	282.010

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XVII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	24.640	Pagamentos andador/ armador	13.640
Esmolas Régias	71.000	Azeite comprado	10.800
Esmolas/ Rendas da Capela	11.350	Questões jurídicas	269.530
Procedido de medidas/ Bacia	17.1740	Fitas para medidas	95.150
Trigo vendido	45.385	Pagamentos padres/ músicos	60.310
Alcance do ano anterior	31.4981	Missas e ofícios	17.740
Outras receitas	10.625	Manutenção da Igreja	98.060
		Outras despesas	13.790
Total	649.721	Total	579.020

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro XVIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1721)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	15.760	Pagamentos andador/ armador	17.240
Esmolas Régias	49.500	Azeite comprado	-
Esmolas/ Rendas da Capela		Questões jurídicas	8.300
Procedido de medidas	24.000	Fitas para medidas	5.7020
Trigo vendido	39.400	Pagamentos padres/ músicos	56.320
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	7.600
Outras receitas	132.471	Manutenção da Igreja	34.048
		Outras despesas	8.520
Total	261.131	Total	189.048

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro XIX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1722)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	15.570	Pagamentos andador/ armador	5.170
Esmolas Régias	49.500	Azeite comprado	8.400
Esmolas/ Rendas da Capela	12.640	Questões jurídicas	
Procedido de medidas/ Bacia	54.720	Fitas para medidas	
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	53.080
Alcance do ano anterior	288.292	Missas e ofícios	7.600
Outras receitas		Manutenção da Igreja	1.320
		Outras despesas	4.500
Total	420.722	Total	80.070

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro XX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1723)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	49.920	Pagamentos andador/ armador	33.310
Esmolas Régias	25.500	Azeite comprado	
Esmolas/ Rendas da Capela		Questões jurídicas	13.180
Procedido de medidas/ Bacia	90.750	Fitas para medidas	46.040
Trigo vendido	71.040	Pagamentos padres/ músicos	33.840
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	8.880
Outras receitas		Manutenção da Igreja	6.190
		Outras despesas	3.760
Total	237.210	Total	145.200

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro XXI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1724)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	40.425	Pagamentos andador/ armador	18.888
Esmolas Régias	20.000	Azeite comprado	18.400
Esmolas/ Rendas da Capela	2.400	Questões jurídicas	4.322
Procedido de medidas/ Bacia	8.0600	Fitas para medidas	37.150
Trigo vendido	40.780	Pagamentos padres/ músicos	47.740
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	17.680
Outras receitas		Manutenção da Igreja	8.920
		Outras despesas	3.250
Total	184.205	Total	139.310

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro XXII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1725)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	19.275	Pagamentos andador/ armador	23.570
Esmolas Régias	31.000	Azeite comprado	12.960
Esmolas/ Rendas da Capela	19.240	Questões jurídicas	7.492
Procedido de medidas/ Bacia	90.000	Fitas para medidas	67.460
Trigo vendido	36.900	Pagamentos padres/ músicos	51.000
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	37.320
Outras receitas		Manutenção da Igreja	23.120
		Outras despesas	6.740
Total	196.415	Total	229.662

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14.

Quadro XXIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1726)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	32.545	Pagamentos andador/ armador	21.320
Esmolas Régias	92.000	Azeite comprado	18.240
Esmolas/ Rendas da Capela	6.200	Questões jurídicas	2.576
Procedido de medidas/ Bacia	102.990	Fitas para medidas	67.780
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	65.680
Alcance do ano anterior	309.456	Missas e ofícios	9.860
Outras receitas	1.040	Manutenção da Igreja	15.426
		Outras despesas	6.310
Total	544.231	Total	207.192

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14.

Quadro XXIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1727)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	51.503	Pagamentos andador/ armador	29.740
Esmolas Régias	73.500	Azeite comprado	20.120
Esmolas/ Rendas da Capela	75.000	Questões jurídicas	3.380
Procedido de medidas/ Bacia	79.770	Fitas para medidas	81.970
Trigo vendido	51.800	Pagamentos padres/ músicos	77.280
Alcance do ano anterior	364.125	Missas e ofícios	3.800
Outras receitas		Manutenção da Igreja	11.650
		Outras despesas	11.490
Total	695.698	Total	239.970

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XXV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1728)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	10.040	Pagamentos andador/ armador	12.670
Ofertas de SM	25.500	Azeite comprado	14.960
Esmolas/ Rendas da Capela	31.150	Questões jurídicas	4.418
Procedido de medidas/ Bacia	49.090	Fitas para medidas	36.600
Trigo vendido	50.900	Pagamentos padres/ músicos	65.780
Alcance do ano anterior	406.145	Missas e ofícios	189.330
Outras receitas		Manutenção da Igreja	13.200
		Outras despesas	9.889
Total	573.825	Total	346.847

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XXVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1729)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	21.110	Pagamentos andador/ armador	21.330
Esmolas Régias	49.500	Azeite comprado	17.600
Esmolas/ Rendas da Capela	15.000	Questões jurídicas/ juros	33.452
Medidas/ Bacia	90.480	Fitas para medidas	47.200
Trigo vendido	41.900	Pagamentos padres/ músicos	43.980
Alcance do ano anterior	181.977	Missas e ofícios	25.140
Outras receitas		Manutenção da Igreja	420
		Outras despesas	4.070
Total	399.967	Total	193.192

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XXVII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1730)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	7.970	Pagamentos andador/ armador	8.040
Esmolas Régias	29.500	Azeite comprado	17.600
Esmolas/ Rendas da Capela	22.400	Questões jurídicas/ juros	4.865
Medidas/ Bacia	62.080	Fitas para medidas	11.000
Trigo vendido	44.700	Pagamentos padres/ músicos	59.660
Alcance do ano anterior	209.725	Missas e ofícios	20.080
Outras receitas		Manutenção da Igreja	2.160
		Outras despesas	54.930
Total	376.375	Total	178.275

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XXVIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1731)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	25.675	Pagamentos andador/ armador	22.860
Esmolas Régias	25.500	Azeite comprado	28.200
Esmolas/ Rendas da Capela	19.400	Questões jurídicas/ juros	52.824
Medidas/ Bacia		Fitas para medidas	20.640
Trigo vendido	43.100	Pagamentos padres/ músicos	55.080
Alcance do ano anterior	219.205	Missas e ofícios	28.720
Outras receitas		Manutenção da Igreja	20.270
		Outras despesas	4.860
Total	332.880	Total	223.454

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XXIX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1732)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	15.335	Pagamentos andador/ armador	36.840
Esmolas Régias		Azeite comprado	32.900
Esmolas/ Rendas da Capela	43.243	Questões jurídicas/ juros	23.767
Medidas/ Bacia	54.290	Fitas para medidas	16.750
Trigo vendido	37.620	Pagamentos padres/ músicos	55.130
Alcance do ano anterior	156.536	Missas e ofícios	7.600
Outras receitas	25.435	Manutenção da Igreja	9.180
		Outras despesas	6.000
Total	332.459	Total	188.167

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro XXX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1733)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	28.930	Pagamentos andador/ armador	28.220
Esmolas Régias	55.000	Azeite comprado	17.750
Esmolas/ Rendas da Capela	7.896	Questões jurídicas/ juros	15.662
Medidas/ Bacia	62.190	Fitas para medidas	17.840
Trigo vendido	48.640	Pagamentos padres/ músicos	58.740
Alcance do ano anterior	142.752	Missas e ofícios	7.600
Outras receitas		Manutenção da Igreja	20.250
		Outras despesas	11.520
Total	345.408	Total	177.582

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro XXXI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1734)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	20.558	Pagamentos andador/ armador	108.740
Esmolas Régias	49.000	Azeite comprado	74.380
Esmolas/ Rendas da Capela	15.000	Questões jurídicas/ juros	17.443
Medidas/ Bacia	42.330	Fitas para medidas	57.288
Trigo vendido	118.700	Pagamentos padres/ músicos	56.080
Alcance do ano anterior	183.076	Missas e ofícios	18.020
Outras receitas		Manutenção da Igreja	4.707
		Outras despesas	6.640
Total	428.664	Total	343.298

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro XXXII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1735)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	19.525	Pagamentos andador/ armador	8.860
Esmolas Régias	20.000	Azeite comprado	40.000
Esmolas/ Rendas da Capela	36.500	Questões jurídicas/ juros	5.014
Medidas/ Bacia	69.760	Fitas para medidas	38.960
Trigo vendido	55.860	Pagamentos padres/ músicos	24.480
Alcance do ano anterior	89.491	Missas e ofícios	20.320
Outras receitas		Manutenção da Igreja	7.320
		Outras despesas	8.290
Total	291.136	Total	153.214

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro XXXIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1736)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	15.025	Pagamentos andador/ armador	8.980
Esmolas Régias	25.500	Azeite comprado	17.600
Esmolas/ Rendas da Capela	15.000	Questões jurídicas/ juros	4.902
Medidas/ Bacia	78.040	Fitas para medidas	52.844
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	20.920
Alcance do ano anterior	135.562	Missas e ofícios	30.080
Outras receitas		Manutenção da Igreja	19.420
		Outras despesas	11.310
Total	269.127	Total	166.056

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro XXXIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1737)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	29.505	Pagamentos andador/ armador	9.700
Esmolas Régias	20.000	Azeite comprado	30.150
Esmolas/ Rendas da Capela	15.000	Questões jurídicas/ juros	9.772
Medidas/ Bacia	68.530	Fitas para medidas	31.290
Trigo vendido	34.000	Pagamentos padres/ músicos	44.080
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	20.800
Outras receitas		Manutenção da Igreja	26.720
		Outras despesas	9.010
Total	167.035	Total	181.522

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 21.

Quadro XXXV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1738)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	12.500	Pagamentos andador/ armador	12.980
Esmolas Régias	67.250	Azeite comprado	45.000
Esmolas/ Rendas da Capela	1.500	Questões jurídicas/ juros	74.110
Medidas/ Bacia	33.840	Fitas para medidas	27.500
Trigo vendido	139.320	Pagamentos padres/ músicos	44.280
Alcance do ano anterior	102.768	Missas e ofícios	39.360
Outras receitas		Manutenção da Igreja	45.160
		Outras despesas	10.730
Total	357.178	Total	299.120

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22.

Quadro XXXVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1739)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	18.414	Pagamentos andador/ armador	10.060
Esmolas Régias		Azeite comprado	30.000
Esmolas/ Rendas da Capela	17.000	Questões jurídicas/ juros	1.920
Medidas/ Bacia	43.420	Fitas para medidas	27.125
Trigo vendido	64.400	Pagamentos padres/ músicos	16.800
Alcance do ano anterior	98.948	Missas e ofícios	20.080
Outras receitas		Manutenção da Igreja	21.110
		Outras despesas	9.740
Total	242.182	Total	136.835

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22.

Quadro XXXVII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1740)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	46.040	Pagamentos andador/ armador	6.460
Esmolas Régias	67.000	Azeite comprado	22.800
Esmolas/ Rendas da Capela	14.400	Questões jurídicas/ juros	10.623
Medidas/ Bacia		Fitas para medidas	35.750
Trigo vendido	34.080	Pagamentos padres/ músicos	1.440
Alcance do ano anterior	87.892	Missas e ofícios	30.400
Outras receitas	12.400	Manutenção da Igreja	5.190
		Outras despesas	3.090
Total	276.212	Total	115.753

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 21.

Quadro XXXVIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1741)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	27.950	Pagamentos andador/ armador	9.840
Esmolas Régias	85.000	Azeite comprado	3.760
Esmolas/ Rendas da Capela	37.245	Questões jurídicas/ juros	3.278
Medidas/ Bacia	25.990	Fitas para medidas	
Trigo vendido	840	Pagamentos padres/ músicos	66.500
Alcance do ano anterior	83	Missas e ofícios	25.940
Outras receitas		Manutenção da Igreja	23.700
		Outras despesas	1.540
Total	177.108	Total	134.558

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23.

Quadro XXXIX - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1742)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	16.933	Pagamentos andador/ armador	10.975
Esmolas Régias	130.000	Azeite comprado	
Esmolas/ Rendas da Capela	39.830	Questões jurídicas/ juros	10.740
Medidas/ Bacia	39.830	Fitas para medidas	115.925
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	50.845
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	20.280
Outras receitas	420	Manutenção da Igreja	71.550
		Outras despesas	860
Total	187.183	Total	281.175

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23.

Quadro XL - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1743)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	17.640	Pagamentos andador/ armador	14.230
Esmolas Régias	43.000	Azeite comprado	27.190
Esmolas/ Rendas da Capela	24238	Questões jurídicas/ juros	20
Medidas/ Bacia	51.871	Fitas para medidas	21.020
Trigo vendido	43.260	Pagamentos padres/ músicos	49.891
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	31.580
Outras receitas	8.180	Manutenção da Igreja	31.715
		Outras despesas	1.080
Total	188.189	Total	145.146

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 24.

Quadro XLI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1744)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	10.212	Pagamentos andador/ armador	3.000
Esmolas Régias	67.000	Azeite comprado	1.600
Esmolas/ Rendas da Capela	21.980	Questões jurídicas/ juros	480
Medidas/ Bacia	8.000	Fitas para medidas	800
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	11.200
Alcance do ano anterior	31.766	Missas e ofícios	3.640
Outras receitas	10.000	Manutenção da Igreja	52.655
		Outras despesas	850
Total	148.958	Total	74.225

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 25.

Quadro XLII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1745)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	30.950	Pagamentos andador/ armador	12.170
Esmolas Régias	48.500	Azeite comprado	29.730
Esmolas/ Capela	41.765	Questões jurídicas/ juros	5.602
Medidas/ Bacia	9.155	Fitas para medidas	-
Trigo vendido	52.060	Pagamentos padres/ músicos	49.420
Alcance do ano anterior	38.765	Missas e ofícios	43.726
Outras receitas		Manutenção da Igreja	39.600
		Outras despesas	650
Total	331.195	Total	180.898

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 26.

Quadro XLIII - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1746)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	5.530	Pagamentos andador/ armador	7.470
Esmolas Régias	67.000	Azeite comprado	15.100
Esmolas/ Capela	26.766	Questões jurídicas/ juros	7.960
Medidas/ Bacia	4800	Fitas para medidas	-
Trigo vendido	51.897,5	Pagamentos padres/ músicos	78.718
Alcance do ano anterior	46.346	Missas e ofícios	26.210
Outras receitas		Manutenção da Igreja	22.985
		Outras despesas	1.670
Total	202.339,5	Total	160.113

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 27.

Quadro XLIV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1748)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	17.750	Pagamentos andador/ armador	18.810
Esmolas Régias	61.500	Azeite comprado	21.020
Esmolas/ Capela	178.95	Questões jurídicas/ juros	5.780
Medidas/ Bacia	5.660	Fitas para medidas	
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	61.280
Alcance do ano anterior	60.180	Missas e ofícios	14.210
Outras receitas		Manutenção da Igreja	91.605
		Outras despesas	620
Total	162.985	Total	213.325

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 28.

Quadro XLV - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1749)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	10.250	Pagamentos andador/ armador	12.810
Esmolas Régias	48.500	Azeite Comprado	15.700
Esmolas/ Capela	44.650	Questões jurídicas/ juros	690
Medidas/ Bacia	27.000	Fitas para medidas	11.640
Trigo vendido		Pagamentos padres/ músicos	53.400
Alcance do ano anterior	55.492	Missas e ofícios	34.360
Outras receitas	3.450	Manutenção da Igreja	96.260
		Outras despesas	1.330
Total	144.692	Total	226.190

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29.

Quadro XLVI - Receita e despesa monetária da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1750)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Foros/ rendas/ juros	33.100	Pagamentos andador/ armador	6.340
Esmolas Régias	43.000	Azeite comprado	19.900
Esmolas/ Capela	7.280	Questões jurídicas/ juros	24.324
Medidas/ Bacia	13.200	Fitas para medidas	1.860
Trigo vendido	44.180	Pagamentos padres/ músicos	44.110
Alcance do ano anterior		Missas e ofícios	12.900
Outras receitas		Manutenção da Igreja	7.380
		Outras despesas	
Total	140.760	Total	116.814

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29.

Quadro XLVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	60	Andador/ Bolinhos	11
Esmolas		Hóstias	280*
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	60	Total	291

*A despesa com hóstias e a venda de trigo figuraram no mesmo item.

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XLVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1716)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	422	Andador/ Bolinhos	11
Esmolas		Hóstias	256*
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	69
Total	422	Total	336

*A despesa com hóstias e a venda de trigo figuraram no mesmo item.

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro XLIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1717)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	259,5	Andador/ Bolinhos	
Esmolas		Hóstias	
Outros		Esmolas	270
		Trigo vendido	
Total	259,5	Total	270

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro L - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1718)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	179	Andador/ Bolinhos	
Esmolas		Hóstias	
Outros		Esmolas	178
		Trigo vendido	
Total	259,5	Total	270

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	474	Andador/ Bolinhos	
Esmolas	27,5	Hóstias	
Outros		Esmolas	186
		Trigo vendido	
Total	501,5	Total	186

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	152,5	Andador/ Bolinhos	
Esmolas		Hóstias	
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	152,5	Total	

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1721)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	172	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas		Hóstias	2
Outros		Esmolas	15
		Trigo vendido	
Total	172	Total	29

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LIV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1722)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	117	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas		Hóstias	2
Outros		Esmolas	76
		Trigo vendido	
Total	117	Total	90

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1723)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	280	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas		Hóstias	2
Outros		Esmolas	86
		Trigo vendido	
Total	280	Total	100

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LVI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1724)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	175	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	31	Hóstias	2
Outros		Esmolas	80
		Trigo vendido	
Total	206	Total	94

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1725)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	270	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas		Hóstias	2
Outros		Esmolas	86
		Trigo vendido	
Total	270	Total	100

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14.

Quadro LVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1726)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	248,5	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	12	Hóstias	2
Outros		Esmolas	86
		Trigo vendido	
Total	260,5	Total	100

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14.

Quadro LIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1727)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	273,5	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	7	Hóstias	2
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	280,5	Total	12

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro LX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1728)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	254,5	Andador/ Bolinhos	14
Esmolas	12,5	Hóstias	2
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	267	Total	16

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro LXI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1729)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	275,5	Andador/ Bolinhos	8
Esmolas	7	Hóstias	2
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	287,5	Total	10

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro LXII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1730)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	254,5	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	13	Hóstias	2
Outros		Esmolas	30
		Trigo vendido	
Total	267,5	Total	34

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro LXIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1731)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	248,5	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	10,5	Hóstias	2
Outros		Esmolas	16
		Trigo vendido	
Total	259	Total	30

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro LXIV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1732)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	205	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	11	Hóstias	2
Outros		Esmolas	20
		Trigo vendido	
Total	216	Total	34

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro LXV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1733)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	162	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	12	Hóstias	4
Outros		Esmolas	16
		Trigo vendido	
Total	174	Total	32

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro LXVI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1734)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	281,5	Andador/ Bolinhos	12
Esmolas	12	Hóstias	2
Outros		Esmolas	4,5
		Trigo vendido	
Total	293,5	Total	18,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro LXVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1735)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	134	Andador/ Bolinhos	18
Esmolas	6	Hóstias	2
Outros		Esmolas	5
		Trigo vendido	
Total	140	Total	25

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro LXVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1736)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	94,5	Andador/ Bolinhos	16
Esmolas	12	Hóstias	2
Outros		Esmolas	4,5
		Trigo vendido	
Total	106,5	Total	22,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 18.

Quadro LXIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1737)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	77	Andador/ Bolinhos	16
Esmolas	3	Hóstias	2
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	80	Total	18

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 21.

Quadro LXX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1738)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	395	Andador/ Bolinhos	6
Esmolas		Hóstias	2
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	395	Total	8

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22.

Quadro LXXI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1739)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	339	Andador/ Bolinhos	18
Esmolas	4	Hóstias	2
Outros		Esmolas	2
		Trigo vendido	
Total	343	Total	22

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22.

Quadro LXXII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1741)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	346,5	Andador/ Bolinhos	20
Esmolas	16,5	Hóstias	
Outros		Esmolas	101,5
		Trigo vendido	
Total	363	Total	121,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23.

Quadro LXXIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1742)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	225	Andador/ Bolinhos	16
Esmolas	36,8	Hóstias	2
Outros	190	Esmolas	2
		Trigo vendido	190
Total	451,75	Total	210

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23.

Quadro LXXIV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1743)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	261,5	Andador/ Bolinhos	20
Esmolas	88,5	Hóstias	2
Outros	239	Esmolas	130
		Trigo vendido	
Total	586	Total	152

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 24.

Quadro LXXV - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1745)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número(alqueires)
Foros e Rendas	187	Andador/ Bolinhos	20
Esmolas	13,5	Hóstias	2
Outros	187,5	Esmolas	
		Trigo vendido	223,2
Total	388	Total	245,2

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 26.

Quadro LXXVI - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1746)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	340,5	Andador/ Bolinhos	49
Esmolas	14	Hóstias	2
Outros	157	Esmolas	
		Trigo vendido	119
Total	511,5	Total	170

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 27.

Quadro LXXVII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1748)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	176,5	Andador/ Bolinhos	
Esmolas		Hóstias	
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	38
Total	176,5	Total	38

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 28.

Quadro LXXVIII - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1749)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	306,5	Andador/ Bolinhos	51
Esmolas	21	Hóstias	2
Outros		Esmolas	70
		Trigo vendido	
Total	327,5	Total	123

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29.

Quadro LXXIX - Receita e despesa cerealífera da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1750)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e Rendas	18,5	Andador/ Bolinhos	20
Esmolas	7	Hóstias	2
Outros		Esmolas	
		Trigo vendido	
Total	194,5	Total	22

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29.

Quadro LXXX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1715)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	5,5	Lâmpadas	33
Azeite comprado	27,5	Quebras/ Unguentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	33	Total	33

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LXXXI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1716)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	5	Lâmpadas	31
Azeite comprado	17	Quebras/Ungentos	
Esmolas	9		
Excesso ano anterior			
Total	31	Total	31

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LXXXII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1717)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	28	Lâmpadas	38,5
Azeite comprado	10	Quebras/ Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	38	Total	38,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LXXXIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1718)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	28	Lâmpadas	38,5
Azeite comprado	10	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	38	Total	38,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LXXXIV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1719)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	10	Lâmpadas	38
Azeite comprado	30	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	40	Total	38

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 11.

Quadro LXXXV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1720)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	20	Lâmpadas	40
Azeite comprado	30	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	40

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LXXXVI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1721)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	28	Lâmpadas	38,5
Azeite comprado	10	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	38	Total	38,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LXXXVII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1722)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	40,5	Lâmpadas	39
Azeite comprado		Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	40,5	Total	39

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LXXXVIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1723)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	20	Lâmpadas	39
Azeite comprado	19	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	39	Total	39

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro LXXXIX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1724)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	15	Lâmpadas	39
Azeite comprado	24	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	39	Total	39

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 12.

Quadro XC - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1725)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	20	Lâmpadas	39,5
Azeite comprado	19	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	39	Total	39,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14.

Quadro XCI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1726)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	20	Lâmpadas	46
Azeite comprado	27	Quebras/Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	47	Total	46

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 14.

Quadro XCII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1727)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	4,5	Lâmpadas	50
Azeite comprado	45,5	Quebras/ Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XCIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1728)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	14	Lâmpadas	50
Azeite comprado	34	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	2		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XCIV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1729)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	5	Lâmpadas	50
Azeite comprado	44	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	1		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XCV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1730)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	5	Lâmpadas	50
Azeite comprado	44	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	1		
Excesso do ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XCVI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1731)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	2	Lâmpadas	50
Azeite comprado	47	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	1		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 16.

Quadro XCVII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1732)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	1	Lâmpadas	50
Azeite comprado	47	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	2		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 19.

Quadro XCVIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1733)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	13	Lâmpadas	50
Azeite comprado	35	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	2		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 19.

Quadro XCVIX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1734)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	1	Lâmpadas	50
Azeite comprado	47	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	2		
Excesso do ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 19.

Quadro C - Receita e despesa do azeite da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1735)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	13	Lâmpadas	50
Azeite comprado	35	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	2		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 19.

Quadro CI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1736)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	4,5	Lâmpadas	50
Azeite comprado	34,5	Quebras/ Ungentos	
Esmolas	1		
Excesso ano anterior			
Total	41	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 19.

Quadro CII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1737)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	15,5	Lâmpadas	50
Azeite comprado	32,5	Quebra/ Ungentos	
Esmolas	2		
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 21.

Quadro CIII - Receita e despesa, do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1738)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas		Lâmpadas	50
Azeite comprado	50	Quebra/ Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22.

Quadro CIV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1739)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas		Lâmpadas	50
Azeite comprado	50	Quebra/ Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	50	Total	50

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 22.

Quadro CV - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1742)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	19	Lâmpadas	
Azeite comprado	48,5	Quebras/ Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	67,5	Total	

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 23.

Quadro CVI - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1744)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	5,5	Lâmpadas	37,5
Azeite comprado	13	Quebras/ Ungentos	1
Esmolas			
Excesso ano anterior	33,5		
Total	52	Total	38,5

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 25.

Quadro CVII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1745)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	5	Lâmpadas	36
Azeite comprado	37	Quebras/ Ungentos	
Esmolas			
Excesso ano anterior	14		
Total	56	Total	36

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 26.

Quadro CVIII - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1746)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	15,5	Lâmpadas	36
Azeite comprado	23,5	Quebras/ Ungentos	2
Esmolas			
Excesso ano anterior	26		
Total	65	Total	38

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 27.

Quadro CIX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1748)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	11	Lâmpadas	36
Azeite comprado	38	Quebras/ Ungentos	2
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	49	Total	38

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 28.

Quadro CX - Receita e despesa do azeite, da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1750)

Receita	Número (alqueires)	Despesa	Número (alqueires)
Foros e rendas	10	Lâmpadas	36
Azeite comprado	28	Quebras/ Ungentos	2
Esmolas			
Excesso ano anterior			
Total	38	Total	38

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 29.

Quadro CXI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1707-1708)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	153.700	Pagamentos andador/ armador	7.500
Esmolas da caixa/ medidas	209.740	juros	350.000
Esmolas		Questões jurídicas	
Peditório vila e conventos	33.180	Medidas	64.300
Alcance ano anterior	552.798	Pagamentos padres/ músicos	28.320
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	116.000
		Manutenção da Igreja	30.150
		Cadeias	13.250
Total	947.418	Total	609.520

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 1.

Quadro CXII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1708-1709)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	207.350	Pagamentos andador/ armador	7.500
Esmolas da caixa/ medidas	279.000	Juros	
Esmolas		Questões jurídicas	
Peditório vila e conventos	26.910	Medidas	46.080
Alcance ano anterior	118.958	Pagamentos padres/ músicos	30.960
		Missas, ofícios e festa	139.400
Outras receitas		Manutenção da Igreja	1.670
		Cadeias	29.940
Total	632.218	Total	255.550

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 2.

Quadro CXIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1709-1710)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	91.775	Pagamentos andador/ armador	8.340
Esmolas da caixa/ medidas	243.130	Juros	364.000
Esmolas		Questões jurídicas	2.250
Peditório vila e conventos		Medidas	16.000
Alcance ano anterior		Pagamentos padres/ músicos	28.320
Outras receitas	419.823	Missas, ofícios e festa	117.680
		Manutenção da Igreja	2.620
		Cadeias	3.000
Total	754.728	Total	542.210

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 2.

Quadro CXIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1710-1711)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	117.450	Pagamentos andador/ armador	8.160
Esmolas da caixa/ medidas	227.450	Juros	147.200
Esmolas		Questões jurídicas	4.300
Peditório vila e conventos	21.440	Medidas	14.400
Alcance ano anterior	42.290	Pagamentos padres/ músicos	19.920
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	142.150
		Manutenção da Igreja	46.150
		Cadeias	16.075
Total	408.630	Total	398.355

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 2.

Quadro CXV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1711-1712)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	528.600	Pagamentos andador/ armador	9.480
Esmolas da caixa/ medidas	244.120	Juros	147.200
Esmolas		Questões jurídicas	2.400
Peditório vila e conventos	22.310	Medidas	93.280
Alcance do ano anterior		Pagamentos padres/ músicos	30.960
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	149.280
		Manutenção da Igreja	90.220
		Cadeias	27.050
Total	795.030	Total	549.870

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 3.

Quadro CXVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1712-1713)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	135.775	Pagamentos andador/ armador	8.930
Esmolas da caixa/ medidas	234.930	Juros	50.000
Esmolas		Questões jurídicas	
Peditório vila e conventos	19.600	Medidas	88.000
Alcance do ano anterior	179.433	Pagamentos padres/ músicos	33.120
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	137.780
		Manutenção da Igreja	1.350
		Cadeias	10.800
Total	569.738	Total	329.980

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 4.

Quadro CXVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1713-1714)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	68.541	Pagamentos andador/ armador	10.080
Esmolas da caixa/ medidas	281.580	Juros	50.000
Esmolas		Questões jurídicas	
Peditório vila e conventos	22.320	Medidas	132.080
Alcance do ano anterior	182.253	Pagamentos padres/ músicos	30.720
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	141.930
		Manutenção da Igreja	1.630
		Cadeias	32.260
Total	554.694	Total	398.260

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 5.

Quadro CXVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1715-1716)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	203.230	Pagamentos andador/ armador	9.660
Esmolas da caixa/ medidas	289.330	Juros	200.000
Esmolas		Questões jurídicas	
Peditório vila e conventos		Medidas	88.290
Alcance de anos anteriores	454.580	Pagamentos padres/ músicos	48.800
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	75.000
		Manutenção da Igreja	1.500
		Cadeias	44.580
Total	947.140	Total	467.830

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 6.

Quadro CXIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1716-1717)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	55.900	Pagamentos andador/ armador	11.220
Esmolas da caixa/ medidas	258.270	Juros	360.000
Esmolas	4.330	Questões jurídicas	2.640
Peditório vila e conventos	10.710	Medidas	99.060
Alcance do ano anterior	698.298	Pagamentos padres/ músicos	25.680
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	78.640
		Manutenção da Igreja	2.110
		Cadeias	2.400
Total	1.027.508	Total	581.750

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 6.

Quadro CXX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1719-1720)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	88.910	Pagamentos andador/ armador	17.880
Esmolas da caixa/ medidas	185.004	Juros	4.800
Esmolas		Questões jurídicas	4.938
Peditório vila e conventos	13.150	Medidas	49.080
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	31.200
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	87.820
		Manutenção da Igreja	11.110
		Cadeias	
Total	275.264	Total	206.838

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 7.

Quadro CXXI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1720-1721)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	109.500	Pagamentos andador/ armador	16.320
Esmolas da caixa/ medidas	202.660	Juros	
Esmolas		Questões jurídicas	9.733
Peditório vila e conventos	13.200	Medidas	79.570
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	36.560
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	88.450
	40470	Manutenção da Igreja	9.870
		Cadeias	6.900
Total	365.830	Total	247.583

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 8.

Quadro CXXII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1721-1722)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	102.803	Pagamentos andador/ armador	22.980
Esmolas da caixa/ medidas	160.680	Juros	50.000
Esmolas		Questões jurídicas	3296
Peditório vila e conventos	12.920	Medidas	32.600
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	31.320
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	91.840
		Manutenção da Igreja	3.470
		Cadeias	7.950
Total	276.920	Total	243.456

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 8.

Quadro CXXIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1722-1723)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	258.535	Pagamentos andador/ armador	9.960
Esmolas da caixa/ medidas	97.030	Juros	
Esmolas		Questões jurídicas	6.498
Peditório vila e conventos	10.400	Medidas	53.870
Alcance de anos anteriores	935.335	Pagamentos padres/ músicos	27.190
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	115.060
		Manutenção da Igreja	2.460
		Cadeias	12.000
Total	1.301.300	Total	303.000

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 8.

Quadro CXXIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1723-1724)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	103.215	Pagamentos andador/ armador	13.320
Esmolas da caixa/ medidas	133.635	Juros	695.000
Esmolas		Questões jurídicas	13.850
Peditório vila e conventos	11.280	Medidas	23.450
Alcance de anos anteriores	981.842	Pagamentos padres/ músicos	29.720
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	96.960
		Manutenção da Igreja	1.790
		Cadeias	11.340
Total	1.229.972	Total	885.430

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1724-1725)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	798.819	Pagamentos andador/ armador	9.000
Esmolas da caixa/ medidas	90.190	Juros	
Esmolas	6.000	Questões jurídicas	10.371
Peditório vila e conventos		Medidas	39.780
Alcance de anos anteriores	244.812	Pagamentos padres/ músicos	32.120
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	94.560
		Manutenção da Igreja	3.465
		Cadeias	10.900
Total	1.139.812	Total	200.196

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1725-1726)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	491.468	Pagamentos andador/ armador	9.240
Esmolas da caixa/ medidas	105.100	Juros	21.120
Esmolas		Questões jurídicas	3.500
Peditório vila e conventos	10.700	Medidas	44.540
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	14.880
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	139.670
		Manutenção da Igreja/ esmolas	2.190
		Cadeias	36.160
Total	607.268	Total	271.300

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1726-1727)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	286.390	Pagamentos andador/ armador	9.540
Esmolas da caixa/ medidas	112.965	Juros	
Esmolas	2.020	Questões jurídicas	4.413
Peditório vila e conventos	10.026	Medidas	57.500
Alcance de anos anteriores	792.852	Pagamentos padres/ músicos	30.920
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	130.700
		Manutenção da Igreja	1.590
		Cadeias	10.480
Total	1.204.251	Total	245.143

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1727-1728)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	25.400	Pagamentos andador/ armador	9.120
Esmolas da caixa/ medidas	184.095	Juros	
Esmolas		Questões jurídicas	2.300
Peditório vila e conventos	9.000	Medidas	1.920
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.680
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	102.838
		Manutenção da Igreja/ esmolas	10.090
		Cadeias	19.600
Total	218.495	Total	173.548

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1728-1729)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	560.200	Pagamentos andador/ armador	8.880
Esmolas da caixa/ medidas	98.199	Juros	21.480
Esmolas	110.267	Questões jurídicas	4.477
Peditório vila e conventos	10.300	Medidas	41.440
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	28.680
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	102.490
		Manutenção da Igreja/ esmolas	5.600
		Cadeias	21.600
Total	778.966	Total	234.557

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1729-1730)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	209.250	Pagamentos andador/ armador	6.930
Esmolas da caixa/ medidas	124.630	Juros	194.000
Esmolas		Questões jurídicas	2.990
Peditório vila e conventos		Medidas	70.295
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.680
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	59.680
		Manutenção da Igreja/ esmolas	27.170
		Cadeias	8.000
Total	333.880	Total	396.745

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXXI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1730-1731)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	204.150	Pagamentos andador/ armador	10.500
Esmolas da caixa/ medidas	126.060	Juros	6.000
Esmolas		Questões jurídicas	2.836
Peditório vila e conventos	10.700	Medidas	15.430
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.800
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	82.650
		Manutenção da Igreja/ esmolas	2.790
		Cadeias	40.640
Total	340.910	Total	188.646

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXXII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1731-1732)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	787.680	Pagamentos andador/ armador	8.580
Esmolas da caixa/ medidas	85.320	Juros	650.000
Esmolas		Questões jurídicas	3.967
Peditório vila e conventos		Medidas	40.640
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.440
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	77.440
		Manutenção da Igreja/ esmolas	7.400
		Cadeias	3.500
Total	873.000	Total	818.967

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXXIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1732-1733)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	758.685	Pagamentos andador/ armador	7.560
Esmolas da caixa/ medidas	101.410	Juros	702.000
Esmolas	1.630	Questões jurídicas	4.205
Peditório vila e conventos	8.000	Medidas	36.120
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.560
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	82.240
		Manutenção da Igreja/ esmolas	3.200
		Cadeias	35.680
Total	869.725	Total	898.565

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 9.

Quadro CXXXIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1733-1734)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	100.725	Pagamentos andador/ armador	7.260
Esmolas da caixa/ medidas	35.100	Juros	48.000
Esmolas	19.200	Questões jurídicas	5.550
Peditório vila e conventos	8.480	Medidas	49.225
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	15.320
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	115.150
		Manutenção da Igreja/ esmolas	16.960
		Cadeias	
Total	163.505	Total	257.465

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXXXV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1734-1735)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	265.925	Pagamentos andador/ armador	6.480
Esmolas da caixa/ medidas	56.930	Juros	60.000
Esmolas		Questões jurídicas	3.800
Peditório vila e conventos	16.300	Medidas	21.800
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.440
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	78.550
		Manutenção da Igreja/ esmolas	4.480
		Cadeias	10.250
Total	339.155	Total	212.800

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXXXVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1735-1736)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	165.360	Pagamentos andador/ armador	1.320
Esmolas da caixa/ medidas	138.490	Juros	350.000
Esmolas		Questões jurídicas	10.536
Peditório vila e conventos		Medidas	46.875
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.440
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	94.810
		Manutenção da Igreja/ esmolas	6.380
		Cadeias	13.560
Total	303.850	Total	551.011

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXXXVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1736-1737)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	990.535	Pagamentos andador/ armador	7.020
Esmolas da caixa/ medidas	96.190	Juros	77.200
Esmolas	2.800	Questões jurídicas	2.792
Peditório vila e conventos	9.480	Medidas	62.470
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	29.840
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	26.400
		Manutenção da Igreja/ esmolas	4.560
		Cadeias	6.100
Total	1.099.005	Total	216.382

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXXXVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1737-1738)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	906.705	Pagamentos andador/ armador	31.830
Esmolas da caixa/ medidas	91.565*	Juros	111.560
Esmolas		Questões jurídicas	28.969
Peditório vila e conventos		Medidas	38.875
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.440
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	115.227
		Manutenção da Igreja/ esmolas	2.820
		Cadeias	14.260
Total	998.270	Total	370.981

* O peditório nos conventos figura no item correspondente às esmolas do mês de agosto.

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXXXIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1738-1739)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	221.465	Pagamentos andador/ armador	7.290
Esmolas da caixa/ medidas	84.150	Juros	80.000
Esmolas		Questões jurídicas	9.895
Peditório vila e conventos	8.700	Medidas	29.165
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	26.920
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	94.600
		Manutenção da Igreja/ esmolas	12.780
		Cadeias	13.400
Total	314.315	Total	274.680

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXL - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa
Senhora da Conceição (1739-1740)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	340.565	Pagamentos andador/ armador	6.880
Esmolas da caixa/ medidas	77.440	Juros	
Esmolas		Questões jurídicas	
Peditório vila e conventos	7.500	Medidas	54.070
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.980
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	97.010
		Manutenção da Igreja/ esmolas	293.040
		Cadeias	660
Total	425.505	Total	479.640

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1740-1741)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	389.050	Pagamentos andador/ armador	6.780
Esmolas da caixa/ medidas	73.675	Juros	130.800
Esmolas		Questões jurídicas	16.720
Peditório vila e conventos	8.400	Medidas	23.580
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.200
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	98.000
		Manutenção da Igreja/ esmolas	166.620
		Cadeias	3.240
Total	471.125	Total	472.940

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1741-1742)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	634.310	Pagamentos andador/ armador	7.020
Esmolas da caixa/ medidas	61.230	Juros	304.000
Esmolas		Questões jurídicas	24.199
Peditório vila e conventos	7.420	Medidas	34.560
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	24.000
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	99.720
		Manutenção da Igreja/ esmolas	79.940
		Cadeias	2.990
Total	702.960	Total	576.429

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1742-1743)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	274.720	Pagamentos andador/ armador	6.780
Esmolas da caixa/ medidas	64.022	Juros	348.800
Esmolas		Questões jurídicas	23.929
Peditório vila e conventos	8.000	Medidas	37.775
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.560
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	82.160
		Manutenção da Igreja/ esmolas	24.300
		Cadeias	19.420
Total	346.742	Total	570.724

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLIV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1743-1744)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	687.832	Pagamentos andador/ armador	7.180
Esmolas da caixa/ medidas	105.890	Juros	831.022
Esmolas		Questões jurídicas	20.675
Peditório vila e conventos	9.100	Medidas	40.060
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	27.160
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	98.770
		Manutenção da Igreja/ esmolas	101.780
		Cadeias	
Total	802.822	Total	1.120.647

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLV - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1744-1745)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	499.132	Pagamentos andador/ armador	6.580
Esmolas da caixa/ medidas	139.265	Juros	380.000
Esmolas		Questões jurídicas	22.725
Peditório vila e conventos		Medidas	84.020
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	26.240
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	109.260
		Manutenção da Igreja/ esmolas	8.150
		Cadeias	1980
Total	638.397	Total	638.955

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLVI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1745-1746)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	462.138	Pagamentos andador/ armador	7.980
Esmolas da caixa/ medidas	126.235*	Juros	150.000
Esmolas	7.200	Questões jurídicas	25.882
Peditório vila e conventos		Medidas	3.415
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	52.220
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	120.960
		Manutenção da Igreja/ esmolas	5.146
		Cadeias	3.000
Total	595.573	Total	368.873

* O peditório nos conventos figura no item correspondente às esmolas do mês de agosto.

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLVII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1746-1747)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	213.357	Pagamentos andador/ armador	7.720
Esmolas da caixa/ medidas	111.080*	Juros	160.000
Esmolas		Questões jurídicas	52.301
Peditório vila e conventos		Medidas	122.755
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	47.180
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	114.730
		Manutenção da Igreja/ esmolas	81.850
		Cadeias	
Total	111.080	Total	586.536

* O peditório nos conventos figura no item correspondente às esmolas do mês de agosto.

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLVIII - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de
Nossa Senhora da Conceição (1747-1748)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	261.476	Pagamentos andador/ armador	820
Esmolas da caixa/ medidas	139.265	Juros	400.000
Esmolas		Questões jurídicas	10.397
Peditório vila e conventos	5.860	Medidas	76.150
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	52.800
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	136.840
		Manutenção da Igreja/ esmolas	20.560
		Cadeias	14.400
Total	406.601	Total	711.967

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CXLIX - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1748-1749)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	360.753	Pagamentos andador/ armador	7.480
Esmolas da caixa/ medidas	118.826	Juros	315.600
Esmolas	20.000	Questões jurídicas	24.141
Peditório vila e conventos	14.940	Medidas	94.260
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	272.800
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	117.990
		Manutenção da Igreja/ esmolas	9.000
		Cadeias	5.100
Total	514.519	Total	846.371

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CL - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1749-1750)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	261.476	Pagamentos andador/ armador	820
Esmolas da caixa/ medidas	139.265	Juros	400.000
Esmolas		Questões jurídicas	10.397
Peditório vila e conventos	5.860	Medidas	76.150
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	52.800
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	136.840
		Manutenção da Igreja/ esmolas	20.560
		Cadeias	14.400
Total	406.601	Total	711.967

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

Quadro CLI - Receita e despesa monetária da Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição (1750-1751)

Receita	Valor em réis	Despesa	Valor em réis
Juros	325.351	Pagamentos andador/ armador	12.380
Esmolas da caixa/ medidas	161.765	Juros	344.000
Esmolas		Questões jurídicas	7.585
Peditório vila e conventos	4.900	Medidas	109.920
Alcance de anos anteriores		Pagamentos padres/ músicos	56.800
Outras receitas		Missas, ofícios e festa	159.980
		Manutenção da Igreja/ esmolas	2.740
		Cadeias	35.130
Total	492.016	Total	728.535

Fonte: Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 10.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Critérios de Transcrição

Desenvolvimento das abreviaturas mantendo apenas a forma dos numerais;

Respeito pela ortografia original mas com atualização de maiúsculas e minúsculas;

Separação das palavras que no original estavam unidas e junção das sílabas ou letras de uma mesma palavra que estavam separadas;

Introdução de alguma pontuação;

Uso de [] para tudo o que tenha sido interpretado pelo leitor ou acrescentando ao texto original;

Utilização de [...] para lacunas do suporte;

Aplicação de (*sic*) a seguir aos erros do próprio texto original;

Uso de (?) quando a leitura oferece dúvida;

Utilização de /fol. / para indicar a mudança de fólio;

Uso de < e > para indicar palavras entre linhas;

Recurso a notas de pé de página para explicitar o que se entender necessário.

Doc. 1. 13/02/1641, Lisboa. *Provisão de D. João IV ao executor de Estremoz, ordenando que entregue o dinheiro do Almojarifado de Benavente a quem corre com as obras da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa* – Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 135.

Eu El Rey, como Governador e perpetuo administrador que sou do mestrado, cavallaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo &^a. Faço saber a vós, executor da Villa de Estremos, que eu mandei por hu[m]a provizão minha de trinta e hu[m] de Janeiro deste presente anno, que o Almojarife de Benavente entregasse à pessoa que corre co[m] as obras da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa quatrocentos mil r[éi]s para se continuar co[m] ellas. E porq[ue] não pode ter effeito o ditto pagamento dos fructos do anno passado em que estavam consignados os ditos quatrocentos mil r[éi]s, por correrem de São João a São João, e se me ter representado a grande necessidade que há de se continuar logo com as dittas obras, mandei que os duzentos setenta e sete mil quinhentos quarenta, é isto dos sobejos do Almojarifado de Soure, se tomem per empréstimo para o ditto effeito. E que cento e vinte e dois mil quatrocentos noventa e dous r[éi]s, vos mando entregueis logo à pessoa que corre com as dittas obras. E com conhecimento em a forma da ditta quantia, vos será levado em conta na que desde de vosso recebimento que comprireis da maneira que nesta se centem se[m] dúvida ne[m] dilação algu[m]a, per assi convir a meu serviço. Matheus da Costa Borralho a fez em Lisboa a treze dias do mez de Fevereiro de mil e seiscentos e quarenta e hum anos. Francisco P[ere]ira de Betancor a fez escrever.

Rey

Doc. 2. 13/07/1642, Lisboa. *Cópia da provisão de D. João IV para que se enviem mil cruzados ao Almojarifado de Benavente, destinados às obras na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa* – Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 137.

Cópia da Provisão q[ue] S[ua] M[agestade] mandou passar para se darem mil crusados por hu[m]a p[ar]a as obras da Igreja de N[ossa] S[enhora] da Conceição de Villa Viçosa e se lançare[m] cada anno duzentos mil r[éi]s p[ar]a as mesmas obras no ditto Almojarifado de Benav[en]te

Eu El Rey, como governador perpétuo do administrador q[ue] sou da Ordem e Cavalaria do Mestrado de São Bento de Aviz &^a. Faço saber ao que este meu alvará virem que, havendo respeito ao que se me representou por parte da Câmara e Officiaes de Villa Viçosa, e do Prior e Beneficiados da Igreja Matrix de Nossa S[enho]ra da Conceição da mesma villa, em rezão da grande necessidade q[ue] há de se acudir às obras da ditta igreja pella indecência co[m] q[ue] nella está o Sanctíssimo Sacramento. Hey por bem e me prás que logo se dêm mil cruzados do rendimento do Almojarifado de Benavente deste anno, p[ar]a com eles se continuar a ditta obra em que entrarão os cem mil r[éi]s que lhe forão na folha do anno passado e darei em diante duzentos mil r[éi]s cada hum anno no Almojarifado da ditta villa de Benav[en]te. E não cabendo no de Estremos por conta dos anos passados que se deixarão de pagar os cem mil r[éi]s que estavam consignados p[ar]a a ditta obra. Pello q[ue] mando ao almojarife de Benavente page logo os ditos mil cruzados por hu[m]a ves de rendim[en]to do ditto almojarifado deste anno de seiscentos e quarenta e hum, e que na folha do dicto almojarifado se lansem duzentos

mil r[éi]s cada anno, que são cem mil r[éi]s mais do q[ue] estava resoluto se dese cada anno enquanto durar a dicta obra, os quaes cem mil r[éi]s se darão à pessoa q[ue] correr co[m] as dittas obras. E este alvará mando que se cumpra da maneira q[ue] nelle se conthem, posto q[ue] não passe pella chancelaria sem embargo de qualquer provizão ou regimento em contrário. Matheus da Costa Borralho o fes em Lisboa aos trinta e e hu[m] de Janeiro de seiscentos e quarenta e hu[m] anos. Francisco Pereira de Betancor o fez escrever. E não dis mais o registo da ditta provizão a que me reporto em L[i]s[bo]a, aos vinte e tres de Julho de mil e seiscentos e quarenta e dous annos.

Francisco P[erei]ra de Betancor

Doc. 3. 26/12/1644, Coimbra. *Carta de D. Nuno da Cunha, reitor do colégio jesuíta de Coimbra, a D. João IV, sugerindo que este jure a Imaculada Conceição como padroeira do reino* – Lisboa, B.A., 51-IX-27 fl. 61.

S[enh]or,

Faço esta [carta] nam pera dar a V[ossa] M[a]g[esta]de os parabéns de victoria tam gloriosa q[ue] D[eu]s Nosso S[enh]or foi servido dar às armas de V[ossa] M[a]g[esta]de, porq[ue] entre tantas rezões de alegria bem sei o pouco q[ue] pode valer a minha significação, mas obrigou-me a escrever mandar juntam[en]te a V[ossa] M[a]g[esta]de esse papel q[ue] acaso nesta ocasião achei e há hu[m]a lembrança q[ue] se fes a hu[m] grande monarca de nossos tempos em a maior euforia, q[ue] em m[ui]tos séculos passados se alcançou em Europa.

O dia antes de me partir desta terra beijando a mão a V[ossa] M[a]g[esta]de dei hum memorial sobre tomar por protectora e padroeira deste Reino a Conceiçam da Virgem S[enho]ra Nossa, disto dou a V[ossa] M[a]g[esta]de hu[m]a emvar (?) vezes os parabé[n]s e da sua parte sem ser profeta prometo a V[ossa] M[a]g[esta]de grandes favores do Ceo debaxo de seu amparo. No mesmo memorial disse a V[ossa] M[a]g[esta]de se lembrasse, de assim como restituira a S. Bernardo o q[ue] lhe deu o gloríssimo Rei D. Afonso Enriques, restituísse a Nossa S[enho]ra o reconhecimento q[ue] elle prometeu ter este Reino sempre a N[ossa] S[enho]ra de Claraval e porq[ue] o estar em Reino estranho poderá ser seu encoveniente, lembro a V[ossa] M[a]g[esta]de q[ue] será de grande glória da mesma S[enho]ra q[ue] V[ossa] M[a]g[esta]de lhe restitua o tributo q[ue] aquelle S[enhor] Rei lhe prometeo ou em N[ossa] S[enho]ra do Loreto, q[ue] por ser aonde viveo a S[enho]ra hé venerada e honrada com dões de todos os Reis Christãos, ou a N[ossa] S[enho]ra de Cárquere neste Reino, q[ue] hé aquella q[ue] nacendo o S[enho]r Rei D. Afonso Enriques com os pés torçidos lhos sarou, sendo menino. Pera V[ossa] M[a]g[esta]de com isto olho a sua pied[ad]e com grande penhor de ser favorecido de mais de D[eu]s, q[ue] g[uar]de a real pessoa de V[ossa] M[a]g[esta]de. Coimbra, 26 de Dez[em]bro, 644

Nuno da Cunha

Doc. 4. 18/11/1654, Évora. *Carta de Tomé Álvares Velho para D. João IV, através da qual informa o monarca do milagre que Nossa Senhora da Conceição operou em Manuel Lopes* – Lisboa, B.A., 51-IX-2, fl. 156

Pella notícia que teve o Cabido do milagre que Nossa S[e]n[hor]a da Conceição obrou em M[anu]el Lopes, dando-lhe vista nos olhos de que estava falto avia des mezes, e total[en]te desamparado dos médicos por incurável, me mandou a Villa Viçosa pera calificar o milagre, e examinar se o era; fis a diligência na dita villa, e nesta cidade consultei os médicos della. E os lentes de Theologia da Companhia, São Domingos e São Fran[cis]co como dispõem o direito canónico, e tudo junto se vio em relação pelos desembargadores della, que acentamos ser a obra verdadeiram[en]te milagrosa, e que se devia mandar publicar por tal. O Cabido a-de escrever a S[ua] M[a]g[esta]de e eu me antecipo a fazê-llo, que pois fui o que apurei esta grandeza da Conceição, me resulta confiança p[ar]a pedir a S[ua] M[a]g[esta]de se sirva mandar fazer algu[m]a demonstração de festa, pera maior honra de Deos, e da Virgem; e augmento de nossa Santa Fé. Deos g[uar]de a Real pessoa de V[ossa] Mag[esta]de &a. Évora, 18 de N[ovem]bro de 1654.

Thome Alv[are]z Velho

Doc. 5. 18/11/1654, Évora. *Segunda carta de Tomé Álvares Velho para D. João IV, através da qual informa o monarca do milagre que Nossa Senhora da Conceição operou em Manuel Lopes, pendido que se festeje publicamente o acontecimento* – Lisboa, B.A., 51-IX-2, fls. 157-157v.

A coresma pasada fui a Villa Viçosa, demandado do Cabido, calificar o milagre que Nossa S[e]n[ho]ra da Conceição obrou em dar vista a M[anu]el Lopes, fis a diligência, e nesta cidade consultei os médicos, e lentes de Theologia da Companhia, São Domingos e São Fran[cis]co, e todos acentarão que o cazo fora milagroso, e que o Cabido tinha d' obrigação de o mandar publicar, e per fim o sentenceamos por milagre a Sua Mag[esta]de e mandar-lhe ordem pera Sua Mag[esta]de o mandar publicar. E porque eu sei o quanto V[ossa] Mag[esta]de foi sempre devoto da Conceição da S[e]n[hor]a, me rezolvi a escrever esta [carta], e o faço também a Sua Mag[esta]de, dando-lhe a mesma conta. Eu pesso, encaminhe esta publicação do milagre pera que sendo possível seja no mesmo dia de Nosa S[e]n[hor]a da Conceição, que hé dia 8 do mês que vem, com algu[m]a demonstração de festa, porque o cazo merece m[ui]tas.

Quando estava em Villa Viçosa examinando esta grandeza da S[e]n[hor]a falei com o S[e]n[ho]r Deão, pedindo-lhe que estudasse hum sermão pera o dia em que se publicasse este milagre, e me respondeo que o faria se V[ossa] Mag[esta]de lho mandasse. Eu me atrevo a pedi-llo a V[ossa] Mag[esta]de porque o ouvi pregar nesta Cidade em hu[m]a profissão de hu[m]a relligioza em Santa /fol. 157v/ Mónica, e entendi que ninguém o fará com maior satisfação. A mim tem V[ossa] Mag[esta]de nesta Cidade de muito prompto pera o servir, e espero ver a V[ossa] Mag[esta]de ainda em maior altura, pello zello que sempre teve e tem do culto divino. Deos g[uar]de a S[ua] Mag[esta]de &a. Évora, 18 de N[ovem]bro de 654.

Thome Alv[are]z Velho

Doc. 6. 1679-1686, Vila Viçosa. *Inventário de bens da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, iniciado em 8 de dezembro de 1679* – Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122, fls. 1-30.

/fol. 1/

Livro do inventário dos bens móveis e demais da Comfraria de Nosa S[enho]ra da Conseiçam desta Villa Visosa, instituída pelo Serenissimo Sen[h]or El Rey Dom Joam o quarto sendo Duque de Bragança, adeministrador della, como são os sucesores da dita Casa. E em entrega q[ue] fes dos bemes (*sic*) da dita Comfraria Estevão Mendes da Silveira, tesoureiro q[ue] foi dela em os 8 dias do mês de Desembro deste anno de seiscentos e setenta e nove, dia em q[ue] se celebra a festa da dita S[enho]ra e tomarão pose os novos mordomos, juis Estevão Mascarenhas, tesoureiro Frei Fr[ancis]co d' Arruda, tesoureiro da Capella Real desta V[il]la V[i]ç[os]a escrivão eu, M[anu]el Psychoto da Rocha, emleitos por Sua Alteza q[ue] D[eu]s g[uar]de, p[ar]a premsipiarmos a servir do dito dia adiante, como consta da carta do dito S[enhor] e treslado desta, q[ue] ao diante vai escrita p[ar]a fazer este termo q[ue] tem corenta e seis folhas numeradas e rubricadas por o novo juis e por todos tres. Assinado oje, dia, mês e anno, ut supra e eu M[anu]el Psychoto da Rocha q[ue] o escrevi.

Estevão Mascarenhas

M[anu]el Psychoto da Rocha

Tes[ou]r[ei]ro Fr[ei] Fran[cis]co de Arruda

/fol. 2/

Copia da carta q[ue] o Primcepe Nosso S[enho]ro (*sic*) mandou à Mensa da Comfraria de Nosa S[enho]ra da Comseiçam desta Villa Visosa, escrita em L[i]s[bo]a a quatro de O[utu]bro de 1679 annos.

Juis e mais oficiais da Irmandade de Nosa S[enho]ra da Comseiçam de V[il]la V[i]ç[os]a, eu o Primcepe vos envio m[ui]to a saudar. P[ar]a servir de juis dessa Irmandade este anno q[ue] comesa do dia da mesma S[enho]ra da Comseiçam em diante nomeio a Estevão Mascarenhas de Br[i]to, por comfiar delle, q[ue] o faça com os aumentos de q[ue] esta Yrmandade nesecita, como convem ao serviso de Deos e meu. E p[ar]a escrivão a M[anu]el da Rocha de Carvalho e p[ar]a tesoureiro a Frei Fran[cis]co de Aruda, tesoureiro da minha capela de V[il]la V[i]ç[os]a. E assim lho emcaregareis da minha parte, dando-lhe juramento na forma costumada do comprimiso. Escrita em L[i]s[bo]a a quatro de O[utu]bro de 1679 annos.

Príncipe

/fol. 4/

Titullo das peças de uso q[ue] carregam sobre o tesoureiro Frei Fran[cis]co d' Arruda, q[ue] lhe entregou o tesoureiro passado, Estevão Mendes da Silveira

+ Hu[m] colar de peças de ouro. Este colar vai lansado no fim deste asiento.

+ Hu[m] coração liso de ouro peçeno. 1

+ Hu[m] coração com a S[enho]ra em triangolo q[ue] deu Ant[óni]o de Mello. 2

+ Hu[m] arilicário peceno com seu esmalte no pé. 3

+ Hu[m] arilicário de cristal q[ue] deu João Lopes o Mercador, com o sercullo de ouro de ouro de filigrana, com a imagem de Nosa S[enho]ra de huma parte e de outra Christo no seu nasimento. 4

+ Hu[m] cordam de ouro com o Menino Jezus com sete diamantes bachos q[ue] veio da Índia e o deu o Memino Diabo. 5

+ Hu[m]a campainha de ouro mosiso com sua cachinha de ouro, do Menino Jesus. 6

+ Hu[m]a perazinha de ouro filigrana com seu algofra no remate. 7

+ Hu[m] arelicário pequeno de ouro com tres algofres de Sam Jeronimo de hu[m]a parte. 8

+ Hu[m] arelicário pequeno de ouro com tres algofres de Sam Jeronimo de hu[m]a parte. 9

/fol. 4v/

+ Hu[m] arrilicario de ouro com a S[enho]ra da Comseçam de hu[m]a parte e da outra não se vê bem o q[ue] tem. 10

+ Hu[m] arilicario pequeno de ouro. Não tem imagem. 11

+ Hu[m]a crus de tambaqua perfumada de ouro já velha. 12

+ Hu[m]a rosa do peito com pedras brancas. 13

+ Hu[m]a jóia do peito de ouro com hu[m]a pedra verde no meio, com hu[m] aljofre por remate. Toda esmaltada. 14

+ Hu[m] coração pequenino com hu[m]a chavinha, tudo de ouro 15

15

+ Hu[m] arilicario de cristal com o Menino Jezus de hu[m]a parte, q[ue] deu a mulher de hu[m] ouvidor.	16
+ Hu[m]a gurinalda (<i>sic</i>) de esmeraldas sulcas, com hu[m]a pedra vermelha no meio. Tudo muito velho.	17
+ Hu[m] dezanario de cachimbo emcadeado em prata, com tres vornicas de prata.	18
+ Hu[m]as contas de cristal com quatorze extremos de ouro. Sem crus porq[ue] a tem de cristal.	19
/fol. 5/	
+ Hu[m]a coroa de contas, com sete extremos e crus de ouro.	20
+ Hu[m] rosário todo de cristal.	21
+ Hu[m]as contas de filigrana q[ue] paresem de ouro com hum cruseficio de ouro da crus yrmão das contas, ao quais se cimaram (?) no Castello com o vestido da S[enho]ra.	22
+ Hu[m]a coroa de contas de pau d' aguila emgrazadas em prata.	23
+ Hu[m] rozário de contas pretas emgrasadas em prata.	24
+ Hu[m] desanário de contas q[ue] se fasem na Esperança ¹⁸³⁶ .	25
+ Hu[m] rosário de conttas de cristal fino.	26
+ Hu[m]a bolazinha de cristal quebrada.	27
+ Hu[m]a arça pequena emdourada com sua chave forada de boçaxim branco, q[ue] serve dos touçados e jóias de Nosa S[enho]ra.	28

¹⁸³⁶ Referência ao Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Vila Viçosa.

Titullo da prata de Nosa S[enho]ra da Comseição, q[ue] carrega sobre o tesoureiro Frei Fran[cis]co d' Arruda, a qual lha entregou Estevão Mendes da Silveira, tesoureiro pasado

+ Duas coroas de prata sobre lavradas imperiais, com suas cruces no alto de cada hu[m]a, assim da S[enho]ra como a do Menino.

+ Mais duas coroas de prata lavradas emperiais, com suas cruces, hu[m]a da S[enho]ra e outra do Menino Jesus.

2

+ Mais outras duas coroas de prata imperiais com outo pedras, quatro verdes e quatro vermelhas a da S[enho]ra, a do Menino com seis pedras, tres verdes e tres vermelhas, q[ue] mandou à S[enho]ra Ant[óni]o d' Abreu, filho de M[anu]el d' Abreu, naturais desta V[il]la V[i]ç[osa].

3

Esta coroa abreta (sic) por sima se deu em troquo da basia q[ue] se fes p[ar]a os peditórios, a qual vai lansada no fim deste asento

+ Mais hu[m]a coroa de prata lisa sem ser imperial.

4

=Rocha=

+ Duas luas de prata com os letreiros da Comseição.

5

+ Hu[m] calis de pratta sobre dourado, com sua patena funda.

6

+ Hum tribolo de prata com naveta e culher.

7

+ Hu[m]a crus de prata com a imagem de Nosa S[enho]ra dentro do pé da mesma crus.

8

/fol. 6v/

- + Seis castisais grandes de prata lavrada, q[ue] servem no altar. 9
- + Hu[m]as galhetas de pratta liza com seu prato, tudo de prata. 10
- + Hu[m]a alampada de pratta com quatro balaustres q[ue] lhe deu João de To[v]ar Caminha. 11
- + Hu[m]a alampada de prata com quatro balaustres, q[ue] lhe deu Simão Antunes estando em Flandres. 12
- + Mais hu[m]a alampada de prata com seis balaustres, q[ue] lhe deu o Duque de Bragança Nosso S[enho]r. 13
- + Mais hu[m]a alampada de prata q[ue] deu M[anu]el Fran[cis]co, sobrinho do grande Simão Antunes, estando em Flandres. Tem sinco balaustres. 14
- Sinete
- + Hu[m] sinete de pratta com a imagem de Nosa S[enho]ra da Comseçam no cabo de pao, q[ue] está em poder de mim, escrivão. 15
- + Hu[m] cordão de prata de freira, q[ue] tem em sim (*sic*) a S[enho]ra. 16
- + Hu[m]a basia q[ue] se mandou fazer p[ara] os peditórios dos sabbados, a qual tem de pezo marco e meio e duas oitavas. 17
- + Mais quatro castisais pecenos de parta (*sic*) q[ue] se fizerão no anno de 681, q[ue] serve[m] diante da grade de Nosa S[enho]ra. Os quais com feitio e pezo custarão trinta e quatro mil rés, 34000 mil rés, e os fes o ourives Ant[óni]o de Matos, m[orad]or nesta V[il]la. 18

/fol. 7/

Aos quinse dias do mês de Maio de mil e seissentos e oitenta e tres anos tomou entrege o novo tez[ourei]ro, o P[adr]e Paullo Correa Velho, das dezasete peças escritas nas dezasete adisonis escritas na folha atras. A qual parte lhe entregou Ant[óni]o de Andrade d' Arruda, irmão de Frei Fran[cis]co d' Arruda q[ue] De[o]s tem, tes[ourei]ro q[ue] foi da dita Confr[ari]a. E declaro q[ue] não recebeo a coroa abreta (*sic*) porquanto se fes della a bacia p[ar]a os peditórios dos sabbados, a qual bacis se fez no anno de 1680. E de como as dita dezasete adisonis recebeo, asinou aqui commigo, escrivão da dita confr[ari]a. Dia, mês e ano ut de supra.

Paulo Correa Velho

M[anu]el Peichoto da Rocha

Recebeo mais o dito tez[ourei]ro hu[m]a alampada de prata com quatro balaustres, q[ue] hé a que está no meio das outras quatro. A qual mandou fazer Estevão M[en]des da Silveira, sendo tez[ourei]ro da dita Conf[ari]a.

R[ecebeu] mais o dito tez[ourei]ro dois castiçais de pratta q[ue] servem no caxão e caxinha desta Confr[ari]a. Os quais se fizerão no anno de 1683 e tem

/fol. 7v/

E tem de pezo vinte e tres mil e quatrosentos rés.

R[ecebeu] mais o dito tez[ourei]ro quatro castisais meios emperiais, q[ue] servem no altar da S[enho]ra. Os quais se fizerão no anno de 1683 e tem de pezo quorenta e dois mil e trzentos rés.

R[ecebeu] mais o dito tez[ourei]ro hu[m]a campainha de prata q[ue] se fez no anno de 1684, p[ar]a servir as missas desta confr[ari]a, e tem de pezo sete mil e seiscentos e sinquenta. E a dita campainha se fes dos custos q[ue] pagarão o P[ri]or e Benificiados, da demanda q[ue] tiverão com esta Conf[rari]a sobre as festas.

/fol. 8/

Tittulo dos vestidos de Nosa S[enho]ra da Comseição q[ue] carregão sobre o tesoureiro Frei Fran[cis]co d' Aruda, os quais lhe entregou o tesoureiro pasado, Estevão Mendes da Silveira

Hu[m] vestido de chamalote azul com passamanes de ouro de Milam forado de tafeta amarelo, com vaqueiro do mesmo vestido e foro do Menino Jesus.

1

Hu[m] vestido de tella azul granesido de prata com hu[m] vaqueiro de damasco azul, granesido da mesma prata.

2

Hu[m] vestido de tella alaranjada, granesido de prata sobre seguilha de sitim prado e a vasquinha com duas brodaduras de ouro e prata sobre veludo negro.

3

Hu[m] vestido de chamalote de ouro e branco emprensado com renda de ouro sobre sitim prado, com quapinha do mesmo, do Menino Jesus.

4

Hu[m] vestido de tella primavera, brodado sobre sitim cramesim, com quapinha do mesmo, do Menino Jesus.

5

Hu[m] vestido de damasquo branco com passamanes de ouro de Milam e mourinilhos de ouro na saia, forado de bocaichim branco.	6
Este vestido, por já não servir a Nosa S[enho]ra, se deu a S[an]ta C[a]ta[rina] de Pardais este anno de 1686	7
Rocha	Digo Nosa S[enho]ra do Rozario de S[an]ta C[a]t[arin]a de Pardais
/fol. 8v/	
Hu[m] vestido de sitim branco empremsado e picado, forado de tafeta branco e granesido de passamanes de ouro, com vaqueiro do Menino Jesus do mesmo.	8
Hu[m] vestido de tella cramisim e ouro forado de tafeta azul na vasquinha nove galois de ouro.	9
Hu[m] vestido de tella branca com flores rochas, tres passamanes de prata estreitos e dois de ouro largos, forado de tafeta amarelo.	10
Hu[m]a vasquinha de tella emcarnada uzada, com tres bandas brodadas sobre veludo cramizim.	11
Hu[m] vaqueiro de sitim branco avelhutado com passamanes de ouro, q[ue] hé do Menino Jesus.	12
Hu[m] vaqueiro de tella alaranjada, q[ue] dis com o vestido de Nosa S[enho]ra.	13
Hu[m] manto de Nosa S[enho]ra de flores de llis branco, com renda de ouro.	14
Hu[m] manto de damasco azul e flores brancas com renda de prata, irmão do vestido q[ue] deu o S[enho]ro Alechandre.	15
Hu[m] mantto de chamalote de ouro azul com passamane de ouro, forado de tafeta amarelo, irmão dum vestido da S[enho]ra.	16
/fol. 9/	
Hu[m] manto novo de chamalote emcarnado de ouro com renda grande de prata no meio, forado de tafeta amarello, que dizem o derão a Nosa S[enho]ra por voto.	17
Hu[m] manto de sitim amarello picado, forado de tafeta azul, com hu[m]a bara de ouro falso.	18

Este manto mandou Hu[m] manto de cama branca com hu[m]a granisão 19
 buscar S[u]a de renda de prata e ouro q[ue] lho deu M[anu]el
 Mag[esta]de q[ue] Lopes, almocharife.
 De[u]s g[uar]de p[ar]a
 a Rainha q[ue] De[u]s
 tem.

Rocha

- Hu[m] manto de cama cor de roza sépia forado de tafeta azul, granesido com 20
 renda de prata.
- Hu[m] vaqueiro de sitim cramizim aberto com rede de prata já uzada, 21
 granesido do Minino Jesus.
- Hu[m] vaqueiro de telilha encarnada, forado de tafeta azul do Menino Jesus. 22
- Hu[m] vaqueiro de primavera branca vermelha, forado de tafeta verde do 23
 Menino Jesus.
- Hu[ma] quapinha de tella azull, forada de tafeta amarello, com mourinilho de 24
 ouro, do Menino Jesus.
- Hu[ma] arquá empenada q[ue] serve dos vestidos de Nosa S[enho]ra, forada 25
 de bocaxim vermelho, com duas fechaduras e ferragem ordinária, com hu[m]a
 só chave.

/fol. 9v/

Aos quinze dias do mês de Maio de 1683 annos fes entrega Ant[óni]o de Andrade d'
 Aruda, irmão de Frei Fra[ncis]co d' Aruda q[ue] De[o]s tem, tez[ourei]ro q[ue] foi desta
 Confr[ari]a, ao novo tez[ourei]ro, o P[adr]e Paulo Correa Velho, das couzas escritas nas
 vinte e quatro adisonis escritas nas folhas atras e lhe não emtregou o vestido branco, q[ue]
 tem a declaração à margem. Se deu a Nosa S[enho]ra das M[erc]es por já não servir à
 S[enho]ra e de como recebeo asinou aqui comigo, escrivão da dita Confr[ari]a, em dia,
 mês e anno ut de supra.

M[anu]el Peichotto da Rocha

+

R[ecebeu] mais o dito tez[ourei]ro hu[m] manto de tela azul
 com flores de ouro granecido de rengalho de ouro e prata,
 forado de tafeta azul, q[ue] mandou S[u]a Mag[esta]de q[ue]
 De[u]s g[uar]de, por obra do q[ue] tem a declaração à
 margem.

R[ecebeu] mais o dito tez[ourei]ro outro manto de tella
 branca com flores d' ouro guarneido com remgalho de
 ouro, forado de tafeta branco, q[ue] mandou S[u]a

Mag[esta]de q[ue] De[u]s g[uar]de, em recompemça do manto branco q[ue] fica atras com a declaração à marge.

Paulo Correa Velho

/fol. 11/

Titulo dos ornamentos que serve[m] no altar de Nosa S[enho]ra da Comseição, os quais carregam sobre o tesoureiro, Frei Fran[cis]co d' Aruda & lhos entregou o tesoureiro pasado, Estevão Mendes da Silveira

Hu[m] ornamento novo de tella branca e cramizim repassada de ouro frontal, quasula com suas dalmaticas e pano de plupito (*sic*) e mangua de crus e pano de estante pequeno, tudo forado de tafeta cramizim, e veo de hombros de jasmim branco com renda de ouro, veo de qualis do mesmo jasmim e bolsa de qualis e quapa d' asperges, tudo granisido de franja de ouro.

Qual ornam[en]to se fes por ordem do secretário Ant[óni]o Cavide e S[ua] Mag[esta]de El Rei Dom João, q[ue] Santa Gloria aja, deu de esmola sem mil rés p[ar]a ajuda deste ornam[en]to. E asim mais oitenta mil rés das ofertas q[ue] fazia em cada hu[m] anno na sua Real Capella de L[i]s[bo]a, forão dos anos de 662, 663, 664, 665¹⁸³⁷.

1

Hu[m] ornam[en]to de sitim branco com granisão bordada na Índia, com frontal e dalmáticas, com quapa d' aspreges.

2

Hu[m] ornam[en]to de damasco branco, granesido de veludo cramizim brodado de ouro, forado de tafeta cramizim, com dalmáticas do mesmo. E este ornam[en]to hé o q[ue] tem as images de Nosa S[enho]ra nas costas da cazulla e dalmáticas.

3

/fol. 11/

Hu[m] frontal e pano de plupito de damasco branco, com sanefas de tella amarella e franja de ouro e retros.

4

Hu[m] frontal de damasco branco de flores, franjado de retros vermelho e branco.

5

¹⁸³⁷ Acreditamos tratar-se de um equívoco da parte de Manuel Peixoto da Rocha, pois nos referidos anos D. João IV já não vivia. Reinava então o seu filho D. Afonso VI.

Hu[m] frontalinho de veludo cramezim da pianha de S. Joaquim, alcachofrado de tella amarella, brodado (<i>sic</i>) de ouro.	6
Hu[m] pano de estante de damasco branco, som sanefas de bordado.	7
Hu[m] pano de estante parteado de tafeta azul e amarelo, com franja das mesmas cores.	8
Hu[m]a cazula de lhama branca, franjada com franja de ouro.	9
Hu[m]a manga de crus floreada de várias cores.	10
Hu[m]a manga de crus de damasco branco, com franja de retros de várias cores.	11
Hu[m]a cazula de tafeta de cor branca com duas dalmáticas.	12
Hu[m]a cazula de damasco branco de flores, granesida com franja de retros branco e vermelho.	13
/fol. 12/	
Hu[m]a capa d' aspregues de damasco branco já usada, com granisão de veludo cramizim brodado de cordão branco.	14
Dois veos de callis brancos com granisão e renda de ouro.	15
Hu[m]as cortinas grandes de damasco cramizim com fraja (<i>sic</i>) de ouro, q[ue] servem no retabolo do altar mor.	16
Hu[m]as cortinas de pano de linho grandes, q[ue] servem no retabolo do altar mor.	17
Hu[m]as cortinas pecenas de tafeta amarelo já velhas.	18
Hu[m]as cortinas de tafeta verde já velhas.	19
Quatro pares de cortinas de tafeta de várias cores, q[ue] servem nas imagens q[ue] estão no cacham e caxa das esmolos de Nosa S[enho]ra.	20
Hu[m] pano azul de tafeta q[ue] foi veo de honbros.	21
Des alvas de pano de linho, algumas uzadas.	22
Tres amitos e tres cordois.	23
Hu[m] misal grande q[ue] serve nas miças de Nosa S[enho]ra q[ue] já não tem as brochas de prata, só tem as presilhas.	24

/fol. 12v/

Duas toalhas de pano de linho do altar 25

Hu[m] pano azul com granisção de veludo preto, com q[ue] se cobre o cacham dos mordomos, com cobertura com q[ue] se cobre o dito pano de bocaxim verde 26

Dois castisais de estanho hordinarios. 27

/fol. 25/

Titalo dos foros de d[inhei]ro q[ue] pagam à Comfr[ari]a de Nosa S[enho]ra da Comseição desta V[il]a V[i]ç[os]a

Foros de S. João

Este foro consta do Donna C[atari]na de Matos, moradora em tombo a f[o]l[ha] 62 Lisboa, paga oitocentos e sincoenta rés como pesuidora da capella de João Mendes Sepa. Paga por ella como sua procuradora. Oje este foro [é de] Izabel Visente. 850

Este foro consta a A M[adr]e Soror Marianna dos Martiris, f[ei]ra folhas do tombo – 57 no Convento de Santa Crus, paga a esta Santa Comfr[ari]a em cada hu[m] anno quinhentos rés, como pesuidora da Horta da Fadraga. 500

Lionardo Mendes d' Almeida paga a esta Comfraria duzentos e trinta rés, como pesuidor da Horta de Val de Moreno. Paga oje este foro, como seu porcurador, Miguel Ramalho. 230

M[anu]el João, f[ilh]o de Gaspar João, q[ue] morou em Pexinhos, paga em cada hu[m] anno a esta Santa Confr[ari]a de foro duzentos rés do olival q[ue] comprou ao f[ilh]o q[ue] foi de do S[enho]r (?) Sebastiam Vas Almirante, o qual foi Fernão Mu[ra]es. 200

Os erdeiros de Fran[cis]co Ro[dr]i[gue]z Prado, moradores na V[il]a de Évora Monte, paga em cada hu[m] anno corenta e sinco rés de foro, como pesuidores das cazas da Rua dos Fidalgos. 045

/fol. 25v/

Este foro consta do A mulher de Jeronimo Pires q[ue] foi quartel tombo a f[o]l[ha] 62 mestre, paga em cada hu[m] anno des rés de foro, como pesuidora da Horta do Carvalho,

q[ue] está indo por a Portella d' Évora asima a
mão direita.

0010

/fol. 28/

Titulho dos foros de trigo q[ue] pagam em Agosto q[ue] se pagam à Confraria de Nossa Senhora da Conceição de V[il]a V[i]ç[os]a¹⁸³⁸

Agosto	Dom João Ma[u]r[i]c[i]o [...] paga cada hu[m]	
Este foro consta a	anno de foro como erdeiro de M[aria]	
folhas do tombo 19	Alquaforada, trinta alqueires de trigo anafil, posto em caza do mordomo.	30 a[lqueires]

S[anta] M[aria] d'	Dinis de Mello de Castro paga em cada hu[m]	
Agosto	anno sincoenta e seis alqueires de trigo anafil, como pesuidor das courelas [...], postos em caza do mordomo.	56 a[lqueires]

S[ant]a M[aria] de	Dinis de Mello de Castro paga em cada hu[m]	Este foro dos 6
Agosto	anno seis alqueires e meio de trigo anafil de	a[alqueires e m[eio]
Este foro consta do	foro pelos erdeiros de Mariena F[e]r[nand]iz e	paga hoje o Conde
tombo a folhas – 38 –	como pesuidor do termo da erdade q[ue]	das Galveas,
	deixou Diogo Mendes, q[ue] oje chamão do	P[edro] de Mello de
	Fa[talhão], q[ue] erdou de seu sogro André	Castro, pello terço
	Mendes Lobo, postos em caza do mordomo.	do oytavo q[ue] esta
		Confr[aria] tem na
		Erdade do Fatalhão
		q[ue] hé de onde se
		paga o dito foro
		asima ¹⁸³⁹ .
		06 ² a[lqueires]

S[anta] M[aria] de	João Mendes de Barbadilha, f[ilh]o de Diogo	
Agosto	de Sousa Valadares, morador na Villa de	
	Setuval, paga em cada hu[m] anno quatorze	
	alqueires de trigo anafil de foro, posto em	
	caza do mordomo da S[enho]ra, da Herdade	
	da Marinela.	14 a[lqueires]

¹⁸³⁸ Por os fólhos 28 e 28v se encontrarem com diversas manchas, muito provavelmente de água, a leitura dos itens referentes ao foros do trigo pode levantar algumas dúvidas.

¹⁸³⁹ Esta anotação à margem foi redigida posteriormente, pois a caligrafia é a do padre Amador Monteiro de Sá.

S[anta] M[ari]a de Agosto Os erdeiros de Ant[óni]o de Oliveira pagão em cada hu[m] anno sete alqueires de trigo anafil de foro, postos em caza do mordomo, da sua Erdade do Guavião, q[ue] foi de Ant[óni]o de Quavide.

07 a[lqueires]

Digo sete alqueires e hu[m]a quarta de trigo.

S[ant]a M[ari]a de Agosto Este foro consta do tombo a folhas 68 Estevão Mascarenhas da Gama paga em cada hu[m] anno sinco alqueires de trigo anafil de foro, posto em caza do mordomo, pela courella de terza q[ue] comprou ao Capp[i]tam João de Oliveira Delgado, q[ue] parte com Herdade de Estevão Mascarenhas e Capelinha.

05 a[lqueires]

Tem esta Santa Comfraria na Erdade dos Frades de Santo Algotinho, q[ue] está no termo de Juremenha, o dozam do q[ue] render a dita erdade toda, q[ue] lhe deixou Gonsalo Gomes clérigo. Deste dozam se há-de mandar dizer duas partes em miças pela sua alma e o mais hé p[ar]a a Comfraria.

/fol. 29/

+

Esta renda outra da Erdade das Cardeiras q[ue] está no termo de Jumenha (*sic*), q[ue] deixou o P[adr]e Gonsallo Gomes, se lhe há-de mandar dizer hu[m] trintário de missas cada hu[m] anno, como consta no tombo a folhas 54. E não as duas partes do q[ue] render o dito quinhão, por quanto agora vi no tombo, o q[ue] á-de ser direitam[en]te.

/fol. 30/

Recebeo o tez[ourei]ro Paulo Correa Velho humas grades q[ue] S[u]a Mag[esta]de q[ue] Deos g[uar]de mandou p[ar]a a Igr[e]ja do cruseiro de Nosa S[enho]ra da Comseipção desta V[il]la V[i]ç[os]a por dilligencias q[ue] é a peditórios dos irmãos desta Confr[ari]a, as quais constão de sento e setenta balaustres, com sete pesas de latão cada hum.

Sento e setenta maçanetas redondas, com quatro pesas de latão cada hu[m]a.

Vinte maçanetas quadradas, com des pesas de latão cada hu[m]a.

Tres trafeiras douradas com tres chaves.

Sento e trinta trajas largas dos frichais.

Sento e quorenta e sinquo das pecenas da soleira.

Vinte pilares de pedra preta.

Sento e sincoenta plamos de prichal, com suas soleiras e gulas.

E as ditas grades assentadas com parafusos e machos e fêmeas e tudo o q[ue] se ouve mister foi por conta de S[u]a Mag[esta]de q[ue] De[u]s g[uar]de. E declara q[ue] fiquarão no caxão desta Confr[ari]a, numa gaveta, dois balaustres e quatro maçanetas, duas coadradas e duas redondas e algu[m]as

/fol. 30v/

E algu[m]as trajas largas e pecenas e o oficial q[ue] veio asentar as ditas grades foi o marsineiro do passo Ant[óni]o Duarte, por mandado do dito S[enho]r, ao qual pasamos conhesim[en]to em forma da dita receita e p[ar]a todo o tempo constar do sobredito fis este tremo (*sic*) como escrivão q[ue] sou da dita Confr[ari]a por S[u]a Mag[estad]de q[ue] De[u]s g[uar]de, q[ue] assinei com o dito tes[ourei]ro. V[il]a V[i]ç[os]a oje, 28 de Desembro de 1686.

Paulo Correa Velho

M[anu]el Peichoto da Rocha

Doc. 7. 21/07/1693, Vila Viçosa. *Cópia da carta de D. Pedro II aos oficiais da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, ordenando a criação de estatutos* – Vila Viçosa, A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 122¹⁸⁴⁰.

/fol. 1/¹⁸⁴¹

Cópia da Carta q[ue] mandou El Rey N[osso] Senhor para se fazer o compr[omi]sso da Confr[ari]a de N[ossa] S[enho]ra da Concepsão desta V[il]a V[i]ç[os]a

Dom Pedro, Por graça de Deos Rey de Portugal e do Algarvez d' Aquém e d' Além mar em África, S[enh]or de Guiné etc^a. Fasso saber a vós, ouv[i]dor da Com[ar]ca de V[il]a V[i]ç[os]a q[ue] havendo respeito ao q[ue] por sua petição me representarão o Juiz e Escrivão e Thesour[ei]ro da Confr[ari]a de N[ossa] S[enho]ra da Concepsão, cita na Igr[e]ja Matris de desta V[il]a, q[ue] hé da minha immediata proteção, p[ar]a feito das vexações q[ue] lhes fazião assim os comfrades da Confr[ari]a dos Escravos, como o visitador eclesiástico, à contemplação destes, prohibindo-lhes o venderem medidas e pedirem esmollas com taboletta. É isto o q[ue] sobre este p[ro]curador me alegarão e constou da informação q[ue] mandei tirar pello Provedor da Com[ar]ca de Évora e a resposta q[ue] deu o meu Procurador da Coroa, sendo ouvido. Hey por bem e vos mando q[ue] com todas as forsas façaes comservar /fol. 1v/ comservar esta Confr[ari]a na posse e uso em q[ue] está de vender as suas medidas e pedir esmollas com taboleta, não som[en]te porq[ue] assim lhe está yulgadom mas porq[ue] se dizer [...] lho tendo

¹⁸⁴⁰ Esta carta trata-se de uma folha solta, inserida no inventário de bens, iniciado em 1679. Apesar de nos servirmos do Cód. 122 para referência, consideramos este documento independente do inventário.

¹⁸⁴¹ A carta não se encontra numerada, pelo o que a atribuição dos fólhos é da nossa inteira responsabilidade.

comsedido por meu Alvará. E para esta comservação procedereis com todos os meyo da
 yustiça e muyto mais intrepidam[en]te comtra os da outra Confr[ari]a dos Escravos, com
 q[uan]to os d[i]tos off[ici]aes da Confr[ari]a de N[ossa] S[enho]ra da Conceypção
 também me reperzentarão q[ue] se perdera o Compromisso e Regim[en]to por honde se
 governava, lhe ordenareis q[ue] sobre sy o fação. E feito elle mo remettão para lho
 comfirmar em tudo o q[ue] for yusto, e não se ofender o serviço de Deos, e bem do Reyno.

El Rey N[osso] S[enh]or o mandou por seu especial mandado pelos doutores João de
 Azevedo e Braz Rib[ei]ro da Afonseca, ambos do seu Comselho e seus
 Dez[embargado]res do Paço. Thomaz da Sylva a fes em L[i]s[bo]a aos vinte e sete de
 Julho de mil e seissentos e noventa. Fr[ancis]co P[erei]ra Castello Br[an]co e fes escrever
 João de Azevedo Brás Rib[ei]ro de Afonseca. Por rezulusão de Sua Mag[esta]de de vinte
 e hum de Julho de mil e seissentos e noventa e trez, em comsulta do Dezembargo do
 Passo.

Doc. 8. 1719-1740, Vila Viçosa. *Inventário de bens da Régia Confraria de Nossa Senhora
 da Conceição de Vila Viçosa, inciado em 1 de novembro de 1719* – Vila Viçosa,
 A.P.I.M.V.V., Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 123.

/fol. 2/

Inventario dos vestidos e jóiaz de N[ossa] S[enho]ra da Conceyção desta Villa Vic[os]a
 de q[ue] se me fes entrega por ordem da Meza O escrivão della Luiz Antonio de Mello
 em o pr[imeir]o de Novembro de 1719. Como Thesour[eir]o q[ue] sou da Confr[ari]a da
 mesma S[enhor]a E assim mais p[ar]a constar e se saber com clareza as rendas q[ue] tem
 a d[i]ta Confr[ari]a as[s]im de dinheiro como de trigo az[ei]te foros e juros. Fez também
 de tudo q[ue] de prez[en]te se conhece e cobra dos rend[ei]ros. O Invent[á]r[i]o seguinte
 E das coroas e de toda a mais pratta q[ue] tem a d[i]ta S[enho]ra de seu uzo e dos
 ornamentos e de tudo o mais q[ue] tem e pesue a ditta Confr[ari]a.

/fol. 3/

Titallo dos vestidos de q[ue] se me fez entrega

Estou entregue de hum vestido branco de primavera atellada com seus ramos de ouro
 com manto da mesma guarnecido tudo com rengalhos de ouro.

Vestido de tella verde	Maiz de outro vestido de tella verde com manto do mesmo guarnecido ao redor com hũ regalho [sic] de ouro.	Este serve de prez[en]te a S[enho]ra
------------------------	---	--------------------------------------

Vestido de borcado [sic] azul	Maiz de outro vestido de borcado [sic] azul com seu manto do mesmo guarnecido tudo de rengalho de ouro e prata.	Este serve de prez[en]te a S[enho]ra
-------------------------------	---	--------------------------------------

Vestido de tella azul Maiz de outro vestido de tella azul viado sem manto forrado de tafetta amarello o qual vestido sendo completo de tudo deu o s[enho]r D. Alexandre a N[ossa] S[enho]ra em 28 de Dez[em]bro de 1632. Mas hoje só existe o vestido acima declarado e q[ue] se me entregou.

/fol 3v/

Cujo manto se deu por Ordem da Meza a D. M[ari]a Ant[óni]a, m[ulhe]r de Rodrig[o] de Souza Maiz de outro vestido branco de primavera com suas flores emcarnadas e verdes sem guarnição e com manto do mesmo.

O mais q[ue] ficou pert[encente] ao d[ito] vestido se deu por ordem da Meza a Ant[óni]o M[anu]el de Souza p[ar]a hu[m]a S[enho]ra.

Maiz de outro vestido vermelho com seus passamanes bem uzado e q[ue] já se não veste a S[enho]ra e tambem sem manto. E serve a S[enho]ra por bacho do [sic] vestidos ricos

Tudo isto se deu por ordem da Meza a M[adr]e So[ror] Julianna de S[ant]o Antonio do Conv[ent]o de S[ant]a Crus p[ar]a fazer hu[m] vestido a hu[m]a S[enho]ra e tambem levou o vestedinho do menino Jezus do mesmo. Maiz de outro vestido amarello de seda m[ui]to antiga e bem uzado menos a saia q[ue] a não tem nem manto.

/fol. 4/

A saia está servindo a S[enho]ra q[ue] he a q[ue] tem debacho do vestido Maiz de outro vestido de primavera verde sem guarnição nem manto.

Vestido de chamalote emcarnado de prata	Maiz de outro vestido de chamalote de prata emcarnado com seu manto guarnecido tudo de galões de prata q[eu] a Confr[ari]a comprou a S[enho]ra no anno de 1720.	Este serve de prez[en]te a S[enho]ra
---	---	--------------------------------------

Manto de sitim azul e berne bordado de ouro e prata	Maiz de outro Manto de setim azul e emcarnado berne todo bordado de prata e ouro de hu[m]a p[ar]te e outra.	Este está servindo de prez[en]te a S[enho]ra com o mais que lhe deu D. Constança
---	---	--

Vestido do Menino Jezus	Maiz de trez vestidinhos do Menino da S[enho]ra.
-------------------------	--

/fl. 4v/

Veo de hombros	Maiz de hum veo de hombros de damasco Branco em bom uso.	Este serve de prez[en]te
----------------	--	--------------------------

Estes se gastarão por descurço do tempo	Maiz de três veos de calis com suas cruces no meio.
---	---

Estes se fizeram em veos de Caliz	Maiz de dois côvados de lô branco.
-----------------------------------	------------------------------------

Veo de hombros de tella Br[an]ca	Maiz de hum veo de hombros de tella Branca forrado de emcarnado Digo de chamalote de prata branco.	Este serve de prez[en]te
----------------------------------	--	--------------------------

Destes 32 côv[ad]os se gastarão 20 em hu[m] frontal e em hu[m] livro e veo de caliz e os 22 q[ue] ficão se venderão a 960 cada cô[vad]o por ser de má cor	Maiz de trinta e dois côv[ad]os de damasco azul e com seus ramos gemados.
---	---

Almofadinhas	Mais de seis almofadinhas de tafetta azul.
--------------	--

/fol. 5

Não estou entregue de outro vestido de primavera emcarnada com seus Ramos de prata e rengalho do mesmo. O qual deu a S[enho]ra D. Maria de Mello Corte Real filha do Conde das Galveas q[ue] por hora está em caza da Aia da mesma S[enho]ra a S[enho]ra D[on]a Phellipa de Sande Corte Real remetido pella Irmandade dos Escravos e esta mo entregou p[ar]a se arrecadar com os mais e está servindo a S[enho]ra.

Toalhas do altar		Mas sim estou entregue de duas toalhas com q[ue] se compõem a S[enho]ra quaes fes hu[m]a a Confr[ari]a e a outra se deu de esmola.	Estaz servem de prez[en]te a S[enho]ra
------------------	--	--	--

Camizas Men[in]o	do	Maiz estou entregue de duaz camisinhas do Menino.	
---------------------	----	---	--

Camiza Men[in]o	do	Maiz de outra camezinha do mesmo Menino rica e arendada toda de rendas finas.	Esta serve de presente ao Men[in]o
--------------------	----	---	------------------------------------

/fol. 5v/

Vestido de chamalote de prata Br[na]ca	de	Maiz estou entregue de hum vestido de chamalote de prata branco guarnecido de rendas de ouro q[ue] a Confr[ari]a comprou a S[enho]ra neste anno de 720 e tem tambem manto do mesmo guarnecido da mesma renda de ouro pella diant[ei]ra.	Este serve de presente a S[enho]ra
---	----	---	------------------------------------

/fol. 8/

Titalo das quartinaz de q[ue] se me fez entrega

Quartinas borcado [sic] azul	de	Maiz se me fez entrega de humas quartinhas com seu [sic] sanefa de borcado [sic] azul huarneçadas com franja de ouro.	Estas servem de prez[en]te a S[enho]ra
---------------------------------	----	---	--

Quartinas de chamalote de prata emcarnado	de	Mas de outraz quartinaz com sua sanefa de chamalote de prata emcarnado com sua franja de prata as quaes deu de esmola a N[ossa] S[enho]ra D. Guimar [sic] M[ari]a Ramualda da Cidade de Elvas.	Estas servem de prez[en]te a S[enho]ra
--	----	--	--

Quartinas primavera verde	de	Maiz de outras quartinaz de primavera verde e sanefa com seus ramos de prata e ouro.	Estas servem de prez[en]te a S[enho]ra
------------------------------	----	--	--

/fol. 8v/

Quartinas primavera emcarnadas	de	Mais de outras quartinhas emcarnadas com sua sanefa com hu[m] rengalho de ouro já uzadas.	
--------------------------------------	----	---	--

Quartinas primavera brancas	de	Mais de outraz quartinaz de primavera branca com seus ramos verdes e vermelhos sem guarnição e com bastante uso.	Estas serve[m] de presente a S[enho]ra
--------------------------------	----	--	--

/fol. 9/

Quartinas de pano de linho do retabolo	Maiz de outraz quartinhas gr[an]des de pano de linho com sua sanefa do mesmo retabollo da S[enho]ra.	Estas também serve[m] no mesmo retabollo de prez[en]te
Quartinas de damasco azul	Maiz de outras quartinaz de damasco azul com seus ramos gemados e com sua sanefa com as armas reaes no m[ei]o.	Estas serve[m] continuadam[em]te no trono da S[enho]ra

fol. 11/

Titalo das yoiáz de q[ue] se me fez entrega

Estou entregue de huma jóia com seu laço tudo de ouro e de filigrana.

Este se vendeo e Maiz de hum menino de ouro pequeno.
tinha de pezo 1740

Tambem se vendeo Maiz de hum coração de ouro com hu[m] laço do mesmo.
este p[ar]a se
comprar o Alfinete
p[ar]a o toucado da
S[enho]ra por ordem
da Meza de q[ue] vay
lançado na D. G.al
(?) a f[o]l[ha] 35 do
l[ivro] da Confr[ari]a

Maiz de hum laço de ouro com hum coração com hu[m]a pedra verde.

Maiz de dois corações de ouro.

/fol. 11v/

Cordão de ouro	Maiz de hum cordão de ouro pequeno.	Este serve de presente no ornato da S[enho]ra
Colar de ouro	Mais de huma cadeia ô colar de ouro de setenta e sete peças esmaltadaz.	Serve também de presente no ornato da S[enho]ra
Coração de ouro	Maiz de hum coração de ouro com sua pedra vermelha.	
Joya de ouro com a S[enho]ra da Conceição em triangollo	Maiz de huma S[enho]ra da Conceição com seis pedras brancas metida em hum triangolo de ouro.	

/fol. 12/

Jóia de ouro de filigrana	Maiz de hu[m]a jóia com seu laço de ouro de filigrana (<i>sic</i>) de bom tamanho aljofrada.	Esta serve de prez[en]te a S[enho]ra
Jóia de diam[an]tes	Maiz de outra jóia de diam[an]tes mais pequena com seu laço também a modo de coroa com q[ue] se compõem as comtas da mesa S[enho]ra.	Esta serve de prez[en]te a S[enho]ra
Jóia com hu[m]a filigrana de ouro ao redor	Maiz de hu[m]a jóia com dois cristaes grandes com hu[m]a sercadura de filigrana (<i>sic</i>) de ouro toda em redondo.	Esta serve de prez[en]te a S[enho]ra

/fol. 12v/

Jóia de filigrana de ouro	Maiz de hu[m]a jóia redonda pequena com hu[m] laço grande de filigrana de ouro.	
Menino Jesus de Ouro	Mais de hum Menino Jezus de ouro com sete pedras.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
Jóia de cristal com sua filigrana ao redor	Maiz de hu[m]a jóia de Cristal com sua filigrana a roda com dezacete pedras azuis.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
Campainha de ouro	Maiz de hu[m]a campainha de ouro com sua cadeia do mesmo q[ue] continuadam[en]te serve de ornato ao Menino.	Serve de prez[en]te de compostura ao Menino da S[enho]ra

/fol. 13/

Pilicano de ouro	Maiz de hum Pilicano de ouro com dois rubis e hum aljofre.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra e ao Menino
Relicario de ouro	Maiz de hum relicário de ouro pequeno com seu aljofar.	Serve de prez[en]te a Senhora
Tremola de ouro com seus diam[an]tes	Maiz de hu[m]a tremola a modo de Maripouza guarnecida com suas lascas de diam[an]tes.	Serve de prez[en]te a Senhora
Tremolla de diam[an]tes e rubis	Maiz de outra tremola de diamantes e rubiz.	Serve de prez[en]te a Senhora

/fol. 13v/

Tremolla de ouro em flor de larang[e]ira com seus rubis	Maiz de outra tremola de ouro em flor de lorangeyra de diamantes e rubis guarnesida com menos hu[m]a folha.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
---	---	---------------------------------

Tremolla de prata sobredoyrada com suas pedras e diam[na]tes	Maiz de outra tremola o alfenete de prata sobredoyrado com hu[m] diamante no meio e outros q[ue] tem pequenos na folhage[m] verde e branca o qual alfenete se comprou por ordem da Meza por moeda e m[ei]a na f[ei]ra de Jan[ei]ro de 720.	
Jóia de filigrana de ouro	Maiz de hu[m]a jóia de filagrana com doiz laços com sete esmeraldas.	Serve de prez[en]te a Senhora

/fol. 14/

Maiz de hum Menino Jezus de ouro com três aljofres.

Intecedentem[en]te
se tinha dado a
N[ossa] S[enho]ra
2400 [réis] de esmola
p[ar]a cera a
S[enhora] D.
Co[n]stança os quaes
vão carregados no
L[ivr]o da
Confr[ari]a a fl.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra D. Co[n]stança Luiza Paim	Maiz estou entregue de hu[m]a Pluma de diamantes e rubiz de admiravel feitio q[ue] deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra em 25 de Mayo de 721 a S[enho]ra D. Co[n]stança mulher do S[enho]r D. João Diogo de Ataíde o qual governava as armas desta Provincia de Alemtejo no d[i]to tempo c[om] a tal Pluma se ornou logo com ella a toalha da mesma S[enho]ra a renda se acha de prez[en]te.
---	--

Laço de ouro com seu Menino Jesus	Maiz estou entregue de hu[m] laço de ouro de filagrana e hu[m] Menino Jesus com seus esmaltes ao redor q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra hum devoto em 8 de Julho de 721.
--------------------------------------	---

/fol. 14v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Maiz estou entregue de humaz contas de Criztal Brancas q[ue] deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Constança em 10 de Mayo de 723.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra em algum tempo
Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Maiz estou entregue de dois emderençoz de fita de tella hu[m] emcarnado e outro verde q[ue] a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança tem dado de prenda a N[ossa] S[enho]ra p[ar]a o seu ornatto.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra em alguns tempos do anno

/fol. 15/

Maiz estou entregue de huma memoria de ouro de filigrana com sua esmeralda verde no meio pequena q[ue] deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Domingos F[e]r[nande]z Barradas de Moura em 30 de Maio de 723.

Em 3 de Julho de 723 deu de pr[en]da a N[ossa] S[enho]ra a filha de João de Gusmão M[orado]ra nesta V[il]a V[i]ç[os]a hum coração de ouro de filagrana com seu laço e no meio do dicto laço huma esmeralda pequena.

Prenda q[ue] deu a	Em 20 de Junho de 723 deu mais a a d[i]ta S[enho]ra D. Co[n]stança de
N[ossa] S[enho]ra a	prenda a N[ossa] S[enho]ra hum ramo de flores de Roma carmezins e
S[enho]ra D.	outras brancas com hu[m] laço de fita de prata no fim do d[i]to ramo mas
Co[n]stança	as flores são de pouca duração e dellaz não poderei dar conta por este
	assento paçado algum tempo.

/fol. 15v/

Prenda q[ue] deu a	Em 13 de Agosto de 723 deu de prenda a	Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a	N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D.	Senhora
S[enho]ra D.	Co[n]stança huma tremola com seu	
Co[n]stança	diamantinho no meio e algumas lasquinhas na	
	folhage[m] da d[it]a tremola.	

Em 26 de Setembro de 723 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra hum devoto de Montoyto huma memoria de ouro de laço comua.

Prenda q[ue] deu a	Em 6 de Dezembro de 723 deu de prenda a	Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a	N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	S[enho]ra em alguns
S[enho]ra D.	Luiza Paim hum vestido int[ei]ro de manto e	tempos do anno. Já não
Co[n]stança. Deste	saia e mangas e vestidinho do Menino tudo de	serve por se dar a
vestido por alguma	primavera branca de labarintos emcarnados e	N[ossa] S[enho]ra das
coiza uzado tirou a	verdes e manto com guarnição de hum	Neves do Conv[en]to
mesma S[enho]ra o	rengalho grande de ouro e saia com o mesmo e	de São Paulo desta
rengalho delle q[ue]	suas franjas por bacho tambem de ouro.	V[ila] V[i]ç[os]a por
pos em outro vestido		ordem da Mesa por
de setim br[an]co		esmolos (<i>sic</i>) em 5 de
q[ue] deu a N[ossa]		S[etem]bro de 733.
S[enho]ra cujo		
assento vay		
adi[an]te. E é este tal		
vestido q[ue] ficou		
sem rengalho se deu		
p[or] ordem da Meza		
a a N[ossa] S[enho]ra		
das Neves de São		
Paulo por esmolla.		

/fol. 16/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 12 de Fev[erei]ro de 723 ¹⁸⁴² (<i>sic</i>) deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum endereço de peças cor de fogo com ourellas de prata.
---	--

Em 26 de Fever[ei]ro de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra da Conceyção Jozé de Carvalhaes asytente (<i>sic</i>) em Caza do S[enho]r D. João Diogo de Ataide huma tremola com hu[m] diamantinho no meio.	Serve de prez[en]te a Senhora
---	-------------------------------

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 5 de Abril de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum punho de rendas rico como outro q[ue] já lhe avia dado anteriormente. E as[s]im mais lhe deu outro de rendas muy finas os quaes todos são 3 e de duas ordens de rendas cada hum de q[ue] me dou por emtregue.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
---	---	---------------------------------

/fol. 16v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 2 de Junho de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hu[m] ramo de flores de cambr[ai]a com hu[m]a fita emcarnada e prata com q[ue] se atava e guarnesia o dito ramo. E as[s]im mais lhe deu com o mesmo hu[m]a fiada de jasmins de cambraia com q[ue] tambem se ornou a d[i]ta S[enho]ra mas são de pouca duração e paçado algum tempo não é pestindo (?) estas não serei obrig[a]do a dar conta dellas porq[ue] só o faço por não faltar em asemtar tudo aquillo q[ue] os devotos oferecem a S[enho]ra	Serve por hora de ornato a S[enho]ra
---	---	--------------------------------------

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 22 de Junho de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hu[m] Alfenete pequeno de rubis m[ui]to bom com q[ue] tambem se compoz a toalha da S[enho]ra.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra em alguns tempos do anno
---	--	--

/fol. 17/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança, digo Maria de Oliv[ei]ra	A 29 de Julho de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra Maria de Oliv[ei]ra de Setuval hum cordão de ouro de filagrana pequeno com seu laço e no meio do dito laço e no meio do dito laço tem huma esmeralda verde.
---	--

¹⁸⁴² Pelo enquadramento, parece-nos tratar-se do ano de 1724.

Em 30 de Julho de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra hum devoto huns olhos de prata q[ue] entregou hum criado de [...] P[ereir]a de Souza desta V[il]a V[íços]a.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 10 de Agosto de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
S[enho]ra D. Co[n]stança	hum camiza rica de Cambraia fina e outra da mesma forma p[ar]a o Menino.	

/fol. 17v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 28 de S[etem]bro de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Serve de prez[en]te a Senhora
S[enho]ra D. Co[n]stança	hum pulseyra de ouro com doze lascas de diamantes ao redor e no meio a estampa do Santíssimo Sacramento.	

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 5 de Dez[em]bro de 724 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança
S[enho]ra D. Co[n]stança	hu[m] ramo de requíssimas flores com hu[m]a fitta no pé do ramo de prata e ouro mas as flores de pouca duração por cuja rezão paçado algum tempo não estarei obrigado a dar conta desta parcela.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 4 de Fev[erei]ro de 725 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]st[na]ça
S[enho]ra D. Co[n]stança	duas varas de fitta de tella de ouro de prata estreya com alguma coiza de azul e cordr.º (?) p[ar]a o ornato da S[enho]ra e do Menino de q[ue] logo se uzou della.

/fol. 18/

Prendas q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 19 de Março de 725 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança	Serve de prez[en]te a Senhora
S[enho]ra D. Co[n]stança	hum alfenete com seis esmeraldas e hu[m] diamante no meio, tendo em carr[eir]a ao comprido.	

Prendas q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 18 de Maio de 725 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Serve de prez[en]te a Senhora em algu[n]s tempos do anno
S[enho]ra D. Co[n]stança	hum ramo de fio de ouro de excelente feitio.	

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 21 de Junho de 725 deu de pr[en]da a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum fio de cachias e jasmins com q[ue] se compoz a S[enho]ra por melhor e mais grave ornatto mas tudo de pouca dura q[ue] paçado algum tempo não estarei obrig[ad]o a dar conta desta verba.	Sempre em alguns tempos servem a S[enho]ra
--	---	--

/fol 18v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 12 de Agosto de 725 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança hum ramo de folres (<i>sic</i>) de mão de S[enho]ra emcarnadas e brancas e prateadas de excelente feitio mas tudo de pouca duração q[ue] paçado algu[m] tempo não estarei obrig[ad]o a dar conta desta verba.
--	---

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em o p[rimeir]o de S[etem]bro de 725 deu de prenda a N[oss]a S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança hu[m]a flor de mão de S[enho]ra q[ue] condezia com o ramo antecedente q[ue] tinha dado a S[enho]ra p[ar]a o ornato do Menino mas de pouca duração q[ue] paçado algum tempo não estarei obrigado a dar comta desta parcella.
--	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]st[an]ça	Em 30 de S[etem]bro de 725 deu a prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum ramo de prata fina de fio com seus canutilhos brancos tudo de excelente feitio, mas também de pouca duração.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra em algu[n]s tempos
--	---	--

/fol. 19/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 6 de Dezembro de 725 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hu[m]a tremola o[u] alfenete com sua pedra fina no meio p[ar]a ornato da tolha da mesma S[enho]ra.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
--	---	------------------------------------

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança	Em 12 de Jan[ei]ro de 725 ¹⁸⁴³ (<i>sic</i>) deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança um ramo de prata de fio muy
--	---

¹⁸⁴³ Pelo enquadramento, parece-nos tratar-se do ano de 1726.

prefeitíssimo e de custo no seu tanto a
resp[ei]to do feito.

Em 15 de d[i]to mês de Jan[ei]ro de 725 (*sic*) deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra Agostinho de Mello Lobo, filho de António de Mello Lobo, hu[m]a bola de âmbar emcastada em filagrana de prata sobredoyrada eom sua cadienha (*sic*) do mesmo e sua argolinha por honde se pendura.

/fol. 19v/

Adiça q[ue] deu a Em 25 de Feve[rei]ro de 726 deu p[ar]a o ornato da S[enho]ra a mesma S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança doze tostões, os quaes vão carregados na S[enho]ra D. recosta geral do anno de 725 (*sic*) a f[o]ll[ha].
Co[n]stança, a qual
vay lançada no
l[ivr]o a f[o]ll[ha]

Em 29 de Fev[erei]ro de 726 deu Marcos Gonçalves natural de Galiza e m[orad]or na Cidade de L[i]s[bo]a hum candieyro de vidro de cristal com 8 castiças p[ar]a 8 vellas, o qual se poz no mesmo dia na Capella Mor da mesma S[enho]ra, a quem deu de prenda e lho ofereceo p[ar]a o seu culto.

Prenda q[ue] deu a Em 11 de Abril de 726 deu de prenda a N[ossa] Tambem serve em
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança hum algum tempo a
S[enho]ra D. ramo de vedrilhos com hum flor roxa no S[enho]ra
Co[n]stança meio, mas não he coiza de m[ui]ta duração,
nem que paçado algum tempo esteja
obrig[ad]o a dar comta desta parcella.

/fol. 20/

Prenda q[ue] deu a Em 13 de Agosto de 726 deu de prenda a Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança S[enho]ra
S[enho]ra D. hum botão de ouro com hu[m]a safira no meio
Co[n]stança e no meio da mesma safira hum diamantinho
pequeno, o qual servio logo p[ar]a o punho da
mesma S[enho]ra.

Prenda q[ue] deu a Em 4 de S[etemb]ro de 726 deu de prenda a Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança S[enho]ra em algu[m]
S[enho]ra D. hu[m]a sahia, mangas e vestidinho do Menino tempo do anno
Co[n]stança de setim azul claro, bordado de pratta e ouro,
forrado de tafetta branco. Com o mesmo
vestido lhe deu tambem az fitas p[ar]a do
ornato do Menino e palma da S[enhor]a, todas
de tella azul.

Prenda q[ue] deu a Em 5 de Dezembro de 726 deu de prenda a Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a N[ossa] S[enho]ra a mesa S[enho]ra D. S[enho]ra em algu[m]
S[enho]ra D. Co[n]stança humas contas de cristal com seu tempo do anno
Co[n]stança

relicário pequeno com alguns rubizinhos ao redor. Digo contas de coral.

/fol. 20v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Co[n]stança	D.	Em 26 de Maio de 727 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum brinco de ouro pegando huma mão do mesmo oyro nelle com hum coração no fim guarnecido o d[i]to brinco com suas lascas de diam[na]te e de hu[m]a p[art]e com seu let[rei]ro, o qual brinco se poz logo na toalha da S[enho]ra.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
---	----	---	------------------------------------

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Co[n]stança	D.	Em 22 de Junho de 727 deu de prenda a S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum laço de fitta emcarnado e oyro com suas franjas na ponta q[ue] se pos no hombro do Menino e outro laço da mesma fita q[ue] se poz na S[enho]ra.
---	----	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Co[n]stança	D.	Em 29 de O[utu]bro de 727 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança doiz nós de fita emcarnada e branca e prata p[ar]a ornato da mesma S[enho]ra
---	----	---

/fol. 21/

No mesmo dia deu também a N[ossa] S[enho]ra huma criada da mesa S[enho]ra D. Co[n]stança hum anel de diamantes pequeninos q[ue] emtre todos serão des.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
--	------------------------------------

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Co[n]stança	D.	Em 6 de Dezembro de 727 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança hum punho de rendas finas m[ui]to ricas e com elle levou mais dois ramos de flores de cambraia com q[ue] se ornou a mesma S[enho]ra mas são de pouca dura, as quaes se não existirem paçado algum tempo não estarei obrigado a dar conta.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra em alguns tempos do anno
---	----	--	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Co[n]stança	D.	Em 28 de Jan[ei]ro de 728 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança dois laços de fita de tella azul com outras cores com q[ue] se ornou a d[i]ta S[enho]ra.
---	----	---

/fol. 21v/

Prenda q[ue] deu a Em 16 de Março de 728 deu de prenda a Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a N[ossa] S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. S[enho]ra
S[enho]ra D. Co[n]stança huma agulha com sete diamantes
Co[n]stança e duas esmeraldas com q[ue] no mesmo dia se
compos a d[i]ta S[enho]ra.

Em 3 de Abril de 728 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra B[artolo]meu
Lobo e Arruda hu[m] ramo de vedrilhos com hum laço de fita de âmbar
no pé vindo de romaria com sua m[ulh]er prometida a mesma S[enho]ra.

Prenda q[ue] deu a Em 22 de Julho de 728 deu de prenda a N[oss]a S[enho]ra Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra a mesma S[enho]ra D. Co[n]stança S[enho]ra
S[enho]ra D. hu[m]as flores com hu[m] laço de fita no pé
Co[n]stança aveludado de ouro e verde.

/fol. 22/

Prenda q[ue] deu a Em 12 de Agosto de 728 deu de prenda a N[oss]a S[enho]ra a mesma
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança huma toalha de volante lavrado com q[ue] se
S[enho]ra D. ornou nessa mesma occasião a d[i]ta S[enho]ra.
Co[n]stança

Em 14 de Agosto de 728 deu de prenda a N[oss]a S[enho]ra Ignácio Fr[ei]re Sigano hu[m]
crusufiço de ouro q[ue] com pezo e feitio disse lhe tinha custado nove cruzados novos.

Prenda q[ue] deu a Em 6 de Dezembro de 728 deu de prenda a N[oss]a S[enho]ra a mesma
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Co[n]stança hu[m] pingente com seus diamantes.
S[enho]ra D.
Co[n]stança

/fol. 22v/

Prenda q[ue] deu a Em 7 de Dezembro de 1729 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a molher
N[ossa] S[enho]ra a de Francisco Fe[r]reira de Campos, Cavall[ei]ro da Ordem de Christo
mulher de desta V[il]a V[i]c[os]a, hum roزاری de comttas prettas e huma crus de
Fr[ancis]co ouro, as quaes me entregou o P[adr]e Prior Fr[ei] Costodio, na presença
Fe[r]reira de Campos da mesma devotta.

Prenda q[ue] deu a Em 17 de Fev[erei]ro de 730 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Comdeça de Alva hum ramo de riquíssimas flores, com q[ue]
Condeça D' Alva nesse dia se compoz a N[ossa] S[enho]ra, vestindosse no d[i]to dia.

/fol. 23/

Prenda q[ue] deu a Em 28 de Março de 730 deu de pr[en]da a Serve de prez[en]te a
N[ossa] S[enho]ra a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Senhora
Condeça D' Alva Co[n]stança, Condeça de Alva, hu[m]a flor de
ouro com alguns diamantes e rubis, pegando
nella huma mão. Tudo com notável arte e
feitio.

Prenda q[ue] deu a Em 5 de Dezembro de 730 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra D. Maria
N[ossa] S[enho]ra a Thereza, irmã da Condessa de Alva, hu[m]a anel de ouro com suas pedras
S[enho]ra D. M[ari]a Thereza
Thereza finas.

Prenda q[ue] deu a Em 13 de Março de 731 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra D.
N[ossa] S[enho]ra a Co[n]stança, Condessa de Alva, huma maripouza de ouro com três
S[enho]ra Condessa esmeraldas boas, com mais de diam[an]te e esmalte q[ue] se achar na
D' Alva mesma q[ue] no mesmo dia lhe foi posta na sua toalha, como também
no d[it]o dia lhe deu mais hu[m]a lenço fino p[ar]a com elle se levar a
S[enho]ra.

/fol. 23v/

Prenda q[ue] deu a A 22 de Junho de 731 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra D. Co[n]stança,
N[ossa] S[enho]ra a condeça de Alva, dios (*sic*) laços de fitta emcarnada e pratta, com q[ue]
S[enho]ra Condessa se ornou a S[enho]ra e o Menino.
D' Alva

Prenda q[ue] deu a Em 19 de O[utu]bro de 731 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Marqueza Cam[a]r[eir]a Mor três laços de fitta de prata, q[ue]
S[enho]ra Marqueza lhe mandou de L[i]s[bo]a e com os quaes se ornou a N[ossa] S[enho]ra
Camar[eir]a Mor nesse mesmo tempo, vestindo-se-lhe o vestido azul.

Prenda q[ue] deu a Em 6 de Dezembro de 731 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Marianna de Faro hu[m]a ramo de flores com sua fitinha
S[enho]ra D. das de ouro e pratta atellada no pé, coiza co[m] meia vara e as florez são
Marianna de Faro de pouca duração.

Prenda q[ue] deu a Em 6 do d[i]to dia de Dezembro deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a
N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Cocollim dois ramos de boas flores e hu[m]a fitta
S[enho]ra Condesa atellada e há um deles (*sic*) que seria coiza de meia vara.
de Cocollim

/fol. 24/

Prenda q[ue] deu a No mesmo dia 6 de Dezembro de 731 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra
N[ossa] S[enho]ra a da Conceição a S[enho]ra Marqueza de Unhão, Cam[areir]a Mor, 4
S[enho]ra laços de fitta de tella de cor cramizim o[u] emcarnada, com hum ramo
Marq[ue]za de requissimas flores com q[ue] se ornou nessa ocasião a d[i]ta
Cam[areir]a Mor S[enho]ra, vestindo-se de branco p[ar]a o seu dia.

Prenda q[ue] deu à S[enho]ra a S[en]hora Condeça de Cocollim	Em 26 de Mayo de 732 deu de premda a N[ossa] S[enho]ra a Condeça de Cocollim hu[m]a marepouza de esmeraldas verdez e algumas lascas de diamanttes, com a q[u]al se compos e ficou servindo de ornatto a d[i]ta S[enho]ra.	Serve de prez[en]te a S[enho]ra
---	--	------------------------------------

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça D' Alva	No mesmo dia deu tambem de prenda a S[enho]ra Condeça de Alva hum ramo de bons cravos com hu[ma] fitta de tella emcarnada no pé.
---	---

/fol. 24v/

Prendas q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Margarida Bernarda de Noronha q[ue] Deos tem	Em 17 de Junho de 732 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra da Conceyção a S[enho]ra D. Margarida Bernarda de Noronha, por deixa q[ue] deixou em seu testam[en]to a mesma S[enho]ra, falecendo no Redondo, de honde era natural, hu[m]a alcatifa de seda da India grande, q[ue] tem sinco varas de comprido e duas e hu[m]a terça de largo, e hum broxe grande de diamantes, q[ue] terá alguns 52 diamantes entre gr[an]des e pequenos, o q[ue] tudo emtregou no mesmo dia seu marido, testament[ei]ro q[ue] ficou da d[i]ta S[enho]ra, ornandosse logo com elle a d[i]ta S[enho]ra. E alcatifa se lhe pos na sua Capella Mor e o d[i]to S[enho]r Vicente Zagallo Pretto, seu marido, prezensiou tudo na forma sobred[i]ta.
--	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra M[anu]el Francisco	Em 29 de Agosto de 732 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra Manoel Francisco, do termo de N[ossa] S[enho]ra de Machede, hu[m] corasão de prata pequeno, lizo e de pouca valia.
---	---

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça D' Alva	Em 6 de Dezembro de 732 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Alva hum vestido de setim branco, guarnecido com hu[m] rengalho e franjas de ouro, q[ue] aproveitou de outro vestido q[ue] tinha dado à mesma S[enho]ra, de primavera branca, em 16 de S[etem]bro de 726, carregado neste l[ivr]o à f[o]l[ha].
---	--

/fol. 25/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça das G[alvei]as

Em 26 de Junho de 733 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra da Conceyção a Ex[celentíssi]ma S[enho]ra Condeça das Galveas hum vestido de damasco ô primavera br[an]ca, bordado de ouro e de requife de varias cores, as[s]im a saias como o manto, mangas e vestidinho do Menino, por q[ue] he do [que] está comrespondente, custozo e prefeitiss[i]mo. E com o d[i]to vestido deu tambem três laços de fitta, p[ar]a com eles se ornar a mesma S[enho]ra.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Joanna Maria Luiza Mascarenhas

Em trez de Julho de 1733 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Joanna Maria Luiza Mascarenhas, molher de João de Misquita, hum tapete grande cor azul e branco e pretto e de seis varas de comprido e três de largo, o q[u]al tapete o[u] alcatifa deu à d[i]ta S[enho]ra por mão de seu marido p[ar]a ornatto e serviço da Cappella Mor da d[i]ta S[enho]ra, tudo em remuneração.

Serve de prez[en]te a S[enho]ra

/fol. 25/

Em remuneração e divida em q[ue] estava a d[i]ta Senhora de hum manto q[ue] tinha recebido e comservava em seu poder como relíquia sua, de q[ue] a d[i]ta confr[ari]a com esta prenda e dadiva fica e se dá por muy satisfeita. E as[s]im se lhe paçou certidão certidão da sua entrega p[ar]a a todo o tempo constar e do uso della nesta d[i]ta Confr[ari]a.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra Xaviel P[ereir]a de Souza da Câmara Coutinho

Em 15 de Novembro de 1733 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra Xaviel P[ereir]a de Souza da Camara Coutinho desta V[il]la V[i]ç[os]a hum menino de sera metido em hum cachilho de excelente formuzura e feitio.

/fol. 26/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra M[anu]el da Costa Zuzarte de Br[i]to de Portalegre

Em 30 de Julho de 733 deu de prenda a N[oss]a S[enho]ra da Conceyção o S[enh]or Manoel da Costa Zuzarte de Britto, Coronel Reformado da Cavallaria e as[s]ystente na Cidade de Portalegre huns brincos de diam[an]tes grandes, vindo ele mesmo traze-llos e fazerlhe hu[m]a festa em acssão de graças, com seu sermão e missa cantada, pella milhora q[ue] teve hu[m] f[i]lh[o] pequeno em hu[m]a doença

de bechigas, de que a S[enho]ra o livrou, sem embargo de ahi a des anos falecer. E dos d[i]tos brincos se lhe puzerão logo à S[enho]ra no d[i]to dia asima declarado e tem setenta diamantes, por todos emtre grandes e pequenos.

<p>Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Alva</p>	<p>Em 13 de Agosto de 733 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Alva hum punho de duas ordens de finas e requiss[i]mas rendas, com o qual se ornou a S[enho]ra no mesmo dia.</p>	<p>Serve de prez[en]te a S[enho]ra</p>
---	---	--

/fol. 26v/

<p>Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a E[xcelentíssi]ma S[enho]ra Marqueza Camar[eir]a Mor</p>	<p>Em 4 de Setembro de 733 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssi]ma S[enho]ra Marqueza Cam[arei]ra Mor hu[m]a camisa de cambraia com sua rendinha nas mangas por outra q[ue] se lhe avia mandado por relíquia p[ar]a seu netto, o Conde de Unhão, estando doente de sezões, as quais se lhe tirarão logo. E com a d[i]ta camisa a mandou mais huma fitta azul e pratta com sua franja nas ponttas e de excelente feitio.</p>
---	--

<p>Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Theodora</p>	<p>Em 5 de Março de 734 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Theodora, mulher de António de Abreu F[rei]re Lobo desta V[il]a V[i]ç[os]a, huma toalha com sua renda m[ui]to boa, p[ar]a servir no Altar da mesma S[enho]ra.</p>
---	--

<p>Prenda de huma peça de 20 cov[ad]os de tabi de ouro branca, q[ue] mandou da India a N[ossa] S[enho]ra da Conceição o R[everendíssi]mo P[adr]e Fr[ei] Ign[áci]o de São Jozé</p>	<p>Em 4 de Maio de 733 mandou da India de prenda a N[ossa] S[enho]ra o M[uito] R[everendíssi]mo P[adr]e Fr[ei] Ign[áci]o de São Jozé, estando lá por vezitador geral da Religião de São João de Deoz, hu[m]a peça de vinte cov[ad]os de tabi de ouro branca, sendo entregue pelo R[everendíssi]mo P[adr]e Fr[ei] Amaro D' Asumpsão no d[i]to dia e servindo emtão de Prov[inci]al da d[i]ta Religião de São João de Deoz de q[ue] a Meza lhe paçou certidão da sua entrega.</p>
---	---

/fol. 27/

Em 15 de O[utu]bro de 734 deu a N[ossa] S[enho]ra p[ar]a o seu serviço o M[ui]to R[everendíssi]mo P[adr]e D[out]or Antonio de Castel' Branco, da Comgre[gaç]am do Orat[ó]r[i]o da V[il]a de Estremoz, dois castiçaes de vidro branco, dos de marca pequena, q[ue]

no sabb[ad]o seg[ui]nte se puzerão com duas vellas diante da S[enho]ra, como elle asim o detreminou.

Em 24 de Outubro de 734 deu a N[ossa] S[enho]ra, p[ar]a o seu serviço, o mesmo R[everendíssi]mo P[adr]e António de Castel' Branco, humas galhetas de vidro cristalino e huma salva do mesmo em q[ue] estão as d[i]tas galhetas.

/fol. 27v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Alva	Em 5 de Dezembro de 733 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Alva hum ramo de boas flores de escomilha, feitas pella sua mão, com hu[m]a fitta atellada de ouro atada no pé.
--	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condesa de Alv	Em 19 de Feve[rei]ro de 735 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condeça de Alva hum ramo de flores com huma fita atellada de azul e ouro, atada no pé.
---	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Condessa de Alva	Em 30 de Março de 735, dia em q[ue] se ausentou o Conde de Alva p[ar]a a Corte, deixando o governo das armas, deu a S[enho]ra Condesa de Alva, sua m[ulh]er, hum ramo de ricas flores bordadas com sua fitta pequena emcarnada e prata atada no pé e hu[m] ramo mais pequeno p[ar]a o Menino. E tambem lhe deu mais hu[m]a maripouza com 9 rubis e 4 amantistos e 2 diamantinhos.
---	---

/fol. 28/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssi]ma S[enho]ra Condeça de Alva, q[ue] lhe mandou de L[i]s[bo]a	Em 4 de Dezembro de 735 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssi]ma S[enho]ra Condeça de Alva, q[ue] lhe mandou de L[i]s[bo]a p[ar]a ornato da mesma S[enho]ra, hum ramo de riquiss[i]mas flores, com sua fita atellada no pe e hu[m] punho de requissima renda, e p[ar]a o Menino Jezus hu[m] lasinho da mesma fita p[ar]a o hombro e 3 lasinhos mais p[ar]a o hombro e 3 lasinhos mais p[ar]a a garavata e punhos e hum ramozinho de flores meudas.
---	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssi]ma S[enho]ra Condeça de Alva, q[ue] lhe	Em 6 de Dezembro de 736 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssi]ma S[enho]ra Conceça de Alva, q[ue] lhe mandou de L[i]s[bo]a p[ar]a ornato da mesma S[enho]ra, hum ramo de requiss[i]mas flores
--	---

mandou
L[i]s[bo]a de bordadas de requife, com sua fitta de tella com
aveso e direito. E p[ar]a o Menino Jesus hu[m]
lasiño da mesma fitta p[ar]a o hombro e 3
lasiños mais p[ar]a a garavata e punhos e hum
ramozinho de flores meudas.

/fol. 28v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enhor]a a S[enhor]a Jozepha Maria, da Aldeia dos Arcos Em 29 de Agozto de 737 deu de prenda a N[ossa] S[enhor]a a S[enhor]a Manuel F[e]r[nande]z dos Arcos, m[orad]or no Pumar Grande de Soupo Barreto, hum coração de ouro pequeno com seus laço (*sic*) e hu[m]a pedra no meio, emfiado em huma medida azul. E cujo corasão lhe deu Jozepha Maria, filha de Maria Nunes, m[orado]res na Aldeia dos Arcos, termo de Estremoz, p[ar]a a trazer a N[ossa] S[enhor]a, por lha deixar quando morreu a mesma S[enhor]a quando morreu p[ar]a seu ornato.

Prendas q[ue] deu a N[ossa] S[enhor]a D. Thomazia, m[ulh]er de Roque de Seixas Em 19 de Outubro de 737 deu de prenda a N[ossa] S[enhor]a a S[enhor]a D. Thomazia, molher de Roque de Seyxas, duas varas de fitta menos hu[m]a quartta de tella branca, com suas flores só de huma p[ar]te e dois arates de sera, mais de q[ue] socedeo nesse dia fazer a S[enhor]a hum milagre e em hu[m]a sua menina de q[ue] lhe mandou tambem dar alq[uei]re e m[ei]o de az[ei]te p[ar]a a sua alampada e a d[i]ta menina tem sinco p[ar]a seis mezes.

E o milagre foi tam prodigioso q[ue] a d[i]ta menina deitara hum bicho pella venta do naris e de q[ue] padesia m[ui]to. E isto tanto q[ue] a untarão com o azeite de N[ossa] S[enhor]a da sua Alampada, o q[ue] tudo declara os mesmos por socederem nesta V[il]a V[i]ç[ô]sa, remeteo mais pera a d[i]ta menina.

/fol. 29/

No mesmo dia trouce a N[ossa] S[enho]ra hu[m] devoto q[ue] dice ser do termo do Redondo hu[m] pedaso de esteva comprido, emcastoado em pratta, q[ue] por milagre da d[i]ta S[enho]ra tinha tirado de hu[m]a perna de q[ue] esteve mal.

Prendas q[ue] deu a N[ossa] S[enhor]a D. Thomazia, m[ulh]er de Roque de Seixas

Em 19 de Outubro de 737 deu de prenda a N[ossa] S[enhor]a a S[enho]ra D. Thomazia, mulher de Roque de Seyxas, duas varas de fitta menos hu[m]a quartta de tella branca, com suas flores só de huma p[ar]te e dois arates de sera, mais de q[ue] socedeeo nesse dia fazer a S[enho]ra hum milagre e em hu[m]a sua menina de q[ue] lhe mandou tambem dar alq[uei]re e m[ei]o de az[ei]te p[ar]a a sua alampada e a d[i]ta menina tem sinco p[ar]a seis mezes.

/fol. 29/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enhor]a a S[enho]ra D. Mariana Clara

Em 21 de Outubro de 1737 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Mariana Clara Freire de Sande Corte Real, mulher de Ign[áci]o de Mello, hu[m]as anagoas de cambraia, com seus intrem[ei]os em guarnição.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssim]a S[enhor]a Camar[eir]a Mor

Em 6 de Dezembro deu de prenda a N[ossa] S[enhor]a a Ex[celentíssim]a S[enho]ra Marqueza de Unhão, Cama[rei]ra Mor, hu[m] emderenço de 6 laços de fitta de prata atelada com alguns emcarnado, com q[ue] se compos a S[enho]ra no seu dia.

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssim]a S[enhor]a Condeça de Alva

No mesmo dia 6 de Dezembro de 737 deu de prenda e mandou a N[ossa] S[enho]ra a Ex[celentíssim]a S[enhor]a Condeça de Alva hum ramo de boas rozas, atado no pé hum laço de fita atelada emcarnada e pratta, com q[ue] se ornou tambem no seu dia a d[i]ta S[enho]ra.

/fol. 29v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra o D[out]or André de Mira, de Évora	No mesmo dia 6 de Dezembro de 737 mandou de prenda a N[ossa] S[enho]ra o D[out]or André de Mira, m[orad]or em Évora, hum ramo de requissimas flores e outras flores mais soltas de bons renuncallos, rozas e cravos, q[ue] se puzerão na S[enho]ra no seu mesmo dia.
---	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enhor]a D. Phelippa Lobo da Gama, m[ulh]er de Niculão (<i>sic</i>) de Brito, da cidade de Évora	Em 18 de Jan[ei]ro de 738 trouce de prenda a N[ossa] S[enhor]a D. Phelippa Lobo da Gama, m[ulh]er de Nicolao de Brito, de Évora, huns punhos p[ar]a a mesma S[enho]ra, com sua rendinha ao redor e hu[m] ramo de flores e hum laço de fita estreita de tella roxa, com q[ue] se compos no meio dia a mesma S[enho]ra.
--	---

/fol. 30/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra Pedro Gomes da Silva, natural da Cidade de Évora e assistente na Cidade da Baía	Amador Monteyro de Sá, Presbyt[e]ro do hábito de São P[edr]o e Cavall[ei]ro Proffeco da Ordem de Christo e thesou[rei]ro da Real Confr[ari]a de N[ossa] S[enho]ra da Conceyção desta V[il]a V[i]ç[os]a, Padroeira do R[ein]o. Certefico q[ue] eu recebi da mão de Manoel Mendes Espada, natural da Cidade de Évora, hum vestido de damasco ô primavera branca, com florez de ouro, com guarnições de renda de ouro e humas quartinas de lhama branca, todas guarnecidas de gallam e franja de ouro, q[ue] seu irmam Pedro Gomes da Sylva, assistente na Cidade da Baía, offereceu e mando de prenda à mesma S[enho]ra da Conceyção em 3 de Dez[em]bro de 1738, do qual fiquei entregue. E p[ar]a constar esta verdade, pasei certidam no d[i]to dia p[ar]a se remeter ao d[i]to P[edr]o Gomes da Sylva, na forma que assim digo.
--	--

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enhor]a Condeça de Alva	Em 18 de Jan[ei]ro de 738 trouce de prenda a N[ossa] S[enhor]a Condeça de Alva, q[ue] lhe mandou de L[i]s[bo]a, hum punho de renda m[ui]to fina e requissima e hu[m]a fitta de tella p[ar]a a palma da mesma S[enho]ra e outro nozinho p[ar]a o ornato do seu Menino.
--	---

/fol. 30v/

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra Serafina	Em 15 de Março de 1739 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Serafina, sobrinha do S[enh]or Bispo de Miranda e molher de Pedro Lobo da Gama, hum alfenete com seus diamantinhos p[ar]a ornato da mesma S[enho]ra e hu[m]a volta de renda e hum punho.
---	---

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra da Conceicam Illena Ther[e]za	Em 10 de Setembro de 1739 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra Illena Thereza, m[ulh]er de Joze de Carvalhaes, duas varas de fita de flores com algu[m]a prata à mistura e por devizão das d[i]tas flores.
---	---

Prenda q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra da Com[cei]cam a S[enho]ra D. Victoria	Em 6 de Dezembro de 1739 deu de prenda a N[ossa] S[enho]ra a S[enho]ra D. Victoria, m[ulh]er de António Luiz de Mello Lobo, hu[m]a tremula com três rubiz, com q[ue] se compos a toalha da mesma S[enho]ra nesse mesmo dia.
---	---

/fol. 33/

Titulo de toda a prata de q[ue] se me fes entrega

Alampada q[ue] deu à S[enho]ra o S[enho]r Duque de Brag[an]ça	Estou entregue de hu[m]a alampada de prata com seis colunas, q[ue] o Sereniss[í]mo S[enhor] Duque de Brag[an]ça deu de esmolla a N[ossa] S[enho]ra da Conceyção em 29 de Jan[ei]ro de 1628. O qual foy entregues por hum seu repost[ei]ro chamado João Ro[dr]i[gue]z e tem de pezo 27 marcos, 4 onças e 7 oytavas e m[ei]a e com o feitio custou 92525.
--	--

Alampada q[ue] deu à S[enho]ra o M[estr]e de Campo Simão Antunes	Maiz estou entregue de outra alampada de prata com 4 baluestes (<i>sic</i>), q[ue] mandou a N[ossa] S[enho]ra Simão Antunes, natural desta V[il]a V[i]ç[os]a, e su molher, D. Christina van Desnool, estando nos estados de Flandres, no emprego de Mestre de Campo. Cujá alampada tem de pezo 20 marcos e foy dada no ano de 1619. E na mesma está hu[m] letr[ei]ro q[ue] dis o seguinte – Simon Antunes Hispanio legionis profectus pfido natus Virgim dedicari.
---	---

/fol. 33v/

Alampada de prata	Maiz de outra alampada de prata de cinco balaustres, q[ue] mandou a N[ossa] S[enho]ra o Mestre de Campo Manoel Franco, sobrinho do grande Simão Antunes, estando tambem servindo
-------------------	---

nos estados de Flandres. E tem de pezo 24 marcos e foy dada no anno de 1630, feita pelo ourives do S[enho]r Duque, Seperiano de Couto e custou, com pezo e feitio, 78190.

Alampada de prata Maiz de outra alampada de prata com 4 balaustres, a qual se mandou fazer por ordem da Meza, servindo de Thesour[ei]ro Estêvão Mendes da Silv[ei]ra e tem de pezo 30 marcos.

Alampada de prata Maiz de outra alampada de prata com 4 balaustres, q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra João Tovar Caminha, no anno de 1589.

/fol. 34/

Alampada q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra S[ua] Mag[esta]de q[ue] Deoz g[uar]de, a qual tem de pezo pelo q[ue] dice ao 132 Marcos e trouce a d[i]ta Alampada o R[everen]do P[adr]e M[anu]el Ro]dr[i]guez de Souza Maiz estou entregue de huma Ala[m]pada grande de prata lavrada de superior feitio, q[ue] S[ua] Mag[esta]de q[ue] Deoz g[uar]de, o Sereniss[í]mo S[enho]r Rey D. João o 5º, mandou a N[ossa] S[enho]ra em 7 de Dez[em]bro de 1724, entregue a sua Confr[ari]a pelo Thesou[rei]ro Mor da Cappella Real desta V[il]a V[i]ç[os]a, R[everen]do P[adr]e Manoel de Souza. E a d[i]ta alampada tem uma marge doyrada com as armas Reaes e com a mesma veio tambem hum lavabo e hu[m] Evangelho de prata lavrada de admiravel feitio, com q[ue] se compoem o altar da mesma S[enho]ra.

Sacra de prata Maiz estou entregue de huma sacra de prata gr[an]de, q[ue] por odem da Conf[ari]a se fes no anno de 1686 e tem de pez odes marcos e 4 onças e 3 oytavaz, q[ue] a rezão de 4800 o marco emportarão em 50620. E com o feitio e mais despezas veio ao todo fazer de custo 69800.

/fol. 34v/

Os 6 castiças e crus q[ue] deu a N[ossa] S[enhor]a a S[enho]ra Rainha da Grã Bertanha no anno de 1699 Maiz estou entregue de seis castiças grande de prata liza com sua cruz, com hum cursufoço q[ue] deu a N[ossa] S[enho]ra a Sereniss[í]ma S[enho]ra Rainha da Grã Bertanha, a S[enho]ra D. Catherina, q[uan]do veio ver a mesma S[enho]ra e fazer-lhe huma novena, estando alguns mezes de asistencia neste povo. Cujos castiças e cruz tem de pezo 651 onça de prata, q[ue] a rezão de 700 a onça, emportarão em 455700.

Castiças de prata	Maiz de seis castiças grandez de prata lavrada.
Cruz de prata	Maiz estou entregue de huma cruz de prata lavrada com hu[m]a Conceyção no meio.
/fol. 35/	
Castiças de prata	Maiz estou entregue de quatro castiças de prata lizos meios imperiais, os q[ue] se mandarão fazer por ordem da Meza no anno de 1683 e tem de peso 12300.
Castiças de prata	Maiz estou entregue de 4 castiçaez de prata liza, dos pequenos rasos q[ue] se poem emtre as grades de prata, diante da S[enho]ra. Os quaes se fizerão por ordem da Meza pelo ourives Ant[óni]o de Mattos, m[orad]or nesta V[il]a V[i]ç[os]a e com o pezo e feitio custarão 34000.
Castiças de prata	Maiz de dois castiças pequenoz de pratta liza, q[ue] se poem no cachão e catcha das esmolos. Os quaes se fizerão por ordem da Meza e tem um pezo de 21400.
/fol. 35v/	
Pevit[ei]ros de prata	Maiz estou entregue de quatro pevit[ei]ros de prata lavrada, os quaes se fizerão por ordem da Meza e custarão 196250, por terem de pezo 25 marcos e 6 onças e 6 oytavas, q[ue] a rezão de 5600 cada marco vem a importar em 144750 e 51500 de feitio, à rezão de 20000 cada marco. Fas a d[i]ta importância dos 196500 asima q[ue] tantos se entregarão ao ourives Alvaro Machado desta V[il]a V[i]ç[os]a.
Jarras de prata	Maiz estou entregue de quatro jarras de prata lavrada.
Grades de prata	Maiz estou entregue de hu[m]as gradez de prata lavrada q[ue] servem de fechar o Sacrar[i]o e a Tribuna da S[enho]ra.
/fol. 36/	
Peanha de prata	Maiz estou entregue de hu[m]a peanha de prata lavra (sic) q[ue] serve de t[ro]no à S[enho]ra, a qual peanha tem de pezo 53 marcos de prata, q[ue] emportão em 296800 e de feitio em 159000 a rezão de 3000 cada marco de q[ue] veio a custar ao todo 455800, as q[ue] se derão a Domingos de Faria, ourives desta V[il]a V[i]ç[os]a.

Estante de prata Maiz estou entregue de hu[m]a estante de prata, a qual se fes por ordem da Meza e tem de pezo 16 marcos, e tres onças, q[ue] emportarão em 91700 e de feitio 30000, q[ue] ao todo veio a custar 121700, q[ue] tantos se derão ao ourives Alvaro Machado desta V[il]a V[i]ç[os]a.

/fol. 36v/

Campainha de prata Maiz estou entregue de hu[m]a campainha de prata, a qual campainha se fes no anno de 1684 p[ar]a serviras Missas da Confr[ari]a. E tem de pezo 7650 – e a d[i]ta campanhia se fes dos custos q[ue] pagarão o P[adr]e Prior e B[eneficia]dos da demanda q[ue] tiveram com esta Confr[ari]a sobre as ofertas q[ue] se julgou sóm[en]te pertenciam â d[i]ta Confr[ari]a.

Bacia de prata Maiz estou entregue de hu[m]a bacia de prata com q[ue] se pede, a qual tem de pezo marco e m[ei]o e m[ei]a oytava.

Prato e gumil de prata Maiz estou entregue de hu[m] prato de prata grande e de hum gumil, também de prata, q[ue] tudo serve de agoa às mãos.

/fol. 37/

Pelangana de prata Maiz estou entregue de huma pelengana de prata, q[ue] serve de ter as moedas da Senhora, comprada por ordem da Meza e custou – 14000.

Naveta e tribulo de prata Maiz estou entregue de hu[m]a naveta e hu[m] tribollo de prata lavrada.

Galhetas e prato de prata Maiz estou entregue de hu[m]as galhetas com seu prato de prata.

Coroaz Maiz estou entregue de duas coroas de prata lavrada do bom feitio, com suas pedras de bom tamanho verdes e vermelhas, hu[m]a grande da S[enho]ra e outra pequena do Menino, q[ue] mandou de prena a N[ossa] S[enho]ra da Conceyção Ant[óni]o de Abreu, filho de M[anu]el Abreu, naturaes desta V[il]a V[i]ç[os]a.

/fol. 37v/

Coroaz Maiz estou entregue de duas coroas de lavrada de feitio ordin[ári]o, hu[m]a grande da S[enho]ra e outra do Menino

Coroas. Estas duas Maiz se me entregarão dias coroas de prata
coroas de prata sobredoyrada de feítio antigo, hu[m]a grande da
sobredoyrada, tanto S[enho]ra e outra do Menino.
da S[enho]ra como
do Menino, se
venderão por ordem
da Meza p[ar]a co[m]
ellas se pagarem as
azas dos Anjos da
S[enho]ra, q[ue]
custarão 16400 e as
coroas pezarão –
14300.

Lua de prata Maiz estou emtregue de hu[m]a lua de prata com
seu letr[ei]ro, q[ue] está de comtinoo aos pez da
S[enho]ra.

Caliz e patena Maiz estou emtregue de hu[m] caliz de prata
sobredoyrado com sua patena do mesmo.

/fol. 38/

Lua de prata Maiz estou emtregue de outra lua de prata
tambem com seu letr[eir]o.

Coroaz Maiz estou emtregue de duas coroaz de prata
sobredoyrada com suas pedras verdes e
vermelhas, q[ue] o S[enho]r Arcebispo de Évora,
D. Fr[ei] Luiz da Sylva mandou de prenda a
N[ossa] S[enho]ra da Conceyção na ocasião em
q[ue] aqui esteve a S[enho]ra Rainha da Gram
Bertanha.

/fol. 39/

Titalo dos or[na]m[en]tos de q[ue] se me fez entrega

Ornam[en]to de Estou emtregue de hum ornamento de borcado
borcado branco e emcarnado e branco, guarneçido de suas franjas
emcarnado de ouro, aparelhado de tufo. E hé este q[ue] serve
no dia da S[enho]ra, a 8 de Dezembro, tendo
tambem do mesmo capa de asperges, pano de
púlpito e frontal e veo de hombros, q[ue] a todo
fes de custo 441303. Feito na Corte no anno de
1665 e enviado por António Cavide. E p[ar]a o
mesmo ornamento deu de esmolla cem mil res o

Serenissimo Rey o S[enh]or Dom João o 4.º,
q[ue] s[na]ta gloria haja¹⁸⁴⁴.

Ornam[en]to de
veludo emcarnado
bordado de ouro

Mais estou entregue de outro ornam[en]to uzado
de veludo emcarnado bordados e ouro e prata,
q[ue] serve nos sabb[ad]os e mais festividades da
S[enho]ra. Cazulla e deal conceypção nas costas.

/fol. 39v/

Ornam[en]to de seda
branca

Maiz estou entregue de outro ornam[en]to uzado
de seda branca, com hu[m] bordado antigo por
guarnição, q[ue] serve tambem no (*sic*)
sabb[ad]os. Cazulla e dealmaticaz.

3 alvas e 3 am[i]tos

Mais estou entregue de tres alvaz e tres amittos
q[ue] servem com estes ornamentos
continuadam[en]te.

Cazulla de
chamalote de prata
branco

Mais de hu[m]a cazulla de chamalote de prata,
com q[ue] o Capellão dis as misas rezadas.

Pasta e veo de caliz

Mais de hu[m]a pasta do mesmo chamalote de
prata com sua crus de fio de ouro no meio e hum
veo de lô branco, com seu galão de ouro ao redor.

/fol. 40/

Corporaes e
sanguinhos

Mais estou entregue de tres corporaez e quatro
sanguinhos.

Veo de hombros de
chamalote de pratta e
branco

Maiz de hu[m] veo de hombros de chamalote de
prata branco forrado de emcarnado. À f[o]l[ha] 5
está o mesmo asento deste veo.

Toalhas do altar

Mais estou entregue de tres toalhas com suas
rendas de hu[m]a parte.

Toalhaz

Maiz estou entregue de duas toalhas de agoa as
mãos.

/fol. 40v/

3 alvas ricas

Maiz estou entregue de tres alvas ricas
entremeadas de boas rendas, q[ue] deu p[ar]a o
culto da S[enho]ra da S[enho]ra (*sic*) Niculao da

¹⁸⁴⁴ Em 1665 a esmola não podia ter sido outorgada por D. João IV, uma vez que o monarca havia falecido em 1656. Podemos levantar as seguintes hipóteses: ou o padre Amador Monteiro de Sá confundiu D. João IV com D. Afonso VI ou enganou-se a registar a data da oferta dos ornamentos.

Sylva de Carv[alh]o, m[orad]or nesta V[il]a
V[i]ç[os]a.

Amittos Maiz estou entregue de tres amittos ricos
arendados ao redor de rendas finas. E todos com
suas fittas q[ue] se fizerão por ordenado da Meza
no anno de 724.

Estante e cacha de Maiz estou entregue de hu[m]a estante de charão
charão e hu[m]a cacha do mesmo q[ue] serve na Meza.

Miçal rico Maiz estou entregue de hu[m] misal rico com a
pasta de veludo azul e estampadas e brochas de
prata.

/fol. 41/

Miçal Maiz estou entregue de outro miçal novo com a
pasta de marroquim emcarnado, q[ue] por ordem
da Mesa se comprou no anno de 724.

Miçal Maiz de outro miçal em meio uso, com q[ue] se
cantão as epistolas e evangelhos nas missas sos
sabb[ad]os.

Escrivaninha Maiz estou entregue de hu[m]a ecrivaninha
q[ue] serve no caxão, toda de bronze.

Tapetez Maiz estou entregue de hu[m] tapete grande e
outro mais pequeno, já com bastante uzo.

/fol. 41v/

Jarras doyradas Maiz estou entregue de seis jarras de emtalhado
doyradaz, q[ue] servem dos ramalhit[ei]ros
grandes.

Grades de pao pretto Tem maiz a d[i]ta Confr[ar]ia hu[m]as grades de
q[ue] mandou a pao preto bronzeadas, q[ue] são as q[ue] estam ao
N[ossa] S[enho]ra o redor da Igr[e]ja, q[ue] deu e mandou à S[enho]ra
S[enho]r Rey D. o Sereniss[i]mo Rey o S[enho]r D. Pedro, q[ue]
P[edr]o de glorioza s[an]ta gloria haja, no anno de 1686. E as veio
mem[óri]a mesmo asentar o marsin[ei]ro do Paço, Antonio
Duarte, por mandado do d[i]to S[enho]r.

Os S[an]tos da E assim tem maiz a d[i]ta Confr[ari]a todoz os
Confr[ari]a e a S[an]tos q[ue] estão na Cappella Mor e a
S[enho]ra pequenina S[enho]ra da Conceyção pequenina. E só não he

da d[i]ta Confr[ari]a o S[enho]r São Bento,
suposto está na mesma Capella Mor.

Banqueta do Altar e tocheyraz Maiz tem a d[i]ta Confr[ari]a, e de q[ue] tambem
estou entregue, e hu[m]a banquetta doyrada com
as armas reaes no meio, q[ue] serve no altar e
duas tocheyras prateadas, o q[ue] tudo custou por
ordem da meza – 32750.

/fol. 42/

Peanhas dos Anjos Maiz estou entregue de duaz peanhaz doyradas
de emtalhado ahonde estão os mesmos Anjoz, as
quaes se fizerão por ordem da Meza no anno de
1726.

Peanhaz da S[enho]ra S[an]ta Anna, S. Joachim e S. Jozeph Maiz estou entregue de duas peanhas q[ue] se
mandarão fazer por ordem da mesma meza em 2
de Dezembro de 726, p[ar]a servirem a S[enho]ra
S[an]ta Anna e São Joachim e a São Jozé. Por
serem da d[i]ta Confr[ari]a e as d[i]tas peanhas se
fizerão de emtalhado doyradas pelo pintor
Charrua.

Organos e l[ivr]o de canto de órgão e estante. Este órgão quebrarão certos P[adres] P[regadores] em hu[m]a quarta f[ei]ra de trevas. E em a ocasião quem ver q[ue] fosse lhes furo os canudos. Maiz estou entregue de huns organos e hu[m] l[ivr]o de canto de órgão e hu[m]a estante de ferro do d[i]to l[ivr]o com o descanso de vaca pretta.

Banqueta do Altar e tocheyraz Maiz tem a d[i]ta Confr[ari]a, e de q[ue] tambem
estou entregue, e hu[m]a banquetta doyrada com
as armas reaes no meio, q[ue] serve no altar e
duas tocheyras prateadas, o q[ue] tudo custou por
ordem da meza – 32750.

/fol. 42v/

Maiz estou entregue de hum espaldar em q[ue]
se asentão os P[adres] P[regadores] q[ue] vão
cantar as Missas dos Sabados da d[i]ta S[enho]ra.

Maiz estou entregue de trez cadeirinhas razas de mescovia, com suas franjas verde de retros ao redor, q[ue] a Confr[ari]a mandou fazer p[ara] servirem as Missas de N[ossa] S[enho]ra, as quaes se fizerão na Capella Mor da S[enho]ra dem 9 de Junho de 1736.

/fol. 44/

Titalo das Esmollas q[ue] S[ua] Mag[esta]de q[ue] Deoz g[uar]de faz todos os anos à d[i]ta Confr[ari]a, como imidiatto Protector della, asim de dinhei]ro como dos sirioz q[ue] recebemos pella Caza de Bra[gan]ça.

Satisf[ei]to the 8 de Dezembro de 1725. E the 8 de Dez[em]bro de 1732	Manda todos os anos paçado dia de N[ossa] S[enho]ra vinte e quatro mil res de esmolla, pagos pello seu Thesou[rei]ro Mor do R[ein]o p[ar]a ajuda da festa do dia da S[enho]ra, a 8 de Dezembro.	24000
Satisf[ei]to the 8 de Dezembro de 1727	Maiz do Almoz[arifa]do de Estremoz, por hum Alvará seu, manda todos os anos os anos se cobrem vinte mil rés em rezão do feudo.	20000
		<hr/> 44000

/fol. 44v/

Satisf[ei]to the 8 de Dezembro de 1725. E the 8 de Dezem[bro] de 1727	Maiz do Almo[xarifa]do desta V[il]a V[i]ç[os]a manda q[ue] todos os anos se cobrem nelle sinco mil e q[ui]nhentos rés p[ar]a ajuda da armasão da festa do dia da S[enho]ra e sua festa. E por ser tambem muy antiga esta promessa na Sereniss[i]ma Caza de Brag[an]ça.	5500
		<hr/> 49500
Sírios entregues the 8 de Dezembro de 1727	Maiz do Almoz[arifa]do de Estremoz, por hum Alvará seu, manda todos os anos os anos se cobrem vinte mil rés em rezão do feudo.	
E entregues the 8 de Dez[em]bro de 1732		
E the 8 de Dez[em]bro de 738		

/fol. 45/

Titillo das rendas de dinh[ei]ro, foros e juros q[ue] se pagão à d[i]ta Confr[ari]a

Juro de 100000 q[ue] paga Fr[ancis]co de Br[i]to Carn[ei]ro.	Tem esta Confr[ari]a hum juro de cem mil rés a seis e quarto por cento q[ue] paga à mesma Francisco de Britto Carn[ei]ro 6250, q[ue] tanto importa cada anno d[i]to juro.	
Destrato o este e a Confr[ari]a por repasso foy p[ar]a a mão de Leonardo Mendes de Alm[ei]da, seu sougro. E hoje se anda em demanda de perferensia com D. Amatilde Cather[i]na de Borba	Vencido o pr[ime]iro anno de d[i]to juro aos 6 de Fev[erei]ro de 1726.	_____ 6250
Juro de 20000 q[ue] paga Fr[ancis]co Soares de Carv[alh]o	Maiz tem outro juro de vinte mil rés q[ue] paga Fr[ancis]co Soares de Carv[alh]o a seis e quarto por cento a esta Confr[ari]a. E o seu p[ri]meiro anno foy vencido aos 29 de Junho de 720, pagando em cada hu[m] anno 1200.	_____ 1200
Mais outro juro de 13200	Mais tem outro juro de treze mil e duzentos rés, q[ue] paga a mesma Confr[ari]a o d[i]to Fr[ancis]co Soares de Carv[alh]o, q[ue] emporta em cada hum anno	_____ 780

/fol. 45v/

Juro de 50000 q[ue] paga M[anu]el Cord[ei]ro Vinagre. Este hé falecido e se anda em demanda com os P[adres] P[regadores] Agostinhos	Maiz tem outro juro de quarenta mil rés a seis e quarto q[ue] paga a mesma Confr[ari]a P[edr]o F[e]r[nande]z Tonrn[ei]ro, m[orad]or nesta V[il]a V[i]ç[os]a, vencendo o d[i]to juro aos 11 de Dezembro dos anos q[ue] forem correndo, pagando em cada hu[m] dos d[i]tos anos 2500 q[ue] he o q[ue] se monta no d[i]to juro.	_____ 2500
---	---	------------

/fol. 46/

Juro de 10000 q[ue] paga o P[edr]o F[e]r[nande]z Torn[ei]ro. Distratado e cobrado pello D[out]or Ouvi[d]or Felix de Azevedo p[ar]a o q[ue] levou de mais importância da fundicia da fundição q[ue] mandou fazer do relogio	Tem esta outro juro de quarenta mil res a seis e quarto q[ue] paga à mesma Confr[ari]a P[edr]o F[e]r[nande]z Torn[ei]ro, m[orad]or nesta V[ila] V[i]ç[os]a, vencendo-ce o d[i]to juro aos 11 de Dezembro dos anos q[ue] forem correndo, pagando em cada hu[m] dos d[i]tos anos 2500, q[ue] he o q[ue] se monta no d[i]to juro.	———— 2500
--	---	-----------

Juro de 40000 q[ue] paga Simão da Sylva. Distratado por rezão de se não poder cobrar pella Caza de Brag[na]ça lhe tomar toda a fazenda pello q[ue] lhe devia de q[uan]do foy Almox[arif]e	Mais tem outro juro de quar[en]ta mil rés a seis e quarto por cento q[ue] paga a esta Confr[ari]a Simão da Sylva de Vascomcellos, m[orad]or nesta V[il]a V[i]ç[os]a, vencendo-ce o d[i]to juro aos 8 de Jan[ei]ro dos anos q[ue] forem correndo, pag[na]do em cada hum anno – 2500 – q[ue] he o q[ue] se monta no d[i]to juro.	———— 2500
---	---	-----------

/fol. 46/

Juro de 60000	Maiz tem outro juro de sessenta mil rés a seis e 4.º por cento, q[ue] oje paga a esta Confr[ari]a Luiz Antonio de Mello por falecim[en]to do P[adr]e Bento Lopes do R[edon]do, conforme declara em seu escripto e na mesma obrigação ficou o d[ou]tor Luiz Antonio de Mello, pagando em cada hu[m] anno 3050, q[ue] é o q[ue] se monta no d[i]to juro, vencido aos 31 de Agosto de 1720.	———— 3050
---------------	---	-----------

Hoje Lopez Vaz e Fran[cis]co de Brito, seu genro Devem os herd[ei]ros de Leonardo Mendes a juro à S[enho]ra quarenta e outo mil seiscentos e noventa, q[ue] se derão a juro ao mesmo no anno de 1728, como se ve no l[ivr]o da rec[eit]a e desp[e]sa do d[it]o anno e ne[m] elle nem seus herd[ei]ros tem pago juro, deve-se cobrar tudo.

V[il]a V[i]ç[os]a, 1 de Abril de 746

António Luís de Mello

/fol. 47/

Foro fatiozi de 4000 q[ue] paga Paulo Lopes de Fig[ueire]do, o qual foro tem satisfeito the São Martinho de 1723. Hoje são seus f[ilh]os e os erd[ei]ros Maiz tem hum foro fatezim de 4000 q[ue] paga todos os anos a esta Confr[ari]a Paulo Loppes de Fig[ueire]do, m[orad]or nesta V[il]a V[i]ç[os]a de duas vinhas q[ue] pesue a d[i]ta Confr[ari]a no Sitio das Cortes.

———— 4000

Foro fateozi de 2800 q[ue] paga M[anu]el Ro[dr]i[gue]z Perguiça de dois mil e oytosentos res em cada hum anno do olival e orta q[ue] foy de Val de Crespino, o papa queijos. Pago este foro em duas pagas, a p[ri]mei]ra por dia de S. João Baotista e a seg[un]da por dia de Natal de cada hum dos anos q[ue] fore[m] correndo.

———— 2800

/fol. 47v/

Foro fatiozi[m] de 2400 q[ue] paga Christovão Ro[dr]i[gue]z. Mora nestas cazas Ant[óni]o de Souza Carapinha Maiz tem outro foro fateozim de dois mil e quatrocentos rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a Christovão Roiz Teselão das cazas em q[ue] vive no Castello e q[ue] são da d[i]ta Confr[ari]a. Vencido o d[i]to foro pelos Natais dos annoz q[ue] forem correndo.

———— 2400

Foro fateozim de 2000 q[ue] paga João Roiz Tavearez. Inda he vivo e mora na V[il]a

Maiz tem outro foro fatezim de 2000 q[ue] paga todos os anos Anna de Oliv[ei]ra, veuva q[ue] ficou do alferes Bento Pires de hu[m]as moradas de cazas com hipoteca de hu[m]a vinha no Sítio dos Dobres.

Agora paga (*sic*) este foro fateozim João Ro[dr]i[gue]z Tavares, p[ar]a quem pagou por compra q[ue] fez delle a Anna de Oliveira.

/fol. 48/

Foro fatiozim de 1800 q[ue] paga Maria Magdalena, digo o P[adr]e Hyer[óni]mo Xaviel Ramalho

Maiz tem outro foro fateozim de dezoyto tostões q[ue] paga a esta Confr[ari]a Maria Magdanella, veuva q[ue] ficou de Jozé Ramalho e de Loppo Jozé, f[il]h[o] de João Ro[dr]i[gue]z Proença e seus filhos orfanos, de quatro courelas de vinha a Pomar de Phelippa.

Paga agora o d[i]to foro Hyeronimo Xaviel Ramalho, f[il]h[o] da d[i]ta Maria Magdanella.

———— 2400

Há-de pagar este foro o P[adr]e Fran[cis]co Jozé Ramalho

Foro fateozim de 800 q[ue] pagão a esta confr[ari]a os erd[ei]ros de João Mendes Sepa

Maiz tem outro foro fateozim de 850 q[ue] pagão todos os anos a esta Confr[ari]a os erd[ei]ros de João Mendes Sepa de hu[m]as cazas na Rua de Três.

———— 850

/fol. 48v/

Foro fatiozim de 300 q[ue] paga a esta Confr[ari]a a ve[u]va de Jozé da Silva

Maiz tem outro foro fateozim de trez[en]tos rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a a ve[u]va de Jozé da Sylva de hu[m]as cazas da d[i]ta Confr[ari]a no Castello. Esta veuva cahio em pobreza e tornarão as cazas livres p[ar]a a Confr[ari]a

———— 300

Hé preciso s' achar que[m] hé pesuidor

<p>Foro fateozim de 2000 q[ue] paga a esta Confr[ari]a Anna Maria da Costa</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de dois mil rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a Anna Maria da Costa, veuva q[ue] ficou de Antonio Ro[dr]i[gue]z, das cazas em q[ue] vive na Rua dos Caldeyreyros, por serem da d[i]ta Confr[rari]a</p>	<p>————— 2000</p>
--	--	-------------------

/fol. 49/

<p>Foro fatiozi[m] de 500 paga Brites Jozepha</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de quinhentoz rés q[ue] paga a esta Confr[aria] em cada hum anno Brittes Jozepha de Payva de hu[m]as cazas na Rua de Évora.</p>	<p>————— 300</p>
---	---	------------------

<p>Foro fateozi[m] de 350 q[ue] paga Andre Pirez</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de trezentos e cincoenta rés q[ue] paga todoz os annoz a esta Confr[ari]a Andre Pirez Ortalão, de hum olival q[ue] a d[i]ta Confr[ari]a tem à Serra de Lavra de Noyte. Cujo olival trazia Maria Gomes, m[ulh]e[r] do Azougado, de q[ue] pagou o laudémio no anno de 1700.</p> <p>Deste foro se fes escriptura a Andre Pires em os 26 dias do mês de N[ovem]bro de 1700 na nota de João Rapozo, cuja pose de olival dezia ser no sítio de Val de Judeus, termo desta V[il]a, q[ue] p[ar]te de hu[m]a p[ar]te com o olival de Fernão de Souza e da outra p[ar]te com o olival de Manoel Marinho Serrador e com outros com quem de dir[ei]to devão e hajão de partes.</p>	<p>————— 350</p>
--	--	------------------

/fol. 49 v/

<p>Foro fatiozi[m] de 300 paga B[artolo]meu Lobo e Arruda.</p> <p>Hé preciso çaber quem trás este olival.</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de trezentos rés q[ue] paga a esta Confr[rari]a em cada hu[m] anno Bertholameu Lobo e Arruda de hu[m] olival q[ue] o d[i]to pesue à Portella de Évora, q[ue] hé da d[i]ta Confr[ari]a.</p>	<p>————— 300</p>
---	--	------------------

<p>Foro fateozi[m] de 250 q[ue] pagão os erd[ei]ros de João Ro[dr]i[gue]z Cardador</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de duzentos e sincoenta res q[ue] pagão a esta Confr[ari]a os erd[ei]ros de João Ro[dr]i[gue]z Cardador, de hu[m]as cazas no Castello</p>	<p>————— 350</p>
--	---	------------------

/fol. 50/

<p>Foro fateozim de 200 q[ue] paga Fr[ancis]co Xaviel Mexia</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de duz[en]tos rés q[ue] pagão por morte do Dezem[barga]dor Fr[ancis]co Durão Mexia, q[ue] he em quem andava este foro, hoje seu filho Francisco Xaviel Mexia, por ficar sucendendo no d[i]to foro por morte do d[i]to Dez[embarga]dor seu Pay. Imposto o d[i]to foro em hu[m] olival q[ue] pesue à Serra do Lavra de Noyte, q[ue] hé da d[i]ta Confr[ari]a.</p>	<p>————— 200</p>
---	---	------------------

<p>Foro fateozi de 230 q[ue] paga Leonardo Mendes de Alm[ei]da</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de duzentos e trinta res q[ue] paga todoz os annos a esta Confr[ari]a Leonardo Mendes de Almeyda da orta q[ue] pesue a Val de Moreno, q[ue] hé da d[i]ta Confr[ari]a.</p>	<p>————— 230</p>
--	---	------------------

/fol. 50v/

<p>Foro fateozi de 120 q[ue] paga Marianna da Silva</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de sento e vinte rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a em cada hum anno Maria Anna da Sylva, veuva q[ue] ficou de João Lour[enç]o, de hum quintal q[ue] comprou a Antão F[e]r[nande]z por 25000, do qual nos pagou Laudemizo 625 no anno de 1706.</p>	<p>————— 120</p>
---	---	------------------

<p>Foro fateozi de 300 q[ue] paga a Confr[ari]a do S[an]to Nome de Jesus</p>	<p>Maiz tem outro foro fateozim de trezentos rés q[ue] paga em cada hum anno a esta Confr[ari]a a Confr[ari]a do S[an]to Nome de Jesus, sita na mesma Igr[e]ja da Conceyção, de hu[m]as cazas na Rua da Torre, por serem da sobred[i]ta Confr[ari]a.</p>	<p>————— 300</p>
--	--	------------------

/fol. 51/

Foro fateozi de 100 q[ue] paga João Ro[dr]i[gue]z Tavares	Maiz tem outro foro fateozim de cem rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a em cada h[um] anno João Ro[dr]i[gue]z Tavares de humas casas q[ue] pesue no Castello, na Rua dos Albar[ei]ros, q[ue] são da d[i]ta Confr[ari]a	————— 100
---	--	-----------

Foro fateozi de 300 q[ue] paga M[ari]a Sanches. Pasou este foro p[ar]a M[anu]el Cotta, o Pulga.	Maiz tem outro foro fateozim de sento e quatrocentos rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a em cada hum anno Maria Sanches de humas cazas q[ue] pesue no Castello, na Rua do Bugio, q[ue] são da d[i]ta Conf[ari]a.	————— 300
--	---	-----------

Hoje sua
m[ulh]er cazada
com Jozé
Ant[óni]o,
Cobrador do
Asougue

/fol. 51v/

Foro fateozi de 400 q[ue] paga Fr[ancis]ca Xaviel P[erei]ra	Maiz tem outro foro fateozim de quatrocentos réis q[ue] paga hoje a esta Confr[ari]a Francisca Xaviel P[erei]ra, filha q[ue] ficou de Fr[ancis]co Loppes Prioste, em quem estava o d[i]to foro imposto, em hu[m]a vinha q[ue] pesuem no Sítio do Paul, q[ue] hé da d[i]ta Confr[ari]a	————— 100
--	---	-----------

Foro fateozi de 40 q[ue] paga João Gonçalves Cavall[ei]ro. Sam estas cazas na Rua dos Fidalgos	Maiz tem outro foro fateozim de quarenta rés q[ue] paga a esta Confr[ari]a João Gonçalves Cavall[ei]ro das cazas em que vive.
--	--

/fol. 52/

Maiz tem outro foro fateozim de duzentos e sesenta rés, q[ue] pagão todos os anos a esta Confr[ari]a os P[adres] da Comp[anhi]a por pertencerem ao rendim[en]to de hu[m]a Capella, impostos na orta de Pardais.	————— 260
--	-----------

Renda de 15000 q[ue] pagão os bens do P[adre] Paulo Corr[ei]a Velho	Maiz tem de renda em cada hum anno a d[i]ta Confr[ari]a quinze mil rés q[ue] lhe deixou em seu testam[en]to o P[adr]e Paulo Corr[ei]a Velho, Thesour[ei]ro q[ue] foy da mesma Confr[ari]a.	————— 15000
---	--	-------------

/fol. 52v/

Foro fateozi de 2 arates de cera q[ue] paga D. Ber[nar]do Antonio de Lucena	Maiz tem outro foro fateozim de doiz arates de cera em cada hu[m] q[ue] hoje paga a esta Confr[ari]a D. Bernardo Ant[óni]o de Lucena e Almeyda, de hu[m]as terras q[ue] seus avos aforarão p[ar]a meterem na sua Quinta de Pechinhos, com outras como meterão.	————— 2 arates de sera
--	--	------------------------

/fol. 54/

Foro de trigo de 90 a[lqueires] q[ue] paga a Caza de Brag[an]ça	Tem noventa alqueires de trigo de foro fateozim q[ue] paga a Caza de Brag[an]ça no Almox[arifa]do desta V[il]a, por hu[m]a erdade q[ue] os Senhores Duques de Brag[an]ça recolherão p[ar]a a Tapada, sendo esta da Conf[rari]a da d[i]ta S[enho]ra, chamada das Mad[urei]ras, no Symo da Seca, termo desta V[il]a. Vencido o d[i]to foro por S[an]ta Maria de Agosto e medido em caza do thesou[rei]ro, ahonde o Almox[arif]e do Ducado he obrig[ad]o, por ordem do mesmo S[enh]or, a manda-llo entregar.	90 a[lqueires] de trigo
---	---	-------------------------

Foro fateozi de 56 a[lqueires] de tr[ig]o q[ue] paga o Conde das Galveas	Maiz tem outro foro fateozim de sincoenta e seis alq[uei]res, q[ue] paga todoz os anos a esta Confr[ari]a o Conde das Galveas, P[edr]o de Mello e Castro, das Courellas de Terra a Bemcatel. Vencido o d[i]to foro por S[an]ta Maria de Agosto e medido em caza do Thesour[ei]ro, ahonde hé obrig[ad]o a manda-llo e há-de ser trigo anafil.	56 a[lqueires] de trigo
--	---	-------------------------

/fol. 54v/

Foro fateozim de Maiz tem outro foro fateozim de seis
6 a[lqueires] e a[lqueires] e meio de trigo anafil, q[ue] paga
m[ei]o de tr[ig]o à mesma Confr[ari]a o mesmo Conde das
q[ue] paga o Galveas, P[edr]o de Mello de Castro, do
Conde das t[er]ço da oytava p[ar]te da Erdade de
Galveas Fatalhão, termo de Jeromenha. Vensido por
Sancta Maria de Agosto e medido em caza
do thesou[reir]o, ahonde tem obrigação de
manda-llos entregar.

6 a[alqueires] e m[ei]o de
tr[igo]

Foro fateozi de Maiz tem outro foro fateozim de sincoenta e
20 a[lqueires] de 20 alq[uei]res de trigo anafil, q[ue] paga a
tr[ig]o q[ue] paga esta Confr[ari]a Manoel Ro[dr]i[gue]z,
M[anu]el lavrador da Erdade da Fonte da Pedra.
Ro[dr]i[gue]z Vencido o d[i]to foro por S[an]ta Maria de
Agosto e medidos e pesados em caza do
tesoureiro da d[i]ta Confr[ari]a.

20 a[lqueires] de tr[ig]o

/fol. 55/

Foro fateozi de Maiz tem outro foro fateozim de trinta
30 a[lqueires] de a[lqueires] trigo anafil, q[ue] paga a esta
tr[ig]o q[ue] Confr[ari]a os erdeiros de Maria Alcaforada
pagão os po S[an]ta Maria de Agosto e medidos e
erd[ei]ros de postos em caza do Thesou[rei]ro
M[ari]a
Alcaforada

30 a[lqueires] de tr[ig]o

Foro fateozi de Maiz tem outro foro fateozim de sincoenta e
14 a[lqueires] de catorze alq[uei]res de trigo anafil, q[ue] paga
tr[ig]o q[ue] a esta Comfr[ari]a em cada hum anno
Fr[ancis]co de Fr[ancis]co de Macedo de Souza Tavares,
Souza. m[orad]or em Setuval, da Erdade dos
Furadoyros. Vensido o d[i]to foro por
Digo, Luiz de S[an]ta Maria de Agosto e medido e
Macedo de Souza entregue em caza do Thesou[rei]ro da d[i]ta
Tavarez Confr[ari]a.

14 a[lqueires] de tr[ig]o

/fol. 55v/

Foro fateozim de Mais tem outro foro fateozim de sinco
5 a[lqueires] de a[lqueires] e meio de trigo anafil, q[ue] paga
tr[ig]o q[ue] a esta Confr[ari]a em cada hum anno D.
D. Maria Velha

Maria, veuva q[ue] ficou de P[aulo]
Mascarenhas da Gama.

5 a[alqueires] de tr[igo]

Foro fateozim de 7 a[lqueires] e hu[m]a q[uart]a de tr[igo] q[ue] paga cada hum anno João Ro[dr]i[gue]z Proença a esta Confr[ari]a da Erdade do Gavião, termo desta V[il]a. Vencido o d[i]to foro por Sancta Maria de Agosto e medido e posto em caza do thesou[rei]ro desta Confr[ari]a.

7 a[lqueires] e hu[m]a q[uart]a de tr[igo]

/fol. 56/

Renda de tr[igo] do doção q[ue] pagão os erd[ei]ros de M[aria] Alcaforada Mais tem de renda na Erdade dos frades de S. Agostinho desta V[ila] V[i]ç[os]a, termo de Jeromenha, hu[m] dozam do q[ue] render a d[i]ta erdade e conforme a deixa q[ue] deixou a esta Conf[rari]a o P[adr]e Gonsalo Gomes. Inposto tudo na Erdade das Card[ei]ras, da qual são senhores os d[i]tos frades.

/fol. 57/

Titalo do az[ei]te de foro [d]esta Confr[ari]a

Foro fateozim de 4 a[lqueires] e m[ei]o de az[ei]te q[ue] paga Paulo Lopes de Fig[ueire]do Mais tem quatro alq[uei]res e meio de foro fateozim q[ue] paga em cada hum anno a esta Confr[ari]a Paulo Loppez de Fig[ueire]do de hu[m] olival a Val de Pegas

4 a[alqueires] e m[ei]o de azeite

Foro fateozim de 4 a[lqueires] e m[ei]o de az[ei]te q[ue] paga Antonio P[erei]ra da Sylva Mais tem outro foro fateozim de quatro alq[uei]res e m[ei]o de az[ei]te q[ue] paga em cada hum anno Ant[óni]o P[erei]ra da Sylva, secrat[á]r[i]o do Ex[érci]to, por faleci[en]to de sua mãy, Joanna P[erei]ra. E o d[i]to foro q[ue] paga he de duas courelas de vinha das Fontaínhas e hu[m] olival.

4 a[lqueires] e m[ei]o de az[ei]te

Foro fateozim de
1 a[lqueire] de
az[ei]te q[ue]
paga o f[ilh]o do
Médico Rozado.

Cuja obrig[aç]am
vem do
testam[en]to de
Brittes das
Chagas q[ue] está
lansado no tombo
a f[o]l[h]a. 114.

Mais tem outro foro fateozim de hum
alq[uei]re de az[ei]te q[ue] paga em cada
hu[m] anno a esta Confr[ari]a o filho do
Médico Rozado, q[ue] hora vive em Mourão,
tambem médico. Cujo foro hé em hum olival
à Portella de Évora. Vencido aos 27 dias do
mês de Maio de 695, em q[ue] teve o seu
principio o d[i]to foro e o d[i]to olival p[ar]te
com olival do P[adr]e João Duarte Barrozo e
com olival das f[rei]ras de S[an]ta Crus.

1 a[lqueire] de az[ei]te

/fol. 57v/

Foro de meio
a[lqueire] de
az[ei]te

Mais tem outro foro de meio alq[ue]ire de
az[ei]te q[ue] deve pagar todos os anos os
erd[ei]ros de Manoel Ramalho Chicote,
adevogado q[ue] foi na Cidade de Évora, por
o mesmo o deyxar a N[ossa] S[enho]ra,
imposto na sua terça p[ar]te emq[uan]to o
mundo durar. Como consta do tombo a
f[o]l[h]a.

4 a[alqueires] e m[ei]o de
azeite

Canada de
az[ei]te q[ue]
paga P[edr]o
Mendes

Mais tem hu[m]a canada de az[ei]te, q[ue]
paga todos os anos a N[ossa] S[enho]ra da
Conceyção P[edr]o Mendes Ferrador, pello
olival q[ue] comprou a D. Paullo, o qual lho
vendeo com a d[i]ta obrig[aç]am, por ter a
S[enho]ra obrado hum milagre em hum
homem cahindo de hu[m]a oliv[ei]ra p[ar]a
bacho, no mesmo olival q[ue] está no sítio de
Val de Pegaz.

Mais pertence à Confr[ari]a o cordão de
ouro. Joya e lembr[an]ça pertence à Cap[el]a
de Paulo Corr[ei]a Velho, com q[ue] ficou
condenada à era[n]sa do tesou[rei]ro
defunto.

Amador Monteiro de Sá

O Thez[ourei]ro executará a d[i]ta
len[bran]ça em q[ue] a mesma Confr[ari]a
q[ue] o uzou.

/sem fol./

A S[enho]ra tem no seu ornato cotodianam[en]te com q[ue] se compoem assim na toalha como fora della 33 jóias, entre grandes e pequenas, e hu[m] colar de oyro emtre as mesmas q[ue] sempre vem a fazer a mesma conta das 33 jóias. Mais tem outra jóia q[ue] se repoz em 28 de Março de 730, com q[ue] vem a fazer por tudo 34 peças. Mais tem hu[m]a maripouza q[ue] se lhe poz em 13 de Março de 731, com quem a fazer por todas 35 peças. Mais tem outra marepouza de esmeraldas verdes, q[ue] se lhe poz em 26 de Maio de 732, com quem a fazer por todas – 36 peças.

Estas 36 peças asima se contarão e puzerão em N[ossa] S[enho]ra em 13 de Abril de 734.

Fontes e Bibliografia:

Fontes Manuscritas:

Lisboa, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa:

Série Vermelha, Cód. 206, 454, 631.

Lisboa, Biblioteca da Ajuda:

51-VIII-45; 51-IX-2; 51-IX-7; 51-IX-40; 51-X-17.

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal:

Reservados, Cód. 8, 9, 10, 11, 409, 480, 716, 4489.

Coleção Pombalina, Cód. 157 e 728.

Vila Viçosa, Arquivo Histórico da Casa de Bragança:

Antiga Chancelaria, N.G. 16.

Direitos Extintos, N.N.G. 1189; 1196.

Vila Viçosa, Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa:

Vereações/ VE. 3

Vila Viçosa, Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa:

Capela do Padre Paulo Correia Velho – Régia Confraria, Cód. 1.

Real Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, Cód. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 56.

Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cód. 1, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 122 e 123.

Fontes Impressas:

A Anti-Catastrophe. História d'Elrei D. Affonso 6.º de Portugal, Porto, Tipografia da Rua Formosa, 1845.

ALÃO, Manuel de Brito, *Antiguidade de Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Nazareth, Grandezas de Seu Sítio, Casa, & jurisdição Real, sita junto à Villa de Pederneira*, Lisboa, Oficina de João Galvão, 1684.

ALMEIDA, frei Cristóvão de, *Oração Funebre nas Exequias que mandou fazer na Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Lisboa o muito Alto, & muito Poderoso Rey D. Affonso VI Nosso Senhor, Aos Soldados Portuguezes, que morrerão gloriosamente em defesa da Patria, no sitio de Villa-Viçosa E na batalha de Montes Claros, este anno de 1665*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1665.

AMARAL, Francisco do, “Sermão da Conceição da Virgem Santissima”, in Amaral, Francisco do, *Primeiro tomo dos Sermões do P. Francisco do Amaral*, Braga, Gonçalo de Basto, 1641, pp. 275-283.

ANDRADE, Lucas D', *Breve Relação Do Que Socedeo Depois da Morte da Sereníssima Senhora Dona Ioana Infante de Portugal*, Lisboa António Alvarez, 1654.

ANTÓNIO, Aleixo, *Oração Funebre nas Exequias do Augustissimo, e Fidelissimo Senhor Rey D. João V*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1754.

AQUINO, frei Tomás de, *Oração Funebre, E Panegyrica nas Exequias do Augusto, Magnifico e Fidelissimo Rey, e Senhor D. João V Celebradas pela Irmandade de nossa Senhora de Monserrate da Nação Hespanhola no dia 23 de Outubro de 1750 na Igreja do Mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa*, Lisboa, Nova Oficina Monraviana, 1751.

AQUINO, São Tomás de, *Suma Teológica*, Madrid, Editorial Catolica, 1955.

ARAÚJO, João Salgado de, *Successos Militares Das Armas Portuguesas em sua fronteiras depois da Real aclamação contra Castella*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1644.

ARCANJOS, frei António dos, *Sermam da Immaculada Conceiçam de Nossa Senhora na Cappella Real Assistindo Sua Magestade, e Alteza, em Oito de Dezembro de 664*, Évora, Oficina da Universidade, 1665.

-----, *Semão Nas Honras Que Fes a Cidade de Tavira em o Reyno do Algarve na morte do Sereníssimo Senhor Dom Ioam IV Rey de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck, 1657.

AREDA, Diogo de, *Sermão Funebre Que Pregou Na Sancta Sé de Evora nas honras, que o Cabido della celebrou á piadosa memoria do Serenissimo Infante Dom Duarte*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1650.

ATAÍDE, Tristão da Cunha de [Conde de Povolide], *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1990

AZEVEDO, Luís Simões de, *Oraçam Funebre no Infeliz Successo da morte do Senhor Dom Miguel, Filho do Augustissimo Senhor Rey D. Pedro II de Portugal*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1724.

BARBOSA, José, *Oraçam Funebre nas Exequias do Excellentissimo Senhor Luis de Vasconcellos, e Sousa, conde de Castelmilhor, Escrivão da Puridade d' el Rey D. Affonso o VI: & Concelheyro de Estado d' el Rey D. João o V Nosso Senhor. Celebradas na Collegiada de N. Senhora da Conceyção a 27 de Setembro de 1720*, Lisboa, Oficina de Matias Pereira da Silva e João Antunes Pedroso, 1720.

-----, *Oração Funebre nas Exequias do Illmo. E Excelmo. Senhor Conde de Alva, D. João Diogo de Attaide do Conselho de Sua Magestade, e de Guerra, Capitão General da Armada Real celebradas no Recolhimento do menino Deos em 18 de Mayo de 1740*, Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1740.

-----, *Oração Fúnebre Nas Exequias da Serenissima Senhora Dona Luiza, Filha do Muito Alto, e Muito Poderoso Rey D. Pedro II*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1733.

-----, *Panegyrico Funebre nas Exequias do Excellentissimo Senhor D. Antonio Luiz de Sousa, II Marquez das Minas, IV Conde do Prado, do Conselho de Estado, e Guerra, Governador das Armas da Provincia do Alemtejo, Estribeyro Mór da Rainha NS. Celebradas Pela Meza do Santissimo Sacramento da Freguesia de Santos a 29 de Janeyro de 1722*, Lisboa, Oficina da Música, 1722.

-----, *Panegírico Funeral nas exéquias do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello*, Lisboa, Oficina de Antonio Manescal, 1727.

-----, *Sermão Historico Panegyrico da Conceição de N. Senhora, Padroeira do Reyno de Portugal. Pregado na Cappella Real a 8 de Dezembro de 1709*, Lisboa, Oficina Real de Valentim da Costa Deslandes, 1710.

BARRETO, frei Tomás, *Sermão Funebre Nas Exequias Que Fes o Nobilissimo Senado da Villa de Vianna na Igreja Collegiada de Sãta Maria ã 7 de Junho de 1653 ao Serenissimo, & maximo Príncipe D. Theodósio, filho de El Rei Dom João o IIII nosso Senhor*, Coimbra, Oficina de Thomé Carvalho, 1653.

BEM, Tomás Caetano do, *Sermão em Acção de Graças ao Altissimo, e à singular protecção da Virgem Senhora nossa pela milagrosa conservação da preciosíssima vida de S. Magestade, sendo assaltado por três assassinos na noite de 3 de Setembro*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1759.

BERNARDES, Manuel dos Reis, *Panegyrico Evangelico, Epithalamico, e Gratulatorio na Solemnidade, Que na Santa Igreja Cathedral do Porto fez em 5 de Fevereiro de 1728 o Nobilissimo Senado da mesma Cidade em Acção de Graças pelos Augustissimos Despozorios dos Serenissimos Senhor D. Joseph Principe do Brasil, e Senhora D. Marianna Victoria, Infante de Castella; E dos Serenissimos Senhor D. Fernando Principe de Asturias, e Senhora Dona Maria Barbara, Infanta Primogenita de Portugal*, Lisboa, Patriarcal Oficina da Musica, 1728.

-----, *Panegyrico Gratulatorio Evangelico, e Philologico Exposto na Solemnidade, que em Acção de Graças pelo Felicissimo Nascimento da Serenissima Princeza da Beyra, a Senhora D. Maria Francisca Izabel Josepha Antonia Gertrudes Ritta Joanna, Primogenita do Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor, Celebrou na Sancta Igreja Cathedral do Porto em 30 de Janeyro de 1735 o Nobilissimo, e Preclarissimo Senado da Camera da mesma Cidade*, Coimbra, Real Collegio da Companhia de Jesus, 1735.

BERNARDES, Manuel, “Pratica da Immaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa”, in BERNARDES, Manuel, *Sermões e Praticas do P. Manoel Bernardes, da Congregação do Oratorio*, T. I, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762, pp. 269-291.

BLUTEAU, Rafael, *Oração Funebre Nas Exequias Reaes da Serenissima Rainha de Portugal D. Maria, Francisca, Isabel de Saboya, Celebradas Na Santa Casa da Misericordia de Lisboa, aos 27 de Janeiro de 1684*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1684.

----, *Orações Gratulatorias Na Feliz Vinda Da Muito Alta, E Muito Poderosa Rainha da Gram Bretanha, Compostas, E Recitadas Na Igreja da Divina Providência À Nobreza de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1693.

BOAVENTURA, frei João de, *Oração Funebre da Muito Alta, Poderosa, e Augusta Senhora D. Maria I Rainha de Portugal Recitada na Freguezia dos Anjos*, Lisboa, Impressão Régia, 1817.

BRANCO, frei Bernardo de Castelo, *Sermão Em Açam de Graças Pella Felice Acclamaçam D' El-Rey D. João IV Pregado No Collegio de S. Bernardo no Prestito, que faz o Corpo da Universidade de Coimbra, todos os annos no dia Anniversario da ditta Acclamação*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1714.

BRANDÃO, frei Francisco, *Discurso gratulatório sobre o dia da felice restituição, & aclamação da Magestade del Rey D. Joam IV*, Lisboa, Oficina de Lourenço de Anveres, 1642.

----, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana, que contém a história dos últimos vinte & tres annos delRey D. Dinis*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1672.

BRAVO, frei Pedro Soriano, *Sermão Nas Exequias Do Muito Alto, Poderoso, Magnanimo e Fidelissimo Monarca D. João V Rey de Portugal*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1750.

Breve Noticia de la Enfermedad, Muerte, y Entierro de La Excelentissima Señora Duquesa de Aveyro, e Maqueda, Mi Señora Doña Maria de Guadalupe, Lencaster y Cardenas Viuda del Excellentissimo Señor Don Manuel Ponce de Leon Duque de Arcos; y madre de los Excelentissimos Señores Don Joachin Ponce de Leon, Duque de Arcos, de Aveyro, y de Maqueda; Don Gabriel Ponce de Leon, Duque de Baños; y de mi señora Doña Isabel Ponce de Leon, Duquesa Viuda de Alva, Madrid, s.n., 1715.

BRITO, frei Bernardo de, *Segunda Parte, da Monarchia Lusytana. Em que se continuão as historias de Portugal desde o nascimento de nosso Salvador Jesu Christo, ate ser dado em dote ao Conde dom Henrique*, Lisboa, Pedro Crasbeek, 1609.

BULHÕES, frei Manuel da Madre de Deus, “Sermão I. Na Festividade de Nossa Senhora da Conceição na sua Paroquial da Praya, com o Santissimo Sacramento exposto em 8 de Dezembro de 1727”, in BULHÕES, frei Manuel da Madre de Deus, *Sermões em Várias Solemnidades de Marria SS. Mãe de Deos e Senhora Nossa*, Lisboa, Oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1737 pp. 1-25.

-----, “Sermão II na Festividade de Nossa Senhora da Conceição na sua Paroquial da Praya, com o Santissimo Sacramento exposto, em 8 de Dezembro de 1728”, in BULHÕES, frei Manuel da Madre de Deus, *Sermões em Várias Solemnidades de Marria SS. Mãe de Deos e Senhora Nossa*, Lisboa, Oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1737 pp. 26-45.

CABRAL, frei António Lopes, *Panegirico ao Excellentissimo Senhor Dom Luis de Menezes Dignissimo Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, do Conselho de Estado, & Guerra, Presidente no da Fazenda, & Capitão Geral das Armas Portuguezas Em a memorável victoria de Montes Claros*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Melo, 1665.

CALADO, frei Manuel, *O Valeroso Lucideno, E Triumpho da Liberdade. Parte Primeira*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1668.

CADORNEGA, António de Oliveira de, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

CALDEIRA, José, *Oração Funebre que nas Solemnes Exequias, que se fizeram na Igreja Matriz da Villa de Bellas À Serenissima Senhora Infante D. Francisca*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1736.

CARVALHO, André Freire de, *Oração que disse o Doutor André Freyre de Carvalho, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Comendador de Santa Maria Magdalena de Parada da Ordem de Christo, Juiz Conservador da casa da Moeda, & Vereador o mais antigo do Senado da Camera, Na presença de Suas Magestades El Rey D. Joam o V. & a Rainha D. Marianna de Austria NN.SS. Quando forão em acção de graças à Sé de Lisboa em 22 de Dezembro de 1708*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1709.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de, *Sermam da Purissima, E Immaculada Conceiçam da Sempre Virgem Maria, Mãe de Deos, Rainha dos Anjos, Senhora do Ceo, E Terra; Em Santa Anna*, Coimbra, Oficina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, t. I-III, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

CASTRO, frei Jorge de, *Serman nas Exequias do Excellmo, e Reverendmo Senhor D. Pedro de Alancastro Duque de Aveiro, & Inquisidor Geral, &c. dado à luz por ordem da Ecellma Senhora D. Maria de Alancastro, Marquesa de Gouvea, & Condeça de Portalegre, sua amantíssima irmã*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1673.

CASTRO, Júlio de Melo e, *História Panegyrica da Vida de Dinis de Mello de Castro, Primeyro Conde das Galveas do Conselho de Estado, & Guerra dos Serenissimos Reys Dom Pedro II e Dom João V*, Lisboa, Oficina de José Manescal, 1731.

Catecismo Romano, Ordenado por Decreto do Santo Concílio de Trento, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1783.

Certamen Epithalamico Publicado na Academia dos Generosos de Lisboa: Ao Felicissimo Cazamento Do Sempre Augusto, & Invicto Monarcha D. Affonso VI no Nome, Rey de Portugal com a Soberana Princeza D. Maria Franc. Izabel, Rainha, & Senhora Nossa, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1666.

CÉU, Maria Benta do, *Jardim do Ceo, plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Braga*, Lisboa, Oficina de Manuel Coelho Amado, 1766.

CHAGAS, frei Manuel das, *Oração Luctuosa em as honras que fez o Real Convento de N. Senhora do Carmo de Lisboa À Sereníssima Infante de Portugal D. Ioanna Sesta Feira 28 de Novembro de 1653*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1654.

CHAVES, Castelo Branco (trad., pref. e notas), *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

CIDADE, Manuel Pereira, *Memórias da Basílica da Estrela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo (pub.), *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

CONCEIÇÃO, frei Ambrósio da, *Sermam em Acçam de Graças a Nossa Senhora dos Poderes Pela Exaltaçam do Senhor Dom Joseph Ao Throno da Sé de Braga, Prégado pelo Padre Frey Ambrosio da Conceiçam Em o Convento das Religiosas de Via-longa*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

[CONCEIÇÃO, frei Manuel da], *Ultimas Acçoens da Serenissima Rainha D. Luiza Francisca de Gusmam Nossa Senhora*, Lisboa, Oficina de Diogo Soares de Bulhões, 1666.

CORDOVIL, António da Costa, *Sermões da Conceiçam da Virgem Nossa Senhora, Prégados em os três dias que nelles mesmo se apontão. Por Antonio da Costa Cordovil, Freire da Ordem de Sant-Iago, formado em a Sagrada Theologia pella Universidade de*

Coimbra, & Prior na Igreja de N. Senhora da Ajuda da Villa de Setuval, Dedicados ao Excellentissimo Senhor D. Pedro de Alencastro Arcebispo Inquisidor Geral, do Conselho de Estado, Duque de Aveiro, & de Torres Novas, Marquez de Montemor, Conde de Penella, Alcaide mor de Coimbra, & de Setuval, &c., Lisboa, Oficina de António Rodrigues de Abreu, 1673.

CORREIA, Manuel de Almeida, *Elogio Funebre na Morte do Senhor D. Fernando de Menezes, Filho do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Luiz Carlos de Menezes, Marquez do Lourical, e segunda vez Viso-Rey da India*, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galram, 1742.

CORREIA, frei Pedro, “Discurso VIII da Conceição Immaculada da Virgem Maria Nossa Senhora”, in CORREIA, frei Pedro, *Triumphos Ecclesiasticos. Primeira Parte. Contem as Festas Principaes que em Oitubro, Novembro, & Dezembro celebra a Igreja Militante em consonância da Triumphante*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1617, pp. 151-176.

COSTA, frei Bernardo da, *Oração Funebre que nas Exequias da Serenissima Infanta, A Senhora D. Francisca, que se celebrarão em o Real Convento da Ordem de Christo, na Villa de Thomar a 8 de Agosto de 1736, recitou o P. Fr. Bernardo da Costa*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1736.

COSTIGAN, Arthur William [James Ferrier], *Retratos de Portugal. Sociedade e Costumes*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

Cronica do Cõdestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra, principiador da casa q agora he do Duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste procedem agora o Emperador em todos Reynos xpos de Europa ou as raynhas deles ou ambos. Edição fac-símile, Lisboa, Tipografia Silvas Lda., 1969.

DAMÁSIO, frei Manuel de São Caetano, *Elogio Funebre do Muito Alto, e Muito Poderoso Fidelissimo Rei e Senhor Nosso D. Pedro III, Dedicado ao Serenissimo Senhor D. José Principe do Brasil Nosso Senhor, Recitado na Igreja do Convento das Religiosas de Nossa Senhora do Carmo da Villa da Cuba, do Bispado de Beja, da Serenissima Casa do Infantado*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1787.

DIAS, Miguel, *Serman nas Exequias D’El Rey Nosso Senhor Dom Pedro II Que Pregou O R. P Miguel Dias da Companhia de Jesus Assistente Pelas Províncias de Portugal em Roma, Na Igreja de Santo António da Nação Portuguesa no Anno de 1707*, Roma, Oficina de António da Rosa, 1707.

DOMINGUES, João Baptista, *Vida do Principe D. Theodosio, oferecida a Santa Joana, Princeza de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1747.

DRAKE, frei José de Almeida, *Oração Funebre Recitada nas Solemnes Exequias da Fidelissima Rainha de Portugal a Senhora Dona Maria Primeira Que Mandarão Celebrar em os dias 29, e 30 de Outubro do Anno de 1816 na Basilica Patriarchal de Santa Maria, os Illustrissimos Monsenhor Presidente, Senhores Conegos e Beneficiados da mesma Basilica*, Lisboa, Impressão Régia, 1816.

DUARTE, D., *Leal Conselheiro, o qual fez D. Duarte, Pela Graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, A Requerimento da muito excelente Rainha Dona Leonor sua mulher, seguido do Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sella, que fez o mesmo Rei, o qual sendo Infante*, Paris, Casa de J. P. Aillaud, 1842.

ESCOLAR, frei Francisco de, *Oração Gratulatoria Pella Saude Milagroza Que Deos Foy Servido Conceder A El Rey N. Senhor D. João o IV*, Coimbra, Oficina da Viúva de Manuel de Carvalho, 1672.

ESPÍRITO SANTO, frei José do, “Sermão Segundo da Immaculada Conceição de N. S., Pregado na Capella Real. Anno de 1657”, in ESPÍRITO SANTO, frei José do, *Sermões Varios Das Festas de Chrito, Da Virgem N. S. e Outros Sanctos*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1659, pp. 18-38.

Estatutos da Provincia da Conceyção no Reyno de Portugal Ordenados, e Reformados no anno de 1733. Sendo Ministro Provincial Fr. Manoel da Natividade Ex Lecto de Theologia e Qualificador do Santo Officio, E sahidos a luz no anno de 1735. Sendo Ministro Provincial Fr. João de Sancta Roza Ex Lector de Theologia, e Consultor do Santo Officio, Coimbra, Oficina de Luís Seco Ferreira, 1735.

EXPECTAÇÃO, frei João da, *Oração Funebre da Muito Poderosa, Augusta e Fidelissima Rainha de Portugal a Senhora D. Maria I, Pregado nas Solemnissimas Exequias, Que em sua Gloriosa Memoria Mandarão Celebrar as Religiosas Carmelitas Descalças do Real Convento Novo do Santissimo Coração de Jesus de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1817.

FARIA, António de, *Sermão nas Honras Funebres, Que a Congregaçam do Oratorio de Lisboa dedicou à saudosa memoria da Serenissima Rainha D. Maria Sophia Isabel, Em 21 de Agosto de 1699 na Igreja da mesma Cõgregação*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1699.

FLÓREZ, Enrique, *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España. Origen, Divisiones, Y Limites de todas sus Provincias, Antigüedad, Traslaciones,*

y estado antiguo y presente de sus Sillas, com varias Disertaciones criticas, t. XIX, Madrid, Antonio Marin, 1765.

FORJAZ, frei Joaquim, *Elogio Funebre do Muito Alto, e Muito Poderoso Fidelissimo Rei Senhor Nosso D. Pedro III Dedicado ao Serenissimo Senhor Infante D. João e Pronunciado na Real Capella da Bemposta*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786.

FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que Contém uma Exacta Relaçam de Suas Províncias, Comarcas, Cidades, Villas, Freguezias, montes, rios, portos com a sua situação, extensão, e limites, a qualidade de cada paíz, as fortalezas, o numero costumes, e commercio de seus habitantes, as principaes dignidades Ecclesiasticas, os títulos honoríficos de sua Nobreza, a serie, e acçoens mais famosas de seus Reys, e tudo o mais memorável desta antiga, e ilustre Monarchia*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

GAMA, Simão da, “Sermão da Conceiçam da Virgem N. Senhora. Pregado na Capella Real, anno de 1690”, in GAMA, Simão da, *Sermoens em Varias Celebidades, Que Pregou o Padre Simam da Gama da Companhia de Jesu*, t. VI, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1713, pp. 1-34.

GAMBOA, frei Egídio de, *Oraçam Funeral Em as Exequias do Muyto Alto, E Poderoso Rey de Portugal O Senhor D. Pedro II Que Celebrou o Real Convento de Thomar da Ordem de Christo*, Lisboa, Oficina de Manuel e José Lopes Ferreira, 1707.

Gemidos saudosos entre a ilustre, e luctuosa corte de Lisboa e o poderoso, e sentido reyno de Inglaterra: aquella lamentando defunta sua venerada Infante, & este suspirando morta a sua melhor Rainha, a sereníssima senhora D. Catharina dedicados aos nobilísimos, sentidíssimos Senhores, principaes Cabeças do governo Economico da sua Real Casa, Thomas Sanis, Gentil-Homem de sua Camara, e o Reverendissimo Padre Manoel Dias, seu Esmoler, & Sumilher da Cortina, & por Pedro de Azevedo Tojal, formado na faculdade dos Sagrados Canones, e dados a estampa por Luis de Araujo e Barbuda seu mayor amigo, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1706.

GONZAGA, Luís, *Serman de Acçam de Graças Na Festa, Que Fes, O Serenissimo Infante D. Manoel, Livrando Da Queda, Que Deu de hum cavallo na ponte de Pedrouços, Estando o Senhor exposto, Assistindo Sua Majestade, E Suas Altesas, que Deos guarde*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1713.

GOUVEIA, frei Manuel de, “Sermão da Immaculada Conceiçam da Mãe de Deos, Prégado na Capella Real”, in GOUVEIA, frei Manuel de, *Sermões Varios, E Discursos Predicaveis Politicos, Panegyricos, & Moraes*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1701, pp. 1-27.

JESUS MARIA JOSÉ, frei Pedro de, *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal, Da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, t. I, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1760.

JUSTINIANO, António de São Jerónimo, *Alivio nas Lagrymas Com as Felices Melhoras do Serenissimo Senhor D. Antonio Infante de Portugal*, Lisboa, Nova Oficina Almeidiana, 1739.

LISBOA, frei José da Conceição, *Elogios Funebres, que nas Exequias do Santissimo Padre Clemente XIV, e do Muito Alto, Poderoso e Fidelissimo Senhor Dom José I, Rei de Portugal, e dos Algarves, &c. &c. &c. Celebradas no Convento de S. Francisco da Cidade*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1777.

MACEDO, António de Sousa de, *D. Afonso VI*, Porto, Livraria Civilização, 1940.

MADAHIL, António Gomes da Rocha (rev.), *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rey Dom Afonso V*, Aveiro, Edição do Professor Francisco Ferreira Neves, 1939.

MÃE DOS HOMENS, frei Francisco da, *Oração Funebre que nas Exequias da Serenissima Senhora Dona Maria Anna Francisca Jozefa Antonia Gertrudes Rita Joanna, Infanta de Portugal, Mandadas Fazer por Sua Alteza Real, o Principe Regente N. S.*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1813.

MARTINIANO, Salvador, *Oração Funebre, que nas Exequias da Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Theresa de Mendonça, Condessa do Vimieiro, e depois Religiosa no Convento de N. Senhora da Conceição da Luz, Celebradas pelos Padres da Congregação do Oratorio de S. Filipe Neri da Praça de Estremoz*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1740.

MELGAÇO, frei António de Santa Maria dos Anjos, *Oração Gratulatória Offerecida ao Poderosíssimo Rei Senhor D. José I Debaixo da protecção de Maria Santissima na sua Conceição Immaculada*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1759.

MELITÃO, José Joaquim, *Elogio Funebre Consagrado à Immortal Memoria, e eterna saudade da Augustissima Rainha de Portugal a Senhor D. Marianna Victoria*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1781.

MELO, frei João de, *Sermão nas Exequias que Fez o Senado da Camera da Cidade de Tavira Á Fidelissima Rainha de Portugal D. Maria-Ana de Austria, Esposa do Augusto Rey Fidelissimo D. João V*, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1754.

MENDONÇA, Luís António Carlos Furtado de, *Oração Funebre Recitada na Capella Real da Corte do Rio de Janeiro nas Solemnes Exequias da Senhora D. Maria I Rainha Fidelissima do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1816.

MENEZES, D. Luís de [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado*, t. I-II, Lisboa, Oficina de João Galvão, 1679-1698.

MESQUITA, frei José de, *Sermão nas Exequias do Serenissimo Senhor Infante D. Carlos, que no Real Convento de Thomar da Ordem de Christo em 20 de Abril deste anno de 1736 Pregou o M.R.P. Fr. Jozé de Mesquita*, Lisboa, Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736.

MOURÃO, Monsenhor, *Oração Funebre que nas Solemnes Exequias que fez celebrar na Igreja Parochial de S. Julião pela Muito Alta e Muito Poderosa Rainha D. Maria I o Muito Honrado Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro*, Lisboa, Impressão Régia, 1817.

MORAIS, João Aires de, *Festivos Aplausos na felix victoria das Armas Lusitanas e memorias fúnebres no fatal destrago da profecia Espanhola: Na Batalha de Montes Claros*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1665.

MOREIRA, Hipólito, *Oração Funebre nas Exequias do Excellentissimo Senhor Conde da Calheta, Affonso de Vasconcellos e Sousa, Celebradas na Real Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Freires da Ordem de Christo, Pela Irmandade da Mesma Senhora, da qual o Excellentissimo Conde fora Juiz Perpetuo*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1734.

[MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão], *Elogio Historico da Princeza D. Maria Francisca Benedicta escripto em Fevereiro de 1834*, Paris [aliás, Lisboa], Paul Renouard [aliás, Tipografia Lisbonense de A. C. Dias], [1836?].

NANTES, frei Constantino de, *Oração Funebre Que Pregou O R. P. Fr. Constantino de Nantes, Capuchinho Francez, Lente Habitual de Theologia, e Qualificador do Santo Ofício: Em As Exequias, Que Se Fizeram Em A Morte da Serenissima Senhora, D. Maria, Francisca, Isabel de Saboya, Rainha De Portugal Por Ordem do Excellentissimo Senhor de S. Romão, Embayxador Extraordinario de ElRey Christianissimo, em 3 de Ianeyro de 1684 oyto dias depois da sua morte: Em o Real Convento Do Santo Crucifixo Das Religiosas Capuchinhas, em que está depositada. Estando Presentes Com Sua*

Excellencia O Illustrissimo Senhor Arcebispos Inquisidor Geral, & outros Prelados, & Grandes da Corte, & os Confessores de ambas as Magestades, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1684.

NATIVIDADE, frei Francisco da, *Oração Funeral em as Exequias, Que a Irmandade do Santissimo Sacramento da Parrochial Igreja de Santa Justa celebrou como a seu Juiz Perpetuo, ao Duque Dom Luis Ambrosio Filho Primogenito do Excellentissimo Duque do Cadaval Dom Nuno Alvares Pereira de Mello*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1701.

NATIVIDADE, frei João da, *Oração Funebre & Panegyrica nas honras, que à Serenissima Senhora D. Maria Sophia Izabel Raynha de Portugal mandou fazer o Illustrissimo Senhor D. Simam da Gama Bispo do Reyno do Algarve, do Conselho de S. Magestade & seu Sumilher da Cortina*, Lisboa, Oficina de Filipe de Sousa Vilela, 1700.

NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano ou, Catalogo alfabetico de todas as freguezias dos reinos de Portugal, e Algarve: das igrejas com seus oragos : do titulo dos parocos, e annual rendimento de cada huma : dos padroeiros, que apresentam : juntamente com as leguas de distancia da metropoli do reino e da cidade principal, e cabeça do bispado, com o numero dos fogos*, t. I-III, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

NÓBREGA, António Isidoro da, *Elogio Funebre na Sentida morte do Fidelissimo, E Augustissimo Rey o Senhor D. João V*, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves, 1750.

Noticia da Magnifica entrada, que o Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz das Hespanhas, Deo na Cidade de Braga no dia vinte e oito de Outubro do presente ano, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1759.

NORONHA, Duarte de Mello de, *Batalha de Montes Claros Escrita ao Excellentissimo Senhor Conde de Castel-Melhor*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1665.

NORONHA, Manuel de, *Exequias do Serenissimo Principe Dom Theodosio Primeiro de Portugal Na Villa de Torres Vedras, & Igreja de Sancta Maria do Castello, Aos 10 de Junho de 1653*, Lisboa António Alvarez, 1653.

Officio da Immaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, concebida sem pecado original, [Lisboa?], [Oficina de Domingos Carneiro?], [1664?].

Oitavas a Nossa Senhora da Conceição. Em Aplauso da Victoria do Canal. Em 8 de Junho de 1663. Sendo Governador Das Armas da Provincia do Alemtejo, Dom Sancho

Manoel, Conde de Villa-Flor. *Feitas por hum Anonimo da Academia dos Generozos de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.

OLIVEIRA, Filipe de, *Oração Funebre Panegyrica, e Historica do Sempre Augusto, Magnifico, e Fidelissimo Senhor Rey D. João V Celebradas Pela Irmandade De S. Bartholomeo da Naçam Alemã Na Real Freguezia de S. Juliam no dia 27 de Agosto de 1750*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1750.

OLIVEIRA, frei José de, “Sermam da Immaculada Conceição da Virgem Senhora Nossa Prégado na Capella Real da Serenissima Rainha da Gram Bretanha, estando o Senhor exposto. Anno de 1702”, in OLIVEIRA, frei José de, *Sermoens Varios Que Pregou o Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Joseph de Oliveyra, Bispo que foy de Angola, Religioso dos Eremitas de Santo Agostinho, do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, Oficina Deslandesiana, 1715, pp. 227-253.

----, *Serman Em O Prestito Que A Insigne Universidade de Coimbra fez à Igreja da Rainha Santa izabel em acção de graças pelo nascimento do Principe nosso Senhor*, Coimbra, Oficina de José Ferreira, 1690.

----, *Serman Pregado Nas Exequias do Serenissimo Senhor D. Pedro II Rey de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1707.

----, “Serman Pregado na manhã de 4 de Dezembro do anno de 1711. Na solemne acção de graças pelo felicissimo Nascimento da sereníssima Infante D. Maria de que Deos nos fez merce na mesma manhã; Assistindo com toda a Corte na Capella Real Sua Magestade, & Altezas”, in OLIVEIRA, frei José de, *Sermoens Varios Que Pregou o Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Joseph de Oliveyra, Bispo que foy de Angola, Religioso dos Eremitas de Santo Agostinho, do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, Oficina Deslandesiana, 1715, pp. 1-18.

PACHECO, frei João, *Divertimento Erudito para os curiosos de Notícias Historicas, Escolasticas, Politicas, e Naturaes, Sagradas, e Profanas*, t. I, Lisboa, Oficina Augustiniana, 1734.

PADILHA, Pedro Norberto D’ Aucourt e, *Memorias da Serenissima Senhora D. Isabel Luiza Jozefa, Que foy jurada Princeza destes Reynos de Portugal*, Lisboa, Oficina de Francisco da Silva, 1748.

PAIVA, Sebastião da Fonseca e, *Redondilhas a Santo António alistarse por soldado na occasiam da campanha do Além-Tejo no anno de 1665*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1665.

[PAIXÃO, frei Alexandre da], *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vols. 1-4, Porto, Companhia Editora do Minho, 1938-1939.

PEREIRA, Agostinho, *Serman Na Festa de Acçam de Graças, Que Pela Restauração Da Saude Em esta ultima moléstia Do Rey Nosso Senhor D. João V Fizerão na Igreja das Religiosas Do Real Convento de Nossa Senhora da Madre de Deos Os Padres da Igreja de S. Nicolao de Lisboa em 20 de Julho de 1748*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1748.

-----, *Serman Panegyrico, E Historico Da Conceição Da Senhora, Pregado Em 8 de Dezembro de 1749 na Prioral Igreja de Sam Nicolao de Lisboa; E oferecido Ao mesmo Santo por hum seu devoto*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1750.

PEREIRA, Júlio de Saldanha Ferreira, *Oração Funebre do Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas*, Porto, Oficina de António Álvares Ribeiro, 1789.

PIEDADE, frei António da, *Semam Que Em As Exequias Da Serenissima Rainha Nossa Senhora D. Maria Sofia Isabel de Neoburg, Feitas Pela Nobre Villa de S. Amaro das Grotas do Rio de Sergipe a 19 de Abril de 1700*, Lisboa, Real Oficina dos Herdeiros de Miguel Deslandes, 1703.

-----, *Oração Funebre que nas Exequias do Excellentissimo Senhor D. Filippe Mascarenhas Segundo Conde de Coculim Celebradas pela Veneravel Ordem Terceira da Penitencia no Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Oficina da Música, 1735.

PINTO, Luís Machado Pereira, *Sermão oferecido à Magestade do Senhor D. João IV Que Nas Exéquias do Senhor Príncipe Dom Theodosio Pregou Na Santa See de Miranda o Doutor Luis Machado Pereira Pinto*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1656.

Proclamação Funebre e Saudosa na morte da Augustissima Rainha Catholica a Serenissima Senhora D. Maria Barbara de Portugal, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1758.

Primeira Noticia dos Gloriosos Successos Que Tiverão as armas de S. Magestade na Provincia da Beira; E Particularmente do que houve junto à Villa de Monsanto em onze de Junho no combate, que teve com o inimigo, o exército de S. Magestade mandado pelo marques das Minas Governador das armas daquela provincia, & do Conselho de Estado de Sua Magestade, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1704.

PURIFICAÇÃO, Gabriel da, “Sermam da Conceyçam de N. Senhora, Prégado em o Convento de Palmella, patente o Santissimo Sacramento, in PURIFICAÇÃO, Gabriel da, *Terno Sonoro, Cantado em as Tres Principaes festas da Gloriosissima Virgem maria Nossa Senhora*, Lisboa, Oficina de João Galram, 1689, pp. 3-16.

RAMOS, Domingos, *Serman Nas Exequias da Rainha N. S. D. Maria Sophia Isabel, Celebradas na Cathedral Metropolitana da Cidade da Bahya aos 31 de Março de 1700*, Lisboa, Bernardo da Costa Carvalho, 1702.

REIS, António dos, *Elogio Funebre que nas Exequias da Excellentissima Senhora D. Francisca de Mendonça, Condessa de Atalaya, Celebradas pelos Padres da Congregação do Oratorio de Lisboa Occidental em 19 de Janeiro de 1735*, Lisboa, Oficina da Congregação do Oratorio, 1735.

REIS, José dos, *Oração Funebre nas reaes exequias, e solemnisssmas Honras, que na sé Primacial de Braga mandou celebrar ao Serenissimo Infante, e Senhor D. Francisco, o seu irmão o Serenissimo Senhor D. Joseph, Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas*, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1742.

Relação de tudo o que se passou na felice Aclamação do mui Alto & mui Poderoso Rei D. João o Quarto, nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos anos, Lisboa, Lourenço Anveres, 1641.

RIBEIRO, Inácio, *Sermam de Acçam de Graças Pelo felicissimo Nascimento do Sexto Filho, que a Magestade Divina deu às de Portugal em 24 de Setembro de 1723*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1724.

RITTER, José, *Vida, y Virtudes de la Serenissima Señora Dona Maria Ana, Reyna de Portugal, y los Algarves, Princesa Real de Hungria, y Bohemia, y Archiduquesa de Austria, &c.*, Madrid, Oficina de Antonio Marin, 1757.

ROSÁRIO, frei Diogo do, *Flos Sanctorum, ou Historia das vidas de Christo, Nosso Senhor, de Sua Santissima Mãe e dos Santos, e suas Festas, Repartidas pelos mezes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, com as praticas, e festas, que nelles se celebrão*, t. II, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1744.

ROSÁRIO, frei José do, “Oração Funebre nas Exequias da Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria Anna de Austria”, in FARIA, Rodrigo José de, *Relação das Exequias, que na Morte da Senhora D. Maria Anna de Áustria Mandou Fazer o Sereníssimo Senhor Dom Joseph, Arcebispo Primaz, e Senhor de Braga*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1755, pp. 13-40.

SÁ, António de, *Oração Funebre Nas Exequias da Serenissima Rainha D. Luiza Francisca de Gusmam*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1735.

SACRAMENTO, frei António do, *Collecta, que no Oitavo Dia da Immaculada Conceição da Virgem Maria, Mãe de Deos, e Senhora Nossa, depois de se ter celebrado huma solemne Novena*, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão, 1755.

SALGADO, Manuel de Santo Eusébio, *Sermão em Acção de Graças na Festa, que a Maria Santissima Venerada com o soberano titulo de Senhora dos Enfermos na sua Ermida da Freguesia do Almarge pelas melhoras do Augustissimo Senhor Infante D. António*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1739.

SAMPAIO, frei António de, *Oração Funebre, Que nas Exequias do Muito Alto, Muito Poderoso e Fidelissimo Senhor D. José I Rei de Portugal, e dos Algarves &c. &c. &c. Celebradas no Convento de S. Francisco da Cidade da Bahia*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1781.

SANTA ANA, frei Joaquim de, *Oração na Acção de Graças, que a Serenissima Senhora Princeza do Brasil, e o Serenissimo Senhor Infante Dom Pedro Celebrarão na sua Real Capella da Bemposta no dia 25 de Setembro de 1761 ao Santissimo Coração de Jesus em cumprimento do seu voto pelo felicissimo Nascimento do Serenissimo Principe da Beira o Senhor Dom Joseph*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1761.

SANTA ANA, frei Joaquim de, *Oração Funebre que nas Exequias da Augustissima Senhora e Fidelissima Rainha de Portugal D. Maria Ana de Áustria, celebradas pela Nação Alemã na sua Capella de S. Bartholomeu, sita na Paroquial Igreja de S. Julião desta corte, e cidade de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1754.

-----, *Oração Sagrada, Histórica e Panegyrica do Mysterio da Conceição Purissima da Senhora, que recitou em o dia 8 de Dezembro de 1759 na Real Capela de Villa Viçosa, estando presentes Suas Magestades, e Altezas*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1760.

SANTA ANA, Luís de, *Oração Funebre nas Exequias Dedicadas à Serenissima Infante de Portugal, a Senhora D. Francisca de gloriosa memoria, Pelos Illustrissimos Capitulares, Sede Vacante da Sé de Braga, s.l., à custa dos Illustrissimos Capitulares da mesma Cathedral*, [1736?].

SANTO ANTÓNIO, frei Urbano de, *Triunfos da Conceição Pregados na Freguesia de S. Nicolao de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1689.

SANTO ELISEU, frei António de, “Sermam da Conceição, com o Senhor Exposto, pregado no Convento das Religiosas da Luz”, in SANTO ELISEU, frei António de, *Sermoens Varios Dedicados a S. João da Cruz*, t. I, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galram, 1736, pp. 24-48.

SANTA MARIA, frei Agostinho de, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prégadores, & devotos da mesma Senhora, que compreende as Imagens de Nossa Senhora, que se venerão na Corte, e Cidade de Lisboa*, t. I-X, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galram, 1707-1723.

SANTA MARTA, Teodósio de, *Elogio Historico da Illustrissima e Excellentissima Casa de Cantanhede Marialva, Chefe dos esclarecidos Menezes, e Telles, Dedicado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Diogo de Noronha, III Marquez de Marialva, V Conde de Cantanhede*, Lisboa, Oficina de Manuel Soares Vivas, 1752.

SANTA TERESA, frei Francisco Xavier de, *Elogio Funebre, Recitado nas Exequias Solemnes do Serenissimo Senhor D. Antonio, Infante de Portugal Celebradas no dia 28 de Novembro do anno 1757 na Igreja do Hospicio de S. Francisco de Campolide*, Lisboa, Oficina de Manuel Coelho Amado, 1758.

-----, *Oração Funebre, que nas Exequias do Illustr. E Excellent. Senhor D. Jayme de Mello, Terceiro Duque do Cadaval, Quinto Marquez de Ferreira, Sexto Conde de Tentugal, &c. Celebradas Pella Veneravel Ordem Terceira Da Penitencia, na Igreja do Real Convento de S. Francisco em 27 de Junho de 1749*, Lisboa, Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galram, 1749.

SANTIAGO, frei João de, *Oração Funebre nas Exequias que a Venerável Ordem Terceira de N. Senhora do Monte do Carmo fez no Real Convento de Lisboa Occidental aos 17 de Abril de 1733 ao Excellentissimo D. Pedro de Castello-Branco, Conde de Pombeyro, Senhor da Casa de Bellas, Alcayde mór de Villa Franca de Xira, do Conselho de S. Magestade, e Capitão de huma das suas companhias de guarda, sendo actualmente seu dignissimo Prior*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1733.

SANTO TOMÁS, Francisco de, *Oração Funebre Na Luctuosa Morte Del-Rey Dom Pedro II Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina de Manuel e José Lopes Ferreira, 1707.

SÃO BERNARDINO, frei João de, *Ao Illustmo. E Revmo. Senhor D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, &c., Frei Joam de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, jubilado em S. Theologia, Padre, & Diffinidor perpetuo da Provincia de Portugal, dedica este Sermão, que fez em a Sua Igreja Metropolitana, em o segundo Domingo do Advento, nono dia de Dezembro, & da aclamação del Rey Dom Ioão o quarto, que foi feita Sabbado primeiro dia de Dezembro, avendo Sua Magestade entrado em Lisboa a seis do mesmo mês do Anno de 1640*, Lisboa, Por António Alvarez, 1641.

-----, *Ao Muito Alto, E Muito Poderoso Rey, E Senhor Nosso Dom Joam O Quarto do Nome: Entre Os Reis de Portugal, Frei João de Sam Bernardino da Ordem de S. Francisco, Iubilado em Santa Theologia, Padre & definidor perpétuo da Província de Portugal; Dedica este sermão da Immaculada Conceição da Mãe de Deos, que fez em a Capella Real, assistindo em ela a primeira vez S.M. oito dias depois de sua acclamação, que foi feita em Sabbado, primeiro dia de Dezembro do Anno de 1640*, Lisboa, Por António Alvarez, 1641.

-----, *Sermam Que Pregou o P. M. Fr. Joam de S. Bernardino Nas Exéquias Do Sereníssimo Infante D. Duarte, Na Sancta Sé Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, António Alvarez, 1650.

SÃO BERNARDINO, Manuel de, *Panegyrico Funebre nas Exequias que a Irmandade do Santissimo Sacramento da Parrochial Igreja de Santa Justa, e Rufina fez celebrar com assistência da Corte no dia 10 de Julho de 1749 ao seu Juiz perpetuo o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Jayme de Mello*, Lisboa, Oficina de Bernardo António, 1749.

SÃO CARLOS, frei Manuel de, *Sermam da Conceyçam da Virgem S. N. Pregado No Collegio De N. P. S. Augustinho de Lisboa, Com As Circunstâncias da Assistencia Do Divinissimo Sacramento, da acção de graças pelo feliz nascimento da Serenissima Infante a Senhora D. Francisca: & da vinda de dous Anjos de prata, que o Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. Fr. Antonio Botado mandou vir de Augusta, para o Convento de N. Senhora da Graça, & assistirão primeyro ao solenne tríduo, que se consagrou à Senhora da Conceyção nos primeyros de Maio de 1699*, Lisboa, Oficina de Manuel Lopes Ferreira, 1699.

-----, *Serman em Acçam de Graças Pelo Feliz Nascimento do Serenissimo Senhor, & Augusto Principe de Portugal Dom Pedro que Deos Guarde*, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1713.

SÃO FRANCISCO, frei Luís de, *Sermão nas Exequias Da Serenissima Rainha de Portugal D. Luiza Francisca de Gusman celebradas na Sé de Leiria no anno de 1666*, Lisboa, Oficina de Joane da Costa, 1667.

SÃO JOSÉ, frei Caetano de, *Sermam Genethliaco, Eucharistico, & Gratulatorio, na manhã de 19 de Outubro de 1712, assistindo toda a Corte na Capella Real, Sua Magestade, e Altezas, Na Solemne Acçam de Graças pelo nascimento felicissimo do Serenissimo Principe D. Pedro, de que Deos nos fez merce na madrugada do mesmo dia*, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1713.

SÃO PAULO, Jerónimo de, *Exequias Feitas À Memória do Serenissimo Príncipe e Senhor Dom Theodosio Primeiro deste nome. Celebradas na Capella Real do Hospital da Cidade de Coimbra*, Coimbra, Oficina de Manoel Dias, 1654.

SARDINHA, Francisco de Morais, *O Parnaso de Vila Viçosa*, Rio de Janeiro, H. P. Comunicações Editora, 2003.

SARMENTO, frei Francisco de Jesus Maria, *Sermão Gratulatório na Solemnissima Acçam de Graças, que consagrou á Divina Magestade a Veneravel Ordem Terceira do Convento de nossa Senhora de Jesus de Lisboa no dia 15 de Janeiro do anno de 1759 Pela milagrosa preservação da preciosíssima vida delRey D. Jozé I Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1759.

SEIXAS, Romualdo António de, *Oração Funebre, Recitada Pelo Conego Romualdo Antonio de Seixas Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Natural do Pará nas Exequias da Serenissima Infanta a Senhora Dona Maria Anna, Que Fez Celebrar o Ex.mo e R.mo Senhor D. Manoel de Almeida, Bispo da Mesma Diocese. Offerecida ao Mesmo Ex.mo e R.mo Senhor*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1814.

SILVA, André Nunes da, *Sonetos à Conceição da Virgem S. N.*, Lisboa, Oficina de Manuel Lopes Ferreira, 1695.

SILVA, António da, *Oração Funebre Que Disse o Licenciado Antonio da Sylva, vigario do Arrecife: Nas Exequias da Serenissima Princesa D. Isabel Luisa Josepha, celebradas na Misericordia da Cidade de Olinda, aos 5 de fevereiro de 1691 Por Mando do Marquez de Montebello Governador da Capitania de Pernambuco, & suas anexas*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1691.

SILVA, José Soares da, *Gazeta em Forma de Carta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.

SILVA, D. Manuel Teles da [Marquês de Alegrete], *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1727.

SILVA, Nicolau Francisco Xavier da, *Puro Affectuoso Sacrificio que ao Serenissimo Senhor D. António, Infante de Portugal, (Com plausível elogio da sua imortal piedade) em nome dos novos Filhos do primeyro esclarecido Eremitão S. Paulo*, Lisboa, Oficina da Música, 1724.

SILVA, Teodósio de Contreiras da, *Epithalamio ao Augusto, Felicissimo, & Real Desposorio do Excellentissimo Senhor Duque D. Luís Ambrósio de Mello, Com a Serenissima Senhora Infante a Senhora Dona Luiza, Filha do muito Alto, & Poderoso Rey de Portugal D. Pedro II Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1695.

SILVEIRA, João da, *Sermão nas primeiras exequias Do Serenissimo Principe O Senhor D. Theodosio, Filho de ElRey N. S. D. Ioam o IV que Deos guarde. As Quaes A Vinte e Sete de Mayo deste presente anno, celebrou a Religião de N. S. do Carmo no Real Convento de São Hieronymo de Belem, com licença de Sua Magestade*, Lisboa, Oficina de Antonio Alvarez, 1653.

SILVEIRA, frei Manuel da, *Oração Gratulatória consagrada a Christo Jesus Crucificado, Applaudido na sua milagrosa imagem, sita na Igreja Parochial de Sam-Tiago da villa de Torres Novas Pela melhora do infante de Portugal D. António*, Lisboa, Oficina da Música, 1739.

-----, “Sermão XI da Sempre Immaculada Conceição de Maria Santíssima. Com o Evangelho do Sacramento em Lausperene”, in SILVEIRA, frei Manuel da, *Sermões Posthumos do P. M. Fr. Manoel da Silveira*, t. VII, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1762, pp. 224-225.

[SOARES, Belchior Fernandes], *Allegaçam de Direito por o Senhor Dom Pedro Sobre a Successam do Estado, Caza, e Titulo, de Duque de Aveiro*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1666.

SOARES, Vicente Gusmão, *Últimas Acções Del Rey D. João IV Nosso Senhor Escritas e Offerecidas À Rainha Nossa Senhora*, Lisboa, Edição de Edgar Prestage, 1918.

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. VII-VIII, Lisboa, Régia Oficina Sylviana, 1740.

-----, *Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas Familias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores e Costado, as alianças das Casas, e os Escudos de Armas, que lhes competem, até o anno de 1754*, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1755.

-----, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. V-VI, Lisboa, Oficina Sylviana, 1739-1748.

SOUSA, Manuel Caetano de, “Sermão Funebre nas Exequias que na sua Igreja de Nossa Senhora da Divina Providencia celebrarão os Clerigos Regularesno primeiro de Março de 1727 a Seu Grande Bemfeitor o Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Primeiro Duque do Cadaval, &c.”, in MELO, D. Jaime Álvares Pereira de [Duque de Cadaval], *Ultimas Acções do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello desde 11 de Setembro de 1725 até 29 de Janeiro de 1727, em que faleceu. Relação do seu Enterro e das Exequias, que se lhe fizeram em Lisboa, e nas terras de que era Donatario*, Lisboa, Oficina da Música, 1730, pp. 189-238.

SPÍNOLA, António Ardizzone, “Livro Escrito Por Dentro, & Por Fora da Immaculada Conceyçam da Virgem Maria Senhora Nossa, Sellado com sete sellos que so seu Divino Filho Christo Senhor Nosso pode abrir, & soltar para se ler”, in SPÍNOLA, António Ardizzone, *Divindade Participada da Virgem Mãe de Deos, Exposta com dous sermoens de sua Immaculada Conceyção*, Lisboa, António Craesbeeck de Melo, 1682, pp. 37-65.

Summario das Indulgencias, Previlegios, Graças, Favores, Immunidades, Liberdades, indultos, & outras diversas concessões assi Spirituaes como temporaes concedidas & outorgadas per autoridade Apostolica aos Officiaes, Irmãos, Confrades, e bemfeitores da cõfraria de nossa Senhora da Conceiçam instituyda na igreja Matrix de Villa Viçosa, per uniam da comunicação da sancta & venerável Archiconfraria da Charidade da cidade de Roma, & extensam d’ seus privilegios dos quaes goza como membro seu que hé, Évora, Martim de Burgos, 1590.

TAGLE Y BRACHO, frei Juan Antonio de, *Oración fúnebre en las reales exéquias de la Serenissima Señora Doña Maria Barbara de Portugal, Cathólica Reyna de las Españas, y de las Índias*, Lima, Imprenta de la Calle de Palacio, 1760.

TAVARES, João Peres de Macedo de Sousa, *Epicedio Na Morte Do Serenissimo Senhor Infante D. Manoel*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1766.

TEIXEIRA, Miguel Luís, *Oração Funebre nas Exequias que à Magestade Fidelissima do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V, celebrou na Cathedral de Faro em 29 de Agosto de 1750 o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Ignacio de Santa Theresa*, Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno, 1751.

TORRES, Jacinto José Soares de, *Sermão de Nossa Senhora da Conceição, Pregado na tarde do seu dia, na Matriz de S. Maria da Cidade de Lagos, com o Sacramento exposto, no anno de 1751*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1752.

TORRES, Manuel de Cerqueira, *Oração Funebre, Que Nas Reaes Exequias Do Muito Alto, Muito Poderoso, E Fidelissimo Rey D. João V Nosso Senhor De Saudoza Memoria*, Coimbra, Oficina de Francisco de Oliveira, 1753.

Tratado de Pax Entre o Muito Alto, e Muito Poderoso Principe D. João, o V. Pella Graça de Deus Rey de Portugal, E o Muito Alto, e Muito Poderoso Principe D. Felipe V. Pella graça de Deus Rey Catholico de Hespanha, Lisboa, s.n., [1715?].

VELOSO, António, *Sermão Funeral Nas Exéquias Que o Real Collegio da Companhia de Iesus de Coimbra celebrou ao Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio em 17 de Junho de 1653*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1653.

VERA CRUZ, frei Paulo de, *Sermão das Exequias Funebres, Que se celebrarão pella Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Joaquina Maria Magdalena da Conceição de Menezes Marqueza de Marialva*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1741.

VIEIRA, frei Francisco, *Serman na Manham do Primeiro Dia Consagrado ao Divino Culto, com que o Senado da Camara de Villa Real deu principio a hum luzido festejo continuado em outros mais dias, em acção de graças, pelo feliz nascimento de Seu Senhor o Serenissimo Infante de Portugal D. Francisco Joseph António Urbano Exposto o Santissimo na Igreja Matriz de São Dionisio*, Coimbra, Oficina de José Ferreira, 1691.

VIEIRA, padre António, *Palavra de Deos Empenhada, E Desempenhada: Empenhada No Serman das Exequias Da Rainha N. S. Dona Maria Francisca Isabel de Saboya; Desempenhada No Serman de Açam de Graças pelo nascimento do Principe D. João Primogenito de SS. Magestades, que Deos guarde*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1690.

-----, “Sermão da Conceyção da Virgem Senhora Nossa Prégado pelo Author, antes de ser Sacerdote, na Bahia, & na Igreja da mesma Invocação, que por estar na Praya, se julga extra muros, anno de 1635”, in VIEIRA, padre António, *Sermoens do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu*, t. XII, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1699, pp. 1-21.

-----, “Serman da Conceiçam Immaculada da Virgem Maria S. N.”, in VIEIRA, padre António, *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu*, t. V, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1689, pp. 158-190.

-----, *Sermões Varios e Tratados, Ainda não impressos, Do Grande Padre Antonio Vieyra Da Companhia de Jesus. Offerecidos À Magestade DelRey D. João V*, t. XV, Lisboa, Oficina de Manuel da Silva, 1748.

VILLENEUVE, João de, *Jurando ElRey D. João o V a purissima Conceição da Virgem Maria nossa Senhora no mesmo acto, em que a Academia Real fes este juramento*, Lisboa, João de Villeneuve, 1736.

Catálogos, Dicionários, Inventários e outras obras de Referência:

ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Resistência, 1980.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C; C-I; J-P; P-V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

----- (dir.), *História Religiosa de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

Catálogo de Manuscritos. Série Vermelha, t. I-II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1978.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichthyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, *Autorizado com exemplos dos melhores escritores Portuguezes, e Latinos*, t. I-X, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1712-1728.

Inventário dos Manuscriptos (secção XIII). Collecção Pombalina, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1889.

MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

-----, (dir.), *História de Portugal*, vols. 3-4, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

PESTANA, Manuel Inácio, *Arquivos Históricos Municipais de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1990.

PIMENTEL, Alberto, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Guimarães, Libânio e Companhia, 1899.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vols. V-VII, Lisboa, Editorial Presença, 1998-2001.

ZUQUETE, Afonso Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*, vols. I-III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

Estudos:

ABRANTES, Ventura Ledesma, *O Património da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença*, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto, 1954.

ABREU, Laurinda, “Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, Vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 3-15.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Porto, Portucalense, 1968.

AMADO, José de Sousa, *História da Igreja Católica em Portugal*, 10 vols., Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1871.

AMEAL, João, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1974.

AMORIM, Inês, “Misericórdia de Aveiro e Misericórdias da Índia no século XVII. Procuradores de defuntos”, In *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol 1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 114-137.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX)”, *Bracara Augusta*, vol. 50, n.º 104-105, Braga, 2001-2002, pp. 441-468.

-----, *A Confraria do Santíssimo Sacramento do Pico dos Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, 2001.

-----, “A confraria de São Pedro da Gafanhoeira, entre a aurora e o entardecer”, *Cadernos do Noroeste: Série História*, vol. 15, n.º 2, Braga, 2001, pp. 359-378.

-----, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

-----, “Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.), *A Intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas Portuguesas: Espaços e Tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 231-260.

-----, “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696, *Callipole*, n.º 9, Vila Viçosa, 2001, pp. 127-139.

ARMAS CASTRO, José, “El Afianzamiento de la Realidad Urbana Después Del Año Mil”, in PORTELA SILVA, Ermelindo, *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2003, pp. 81-87.

BASANTE POL, Rosa, *La demência de un Rey: Fernando VI (1746-1759)*, Madrid, Instituto de España e Real Academia Nacional de Farmacia, 2010.

BEIRÃO, Caetano, *D. Maria 1777-1792. Subsídios para a revisão da História do seu Reinado*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

BEIRANTE, Maria Ângela, *As Antigas Confrarias da Vila de Cabeção: Espelho da Sua Vida Social*, s.l., Edição da Autora, 2011.

-----, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Edição da Autora, 1990.

-----, “Ritos Alimentares Em Algumas Confrarias Portuguesas Medievais”, in BEIRANTE, Maria Ângela, *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 185-197.

BELO, André, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

BENTO, Jorge, *História da Imagem da Senhora da Conceição de Leça da Palmeira*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos e Junta de Freguesia de Leça da Palmeira, 1983.

BLACK, Maria Luísa de Bivar, *Um Escrivão da Puridade no Poder: O Conde de Castelo Melhor*, 1662-1667, Lisboa, SPB Editores e Livreiros, 1995.

BORGES, Sónia Alexandra Fialho, *Duas cortes, um modelo: o cerimonial diplomático nas relações luso-espanholas (1715-1750)*. Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Exemplar policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/27204>.

BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

BRAGA, Isabel Drumond, “A Circulação e a Distribuição de Produtos”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), DIAS, João José Alves (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 195-247.

-----, “A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações”, in MARTÍNEZ MILLÁN, José, LABRADOR ARROYO, Félix, PAULA-SOARES, Filipa M. Valido-Viegas de (dir.), *¿Decadencia o Reconfiguración? Las Monarquías de España y Portugal en el cambio del siglo (1640-1724)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2017, pp. 209-236.

-----, “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”, *Revista Tempo*, vol. 20, Niterói, 2014, pp. 1-19.

-----, “As Pratas da Princesa D. Isabel Luísa Josefa (1669-1690)”, *Revista de Artes Decorativas*, n.º 5, Porto, 2012, pp. 163-178.

-----, *Bens de hereges. Inquisição e cultura material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

-----, “Chorar uma Rainha em Portugal e no Brasil: os Sermões por Ocasião da Morte de D. Maria I”, *Anais do I Congresso Lusófono de Ciências das Religiões*, vol. 3, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2015, pp. 38-59.

-----, *Do Primeiro Almoço À Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004.

-----, “Milagres de Nossa Senhora de Montserrat num Códice da Biblioteca Nacional de Lisboa”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 33, Lisboa-Paris, 1994, pp. 663-721.

-----, “Muitas hipóteses, um noivo e nenhum marido: D. Isabel Luísa Josefa (1669-1690)”, in RODRIGUES, Ana Maria S. A., SILVA, Manuela Santos e FARIA, Ana Leal de (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e Fracassos*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, pp. 183-223.

-----, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

-----, “Uma rainha para dois reis: os casamentos de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia”, in RODRIGUES, Ana Maria S. A., SILVA, Manuela Santos e FARIA, Ana Leal de (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e Cerimonial*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 7-47.

BRAGA, Isabel Drumond, e BRAGA, Paulo Drumond, “As Virtudes do Inquisidor Geral: os sermões de exéquias e a imagem dos dirigentes do Santo Ofício no século XVII”, in ASSIS, Angelo Adriano Faria de, MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça e MATOS, Yllan de (org.), *Um historiador por seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas*, São Paulo, Alameda, 2017, pp. 23-41.

-----, *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios europeus: Maria Francisca Isabel de Sabóia e Maria Sofia Isabel de Neuburg*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

BRAGA, Paulo Drumond, *À Cabeceira do Rei: Doenças e causas de morte dos soberanos portugueses entre os séculos XII e XX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

-----, *A princesa na sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Torres Vedras, 2008.

-----, *A rainha discreta. Mariana Vitória de Bourbon*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014.

-----, *D. Pedro II (1648-1706) Uma Biografia*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

-----, *D. Pedro III. O Rei Esquecido*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

-----, “Igreja, Igrejas e Culto”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MENEZES, Avelino de Freitas de (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 90-129.

-----, “Os pobres dos ‘Meninos de Palhavã’. Esmolas para as gentes de Lisboa”, *Lusíada. História*, II série, n.º 9-10, Lisboa, Universidade Lusíada, 2013, pp. 145-156.

-----, “Preces públicas no reino pela saúde de D. Maria I (1792)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 11, Porto, 1994, pp. 215-226.

BRAVO LOZANO, Jesús, “La capilla real de Felipe IV: ceremonial de exaltación en un espacio integrador”, *Librosdelacorte.es*, n.º 11, año 5, Madrid, 2015, pp. 28-50.

BRAZÃO, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé. As Relações Diplomáticas de Portugal com o Governo Pontifício de 1706 a 1750*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.

-----, *Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V*, Porto, Livraria Civilização, 1938.

-----, *Subsídios Para a História do Patriarcado de Lisboa*, Porto, Livraria Civilização, 1943.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Escravos em Portugal. Das Origens ao Século XIX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, “Escritos de Dominicanos em Bibliotecas Portuguesa”, in GOUVEIA, António Camões, NUNES, José e OLIVEIRA, Paulo F. de (coord.), *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2018, pp. 81-96.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, vol. I, Lisboa, Edições Gama, 1945.

CAPELA, José Viriato, *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2003.

-----, BORRALHEIRO, Rogério e MATOS, Henrique, *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2006.

----- e OLIVEIRA, Carlos Prada de, *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memória, História e Património*, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2007.

CARDIM, Pedro, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”, in MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 160-202.

-----, “D. João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde”, in MATTOSO, José (dir.), Manuel António Hespanha (coord.), *História de Portugal*, vol. 4, pp. 404-407.

CARDOSO, Arnaldo Pinto, *Embaixada do Papa Pio V ao rei D. Sebastião*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2012.

CARDOSO, José Maria Pedrosa, *Cerimonial da Capela Real. Um manual litúrgico de D. Maria de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CARVALHO, Abílio Pereira de, *História de Uma Confraria (1677-1855)*, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde, 1989.

CARVALHO, Rómulo de, *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões: fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

CARVALHO, Vasco César de, *Aspectos de Vila Nova*, vol. VI, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1956.

CASTRO, José de, *Portugal no Concílio de Trento*, vols. 1-6, Lisboa, Tipografia da União Gráfica, 1944-1946.

COELHO, Francisco José Senra, *Nossa Senhora e a História de Portugal*, Lisboa, Paulus Editora, 2017.

COELHO, José Ramos, *História do Infante D. Duarte Irmão De El-Rei D. João IV*, t. I-III, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1889.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos Medievais, *Medievalismo*, n.º 16, Múrcia, 2006, pp. 205-223.

-----, “Quaresma”, in MOREIRA, Carlos Azevedo, *Dicionário de História Religiosa... cit.*, P-V, pp. 86-87.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *A Cristianização do Alto Alentejo e o Culto Mariano*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, 1963.

COESTER, “Qual Nuovo Ulisse” Personalidade e Obra do Sexto e Penúltimo Gran Duque de Toscana, Cosme III de Médicis”, in GARCÍA IGLESIAS, José Manuel (dir.), *A Viaxe a Compostela de Cosme III de Médicis*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2004, pp. 39-53.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, Lisboa, Temas & Debates, 2011.

COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

COSTA, Sousa da, *Dona Catarina Duquesa de Bragança. Rainha de Portugal à face do Direito*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1958.

COSTA, Susana Goulart, *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007.

COUTINHO, Maria João Pereira e FERREIRA, Sílvia, “As Irmandades da Igreja de São Roque: tempo, propósito e legado”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano III, n.º 5-6, Lisboa, pp. 201-215.

CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Lisboa, Temas & Debates, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

-----, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CURTO, Diogo Ramada, “A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI-XVIII)”, *Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVI-XVIII – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, 1993, pp. 143-154.

CRUZ, Manuel Braga da, *A Batalha de Castelo Rodrigo*, Braga, Cruz Editores, 2014.

DIAS, Domingos Lucas (intr., trad., e notas), DIAS, Domingos Lucas, ESPÍRITO SANTO, Arnaldo do e PINHO, Sebastião Tavares de (ed. crítica e fixação do texto), *Beato Amadeu Nova Apocalipse*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

DIAS, Manuel Augusto, *Confraria de Nossa Senhora da Paz da Constantina (Ansião)*, Ansião, Confraria de Nossa Senhora da Paz de Constantina, 1996.

DIAZ TENA, Maria Eugenia, “La leyenda y milagros de la virgen de Guadalupe en el teatro hispanoamericano de principios del XVII”, *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, n.º 9, Porto, 2002, pp. 139-171.

DÓRIA, António Álvaro, *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*, Porto, Livraria Civilização, 1944.

DUQUE, José Félix, *O Fuso e a Trama*, Maia, Cosmorama Edições, 2013.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa Concelho da Província do Alentejo e Reino de Portugal*, Redondo, Tipografia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892.

-----, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 1-36, Vila Viçosa, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983.

ESPANCA, Túlio, *História da Casa de Cadaval*, Évora, Livraria Nazaré, 1960.

-----, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, t. VII, ols. I-II, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

-----, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, t. VIII, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975.

-----, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, t. IX, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.

-----, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Beja. Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*, t. XII, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1992.

-----, “Mosteiros de Vila Viçosa”, *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Série I, n.º 53-54, Évora, 1970, pp. 1-135.

FARIA, Francisco Leite de, “Crença e Culto da Imaculada Conceição em Portugal”, *Revista Española de Teologia*, vol. 44, fase 1, Madrid, 1984, pp. 137-160.

FARINHA, Santos, *O Palácio de Palhavan*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1923.

FARRICA, Fátima, *Poder sobre as periferias: a Casa de Bragança e o governo das terras do Alentejo (1640-1668)*, Lisboa-Évora, Edições Colibri e CIDEHUS/UC – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2011.

FERREIRA, José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III – sec. XX)*, t. I-IV, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1928-1935.

FERRÃO, António, *O Marquês de Pombal e os “Meninos de Palhavã” (Antecedentes do Conflito entre o Conde de Oeiras e os filhos bastardos de D. João V: D. António e D. José – os “Meninos de Palhavã”, em 1760)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

FERRO, João Pedro, *Um Príncipe Iluminado Português, D. José (1761-1788)*, Lisboa, Lucifer Edições, 1989.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente, *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição: análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*, Dissertação de Doutoramento em História (Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Exemplar policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/549>.

FILIFE, Carlos Joaquim Campino, *O Património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: Encomenda, Financiamento e Construção*. Dissertação de Mestrado em História

Moderna e Contemporânea, apresentada ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015. Exemplar policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/10401>.
FONSECA, Francisco Belard da, *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955.

FONSECA, Jorge, *Escravos no Sul de Portugal Séculos XVI-XVII*, Oeiras, Editora Vulgata, 2002.

FRAGUAS FRAGUAS, Antonio, *Romerias y santuários de Galicia*, Vigo, Editorial Galaxia, 2004.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. VI, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992.

GARCÍA IGLESIAS, José Manuel, “A visita de Cosme III de Médicis Á Catedral de Santiago”, in GARCÍA IGLESIAS, José Manuel (dir.), *A Viaxe a Compostela de Cosme III de Médicis*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2004, pp. 583-597.

GEREÑO, Gregorio P. de, “O Beato Duns Escoto e a Imaculada Conceição”, *Cadernos de Espiritualidade Franciscana*, n.º 31, Braga, 2007, pp. 6-20.

GOMES, Maria Teresa de Moura Benedito, *A Confraria de Nossa Senhora da Ameixoeira nos séculos XVI e XVII e os poderes locais*. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007. Exemplar policopiado.

GOMES, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no Tempo de Pombal (Contributos para o Estudo do Movimento e Organização Confraternal Bracarenses no Século XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2002. Exemplar policopiado.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Lisboa, Temas & Debates, 2009.

-----, “Os Dominicanos e a Cultura em Portugal em tempos medievais: o caso português”, in GOMES, Ana Cristina da Costa e FRANCO, José Eduardo (coord.), *Dominicanos em Portugal. História, Cultura e Arte. Homenagem a José Augusto Mourão*, Lisboa, Alétheia Editores, 2010, pp. 220-253.

GOUVEIA, António Camões, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in MATTOSO, José (dir.), Hespanha, António Manuel (coord.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 259-267.

-----, “Procissões”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000 pp. 334-345.

GRINÉ, Euclides dos Santos, *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997. Exemplar policopiado.

GUEDES, Maria Natália Correia e TAXINHA, Maria José, *Mantos Régios e Paramentos do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

GUERRA, Luís de Bivar, *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1952.

-----, *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.

GUERREIRO, Jerónimo Alcântara, *Galeria dos Prelados de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1971.

JÚNIOR, Arnaldo Érico Huff, “Confessionalização e ortodoxia luterana: Embates teológicos e políticos nos séculos XVI e XVII”, *Ciências da Religião – História e Sociedade*, vol. 7, n.º 1, São Paulo, 2009, pp. 5-27.

LAVAJO, Joaquim Chorão, “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, in MENDONÇA, Manuela (coord.), *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 109-151.

LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatístico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, t. XI, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1886.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Princesas Artistas (As Filhas de El-Rei D. José)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. 2 vols. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999. Exemplar policopiado.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999. Exemplar policopiado.

-----, PEREIRA, Ana Cristina Duarte e TRONI, Joana Almeida, *Amantes dos Reis de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal e PINTO, Ricardo Fernando, *D. Luísa de Gusmão (1613-1666) Restaurar, Reinar e Educar*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2012.

MACHADO, José Timóteo Montalvão, “D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXIII, Guimarães, 1963, pp. 3-43.

MACHADO, Manuel Aires Falcão, *Esposende: Monografia do Concelho*, Esposende, Edição do Autor, 1951.

MADUELL, Àlvar, “Ramon Llull, teòleg de la Immaculada”, *Studia Lulliana*, n.º 32, Palma de Maiorca, 1992, pp. 163-180.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Filipe II (I de Portugal)”, in MATTOSO, José (dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 475-481.

MARÇAL, Horácio, “O Convento da Conceição, de Matosinhos”, *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 5, Matosinhos, 1958, pp. 1-8.

MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa da Restauração, 1640-1668: A Revolta e a Mentalidade*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna,

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1983. Exemplar policopiado.

-----, “Oração e Devoções”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), MARQUES, João Francisco e GOUVEIA, António Camões (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 603-663.

MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

MEIRINHOS, José Francisco, “No sétimo centenário do Teólogo e Filósofo João Duns Escoto”, in MEIRINHOS, José Francisco (coord.), *João Duns Escoto (1265-1308). Subsídios bibliográficos*, Porto, Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, pp. 9-16.

MELO, António Pedro Maria da Luz de São Paio e [Marquês de São Paio], “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa”, *Armas e Troféus*, Série II, n.º 5, Braga, 1964, pp. 5-12.

MENDEIROS, José Filipe, *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz, 2001.

MENEZES, Avelino de Freitas de, “A Produção”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. Oliveira (dir.), MENEZES, Avelino de Freitas de (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 226-274.

MILCZANOWSKA, Patrycja, “Esperanças nunca cumpridas: os projetos matrimoniais do infante D. Manuel de Bragança”, in RODRIGUES, Ana Maria S. A., SILVA, Manuela Santos e FARIA, Ana Leal de (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e Cerimonial.*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 119-137.

MIRANDA, Bruno Soares, *Peregrinações portuguesas a Nuestra Señora de Guadalupe*. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Exemplar policopiado. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14052011-100321/pt-br.php>.

MIRANDA, Susana Munch e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, *A rainha arquiduquesa. Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014.

MORENO, Humberto Baquero, “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série II, vol. 3, Lisboa, 1986, pp. 77-89.

MOTA, Isabel Maria Henriques Ferreira da, *A Academia Real da História. A história e os historiadores na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001. Exemplar policopiado.

NUÑEZ BELTRÁN, Miguel Angél, *La Oratoria Sagrada de la Época del Barroco Doctrina, cultura y actitud ante la vida desde los sermones sevillanos del siglo XVII*, Sevilha, Universidade de Sevilla e Fundación Focus-Abengoa, 2000.

NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel, *Muerte Coronada: el mito de los reyes en la catedral compostelana*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

OLIVEIRA, António de, *D. Filipe III*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

-----, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difusão Editorial, 1990.

OLIVEIRA, Aurélio de Araújo, “Peregrinação em Portugal. Meados de Seiscentos (Olhares e Impressões das Terras e das Gentes)”, *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*, série II, vol. 14, Porto, 1997, pp. 487-505.

OLIVEIRA, Miguel de, e NEVES, Francisco Moreira das, *A Padroeira de Portugal. Notas e Documentos*, Lisboa, Letras e Artes, 1940.

OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.

OLIVEIRA, Ricardo Pessa de, “Para o Estudo da Irmandade de São Pedro Mártir no final do século XVIII”, in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães “Do Absolutismo ao Liberalismo”*, vol. I, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 509-530.

-----, *Sob os auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a prevaricação e o disciplinamento (1564-1822)*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna,

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Exemplar policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/10523>.

OREY, Leonor de e SILVA, Nuno Vassallo e, *Relíquias e Relicários*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, pp. 1-35.

PAIVA, José Pedro, “A recepção e a aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspetivas”, in GOUVEIA, António Camões, BARBOSA, David Sampaio e PAIVA, José Pedro (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Novos olhares*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 13-40.

-----, “D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra. O caso da diocese de Lamego (1677-85)”, in POLÓNIA, Amélia, RIBEIRO, Jorge Martins e RAMOS, Luís A. Oliveira (coord.), *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 245-255.

-----, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PALOMO, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

-----, “Confessionalización”, in BELTRÁN, José Luís, HERNÁNDEZ, Bernat e MORENO, Doris (eds.), *Identidades y fronteras culturales en el mundo ibérico en la Edad Moderna*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2016, pp. 69-89.

-----, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1571-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

PARDAL, Francisco José Pegacha, “Um reino restaurado sob o manto da sua padroeira: O culto a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa no século XVII”, *Callipole*, n.º 25, Vila Viçosa, 2018, pp. 49-71.

PENTEADO, Pedro, “Confrarias”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.

-----, *Peregrinos da Memória. O Santuário de Nossa Senhora da Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1998.

-----, “Santuários”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 164-178.

PEREIRA, Ana Cristina Duarte, *Princesas e Infantas de Portugal (1640-1736)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

PEREIRA, Ângelo, *As Camareiras-mores das Rainhas Portuguesas*, Lisboa, Tipografia Augusto Duarte, 1941.

PESTANA, Manuel Inácio, “A Casa de Bragança. Das origens à actualidade”, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Porto, Clube Internacional do Porto, 1998, pp. 107-132

-----, *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança*, Portalegre, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, 1982.

-----, “Vila Viçosa no ano da morte de D. João V”, *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Série II, n.º 11, Évora, 1994-1995, pp. 419-425.

PINTO, Paulo Mendes, “José de Sousa Amado e as Lutas Contra a Heterodoxia Social e Religiosa: Um Percorso Biográfico”, *Lusitania Sacra*, Série II, n.º 16, Lisboa, 2004, pp. 385-398.

POLÓNIA, Amélia, *O Cardeal Infante D. Henrique: arcebispo de Évora: um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, Edição da Autora, 2005.

PULIDO SERRANO, Juan Ignacio, “Hermandades portuguesas fuera de Portugal (siglos XVI-XVIII)”, in VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, *O Associativismo. Das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Americana, 2006, pp. 29-51.

QUEIROZ, Mónica Ribas Marques Ribeiro de, *O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*, Dissertação de Doutoramento em Belas-Artes (Ciências da Arte), apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Exemplar policopiado, disponível em <http://hdl.handle.net/10451/9425>.

RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Lisboa, Temas & Debates, 2010.

RAPOSO, Hipólito, *Dona Luísa de Gusmão, Duquesa e Rainha, 1613-1666*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

RAU, Virgínia, *Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1947.

REIS, Jacinto dos, *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e de Além-Mar e seu Padroado*, Lisboa, Cinquentenário das Aparições de Fátima, 1967.

REIS, Maria de Fátima, “A Confraria da Avé-Maria do Convento de São Bento de Santarém: afirmação e prestígio dos estatutos de limpeza de sangue”, in BARRETO, Luís Filipe et. al. (coord.), *Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa-São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 225-230.

-----, *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

REMA, Henrique Pinto, “800 anos da Ordem dos Frades Menores (1209-2009). A observância franciscana em Portugal”, in MONTEIRO, Miguel Corrêa (coord.), *Os Franciscanos em Portugal e no Mundo Português. Os 800 Anos da Ordem Franciscana. Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011, pp. 15-52.

RIBEIRO, Mário de Sampaio, *Igreja da Conceição Velha*, Lisboa, Impressão de Libânio da Silva, 1938.

RODRIGUEZ, Pedro e LANZETTI, Raul, *El manuscrito original del Catecismo Romano*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1985.~

SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Confrarias e as Misericórdias”, in OLIVEIRA, César de (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-60.

SANTOS, Eugénio dos, “A Igreja em Portugal sob a monarquia absoluta”, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Porto, Clube Internacional do Porto, 1998 pp. 183-214.

SANTOS, Georgina Silva dos, *Ofício e Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, “Os primórdios da presença dominicana em Portugal: 1220-1418”, in GOUVEIA, António Camões, NUNES, José e OLIVEIRA, Paulo F. de (coord.), *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2018, pp. 9-26.

SCHAWARTZ, Stuart B., “As Classes Populares Portuguesas Durante a União Ibérica e a Restauração”, in CARDIM, Pedro, COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da (org.), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de Integração e Conflito*, Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades, etc., 2013, pp. 498-499.

SEGURADO, Jorge, *Da Igreja Manuelina da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Editorial Império, 1977.

SERQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Santarém*, t. III, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1949.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1996.

-----, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

SERRÃO, José Vicente, “A agricultura e a terra”, in MATTOSO, José (dir.), HESPAÑA, António Manuel (coord.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa Editorial Estampa, 1997, pp. 71-117.

-----, *Demografia e Agricultura no Portugal do século 18*, Lisboa, Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, 1987.

SERRÃO, Vítor, “Portugal e as Artes da Guerra”, in GARCÍA IGLESIAS, José Manuel (dir.), *A Viaxe a Compostela de Cosme III de Médicis*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2004, pp. 539-551.

SERRANO, Joana Isabel Pacheco da Costa Bastos Bouza, *Margarida de Sabóia, Duquesa de Mântua (1589-1655) percurso biográfico e político na monarquia hispânica*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Exemplar policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/13311>.

SILVA, Bernardino Areal da, *Vila do Conde e as freguesias do seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vila Nova de Famalicão, Papelmunde, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Lisboa, Temas & Debates, 2009.

SIMÓN TARRÉS, António, “La Revuelta Catalana de 1640. Interpretación”, in ELLIOTT, John Huxtable et. al., *1640: La Monarquía Hispánica en Crisis*, Barcelona, Editorial Crítica, 1992, pp. 17-43.

SOARES, Ernesto, *O Infante D. Manuel (1697-1766). Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1937.

SOBRAL, Luís de Moura, “María Guadalupe de Lencastre (1630-1715). Cuadros, Libros y Aficiones Artísticas de una Duquesa Ibérica”, *Quintana – Revista do Departamento de História da Arte*, n.º 8, Santiago de Compostela, 2009, pp. 61-73.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A Joalheria Portuguesa em Portugal 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 1999.

-----, *A Ourivesaria da Prata em Portugal e os Mestres Portuenses 1750-1810*, Porto, Edição do Autor, 2004.

SOUSA, Ivo Carneiro de, “Capela Real”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 286-288.

SOUSA, Maria Teresa de Andrade e, *Inventário dos Bens do Conde de Vila Nova D. Luís de Lencastre*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956.

TÁVORA, Luís Gonzaga de Lencastre e, “O culto mariano na sigilografia medieval portuguesa”, *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, s.n., 1981, pp. 435-448.

TEDIM, José Manuel Alves, *Festa Régia no Tempo de D. João V: poder, espectáculo, arte efémera*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada à Universidade Portucalense, Porto, 1999. Exemplar policopiado.

TEIXEIRA, Vítor Gomes, *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517)*, Porto, Editorial Franciscana, 2010.

TORGAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

TRONI, Joana Almeida, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

VALLANCE, Monique, *A rainha restauradora. Luísa de Gusmão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

VICENT LÓPEZ, Ignácio Maria, “Felipe V y la Monarquía Católica: una cuestión de «estilo»”, *Espacio, Tempo y Forma*, série IV, n.º 7, Madrid, 1994, pp. 397-424.

WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto e CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.